



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2229

Segunda-feira - 10 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Governador Celso Ramos.....	212	Passos Maia.....	482
Alto Bela Vista.....	4	Guaraciaba.....	214	Paulo Lopes.....	483
Anchieta.....	9	Guaramirim.....	218	Penha.....	484
Antônio Carlos.....	13	Guarujá do Sul.....	220	Peritiba.....	485
Apiuna.....	30	Herval d'Oeste.....	221	Pinheiro Preto.....	486
Arabutã.....	31	Ibiam.....	224	Planalto Alegre.....	489
Arroio Trinta.....	32	Ibirama.....	225	Pomerode.....	491
Atalanta.....	33	Imarui.....	263	Ponte Serrada.....	493
Balneário Rincão.....	35	Imbituba.....	266	Porto Belo.....	494
Barra Velha.....	36	Indaial.....	272	Porto União.....	496
Bela Vista do Toldo.....	37	Iraceminha.....	273	Pouso Redondo.....	499
Belmonte.....	40	Irineópolis.....	276	Presidente Nereu.....	500
Benedito Novo.....	41	Itá.....	278	Princesa.....	503
Biguaçu.....	42	Itaiópolis.....	279	Rio das Antas.....	504
Blumenau.....	45	Itapema.....	280	Rio dos Cedros.....	517
Bom Jardim da Serra.....	54	Itapoá.....	281	Rio do Sul.....	505
Bom Jesus do Oeste.....	55	Jaborá.....	282	Rio Rufino.....	519
Bom Retiro.....	56	Jacinto Machado.....	283	Romelândia.....	520
Botuvera.....	59	Jaraguá do Sul.....	288	Salto Veloso.....	534
Braço do Trombudo.....	60	Joaçaba.....	306	Santa Helena.....	538
Brusque.....	61	José Boiteux.....	331	Santa Rosa de Lima.....	539
Caçador.....	70	Jupia.....	332	Santa Rosa do Sul.....	542
Camboriú.....	71	Lacerdópolis.....	333	Santa Terezinha do Progresso.....	543
Campo Alegre.....	74	Lages.....	345	Santiago do Sul.....	544
Campo Erê.....	77	Laguna.....	347	São Bento do Sul.....	550
Campos Novos.....	80	Lauro Muller.....	350	São Carlos.....	556
Canelinha.....	115	Lebon Regis.....	351	São João Batista.....	561
Canoinhas.....	116	Leoberto Leal.....	352	São João do Oeste.....	563
Capinzal.....	122	Lontras.....	354	São João do Sul.....	564
Catanduvas.....	129	Luzerna.....	355	São Joaquim.....	566
Caxambu do Sul.....	131	Macieira.....	360	São José.....	568
Chapadão do Lageado.....	132	Mafra.....	361	São José do Cedro.....	594
Cocal do Sul.....	134	Maracajá.....	389	São Lourenço do Oeste.....	596
Concórdia.....	135	Maravilha.....	390	São Miguel do Oeste.....	601
Coronel Freitas.....	145	Massaranduba.....	393	São Pedro de Alcântara.....	602
Coronel Martins.....	147	Meleiro.....	396	Schroeder.....	608
Correia Pinto.....	148	Modelo.....	397	Seara.....	623
Corupá.....	150	Mondaí.....	399	Serra Alta.....	625
Ermo.....	176	Monte Carlo.....	400	Sombrio.....	627
Eral Velho.....	179	Morro Grande.....	404	Sul Brasil.....	628
Faxinal dos Guedes.....	184	Navegantes.....	405	Tigrinhos.....	629
Flor do Sertão.....	185	Nova Itaberaba.....	413	Tijucas.....	631
Formosa do Sul.....	186	Nova Trento.....	415	Timbé do Sul.....	634
Forquilha.....	187	Otacílio Costa.....	421	Timbó.....	636
Fraiburgo.....	188	Ouro Verde.....	424	Treze Tilias.....	655
Frei Rogério.....	195	Palhoça.....	426	Trombudo Central.....	661
Garopaba.....	196	Palma Sola.....	469	Tunápolis.....	662
Garuva.....	199	Papanduva.....	479	Turvo.....	663
Gaspar.....	210	Passo de Torres.....	480	União do Oeste.....	667

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2229

Segunda-feira - 10 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Urussanga	672	Vitor Meireles.....	677	Zortéa	686
Vidal Ramos.....	674	Xanxerê.....	678		
Videira.....	675	Xavantina	682		

Associações

AMAVI.....	687	EGEM	688
------------	-----	------------	-----

Consórcios

ARIS	695
CIGA	701
CIMCATARINA.....	705
CIMVI.....	707
CIS/AMARP	708
CIS/AMMVI.....	716
CPIMMOC	720
CIGAMERIOS	721
CIS/AMERIOS	721

Água Doce

PREFEITURA

172/2017

PORTARIA Nº 172/2017 – DE 10 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDER LICENÇA LUTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 015/99, Art. 63

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento do pai, a partir de 05/04/2017, conforme art. 63 da Lei complementar nº 015/99, conforme Declaração de óbito anexa, para a servidora Nelci Luchesi, funcionária no cargo de Agente Comunitária de Saúde.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS 03/2017

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FELIPE JOSÉ KAPLAN - ME

CNPJ: 14.858.613/0001-79 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 22/2017 Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE PROGRAMA SEMANAL PARA VEÍCULAÇÃO EM RÁDIO

Data da Assinatura: 01/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 01 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: MECANICA POTT LTDA. - ME

CNPJ: 79.816.914/0001-85 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 23/2017 Fundamento Legal:

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de peças e a prestação de serviços de mão de obra para conserto do caminhão tanque

VW15.180 Euro3 Worker, ano/modelo 2006/2007, Placas MKT-1740

Data da Assinatura: 06/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

06 /03/2017 a 05/06/2017

11 .416,00

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSELHO COMUNITARIO DE ALTO BELA VISTA

CNPJ: 75.321.240/0001-97 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 24/2017 Fundamento Legal:

Objeto: a locação da quadra de esportes do Conselho Comunitário de Alto Bela Vista, para ministrar aulas de educação física dos alunos da rede municipal de ensino e para prática de esportes de treinos de escolinha de futsal, para o desenvolvimento do esporte amador do município e eventos culturais vinculados aos setores da administração municipal.

Data da Assinatura: 06/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 06 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.700,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AMAZONIA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 12.934.749/0001-95 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 25/2017 Fundamento Legal:

Objeto: locação de software web informatizado para gestão dos serviços prestados aos munícipes pelos técnicos e profissionais das gerências/secretarias vinculadas a administração, envolvendo a integração e compilação das informações com abertura de solicitações, autorizações e execuções, informações estratégicas com gráficos, agenda positiva, classificação destas atividades por área do governo, administração fiscal e relatórios configuráveis, além de outros serviços pertinentes à especialidade do softwa

Data da Assinatura: 06/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

06 /03/2017 a 31/12/2017

7 .000,00

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: LS FOTOGRAFIAS EIRELI - ME

CNPJ: 03.839.858/0001-32 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 26 /2017A Fundamento Legal:

Objeto: O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.

Data da Assinatura: 07/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 07 /03/2017 a 06/07/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 20.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ALTAIR FABRO

CNPJ: 02.730.048/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2017 Número do Processo: 7/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 26/2017 Fundamento Legal:

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens abaixo relacionados, adquiridos com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 833130/2016 MAPA/CAIXA.

02 (dois) distribuidor de calcário e fertilizantes com capacidade de 6tn, com rodado tandem, com caixa redutora, sistema de transmissão por correias, pneus novos.

Data da Assinatura: 16/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

16 /03/2017 a 31/12/2017

43 .300,00

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP

CNPJ: 06.161.649/0001-70

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2017 Número do Processo: 7/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 27/2017 Fundamento Legal:

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens abaixo relacionados, adquiridos com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 833130/2016 MAPA/CAIXA.

02 (dois) distribuidor de adubo orgânico líquido, novo, rebocável ao trator agrícola, com bomba lobular, com macaco levante, mangueira carregadora, rodado tandem com pneus novos, capacidade de 4000 litros, completo com todos os acessórios previstos no catálogo do fabricante.

Data da Assinatura: 16/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 16 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 36.300,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: NILO MEURER - EPP

CNPJ: 24.735.598/0001-25

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2017 Número do Processo: 7/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 28/2017 Fundamento Legal:

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens abaixo relacionados, adquiridos com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 833130/2016 MAPA/CAIXA.

02 (duas) Carretas agrícolas metálicas, capacidade de 6ton, com rodado tandem, pneus novos, macaco de levante ajustável, completa com todos os sistemas necessários para seu funcionamento.

Data da Assinatura: 16/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

16 /03/2017 a 31/12/2017

30 .340,00

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

<p>Contratado: TWF NET PROVEDOR DE INTERNET EIRELI - ME CNPJ: 26.578.190/0001-12 Modalidade: Número da Licitação: Número do Contrato ou Aditivo: 29/2017 Fundamento Legal: Objeto: Prestação de Serviços de Internet, com um (1) link download a 2048 kbps e upload 512 kbps para Casa de Sonho Encantado. Data da Assinatura: 17/03/2017 Data da Publicação no Diário Oficial: Vigência: 17 /03/2017 a 31/12/2017 Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 5.985,00</p>	<p>Número do Processo: de download a 5120 kbps e upload 5120 kbps para Pre Memória e um (1) link de download a 3072 bkps e up Forma de Pagamento: À Vista</p>	<p>Outra Entidade: feita Municipal, um (1) link de load 768 kbps para Escola</p>	<p>Não</p>
<p>Contratado: SAN FRANCISCO TRANSPOR CNPJ: 72.275.076/0001-30 Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Número da Licitação: 2/2017 Número do Contrato ou Aditivo: 30/2017 Fundamento Legal: Objeto: Objetiva este contrato a realização, pela horas), Data da Assinatura: 24/03/2017 Data da Publicação no Diário Oficial: Vigência: 24 /03/2017 a 30/08/2017 Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 22.000,00</p>	<p>TES E SONORIZACOES LTDA - ME Número do Processo: 11/2017 Outra Entidade: Não CONTRATADA, de 01 (uma) apresentação artística, com duração aproximada de 4h (quatro Forma de Pagamento: À Vista</p>		

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

<p>Contratado: Coop. de Produção Agroindustrial Familiar de A B V CNPJ: 07.685.238/0001-47 Modalidade: Número da Licitação: Número do Contrato ou Aditivo: 31/2017 Fundamento Legal: Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FA educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letiv chamada pública n.º 001/2017 Data da Assinatura: 27/03/2017 Data da Publicação no Diário Oficial: Vigência: 27 /03/2017 a 31/12/2017 Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 23.337,50</p>	<p>Número do Processo: Forma de Pagamento:</p>	<p>MILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da red o de 2017, descritos no quadro previsto na Cláusula À Vista</p>	<p>Outra Entidade: Quarta, todos de acordo com a</p>	<p>Não e de</p>
<p>Contratado: Cooperativa Prod. e Cons. Agro CNPJ: 05.813.465/0001-85 Modalidade: Número da Licitação: Número do Contrato ou Aditivo: 32/2017 Fundamento Legal: Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS educação básica pública, verba FNDE/P chamada pública n.º 001/2017 Data da Assinatura: 27/03/2017 Data da Publicação no Diário Oficial: Vigência: 27 /03/2017 a 31/12/2017 Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 10.987,00</p>	<p>in. de Jaborá SC Número do Processo: Outra Entidade: Não DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de NAE, ano letivo de 2017, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Forma de Pagamento: À Vista</p>			

RUA DO COMÉRCIO, 1015

C.E.P.: 89730-000 - Alto Bela Vista - SC Março/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: Angonese & Picinini Contabilidade e Assessoria Ltd

CNPJ: 07.874.478/0001-90

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 9/2017 Número do Processo: 10/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 33/2017 Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica especializada, no âmbito da administração pública municipal, compreendendo a área de compras, licitações e contratos administrativos, conforme Termo de Referência constante no Edital.

Data da Assinatura: 30/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 30 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:
Valor: 24.300,00

Forma de Pagamento: À Vista

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS 03/2017 FMS

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: AMAZONIA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 12.934.749/0001-95 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 6/2017 Fundamento Legal:

Objeto: locação de software web informatizado para gestão dos serviços prestados aos munícipes pelos técnicos e profissionais da gerência/secretaria da Saúde e Assistência Social

Data da Assinatura: 06/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 06 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: TWF NET PROVEDOR DE INTERNET EIRELI - ME

CNPJ: 26.578.190/0001-12 Modalidade:

Número da Licitação: Número do Processo: Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 7/2017 Fundamento Legal:

Objeto: Prestação de Serviços de Internet, com um (1) link de download a 3072 kbps e upload 372 kbps para Posto de Saúde Central, um (1) link de download a 2048 kbps e upload 2048 kbps para Centro de Referência da Assistência Social e um (1) link de download a 1024 kbps e upload 1024 kbps para Conselho Tutelar

Data da Assinatura: 17/03/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 17 /03/2017 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.455,00 Forma de Pagamento: À Vista

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2017

DECRETO Nº. 33/2017, de 03 de abril de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.308, de 30 de março de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), objetivando suplementar dotação orçamentária para o exercício em curso, no atendimento despesas com custeio da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social, de responsabilidade deste ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0239.2.015 - Adm. Geral Bens e Serviços Transp. Escolar Ensino Fundamental
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 – ENSINO MÉDIO
12.362.0197.2.017 - Adm. Geral Bens e Serviços do Ensino Médio e Transporte Escolar
() 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0483.2.203 - Manut. Da Proteção Social Básica, Benefícios Eventuais e Alta Complexidade
(06) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

TOTAL GERAL
..... R\$ 85.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.2.014 - Adm. Geral Bens e Serviços do Ensino Fundamental
(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0239.2.021 - Adm. Geral Bens e Serviços Transp. Escolar Ensino Infantil
(66) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0021.2.200 - Adm. Geral Bens e Serv. da Secretaria de Assist. Social
(03) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

TOTAL GERAL
..... R\$ 85.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de Abril de 2017.
IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 03/04/2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 034/2017

DECRETO Nº. 34/2017, de 03 de abril de 2017

Alterado Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.216,88 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.307, de 30 de março de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.289/2016 de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 164.216,88 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas:

10.301.0428.1.114 – Construção de Edificação de Posto de Saúde do Centro

20.606.0145.1.084 – Equip. Agríc. Ext. Rural CT Repasse 1026.504-50/15 – Proposta 035232 – MAPA/CAIXA.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.216,88 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.114 – Construção de Edificação de Posto de Saúde do Centro

(74) 4.4.90.00.00.00.00.00.0708- Aplicações Diretas 64.216,88

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 – AGRICULTURA

20.606.0145.1.084 – Equip. Agríc. Ext. Rural CT Repasse 1026.504-50/15 – Proposta 035232 – MAPA/CAIXA

(150) 4.4.90.00.00.00.00.00.0252- Aplicações Diretas 97.500,00

(151) 4.4.90.00.00.00.00.00.0991- Aplicações Diretas 2.500,00

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Crédito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 164.216,88 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), concernente, em parte, do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos provenientes do Ministério da Saúde em conformidade com as Portarias nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011 e Portaria nº. 1.380, de 09 de julho de 2013, no valor de R\$ 64.216,88 (sessenta e quatro mil, duzentos

e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) recursos sob nº 0708 – (00.01.0708) e Contrato de Repasse nº 1.026.504-50/2015 e a Proposta 035232/2015, do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E AGROPECUÁRIA (MAPA/CAIXA), na fonte de Recursos 0252 - (00.01.0252), no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil reais) como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes. O valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) relativo a contrapartida do Convênio com o MAPA/CAIXA será utilizado recursos do Supravit Financeiro das receitas de Aliações de bens, recursos 0991 – (00.03.0091).

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei. Anchieta – (SC), 03/04/2017.

FernandaCristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº. 35 /2017, de 03 de abril de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), distribuídos em conformidade

com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração
(148) 3.3.90.00.00.00.00.2131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.050 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desenvolvimento Local
(149) 3.3.90.00.00.00.00.2131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, relativamente à Fonte de Recursos 00.03.0131 – Superávit Financeiro de Recursos Próprios em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

03 de abril 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 03/04/2017.

FernandaCristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 038/2017

DECRETO Nº. 038/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

· Considerando que no dia 13 de Abril de 2017 (Quinta Feira) antecede o Feriado Nacional da Paixão de Cristo definido na Portaria nº

369 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de 29 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Anchieta no dia 13 de abril de 2017 (Quinta Feira).

§ 1º Não será facultado o ponto para os servidores públicos municipais lotados na Secretaria de Educação, abrangendo as Escolas da Rede Municipal de Ensino durante o período da manhã do dia 13 de Abril de 2017 (Quinta Feira).

Art. 2º Os serviços emergenciais na área de Saúde Pública serão atendidos na Unidade de Pronto Atendimento (Hospital) pelos profissionais em regime de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 06 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei
em 06 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 163/2017

PORTARIA Nº. 163/2017

De, 06 de Abril de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016;

RESOLVE:

Nomear Professor de Ensino Fundamental 5ª. a 8ª. Séries,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Leonardo Martins, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental 5ª. a 8ª. Séries - Disciplina de Geografia - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 06/04/2017 a 15/12/2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 06 de Abril de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão

PORTARIA Nº 164/2017

PORTARIA N. 164/2017

De, 06 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 24 da Lei Complementar nº. 031/2011,

Considerando o estado de saúde da servidora;

Considerando o Laudo do Médico do Trabalho;

Resolve:

Readaptar Servidora,

Art. 1º - Fica readaptada a senhora Ercilda Maria Signori, servidora pública municipal, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer as funções de Monitora/Auxiliar de Creche, com atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações em sua capacidade física, verificada em inspeção médica, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 06 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 165/2017

PORTARIA Nº. 165/2017

De, 06 de Abril de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora pública municipal senhora Irene Zangalli Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016 e 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 06/04/2017 à 20/04/2017 (2015/2016) e no período de 21/04/2017 à 05/05/2017 (2016/2017).

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 06 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 166/2017

PORTARIA Nº. 166/2017

De, 07 de Abril de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor público municipal senhor Jaime Segalin, ocupante do cargo de Motorista da Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 10/04/2017 à 09/05/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PREGÃO PRESENCIAL N 012/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 012/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial para: Aquisição de troféus e medalhas para o desenvolvimento das atividades esportivas nas modalidades de voleibol, futsal, futebol de campo, futebol suíço, bolãozinho e outros, da Secretaria Municipal de Educação, para o exercício financeiro de 2017. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 25/04/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 07 de abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 053/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 037/2017; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de escavadeira hidráulica, com peso operacional de 14.000kg, com operador, por hora, a serem utilizados na manutenção e conservação das estradas vicinais Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 26 de abril 2017 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE MODIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2017

AVISO DE MODIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a MODIFICAÇÃO, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 036/2017 – modalidade Chamamento Público (credenciamento) nº. 02/2017, que possui como objeto "O credenciamento de empresas especializadas em prestação de serviços na realização de exames laboratoriais relacionados nos Anexos I e II deste Edital, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não."

CONSIDERANDO, que As alterações do edital de licitação, mesmo as mais singelas, que não impliquem em nova divulgação, estão disciplinadas no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CONSIDERANDO, que a Administração, após a publicação do aviso de licitação, se obriga a promover alterações no instrumento convocatório. Tais alterações podem ocorrer por conveniência do órgão licitador para uma melhor adequação, por exemplo, do objeto do certame às suas reais necessidades, como também em razão de provocações de terceiros, através da figura jurídica da impugnação ao instrumento convocatório. Dessa forma, trazemos o posicionamento do Prof. Marçal Justen Filho, que registra o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro)." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Aide, 1994. p.252.). Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 129.)

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação do rol de exames indicados no anexo I, do referido processo licitatório, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, esclarecendo que o rol de exames anteriormente indicados estava incompleto.

Desse modo, fica alterado o Anexo I, Processo Licitatório 036/2017 – modalidade Chamamento Público (credenciamento) nº. 02/2017, para incluir os exames indicados nesta modificação.

Por se tratar de processo de Credenciamento, ficam mantidos os demais prazos e requisitos necessários ao credenciamento, devendo os Laboratórios porventura já credenciados serem instados a se adequar as normas acima estabelecidas.

Segue rol dos exames incluídos no Credenciamento:

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		
Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO		
Forma de Organização 01 - EXAMES BIOQUÍMICOS		
Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	1,53

0202010783	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	3,04
Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		
Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO		
Forma de Organização 03 - EXAMES SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS		
Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202030024	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	15,00
0202030210	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	298,48
0202031071	QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	18,00
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	9,00
0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	13,35
0202031225	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER I	80,00
0202031233	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER II	120,00
0202031250	DETECÇÃO DE RNA DO HTLV-1	65,00
0202031268	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 (WESTERN-BLOT)	85,00
Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		
Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		
Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO		
Forma de Organização 07 - EXAMES TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA		
Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	58,61
Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		
Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO		
Forma de Organização 08 - EXAMES MICROBIOLÓGICOS		
Código	Nome	Preço SUS
0202080013	ANTIBIOGRAMA	4,98
0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13,33
0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	13,33
0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE	4,20
0202080064	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	4,20
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2,80

0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62
0202080110	CULTURA PARA BAAR	5,63
0202080129	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	10,25
0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	4,19
0202080145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,80
0202080153	HEMOCULTURA	11,49
0202080161	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5,63
0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO- ORGANISMOS COLIFORMES	5,62

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO

Forma de Organização 09 - EXAMES EM OUTROS LIQUIDOS BIOLÓGICO

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202090019	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	1,89
0202090051	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	1,89
0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	1,89
0202090078	DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA- ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6,56
0202090108	DOSAGEM DE FRUTOSE	2,01
0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89
0202090132	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E	1,89
0202090159	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	5,23
0202090167	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6,56
0202090183	EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	1,89
0202090191	MIELOGRAMA	5,79
0202090213	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA	9,70
0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	1,89
0202090256	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	1,89
0202090272	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E	1,89
0202090299	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE,STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SO- ROTIPOS A, B, C)	1,89
0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1,89
0202090329	REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89
0202090337	TESTE DE CLEMENTS	1,89

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO

Forma de Organização 10 - EXAME DE GENÉTICA

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202100014	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS)	180,00
0202100022	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TECNICA DE BANDAS)	160,00
0202100049	QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER-2	120,00

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO

Forma de Organização 10 - EXAMES PARA TRIAGEM NEONATAL

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202110010	DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	8,80
0202110028	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	66,00
0202110036	DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	66,00
0202110044	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	5,50
0202110052	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	12,10
0202110060	DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	20,90
0202110079	DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	5,50
0202110087	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	13,20
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	8,00
0202110109	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	5,50
0202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	137,00
0202110125	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	66,00
0202110133	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE	66,00
0202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	150,00

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 02 – DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO

Forma de Organização 12 - EXAMES IMUNOHEMATOLÓGICOS

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0202120015	DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	10,65
0202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37

0202120031	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	10,65
0202120040	IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	10,65
0202120058	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	5,79
0202120066	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 370C	5,79
0202120074	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	1,37
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	2,73
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	2,73
0202120104	TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	5,79

Antônio Carlos, 7 de abril de 2017.

LUCIANO DA CUNHA

Presidente de Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE MODIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017

AVISO DE MODIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a MODIFICAÇÃO, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 050/2017 – modalidade Pregão Presencial nº. 034/2017, que possui como objeto "Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, SEM EXCLUSIVIDADE."

CONSIDERANDO, que As alterações do edital de licitação, mesmo as mais singelas, que não impliquem em nova divulgação, estão disciplinadas no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CONSIDERANDO, que a Administração, após a publicação do aviso de licitação, se obriga a promover alterações no instrumento convocatório. Tais alterações podem ocorrer por conveniência do órgão licitador para uma melhor adequação, por exemplo, do objeto do certame às suas reais necessidades, como também em razão de provocações de terceiros, através da figura jurídica da impugnação ao instrumento convocatório. Dessa forma, trazemos o posicionamento do Prof. Marçal Justen Filho, que registra o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro)." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Aide, 1994. p.252.). Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 129.)

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação nos lotes do Anexo I, do certame licitatório para melhor atender as necessidades do município.

Desse modo, o Anexo I, passa a constar o que segue:

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

LOTE I – RELAÇÃO DOS AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PARA LATOARIA, PINTURA E ESTOFAMENTO

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
CAREM 01	MICHIGAN	CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III	AMARELA	1986	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
ESCAH 01	HYUNDAI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	AMARELA	2010	DIESEL	SEC.OBRAS
ESCAH 02	NEW HOOLAND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. AGRICULTURA

GNG0042	VOLKSWAGEN	VW/PARATI CL	CINZA	1991	ÁLCOOL	SEC. AGRICULTURA
ICQ8199	VOLVO	C.TRATOR NL10 340 4X2	BRANCA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZV 4457	VOLKSWAGEN	GOL CL 1.6	BRANCA	1990	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAO 9868	VOLKSWAGEN	KOMBI 1.6	BRANCA	1993	GASOLINA	SEC. ESPORTE
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MAR 2366	GM CHEVROLET	KADETT IPANEMA GL 1.8	BRANCA	1998	GASOLINA	CONSELHO TUTELAR
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBO 7163	GM CHEVROLET	CELTA 1.0	BRANCA	2002	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MBS 5734	GM CHEVROLET	ASTRA HB 2.0 ADVANTAGE FLEX	PRATA	2007	ALCOOL/GASOLINA	GABINETE
MBU 1372	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0 PLUS	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MCARE 01	BOBCAT	MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B	BRANCA	2010	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
MCL1175	RENAULT	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA CIVIL
MCN1856	GM CHEVROLET	CELTA	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDY 7879	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0	BRANCA	2004	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MDZ2232	GM CHEVROLET	GM/CORSA CLASSIC	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA MILITAR
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETROONIC TOCO (COLETOR DE LIXO)	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MFH7321	GM CHEVROLET	GM/MERIVA JOY	BRANCA	2006	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MFO 6754	FORD	COURIER L 1.6 FLEX	BRANCA	2008	ALCOOL/GASOLINA	SEC. OBRAS (DMER)
MFT 6690	VOLKSWAGEN	GOL GII 1.0 SPECIAL	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MGF 2992	FORD	COURIER L 1.6	PRATA	2006	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MGM 3899	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	PRATA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MGW 6694	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. ADMINIS.
MGW 6724	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. EDUCAÇÃO
MHA 9010	AGRALE	FURGOVAN 6000 (ODONTOMOVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHZ 2690	VOLKSWAGEN	GOL IV 1.0 FLEX	BRANCA	2005	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE
MIM 0393	FIAT	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.4	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MJR5323	FIAT	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJZ8322	FIAT	FIAT/UNO ECONOMY	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MLA5509	FORD	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MLG2313	FIAT	STRADA TRECK CC 1.6	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

MLU9446	GM CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	ASSISTENCIA SOCIAL
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
NHD0354	VOLKSWAGEN	VW/PARATI PATRULH 1.6	PRETA	2009	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA CIVIL
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2007	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CASE	RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MOTONIVELADORA	CASE	845-B	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
TRATOR 04	BUDNY	TRATOR AGRICOLA BDY7540	LARANJA	2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA02	VALTRA	TRATOR AGRICOLA 785 4X4	AMARELA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATE 03	FIATALLIS	TRATOR DE ESTEIRA FD-9	AMARELA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
TRATOR 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATRAN	BRASELIO	TRATOR TRANSPORTADOR BTB-17DL	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MBZ 1333	HONDA	NXR 125 BROS ES	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MEI 5098	HONDA	NXR 150 BROS ESC	BRANCA	2007	GASOLINA	SEC. ADMINISTRAÇÃO
MEI 5058	HONDA	NXR 150 BROS ESC	BRANCA	2007	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE I

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE II – RELAÇÃO DOS AUTOMÓVEIS, PARA MECÂNICA GERAL (INCLUSO BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, HIDRÁULICA)

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
GNG0042	VOLKSWAGEN	VW/PARATI CL	CINZA	1991	ÁLCOOL	SEC. AGRICULTURA
MFO 6754	FORD	COURIER L 1.6 FLEX	BRANCA	2008	ALCOOL/GASOLINA	SEC. OBRAS (DMER)
MGW 6694	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. ADMINIS.
MGW 6724	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. EDUCAÇÃO
MHZ 2690	VOLKSWAGEN	GOL IV 1.0 FLEX	BRANCA	2005	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MBS 5734	GM CHEVROLET	ASTRA HB 2.0 ADVANTAGE FLEX	PRATA	2007	ALCOOL/GASOLINA	GABINETE
MGM 3899	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	PRATA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MFH7321	GM CHEVROLET	GM/MERIVA JOY	BRANCA	2006	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MIM 0393	FIAT	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.4	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MJR5323	FIAT	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MJZ8322	FIAT	FIAT/UNO ECONOMY	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MLA5509	FORD	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MLG2313	FIAT	STRADA TRECK CC 1.6	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MLU9446	GM CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	ASSISTENCIA SOCIAL
NHD0354	VOLKSWAGEN	VW/PARATI PATRULH 1.6	PRETA	2009	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA CIVIL
LZV 4457	VOLKSWAGEN	GOL CL 1.6	BRANCA	1990	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MAO 9868	VOLKSWAGEN	KOMBI 1.6	BRANCA	1993	GASOLINA	SEC. ESPORTE
MAR 2366	GM CHEVROLET	KADETT IPANEMA GL 1.8	BRANCA	1998	GASOLINA	CONSELHO TUTELAR
MBO 7163	GM CHEVROLET	CELTA 1.0	BRANCA	2002	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MBU 1372	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0 PLUS	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MCL1175	RENAULT	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA CIVIL
MCN1856	GM CHEVROLET	CELTA	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MDY 7879	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0	BRANCA	2004	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MDZ2232	GM CHEVROLET	GM/CORSA CLASSIC	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA MILITAR
MFT 6690	VOLKSWAGEN	GOL GII 1.0 SPECIAL	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MGF 2992	FORD	COURIER L 1.6	PRATA	2006	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE I

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE III – RELAÇÃO DOS AUTOMÓVEIS, RETÍFICA DE MOTOR

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
GNG0042	VOLKSWAGEN	VW/PARATI CL	CINZA	1991	ÁLCOOL	SEC. AGRICULTURA
MFO 6754	FORD	COURIER L 1.6 FLEX	BRANCA	2008	ALCOOL/GASOLINA	SEC. OBRAS (DMER)
MGW 6694	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. ADMINIS.
MGW 6724	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. EDUCAÇÃO
MHZ 2690	VOLKSWAGEN	GOL IV 1.0 FLEX	BRANCA	2005	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MBS 5734	GM CHEVROLET	ASTRA HB 2.0 ADVANTAGE FLEX	PRATA	2007	ALCOOL/GASOLINA	GABINETE
MGM 3899	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	PRATA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MFH7321	GM CHEVROLET	GM/MERIVA JOY	BRANCA	2006	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MIM 0393	FIAT	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.4	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MJR5323	FIAT	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MJZ8322	FIAT	FIAT/UNO ECONOMY	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MLA5509	FORD	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MLG2313	FIAT	STRADA TRECK CC 1.6	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MLU9446	GM CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	ASSISTENCIA SOCIAL
NHD0354	VOLKSWAGEN	VW/PARATI PATRULH 1.6	PRETA	2009	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA CIVIL
LZV 4457	VOLKSWAGEN	GOL CL 1.6	BRANCA	1990	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MAO 9868	VOLKSWAGEN	KOMBI 1.6	BRANCA	1993	GASOLINA	SEC. ESPORTE
MAR 2366	GM CHEVROLET	KADETT IPANEMA GL 1.8	BRANCA	1998	GASOLINA	CONSELHO TUTELAR
MBO 7163	GM CHEVROLET	CELTA 1.0	BRANCA	2002	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MBU 1372	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0 PLUS	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MCL1175	RENAULT	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA CIVIL
MCN1856	GM CHEVROLET	CELTA	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MDY 7879	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0	BRANCA	2004	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MDZ2232	GM CHEVROLET	GM/CORSA CLASSIC	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA MILITAR
MFT 6690	VOLKSWAGEN	GOL GII 1.0 SPECIAL	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MGF 2992	FORD	COURIER L 1.6	PRATA	2006	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE III

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE IV – RELAÇÃO DOS AUTOMÓVEIS, ELÉTRICA/ELETRÔNICA/AR CONDICIONADO

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
GNG0042	VOLKSWAGEN	VW/PARATI CL	CINZA	1991	ÁLCOOL	SEC. AGRICULTURA
MFO 6754	FORD	COURIER L 1.6 FLEX	BRANCA	2008	ALCOOL/GASOLINA	SEC. OBRAS (DMER)
MGW 6694	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. ADMINIS.
MGW 6724	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. EDUCAÇÃO
MHZ 2690	VOLKSWAGEN	GOL IV 1.0 FLEX	BRANCA	2005	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MBS 5734	GM CHEVROLET	ASTRA HB 2.0 ADVANTAGE FLEX	PRATA	2007	ALCOOL/GASOLINA	GABINETE
MGM 3899	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	PRATA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MFH7321	GM CHEVROLET	GM/MERIVA JOY	BRANCA	2006	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MIM 0393	FIAT	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.4	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MJR5323	FIAT	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MJZ8322	FIAT	FIAT/UNO ECONOMY	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MLA5509	FORD	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MLG2313	FIAT	STRADA TRECK CC 1.6	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MLU9446	GM CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	ASSISTENCIA SOCIAL
NHD0354	VOLKSWAGEN	VW/PARATI PATRULH 1.6	PRETA	2009	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA CIVIL
LZV 4457	VOLKSWAGEN	GOL CL 1.6	BRANCA	1990	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MAO 9868	VOLKSWAGEN	KOMBI 1.6	BRANCA	1993	GASOLINA	SEC. ESPORTE
MAR 2366	GM CHEVROLET	KADETT IPANEMA GL 1.8	BRANCA	1998	GASOLINA	CONSELHO TUTELAR
MBO 7163	GM CHEVROLET	CELTA 1.0	BRANCA	2002	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MBU 1372	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0 PLUS	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MCL1175	RENAULT	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA CIVIL
MCN1856	GM CHEVROLET	CELTA	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MDY 7879	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0	BRANCA	2004	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.

MDZ2232	GM CHEVROLET	GM/CORSA CLASSIC	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA MILITAR
MFT 6690	VOLKSWAGEN	GOL GII 1.0 SPECIAL	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MGF 2992	FORD	COURIER L 1.6	PRATA	2006	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE IV

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE V – RELAÇÃO DOS AUTOMÓVEIS, RADIADOR/SISTEMA DE ARREFECIMENTO

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
GNG0042	VOLKSWAGEN	VW/PARATI CL	CINZA	1991	ÁLCOOL	SEC. AGRICULTURA
MFO 6754	FORD	COURIER L 1.6 FLEX	BRANCA	2008	ALCOOL/GASOLINA	SEC. OBRAS (DMER)
MGW 6694	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. ADMINIS.
MGW 6724	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	BRANCA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. EDUCAÇÃO
MHZ 2690	VOLKSWAGEN	GOL IV 1.0 FLEX	BRANCA	2005	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MBS 5734	GM CHEVROLET	ASTRA HB 2.0 ADVANTAGE FLEX	PRATA	2007	ALCOOL/GASOLINA	GABINETE
MGM 3899	FORD	FIESTA HATCH 1.0 FLEX	PRATA	2009	ALCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MFH7321	GM CHEVROLET	GM/MERIVA JOY	BRANCA	2006	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MIM 0393	FIAT	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.4	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MJR5323	FIAT	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MJZ8322	FIAT	FIAT/UNO ECONOMY	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. SAÚDE
MLA5509	FORD	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	BRANCA	2012	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA MILITAR
MLG2313	FIAT	STRADA TRECK CC 1.6	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MLU9446	GM CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	BRANCA	2013	ÁLCOOL/GASOLINA	ASSISTENCIA SOCIAL
NHD0354	VOLKSWAGEN	VW/PARATI PATRULH 1.6	PRETA	2009	ÁLCOOL/GASOLINA	POLICIA CIVIL
LZV 4457	VOLKSWAGEN	GOL CL 1.6	BRANCA	1990	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. EPID.
MAO 9868	VOLKSWAGEN	KOMBI 1.6	BRANCA	1993	GASOLINA	SEC. ESPORTE
MAR 2366	GM CHEVROLET	KADETT IPANEMA GL 1.8	BRANCA	1998	GASOLINA	CONSELHO TUTELAR
MBO 7163	GM CHEVROLET	CELTA 1.0	BRANCA	2002	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MBU 1372	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0 PLUS	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MCL1175	RENAULT	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA CIVIL
MCN1856	GM CHEVROLET	CELTA	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA
MDY 7879	VOLKSWAGEN	GOL GIII 1.0	BRANCA	2004	GASOLINA	SEC. SAUDE VIG. SANT.
MDZ2232	GM CHEVROLET	GM/CORSA CLASSIC	BRANCA	2004	GASOLINA	POLICIA MILITAR
MFT 6690	VOLKSWAGEN	GOL GII 1.0 SPECIAL	BRANCA	2001	GASOLINA	SEC. SAÚDE
MGF 2992	FORD	COURIER L 1.6	PRATA	2006	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE V

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE VI – RELAÇÃO DE MOTOS, PARA MECÂNICA GERAL, RETÍFICA, ELÉTRICA, ELETRÔNICA, RADIADOR, HIDRÁULICA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MBZ 1333	HONDA	NXR 125 BROS ES	BRANCA	2003	GASOLINA	SEC. PLANEJAMENTO
MEI 5098	HONDA	NXR 150 BROS ESC	BRANCA	2007	GASOLINA	SEC. ADMINISTRAÇÃO
MEI 5058	HONDA	NXR 150 BROS ESC	BRANCA	2007	GASOLINA	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE VI

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 10km da sede do Município.

LOTE VII – RELAÇÃO DE ÔNIBUS/CAMINHÃO/VAN, PARA MECANICA GERAL

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETRONIC TOCO (COLETOR DE LIXO)	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MHA 9010	AGRALE	FURGOVAN 6000 (ODONTOMOVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE
ICQ8199	VOLVO	C.TRATOR NL10 340 4X2	BRANCA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE VII

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE VIII – RELAÇÃO DOS TRATORES (OBRAS) PARA MECÂNICA GERAL

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
CAREM 01	MICHIGAN	CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III	AMARELA	1986	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
ESCAH 01	HYUNDAI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	AMARELA	2010	DIESEL	SEC.OBRAS
ESCAH 02	NEW HOOLAND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCARE 01	BOBCAT	MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B	BRANCA	2010	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
MOTONIVELADORA	CASE	845-B	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA

RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2007	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CASE	RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATE 03	FIATALLIS	TRATOR DE ESTEIRA FD-9	AMARELA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
TRATRAN	BRASELIO	TRATOR TRANSPORTADOR BTB-17DL	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE VIII

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE IX – RELAÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS, PARA MECÂNICA GERAL / RADIADOR E SISTEMA DE ARREFECIMENTO - INCLUINDO OS IMPLEMENTOS

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
TRATOR 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA02	VALTRA	TRATOR AGRICOLA 785 4X4	AMARELA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATOR 04	BUDNY	TRATOR AGRICOLA BDY7540	LARANJA	2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE IX

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30Km da sede do Município.

LOTE X – RELAÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS, PARA RETÍFICA DE MOTOR (INCLUINDO OS IMPLEMENTOS)

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
TRATOR 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA02	VALTRA	TRATOR AGRICOLA 785 4X4	AMARELA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATOR 04	BUDNY	TRATOR AGRICOLA BDY7540	LARANJA	2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE X

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XI – RELAÇÃO DOS TRATORES (OBRAS), TRATORES AGRÍCOLAS, PARA ELÉTRICA/ELETRÔNICA/AR CONDICIONADO

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MOTONIVELADORA	CASE	845-B	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
CAREM 01	MICHIGAN	CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III	AMARELA	1986	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
ESCAH 01	HYUNDAI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. OBRAS
ESCAH 02	NEW HOLLAND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCARE 01	BOBCAT	MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B	BRANCA	2010	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2007	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CASE	RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATOR 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA02	VALTRA	TRATOR AGRICOLA 785 4X4	AMARELA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATOR 04	BUDNY	TRATOR AGRICOLA BDY7540	LARANJA	2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATE 03	FIATALLIS	TRATOR DE ESTEIRA FD-9	AMARELA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
TRATRAN	BRASELIO	TRATOR TRANSPORTADOR BTB-17DL	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XII

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XII – RELAÇÃO ÔNIBUS/CAMINHÃO/VAN, PARA ELÉTRICA/ELETRÔNICA/AR CONDICIONADO

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETROTRONIC TOCO (COLETOR DE LIXO)	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MHA 9010	AGRALE	FURGON 6000 (ODONTOMOVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XII

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XII – RELAÇÃO DOS TRATORES (OBRAS), ÔNIBUS/CAMINHÃO/VAN, TRATORES AGRÍCOLAS, PARA MOLAS/SUSPENSÃO/ BALANCEAMENTO E GREOMETRIA

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
CAREM 01	MICHIGAN	CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III	AMARELA	1986	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
ESCAH 01	HYUNDAI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	AMARELA	2010	DIESEL	SEC.OBRAS

ESCAH 02	NEW HOOLAND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
ICQ8199	VOLVO	C.TRATOR NL10 340 4X2	BRANCA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MCARE 01	BOBCAT	MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B	BRANCA	2010	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETROTRONIC TOCO (COLETOR DE LIXO)	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHA 9010	AGRALE	FURGOVAN 6000 (ODONTOMOVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MOTONIVELADORA	CASE	845-B	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2007	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CASE	RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATOR 04	BUDNY	TRATOR AGRICOLA BDY7540	ARANJA	2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATA02	VALTRA	TRATOR AGRICOLA 785 4X4	AMARELA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATE 03	FIATALLIS	TRATOR DE ESTEIRA FD-9	AMARELA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
TRATOR 03	NEW HOLLAND	TRATOR AGRICOLA	AZUL	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATRAN	BRASELIO	TRATOR TRANSPORTADOR BTB-17DL	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XII

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XIV – RELAÇÃO DE ÔNIBUS/CAMINHÃO/VAN, PARA RETÍFICA DE MOTOR

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETRONIC TOCO (COLETOR DE LIXO	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MHA 9010	AGRALE	FURGOVAN 6000 (ODONTOMOMVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE
ICQ8199	VOLVO	C.TRATOR NL10 340 4X2	BRANCA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XIV

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XV – RELAÇÃO DOS TRATORES (OBRAS) PARA RETÍFICA DE MOTOR

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
CAREM 01	MICHIGAN	CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III	AMARELA	1986	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
ESCAH 01	HYUNDAI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	AMARELA	2010	DIESEL	SEC.OBRAS
ESCAH 02	NEW HOOLAND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCARE 01	BOBCAT	MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B	BRANCA	2010	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)

MOTONIVELADORA	CASE	845-B	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
RETRO	CATERPILAR	RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4	AMARELA	2007	DIESEL	SEC. DE OBRAS (DMER)
RETRO	CASE	RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
TRATE 03	FIATALLIS	TRATOR DE ESTEIRA FD-9	AMARELA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
TRATRAN	BRASELIO	TRATOR TRANSPORTADOR BTB-17DL	AMARELA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XV

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

LOTE XVI – RELAÇÃO DE ÔNIBUS/CAMINHÃO/VAN, PARA CENTRAR EIXOS E CARCAÇAS DE DIFERENCIAIS INCLUINDO MONTAGEM E REPAROS NO DIFERENCIAL

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
MEN 7849	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 13.180 ELETROCN TOCO (COLETOR DE LIXO)	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MCX 9762	VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 23.210 CUMMINS TRUCK BASCULANTE	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MLV6988	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	BRANCA	2013	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MEW 2798	FORD	CAMINHÃO CARGO 2622E TRUCK TRAÇADO BASCULANTE	BRANCA	2007	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MMA6652	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MMA6762	FORD	CAMINHÃO CARGO BASCULANTE 2629 6X4	BRANCA	2014	DIESEL	SEC. OBRAS
MAF 1994	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1313 TOCO BASCULANTE	BRANCA	1986	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAF 1984	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1993	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
MAS 2206	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO LK 1414 TOCO BASCULANTE	AZUL	1992	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MAU 3398	FORD	F 1000 SS	CINZA	1989	DIESEL	SEC. OBRAS (DMER)
MHA 9010	AGRALE	FURGON 6000 (ODONTOMOVEL)	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. SAÚDE
MAQ 6897	AGRALE	MICRO ONIBUS 1800	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MBR7131	AGRALE	MICRO ONIBUS M POLO SENIOR GVUO	BRANCA	2001	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MDK4237	AGRALE	MICRO ONIBUS MA 8.500	BRANCA	2005	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
KPE 3715	MERCEDES BENZ	MICRO ONIBUS MB 812	BRANCA	1991	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MEB 3201	AGRALE	MICRO ONIBUS NEOBUS THUNDER	BRANCA	2004	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJS 7389	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELA	2010	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MJH8732	IVECO	ONIBUS CITYCLASS 70C16	AMARELO	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
MGA 8363	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MHM 8499	MERCEDES BENZ	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2009	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIH 6002	VOLKSWAGEN	ONIBUS INDUSCAR FOZ U	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LYB 0660	SCANIA	ONIBUS K 113 CL 4X2 360	BRANCA	1994	DIESEL	SEC. ESPORTE
LZL 1288	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1115	BRANCA	1988	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
LZU 9634	MERCEDES BENZ	ONIBUS OF 1315	BRANCA	1992	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIP4683	VOLKSWAGEN	ONIBUS VW/15.190 EOD	AMARELA	2011	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO
JNW0841	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 310 D	BRANCA	1997	DIESEL	SEC. ESPORTE
MFZ 9220	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER F 311 CDI	BRANCA	2002	DIESEL	SEC. SAÚDE
MBE 3146	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 312 D (AMBULANCIA)	BRANCA	2000	DIESEL	SEC. SAÚDE
MDI 8025	MERCEDES BENS	VAN SPRINTER M 313 CDI	BRANCA	2006	DIESEL	SEC. EDUCAÇÃO T. E.
MIK 8749	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER M 413 CDI	PRATA	2010	DIESEL	SEC. SAUDE
ICQ8199	VOLVO	C.TRATOR NL10 340 4X2	BRANCA	1995	DIESEL	SEC. OBRAS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE XIV

Quantidade de Hora/homem	Valor limite a ser pago por hora/homem R\$	Valor total a ser Contratado R\$
200	70,00	14.000,00

Obs: O serviço deverá ser efetuado por prestadora com sede no máximo de 30km da sede do Município.

Fica alterada a data de abertura do presente certame para o dia 26/04/2017 às 09:00hrs.

Antônio Carlos, 7 de abril de 2017.

Fernanda Alves Guesser Koch
Pregoeira

PORTARIA N 199/2017

PORTARIA Nº 199/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora LINETE RITA VIEIRA NIEHEUS DE FARIAS, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PEDIATRA, de 03 de maio de 2017 a 01 de junho de 2017, referente ao período aquisitivo de 03/11/2015 a 02/11/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de abril de 2017.

PORTARIA N 200/2017

PORTARIA Nº 200/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor OSVALDINO KAMMER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, de 03 de maio de 2017 a 01 de junho de 2017, referente ao período aquisitivo de 16/09/2012 a 15/09/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de abril de 2017.

PORTARIA N 201/2017

PORTARIA Nº 201/2017
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, REGINA CELIA DA SILVA DIAS, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE SERVIÇO GERAIS 40H, a partir do dia 06 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de abril de 2017.

PORTARIA N 202/2017

PORTARIA Nº 202/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor OSVALDO GUESSER, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, de 03 de maio de 2017 a 01 de junho de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/12/2007 a 01/12/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de abril de 2017.

PORTARIA N 203/2017

PORTARIA Nº 203/2017
Concede Adicional por Tempo de Serviço.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores efetivos, a partir do mês de abril de 2017, conforme relação abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
CLAUDIA WEBER DE MELO	705	-	18%
CRISTIANE GELSLEICHTER	940	4	18%
MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA	185	-	60%
MARIA MARGARIDA RICHARTZ RODEN	184	-	60%
ROSANGELA LINO	186	-	60%

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 04/2017 FMS

Fundo Municipal de Saúde de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 04/2017

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 28/04/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 28/04/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 209/2017

PORTARIA Nº 209/2017
NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 07 de abril de 2017, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "A", CLEITON JAIR LERMEN, inscrito no CPF-MF sob nº 034.729.623-08, para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 07 de abril de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PREGÃO 29/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 032/2017. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2017

Objeto: Registro de preços para aquisição de passagens de ônibus para atender as necessidades do Município.

Recebimento das Propostas: até 14h15 do dia 20/04/2017.

Abertura: às 14h30do dia 20/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 06 de abril de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO 001/2017- MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Licitação 001/2017- Modalidade Pregão Presencial

Objeto: Auxílio-Alimentação, através de Cartão Eletrônico/Magnético com senha, conforme edital, anexos e termo de referência.

A Câmara de Vereadores de Arabutã comunica que se encontra aberta licitação na modalidade "Pregão Presencial", objetivando a aquisição do objeto acima mencionado. As propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 25 de abril de 2017 e serão abertas no mesmo dia as 15:00 horas na sede da Câmara. O edital está disponível na Câmara de Vereadores ou no Site www.arabuta.sc.leg.br.

Arabutã-SC, 05 de abril de 2017.

GERSON ARTIFON

Presidente

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2017 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PRONTOS PARA O CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0014/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PRONTOS PARA O CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2017.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 25/04/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 25/04/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 07 de abril de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 011/2017

DECRETO Nº 011/2017.

“Regulamenta a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil e o Conselho Municipal de Defesa Civil, nomeando seus respectivos membros e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme da Lei nº 1343/2013 que regulamenta a lei citada e nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Defesa Civil no âmbito do Município de Atalanta, conforme prescreve o artigo 8º da Lei nº 1343/2013, e nomeados seus membros, conforme composição que segue adiante:

I – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

- Titular: Jaime Senem;
- Suplente: Alessandra Zanelato Tavares.

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- Titular: Osni Walzburger;
- Suplente: Lilian Sebold Maciel.

III - Representante da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras:

- Titular: Udo Schelter;
- Suplente: Jonas de Oliveira.

IV – Secretaria de Turismo e Meio Ambiente:

- Titular: Leilane Carine Kellermann Weingartner;
- Suplente: Margaret Dalabeneta.

V – Representante da Polícia Militar:

- Titular: Fernando Xavier;
- Suplente: Yago Sommer;

VI – Representante da Polícia Civil:

- Titular - Alessandro Rivieri Ramos;
- Suplente- Eduarda Marconcini;

VII – Representante do Comércio local:

- Titular: Sandra Fernandes Schmoegel;
- Suplente: Renato Rodrigues.

VIII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Titular: Moacir de Souza;
- Suplente: Maureli Paulino da Silva.

Art. 2º - Em atendimento ao disposto no art. 5º,III da Lei 1343/2013, a Secretaria da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC terá sua sede, em sala própria, na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º - Conforme dispõe o art. 5º, IV e §1º, §2º e §3º, o Setor Técnico da COMDEC e o Setor Operacional do será composto pelos seguintes membros:

a) Setor Técnico:

I – 01 (um) Engenheiro(a) Civil:

- Catiucia Sievers;

II – 01 (um) Técnico Agrícola:

- Laércio Luiz França;

III – 01 (um) Fiscal de Tributos:

- Secretário: Simoni Antunes.

b) Setor Operacional:

I – 01 (um) Oficial Administrativo:

- Secretária: Jéssica Alana dos Santos;

II – 01 (um) Motorista:

- Valmiré Amarante;

III – 01 (um) Operador de Equipamentos:

- Antônio Pereira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o decreto nº 027/2014 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 05 de abril de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

LEI Nº 1495/2017

LEI Nº 1495/2017

“Autoriza o Poder Executivo a Executar e/ou Subsidiar Serviços, Fornecer Equipamentos ou Materiais, Visando o Desenvolvimento Rural e Urbano e dá Outras Providencias”.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL, Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo, visando o desenvolvimento rural e urbano do Município, bem como objetivando a promoção de incentivos relativos ao aumento da produtividade nas propriedades rurais,

a melhoria das condições dos agricultores e das propriedades agrícolas, o aprimoramento da infraestrutura básica dos lotes e vias urbanas, fica autorizado, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a fornecer, executar e/ou contratar:

I - horas de máquina, mais precisamente relacionadas à utilização de retroescavadeira e trator, trator de esteiras, colheitadeira, plantadeira, visando prestar serviços aos agricultores na construção ou instalação de esterqueiras, preparo do solo, silos, construção de tanques ou açudes para captação de água, plantio e colheita, terraplanagens para edificação de galpões e vias de escoamento de produção, assim como o fornecimento de materiais ou serviços inerentes ao transporte de barro, macadame, calcário, brita e demais atividades que promovam o desenvolvimento rural do município;

II - horas de máquina relativas à terraplanagem, aterramento de lotes, assim como o fornecimento de materiais ou serviços inerentes ao transporte de barro, macadame e brita, para conservação ou melhorias em lotes e vias urbanas, construção de bueiros, fossas, sumidouros e outros serviços e melhorias para propriedades do centro urbano;

III – carga de macadame;

IV – espalhador de calcário;

V – espalhador de esterco sólido;

VI – espalhador de esterco líquido;

VII – roçadeira;

VIII – serviço de concha;

IX – serviço de concha para carga;

X – subsolador;

XI – lâmina;

XII – perfurador;

XIII – rolo compactador tratorizado;

XIV – carreta basculante;

XV – motoniveladora.

Art. 2º - Fica autorizada a execução dos serviços ou fornecimento de materiais descritos no artigo anterior, com desconto de até 50% (cinquenta por cento) sobre os preços de mercado, a título de incentivo ao desenvolvimento econômico do município, cujo limite da hora/máquina, serviços ou materiais a serem subsidiados será fixado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), sendo, posteriormente, encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para regulamentação, mediante Decreto.

§ 1º - Os preços a que se refere o caput do presente artigo, a serem definidos pelo CMDR, serão fixados mediante cotação de no mínimo três orçamentos de pessoas físicas ou jurídicas que atuam no ramo, chegando-se a média aritmética.

§ 2º - Os valores fixados pelo CMDR serão convertidos em Unidade Fiscal Municipal (UFM), a qual será reajustada anualmente.

Art. 3º - Somente será concedido o incentivo previsto na presente lei, ao município que não apresentar débitos fiscais junto à municipalidade.

Parágrafo Único - Os preços serão cobrados mediante emissão de boleto, cabendo ao agente público responsável pela Secretaria Municipal, que executará o serviço, distribuirá os equipamentos ou fornecerá o material, a verificação de regularidade fiscal do solicitante.

Art. 4º - Compete ao Secretário de Obras e Posturas ou ao Secretário de Agricultura e Desenvolvimento, ou, ainda, ao agente designado pelo Chefe do Poder Executivo, o controle e a fiscalização da distribuição de material, equipamentos ou serviços a serem executados pela secretaria de sua competência.

§ 1º - O CMDR deverá fiscalizar a execução e contratação dos serviços, distribuição de material ou equipamentos mencionados na presente lei, apontando eventuais irregularidades ao Chefe do Poder Executivo, para que sejam adotadas as medidas competentes.

§ 2º - Os beneficiários dos incentivos previstos na presente lei, que cometerem irregularidades decorrentes de má-fé ou dolo, em descumprimento às normas regulamentadoras, não poderão obter um novo benefício no prazo de 05 (cinco anos), ainda que venham a sanar a irregularidade apontada.

Art. 5º - A execução ou contratação dos serviços assim como o fornecimento de materiais, somente ocorrerão mediante o recolhimento antecipado dos preços determinados por meio do respectivo boleto, a ser emitido pelo Setor de Tributos Municipal, devendo ser obedecida uma ordem cronológica das solicitações relativas aos incentivos postulados, cuja verificação será constatada mediante a apresentação do recibo de pagamento pelo munícipe solicitante.

Parágrafo Único - Fica ressalvado que, em casos de notória urgência ou emergência ou interesse público, a ordem de contratação ou execução dos serviços, distribuição de equipamentos ou fornecimento de materiais, poderá ser alterada, sendo de competência do agente público mencionado no art. 4º, julgar as situações que se enquadrem nas excepcionalidades mencionadas neste parágrafo.

Art. 6º - Fica igualmente autorizado o subsídio financeiro por parte do Município, na ordem de até 50% (cinquenta por cento) do valor hora/máquina, cuja fixação será realizada pelo CMDR, na forma do art. 2º.

Parágrafo Único - O beneficiário dos incentivos previstos nesta Lei pagará a outra parte, correspondente a 50% (cinquenta por cento), diretamente ao contratado e o valor integral das horas que exceder ao limite estipulado, a ser fixado na norma regulamentadora.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis nº 733/2001, 763/2001 e 0945/2007 e demais disposições em contrário.

Município de Atalanta, 24 de março de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE PESCA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 27/04/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de Equipamentos e Implementos Agrícolas para uso no da Secretaria de Pesca, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, de acordo com o Contrato de Repasse Nº. 840230/2016/MDA/CAIXA, Processo Nº. 2624.1036265-90/2016, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 07 de Abril de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 878, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017 (REPUBLICAÇÃO)

PORTARIA Nº 878, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017 (republicação)

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MAYARA SPITZNER DA SILVA para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 21 de fevereiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMERMANN

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - PREF

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.324.957/0001-47, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para "REGISTRO DE PREÇO", onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO E EQUIPAMENTOS, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 08h30min do dia 25/04/2017. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 25/04/2017 a partir das 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br. Bela Vista do Toldo, 10 de Abril de 2017. ADELMO ALBERTI - Prefeito Municipal

PORTARIA 466/2017

PORTARIA Nº 466/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, incisos V e XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 75, Inciso X, da Lei Orgânica do Município e com os Artigos 41, 220 e 221, da Lei Municipal Nº 004, de 27 de Janeiro de 1997, considerando, a necessidade de cumprimento de Metas Fiscais relacionadas com a contenção e readequação dos gastos com pessoal consoante disposições expressas no Artigo 169, da Constituição Federal e nos Artigos 19 "Caput" e Inciso III, 22 "Caput" e Parágrafo Único e Inciso IV e 23, da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, a necessidade de reorganização e readequação da funcionalidade dos Estabelecimentos Escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino e de redistribuição do Pessoal do Magistério Público Municipal, de acordo com as necessidades do serviço público e da demanda de matrícula para o Ano Letivo de 2017; considerando ainda, o montante e os percentuais de comprometimento de recursos da Arrecadação Municipal e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, com a folha de pagamento do Pessoal do Magistério Público Municipal vinculado à Secretaria de Educação; considerando finalmente, as repetidas Notificações de Alerta expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, para que o Município cumpra as metas fiscais e limite os gastos com a remuneração de pessoal e equacione e obedeça os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Nº 101 de 4 de Maio de 2000, bem como os prejuízos e as penalidades constitucionalmente e legalmente previstas para o descumprimento dos limites,

RESOLVE:

Art.1º.Fica ampliada em Caráter Temporário, Emergencial e Excepcional, para o Ano Letivo de 2017, a Carga Horária e a Jornada de Semanal de Trabalho do Servidor Givanildo Gonçalves de Lima, investido no cargo de Professor de Geografia, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal e nomeado em virtude de aprovação em Concurso Público, com Carga Horária e Jornada de Trabalho 20 (vinte) horas semanais, além da ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas conforme Portaria Nº 397/2017.

Art.2º. A ampliação da Carga Horária e da Jornada de Trabalho do servidor Givanildo Gonçalves de Lima será de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas, com o acréscimo da remuneração correspondente ao cargo de Professor Nível II, no qual o nomeado se encontra investido e classificado, ampliação esta para exercício na Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho e no Núcleo Escolar João Pedro Alberti.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e reflexos financeiros a contar da data de 09 de Março de 2017.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de Março de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em 24 de Março de 2017

DAIANE DE SOUZA GOMES

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PORTARIA 467/2017

PORTARIA nº. 467/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR TAIS ANDRECOVICZ, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Chefe de Setor de Controle e Informação, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial A-01, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 27 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, em 04 de abril de 2017

GILBERTO ZIEMANN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA 468/2017

PORTARIA nº. 468/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora SILVIA BECKER, investida no cargo de Professora do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação licença prêmio pelo período de 01/04/2017 à 30/06/2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, de acordo com o art. 87 da Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de abril de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 04 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI SECRETÁRIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 469/2017

PORTARIA nº. 469/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora IVANI KOCH ADUR, investida no cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, licença sem remuneração, em conformidade com a Lei nº 830/2012 de 08 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de abril de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, em 04 de abril de 2017

GILBERTO ZIEMANN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA 470/2017

PORTARIA Nº 470/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, incisos V e XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 75, Inciso X, da Lei Orgânica do Município e com os Artigos 41, 220 e 221, da Lei Municipal Nº 004, de 27 de Janeiro de 1997, considerando, a necessidade de cumprimento de Metas Fiscais relacionadas com a contenção e readequação dos gastos com pessoal consoante disposições expressas no Artigo 169, da Constituição Federal e nos Artigos 19 "Caput" e Inciso III, 22 "Caput" e Parágrafo Único e Inciso IV e 23, da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, a necessidade de reorganização e readequação da funcionalidade dos Estabelecimentos Escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino e de redistribuição do Pessoal do Magistério Público Municipal, de acordo com as necessidades do serviço público e da demanda de matrícula para o Ano Letivo de 2017; considerando ainda, o montante e os percentuais de comprometimento de recursos da Arrecadação Municipal e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, com a folha de pagamento do Pessoal do Magistério Público Municipal, vinculado à Secretaria de Educação; considerando finalmente, as repetidas Notificações de Alerta expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, para que o Município cumpra as metas fiscais e limite os gastos com a remuneração de pessoal e equacione e obedeça os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Nº 101 de 4 de Maio de 2000, bem como os prejuízos e as penalidades constitucionalmente e legalmente previstas para o descumprimento dos limites,

RESOLVE:

Art.1º.Fica ampliada em Caráter Temporário, Emergencial e Excepcional, para o Ano Letivo de 2017, a Carga Horária e a Jornada de Semanal de Trabalho da Servidora Sirlene Kicheleski Babireski, investida no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal e nomeado em virtude de aprovação em Concurso Público, com Carga Horária e Jornada de Trabalho 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º. A ampliação da Carga Horária e da Jornada de Trabalho da servidora Sirlene Kicheleski Babireski será de 20 (vinte) para 35 (trinta e cinco) horas, com o acréscimo da remuneração correspondente ao cargo de Professor Nível I, no qual a nomeada se encontra investida e classificada, ampliação esta para exercício no Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e reflexos financeiros a contar da data de 27 de Março de 2017.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de Abril de 2017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 04 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 471/2017

PORTARIA Nº 471/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, incisos V e XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 75, Inciso X, da Lei Orgânica do Município e com os Artigos 41, 220 e 221, da Lei Municipal Nº 004, de 27 de Janeiro de 1997, considerando, a necessidade de cumprimento de Metas Fiscais relacionadas com a contenção e readequação dos gastos com pessoal consoante disposições expressas no Artigo 169, da Constituição Federal e nos Artigos 19 "Caput" e Inciso III, 22 "Caput" e Parágrafo Único e Inciso IV e 23, da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, a necessidade de reorganização e readequação da funcionalidade dos Estabelecimentos Escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino e de redistribuição do Pessoal do Magistério Público Municipal, de acordo com as necessidades do serviço público e da demanda de matrícula para o Ano Letivo de 2017; considerando ainda, o montante e os percentuais de comprometimento de recursos da Arrecadação Municipal e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, com a folha de pagamento do Pessoal do Magistério Público Municipal, vinculado à Secretaria de Educação; considerando finalmente, as repetidas Notificações de Alerta expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, para que o Município cumpra as metas fiscais e limite os gastos com a remuneração de pessoal e equacione e obedeça os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Nº 101 de 4 de Maio de 2000, bem como os prejuízos e as penalidades constitucionalmente e legalmente previstas para o descumprimento dos limites,

RESOLVE:

Art.1º.Fica ampliada em Caráter Temporário, Emergencial e Excepcional, para o Ano Letivo de 2017, a Carga Horária e a Jornada de Semanal de Trabalho do Servidor Adriana Juraszek, investida no cargo de Professora de Ciências, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal e nomeada em virtude de aprovação em Concurso Público, com Carga Horária e Jornada de Trabalho 15 (quinze) horas semanais.

Art.2º. A ampliação da Carga Horária e da Jornada de Trabalho da servidora Adriana Juraszek será de 15 (quinze) para 25 (vinte e cinco) horas, com o acréscimo da remuneração correspondente ao cargo de Professor Nível I, no qual a nomeada se encontra investida e classificada, ampliação esta para exercício no Núcleo Escolar João Pedro Alberti.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e reflexos financeiros a contar da data de 27 de Março de 2017.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de Abril de 2017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 04 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 472/2017

PORTARIA nº. 472/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. EXONERAR OSNI SCHVEICZVSKI, ocupante do cargo de Provisão em Comissão e Confiança de Diretor de Infraestrutura e Serviços Públicos, do quadro de funcionários desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de Abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de Abril de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em 05 de Abril de 2017

FRANCISCO CARLOS SCHIESSL
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

Registro de Preços

Objeto: aquisição de roda de ferro para pneu com câmara de ar, aro 1400x24" com friso para uso das moto niveladoras caterpillar 120K E 12G, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 26/04/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 07 de abril de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus novos, câmara e protetores para máquinas e veículos da municipalidade, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 26/04/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 07 de abril de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 45/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2017

Processo Licitatório Nº 39/2017

Contratada: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

Valor Total Contratado: R\$ 40.000,00

Vigência: 03/04/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 03/04/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2017

DECRETO Nº 061/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 29, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, UM TERRENO COM A ÁREA DE 675,00M2 LOCALIZADO NO BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A OU A QUEM DE DIREITO FOR..

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 29, de 21 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 064/2017

DECRETO Nº 064/2017 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO N.º 1/2016 QUE INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade de realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para os empreendimentos sujeitos a apresentação dos mesmos;

Considerando a Lei Municipal n.º 3573/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, a Comissão de Licenciamento Ambiental, vinculada diretamente à FAMABI – Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu, com o objetivo de registrar e acompanhar as análises da equipe técnica que for designada para a avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos empreendimentos sujeitos a apresentação dos mesmos no Município de Biguaçu.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

a) – Marilu Gonzaga, com formação em Oceanografia e Registro no CRQ/SC, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista e Ambiental, o qual será a Presidente;

b) – Luiz Gonzaga Cordeiro, com formação em Engenharia Agrônômica e Bioquímico e Registro no CREA/SC, ocupante do cargo de Bioquímico;

c) – Joel Aroldo Pereira, Técnico em Saneamento e Registro no CREA/SC, ocupante do cargo de Técnico em Saneamento.

Art. 3º - Os membros da Comissão de Licenciamento Ambiental desempenharão suas funções no horário normal de expediente dos seus respectivos cargos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 065/2017

DECRETO Nº 065/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao serviço de Gerenciamento e Operacionalização da estratégia da Saúde da Família do Município de Biguaçu.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o serviço de Gerenciamento e Operacionalização da estratégia da Saúde da Família é essencial para saúde dos municípios;

Considerando, que o serviço de Gerenciamento e Operacionalização da estratégia da Saúde da Família não pode ser interrompido, sob pena de prejudicar tão importante programa;

Considerando, que o repasse ao Instituto de Saúde e Educação Vida trata de caráter alimentar, haja vista que significativa parcela será destinada ao pagamento de profissionais da saúde que prestaram serviços no mês de março de 2017;

Considerando, restar comprovado relevantes razões de interesse público em manter o fornecimento dos serviços;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal da Saúde, através do serviço de tesouraria, autorizado a efetuar o pagamento das obrigações relativas ao serviço de Gerenciamento e Operacionalização da estratégia da Saúde da Família, INSTITUTO DE SAUDE E EDUCACAO VIDA, CNPJ 07.506.752/0001-78, quebrando assim, a ordem cronológica

de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3720/2017

LEI Nº 3720/2017 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA RUA SIMÃO LUDWIG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de "Rua Simão Ludwig", a via pública com extensão de 253,00 (duzentos e cinquenta e três) metros, com início na Rua Cônego Rodolfo Machado (coordenada geográfica 27°30'18.71" S – 48°39'09.83 O) e término na Rua Orlando João da Cruz (coordenada geográfica 27°30'22.95" S – 48°39'17.59" O), Bairro Rio Caveiras – Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3720/2017, de 06/04/2017

Sancionada em 06/04/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3721/2017

LEI Nº 3721/2017 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA SÍNDROME DE DOWN NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal da Síndrome de Down, a ser celebrado anualmente, no dia 21 de março.

Parágrafo Único – O Dia Municipal da Síndrome de Down deverá ser incluído no Calendário Oficial do Município de Biguaçu.

Art. 2º - Nesta data poderão participar das atividades, a Câmara Municipal de Biguaçu, secretarias municipais, estabelecimentos de ensino e entidades ligadas que atendam ou trabalhem com pessoas com síndrome de down e seus familiares.

Art. 3º - Dentre outras atividades, o Dia Municipal da Síndrome de Down terá por objetivo de promover ações de esclarecimento dos assuntos concernentes à síndrome com o objetivo de apresentar e

divulgar uma maior e melhor compreensão do assunto, buscando aumentar a consciência dos benefícios trazidos pela integração das pessoas com deficiência em todos os aspectos de sua vida.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3721/2017, de 06/04/2017

Sancionada em 06/04/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 977/2017

PORTARIA Nº 977/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NAIR BRITO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3242/2017 em anexo no período de 24/03/2017 a 07/04/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 978/2017

PORTARIA nº 978 de 07 de abril de 2017

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Lucas dos Santos Ferreira, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor III (Geografia), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 16257-1.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 06/03/2017 a 06/03/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 979/2017

PORTARIA nº 979 de 07 de abril de 2017

Designar Servidor para receber adiantamento, e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a norma de controle interno constante do item 3.1.12, Anexo I do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores,

Considerando, as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado através da IN TC 14/2012;

Considerando, as normas de controle interno relacionadas a adiantamento e aprovada pelo Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) Eliane Rocha de Carvalho, detentor da matrícula nº 8902-5, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Apoio a Educação, para receber adiantamento de recursos para realizar despesas miúdas e de pronto pagamento na forma estabelecida na Lei (Municipal) nº 988/1995 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.12, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.394/2017

LEI Nº 8.394, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO, NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, DA DESTINAÇÃO DE VALORES DE MULTAS DE TRÂNSITO PARA CADA ÁREA BENEFICIADA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo deverá divulgar, mensalmente, no Portal da Transparência do Município de Blumenau, a destinação dos valores arrecadados com as multas de trânsito nas vias públicas sob jurisdição do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB.

Parágrafo único. A informação a ser divulgada deverá conter o órgão beneficiado para aplicar o recurso conforme determina o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, o valor destinado a esta categoria e a percentagem repassada com base no total arrecadado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.700/2017

PORTARIA Nº 20.700, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DISPENSA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - SEGEFI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando SEGEFI nº 27/2017, resolve:

DISPENSAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, do exercício das funções gratificadas de confiança:

ROSANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, da função gratificada de confiança de Chefe de Setor de Contabilidade Geral do Município - FGC-100%, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017, a contar de 31 de março de 2017;

CLEYTON LUIS GRIESHABER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, da função gratificada de confiança de Assessor de IPTU - DA - FGC-50%, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017, a contar de 31 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.701/2017

PORTARIA Nº 20.701, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS
DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - SEGEFI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, e de conformidade com o Memorando SEGEFI nº 28/2017, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, para o exercício de funções gratificadas de confiança:

CLEYTON LUIS GRIESHABER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Financeira

- SEGEFI, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Setor de Contabilidade Geral do Município - FGC 100%, a contar de 01 de abril de 2017;

CINARA HELENA NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Conta Adiantamento - FGC 50%, a contar de 01 de abril de 2017;

GUILHERME BRAGANTINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de IPTU - DA - FGC 50%, a contar de 01 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.702//2017

PORTARIA Nº 20.702, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA ROSANE DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - SEGEFI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015 e Memorando nº 27/2017, resolve:

NOMEAR

ROSANE DOS SANTOS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Contabilidade, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, no dia 01 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.703/2017

PORTARIA Nº 20.703, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

GIOVANO BORGES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Medições, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, no dia 07 de abril de 2017;

ALEXANDRE ANTUNES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras Comunitárias, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, no dia 07 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.704/2017

PORTARIA Nº 20.704, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBSON LUIZ POLMANN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando SEDUR nº 19/2017, de 05 de abril de 2017, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, ao servidor público municipal abaixo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
ROBSON LUIZ POLMANN	Engenheiro Agrônomo	30	I	A	06 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.705/2017

PORTARIA Nº 20.705, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CPAEIV.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 5º da Lei Complementar nº 834, de 13 de dezembro de 2011 e Memorando SEPLAN/DPU nº 011/2017, de 28/03/2017, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 834, de 13 de dezembro de 2011, os membros abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Análises de Estudo de Impacto de Vizinhança – CPAEIV:

ROGER DANILO SCHREIBER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

ROBSON LUIZ POLMANN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

CAMILA DIX, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Arquitetônicos, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

PATRICIA ESTER SCHWANKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Urbanísticos, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

JULIAN PLAUTZ, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Viário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

ULISSES PEREIRA MACHADO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 19.002, de 10/08/2015, nº 18.858, de 16/06/2015, nº 18.494, de 27/02/2015, nº 18.018, de 12/08/2014, nº 17.986, de 22/07/2014, nº 17.944, de 14/07/2014, nº 17.814, de 02/06/2014, nº 17.614, de 12/03/2014, nº 17.274, de 19/09/2013, nº 16.818, de 28/03/2013, nº 16.711, de 25/02/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.706/2017

PORTARIA Nº 20.706, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA RALF MARCOS EHMKE PARA O COMITÊ DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 3º, da Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, e em atenção ao Ofício nº 050/2017, de 05 de abril de 2017, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, o servidor público municipal RALF MARCOS EHMKE, representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau - SINSEPE, para constituir o Comitê de Investimento no âmbito do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, pelo período

de 04 (quatro) anos,
a contar de 05 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-033/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-033-16 - Contratação de empresa para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas e sinalização viária, na Rua Rodolfo Bretzke, Bairro Velha Grande, Trecho 01, no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital e anexos. Contrato de Repasse nº 820031/2015, Processo nº 2622.1023577-63/2015 - Ministério das Cidades/CEF/SEMOB.

Contratada: LUMAR PAVIMENTAÇÕES LTDA ME.
CNPJ: 22.938.168/0001-85.

No valor total de R\$ 214.914,49 (duzentos e quatorze mil novecentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos).

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-039/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-039-16 - Contratação de empresa para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária, na Rua Waldemar Farinhas, Bairro Vila Nova, Município de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes neste edital - Programa Pavimenta Ação - SEMOB.

Contratada: CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA.
CNPJ: 04.221.236/0001-09.

No valor total de R\$ 21.432,75 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES

EDITAL CONVOCAÇÃO
DA Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DE SAÚDE DAS MULHERES

Napoleão Bernardes Neto, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), CONVOCA as entidades e movimentos organizados de mulheres, usuárias/os, profissionais de saúde, prestadores de serviços e governo, bem como a comunidade blumenauense em geral, para participarem da Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES, marcada para os dias 05 e 06 de maio de 2017, sendo no dia 05 das 18h00 às 21h00, no Auditório da FURB – Bloco J, e no 06 das 07h30 às 12h30 e das 13h30 até o término dos trabalhos, previstos para às 17h30, no Auditório da FURB - Biblioteca, localizado na Rua Antônio da Veiga, 140, Victor Konder, nesta cidade, com o Tema: "Saúde das Mulheres: Desafios para a Integralidade com Equidade", conforme a determinação do Ministério da Saúde, Resolução nº 537, de 19 de setembro de 2016 e Resolução nº 538, de 10 de novembro de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2248/16 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2248/2016

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de reagentes, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, pelo período de 12 (doze) meses.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresa(s):

HEKO CIENTIFICOS – PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI ME
15.443.663/0001-58

Valor total R\$ 67.618,00

HEXIS CIENTIFICA S/A

CNPJ: 53.276.010/0001-10

Valor Total R\$ 2.192,56

PRO-ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ: 00.398.022/0001-51

Valor: R\$ 1.010,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 07/04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2202/2017 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2202/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2249/2016

OBJETO: Registro de preço para futura e possível aquisição de termômetros e vidrarias para uso nos equipamentos e nas análises realizadas pelos laboratórios da autarquia, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: PRÓ-ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA. – CNPJ: 00.398.022/0001-51

Item 04: Valor unitário R\$ 60,38 (sessenta reais e trinta e oito centavos) e valor total R\$ 362,28 (trezentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Item 05: Valor unitário R\$ 17,00 (dezessete reais) e valor total R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 82,50 (oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Item 08: Valor unitário R\$ 53,00 (cinquenta e três reais) e valor total R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 17,00 (dezessete reais) e valor total R\$ 102,00 (cento e dois reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 85,50 (oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Item 18: Valor unitário R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e valor total R\$ 110,00 (cento e dez reais).

Item 19: Valor unitário R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais).

Item 20: Valor unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais) e valor total R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

Item 21: Valor unitário R\$ 30,00 (trinta reais) e valor total R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Item 22: Valor unitário R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) e valor total R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais).

Item 25: Valor unitário R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) e valor total R\$ 1.006,00 (um mil e seis reais).

Item 36: Valor unitário R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) e valor total R\$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 19,00 (dezenove reais) e valor total R\$ 3.800,00 (três mil, oitocentos reais).

Item 39: Valor unitário R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 239,40 (duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).

Item 40: Valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais) e valor total R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Item 41: Valor unitário R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais) e valor total R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais).

Item 42: Valor unitário R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais) e valor total R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais).

Item 61: Valor unitário R\$ 26,30 (vinte e seis reais e trinta centavos) e valor total R\$ 131,50 (cento e trinta e um reais e cinquenta centavos).

Item 62: Valor unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais) e valor total R\$ 104,00 (cento e quatro reais).

Item 63: Valor unitário R\$ 33,25 (trinta e três reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 66,50 (sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Empresa: A & C COMERCIAL LTDA – ME. – CNPJ: 14.590.421/0001-24

Item 10: Valor unitário R\$ 10,90 (dez reais e noventa centavos) e valor total R\$ 130,80 (cento e trinta reais e oitenta centavos).

Item 11: Valor unitário R\$ 7,53 (sete reais e cinquenta e três centavos) e valor total R\$ 225,90 (duzentos e vinte e cinco reais e noventa centavos).

Item 12: Valor unitário R\$ 9,27 (nove reais e vinte e sete centavos) e valor total R\$ 55,62 (cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Item 13: Valor unitário R\$ 20,11 (vinte reais e onze centavos) e valor total R\$ 60,33 (sessenta reais e trinta e três centavos).

Item 14: Valor unitário R\$ 51,31 (cinquenta e um reais e trinta e um centavos) e valor total R\$ 153,93 (cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

Item 15: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Item 16: Valor unitário R\$ 28,00 (vinte e oito reais) e valor total R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais).

Item 23: Valor unitário R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e valor total R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

Item 24: Valor unitário R\$ 185,43 (cento e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos) e valor total R\$ 370,86 (trezentos e setenta reais e oitenta e seis centavos).

Item 26: Valor unitário R\$ 13,52 (treze reais e cinquenta e dois centavos) e valor total R\$ 27,04 (vinte e sete reais e quatro centavos).

Item 27: Valor unitário R\$ 26,60 (vinte e seis reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos).

Item 28: Valor unitário R\$ 156,90 (cento e cinquenta e seis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 627,60 (seiscentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

Item 29: Valor unitário R\$ 156,90 (cento e cinquenta e seis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 627,60 (seiscentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

Item 30: Valor unitário R\$ 169,90 (cento e sessenta e nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 679,60 (seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

Item 33: Valor unitário R\$ 55,83 (cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) e valor total R\$ 334,98 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

e noventa e oito centavos).

Item 34: Valor unitário R\$ 13,00 (treze reais) e valor total R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

Item 35: Valor unitário R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais).

Item 38: Valor unitário R\$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais) e valor total R\$ 6.900,00 (seis mil, novecentos reais).

Item 43: Valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais) e valor total R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Item 44: Valor unitário R\$ 90,00 (noventa reais) e valor total R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

Item 45: Valor unitário R\$ 100,00 (cem reais) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 46: Valor unitário R\$ 100,00 (cem reais) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 47: Valor unitário R\$ 456,60 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 913,20 (novecentos e treze reais e vinte centavos).

Item 48: Valor unitário R\$ 103,00 (cento e três reais) e valor total R\$ 618,00 (seiscentos e dezoito reais).

Item 49: Valor unitário R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) e valor total R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais).

Item 50: Valor unitário R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais) e valor total R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).

Item 51: Valor unitário R\$ 18,00 (dezoito reais) e valor total R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Item 53: Valor unitário R\$ 50,00 (cinquenta reais) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Item 54: Valor unitário R\$ 35,25 (trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 141,00 (cento e quarenta e um reais).

Item 55: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 80,00 (oitenta reais).

Item 56: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 80,00 (oitenta reais).

Item 57: Valor unitário R\$ 5,00 (cinco reais) e valor total 20,00 (vinte reais).

Item 58: Valor unitário R\$ 12,00 (doze reais) e valor total R\$ 48,00 (quarenta e oito reais).

Item 59: Valor unitário R\$ 1.800,00 (um mil, oitocentos reais) e valor total R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

Item 60: Valor unitário R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) e valor total R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Item 64: Valor unitário R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) e valor total R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 17 de Fevereiro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2811

RESOLUÇÃO MD Nº 2.811

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal, por seu Presidente, autorizada a celebrar convênio com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, por intermédio do seu Presidente, conforme Ofício nº 0217/17/GP, datado de 16/3/2017, para cessão de servidores públicos do Poder Legislativo de Blumenau à ALESC, em caráter excepcional e temporário, na forma do Convênio de Cooperação Técnica, anexo, que é parte integrante desta Resolução MD.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 DE MARÇO DE 2017.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA
1º Secretário

MARCELO LANZARIN
2º Secretário

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2017

Reunião Ordinária do dia 04 de abril de 2017.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 7.336. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Associação dos CONSEGS de Blumenau. Destino: comunique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.342, 7.343, 7.351, 7.355. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 366, 367, 368, 371 e 372/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2811 e 2812. Destino: comunique-se e publique-se.

Os Requerimentos nºs 373 e 375/2017 foram despachados à Mesa Diretora.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 7.346.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 961, que "CRIA A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.364 (Mensagem nº 19/2017), que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI Nº 6.395, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO EM RAZÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE PASSAGENS NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.366, que "PROÍBE O TROTE POR TELEFONE DE ATENDIMENTO PÚBLICO A EMERGÊNCIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.367, que "INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ANIMAL DOMÉSTICO", EM BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.368, que "DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2021/2024".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.369, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 9º, DA LEI Nº 7.127, DE 02 DE AGOSTO DE 2007".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.370, que "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DIETA NA ESCOLA PARA ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ALIMENTARES DIFERENCIADAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BLUMENAU".

Entrada das Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 7.333; e da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.661.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2017

Reunião Ordinária do dia 06 de abril de 2017.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário

Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.342, 7.343, 7.351 e 7.355. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.354. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 385, 386, 387, 397, 399, 400, 401 e 403/2017; e das Moções nºs 36 e 37/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhada ao arquivo a Indicação nº 3.580/2017.

Despachado à Mesa Diretora o Requerimento nº 374/2017.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2813 e 2814. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 962, que "INSTITUI A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANTÔNIO LUIZ COIMBRA DE CASTRO, EM DEFESA DA VIDA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.373, que "DENOMINA DE RUA BERNARDINO ZABEL, VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPA CENTRAL".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.374, que "DENOMINA DE RUA GERMANO BRETZKE, VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO DA VELHA".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.375, que "ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS DE TELEFONIA VERIFICAREM A ÁREA DE COBERTURA ANTES DE EFETUAR A VENDA DE NÚMERO DE TELEFONIA MÓVEL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO".

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 1.662, que "ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 279, DE 30 DE JUNHO DE 2000".

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.356.

Entrada da Emenda nº 01 Projeto de Decreto Legislativo nº 960.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de MOBILIÁRIO, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital nº 03/2017.

ITENS 1, 2, 3, 4, 5 e 8:

Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Eireli EPP, estabelecida na Rua Tubarão, nº 250, bairro Bom Jesus, Município de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.698.920/0001-74, representada pelo Sr. Josnei Rodrigues, portador do RG nº 2.927.969.

Item	Qt.	Descrição	Modelo/Marca	Valor unitário	Valor total
1	1	Armário baixo, conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER / AB2pt	R\$340,00	R\$340,00
2	1	Armário alto, conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER/ AA2pt	R\$650,00	R\$650,00
3	6	Mesa em "L", conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER/ ML150	R\$584,00	R\$3.504,00
4	6	Gaveteiro, conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER/ GV2g	R\$470,00	R\$2.820,00
5	3	Mesa linear, conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER/ MR150	R\$269,00	R\$807,00
8	6	Cadeira fixa, conforme especificações do Anexo I	DISMACENTER/ CFM38006S	R\$399,00	R\$2.394,00
Valor total dos itens:					R\$10.515,00

ITENS 6 e 7:

Oneda Móveis Ltda EPP, estabelecida na Alameda Duque de Caxias, nº 210, bairro centro, Município de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº 80.480.874/0001-22, representada pelo Sr. Johnny Alexandro Oneda, portador do RG nº 3.367.041.

Item	Qt.	Descrição	Modelo/Marca	Valor unitário	Valor total
6	1	Cadeira giratória - espaldar médio, conforme especificações do Anexo I	Martinucci/ cdgo200	R\$600,00	R\$600,00
7	1	Cadeira giratória - espaldar alto, conforme especificações do Anexo I	Martinucci/ cdg205	R\$900,00	R\$900,00
Valor total dos itens:					R\$1.500,00

Vigência: 12 meses, a contar de 07/04/2017.

Blumenau/SC, 07/04/17

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2017

FUNDAMENTO LEGAL PARA CONTRATAÇÃO:

Artigo 25, caput, da Lei N.º 8.666/93 e Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº. 05/2017.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviços de transmissão e veiculação do programa institucional da Câmara Municipal de Blumenau nas emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM) sediadas no Município de Blumenau.

O programa institucional terá duração de 1 (um) minuto e deverá ser transmitido 2 (duas) vezes ao dia durante a programação da rádio contratada.

O programa será veiculado de segunda a sexta-feira, 1 (uma) vez no período compreendido entre 7 (sete) e 12 (doze) horas e 1 (uma) vez no período compreendido entre 12 (doze) e 18 (dezoito) horas.

RÁDIOS CONTRATADAS:

1. REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME – RÁDIO CBN VALE DO ITAJAÍ FM – CNPJ: 81.554.065/0001-80;
2. FUNDAÇÃO LUTERANA DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO UNIÃO FM - CNPJ: 03.560.585/0001-92;
3. STUDIO RÁDIODIFUSÃO LTDA- EPP– RÁDIO 90 FM - CNPJ: 79.685.236/0001-69;
4. SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA– RÁDIO GUARAREMA FM - CNPJ: 02.374.573/0001-00;
5. RÁDIO MENINA TROPICAL FM LTDA- EPP – RÁDIO MENINA FM - CNPJ: 83.093.666/0001-69;
6. FUNDAÇÃO UNIVERSIADE REGIONAL DE BLUMENAU - RÁDIO FURB FM - CNPJ: 82.662.958/0001-02;
7. RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA – RÁDIO ATLÂNTIDA FM - CNPJ: 83.093.708/0001-61.

VALOR DO CONTRATO:

R\$ 209.475,00 (duzentos e nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais), já considerado o período de recesso parlamentar compreendido entre 16 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018.

Valor mensal por rádio: R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir do dia 8 (oito) de abril de 2017, com veiculações suspensas e sem remuneração durante o período do recesso parlamentar, compreendido entre 16 de dezembro de 2017 até 31 de janeiro de 2018; e durante o período das eleições municipais.

EXTRATO DO CONTRATO Nº.03/2017**FUNDAMENTO LEGAL PARA CONTRATAÇÃO:**

Artigo 25, caput, da Lei N.º. 8.666/93 e Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº. 05/2017.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviços de transmissão e veiculação do programa institucional da Câmara Municipal de Blumenau nas emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM) sediadas no Município de Blumenau.

O programa institucional terá duração de 1 (um) minuto e deverá ser transmitido 2 (duas) vezes ao dia durante a programação da rádio contratada.

O programa será veiculado de segunda a sexta-feira, 1 (uma) vez no período compreendido entre 7 (sete) e 12 (doze) horas e 1 (uma) vez no período compreendido entre 12 (doze) e 18 (dezoito) horas.

RÁDIOS CONTRATADAS:

1. REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME – RÁDIO CBN VALE DO ITAJAÍ FM – CNPJ: 81.554.065/0001-80;
2. FUNDAÇÃO LUTERANA DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO UNIÃO FM - CNPJ: 03.560.585/0001-92;
3. STUDIO RADIODIFUSÃO LTDA- EPP– RÁDIO 90 FM - CNPJ: 79.685.236/0001-69;
4. SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA– RÁDIO GUARAREMA FM - CNPJ: 02.374.573/0001-00;
5. RÁDIO MENINA TROPICAL FM LTDA- EPP – RÁDIO MENINA FM - CNPJ: 83.093.666/0001-69;
6. FUNDAÇÃO UNIVERSIADE REGIONAL DE BLUMENAU - RÁDIO FURB FM - CNPJ: 82.662.958/0001-02;
7. RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA – RÁDIO ATLÂNTIDA FM - CNPJ: 83.093.708/0001-61.

VALOR DO CONTRATO:

R\$ 209.475,00 (duzentos e nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais), já considerado o período de recesso parlamentar compreendido entre 16 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018.

Valor mensal por rádio: R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir do dia 8 (oito) de abril de 2017, com veiculações suspensas e sem remuneração durante o período do recesso parlamentar, compreendido entre 16 de dezembro de 2017 até 31 de janeiro de 2018; e durante o período das eleições municipais.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 14/2013

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e 5R - TONERS E INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Mudança de razão social em virtude de incorporação da empresa contratada para prestação de serviços de reprografia.

FUNDAMENTO LEGAL: 4º. Termo Aditivo ao Contrato n.º. 14/2013, Pregão Nº. 14/2013, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 07/08/2017.

Blumenau, 10 de abril de 2017.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial.

TIPO: Menor preço global.

OBJETO: Contratação de serviços de vacinação contra a gripe para a Câmara Municipal de Blumenau, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 25/04/2017. HORÁRIO: 10 horas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau.

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau/SC.

O Edital e/ou esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19 horas, de 2ª a 6ª feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br/processos-licitatorios/>

Blumenau, 10 de abril de 2017.

Marcos da Rosa

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 10/2017 INFORMAÇÕES/ESCLARECIMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68

Bom Jardim da Serra – SC

CEP 88.640-000

Tratando-se de medida excepcional, a Pregoeira, por estar impossibilitada de comparecer no Pregão Presencial nº 10/2017, em virtude de estar doente, conforme atestado médico, vem tornar público os atos praticado no Pregão, conforme ata juntada ao processo licitatório. Diante da ata datada de 04/04/2017, decido da seguinte forma: que os atos praticados pela equipe de apoio no Pregão 10/2017 são NULOS e sem nenhum efeito, motivo o qual é indispensável a presença da pregoeira nos atos do pregão, bem como sendo visualizado vícios/equívocos no presente edital, o qual deverá ser revisto pela equipe, para que possamos sanar os devidos problemas e consequentemente a realização do novo pregão, motivo este por ser conveniente e de interesse público e a aplicação do princípio da autotutela dos atos administrativos. Sendo a nova data do pregão a ser informada pela equipe conforme preceitua a Lei 8.666/93 e a Lei 10.520/02. Demais informações poderão ser obtidas pelo Tel: (49) 3232-0197.

Bom Jardim da Serra, 07 de abril de 2017.

JUÇARA DE ASSUNÇÃO

Pregoeira

PR 10/2017 RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

- RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS/MAQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM CAMINHÃO PRANCHA, RETROESCAVADEIRA, CAÇAMBAS E MOTONIVELADORA PARA REVESTIMENTO PRIMÁRIO E ABERTURA DE VALETAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2017.

EMPRESA IMPUGNANTE: TERRAPLANAGEM OURO PRETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.343.109/0001-57.

A empresa acima indicada apresentou impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 10/2017, alegando, em síntese:

a)- que o processo licitatório não cumpriu as exigências do Art. 4º, inciso V da Lei 10.520/02, ou seja, prazo de 08 (oito) dias para realização do pregão;

b)- que o processo licitatório não cumpriu com as exigências do Art. 3º da lei 8.666/93, em síntese, faltando o princípio da PUBLICIDADE. O documento completo apresentado pela empresa encontra-se disponível aos interessados nos autos do processo, onde poderá ser consultado pelos interessados.

Considerando que a Lei 8.666/93 e a Lei 10.520/02, que regem as licitações e pregão respectivamente, foi detectado pela equipe de apoio e pela pregoeira, que houve um equívoco, no que tange o prazo estabelecido pela Lei 10520/02, juntamente com o princípio da publicidade, que foram feridos equivocadamente.

Analisando as alegações impugnantes e ponderando todos os princípios constitucionais e infra-constitucionais aplicáveis ao procedimento licitatório, a Sra. Pregoeira decidiu por DAR PROVIMENTO, NA ÍNTEGRA, à impugnação apresentada pela empresa TERRAPLANAGEM OURO PRETO LTDA, assim, expedindo novo prazo conforme determina a lei e a publicidade dos atos, e consequentemente abrindo novo prazo para a realização do novo pregão.

Bom Jardim da Serra/SC, 21 de março de 2017.

JUÇARA DE ASSUNÇÃO

Pregoeira

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5028/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5028/2017 de 07 de abril de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0575/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 0575/2017, que tem por objeto Aquisição de Kit Uniforme Escolares para Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Fibra Top Uniformes Indústria e Comércio Textil Ltda EPP	Kit (uniforme escolar) contendo: 01 (uma) camiseta manga curta e 01 (uma) camiseta manga longa confeccionada em 100% algodão e 01 (um) conjunto (jaqueta e calça em elanca) confeccionada em 100% poliéster, nos tamanhos 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P. As camisetas com a escrita nas costas: REDE MUNICIPAL DE ENSINO – BOM JESUS DO OESTE SC e na frente o BRASÃO do município. A jaqueta com a escrita nas costas: REDE MUNICIPAL DE ENSINO – BOM JESUS DO OESTE SC e na frente o BRASÃO do município e o nome do aluno.	280,00	16.212,00
dezesesseis mil duzentos e doze reais			16.212,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 07/04/17.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 727/2017 - PREGÃO 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 727/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. 015/2017

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 24 de Abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Locação de Imóvel para Utilização em Apoio a Estruturas da Creche Municipal para o ano de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 06 de Abril de 2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

404.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA I. FLORIANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 404/17 de 06.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04, 05 e 06 de abril de 2017, a funcionária Patrícia Iracema Floriani, Ocupante do cargo de Fisioterapeuta - Padrão I – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

405.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VALERIA M. MASSUCHETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 405/17 de 06.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 05 de abril de 2017, a funcionária Valéria Moretti Massuchetti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

406.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 406/17 de 06.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 05 de abril de 2017, a funcionária Patrícia Michels Hoffmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

407.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 407/17 de 06.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar seu pai Pedro Celeste Gorges em tratamento de saúde, no dia 05 de abril de 2017, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

408.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 408/17 de 06.04.17
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar seu esposo Raul Ronei Schlemper em tratamento de saúde, no dia 05 de abril de 2017, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

409.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 409/17 de 06.04.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 05 de abril de 2017, período matutino, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

410.04.17 - P. LIC. PREMIO MARCOS A. CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 410/17 de 07.04.17
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 028/17 de 05.04.17, e despacho em 07.04.17, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de abril, maio e junho de 2017, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezessete); ao funcionário Marcos Antonio Capistrano, ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

ERRATA PP 13/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Edital Pregão Presencial 13/2017. Alterar:

ONDE SE LÊ: A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverão ser apresentados até as 10h00min do dia 18/04/2017.

LEIA-SE: A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverão ser apresentados até as 10h00min do dia 19/04/2017.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 10 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 106/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 106/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: J A Contabilidade Ltda.

Objeto: contratação de pessoa jurídica com ênfase na prestação de serviços especializados na área de tributária, especificamente para atuar no Processo Administrativo nº 13984.721.171/2016-67 ante a não homologação das compensações realizadas pelo Município de Bom Retiro pela Receita Federal do Brasil - RFB, no que tange as não homologações referente ao RAT, Licença Premio indenizadas, 1/3 de férias e gratificações, utilizando-se de todos os meios legais, com vistas a apresentar de forma clara e objetiva todas as informações e respostas solicitados pela Receita Federal do Brasil - RFB".

Valor Total: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Bom Retiro, 10 de abril de 2017.

Vilmar Jose Neckel

Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2017

CANDIDATOS INSCRITOS

EDITAL: 01/2017

AGENTES COM. DE SAÚDE

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Micro - área
01	Elaine Cristina Michei Coelho	02
02	Maria Santina de Lacerda	06
03	Edson da Silva	02
04	Camila Roversi Hilleshein	02
05	Camila Campos da Silva	01

Botuverá, 07 de Abril de 2017.

TERMO ADITIVO Nº 003/2017

TERMO ADITIVO Nº 003/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 25/2016 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E PELA EMPRESA WDF SERVIÇOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO A ADIÇÃO DE VALOR, EM VISTA DE ADEQUAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE PLANILHA DO ORÇAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, adiante por esta sigla denominada, inscrita no CNPJ/MF sob 83.102.350/0001-96, representada pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ COLOMBI.

CONTRATADA: WDF SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.924.266/0001-81, representada pelo Sr. WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI, portador do RG nº 1.879.528-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 614.666.389-15.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 25/2016, instruído no processo administrativo nº PMB-061/2017, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO de 1,48% (Um inteiro e quarenta e oito décimos por cento), correspondendo a R\$ 22.293,63 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos) do valor do contrato firmado entre as partes em 10/04/2016, e com término de vigência em 09/04/2017, nos termos previstos em sua Cláusula 3.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADIÇÃO

1. O valor do contrato, após a adição, é R\$ 1.525.945,10 (Um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).

1.1 - A importância ora estabelecida corresponde ao valor global do contrato vigente com acréscimo de 1,48% (Um inteiro e quarenta e oito décimos por cento);

1.2 – Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 10/04/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Chefe do Executivo Municipal da contratante, exarada no processo administrativo PMB-061/2017, e encontra amparo legal no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Botuverá, em 10 de abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal	WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI Representante legal da empresa
---	---

TESTEMUNHAS:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
RG n.º:	RG n.º:

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 18/2017

EXTRATO DE CONTRATO 18/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: João Batista Dias 05345688907

CNPJ sob o nº 27.061.253/0001-21

Rua Canadá, 243, Bairro Lorenal

Trombudo Central, Santa Catarina

Objeto: Contratação de empresa para realização de aulas de guitarra, violão, voz e bateria a serem ministradas no município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 07.04.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 19/2017

EXTRATO DE CONTRATO 19/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25,

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Paulo Rodel Eireli - ME

CNPJ sob o nº 27.331.731/0001-76

Rua Canadá, 243, Bairro Lorenal

Trombudo Central, Santa Catarina

Objeto: Contratação de empresa para realização de aulas de acordeom e teclado a serem ministradas no município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 07.04.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

ESPÉCIE: 15º Termo Aditivo ao Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 13/03/2017. OBJETO: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato nº 109/2013, cujo objeto consiste na Execução das obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, Município de Brusque - VALOR: R\$ 244.656,48 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. ORIGEM: Concorrência nº 029/2013. SIGNATÁRIOS: José Zancanaro e Wilson José de Franceschi.

EXTRATO 16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013.

ESPÉCIE: 16º Termo Aditivo ao contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 13/03/2017. OBJETO: alteração qualitativa do contrato, cujo objeto é a Execução das obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel – VALOR: R\$ 10.192,89. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, inc. I da Lei 8.666/93. ORIGEM: Concorrência nº 029/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: José Zancanaro e Wilson José de Franceschi.

EXTRATO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013.

Espécie: 17º Termo Aditivo ao contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque (CNPJ 83.402.343/0001-94) e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA (CNPJ 04.924.266/0001-81), em 13/03/2017. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual de 15/04/2017 a 14/05/2017, cujo objeto é a execução das obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: José Zancanaro e Wilson José de Franceschi.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2013 - FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2013 - FMS

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 042/2013, entre o Município de Brusque e INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, em 24/01/2017. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência de 28/01/2017 a 27/01/2018 - valor: R\$ 178.297,28 - cujo objeto é lote 02: prestação de serviços de locação de sistema de informações integradas de gestão de saúde pública (software para rede municipal de saúde) - FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II c/c art.55,III ambos da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 087/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo.

SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Celso Antônio Beviláqua.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017 - FEZB

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017 - FEZB
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 002/2017, em 07/04/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, para atender as necessidades da Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque - VALOR: R\$ 284.795,40 - ORIGEM: Pregão nº 002/2017 FEZB - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: João Roberto Beuting.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 REVOGAÇÃO

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 002/2017. Pregão n. 001/2017. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 07/04/2017. Signatário: Christiane dos Santos da Silva. Diretora Licitação.

PORTARIA Nº 1021/2017

Portaria nº 1021/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para a servidora CARIN LILIAN PRIM PORTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 03/04/2017 a 01/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1023/2017

Portaria nº 1023/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para a servidora LUCIANA VENTURELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: por 90 dias no período compreendido entre 03/04/2017 a 02/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/08/2004 e por 90 dias no período compreendido entre 03/07/2017 a 01/10/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/08/2009.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 779-2017

Portaria nº 779/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ARNOLDO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 13/03/2017 a 11/05/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/04/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 929-2017

Portaria nº 929/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor RODRIGO FISCHER SILVEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 27/03/2017 a 24/06/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 13/02/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 27/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1020/2017

PORTARIA Nº 1020/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o retorno, a servidora ANA AUGUSTA LIMA, ao quadro de servidores do município, no exercício do cargo de provimento efetivo de Instrutora, sob matrícula nº 441066 - 00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/04/2017.

Parágrafo único - O retorno supracitado se faz em decorrência da negação da concessão do benefício de auxílio-doença em decisão proferida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, estabelecida no Processo de nº 009/2017 do referido Instituto, sob folha de nº 22.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1022/2017

Portaria nº 1022/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ANTENOR GRAFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 03/04/2017 a 01/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1053/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1053/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora ANDREIA MERIZIO DOS SANTOS, sob matrícula nº677418-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência dos atestados médicos do dia 21/03/2017 de 03 (três) dias e do dia 23/03/2017 de 16 (dezesesseis) dias, respectivamente, ficando suspenso a contar de 05/04/2017.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1071/2017

PORTARIA Nº 1071/2017

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 29 de março de 2017, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para avaliação da readaptação de função da Servidora NOEMIA GROH por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, das patologias apresentadas, decidiu-se por parecer favorável a manutenção da readaptação do servidor;

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a readaptação da servidora NOEMIA GROH, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de mais 01 (um) ano a contar de 29/03/2017;

Parágrafo Único. A continuidade da readaptação que trata o artigo supracitado dá-se, com fulcro no art. 30, da LC 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/03/2017 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1072/2017

PORTARIA Nº 1072/2017

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 29 de março de 2017, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para a readaptação de função da Servidora ELISABET SESTREM CRESPI por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, das patologias apresentadas, decidiu-se por parecer favorável a readaptação do servidor;

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar a servidora ELISABET SESTREM CRESPI, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 01 (um) ano a contar

de 29/03/2017;

Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no art. 28, c/c art. 29 e seu parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - O servidor readaptado submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem, conforme art. 30 da LC 147/2009;

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1073/2017

PORTARIA Nº 1073/2017

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 22 de março de 2017, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para avaliação da readaptação de função da Servidora ISABEL MARIA FERNANDES MIGUEL, por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, das patologias apresentadas, decidiu-se por parecer favorável a manutenção da readaptação do servidor;

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a readaptação da servidora ISABEL MARIA FERNANDES MIGUEL, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de mais 01 (um) ano a contar de 22/03/2017;

Parágrafo Único. A continuidade da readaptação que trata o artigo supracitado dá-se, com fulcro no art. 30, da LC 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/03/2017 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1090/2017

PORTARIA Nº 1090/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, o servidor NARCISO ROSA DE ANDRADE, matrícula nº 372471, ocupante do cargo de Educador Social, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação para a Secretaria de Educação.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, em virtude da necessidade da reestruturação da Secretaria de Assistência Social e Habitação, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no § 1º do Art. 45, c/c Art. 50 da Lei 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 7 de abril de 2017

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1091/2017

PORTARIA Nº 1091/2017

Considerando o art. 4º da Resolução TSE nº 23.484/2016 c/c art. 1º da Lei nº 6.999/1982 que diz que a Justiça eleitoral poderá requisitar funcionários públicos com ônus para o órgão de origem do servidor requisitado, sempre no interesse da Justiça Eleitoral;

Considerando também os Termos de Convênio 01/2017 e 02/2017;

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e Termos de Convênio 01/2017 e 02/2017;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão do servidor MARCOS NEVES QUIRINO, matrícula nº 3310, ocupante do cargo efetivo, de PROCURADOR DO MUNICIPIO, lotado na Procuradoria Geral do Município, com carga horária de 40 horas semanais, para para a 5ª Zona Eleitoral de Brusque, a partir de 07/04/2017.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, se dá, com base na Resolução TSE nº 20.753 de 07/12/2001, expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo Segundo: A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

§ 1º - O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2017

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

PORTARIA Nº 117/2017 SAMAE

PORTARIA Nº 117/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

1) Exonerar, Cicero Eduardo Visconti do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCIV, de Assessor Jurídico.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 07 de abril de 2017.
JULIANO MONTIBELLER
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 118/2017 SAMAE

PORTARIA Nº 118/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

1) Exonerar, Franco Munir de Oliveira Knoblauch do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCV, de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 07 de abril de 2017.
JULIANO MONTIBELLER
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 119/2017 SAMAE

PORTARIA Nº 119/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

1) Exonerar, Gabriel Casas Mesquita do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCV, de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 07 de abril de 2017.
JULIANO MONTIBELLER
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 11902/2017

PORTARIA N.º 11.902, 07 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143/2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joseana Paes Lopes para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 120/2017 SAMAE

PORTARIA Nº 120/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

1) Exonerar, Luis Visconti do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCV, de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 07 de abril de 2017.
JULIANO MONTIBELLER
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 713/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 713/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedida nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, a servidora ANA AUGUSTA LIMA, sob matrícula nº 441066-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 06/03/2017 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/03/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º, da Lei Complementar nº 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 854/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 854/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedida nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, o servidor CLAUDINEI BENVENUTTI, sob matrícula nº 11835-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado médico do dia 19/03/2017 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 03/04/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º, da Lei Complementar nº 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 862/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 862/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedida nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, a servidora ANDREIA MERIZIO DOS SANTOS, sob matrícula nº 677418-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados médicos do dia 21/03/2017 de 3 (três) dias e do dia 23/03/2017 de 16 (dezesesseis) dias, sendo iniciado seu afastamento no dia 05/04/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º, da Lei Complementar nº 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 895/2017
PORTARIA Nº 895/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento em licença, por motivo de Auxílio Doença, concedida pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, ao servidor ROBERTO DE BRITO, sob matrícula nº 707031-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras, em razão da apresentação de novo atestado médico do dia 23/03/2017 de 30 dias, iniciando a prorrogação do benefício em 23/03/2017.

Art. 2º - A prorrogação supracitada observará o disposto no art. 131 da Lei Complementar nº 147/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos, conforme segue:

Art. 131 - A licença concedida dentro de sessenta dias contados do término da anterior, por igual motivo, será considerada prorrogação desta.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 908/2017

PORTARIA Nº 908/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar a servidora JANETE SCHMITT RODRIGUES, sob matrícula nº 1045989-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, bem como reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a partir da data de 25/03/2017.

Parágrafo 1º - O retorno supracitado ao exercício do cargo se faz em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, em decisão proferida no dia 24/03/2017.

Parágrafo 2º - O reinício da contagem do Estágio Probatório acontecerá na data de retorno ao exercício do cargo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 928/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 928/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora ALESSANDRA APARECIDA OLIVEIRA, sob matrícula nº 4128400-02, exercendo as funções de Servente de Serviços Gerais, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 27/03/2017 a 24/07/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguinte, do Decreto nº 3048/1999, do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 930/2017

Portaria nº 930/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ARMANDO PAZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria Desenv. Econômico Trabalho e Renda, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 27/03/2017 a 24/06/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/03/2010.

Parágrafo Único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 27/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 945/2017

PORTARIA Nº 945/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento em licença, por motivo de Auxílio Doença, concedida pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora JANETE SCHMITT RODRIGUES, sob matrícula nº 1045989-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão da apresentação de novo atestado médico do dia 28/03/2017 de 15 dias, iniciando a prorrogação do benefício em 28/03/2017.

Art. 2º - A prorrogação supracitada observará o disposto no art. 131 da Lei Complementar nº 147/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos, conforme segue:

Art. 131 - A licença concedida dentro de sessenta dias contados

do término da anterior, por igual motivo, será considerada prorrogação desta.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 946/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 946/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora JANETE SCHMITT RODRIGUES, sob matrícula nº 1045989-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão da prorrogação do afastamento por auxílio-doença, ocasionada pela apresentação de novo atestado médico, datado do dia 28/03/2017 de 15 (quinze) dias, ficando o estágio suspenso a contar de 28/03/2017.

Parágrafo Único - A suspensão do estágio probatório supracitada observará o disposto no art. 26, § 5º, alínea c, item 1, e no art.131, ambos da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 947/2017

PORTARIA Nº 947/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento em licença, por motivo de Auxílio Doença, concedida pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, a servidora JANE SILVIA BENVENUTTI, sob matrícula nº 311340-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão da apresentação de novo atestado médico para fins periciais do dia 22/03/2017, entretanto a servidora esteve em gozo de férias

entre 08/03/2017 a 27/03/2017, o que levou o início da prorrogação do benefício a começar em 28/03/2017.

Art. 2º - A prorrogação supracitada observará o disposto no art. 131 da Lei Complementar nº 147/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos, conforme segue:

Art. 131 - A licença concedida dentro de sessenta dias contados do término da anterior, por igual motivo, será considerada prorrogação desta.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 977/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 977/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedida nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, a servidora ROXELANA GRAZIELE MOA, sob matrícula nº 438227-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Obras, em decorrência do atestado médico do dia 30/03/2017 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/04/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º, da Lei Complementar nº 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 999/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 999/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora TANIA CRISTINA BRANDÃO, matrícula nº 4162706-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 31/03/2017 a 26/09/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro no artigo nº 157, inciso VI, da Lei Complementar nº 147/2009, e no artigo 41, § 1º ao 5º, da Lei Complementar nº 174/2011, e ainda c/c do Decreto de nº 6.118, de 30 de Setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 09 – 2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09 – 2017 - FMS

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 09 – 2017 - FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIA VASCULAR, UROLOGIA E NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 18:30 min. do dia 25 de abril de 2017.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de abril de 2017.

ADEMAR SCHMITZ
Secretário de Saúde

RESOLUÇÃO 05 - CMDCA

Resolução 05/2017, de 04 de abril de 2017

Dispõe sobre o pagamento com recursos do FIA de capacitação de conselheiras tutelares no município de Joaçaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia 04 de abril de 2017, Ata nº 344.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o pagamento com recursos do FIA para custeio de alimentação e hospedagem a fim das Conselheiras Tutelares Adriana Pegoraro Donatti, Francine de Matias e Suzana Ribeiro dos Santos participarem de "Capacitação Presencial com inscrição gratuita: Conhecendo a Política de Assistência Social para efetividade nos encaminhamentos" que ocorrerá no município de Joaçaba/SC nos dias dez, onze e doze de abril do corrente ano, sendo o valor de R\$: 400,00 (quatrocentos reais) por conselheira, num total de R\$: 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 04 de abril de 2017.

NEUZELI APARECIDA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.219/2017

DECRETO N.º 3.219/2017

Institui a Comissão Municipal de Eventos para o XXXV Encontro Internacional de Missões, estabelece normas para expedição de alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a realização do XXXV Encontro Internacional de Missões, promovido pela entidade Gideões Missionários da Última Hora, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no período de 22 de abril a 01 de maio de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Municipal em organizar sua estrutura e serviços para recepcionar o elevado número de pessoas presente no Município de Camboriú;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Eventos, para atuar por ocasião do XXXV Encontro Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora, sendo composta pelos seguintes membros e respectivas atribuições:

I - Coordenadores:

- a) Município de Camboriú – Elcio Rogerio Kuhnen;
- b) Gideões Missionários da Última Hora - Hueslen Ricardo dos Santos.

II - Comissão Organizadora:

- a) Elcio Rogerio Kuhnen;
- b) Fernando Garcia Junior;
- c) Ramon Marcides Jacob;
- d) Claudinei Loos;
- e) Eliomar Getúlio Pereira;
- f) Judite da Silva Piza;
- g) Rodrigo Vinícios Fidêncio;
- h) Gabriel Duarte;
- i) Edemir Meister;
- j) Alexandre Teixeira Silveira.

III - Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Doença Infecto-Contagiosa:

- a) Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos.

IV - Fiscalização Tributária:

- a) Fernando Garcia Junior.

V - Limpeza Pública:

- a) Eliomar Getúlio Pereira;
- b) Alexandre Teixeira Silveira;
- c) Paulo Coelho.

VI - Saúde Pública:

- a) Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos.

VII - Fiscalização Ambiental e Sonora:

- a) Liara Rotta Padilha Schetinger.

VIII - Controle de Trânsito:

- a) Edemir Meister;
- b) Jair Grings;
- c) Comandante da Polícia Militar - Tiago Teixeira Ghilardi;
- d) Claudinei Loos;
- e) Tiago Hinckel.

IX - Equipe de Imprensa e Publicidade:

- a) Naiza Comel.

X - Recepção:

- a) Judite da Silva Piza;
- b) Valdete Monteiro da Silva dos Santos;
- c) Roseli Poltronieri Gervásio.

XI - Segurança Pública:

- a) Comandante da Polícia Militar - Tiago Teixeira Ghilardi;
- a) Delegado de Polícia Civil - Maurício Pretto;
- b) Edemir Meister.

XII - Assistência Social:

- a) Andréia de Souza Machado.

XIII - Defesa Civil:

- a) Flávio Geraldo.

Art. 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário serão expedidos quando atendidos, no que couber, todas as exigências de vigilância sanitária, normativas do Corpo de Bombeiros Militar e demais exigências previstas na legislação municipal.

§ 1º A Municipalidade se reserva ao direito de, a qualquer tempo verificar, além de cumpridas as exigências do caput, ser conveniente a instalação do ponto cujo alvará está sendo solicitado, diante da natureza do evento, podendo vetar de plano a sua expedição.

§ 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário poderão ser cassados, quando verificado pela fiscalização municipal a ocorrência de apresentação ao vivo de cantores, nas proximidades do Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen, local oficial da realização dos cultos do XXXV Encontro Internacional de Missões.

§ 3º Fica proibida a utilização de qualquer aparelho sonoro para divulgação e propaganda do produto, exceto a utilização de fone de ouvido e televisor, apenas com imagem, na Rua Maria da Glória Pereira e esquina com as Ruas Gustavo Richardt, Hercílio Zuchi e Sérgio Moraes.

§ 4º Nas demais ruas do Município fica permitida a utilização de som ao vivo e mecânico, desde que observados os limites previstos na Lei Municipal n.º 1.971/2009.

§ 5º Observada qualquer infração às normas estabelecidas neste Decreto, a fiscalização municipal notificará o estabelecimento ou ambulante para que se abstenha de continuar a prática, sendo que, persistindo a infração, serão apreendidas as mercadorias postas à comercialização ou lacrado o estabelecimento.

Art. 3º O valor para liberação do alvará de licença para funcionamento de Ponto de Comércio Temporário corresponderá a R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) para estabelecimento com até

20 m² (vinte metros quadrados). Acima disto, a cada metro quadrado, será acrescido o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 4º O valor para liberação do alvará de licença temporário para ambulantes corresponderá a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 5º O valor para liberação do alvará de licença temporária para áreas de estacionamento, devidamente credenciadas, será de:
I - R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) para as áreas de até 1.000 m² (um mil metros quadrados);
II - R\$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais) para as áreas acima de 1.000 m² (um mil metros quadrados).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 06 de abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.220/2017

DECRETO N.º 3.220/2017

Dispõe sobre transporte remunerado ou a captação de passageiros no Município de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O transporte remunerado ou a captação de passageiros no Município de Camboriú, nas modalidades coletivo público, escolar, moto táxi, táxi, entre outros, somente será permitido mediante apresentação prévia de documentos comprobatórios de concessão, permissão ou autorização emitidos pelo órgão competente, conforme prevê a Lei Municipal n.º 2.779/2014.

Art. 2º Por ocasião de eventos especiais, poderá ser emitido alvará eventual de transporte utilitário devidamente credenciado, que terá validade pelo período do evento.

§ 1º Não será concedido alvará eventual por período inferior ou superior a 10 (dez) dias.

§ 2º O valor para liberação do alvará de transporte utilitário devidamente credenciado é de 15 (quinze) UFM's, observado o item 16 da tabela prevista no artigo 399 da Lei Complementar Municipal n.º 30/2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 06 de abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

DL 005/17 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 005/2017 – FMAS

Data: 07/04/2017

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO A FIM DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE A 10 VAGAS DESTINADAS AO ACOLOHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES NI INSTITUTO REDENÇÃO LAR DE MARINA, EM VIRTUDE DO FECHAMENTO DA INSTITUIÇÃO DESAFIO JOVEM MONTE HOREBE.

Valor total: R\$ 38.000,00 (Trinta e Oito Mil Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Empresa: INSTITUTO REDENÇÃO

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993. Camboriú SC, 07 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

IL 03/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 003/2017 – PMC

Data: 07/04/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOS ESTIMULAÇÃO/DESFIBRILAÇÃO PARA REANIMAÇÃO DE VÍTIMAS EM PARADA CARDIORESPIRATÓRIA, ATENDIDAS PELAS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 3.996,00 (Três Mil Novecentos e Noventa e Seis Reais).

Secretaria: Corpo de Bombeiros

Contratado: INDUMED COMERCIO IMP E EXP PROD MEDICOS LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993. Camboriú, 07 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PREGÃO 006/2017 - FMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2017- FMC – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E PREGOS, EM DECORRENCIA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA FESTA DO DIVINO ESPIRITO SANTO A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 03, 04 E 05 DE JUNHO DE 2017.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:30 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Abril de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 07 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESULTADO PR 001/2017 - FMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017-FMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"FRACASSADA PARA O ITEM 02"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 07 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO 03 A 07 MÊS 04

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato nº 017/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 021/2017

Contratado: MABEL ELIS BUNDE DE NEGREIROS - ME

Data: 03/04/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 29.880,00 (Vinte e nove mil oitocentos e oitenta reais)

Objeto: LICENÇA PARA USO E CUSTOMIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE ESPECÍFICOS PARA UTILIZAÇÃO DA CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

FMAS

Contrato nº 001/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2017

Contratado: FABIO NILSON BAUMANN 89554922949

Data: 06/04/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 HORAS E VASTO REPERTÓRIO DE MÚSICAS PARA ATENDER AS ATIVIDADES REALIZADAS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

ADITIVOS

FMAS

Quinto termo aditivo

Contrato: 004/2013

Processo: Dispensa de Licitação nº. 004/2013

Locador: ERVINO SCHROEDER

Data: 31/03/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR A NOVA SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CREAS

Objeto do aditivo: DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando à garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração, baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar a locação do imóvel da sede da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e Núcleo de Prevenção as Drogas, por mais 01 (um) mês, vigorando de 02 de abril de 2017 até 1º de maio de 2017, e o valor contratual no correspondente a R\$ 4.959,72 (Quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais e

setenta e dois centavos).

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PR 38/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 038/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 044/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET, DISPONIBILIZADO POR FIBRA ÓPTICA E OU VIA RÁDIO, DESTINADO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES DE ENSINO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. A VELOCIDADE DO LINK FOI ESTIMADA COM BASE NA DEMANDA DO TRÁFEGO DE DADOS COM A INTERNET, CONSIDERANDO-SE INFORMAÇÕES DOWNLOAD E UPLOAD DE CONSUMO ANTERIORES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o descritivo dos itens 3, 4 e 5 do Anexo I do Edital:

- onde lê-se:

ITEM 03 - CAIC-CENTRO DE ATENÇÃO A CRIANÇA RUA MONTE AGULHAS NEGRAS, S/N BAIRRO MONTE ALEGRE [...]

- leia-se:

ITEM 03 - LINK DE INTERNET 10MB VIA FIBRA OPTICA (IP FIXO) CAIC-CENTRO DE ATENÇÃO A CRIANÇA RUA MONTE AGULHAS NEGRAS, S/N BAIRRO MONTE ALEGRE [...]

- onde lê-se:

ITEM 04 - ACADEMIA DE SAÚDE RUA TARCÍ TESTONI Nº 458 CENTRO[...]

- leia-se:

ITEM 04 - LINK DE INTERNET 10MB VIA FIBRA OPTICA (IP FIXO) ACADEMIA DE SAÚDE RUA TARCÍ TESTONI Nº 458 CENTRO[...]

- onde lê-se:

ITEM 05 - G.E.M. ABALOR AMÉRICO MADEIRA RUA MONTE MERU, 359 - BAIRRO MONTE ALEGRE [...]

- leia-se:

ITEM 05 - LINK DE INTERNET 5MB FIBRA OPTICA E OU RÁDIO (IP FIXO) NAS UNIDADES DE ENSINO G.E.M. ABALOR AMÉRICO MADEIRA RUA MONTE MERU, 359 - BAIRRO MONTE ALEGRE[...]

Foi excluído do ITEM 03 do Anexo I o subitem duplicado CAIC - CENTRO DE ATENÇÃO A CRIANÇA RUA MONTE AGULHAS NEGRAS, S/N BAIRRO MONTE ALEGRE, permanecendo assim os demais subitens.

Foi alterado o descritivo do item 05 do Anexo I.

- onde lê-se: ESCOLA DE CAMPO ADOLFO OVIDIO COPPI ESTRADA GERAL DO RIO DO MEIO[...]

- leia-se: ESCOLA DE CAMPO ADOLFO OVIDIO COPPI ESTRADA GERAL DO RIO DO MEIO 7 KM A IFC[...]

- onde lê-se: ESCOLA DE CAMPO HERCLIO ZIMMERMANN ESTRADA GERAL VILA CONCEIÇÃO[...]

- leia-se: ESCOLA DE CAMPO HERCLIO ZIMMERMANN ESTRADA GERAL VILA CONCEIÇÃO 7 KM A PARTIR DA ROTULA [...]

- onde lê-se: ESCOLA DE CAMPO.LAGEADO ESTRADA GERAL DO LAGEADO[...]

- leia-se: ESCOLA DE CAMPO.LAGEADO ESTRADA GERAL DO LAGEADO 7KM A PARTIR DA ROTULA[...]

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 24/04/2017 as 15h30min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 07 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 105/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

CONVOCAÇÃO Nº 105/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 059.869.149-96, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 003/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II exercendo a Função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 10 de abril de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 07 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 10.446 DE 07 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.446 DE 07 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 40, § 1º, INCISO III, ALÍNEA "b" CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC-41/03, E ART. 59, INCISOS I, II, III E IV DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, detentora da Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, portadora do CPF/MF nº 380.763.499-15 e do RG nº 848.451-1 expedido da SSP/SC, Pis/Pasep nº 1.069.514.616-2, ocupante do Cargo Público e na Função de Auxiliar de Odontologia, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 003/2017 nos termos do Art. 40, § 1º, Inciso III, Alínea "b" da CF/88, com redação dada pela EC-41/03, combinado com o Artigo 22 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Parágrafo único – O valor dos proventos de que trata o Caput deste Artigo, serão reajustados pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.447 DE 07 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.447 DE 07 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
310000.00.102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.102 -	Aplicações Diretas		
319016.00.102 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$	10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
310000.00.102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.102 -	Aplicações Diretas		
319011.00.102 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$	10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

07 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.448 DE 07 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.448 DE 07 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE NOS TERMOS DO ART. 3º EC-47/05, E ART. 61 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ SILDONIR CARDOSO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, Por Tempo de Contribuição, o Servidor Público Municipal LUIZ SILDONIR CARDOSO, portador do CPF/MF nº 382.623.809-59 e do RG nº 1.367.656 expedido da SSP/SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 393000, Pis/Pasep nº 1.063.213.872-9, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, na Função de Vigia, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 004/2017 nos termos do Art. 3º, da EC-47/05, combinado com o artigo 61 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006/02 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral com paridade da remuneração

ao Servidor Público Municipal, no valor de R\$ 1.943,24 (um mil, novecentos e quarenta e três reais, vinte e quatro centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2017

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 56/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2016

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ E OSNI SILVESTRE E PAULO SILVESTRI, OBJETIVANDO A SUPRESSÃO DE VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA O MUNICIPIO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736, Centro, na cidade de Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312.584/SSP/SC e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente LOCATARIO e de outro lado OSNI SILVESTRI, brasileiro, casado, médico, RG nº 7.734.979-9-SSP/SP, CPF nº 111.394.428-56, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Reinaldo de Quadros, nº

190, apto. 801, Alto da XV; neste ato representado por seu procurador, ANDRÉ SILVESTRI, adiante qualificado; PAULO ANTONIO SILVESTRI, brasileiro, divorciado, administrador de empresa, RG nº 7.734.978-7-SSP/SP, CPF nº 074.277.478-36, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Moraes Barros, nº 624, apto. 121, Campo Belo, CEP 04614-001; neste ato representado por seu procurador, ANDRÉ SILVESTRI, adiante qualificado; e, ANDRÉ SILVESTRI, brasileiro, solteiro, economista, RG nº 7.734.977-SSP/SP, CPF nº 134.398.568-44, residente e domiciliado em Curitiba – PR, na Alameda Presidente Taunay, nº 1241, apto. 32, Bigorrrilho, CEP 80430-000, de agora em diante denominados simplesmente de LOCADORES, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de SUPRESSÃO ao Contrato 056/2016, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1988/2016, na modalidade de DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 1930/2016, com fundamento no art. 65, II, “b”, § 1º, da lei n.º 8.666/93, e nas condições a seguir mencionadas:

Considerando a necessidade de readequação dos valores contratados em razão de acordo entre as partes e, estas culminaram na supressão do valor deste contrato.

Considerando as disposições legais que amparam o ato;

Celebra-se o presente Termo Aditivo de Supressão de valores.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica suprimido o valor de R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA

Fica alterado o valor do Contrato n. 56/2016 para R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais) mensais, com pagamento a ser efetuado até o dia 10 (Dez) do mês subsequente, ficando excluídas as demais condições de pagamento estabelecidas na Cláusula Terceira do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO

ANDRÉ SILVESTRI
LOCADOR

PP/ PAULO ANTÔNIO SILVESTRI
LOCADOR

PP/ OSNI SILVESTRI
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

Leonice De Fátima Comin
CPF N. 991.321.509-97

Matheus Bruno Poli Valgoi
CPF N. 104.096.479-69

Visto da assessoria jurídica

Silomara Dos Santos De Almeida
OAB/SC Nº 31191A
Assessora Jurídica

ADITIVO CONTRATO 57/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 57/2015

QUARTO TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A CONSTRUTORA BANDERA LTDA OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 1º de Maio, 736, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.765/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rudimar Borcioni, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa CONSTRUTORA BANDERA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 11.624.306/0001-35, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, 709, Sala 03, Centro, Cidade de Quilombo – SC, CEP 89.850-000, representada neste ato, pelo seu Sócio Administrador, Sr. VANDRO BANDIERA, portador da Cédula de Identidade nº 3.291.290 e inscrito no CPF-MF sob o nº 037.648.999-56, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato 57/2015, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, para CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO COM 06 SALAS DE AULA A SER EXECUTADO NO BAIRRO VILA FELIZ COM ÁREA DE 853,20M2, conforme as cláusulas e condições estabelecidas no doravante contrato, decorrentes dos procedimentos do Processo Licitatório nº 1286/2015 - Modalidade Tomada de Preços nº 05/2015 do Município de Campo Erê – SC, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

Considerando fatores climáticos com chuvas em demasia, que comprometeu a execução dos serviços conforme cronograma pré-estabelecido;

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 57/2015 para até 02/10/2017, com vigência a partir de 05/05/2017.

CLÁUSULA II - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, 06 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONSTRUTORA BANDERA LTDA
Vandro Bandiera
CONTRATADA

PAULA C. TONIAL
Sec. Mun. de Educação e Cultura

TESTEMUNHAS:

Mateus Bruno Poli Valgoi
CPF: 104.096.479-69

Leonice de Fatima Comin
CPF: 991.321.509-97

Visto da assessoria jurídica:

Silomara Dos Santos De Almeida
OAB/SC Nº 31191A
Assessora Jurídica

EXTRATO ATA RP 20/2017

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 403/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ARISTEU CLAIR MARQUES EIRELI ME, inscrita no CNPJ Nº 05.552.346/0001-16, conforme relação abaixo:

Seq	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
1	Viagem	100,00	Campo Erê - Pato Branco, Campo Erê (ida e volta)	433,0000	43.300,0000
2	Viagem	20,00	Campo Erê – São Lourenço do Oeste – Campo Erê (ida e volta)	216,9000	4.338,0000

VALOR TOTAL R\$ 47.638,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 05 de abril de 2017.

CATIA FERLIN DA VEIGA Gestora do FMS	ARISTEU CLAIR MARQUES EIRELI ME CNPJ Nº 05.552.346/0001-16
---	---

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

SILOMARA DOS SANTOS DE ALMEIDA
OAB/SC – 31191-A
Assessora Jurídica**EXTRATO ATA RP 21/2017**

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 403/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ADRIANO LOPES EIRELI ME, inscrita no CNPJ Nº 21.944.216/0001-85, conforme relação abaixo:

Seq	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
3	Viagem	10,00	Campo Erê – Chapeco – Campo Erê – Ida e Volta	798,0000	7.980,0000
4	KM	3.000,00	Transporte para outras cidades, quando se fizer necessário	1,9500	5.850,0000

VALOR TOTAL R\$ 13.830,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 05 de abril de 2017.

CATIA FERLIN DA VEIGA Gestora do FMS	ADRIANO LOPES EIRELI ME CNPJ Nº 21.944.216/0001-85
---	---

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

SILOMARA DOS SANTOS DE ALMEIDA
OAB/SC – 31191-A
Assessora Jurídica

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1000/17

PORTARIA Nº 1000/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DE FATIMA VARELLA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA DE FATIMA VARELLA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1001/17

PORTARIA Nº 1001/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA NARA APARECIDA CALGARO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA NARA APARECIDA CALGARO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1045/17

PORTARIA Nº 1045/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDINA CRISTINA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário EDINA CRISTINA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1046/17

PORTARIA Nº 1046/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TATIANA SERPA CORREA BECKER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TATIANA SERPA CORREA BECKER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1047/17

PORTARIA Nº 1047/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCIA ROSANA BARTH

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARCIA ROSANA BARTH para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1048/17

PORTARIA Nº 1048/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE MARIA MATOS LAGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALINE MARIA MATOS LAGO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1049/17

PORTARIA Nº 1049/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA APARECIDA GONÇALVES THIBES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA APARECIDA GONÇALVES THIBES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1050/17

PORTARIA Nº 1050/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA RICHARTZ ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALBERTINA RICHARTZ ROSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1051/17

PORTARIA Nº 1051/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA MECABO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDRESSA MECABO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1052/17

PORTARIA Nº 1052/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIDIANE APARECIDA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LIDIANE APARECIDA SUTIL para

exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1053/17

PORTARIA Nº 1053/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1054/17

PORTARIA Nº 1054/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1055/17

PORTARIA Nº 1055/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA DORINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRA DORINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1056/17

PORTARIA Nº 1056/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANI APARECIDA CORREIA CARMINATI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELIANI APARECIDA CORREIA CARMINATI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1057/17

PORTARIA Nº 1057/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVAN PELENTIR DISSEGNA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVAN PELENTIR DISSEGNA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma

carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1058/17

PORTARIA Nº 1058/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELISON ANTUNES KUNEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELISON ANTUNES KUNEN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1059/17

PORTARIA Nº 1059/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA CAMILA MAI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRA CAMILA MAI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1060/17

PORTARIA Nº 1060/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1061/17

PORTARIA Nº 1061/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1063/17

PORTARIA Nº 1063/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1064/17

PORTARIA Nº 1064/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARGARETE SANTOS DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARGARETE SANTOS DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1065/17

PORTARIA Nº 1066/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CELIA MARTA DE LIMA PAULI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CELIA MARTA DE LIMA PAULI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1066/17

PORTARIA Nº 1066/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CELIA MARTA DE LIMA PAULI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CELIA MARTA DE LIMA PAULI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1067/17

PORTARIA Nº 1067/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINALVA DA COSTA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARINALVA DA COSTA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077/17

PORTARIA Nº 1077/17 de 28/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VATUZI ALVES VIEIRA WEBER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VATUZI ALVES VIEIRA WEBER para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1078/17

PORTARIA Nº 1078/17 de 28/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESSICA KERVALD ALVES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JESSICA KERVALD ALVES DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/17

PORTARIA Nº 1079/17 de 28/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADRIANA MOREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1113/17

PORTARIA Nº 1113/17 de 28/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEONARDO THIBES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LEONARDO THIBES para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1201/17

PORTARIA Nº 1201/17 de 29/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILIA NERES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária CARMELITA DE ALMEIDA MATTOS encontrar-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARILIA NERES DA SILVA para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1203/17

PORTARIA Nº 1203/17 de 29/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCIA APARECIDA PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária CRISTIANE MARIA SERENA encontrar-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARCIA APARECIDA PADILHA

para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1204/17

PORTARIA Nº 1204/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZA APARECIDA PEDROSO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária MARIA AUXILIADORA ANTUNES encontrar-se em auxílio-doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIZA APARECIDA PEDROSO para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1205/17

PORTARIA Nº 1205/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANE DE FATIMA ANTUNES MIGUEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária LUANA CORDEIRO, encontrar-se em auxílio-maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADRIANE DE FÁTIMA ANTUNES MIGUEL para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1206/17

PORTARIA Nº 1206/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOICE MARIA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária LORENA FOSCARINI, encontrar-se em auxílio-doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOICE MARIA DOS SANTOS para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1207/17

PORTARIA Nº 1207/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TANIA MARA DE FREITAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI encontrar-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TANIA MARA DE FREITAS para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1208/17

PORTARIA Nº 1208/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VILCIANE APARECIDA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária ONIVIA POLEZA, encontrar-se em auxílio-maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VILCIANE APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria

entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1209/17

PORTARIA Nº 1209/17 DE 29/03/17

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir CLAYTON AUGUSTO WYZYKOWSKI, CI nº 5.423.024, CPF nº 071.932.019-48 para exercer o cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. O (a) servidor (a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 17.759,08 (Dezessete mil setecentos e cinquenta e nove reais e oito centavos), reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1210/17

PORTARIA Nº 1210/17 DE 31/03/17

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PRESENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;

Mauro Cesar Gonçalves – Pregoeiro

Ana Paula Roveda- Equipe de Apoio

Glauciane França – Equipe de Apoio

James Adalcio dos Santos - Suplente

Alexandre Braz Cardozo – Suplente

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 772/17 de 20/03/17.

Prefeitura de Campos Novos, 31 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1212/17

PORTARIA Nº 1212/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 776/17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELA MACHADO, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir GABRIELA MACHADO, CI nº 5.593.7141, CPF nº 080.767.729-90 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.184,23 (Hum mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1213/17

PORTARIA Nº 1213/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 775/17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINA PRATTO, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir MARINA PRATTO, CI nº 5.411.821-2, CPF nº 091.616.319-90 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.184,23 (Hum mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos) reajustados nas

mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1214/17

PORTARIA Nº 1214/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 759 /17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARIANI IZABEL GERHARDT BET, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir ARIANI IZABEL GERHARDT BET, CI nº 3.426.910, CPF nº 023.618.649-32 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.232,10 (Hum mil duzentos e trinta e dois reais e dez centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1215/17

PORTARIA Nº 1215/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 523/17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENOIR RIBEIRO, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL, EM DECORRENCIA DA VAGA DE FUNCIONÁRIO EXONERADO:

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis

Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir GENOIR RIBEIRO, CI nº 3.149.736, CPF nº 027.001.529-99 para exercer o cargo de MOTORISTA SOCORRISTA-SAMU, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. O servidor cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.698,80 (Hum mil seiscentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1216/17

PORTARIA Nº 1216/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 134 /17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO, CI nº 1480341010, CPF nº 073.946.484.19 para exercer o cargo de ENFERMEIRO COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. O servidor cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 3.067,72 (Três mil e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1217/17

PORTARIA Nº 1217/17 de 03/04/17

RETIFICA PORTARIA Nº 760 /17 DE 20/03/17 QUE CONTRATAVA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANDIRA APARECIDA CORDEIRO, ALTERANDO O TEXTO PARA:

ADMITE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir JANDIRA APARECIDA CORDEIRO, CI nº 3.150.689, CPF nº 963.740.209-87 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.232,10 (Um mil duzentos e trinta e dois reais e dez centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2017.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1218/17

PORTARIA Nº 1218/17 de 03/04/17

DISPENSA A SERVIDORA SOLEETE AP. DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA E. M. E. B. SANTA JULIA BILLIART.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora SOLEETE AP. DE SOUZA, das funções de DIRETORA ADJUNTA junto a E.M.E.B. Santa Julia Billiart, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1221/17

PORTARIA Nº 1221/17 DE 04/04/17

DISPENSA FGR-II DA SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-II da servidora CARLA DENISE GARBIN, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1222/17

PORTARIA Nº 1222/17 de 04/04/17

REVOGA PORTARIA Nº 668/17 DE 07/03/17

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria Nº 668/17 de 07/03/17 que concedia FGR II a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

04 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1223/17

PORTARIA Nº 1223/17 DE 04/04/17

DISPENSA FGR-II DA SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-II da servidora ELIANE TORRE, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1224/17

PORTARIA Nº 1224/17 DE 04/04/17

DISPENSA FGR-II DA SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-II da servidora HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1225/17

PORTARIA Nº 1225/17 DE 04/04/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA CARLA DENISE GARBIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – III – a servidora CARLA DENISE GARBIN, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1226/17

PORTARIA Nº 1226/17 DE 04/04/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – III – a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, junto a Secretaria de Administração e

Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1227/17

PORTARIA Nº 1227/17 DE 04/04/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ELIANE TORRE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – III – a servidora ELIANE TORRE, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1228/17

PORTARIA Nº 1228/17 DE 04/04/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – III – a servidora HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1229/17

PORTARIA Nº 1229/17 de 04/04/17

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PRISCILA PAULA BUENO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora PRISCILA PAULA BUENO do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1230/17

PORTARIA Nº 1230/17 DE 04/04/17

EXONERA A SERVIDORA MARIA OLINDA FRANKE POR APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1697720371 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora MARIA OLINDA FRANKE, por aposentadoria especial dos professores de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1231/17

PORTARIA Nº 1231/17 DE 04/04/17

EXONERA A SERVIDORA DAIZI PEREIRA ANTUNES POR APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1398308479 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora DAIZI PEREIRA ANTUNES, por aposentadoria especial dos professores de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
04 de abril de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 745/17

PORTARIA Nº 745/17 DE 20/03/17

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder licença sem vencimento a servidora LAIS PICININ BITTENCOURT, conforme OFÍCIO 17/02017 da Secretaria Municipal de Saúde.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 823/17

PORTARIA Nº 823/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 848/17

PORTARIA Nº 848/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art.

2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 849/17

PORTARIA Nº 849/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAMELA APARECIDA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, PAMELA APARECIDA ALVES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 850/17

PORTARIA Nº 850/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILUCI RAMOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARILUCI RAMOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 851/17

PORTARIA Nº 851/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 852/17

PORTARIA Nº 852/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VINICIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VINICIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 853/17

PORTARIA Nº 853/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA MAIARA DEMENECH ZANELATTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SABRINA MAIARA DEMENECH ZANELATTO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 854/17

PORTARIA Nº 854/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 855/17

PORTARIA Nº 855/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 856/17

PORTARIA Nº 856/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA BOSI TREVISOL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA BOSI TREVISOL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 857/17

PORTARIA Nº 857/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAIS LOPES RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, TAIS LOPES RODRIGUES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 858/17

PORTARIA Nº 858/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE GUZATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELE GUZATTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 859/17

PORTARIA Nº 859/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA PINHEIRO LOPES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA PINHEIRO LOPES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 860/17

PORTARIA Nº 860/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUSANA RAMPON MASCARELLO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SUSANA RAMPON MASCARELLO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe

uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861/17

PORTARIA Nº 861/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA SUSIN DE MATOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA PAULA SUSIN DE MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862/17

PORTARIA Nº 862/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA HELENA LOPES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIA HELENA LOPES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863/17

PORTARIA Nº 863/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE APARECIDA DE CORDOVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DAIANE APARECIDA DE CORDOVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864/17

PORTARIA Nº 864/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIA MARTENDAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FABIA MARTENDAL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 865/17

PORTARIA Nº 865/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROBSON ANDREY GRANE-MANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROBSON ANDREY GRANEMANN

para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 866/17

PORTARIA Nº 866/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCIA APARECIDA BERLANDA MELO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARCIA APARECIDA BERLANDA MELO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 867/17

PORTARIA Nº 867/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIA BARBOSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLAUDIA BARBOSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 868/17

PORTARIA Nº 868/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 889/17

PORTARIA Nº 889/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 973/17

PORTARIA Nº 973/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA FAVARETTO VARGAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário PATRICIA FAVARETTO VARGAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 986/17

PORTARIA Nº 986/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANTA CATARINA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SANTA CATARINA ALVES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 987/17

PORTARIA Nº 987/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOAO PAULO PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOAO PAULO PADILHA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 988/17

PORTARIA Nº 988/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADEMAR MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADEMAR MOREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 989/17

PORTARIA Nº 989/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELENICE APARECIDA MERFORT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELENICE APARECIDA MERFORT para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 990/17

PORTARIA Nº 990/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FATIMA MARIA LESSE GARCIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FATIMA MARIA LESSE GARCIA

para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 991/17

PORTARIA Nº 991/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOLANGE DE FATIMA ALVES FAGUNDES DE LIMA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SOLANGE DE FATIMA ALVES FAGUNDES DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 992/17

PORTARIA Nº 992/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISELE ALVES DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GISELE ALVES DE SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 993/17

PORTARIA Nº 993/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE ALMEIDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LILIANE ALMEIDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 994/17

PORTARIA Nº 994/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIAN NAIR ZANELATTO MICHELIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LILIAN NAIR ZANELATTO MICHELIN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 995/17

PORTARIA Nº 995/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIA APARECIDA BITARELLO FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LILIA APARECIDA BITARELLO

FAGUNDES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 996/17

PORTARIA Nº 996/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE TONHOLI ESCAINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOSIANE TONHOLI ESCAINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 997/17

PORTARIA Nº 997/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE MOREIRA ZANAO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUCIANE MOREIRA ZANAO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 998/17

PORTARIA Nº 998/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA APARECIDA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 999/17

PORTARIA Nº 999/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILENE TURELLA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARILENE TURELLA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

COMPRAS EFETUADAS MÊS FEVEREIRO/2017

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	ARRUELA	260	6,000	0,4000	2,40
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	BATERIA	245	1,000	465,0000	465,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	CAPA PARA TERMINAL	260	1,000	0,5000	0,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	CHAVE DE LUZ UNIVERSAL	238	1,000	12,0000	12,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO	244	2,000	38,0000	76,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	FIO PARA INSTALAÇÃO E FITA	238	15,000	1,0000	15,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA AUXILIAR	260	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LÂMPADA DE FAROL H7	242	2,000	40,0000	80,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA DE FREIO	238	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA DE FREIO	242	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA FAROL MILHA	260	1,000	49,9000	49,90
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PARA FAROL	242	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PARA FAROL	260	1,000	220,5000	220,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PARA FAROL ALTA E BAIXA	263	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PINGO D'AGUA	240	2,000	5,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PINGO D'AGUA	242	2,000	5,0000	10,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	238	1,000	620,0000	620,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	240	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	242	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	260	1,000	240,0000	240,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	TERMINAL DE ENCAIXE	260	1,000	1,0000	1,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	TERMINAL DE FIO 1/4 REFORÇADO	240	2,000	1,5000	3,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	TERMINAL DE FIO 1/4 REFORÇADO	260	1,000	1,5000	1,50
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	TERMINAL DE FIO 3/16 GARFO	260	1,000	0,5000	0,50
BELOTTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	319	1,000	1,500,0000	1,500,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	345	1,000	2,300,0000	2,300,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE 200 CONSULTAS AO MÊS P	266	11,000	7,000,0000	77,000,00
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO COM 0,45CM X 10 MTS	328	10,000	13,0000	130,00
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME	PAPEL LEMBRETE PARA ORGANIZADOR 76 x 102 MM	328	300,000	1,9000	570,00
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME	PASTA SUSPENSÃO	328	50,000	38,5000	1,925,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	CANETA PRETA	329	30,000	13,0000	390,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	CANETA VERMELHA	329	30,000	13,0000	390,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	PEN DRIVE 4 GB	329	30,000	12,9000	387,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	329	30,000	0,8500	25,50
C.E.R. SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA - ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 01	232	1,430,000	16,4900	23,580,70
C.E.R. SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA - ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 02	232	1,430,000	16,4900	23,580,70
C.E.R. SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA - ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 03	232	1,430,000	16,4900	23,580,70
CARLOS ALBERTO DE HARO ANTUNES CONSULT	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	352	64,000	35,0000	2,240,00

Página: 2/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CARLOS ALBERTO DE HARO ANTUNES CONSULTORIA	SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE 160 CONSULTAS AO MÊS	269	11,000	5,600,000	61,600,00
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	DE				
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	ARGAMASSA 20 KG	314	1,000	10,3950	10,40
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PLUG MACHO 10 A	276	1,000	5,9000	5,90
CHEILA CIBELI CAREZIA	TELHA ONDULADA	314	1,000	280,0000	280,00
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 250 SESSÕES - ITEM 06	233	2,750,000	16,4900	45,347,50
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 09	231	1,430,000	16,4900	23,580,70
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 10	231	1,430,000	16,4900	23,580,70
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 13	231	1,430,000	44,9900	64,335,70
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	346	1,000	18,021,1400	18,021,14
COR E ARTE COM E DIST LTDA	DISQUETES 1,44 MB CAIXA COM 10 UNIDADES	324	50,000	14,0000	700,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ENVELOPE OFÍCIO BRANCO 110 X 220 mm	324	1,000,000	0,0600	60,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	FOLHAS DE E.V.A CORES DIVERSAS	324	80,000	0,9000	72,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PAPEL VERGE PACOTE COM 50 FOLHAS 180 GM	324	5,000	9,0000	45,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PASTA POLIONDAS AZUL COM ELASTICO 2 CM	324	30,000	1,9000	57,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PORTA LAPIS/CLIPS/LEMBRETE	324	20,000	5,5000	110,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SACO PAPEL KB PIPOCA 11 X 20 - FARDOS COM 500	324	100,000	11,0000	1,100,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SACO PAPEL MONO FARMACIA 8 X 17 - FARDOS COM 500	324	100,000	9,9000	990,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SACOLA PLASTICA FD BR 25X35 - COM 1000	324	200,000	21,9000	4,380,00
DENELSON WATHIER ANTUNES	LAVAÇÃO DE VEÍCULOS MÉDIO E GRANDE PORTE	255	300,000	28,0000	8,400,00
DENELSON WATHIER ANTUNES	LAVAÇÃO DE VEÍCULOS PEQUENO PORTE	255	250,000	19,0000	4,750,00
DIPAR	CAIXA DE CLIPS TAMANHO 20 COM 500 GRAMAS.	323	50,000	5,9800	299,00
DIPAR	CAIXA DE CLIPS TAMANHO 30 COM 500 GRAMAS.	323	10,000	5,9800	59,80
DIPAR	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO C/ALÇA 2400 ML	323	60,000	7,4000	444,00
DIPAR	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA - FUMIE	323	20,000	17,5100	350,20
DIPAR	CALCULADORA PEQUENA SIMPLES	323	50,000	2,8800	144,00
DIPAR	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TAMANHO A4	323	400,000	0,1400	56,00
DIPAR	CARTOLINA DIVERSAS CORES	323	50,000	0,3800	19,00
DIPAR	ENVELOPE AMARELO SACO TAMANHO A4	323	10,000,000	0,1200	1,200,00
DIPAR	FICHA PAUTADA BRANCA 4 X 6	323	20,000	4,6600	93,20
DIPAR	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MM X 40 MM	323	500,000	0,5300	265,00
DIPAR	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45mm X 45 m	323	500,000	1,7500	875,00
DIPAR	FITA CREPE BRANCA FINA 19mm X 50m	323	700,000	2,3000	1,610,00
DIPAR	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	323	30,000	4,7000	141,00
DIPAR	PAPEL A4 75 GM2 CAIXA COM 10 RESMAS COM 500 FOLHAS	323	100,000	136,9900	13,699,00
DIPAR	PASTA POLIONDAS AZUL COM ELASTICO 5 CM	323	50,000	2,1700	108,50
DIPAR	PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES	323	10,000	1,4900	14,90
DIPAR	SUPORTE PARA FITA ADESIVA 18 MM X 60 M	323	10,000	11,0800	110,80
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	CITAGRAN 20 MG COMPRIMIDOS	254	2,000	40,5050	81,01

Página: 3/8

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	IBUPROFENO 600 MG COMP	254	1,000	18,2600	18,26
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	PANTOPRAZOL 40 MG	254	1,000	45,7550	45,76
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	ROVAMICINA 1500 UI COMPRIMIDOS	254	15,000	56,2360	843,54
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	TANDRIFLAN COMPRIMIDOS	254	1,000	24,2200	24,22
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	TORAGESIC 10 MG COMPRIMIDOS	254	1,000	51,4800	51,48
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	TRAMADOL 50 MG COMP	254	2,000	24,1200	48,24
ELETRONICA DALMOLIN LTDA ME	FORTE 12V	333	1,000	50,0000	50,00
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS DE USO INFANTIL TM GG - 60 UN	271	2,000	39,9900	79,98
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE EM PÓ NINHO FASE 1 - 800G	272	4,000	27,7200	110,88
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE NESTOGENO 2800 GR	253	1,000	29,1700	29,17
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE NESTOGENO 2800 GR	318	2,000	29,1700	58,34
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RITALINA 10 MG COMPRIMIDOS	280	1,000	54,5600	54,56
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	CODEIN 30 MG	341	1,000	31,8800	31,88
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEITE PEDIASURE	258	4,000	28,3500	113,40
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LEITE PEDIASURE	342	4,000	60,2100	240,84
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	REMICADE 100 MG	259	2,000	4,460,0000	8,920,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ: FORNECEM NUTRIÇÃO COMPLETA E BAL	289	30,000	27,7200	831,60
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	VELLIA 60 MG COMPRIMIDOS	341	1,000	95,0700	95,07
FARMACIAS BEBER LTDA ME	ALENIA 400 MG	343	1,000	95,0000	95,00
FARMACIAS BEBER LTDA ME	HISTAMIN 30 G	343	1,000	13,6500	13,65
FARMACIAS BEBER LTDA ME	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	344	4,000	57,0000	228,00
FARMACIAS BEBER LTDA ME	LEITE ENSURE	344	4,000	106,5200	426,08
FARMACIAS BEBER LTDA ME	NEOMICINA + BACITRACINA POMADA BISN/10 G	343	1,000	12,4500	12,45
FARMACIAS BEBER LTDA ME	OXIBUTAMINA 1MG 120 ML	343	1,000	26,3500	26,35
FARMACIAS BEBER LTDA ME	RETEMIC 5 MG COMPRIMIDOS	343	3,000	43,0000	129,00
FERNANDA BAGATINI STEFANES ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 250 SESSÕES - ITEM 05	234	2,750,0000	16,4900	45,347,50
FISIOATIVA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 12	235	1,430,0000	16,4900	23,580,70
FISIOSANTOS - CLINICA DE FIS. FISIOSANTOS LT	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 04	230	1,430,0000	16,4900	23,580,70
FISIOSANTOS - CLINICA DE FIS. FISIOSANTOS LT	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 07	230	1,430,0000	16,4900	23,580,70
FISIOSANTOS - CLINICA DE FIS. FISIOSANTOS LT	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 130 SESSÕES - ITEM 08	230	1,430,0000	16,4900	23,580,70
FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT - ME	SERVIÇOS MÉDICOS CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTO DE 130 CONS	267	11,000	4,548,0000	50,028,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	FITAS PARA TESTE DE GLICEMIA	262	4,000,0000	25,8000	103,200,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC	EXAMES LABORATORIAIS	249	1,000	82,6900	82,69
GIOVANE BATISTA BORTOLI ME	SERVIÇOS MÉDICOS CLINICA GERAL ATEND. 100 CONSULTAS AO MÊS	270	11,000	3,497,0000	38,467,00
GRUPPOS AT., ENSINO, PROJ., PESQ. E CONS. S	CONSULTAS NA ÁREA DE PSQUIATRIA	257	1,000	200,0000	200,00
GRUPPOS AT., ENSINO, PROJ., PESQ. E CONS. S	SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE 150 CONSULTAS AO MÊS N	268	11,000	9,000,0000	99,000,00
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	225	1,000	4,848,8300	4,848,83

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	347	1,000	4.616,5200	4.616,52
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. f	IMPRESSORAS	250	1,000	135,0000	135,00
J E NERIS EIRELI ME	SERVIÇOS MÉDICOS COM CARGA HORÁRIA DE 8HS SEMANAIS	265	11,000	4.499,0000	49.489,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	335	1,000	60,0000	60,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	LENTE DE GRAU	335	2,000	30,0000	60,00
KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME	CANETA PARA RETROPROJETOR	330	20,000	1,3900	27,80
KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	330	30,000	0,7900	23,70
KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME	GRAMPO TRILHO 80 MM CAIXA COM 50 UNIDADES	330	15,000	5,0600	75,90
KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME	PASTA AZ	330	50,000	6,0000	300,00
KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME	REGUAS PLASTICAS COM 30 CM	330	100,000	0,3900	39,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	ARMARIO SEMI-ABERTO 02 PORTAS	256	1,000	598,0000	598,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	BALCÃO 1 PORTA 2 GAVETAS 1 ARQUIVO PARA PASTA SUSPensa	256	1,000	710,0000	710,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	CARTUCHO DE TINTA PRETA 21	273	2,000	30,0000	60,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	CARTUCHO DE TINTA PRETA 21 - PARA IMP HP DESKJET D 2460	326	40,000	45,1000	1.804,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	EXTRATOR DE GRAMPOS	326	30,000	0,6400	19,20
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	MARGADORES DE TEXTO DIVERSAS CORES	326	200,000	0,7800	156,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRI	PASTA CATALOGO 50 FOLHAS COM CAPA RESISTENTE	326	10,000	5,2600	52,60
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	349	1,000	7.353,2700	7.353,27
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	274	1,000	5.245,6700	5.245,67
LIDER SERRALHERIA LTDA ME	CORRIMÃO	284	1,000	618,0000	618,00
LIDER SERRALHERIA LTDA ME	GUARDA CORPO	284	1,000	932,0000	932,00
LOJAS MAGRÃO LTDA	CORTINA	226	5,000	26,9000	134,50
LOJAS MAGRÃO LTDA	VARÃO SIMPLES PARA CORTINAS 1,50m	226	1,000	12,9000	12,90
LOJAS MAGRÃO LTDA	VARÃO SIMPLES PARA CORTINAS 3,0m	226	2,000	24,9000	49,80
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	APARELHO TELEFONICO COM FIO	321	10,000	31,3000	313,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	BOBINA PARA IMPRESSORA FISCAL TERMO SCRIPT KPR	327	500,000	3,1000	1.550,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	CADERNO PEQUENO 96 FOLHAS ESPIRAL	327	500,000	1,9000	950,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO C/ALÇA 3600 ML	327	30,000	8,7000	261,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO 22- PARA IMP DESKJET D 2460	327	40,000	78,9000	3.156,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	GRAMPEADOR PARA GRAMPO 26/6	327	100,000	3,8500	385,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	LAPIS DE COR GRANDE CAIXA COM 12	327	10,000	2,4000	24,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	LAPIS PRETO Nº 02	327	1.500,000	0,1500	225,00
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARBONO PARA MAQUINA PRETO A4 - CAIXA COM 100	327	10,000	15,9700	159,70
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL C/ SENSOR EXTERNO	322	10,000	79,0000	790,00
MECANICA FIORIN LTDA	ANEL BUJÃO	336	1,000	3,0000	3,00
MECANICA FIORIN LTDA	ANEL BUJÃO	339	1,000	2,0000	2,00
MECANICA FIORIN LTDA	FILTRO DE OLEO	336	1,000	32,9000	32,90
MECANICA FIORIN LTDA	FILTRO DE OLEO	339	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FIORIN LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	336	1,000	50,0000	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FIORIN LTDA	OLEO DE MOTOR	336	6,000	39,9000	239,40
MECANICA FIORIN LTDA	OLEO DE MOTOR	339	3,500	29,9000	104,65
MECANICA FIORIN LTDA	PASTILHA DE FREIO	336	1,000	109,9000	109,90
N. T. LUIZE - EPP	ALFINETES COLORIDOS	331	10,000	2,2000	22,00
N. T. LUIZE - EPP	APONTADOR PEQUENO DE PLASTICO	331	50,000	0,1200	6,00
N. T. LUIZE - EPP	BORRACHA BRANCA MEDIA CX COM 40 UNIDADES	331	20,000	5,0900	101,80
N. T. LUIZE - EPP	CAIXA PAPEL PARA ARQUIVO MORTO	331	400,000	1,0100	404,00
N. T. LUIZE - EPP	CAIXA ORGANIZADORA A-25 L41 PROF. 29	331	30,000	26,4900	794,70
N. T. LUIZE - EPP	CANETA AZUL	331	50,000	17,4500	872,50
N. T. LUIZE - EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 COM 5000 UNIDADES	331	200,000	2,0900	418,00
N. T. LUIZE - EPP	GRAMPO U - CX COM 50	331	10,000	14,6000	146,00
N. T. LUIZE - EPP	MOLHA DEDO	331	30,000	1,1000	33,00
N. T. LUIZE - EPP	ROLO DE ETIQUETA SENHA 3 DIGITOS AZUL COM 2.000 UNID	331	50,000	11,9000	595,00
N. T. LUIZE - EPP	TESOURA INOXIDAVEL GRANDE COM CABO DE POLIPROPILENO	331	70,000	2,4900	174,30
N. T. LUIZE - EPP	TINTA PARA CARIMBO AUTOMATICO PRETO	331	10,000	2,3500	23,50
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL COM FERRO E PROBIOTICOS PARA LACTENTES	290	240,000	7,3600	1.766,40
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL COM FERRO E PROBIOTICOS PARA LACTENTES DE 0		300,000	16,3000	4.890,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA, FAVORECENDO AS DEFESAS IMUNOLOG	290	80,000	16,6500	1.332,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO	290	50,000	11,3100	565,50
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL PARA PREMATURO E RECEM NASCIDO BAIXO PESO	290	40,000	23,6600	946,40
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ PARA USO ORAL	290	70,000	11,6400	814,80
Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda-ME	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO.	320	10,000	34,7000	347,00
Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda-ME	SACOLA PLASTICA FD BR 30 X 40 - COM 1000	325	100,000	23,5000	2.350,00
PELLISER SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	348	1,000	180,0000	180,00
PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI -	CADERNO GRANDE COM 200 FOLHAS ESPIRAL	332	200,000	3,6800	736,00
PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI -	COLA EM BASTAO 40 GR	332	50,000	1,4500	72,50
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	COBERTURA	288	1,000	622,6400	622,64
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL DUPLO	288	1,000	892,8600	892,86
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A BLUMENAU - SC	316	2,000	90,5600	181,12
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A BRUSQUE - SC	316	1,000	103,6400	103,64
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CAXIAS DO SUL - RS	334	1,000	106,9500	106,95
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	315	4,000	129,5600	518,24
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	316	3,000	121,6900	365,07
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	334	2,000	132,0000	264,00
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	316	4,000	116,1200	464,48
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A LAGES - SC	316	1,000	51,0400	51,04

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A RIO DO SUL - SC	334	2,000	58,0000	116,00
ROSILENE MARTINELLI FISIOTERAPEUTA - ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - 250 SESSÕES - ITEM 11	236	2,750,000	16,4900	45,347,50
RRV CLINICA ODONTOLÓGICA	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO NA UPA, NO INTERIOR	264	11,000	4,500,0000	49,500,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DOPPLER VENOSO	227	2,000	270,0000	540,00
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	251	1,000	79,2500	79,25
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	252	1,000	67,8400	67,84
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	BUCHA PLÁSTICA 6 MM	275	30,000	0,1200	3,60
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	CABO DE INTERNET	275	30,000	2,0000	60,00
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	CABO FLEXIVEL 2.5	275	30,000	1,3000	39,00
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	CANALETE COM DIVISÓRIA	275	25,000	7,5000	187,50
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	FIO PARALELO 2 x 2,5 cm	275	50,000	2,4000	120,00
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	LAMPADA LED 9 WATTS	275	10,000	18,5000	185,00
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	PARAFUSO 3,5 x 20	275	30,000	0,0600	1,80
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	PLAFON E-27 SQUETE PORCELANA	275	10,000	6,2000	62,00
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	TOMADA 2P + T 10 A DUPLA EXTERNA	275	5,000	10,5000	52,50
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELET. E HID. I	TOMADA DE EMBUTIR 2P + T 10 A	275	10,000	7,2000	72,00
SUPER DELAZERI LTDA ME	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBALAGEM 400 GR	279	30,000	4,8500	145,50
SUPER DELAZERI LTDA ME	AÇUCAR MASCADO EMB 1 KG	279	5,000	5,3900	26,95
SUPER DELAZERI LTDA ME	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM 5 KG.	279	6,000	12,9900	77,94
SUPER DELAZERI LTDA ME	AGUA SANITARIA EMBALAGEM COM 1 LITRO	277	12,000	2,3900	28,68
SUPER DELAZERI LTDA ME	ALCOOL GEL 70 % ANTI SEPTICO, EMB 1 LITRO	277	10,000	4,9900	49,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	ALCOOL HIDRATADO COM: LIQUIDO EMB 1 LITRO	277	24,000	4,1900	100,56
SUPER DELAZERI LTDA ME	AMENDOIM EMB 500 GR	279	10,000	5,2700	52,70
SUPER DELAZERI LTDA ME	AMIDO DE MILHO	279	15,000	3,5500	53,25
SUPER DELAZERI LTDA ME	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 EMB 5 KG	279	5,000	11,3900	56,95
SUPER DELAZERI LTDA ME	BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE DE 15 LITROS	277	3,000	9,9900	29,97
SUPER DELAZERI LTDA ME	BISCOITO SALGADO	279	10,000	3,9700	39,70
SUPER DELAZERI LTDA ME	BOLSA NÃO ALVEJADA	277	10,000	3,0900	30,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EMB. 500G COM SELO DA ABIC	279	55,000	7,9900	439,45
SUPER DELAZERI LTDA ME	CALDO DE GALINHA - CAIXA COM 06 TABLETES	279	5,000	2,7200	13,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	CANELA EM CASCA EMB 20 GR	279	15,000	1,6400	24,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	CANELA EM PO	279	6,000	3,9800	23,88
SUPER DELAZERI LTDA ME	CANJICA EMB. 500GR	279	10,000	1,7900	17,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	CARNE BOVINA MOIDA	279	60,000	12,9000	774,00
SUPER DELAZERI LTDA ME	CERA LIQUIDA AMARELA EMBALAGEM DE 1 LITRO	277	12,000	3,9900	47,88
SUPER DELAZERI LTDA ME	CHA SABORES VARIADOS EMB COM 20 SACHES	279	10,000	2,4900	24,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	COADOR DE CAFE EM PANO COM CABO DE MADEIRA TAMINHAO GRANDE	278	6,000	1,5900	9,54
SUPER DELAZERI LTDA ME	COCO RALADO	279	50,000	4,5900	229,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPER DELAZERI LTDA ME	COPO DESCARTAVEL EMBALAGEM COM 100 COPOS COM CONTEUDO DE 200	278	40,000	2,9900	119,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	CRAVO DA INDIA EMB 20 GR	279	10,000	1,8100	18,10
SUPER DELAZERI LTDA ME	CREME DE LEITE EMB 300 GR	279	10,000	2,3800	23,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	DESINFETANTE EM PEDRA COM SUPORTE PARA VASO SANITARIO	277	12,000	0,8900	10,68
SUPER DELAZERI LTDA ME	DESINFETANTE PARA BANHEIRO EMBALAGEM DE 500 ML	277	50,000	1,7900	89,50
SUPER DELAZERI LTDA ME	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 500 ML	277	24,000	1,3900	33,36
SUPER DELAZERI LTDA ME	DOCE DE FRUTAS SABOR VARIADO, EMB. 1 KG	279	6,000	4,1900	25,14
SUPER DELAZERI LTDA ME	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS - CAP. 3KGS - COM 100 UNID	278	8,000	5,1800	41,44
SUPER DELAZERI LTDA ME	ERVA DOCE	279	10,000	1,0800	10,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	ESCOVA MEDIA DE ROUPA	277	1,000	4,4900	4,49
SUPER DELAZERI LTDA ME	ESCOVA REDONDA PARA VASO SANITARIO	277	3,000	6,3900	19,17
SUPER DELAZERI LTDA ME	ESPONJA DE LA DE AÇO PCT COM 08 UNID	277	20,000	0,9900	19,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	ESPONJA DE LIMPEZA, DUPLA FACE, 110MM75MMX20MM	277	60,000	0,7900	47,40
SUPER DELAZERI LTDA ME	EXTRATO DE TOMATE 340 GRAMAS	279	15,000	3,5000	52,50
SUPER DELAZERI LTDA ME	FARINHA DE MILHO 1 KG	279	10,000	2,1900	21,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	FARINHA DE ROSCA EMB 500 GR	279	10,000	6,9800	69,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	279	25,000	11,2900	282,25
SUPER DELAZERI LTDA ME	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMB. 1 KG	279	10,000	5,9900	59,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	FERMENTO BIOLÓGICO GRANULADO - PACOTE 500 GR	279	6,000	11,4900	68,94
SUPER DELAZERI LTDA ME	FERMENTO EM PO QUIMICO 500 GR	279	25,000	17,9900	449,75
SUPER DELAZERI LTDA ME	FLANELA PARA LIMPEZA	277	12,000	2,0900	25,08
SUPER DELAZERI LTDA ME	GARRAFA TERMICA 1,8 LITROS PLASTICA COM PRESSÃO	278	2,000	58,9900	117,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 5 LITROS	278	2,000	27,9900	55,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	GELATINA EM PO SABORES VARIADOS (MORANGO, LIMÃO E ABACAXI)	279	100,000	0,9800	98,00
SUPER DELAZERI LTDA ME	GRAMPOS PLÁSTICOS PARA PENDURAR ROUPA PACT COM 12 UNIDADES	277	2,000	1,9900	3,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	GUARDA-PAPO DE PAPEL	278	15,000	1,5900	23,85
SUPER DELAZERI LTDA ME	LEITE CONDENSADO	279	40,000	3,4500	139,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL 1 L	279	350,000	2,6900	941,50
SUPER DELAZERI LTDA ME	LIMPADOR DE VIDRO, 500 ML	277	2,000	2,4900	4,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	MANGUEIRA FLEX JARDIM COM ENGATES - 20M LARGURA: 29,00 CM A	277	1,000	48,9900	48,99
SUPER DELAZERI LTDA ME	MARGARINA VEGETAL COM SAL 500 GR	279	20,000	2,7500	55,00
SUPER DELAZERI LTDA ME	MASSA FINA PARA SOPAS EMB 500 GR	279	6,000	3,1900	19,14
SUPER DELAZERI LTDA ME	MILHO VERDE EM CONSERVA	279	20,000	1,8900	37,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	OLEO DE SOJA	279	75,000	3,9500	296,25
SUPER DELAZERI LTDA ME	PA DE PLÁSTICO PARA LIXO - MEDIA	277	2,000	2,8900	5,78
SUPER DELAZERI LTDA ME	PALHA DE AÇO Nº 0 MACIA	277	4,000	1,3900	5,56
SUPER DELAZERI LTDA ME	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	278	1,000	74,9900	74,99
SUPER DELAZERI LTDA ME	PANO DE PRATO	278	15,000	2,7900	41,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2017**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPER DELAZERI LTDA ME	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHAS DUPLAS PICOTADAS FARDOS	277	5,000	3,9900	19,95
SUPER DELAZERI LTDA ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 20x22cm	277	60,000	3,9900	239,40
SUPER DELAZERI LTDA ME	PAPEL TOALHA ROLO PACOTE COM 2 UNIDADES	278	20,000	2,7900	55,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	PEITO DE FRANGO DESOSSADO KG	279	65,000	11,6500	757,25
SUPER DELAZERI LTDA ME	PIPOCA MILHO EMB 500 GR	279	10,000	2,5800	25,80
SUPER DELAZERI LTDA ME	POLVILHO AZEDO EMB 1 KG	279	40,000	6,1900	247,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	PRATO PLASTICO PACOTE COM 10 UNIDADES	278	30,000	1,9900	59,70
SUPER DELAZERI LTDA ME	QUELHO PRATO (FATIADO OU EM PEÇAS	279	10,000	24,9000	249,00
SUPER DELAZERI LTDA ME	RODO COM BORRACHA TAMANHO GRANDE 48 CM	277	2,000	19,9900	39,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	RODO COM BORRACHA TAMANHO GRANDE 60 CM	277	2,000	24,9900	49,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA MEDINDO 40CM	277	2,000	7,9900	15,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	SABÃO EM PO MULTITIAÇÃO CAIXA COM 1 KILO	277	15,000	5,1900	77,85
SUPER DELAZERI LTDA ME	SABONETE LIQUIDO PEROLADO EMBALAGEM 5 LITROS	277	2,000	26,9900	53,98
SUPER DELAZERI LTDA ME	SACO DE LIXO (PRETO) 30 LITROS C/ 50 UNIDADES	277	10,000	6,1900	61,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	SACO DE LIXO 50 LITROS PACOTE COM 50 UNIDADES	277	10,000	6,4900	64,90
SUPER DELAZERI LTDA ME	SAL REFINADO IODADO 1 KG	279	6,000	0,9500	5,70
SUPER DELAZERI LTDA ME	SALSICHA EM KG	279	20,000	5,4800	109,60
SUPER DELAZERI LTDA ME	SAPONACEO CREMOSO 300 ML	277	80,000	2,3900	191,20
SUPER DELAZERI LTDA ME	SUCO PREPARADO SOLIDO PARA REFRESCO DE BAIXA CALORIA	279	160,000	0,9900	158,40
SUPER DELAZERI LTDA ME	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	278	1,000	34,9900	34,99
SUPER DELAZERI LTDA ME	VASSOURA DE CERDAS PLASTICAS PLUMADAS	277	6,000	8,9900	53,94
VOGEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	317	1,000	285,0000	285,00
WALTER PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	GUARNIÇÃO BORRACHA PARA BRISA	228	1,000	80,0000	80,00
WALTER PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	228	1,000	120,0000	120,00
ZAIRA BORGES BITENCORT	ANTIVIRUS AVAST ENDPOINT, SERVER/ESTACÃO	237	100,000	77,9000	7.790,00
				Total Geral do Mês —>	1.099.931,54

COMPRAS EFETUADAS MÊS JANEIRO/2017

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AKSO PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	REAGENTE LIQUIDO P/ ANALISE DE PH P/ MI 411	95	4,000	69,0000	276,00
AKSO PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	REAGENTE LIQUIDO P/ CLORO LIVRE, TOTAL MI 504 100 TESTES	95	2,000	170,0000	340,00
ANILDO LUIZ MECABO	LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA PARA ESF SANTO ANTONIO	99	6,000	1,186,6000	7,119,60
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DE SOFTWARE	32	5,000	665,5400	3,327,70
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO MENSAL SISTEMA DE PATRIMONIO	32	5,000	160,0000	800,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	BALANCEAMENTO	155	5,000	10,0000	50,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	BALANCEAMENTO DO PNEU 195 / 65 / 15	153	2,000	10,0000	20,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	MONTAGEM DO PNEU 195 / 65 / 15	153	4,000	10,0000	40,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	MONTAGEM PNEUS	155	7,000	10,0000	70,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	PNEU 175/65 R14 82 T PRISMA	155	1,000	210,0000	210,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	PNEU 195 / 65 / 15	153	6,000	299,0000	1,794,00
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA	RODIZIO PNEUS	155	1,000	20,0000	20,00
CATER MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	CORANTE XADREZ VERMELHO	131	40,000	3,0000	120,00
CARLOS ALBERTO DE HARO ANTUNES CONSULT	SERVICO MEDICOS	193	1,000	6,615,0000	6,615,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	AGULHAS COM PONTA PARA BORDAR	124	10,000	0,3000	3,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	BOTÃO	124	150,000	0,3000	45,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	CRISTAL TRANSPARENTE	124	200,000	0,1000	20,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	FILTRO ESTAMPADO	124	15,000	16,0000	240,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	FIBRA	124	6,000	26,0000	156,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	FITA DE SEDA FINA PARA BORDAR EM METROS	124	15,000	0,6000	9,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	FITA MIMOSA	124	15,000	1,0000	15,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	GUARDANAPO PARA DECOUPAGEM	124	50,000	0,4000	20,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	LÁ 100 GR	124	12,000	8,0000	96,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	LINHA BRANCA PARA COSTURA EM MAQUINA	124	10,000	1,2000	12,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	PAPEL TERMO ADERENTE	124	20,000	6,5000	130,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	TECIDO BRANCO PARA PINTURA EM METROS	124	200,000	6,5000	1,300,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	TECIDO PATCHWORK	124	50,000	19,5000	975,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	TECIDO QUADRICULADO EM METROS	124	15,000	24,0000	360,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	TINTA ACRILICA	124	10,000	4,7000	47,00
CASA DAS LÁS - VILMAR RONSANI	TOALHAS DE ROSTO PARA BORDAR	124	20,000	10,5000	210,00
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	BUCHA 12 MM	128	20,000	0,2900	5,80
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	BUCHA 6 MM	128	10,000	0,2600	2,60
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	ESPÁTULA PLÁSTICA	128	1,000	2,6300	2,63
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	FECHADURA INOX	77	1,000	35,9000	35,90
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	GRELHA PARA RALO	128	1,000	3,1000	3,10
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W	77	25,000	8,9500	223,75
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	MASSA CORRIDA	128	1,000	24,0500	24,05
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PARAFUSO 4,8x50	128	10,000	0,6500	6,50
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PARAFUSOS	128	20,000	1,0000	20,00

Página: 2/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PICARETA	128	1,000	65,9500	65,95
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PORTA GRELHA	128	1,000	4,1500	4,15
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	ROLO DE LÂ 23 CM ANTI-GOTA	128	1,000	8,9300	8,93
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	SIFAO AJUST MULTITUSO	77	1,000	8,9500	8,95
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	SOLVENTE 900 ML	128	1,000	13,1300	13,13
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	T ELETRICO	77	10,000	6,5000	65,00
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TINTA ACRILICA	128	1,000	89,5000	89,50
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TINTA OLEO 3,6 LTS BRANCO	128	1,000	42,9000	42,90
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TINTA OLEO 3,6 LTS COLORIDA	128	1,000	45,0500	45,05
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TORNEIRA PARA COZINHA C-37	128	1,000	97,5500	97,55
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TRINCHA	128	2,000	8,9300	17,86
CERTISIGN CERTIFICADORA D S A	SERVIÇOS DE INFORMATICA	149	1,000	580,0000	580,00
CERTISIGN CERTIFICADORA D S A	SERVIÇOS DE INFORMATICA	150	1,000	466,0000	466,00
CLEVMIR MARIA MANTOVANI ZAMBONIN	LOCAÇÃO DE SALA P/ ESF SAO SEBASTIÃO	102	6,000	1,851,1800	11,107,08
CN SYSTEM INFORMATICA LTDA	CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPORTE EM INFORMATICA	118	4,000	2,500,0000	10,000,00
CN SYSTEM INFORMATICA LTDA	MANUTENÇÃO, SUPORTE EM FERRAMENTA EM PLATAFORMA WEB EM LING	119	4,000	10,400,0000	41,600,00
COMERCIO DE ORDENHADEIRAS CAMPO NOVEN	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	130	1,000	1,010,0000	1,010,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	191	1,000	16,476,3900	16,476,39
COPERCAMPOS - COOP.REG. AGRO PECUARIA C	PILHA PEQUENA R 6 AA	138	2,000	9,7800	19,56
DIPAR	AGENDA	93	3,000	35,9000	107,70
DIPAR	ARGOLAS PARA CHAVEIRO	123	60,000	0,1000	6,00
DIPAR	COLA BRANCA CASCORÉS 1 KG	123	10,000	22,9000	229,00
DIPAR	FELTRO LISO	123	10,000	12,9000	129,00
DIPAR	FRAGMENTADORA 15 C	94	1,000	721,9000	721,90
DIPAR	LAPIS DE COR GRANDE CAIXA COM 12	123	5,000	5,9000	29,50
DIPAR	REFIL DE COLA QUENTE EMBALAGEM 1 KG	123	3,000	28,9000	86,70
Dr. RISCALA MIGUEL FADEL	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS	100	6,000	2,574,7200	15,448,32
ECT - EMP.BRAS. DE CORREIOS e TELEGRAFOS	SERVIÇOS DE CORREIOS E TELEGRAFOS	37	1,000	9,320,2200	9,320,22
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	CARIMBO Nº 4911 (PEQUENO)	92	20,000	32,0000	640,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	CARIMBO Nº 4912 (MEDIO)	92	15,000	40,0000	600,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	CARIMBO Nº 4913 (GRANDE)	92	8,000	47,0000	376,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	ENCADERNAÇÃO DE FOLHAS A4 (ATÉ 100 FLS)	91	100,000	3,0000	300,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	ENCADERNAÇÃO DE FOLHAS A4 (ATÉ 200 FLS)	91	100,000	3,0000	300,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	ENCADERNAÇÃO DE FOLHAS A4 (ATÉ 50 FLS)	91	100,000	3,0000	300,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	ENCADERNAÇÃO DE FOLHAS A4 (ATÉ 500 FLS)	91	100,000	4,5000	450,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	FOTOCOPIA COLORIDA	91	1,000,000	1,3000	1,300,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA PARA CARTUCHO 901 COLORIDO CC 655 A	135	15,000	11,7500	176,25
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA PARA CARTUCHO 901 PRETO CC 653 A	135	15,000	9,8000	147,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA HP LASER JET M 1212 NF MFP	135	15,000	34,0000	510,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA JET M 1132 MFP	135	15,000	34,0000	510,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA SANSUNG - MLT D101S	135	60,000	58,0000	3,480,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 4200 SANSUNG	135	15,000	44,0000	660,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 4623 F SANSUNG	135	15,000	39,5000	592,50
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 5530 NF SANSUNG	135	15,000	57,0000	855,00
ENRICO MARACCI DOS SANTOS	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX ML 1660 SANSUNG	135	15,000	39,5000	592,50
ESSENCIAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO - DM F	AGUA DESTILADA	31	1,000,000	0,8000	800,00
ESSENCIAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO - DM F	GALÃO 5 LITROS	31	15,000	9,0000	135,00
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	CICLOSPORINA	218	1,000	120,0000	120,00
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS USO INFANTIL TAMANHO EXG	223	3,000	36,0400	108,12
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE EM PÓ FASE 400 GR	222	4,000	27,7200	110,88
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	RITALINA 10 MG COMPRIMIDOS	218	1,000	54,5000	54,50
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ALENIA 400 MG	163	1,000	66,7200	66,72
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	BRONCHO VAXON 7 MG COMPRIMIDOS	163	1,000	72,3600	72,36
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	BUSONID 50 MG	163	1,000	24,9900	24,99
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDOS	163	1,000	140,6400	140,64
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CLONAZEPAM 2 MG COMP	163	3,000	11,6700	35,01
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	DIURIT 40 MG	163	1,000	12,1100	12,11
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	DORMEC INF 100 MG	163	3,000	1,3100	3,93
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FRALDA INFANTIL M PACOTE COM 66 UNIDADES	190	1,000	31,4600	31,46
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FRALDA INFANTIL PACOTE COM 78 UNIDADES	158	1,000	42,9500	42,95
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDOS	163	1,000	12,0000	12,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	HISTADIN D 60 ML	163	1,000	33,6600	33,66
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE ENSURE	159	5,000	106,4000	532,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE NESTOGENO 1800 GR	159	1,000	35,6500	35,65
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE PEDIASURE	159	8,000	34,8000	278,40
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	163	1,000	48,0000	48,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	NESTOGENO 1 400 GR	189	2,000	35,6500	71,30
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	RIFAMICINA 10 MG 20 ML	163	3,000	14,7130	44,14
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	RISPERIDONA 2 MG COMP	163	2,000	25,9700	51,94
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	SERETIDE 50/500MCG	163	1,000	159,7000	159,70
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	SINOT CLAV 875 + 125 MG COMPRIMIDOS	163	2,000	54,8050	109,61
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	TYFLEN GOTAS	163	1,000	7,3000	7,30
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	CLONAZEPAM 2 MG COMP	162	3,000	6,1500	18,45
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	HEIMER 10 MG COMPRIMIDOS	162	1,000	45,5700	45,57
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	LUCENTIS 10 MG	161	1,000	4,000,0000	4,000,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	PAROXETINA 20 MG COMPRIMIDOS	162	2,000	103,8200	207,64
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRA	REMICADE 100 MG	160	2,000	4,460,0000	8,920,00

Página: 4/7

ESTADO DE SANTA CATARINA **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	OXIGENIO MEDICINAL VOLUME 20 LITROS	221	5,000	74,0000	370,00
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	OXIGENIO MEDICINAL VOLUME 40 LITROS	221	35,000	98,0000	3.430,00
FRANCIO ROMULO FRARAO	ALUGUEL DE PATIO PARA VEICULOS	151	1,000	250,0000	250,00
FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT - ME	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	133	1,000	5,600,0000	5,600,00
GRUPPOS AT., ENSINO, PROJ., PESQ. E CONS. S	CONSULTAS NA ÁREA DE PSIQUIATRIA		1,000	200,0000	200,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	INTERNET 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA COM PELO MENOS 6 IPS	40	3,000	799,0000	2.397,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA BOM J	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA CAIC	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA EDILAM	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA ESF AP	40	6,000	74,0000	444,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA ESF B.	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA ESF BO	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA P/CAPS	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA S. SEB	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX - FIBRA OPTICA SANTO	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	LINK DE TRANSPORTE VPN 5 M FULL DUPLEX FIBRA OPTICA F.PUBLIC	40	3,000	74,0000	222,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	SERVIÇOS DE INTERNET	40	3,000	95,0000	285,00
IMAGEM CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO LTI	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	90	1,000	972,0000	972,00
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	219	1,000	268,7500	268,75
IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	219	1,000	268,7500	268,75
INFORLINE LTDA ME	SERVIÇOS DE INTERNET	39	36,000	99,0000	3.564,00
J.R.EHLKE & CIA LTDA	TUBO COM GEL SEPARADOR DE VOLUME 8 ML	164	3,000,000	0,9700	2.910,00
JUCOSKIMED SERVIÇOS MEDICOS S/S LTDA	CONSULTAS NA ÁREA VASCULAR	220	1,000	220,0000	220,00
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	194	1,000	5,761,8300	5.761,83
LINKNET TELECOMUNICAÇÕES	SERVIÇOS DE INTERNET	38	12,000	115,0000	1.380,00
LOJAS VOLPATO LTDA	LIQUIDIFICADOR	127	1,000	110,0000	110,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	MONITORAMENTO	186	4,000	895,0000	3.580,00
MARCELO PAGNO	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	195	31,000	60,0000	1.860,00
MARILENE LOPES FARIAS DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA FARMACIA CENTRAL	101	6,000	2.848,0600	17.088,36
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	AMORTECEDOR DIANT. (SPRINTER MFL 9978)	103	2,000	473,2000	946,40
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	AMORTECEDOR TRASEIRO (SPRINTER)	103	2,000	215,0000	430,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	CILINDRO MESTRE	103	1,000	435,0000	435,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	CORREIA	103	1,000	46,8000	46,80
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	FILTRO AR (SPRINTER MFL 9978)	103	1,000	44,2000	44,20
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	FILTRO AR MOTOR	103	1,000	68,0000	68,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	FILTRO COMB (SPRINTER MFL 9978)	103	1,000	106,0000	106,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	FILTRO LUBRIFICANTE	103	1,000	23,0000	23,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	FLUIDO DOT 4 (SPRINTER MFL 9978)	103	2,000	25,0000	50,00

Página: 57

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	JOGO DE PASTILHAS	103	1,000	163,400	163,40
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	MAO DE OBRA (SPRINTER MFL 9978)	104	1,000	480,000	480,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	MATERIAL DIVERSOS PARA LIMPEZA (SPRINTER MFL 9978)	103	1,000	55,000	55,00
MECANICA AGRITRUCK LTDA ME	OLEO DE MOTOR (SPRINTER)	103	12,000	17,000	204,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	ADAPTADORES DE COLETA PARA AGULHAS DE COLETA A VACUO (ADULTO)	165	3,000	5,000	15,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	AGULHAS (DESCARTAVEIS) PARA COLETA A VACUO 25 X 7MM(ESTERIL)	165	1,000,000	0,2700	270,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	FRASCO PARA COLETA DE URINA 60 ML TAMPA COM ROSCA	165	5,000,000	0,3000	1,500,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	FRASCO VDRL FRASCO 250 UNIDADES	165	15,000	23,8000	357,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	KIT ABO + RH ANTI A ANTI B ANTI D (FRH)	165	8,000	76,3000	610,40
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	KIT PARA TESTE DE PSA METODO IMUNOCROMATOGRAFICO EMB 25 TIRA	165	40,000	126,0000	5,040,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	LAMINULAS 20 X 20 MM CAIXA COM 100 UNIDADES	165	30,000	1,8600	55,80
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	LUGOL FORTE EMB 500 ML	165	1,000	32,0000	32,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	MICROPIPETA AUTOMATICA DE 50 MICROLITROS - MONOCANAL	165	2,000	44,3100	88,62
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	PLACAS ESCAVADAS PARA VDRL	165	3,000	31,7800	95,34
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	PONTEIRAS DESCARTAVEIS PARA MICROPIPETAS (COR AMARELA)	165	5,000,000	0,0100	50,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	TIRAS PARA TESTE DE URINA COM 10 AREAS - INCLUIDA DENSIDADE	165	40,000	19,3200	772,80
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	TIRAS TESTE DE GRAVIDEZ METODO IMUNOCROMATOGRAFICO	165	2,000	63,0000	126,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	TUBOS COLETA VACUO COM EDTA K3 4 ML	165	1,000,000	0,4800	480,00
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME	TUBOS DE ENSAIO DESCARTAVEL 15 X 100 MM, 10 ML EM POLIETILENO	165	2,000,000	0,0940	188,00
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	FIO DENTAL	188	5,000	11,5000	57,50
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	GORROS PARA ODONTOLOGOS	188	20,000	10,1000	202,00
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	MASCARA DESCARTAVEL CIRURGICA COM ELASTICO	188	30,000	2,0500	61,50
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	MATRIZ DE AÇO 7 X 0,05	188	20,000	1,1800	23,60
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	RESINA NANOHIBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES	188	5,000	27,5000	137,50
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO GRAU CIRURGICO 30 X 100	188	10,000	165,9500	1,659,50
ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	VERNIZ COM FLUOR	188	5,000	37,1800	185,90
ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	MONITORAMENTO	224	12,000	120,0000	1,440,00
ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	LIMPEZA GERAL DE BEM IMOVEL	132	1,000	4.158,6100	4.158,61
PIRAMIDE VIDEO LTDA	BATERIA	120	50,000	19,9000	995,00
PIRAMIDE VIDEO LTDA	CADERNO PEQUENO 96 FOLHAS ESPIRAL	122	40,000	3,9000	156,00
PIRAMIDE VIDEO LTDA	FOLHAS DE EVA CORES DIVERSAS	122	20,000	1,5500	31,00
PIRAMIDE VIDEO LTDA	FOLHAS EVA ESTAMPADAS	122	20,000	6,9000	138,00
PIRAMIDE VIDEO LTDA	MARCADOR PERMANENTE PARA TECIDO	122	2,000	47,4000	94,80
PIRAMIDE VIDEO LTDA	PINCEL CHATO Nº 0	122	1,000	1,9000	1,90
PIRAMIDE VIDEO LTDA	PINCEL CHATO Nº 10	122	1,000	3,1500	3,15
PLANALTO TRANSPORTES LTDA	PASSAGEM A CURTÍBIA - PR	137	6,000	90,6350	543,81
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	AGULHAS PARA BORDAR	125	30,000	0,2000	6,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICO 20 LITROS	125	5,000	14,0000	70,00
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	CAIXINHA DE MADEIRA P/ ARTESANATO	125	25,000	5,0000	125,00
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	TELA PARA PINTURA 30 x 30	125	10,000	9,0000	90,00
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	TERMOLINA LEITOSA	125	15,000	4,1500	62,25
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	TESOURA PARA CORTAR TECIDOS	125	5,000	22,5000	112,50
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	TINTA DE TECIDO 250 ML	125	20,000	10,5000	210,00
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	VIÉS	125	50,000	0,5000	25,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESCOVA GINECOLOGICA PCT C/ 100 UND	111	10,000	20,0000	200,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESPADRAPO	111	50,000	3,7000	185,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FITAS TESTE GLICOSE	111	50,000	69,9000	3.495,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FIXADOR CITOLOGICO	111	40,000	4,7000	188,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS USO INFANTIL TAM G PACOTE COM 40 UNIDAD	111	20,000	32,0000	640,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS USO INFANTIL TAMANHO EG	111	20,000	8,5000	170,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS USO INFANTIL TAMANHO M, PACOTE 9 UNIDAD	111	50,000	6,0000	300,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LANCETAS	111	1,000,000	0,1000	100,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PAPEL GRAU CIRURGICO	111	5,000	92,0000	460,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA FOLEY EM LATEX TAMANHO 10	111	100,000	0,7000	70,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SORO FISIOLÓGICO, CONTEUDO 250 ML.	111	100,000	2,9900	299,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ADESIVO ESMALTE	187	10,000	135,0000	1.350,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ANESTESICO INJETAVEL COM VASO CONSTRITOR	187	25,000	75,0000	1.875,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ANESTESICO TOPICO	187	15,000	7,5000	112,50
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ATADURA 10 CM X 1,80 M ELASTIFICADA	110	480,000	0,4500	216,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CONDICIONADOR DE ACIDO FOSFORICO	187	20,000	6,2000	124,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPELHOS ODONTOLÓGICOS PLANO Nº 05	187	10,000	2,9000	29,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	EVIDENCIADOR DE CARIE (VIDE CARIE)	187	5,000	7,5000	37,50
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	FIO DE SUTURA NYLON COM AGULHA 3-0 CAIXA COM 24 UNIDADES	187	10,000	35,0000	350,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	FITA CIRURGICA MICROPORE 2.5X4.5 MTS	110	100,000	2,1500	215,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	FLUOR GEL	187	15,000	5,0000	75,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	MATRIZ DE AÇO 5 X 0,05 X 50 CM	187	20,000	1,5000	30,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PONTA DIAMANTADA 1014	187	10,000	2,5000	25,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PONTA DIAMANTADA 1016	187	10,000	2,5000	25,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PONTA DIAMANTADA 3195	187	10,000	2,5000	25,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	SELANTE PARA FOSSULA E FISSURA	187	5,000	27,0000	135,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	TIRA DE LIXA DE POLIÉSTER GRANOFINO E MEDIO COM 4 MM	187	10,000	1,7000	17,00
RADA CLÍNICA MÉDICA SS LTDA	SERVÇOS MEDICOS	192	1,000	4,500,0000	4.500,00
SCOLARO BRASIL INF LTDA	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000, PADRÕES, IEEE802.3 10BASE-T, I	157	1,000	430,0000	430,00
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	97	1,000	74,2000	74,20
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	106	3,000	74,2000	222,60

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	109	1,000	79,2500	79,25
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	96	1,000	221,3300	221,33
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	196	1,000	127,6900	127,69
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	98	1,000	109,9600	109,96
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	107	1,000	325,1700	325,17
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEI	SEGURO DPVAT	108	1,000	70,8100	70,81
SELBETTI GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	41	154,000,000	0,0650	10,010,00
STANG & STANG LTDA	ARLA 32 GALÃO 20 LITROS	36	10,000	60,0000	600,00
STANG & STANG LTDA	ARLA 32 GALÃO 20 LITROS	139	120,000	59,0000	7,080,00
STANG & STANG LTDA	FILTRO DE OLEO		1,000	20,0000	20,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA COMUM	33	1,000,000	3,5000	3,500,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA COMUM	126	629,537	3,5000	2,203,38
STANG & STANG LTDA	GASOLINA COMUM	139	48,000,000	3,4700	166,560,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA COMUM	141	10,000,000	3,4700	34,700,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA PARA O VEICULO SPIN QHJ 2639	143	7,000,000	3,4700	24,290,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA PARA OS VEICULOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA,	142	5,000,000	3,4700	17,350,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA PARA OS VEICULOS DA VIGILANCIA SANITARIA		3,000	22,0000	66,00
STANG & STANG LTDA	OLEO 15 W 40		1,000	11,5000	11,50
STANG & STANG LTDA	OLEO DE MOTOR	35	360,000	2,7600	993,60
STANG & STANG LTDA	OLEO DIESEL COMUM	139	36,000,000	2,7900	100,440,00
STANG & STANG LTDA	OLEO DIESEL COMUM	140	3,000,000	2,7900	8,370,00
STANG & STANG LTDA	OLEO DIESEL PARA O VEICULO MJB 2821 (SAMU)	34	945,000	2,8600	2,702,70
STANG & STANG LTDA	OLEO DIESEL S10	139	18,000,000	2,8800	51,840,00
STANG & STANG LTDA	OLEO DIESEL S10	134	1,000	300,0000	300,00
TELECAL TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS RELOGIO PONTO		1,000	69,6000	69,60
VIDRACARIA LORENZONI LTDA	VIDROS	129			
				Total Geral do Mês —>	684.961,01

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 010/FMS/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do município de canelinha SC., de acordo com especificações e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 25 de abril de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 011/FMS/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de expediente destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do município de canelinha SC., de acordo com especificações e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 25 de abril de 2017, às 14:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 6.001/2017

LEI Nº 6.001/2017

“ALTERA O § 2º DO ART. 1º DA LEI nº 5.581/2015”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º O § 2º do Art. 1º da Lei nº 5.581 de 03/06/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - Será revertido o imóvel ao Município de Canoinhas, quando o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC deixar de funcionar e/ou não utilizar o imóvel por um período superior a 36 (trinta e seis) meses.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 03 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 01/2017

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL n. 01/2017

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através de seu representante, legal, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: EMPRESA COLETIVO SANTA CRUZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 83.189.308/0001-54, com sede estabelecida a Rua Wolf Filho, n. 25, centro, Canoinhas/SC, na pessoa de seu representante legal.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a Empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADO, quanto aos fatos a seguir expostos:

Sabe-se que a empresa ora notificada trata-se da única empresa que presta serviços de transportes urbanos neste município de Canoinhas e, diante disso, necessita contratar com a Fazenda Pública, porém encontra-se em débito com a Receita Federal, não conseguindo a emissão da CND (Certidão Negativa de Débitos) estadual e federal, sendo essa necessária para contratar com a Fazenda Municipal.

Diante disso, serve a presente Notificação para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento desta Notificação tome as medidas necessárias e apresente a sua regularização junto ao

município, sob pena de interrupção do serviço.
Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 06/2017

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL n. 06/2017

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através de seu representante, legal, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: JOSIANE CHAMPOWSKI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 13.192.425/0001-91, neste ato representada pelo Sr. Adelmo Albert, portador do CPF nº 948.399.059-91, com endereço na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, Bela Vista do Toldo/SC.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a Empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADO, quanto aos fatos a seguir expostos:

A empresa restou vencedora do processo Licitatório na modalidade de Concorrência Pública nº 10/2015, contrato nº 16/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I, ITEM 5, E.B.M BONETES, BONETES DE BAIXO, FAZENDA MACHADO, BONETES DE CIMA.

O município de Canoinhas, através deste, notifica a presente empresa pelo não cumprimento das obrigações contidas no edital/contrato firmado com esta municipalidade. Através de relatórios encaminhados mensalmente ao município, ficou constatado que as crianças dependentes do serviço de transporte escolar da empresa ora notificada, estão tendo seu rendimento escolar prejudicado, pois devido a atrasos e problemas mecânicos ocorridos com o veículo os alunos estão sendo prejudicados quanto ao comparecimento nas aulas.

Diante disso, serve a presente Notificação para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, apresente defesa e tome as IMEDIATAS medidas cabíveis quanto ao descumprimento das obrigações assumidas no item VII do referido contrato, sob pena de rescisão contratual, nos termos do item IX, sob pena de lhe serem impostas as sanções previstas no art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 05 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DE CANOINHAS - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2017 - RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO – ALTERAÇÃO DA DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

PAUTA DE REUNIÃO – DISCUSSÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DE CANOINHAS
2ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2017

Data: 17 (dezesete) de abril de 2017.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões – Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, será discutido e julgado o seguinte recurso:

(1)

Numero do recurso: 01/2017

Numero do protocolo: 652/2017

Recorrente: Merlinda Duarte Cavalheiro ME

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 07 de abril de 2017.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

PORTARIA Nº 008/2017 FMEL

PORTARIA Nº. 008/2017

DANIEL LAURENTINO PINTO, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através do Decreto nº 016/2017, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. nº78 da Lei Municipal nº 2.305/1990, Resolve:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017 - FMEL

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, previsto no Edital Nº 001/2017, visando à contratação temporária de Técnicos desportivos que irão atuar na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- ROSANA ZAZINSKI LEON CELEVI

- ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR

- JOSÉ CARVALHO JUNIOR

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 05 de Abril de 2017.

DANIEL LAURENTINO PINTO

Presidente

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 05/04/2017.

PORTARIA Nº 300/2017

PORTARIA Nº. 300/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 287/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“ Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 005/2017, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de abril de 2017, aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, à servidora Janine Ribas Riske, portadora do RG nº 1.450.093 e CPF nº 542.275.189-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais 1ª a 5ª ano, sob matrícula de nº 432, do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Diretor Executivo do ICPREV

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2017

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 16/2017, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2017, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, às 15h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Diogo Carlos Seidel e Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt, nomeados pela Portaria nº 13/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame (conforme previsto no aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 05/04/2017), qual seja: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – EPP, representada pelo Sr. Wilson Osmar Dams. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelos servidores Srta.

Daniela Cristina da Silva, Srta. Roberta Josiane Schafaschek e Sr. Ricardo Souza de Oliveira), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – EPP e SOETUR TURISMO LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelos servidores Srta. Daniela Cristina da Silva, Srta. Roberta Josiane Schafaschek e Sr. Ricardo Souza de Oliveira). Passou-se então a abertura da proposta da licitante habilitada. Aberta a proposta, o valor para execução da totalidade dos serviços previstos no edital ficou, em 1º lugar a empresa TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – EPP, com o valor por quilometro rodado de R\$ 4,40. A Comissão de licitação declarou a empresa TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – EPP vencedora da licitação com o valor do quilometro rodado de R\$ 4,40. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação, representante presente e testemunhas abaixo.

Adilson Fernando Ribeiro Karina de C. Kohler Wendt Diogo Carlos Seidel

Presidente Secretária Membro

TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – EPP

Wilson Osmar Dams

Testemunhas:

Srta. Daniela Cristina da Silva Srta. Roberta Josiane Schafaschek

Sr. Ricardo Souza de Oliveira

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 04/2017

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 7 de Abril de 2017, às 09:15 horas, na sede da(o) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 013/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 27/2017, Licitação nº. 4/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA, KONKRETA CANOINHAS - CONSTRUTORA LTDA - ME, MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA EPP, COMERCIAL PONTAROLO LTDA EPP, SARA COMÉRCIO EIRELI ME, IRINEU

COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME, AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME, TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECLAROU INABILITADAS AS EMPRESAS: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME E PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME POR NÃO APRESENTAREM PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU MUNICIPAL (ITEM 7.5 ALÍNEA B) E A EMPRESA AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA POR APRESENTAR O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA ASSINADA PELA PRÓPRIA EMPRESA. (ITEM 7.6 ALÍNEA

7.6.1) ; FORAM DECLARADAS HABILITADAS AS EMPRESAS SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA, KONKRETA CANOINHAS - CONSTRUTORA LTDA - ME, MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA EPP, COMERCIAL PONTAROLO LTDA EPP, SARA COMÉRCIO EIRELI ME, IRINEU COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME. ABERTA A PALAVRA AOS PARTICIPANTES A REPRESENTANTE DA EMPRESA TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME MANIFESTOU INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSO. AS EMPRESAS SOLICITARAM A DEVOLUÇÃO DOS PENDRIVES CONTIDOS NAS PROPOSTAS, APÓS A DEVOLUÇÃO OS MESMOS ENVELOPES FORAM LACRADOS E RUBRICADOS NOVAMENTE, SEM A VISUALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS IMPRESSAS. ABRE-SE O PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS PARA O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUANTO A FASE DE JULGAMENTOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. CASO NÃO HAJA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, FICA MARCADA A DATA DE 19/04, AS 09:30HS PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS, CASO HAJA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AS PROPOSTAS SOMENTE SERÃO ABERTAS, APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

COMISSÃO:

ADILSON FERNANDO RIBEIRO

Canoinhas, 7 de Abril de 2017

- - Presidente da Comissão de Licitação

KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO MARCIANO FERNANDES CORREA KARLA FATIMA BREY LACHMAN

DIOGO CARLOS SEIDEL

- - SECRETÁRIA

- - MEMBRO SUPLENTE

- - MEMBRO SUPLENTE

- - MEMBRO SUPLENTE

- - MEMBRO TITUTAR

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CAIO ARTHUR FERRARESI -
 - Representante CLEIDIOMAR DE OLIVEIRA -
 - Representante MATHEUS PONTA-ROLO -
 - Representante ROMALDO RUDNIK -
 - Representante JOSÉ NERI DE LIMA -
 - Representante TANIA MARIA NOVAK MARON -
 - Representante MARCOS AURÉLIO MIGLIOLLI -
 - Representante ALEXANDRE COSTA ODACHOWOSKI -
 - Representante JEAN CARLOS MORAES -
 - Representante NESTOR FÁBIO JOSÉ CZORNEI -
 - Representante

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMDR 01/2017 (PRESENCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS
 ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMDR 01/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMDR 01/2017 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/04/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE NITROGENIO LIQUIDO PARA RECARGA DOS BOTIJÕES DE ARMAZENAMENTO DE SEMEN BOVINO, DE DOSES DE SEMEN BOVINO, BAINHAS FRANCESAS E PARES DE LUVA PLÁSTICA, DESTINADOS AO PROGRAMA DE PECUARIA LEITEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 26/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 41/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 56/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 41/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/04/2017, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 26/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 42/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 57/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 42/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/04/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA E MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 27/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 5-48/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-48/2015
 SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-48/2015, referente ao contrato n.º PMC 48/2015. Data do Aditivo: 23/03/2017. Objeto Contratado: CONTRATO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AFONSO KOHLER, SENDO, TRECHO 2 COM EXTENSÃO DE 397,69 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.099.277/0001-15. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I - DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR: Fica SUPRIMIDO do presente contrato o valor de R\$ 3.743,85 (três mil setecentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo (C.I. nº 166/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 383.781,68 (trezentos e oitenta e três mil setecentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), passará a ser de R\$ 380.037,83 (trezentos e oitenta mil trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2017**

CONTRATO 002/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICITÁRIOS INSTITUCIONAIS

Pelo presente contrato de prestação de serviços de publicidade que fazem a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob n.º 83.528.620/0001-25, com sede na Rua 3 de maio, 150, Centro de Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Presidente Vereador Wilmar Sudoski, aqui denominada CONTRATANTE e Silvana Hinke (Promover Comunicação Integrada), CNPJ nº 22.224.155/0001-44, com sede na Rua João Muller, 1136, Bairro Boa Vista, Canoinhas /SC, neste ato representada por sua proprietária Silvana Hinke, portadora do CPF nº 056.146.489-84 aqui denominada CONTRATADA.

RESOLVEM, firmar o presente contrato, conforme os termos, cláusulas e condições que pactuam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a CONTRATANTE resolve contratar a CONTRATADA para prestar serviço de publicidade institucional, o qual compreende o seguinte:

- a) Espaço reservado para a Câmara de Vereadores de Canoinhas (5x7 cm);
- b) Opção de link direto para que os internautas que acessem o site possam acompanhar as sessões da Câmara, gravadas e ao vivo;
- c) 02 (duas) chamadas ao dia na programação da Rádio 98 FM, com citações da Câmara de Vereadores como parceria do site e convite para que os ouvintes acompanhem as sessões;

1.2. O presente contrato tem início em 03/04/2017 e término em 02/04/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATADA prestará a CONTRATANTE assessoramento de publicidade institucional, ou seja, que envolvem todas as ferramentas de mídia eletrônica necessária à realização dos objetos deste contrato.

2.2. Será ainda de inteira responsabilidade da CONTRATADA, o desenvolvimento do banner e sua manutenção, o link de acesso e produção de spot para veiculação na programação da Rádio 98FM.

2.3 Qualquer referência a ser colocada no banner de que trata este contrato depende de prévia aprovação da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

2.4. Caso a CONTRATADA faça qualquer referência a terceiros, no banner destinado a publicidade institucional ora contratada, esta será de sua inteira responsabilidade, civil e criminal, não sendo a CONTRATANTE de nenhuma forma responsável, nem subsidiária e tão pouco solidariamente, salvo se for a CONTRATADA expressamente autorizada pela Mesa Diretora da CONTRATANTE.

2.5. Fica a CONTRATADA ciente de que o presente contrato é exclusivo para publicidade institucional da CONTRATANTE, sendo vedada a promoção pessoal de qualquer membro dos Poderes Legislativo ou Executivo, de quaisquer das esferas governamentais, ou mesmo de partidos políticos, sob responsabilidade pessoal de seus dirigentes.

2.7. Em caso de inconsistências técnicas, que interrompem os serviços ora pactuados, a CONTRATADA se obriga a restituir a CONTRATANTE, proporcionalmente aos dias em que não houve a veiculação da publicidade institucional, os valores eventualmente recebidos com o desconto diretamente na Nota Fiscal do mês de referência, se ainda for possível.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

3.1. Correrão por conta da CONTRATADA, todas as despesas necessárias à execução dos serviços e objetos deste contrato.

3.2. Em contraprestação aos SERVIÇOS ora contratados, na condição das despesas aprovadas e autorizadas pela CONTRATADA e devidamente realizadas pela CONTRATADA, esta fará jus ao recebimento de R\$ 1200,00 (mil e duzentos reais), a ser pago em 3 (três) parcelas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com vencimento em 15/04/2017, 15/08/2017 e 15/12/2017.

3.3. O pagamento será realizado diretamente nas dependências da CONTRATANTE, mediante a entrega de Nota Fiscal de Serviço e contra recibo, através de cheque nominal.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES

4.1. Além de outras obrigações previstas neste contrato, a CONTRATADA se obriga a :

- a) utilizar-se de profissionais capacitados e habilitados, para a fiel execução dos SERVIÇOS a serem executados;
- b) dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos SERVIÇOS;
- c) responder por eventuais infrações à legislação;

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS AUTORAIS

5.1. Todos os trabalhos elaborados pela CONTRATADA, incluindo todo material utilizado para confecção dos banners, gravação de áudio, vídeo, material gráfico, somente poderão ser utilizados pela CONTRATADA na publicidade institucional objeto deste contrato, durante sua vigência e, mesmo que extinguindo –se este, o direito de uso dos referidos trabalhos e materiais permanecerá sendo exclusivo da CONTRATANTE, ou seja, a utilização dos respectivos trabalhos não encontra-se vinculado somente ao prazo para vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS

6.1. Nenhum preposto, representante ou empregado da CONTRATADA, destacado para prestação dos SERVIÇOS, terá qualquer tipo de vínculo trabalhista ou previdenciário com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. Dar-se-á opor rescindido o presente contrato se as partes infringirem qualquer uma das cláusulas, e em caso de perdas estas deverão ser apuradas judicialmente.

7.2. Qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato, observando-se aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir eventuais questões ou litígios resultantes deste contrato, renunciando as partes todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certas, justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que abaixo assina, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canoinhas (SC), 03 de março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANOINHAS
VEREADOR WILMAR SUDOSKI – PRESIDENTE
CONTRATANTE

PROMOVER COMUNICAÇÃO INTEGRADA
SILVANA HINKE – REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Helton André Schupel Witt
CPF: 075.303.299-60
End: Canoinhas/SC

Nome: Marli Ferreira dos Santos
CPF: 865.064.399-04
End: Canoinhas/SC

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2017 **PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017** AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0002/2017
Pregão Presencial Nº 0002/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos de higiene e alimentação especial para crianças e adolescentes, acolhidas na Instituição de Acolhimento CIALAR, de acordo com as especificações. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 24/04/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 10 de Abril de 2017.
NILVO DORINI
Presidente

Decreto nº 035/2017

DECRETO Nº 035, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

Altera o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, V e XXI, 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a elaboração do Projeto de Estacionamento Rotativo Controlado Pago no Município de Capinzal realizado pela empresa Via 11 – Engenharia de Segurança Viária Ltda.;

CONSIDERANDO a definição da área de abrangência do Estacionamento Rotativo Controlado Pago, contemplando as vagas necessárias para o atendimento a atual demanda e aos próximos cinco anos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de Estacionamento Rotativo Controlado Pago de veículos automotores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 6 de abril de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0003/2017 **PREGÃO PRESENCIAL 0003/2017** AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0003/2017
Pregão Presencial Nº 0003/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gasolina comum, para o veículo Gol, Placas MLI 9957, da Instituição de Acolhimento CIALAR. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 16:00 horas, para abertura da Seção às 16:05 horas do dia 24/04/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 10 de Abril de 2017.
NILVO DORINI
Presidente

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário Interino da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTENCENTES AO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
"ROTATIVO CAPINZAL – ÁREA AZUL"

Via	Entre		Vagas				
		Vagas com Cobrança	Vagas sem Cobrança				
		Automóveis	Carga / Descarga	Motocicletas	Farmácia	PM	
R. Regina Spadini	R. Luiz Dorini	R. José Vicari	9	0	0	0	0
R. Pres. Nereu Ramos	R. Ernesto Hachmann	R. Dom Vicente Gramazzio	20	1	10	0	0
R. Pres. Nereu Ramos	Escadaria	Escadaria	37	0	21	0	0
R. Pres. Nereu Ramos	Escadaria	R. Rosa Ferro Vicelli	0	1	3	0	0
R. Pres. Nereu Ramos	R. Rosa Ferro Vicelli	R. José Vicari	20	1	5	0	0
R. Pres. Nereu Ramos	Pça. Aq. D'Agnoluzzo	R. Luiz Dorini	6	0	0	0	0
R. Narciso Barison	R. Ernesto Hachmann	R. Dom Vicente Gramazzio	32	1	8	1	0
R. Dona Linda Santos	R. Carmelo Zocolli	R. Dom Vicente Gramazzio	15	1	0	0	0
R. Dona Linda Santos	R. Dom Vicente Gramazzio	R. Dona Maria A. Almeida	12	0	0	0	0
R. Dona Linda Santos	R. Dona Maria A. Almeida	Escadaria	11	0	0	0	0
R. Dona Linda Santos	Escadaria	Av. XV de Novembro	42	1	0	0	0
Av. XV de Novembro	Terreno RFFSA	R. Ernesto Hachmann	7	0	0	0	0
Av. XV de Novembro	R. Ernesto Hachmann	R. Carmelo Zocolli	16	1	0	0	0
Av. XV de Novembro	R. Carmelo Zocolli	R. Dom Vicente Gramazzio	31	1	0	0	1
Av. XV de Novembro	R. Dom Vicente Gramazzio	R. Dona Maria A. Almeida	15	1	8	0	0
Av. XV de Novembro	R. Dona Maria A. Almeida	Escadaria	26	0	4	0	0
Av. XV de Novembro	Escadaria	R. Dona Linda Santos	66	1	0	0	0
Av. XV de Novembro	R. Dona Linda Santos	R. Pres. Nereu Ramos	13	0	0	0	0
R. Antonio Zortea Primo	Av. XV de Novembro	R. Catarina Zortea	15	0	0	0	0
R. Aparício Ribeiro	R. Carmelo Zocolli	R. Dom Vicente Gramazzio	19	0	0	0	0
R. Aparício Ribeiro	R. Dom Vicente Gramazzio	R. Adelmo Biavatti	28	0	0	0	0
R. Ver. Rolindo Casagrande	R. Ernesto Hachmann	R. Carmelo Zocolli	13	0	0	1	0
Bolsão	Defronte ao INSS		43	0	0	0	0
R. José Zortea	R. Pres. Nereu Ramos	Rua F	15	0	6	0	0
R. Ernesto Hachmann	R. Pres. Nereu Ramos	Av. XV de Novembro	12	0	4	0	0
R. Ernesto Hachmann	Av. XV de Novembro	R. Ver. Rolindo Casagrande	8	0	12	0	0
R. Prof. Vanda Maria	R. Pres. Nereu Ramos	Rua F	21	1	0	0	0
R. Prof. Vanda Maria	R. Pres. Nereu Ramos	R. Leonardo Spadini	4	0	0	0	0
R. Prof. Vanda Maria	R. Leonardo Spadini	R. Pedro Rafael	9	0	0	0	0
R. Thomazoni	R. Ver. Rolindo Casagrande	R. João Siviero	35	0	12	0	0
R. Carmelo Zocolli	R. Narciso Barison	R. Dona Linda Santos	0	0	3	0	0
R. Carmelo Zocolli	R. Narciso Barison	Av. XV de Novembro	8	0	0	0	0
R. Carmelo Zocolli	Av. XV de Novembro	R. Aparício Ribeiro	6	0	0	1	1

R. Carmelo Zocolli	Av. XV de Novembro	R. Ver. Rolindo Casagrande	14	0	30	0	0
R. Carmelo Zocolli	R. Ver. Rolindo Casagrande	R. João Siviero	4	0	0	0	0
R. Frei Tito Olivetto	R. Carmelo Zocolli	R. Dr. Vilson Bordim	10	0	0	0	0
R. Dr. Vilson Bordim	R. Frei Tito Olivetto	R. Aparício Ribeiro	5	0	0	0	0
R. Dom Vicente Gramazzio	R. Aparício Ribeiro	Av. XV de Novembro	8	0	8	0	0
R. Dom Vicente Gramazzio	Av. XV de Novembro	R. Dona Linda Santos	0	1	8	0	0
R. Dom Vicente Gramazzio	R. Dona Linda Santos	R. Narciso Barison	10	0	0	0	0
R. Dom Vicente Gramazzio	R. Narciso Barison	R. Pres. Nereu Ramos	3	0	0	0	0
R. Dom Vicente Gramazzio	R. Dona Linda Santos	R. Pres. Nereu Ramos	2	1	0	0	0
R. Dona Maria A. Almeida	R. Pres. Nereu Ramos	R. Dona Linda Santos	10	1	7	0	0
R. Dona Maria A. Almeida	R. Dona Linda Santos	Av. XV de Novembro	7	0	0	0	0
Pça. Aq. D'Agnoluzzo	R. Pres. Nereu Ramos	R. Luiz Dorini	2	0	0	0	0
R. Luiz Dorini	Pça. Aq. D'Agnoluzzo	R. Clementina Caldari	12	2	5	0	0
R. Luiz Dorini	R. Clementina Caldari	R. Benjamin Dorini	7	1	4	0	0
R. José Viccari	R. Dona Linda Santos	R. Pres. Nereu Ramos	10	0	0	0	0
R. José Viccari	R. Pres. Nereu Ramos	R. Regina Spadini	18	0	0	0	0
SOMA			736	17	158	3	2
SOMA GERAL			753		163		
TOTAL GERAL			916				
VAGAS ESPECIAIS (AUTOS)			Idosos (5%)			Pessoas com Deficiência (2%)	
	37			15			
TOTAL FINAL DE VAGAS				COM COBRANÇA	SEM COBRANÇA		
	738		178				

DECRETO Nº 036/2017

DECRETO Nº 036, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

Reajusta preço público para os serviços de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, XVIII, 58, V e XX e 72, I, "I" da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos e dá outras providências, em especial, o disposto no art. 2º da citada Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. art. 7º do Decreto nº 63, de 6 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 2002;

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 3º do Decreto nº 64, de 12 de agosto de 2010, que dispõe sobre a conveniência da outorga da concessão para exploração do serviço público de que trata este Decreto;

CONSIDERANDO a elaboração do Projeto de Estacionamento Rotativo Controlado Pago no Município de Capinzal realizado pela empresa Via 11 – Engenharia de Segurança Viária Ltda.;

CONSIDERANDO o estudo de viabilidade econômico-financeira contemplando a sugestão para o valor da tarifa por veículo, local e período de ocupação;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados os preços públicos a serem cobrados dos proprietários ou possuidores de veículos automotores, usuários dos serviços públicos das áreas de Estacionamento Rotativo Controlado Pago em vias e logradouros públicos no Município de Capinzal, conforme especificado no Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 6 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

PREÇOS PÚBLICOS DOS SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL
DENOMINADO "ROTATIVO CAPINZAL – ÁREA AZUL"

ESPECIFICAÇÃO DO TIPO DE VEÍCULO	VALOR DO CARTÃO DE 1 HORA (R\$)	VALOR DO CARTÃO DE 2 HORAS (R\$)
Automóveis e camionetes de passageiros com peso bruto total de até 2.000 kg (dois mil quilos)	1,50	2,50
Veículos de carga nas áreas de carga e descarga	2,50	5,00
Veículos de carga em operações de carga e descarga em operações de acima de 02 (duas) horas (ex: caçamba, contêiner, mudança e descarga de concreto) (*)	15,00	

(*) – Utilização da vaga com autorização da Administração Municipal e colocação da autorização/pagamento da tarifa no painel do veículo.

Decreto nº 038/2017

DECRETO No 038, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

Designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei no 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

I - Membros efetivos:

- a) Daiane Toscan Helt;
- b) Ana Paula Enderle;
- c) Elaine Fátima Gotardo

II - Membros Suplentes:

- a) Thays Inara Bonissoni Almeida;
- b) Jorge Luiz Soldi;
- c) Leda Mara Poggere.

Art. 2º A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto no 002 de 2 de janeiro de 2017.

Capinzal, em 7 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto nº 039/2017

DECRETO No 039, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais no 5.450, de 31 de maio de 2005 e no 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal no 004 de 06 de janeiro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as Servidoras Públicas Municipais Ana Paula Enderle e Daiane Toscan Helt, para exercerem a função de Pregoeiras até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Capinzal, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Capinzal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor Equipe de Apoio ao Pregoeiro, os Servidores Públicos:

I - Membros Titulares:

- a) Elaine Fátima Gotardo;
- b) Thays Inara Bonissoni Almeida.

II - Membros Suplentes:

- a) Jorge Luiz Soldi;
- b) Leda Mara Poggere.

Art. 3º Os pregoeiros solicitarão aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto no 003, de 2 de janeiro de 2017.

Capinzal, em 7 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0063/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0047/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0063/2017

Pregão Presencial Nº 0047/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para demarcação viária, para aplicação de processo mecânico (máquinas apropriadas) ou manual (rolo ou trincha), para atender as necessidades de Pintura, Manutenção e Melhorias da Sinalização Horizontal Viária em Vias Urbanas do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 24/04/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 10 de Abril de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO
Secretário de Infraestrutura

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C45

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2017 C45 - Contrato Nº: 0045/2017 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: POSSEIDON PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 06/04/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017 Processo_Licitatório.....: 00019 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a liberação de link de Acesso a rede mundial de internet para a Escola Municipal Viver e Conhecer. Conforme justificativa apresentada pela secretaria responsável, fica o item 7 com seus valores, especificações e contratada inalterados, transferindo apenas o local de entrega.		
Capinzal, 7 de Abril de 2017		

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DA SESSÃO ITINERANTE 4 DE ABRIL DE 2017

RESUMO DA
SESSÃO ITINERANTE
4 DE ABRIL DE 2017

Aprovada a Ata nº 2.904, de 2017, referente à Sessão Plenária do dia 28/3/2017.

Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.

Leitura do Edital nº 002, de 2017, que dispõe sobre a audiência pública no dia 10 de abril de 2017, às 19h30min, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, centro, com o objetivo de discutir acerca da reforma da Previdência Social.

Fez uso da Tribuna o Senhor Rafael Laske, Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR-Joaçaba, o qual tratou sobre o contorno Viário; Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora das Dores; SC- 150 - Capinzal à Piratuba e Pavimentação da estrada, Serp, Alto Alegre, Lindemberg e Capitel Santo Antônio. Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Projeto de Lei Complementar nº 002, de 2017, que dispõe sobre a equiparação do Piso Nacional dos Servidores do Quadro de Pessoal do Magistério, na forma que especifica.

Projeto de Lei nº 007, de 2017, que ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções Consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – Cisam Meio Oeste, e dá outras providências.

Os Projetos foram encaminhados as Comissões competentes para análise e Pareceres.

Aprovado:

Projeto de Lei Complementar nº 001, de 2017, que dispõe sobre a regularização de construção irregulares e clandestina, na forma que especifica.

Projeto de Decreto Legislativo nº 003, de 2017, de autoria do Vereador Gilmar Junior da Silveira, que concede o Título de Cidadão Honorário de Capinzal ao Senhor João Silva de Andrade.

Expediente dos Vereadores: Indicações ao Poder Executivo: o Vereador Bruno Michel Fávero solicitou que sejam disponibilizadas

mais consultas e estender o horário de atendimento médico no Distrito de Alto Alegre e na Comunidade de Lindemberg e manter nas farmácias da Unidade de Alto Alegre e Lindemberg medicamentos básicos, tais como, para hipertensão arterial, analgésicos, anti-inflamatórios, anti-histamínicos e antitérmicos. O Vereador Kelvis Borges solicitou que seja aumentada a altura da sarjeta e a limpeza da mesma, no Acesso Cidade Alta, no trecho próximo e defronte a Estofaria Zanini, lado direito de que sobe a serra. O Vereador Rafael Edgar Tonial solicitou que seja construído, junto ao espaço livre, da Escola Ivo Silveira, no Distrito de Alto Alegre, uma área de laser com brinquedos e até academia para atender a população daquela escola, e comunidades vizinhas e que seja reativado o Conselho Municipal de Habitação. O Vereador Carlos Adriano Zocoli solicitou a construção de banheiros em locais descentralizados no Parque de Exposições Domingos Pelizzaro. Moções de Apelo ao Poder Executivo: o Vereador Alcidir Afonso Coronetti solicitou que seja concluída obra do Ginásio de Esportes do Distrito de Alto Alegre. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou a reforma da Escola Municipal Ivo Silveira do Distrito de Alto Alegre e que seja reiniciado o processo de pavimentação asfáltica da estrada que liga a SERP às Comunidades de Alto Alegre, Lindemberg e Capitel Santo Antônio. Os Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Lucas Antônio Dorini solicitaram a venda do terreno localizado no Distrito de Alto Alegre, o qual tem uma plantação de eucaliptos, e com o recurso obtido seja concluída a obra do Ginásio do Alto Alegre.

Palavra Livre.

Convocação dos Vereadores para a Sessão Plenária no dia 11 de abril de 2017, às 19 horas.

O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 5 de abril de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/10/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0137/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de concreto usinado, com entregas de forma parcelada.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 24 de abril de 2017.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 10 de abril de 2017.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2017 - PREGÃO Nº 0036/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2017

Objeto: Aquisição de Medicamentos, para a manutenção e o desenvolvimento das ações prestadas pelo Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Abertura das Propostas: 13h30min, do dia 26 de abril de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 06 de abril de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0006/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0006/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC)

CONTRATADA: PONTGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos geração Automatizada do SIOPE.

VALORES: O valor total do presente contrato é de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 10 (Dez) parcelas iguais e mensais de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais);

2.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Clausula Sexta deste contrato), será pago o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,00 (um real) o KM rodado;

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade – 2005 – Manutenção das Atividades Administrativas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – Aplicações Diretas

Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

Catanduvás - SC, 20 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE Catanduvás
Dorival Ribeiros dos Santos
CONTRATANTE

NILCÉLIO MARCELINO
PONTGOV A. C. PÚBLICA LTDA
CONTRATADA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0003/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 003/2017

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DO PPRA, LTCAT E PMOC PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: PORTALSEG ENGENHARIA DE PRODUCAO MECANICA, SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de desenvolvimento do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho e PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle para Prefeitura Municipal de Catanduvás.

VALOR: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 03 Administração Geral
Atividade: 2.005 MANUT. ATIVIDADES SERCET. ADMINIST. FINANCAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvás (SC), 01 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Dorival Ribeiro dos Santos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0004/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0004/2017

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO FÍSICO E ATRAVÉS DE ENVIO DE ALERTA PARA CELULAR DOS DIRETORES, VISANDO A SEGURANÇA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: INVIOALARMES COMERCIO DE ALARMES LTDA – ME

OBJETO : O objeto deste contrato consiste na contratação de empresa habilitada para prestação de serviços de monitoramento físico e através de envio de alerta para celular dos Diretores, visando a segurança dos Prédios Públicos pertencentes ao Município de Catanduvás.

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

VIGÊNCIA: até o dia 31 de dezembro 2017.

Catanduvas(SC), 13 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

VALOR: R\$ 1.010,70 (um mil e dez reais e setenta centavos), por cada acolhimento.

Catanduvas, 21 de março de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0005/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0005/2017

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de segurança privada para evento em comemoração ao aniversário de emancipação política do município de catanduvas.

VALOR: R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais), de acordo com a prestação dos serviços contratados.

VIGÊNCIA: até o dia 31 de dezembro 2017.

Catanduvas(SC), 09 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0006/2017

CONTRATO Nº 006/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS E A COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA DEPENDENTE (S) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.

CONVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONVENIADA: COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO - FILIAL

OBJETO: O presente convênio tem como objetivo a prestação de serviços de acolhimento de pessoas portadoras de transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substancias psicoativas residentes no Município de Catanduvas SC, autorizado pela Lei Municipal n. 2.564/2017 de 17 de março de 2017.

PRAZO: Os serviços objeto deste Convênio serão prestados na sede Conveniada, pelo período de 09 (nove) meses a contar da data do acolhimento.

VIGÊNCIA: A vigência deste convênio será de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura.

TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2017

TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAPS I – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO I.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC) -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE(SC) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: O presente convênio tem como fundamento o disposto na Lei Municipal nº 2.561, de 22 de fevereiro de 2017.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Convênio, consiste na prestação de serviços pelo Município de Água Doce (SC), de atendimento ambulatorial em saúde mental, por equipe multiprofissional, com ênfase no tratamento de adultos a partir dos 18 anos em sofrimento psiquiátrico, dependência química por alcoolismo/drogas e depressão grave, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e encaminhados para atendimento na modalidade de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, e restrito à população do Município de Catanduvas (SC).

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

PRAZO: janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas(SC), 08 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS – SC
Almir José Vicentine

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Marli Rosa Spagnol Guerreiro

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 080/2017

DECRETO Nº 080/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de CHEFE DE SETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, a partir de 01/04/2017, o(a) Sr(a). GEORGE DE OLIVEIRA, brasileiro(a), convivente, inscrito(a) no CPF/MF sob nº.018.552.505-94 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 2201574-4, domiciliado à Rua Duque de Caxias, s/nº, centro de Caxambu do Sul/SC, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 07 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128/2017

PORTARIA Nº 128/2017

"Dispõe sobre a designação de servidor público municipal que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, incisos IV e V, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). TUANNA AGNE, CPF nº 059.882.139-28, ocupante do cargo de Fisioterapeuta para desempenhar cumulativamente as funções e atribuições de Coordenadora do Polo de Academia de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º - As atribuições do caput não eximem o(a) servidor(a) das demais funções do seu cargo.

§2º - O desempenho das funções descritas no caput não dá direito a gratificação, pois são funções atinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 010 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2017

PORTARIA Nº 129/2017

"Dispõe sobre designação de servidor público municipal que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). SIDICLEY MELLO, CPF nº 036.782.169-94, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária para desempenhar as funções e atribuições de Motorista de ônibus do Transporte Escolar na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 010 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2017

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 24 de abril de 2017, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças para conserto de um MICRO ÔNIBUS modelo GRAN MINE ANO 2014 COR BRANCA PLACA MLS8177, utilizada pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadadolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 10 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

LEI Nº 0672 DE 07.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0672 DE 07.04.2017

Altera o parágrafo único do art.16, o art. 18 e o parágrafo único do art.19 da Lei nº 0560 de 17.12.2012 e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art.16, o art. 18 e o parágrafo único do art.19 da Lei nº 0560 de 17.12.2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.16.
.....

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS é Unidade Orçamentária (UO) do Orçamento do Município, com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.”

“Art.18. O FMAS ficará diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).”

“Art.19.

.....

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento do Município de Chapadão do Lageado.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 198/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 198/2017

ALTERA OS INCISOS IV E V DA PORTARIA Nº 062/2017 DE 06.02.2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos IV e V do art. 1º da Portaria nº 062/2017, de 06.02.2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

IV- CONTRATO Nº 07/2017-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017, PREGÃO Nº 01/2017.

OBJETO: Aquisição de Combustível (Óleo diesel S10), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, incluso serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado.

FISCAL: Josir Jacó Jalbusch

V – CONTRATO Nº 06/2017-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017.

OBJETO: Credenciamento de prestação de prestação de serviços paramédicos – fisioterapia (sessões de fisioterapia), sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município.

FISCAL: Maiara Klettenberg”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 07 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 199/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 199/2017

REVOGA OS INCISOS XI E XII DA PORTARIA Nº 0192/2017 DE 05.04.2017 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar os incisos XI e XII do art. 1º da Portaria nº 0192/2017, de 05.04.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 07 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PMCS/2017
(REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Artefatos de Cimento, para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 25/04/2017.

Abertura: Dia 25/04/2017, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 07 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/PMCS/2017
(REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Material Esportivo e Brinquedos, para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 26/04/2017.

Abertura: Dia 26/04/2017, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 07 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2017

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo zero km, tipo sedan, no atendimento a Secretaria de Educação do Município de Cocal do Sul

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 14h00min do dia 25/04/2017.

Abertura: Dia 25/04/2017, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 07 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/
FMS/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/FMS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2017.

Objeto: Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 27/03/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 4.047,00 (Quatro mil e quarenta e sete reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 – Contratação de Serviço

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora Senhora, Telma de Fátima Cunha Suzin, Diretora de Educação, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 06 de abril de 2017, para o pagamento de anuidade da UNDIME, exercício 2017, a favor da empresa UNDIME - UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, no valor total de R\$ 4.800,11 (quatro mil, oitocentos reais com onze centavos).

MARCIA CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº SC-40.174/BNDES AUTOMÁTICO - BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº SC-40.174/BNDES AUTOMÁTICO - BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE E O MUNICÍPIO DE Concórdia/SC.

APROVAÇÕES

APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO BRDE	Programa BRDE Municípios Decisão do BRDE nº 159.479 Data de Aprovação: 16/12/2016
APROVAÇÃO BNDES FICHA RESUMO DE OPERAÇÃO (FRO)	Programa: BNDES/Automático FRO nº 116/00590/01-7 e 116/00600/01-2 Data de Aprovação: 11/08/2016
APROVAÇÃO DA STN Verificação de Limites e Condições para Operação de Crédito Interno	Processo nº 17944.000642/2016-27 Ofícios Autorizativos de 10/06/2016 2090/COPEM/SURIN/STN/MF-DF 2091/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

PREÂMBULO

I - AGENTE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, inscrito no CNPJ: 92.816.560/0001-37, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS na Rua Uruguai, 155- 4º andar, e agência nesta capital na Avenida Hercílio Luz n.º 617, Centro (CEP 88020-000).

II - CREDITADA(O): MUNICÍPIO DE Concórdia-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.024.257/0001-00, com endereço em Rua Leonel Mosele, 62, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Rogério Luciano Pacheco, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 540.567.809-00, reside em Rua Marechal Deodoro, 153, Centro, em Concórdia-SC.

III - ORIGEM DOS RECURSOS: a ser provido com recursos ordinários do BNDES.

IV - VALOR DO CRÉDITO: R\$ 1.148.854,00 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), dividido em 02 sub-créditos:

- Subcrédito "A" [TJLP] – no valor de R\$ 638.252,00 (seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais);

- Subcrédito "B" [SELIC] – no valor de R\$ 510.602,00 (quinhentos e dez mil, seiscentos e dois reais).

Utilização: Conforme ANEXO I Quadro de Usos e Fontes/Orçamento

V - ENCARGOS:

a) Juros para o Sub-Crédito "A": 8,00% a.a. (oito inteiros por cento ao ano), acima da TJLP, divulgada pelo BACEN, na forma da Cláusula Quinta, aí já incluído o Del Credere do BRDE;

b) Juros para o Sub-Crédito "B": Os juros consideram o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, a qual inclui a remuneração básica do BNDES, a remuneração do BRDE, a Taxa de Intermediação Financeira e a Sobretaxa Fixa totalizando 6,53% a.a. (seis inteiros e cinquenta e três centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, na forma da Cláusula Sétima;

c) Tarifa de Fiscalização: equivalente a 0,71% (setenta e um centésimos por cento) do valor do crédito concedido, na forma da cláusula Nona.

VI - PRAZOS: DATAS DE PAGAMENTO:

Carência: 12 meses 1ª parcela de Encargos: 15/06/2017

Amortização: 48 meses 1ª parcela de amortização: 15/04/2018

Total: 60 meses Última parcela de amortização: 15/03/2022

VII - FINALIDADE DO CRÉDITO: O crédito aberto por este instrumento será utilizado para execução das obras do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial de 9 Ruas: Renostro, Auti Pereira da Costa, Theresa Gulowki Vanzo, das Enseadas, Guaicurus, Gilmar José

Ampese, Silvino Ciarini, Jairo Goss, e Pico da Neblina, totalizando 11.837 m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de terraplenagem, implantação/expansão da rede de drenagem, regularização e compactação do sub-leito, base, imprimação, pintura de ligação, capa de rolamento em CBUQ, ensaios tecnológicos para controle de qualidade, e obras complementares (meio fio, reaterro da calçada e lastro de brita). As larguras das ruas variam entre 5,0 m e 9,0 m, e os passeios entre 1,0 m e 2,0 m..

VIII - VINCULAÇÃO DE RECEITAS – Meio de pagamento: Quotas de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços) e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, conforme Cláusula Décima Quinta.

Pelo presente instrumento, as partes qualificadas no preâmbulo têm, entre si, justo e contratado o crédito deferido através da Decisão da Diretoria do BRDE já mencionada no preâmbulo, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A instituição financeira qualificada no item I do preâmbulo, credenciada como Agente Financeiro do BNDES, daqui por diante denominada BRDE, com base em contrato específico existente entre ambos, repassará à CREDITADA, os recursos originados do BNDES, no âmbito do programa indicado no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA: Assim habilitado, o BRDE contrata com a CREDITADA, uma operação de abertura de crédito cujos recursos serão utilizados exclusivamente na finalidade aprovada pela ficha Resumo da Operação – FRO, de acordo com o item VII do preâmbulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Condições de Utilização do Crédito: A liberação dos recursos está sujeita ao cumprimento, cumulativamente, das seguintes condições a serem cumpridas pela CREDITADA:

- a) Registro deste contrato e de suas garantias, na forma da lei, e sua devolução ao BRDE, com os comprovantes dos registros efetuados;
- b) Entrega ao BRDE da Procuração a que alude o parágrafo quarto da Cláusula Décima Sexta adiante;
- c) Comprovação de ter sido notificada a instituição financeira a quem couber receber e repassar ao BRDE as receitas vinculadas, sobre a existência da procuração de que trata a cláusula décima sexta deste instrumento;
- d) Entrega ao BRDE do valor equivalente às Tarifas de Análise e de Fiscalização, quando forem devidas;
- e) Adimplência perante o BRDE da CREDITADA;
- f) Comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais ou, quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, apresentação de declaração da CREDITADA a respeito;
- g) Comprovação, previamente à liberação de cada parcela do crédito subsequente à primeira, da devida aplicação da parcela anteriormente liberada, incluindo a correspondente contrapartida de recursos próprios;
- h) Comprovação da inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da CREDITADA, ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.
- i) liberação dos recursos pelo BNDES/FINAME, respeitada a sua programação financeira e a disponibilidade dos recursos;
- j) Outorga da procuração referida na cláusula décima sexta, adiante;
- k) Apresentação pela CREDITADA da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), ou a Certidão Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- l) Apresentação pela CREDITADA de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – a ser extraído pela própria CREDITADA e verificado pelo BRDE nos endereços eletrônicos www.previdenciasocial.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br ressalvados os casos em que a CREDITADA apresentar declaração atestando que ela não dispõe de regime próprio de previdência social dos servidores públicos, conforme modelo publicado no site do BNDES, em www.bndes.gov.br para esses casos;
- m) Comprovação da publicação deste contrato ou seu extrato na Imprensa Oficial;
- n) Comprovação do processo licitatório (Edital; Proposta de Preço da empresa vencedora; Atas da comissão de licitação; Decreto ou termo de adjudicação; Decret, ou termo de homologação; Contratos com os vencedores da licitação; Publicações; Ordem de serviço com aceite do contratado);
- o) Parecer do Órgão Jurídico Municipal, de data atual, atestando a regularidade de todo o procedimento licitatório e sua contratação, nos moldes solicitados pelo BRDE;
- p) ART de execução da obra;
- q) Apresentar os dados bancários da conta corrente destinada à movimentação dos recursos referentes exclusivamente para a finalidade de que trata o item VII do PREÂMBULO, conforme consta da alínea q, I, da Cláusula Décima Sétima;
- r) Comprovação de transferência de valores para a conta bancária específica e exclusiva do projeto, referida acima, correspondente a sua contrapartida financeira na proporção da parcela de valores necessária à conclusão da Primeira Etapa das Obras prevista no Quadro de Usos e Fontes – QUJF, nos moldes estabelecidos nas “Condições Contratuais”.

Parágrafo Primeiro: As liberações serão efetuadas no prazo de até um dia útil contado da entrega dos recursos pelo BNDES/FINAME ao BRDE e ocorrerão mediante transferências bancárias a crédito da CREDITADA, em conta corrente de sua titularidade ou à sua ordem.

Parágrafo Segundo: As liberações serão suspensas, com a consequente redução do financiamento no valor não liberado, caso os recursos não sejam utilizados até o primeiro dia útil do mês anterior ao da primeira amortização.

Parágrafo Terceiro – Tributos: Cada liberação de recursos estará sujeita à incidência, se for o caso, na forma da legislação pertinente, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativa a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

CLÁUSULA QUARTA – Amortização: Durante o período de amortização as prestações serão mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira e a última nas datas mencionadas no item VI do Preâmbulo.

CLÁUSULA QUINTA – Juros do Subcrédito “A”: Incidirá à taxa fixada no item V, “a” do Preâmbulo (a título de “spread”), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, instituída pela Lei nº 9.365, de 16.12.96, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e FAT, e divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada Lei, observada a seguinte sistemática.

Parágrafo Primeiro: O montante correspondente à parcela da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP que vier exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 4º da citada Lei nº 9.365, no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência deste contrato, e, no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto sobre vencimento em dias feriados, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^n/y - 1$, sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação,

considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato; e
y - número de dias do ano (365 ou 366, caso seja ano bissexto).

Parágrafo Segundo: Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano - O percentual fixado no item V "a" do Preâmbulo, acima da TJLP ("spread") referido no "caput" dessa condição, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas da exigibilidade dos juros mencionados no Parágrafo Quinto e na data do vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, acima, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

Parágrafo Terceiro: Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano - O percentual fixado no item V, "a", do Preâmbulo, acima da TJLP ("spread") referido no "caput" dessa condição, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas da exigibilidade dos juros mencionados no Parágrafo Quinto e na data do vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, acima, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

Parágrafo Quarto: O montante referido no Parágrafo Primeiro que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos e prazos previstos neste instrumento, para amortização do principal.

Parágrafo Quinto: O montante apurado nos termos do Parágrafo Segundo ou Parágrafo Terceiro, conforme o caso, será exigível trimestralmente, durante o prazo de carência, conforme fixado no item VI do Preâmbulo, passando a ter vencimento mensal após o término do referido período, juntamente com as prestações de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto sobre Vencimento em dias Feriados, adiante.

CLÁUSULA SEXTA – Alteração do Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT: Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, a remuneração prevista na Cláusula Quinta neste contrato poderá, a critério da FINAME/BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pela FINAME/BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BRDE comunicará a alteração, por escrito à CREDITADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – Juros do Subcrédito "B": Os juros consideram o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, a qual inclui a Remuneração Básica do BNDES, a Remuneração do BRDE, a Taxa de Intermediação Financeira e a Sobretaxa Fixa.

Parágrafo Primeiro: Os juros são devidos à taxa referida no item V "b" do Preâmbulo ao ano (à título de "spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com a sistemática a seguir:

I - O saldo devedor da CREDITADA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, e outras despesas, será capitalizado pela taxa Selic diária.

a) Para efeito da capitalização acima referida, as taxas Selic, fator diário, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a serem consideradas, estarão defasadas em 2 (dois) dias úteis em relação às datas em que ocorrer a capitalização do saldo devedor;

b) O montante apurado será incorporado diariamente ao principal da dívida e exigível juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação da cédula.

II - Os juros incidirão sobre o saldo devedor nas datas de suas exigibilidades ou na data de vencimento ou liquidação da cédula, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias úteis decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. O montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), observadas as periodicidades constantes no item "PRAZOS" do Preâmbulo, juntamente com as parcelas de amortização do principal capitalizado, conforme estabelecido no inciso I e no presente inciso, e no vencimento ou liquidação da Cédula.

III - No caso de indisponibilidade temporária da Taxa SELIC quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na cédula, será utilizada a última taxa SELIC conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pelo credor quanto pelo devedor, quando da divulgação posterior da Taxa SELIC.

IV - A sobretaxa Fixa mencionada no "caput" é a estabelecida trimestralmente pelo BNDES, sendo disponibilizada no endereço eletrônico <http://www.bndes.gov.br> até o último dia útil anterior aos meses de janeiro, abril, julho e outubro e válida por um período de 3 (três) meses a partir do dia 1º dos referidos meses. A Sobretaxa Fixa aplicável a esta operação é a vigente nesta data.

CLÁUSULA OITAVA Alteração do Critério de Remuneração dos Recursos: Na hipótese de indisponibilidade da Taxa SELIC, pelo período de 60 (sessenta) dias ou de extinção da Taxa SELIC, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, o BNDES escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o AGENTE comunicará a alteração por escrito à CREDITADA.

CLÁUSULA NONA – Tarifas dos Serviços prestados: Serão devidas as seguintes tarifas:

I - Análise do Projeto: 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do crédito concedido, exigível no ato da primeira liberação. O montante que já houver sido pago a esse título, anteriormente à emissão deste contrato, será abatido do valor devido;

II - Fiscalização e Acompanhamento: 0,71% (setenta e um centésimos por cento) do valor crédito concedido representado por este contrato, exigível no ato da primeira liberação de recursos.

III - Renovação de Ficha Cadastral: Exigível anualmente, somente para as pessoas jurídicas, com vencimento no dia 15 do mês de aniversário da operação mais antiga ainda em vigor, ou mediante a emissão de boleto bancário específico.

CLÁUSULA DÉCIMA – Inadimplemento: No caso de impontualidade nos pagamentos, a qualquer título, sem prejuízo do vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e demais cominações legais e convencionais, sobre os valores em atraso, serão cobrados, por dia de atraso e enquanto perdurar a inadimplência:

a) Para o Subcrédito "A": Os encargos pactuados para a adimplência, acrescidos de juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados anualmente.

b) Para o Subcrédito "B": Juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados anualmente, e a atualização monetária calculada "pro rata die" com base na variação percentual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês anterior ao de competência do cálculo.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de vencimento antecipado da dívida, por qualquer motivo, os encargos incidirão sobre todo o saldo devedor.

Parágrafo Segundo - Multa de inadimplência: O BRDE terá ainda, em caso de inadimplemento, o direito à multa convencional de 2% (dois por cento), devida em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, incidente sobre o principal e acessórios em débito, ficando estabelecido que a referida multa não se destinará à cobertura de despesas administrativas, judiciais e/ou honorários advocatícios.

Parágrafo Terceiro - Multa por Inadimplemento não financeiro: Conforme disposto no artigo 47 das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", na hipótese de inadimplemento de obrigação não-financeira, o CREDITADO sem prejuízo das demais providências e penalidades cabíveis, ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o valor do contrato, atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

I - A multa a que se refere este parágrafo, incidirá a partir do dia fixado pelo BRDE, em suas normas regulamentares e neste contrato, para cumprimento da obrigação, ou na notificação judicial ou extrajudicial que comunicar a ocorrência do inadimplemento e, para os casos de obrigação de não fazer, do dia em que for executado o ato que não se deveria realizar, até a data:

- a) do cumprimento tardio da obrigação;
- b) fixada em decisão do BRDE, no caso de ser impossível ou não admitido o cumprimento tardio da obrigação; ou
- c) da declaração do vencimento antecipado do contrato.

II - No período compreendido entre a data de término da incidência da multa até a data da sua efetiva liquidação, a multa a que se refere este parágrafo será atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Processamento e Cobrança da Dívida: A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BRDE, com antecedência, ou por qualquer outro procedimento por este adotado, pelo qual informe à CREDITADA o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento.

Parágrafo Primeiro: O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a CREDITADA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Segundo: O BRDE colocará à disposição da CREDITADA as informações, dados e cálculos que servirem de base para a apuração dos valores devidos.

Parágrafo Terceiro: A CREDITADA efetuará o pagamento das obrigações pactuadas à Agência do BRDE que tiver contratado a colaboração financeira.

Parágrafo Quarto: Considerando que o Sub-Crédito "B" está sujeito à variação diária da Taxa SELIC, o Aviso de Cobrança será emitido pelo BRDE com a indicação de um valor referencial nesse indicador, cuja cotação deverá ser obtida na Gerência de Atendimento do Departamento de Cobrança da Área Financeira do BNDES (AF/DECOB), ou no portal oficial do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br), sendo o valor do pagamento devido em moeda corrente, apurado pela respectiva cotação válida para o dia do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Vencimento em Dias Feriados: Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, municipais ou distritais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Responsabilidades por Despesas: Serão de responsabilidade da CREDITADA, os tributos incidentes sobre a presente operação, bem como todas as demais despesas relacionadas com a operação ou dela decorrentes como as cobradas pelo BNDES para a liberação dos recursos de acordo com os normativos daquela Instituição Financeira, inclusive as de registros e averbações deste contrato e de seus termos aditivos, as quais, eventualmente, poderão vir a ser adiantadas pelo BRDE.

Parágrafo Primeiro: Obriga-se a CREDITADA a reembolsar, no prazo de 10 (dez) dias da data em que forem debitadas, as despesas adiantadas nos termos desta Cláusula, assim como aquelas que o BRDE fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório, sob pena de incidência, sobre os respectivos valores, dos encargos e acessórios previstos para inadimplência, neste contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de se relacionar a despesa realizada pelo BRDE a mais de uma operação, a importância respectiva será lançada na conta referente a qualquer dos instrumentos contratuais, a critério do BRDE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA Vencimento Antecipado: Poderá o BRDE suspender a utilização do crédito e considerar vencida antecipadamente a dívida, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

- a) Inadimplemento da CREDITADA, ou dos Intervenientes, quanto às obrigações contraídas neste instrumento, ou decorrentes de lei, bem como de outras obrigações contraídas com o BRDE;
- b) A CREDITADA ou qualquer Interveniente Prestador de Garantia ser declarado falido, requerer recuperação judicial, ou se tornar insolvente;
- c) Cessão ou transferência, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como qualquer forma de alienação ou oneração dos bens financiados e/ou integrantes da garantia, sem prévia e expressa autorização do BRDE;
- d) Procedimento judicial de qualquer ordem, ou qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas;
- e) Ocorrência de qualquer hipótese de antecipação legal do vencimento;
- f) Não comprovação física e/ ou financeira da realização do projeto financiado e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste instrumento, sem prejuízo de o BRDE comunicar esse fato ao Ministério Público Federal para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16/08/86;
- g) Existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela CREDITADA, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena, observado o devido processo legal;

Parágrafo Único: Na ocorrência do mencionado na alínea "f", sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado, o CREDITADO ficará sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos não comprovados, acrescido dos encargos devidos pactuados neste instrumento, a partir do dia seguinte à data fixada em notificação judicial ou extrajudicial, até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA Autorização para débito em conta corrente: O CREDITADO dá ao BRDE, em caráter irrevogável e irretratável, o direito e a autorização expressa para que este ordene ao Banco do Brasil S/A que efetue, quando do respectivo vencimento, o débito do valor total ou parcial de qualquer parcela de amortização do principal e/ou encargos de qualquer natureza, relativos ao presente instrumento, nas contas-correntes número 3415-0 (FPM) e número 45215-7 (ICMS), que o CREDITADO mantém na agência 0410-3, podendo para tanto o referido Banco lançar mão da disponibilidade existente, comprometendo-se igualmente o CREDITADO a manter, na conta-corrente, fundos suficientes para cobrir tal débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA VINCULAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO: Para o fiel cumprimento das obrigações contraídas neste instrumento,

nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 4847/2016, de 22/02/2016, modificada pela Lei Municipal n.º 4859/2016, de 20/04/2016, e pela Lei Municipal nº 4937/2017, de 23/02/2017, devidamente arquivada no respectivo processo de financiamento, o CREDITADO transfere ao BRDE, a título de vinculação de meios de pagamento, as receitas provenientes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal Comunicação – ICMS – e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no montante suficiente à liquidação do débito, até total liquidação do mesmo.

Parágrafo Primeiro: O CREDITADO nomeia e constitui o BRDE seu mandatário, com bastantes poderes para, enquanto não liquidada a dívida e na eventualidade de inadimplemento das obrigações ora contraídas, reter, independentemente de qualquer notificação, ciência, ou formalidade, diretamente na conta especial bloqueada prevista referida no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, as receitas municipais decorrentes dos repasses acima descritos, em montante suficiente para o integral pagamento do valor principal da dívida e dos demais encargos dela decorrentes, previstos no presente instrumento, sem prejuízo de outros critérios legais de atualização monetária aplicáveis. Para tanto, o CREDITADO outorga ao BRDE plenos poderes para praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato, em caráter irrevogável e irretratável, tudo conforme parágrafo quarto, adiante.

Parágrafo Segundo: O BRDE poderá, a seu exclusivo critério, na condição de mandatário do CREDITADO e credor deste, promover o recebimento de qualquer importância devida, mediante simples apresentação dos recibos correspondentes às prestações do principal da dívida, correção monetária, juros e multa, recibos esses que o CREDITADO reconhece antecipadamente como comprovantes hábeis, líquidos e certos da dívida, mantendo o presente mandato validade em relação a tributos ou transferências correntes e de capital que, na vigência deste instrumento, venham a substituir as receitas oriundas do ICMS e do FPM.

Parágrafo Terceiro: As parcelas dos recursos do erário municipal que couberem ao BRDE por força do presente contrato serão retidas na proporção necessária ao pagamento das obrigações contraídas pelo CREDITADO, nos termos avençados nas Cláusulas “JUROS” e FORMA DE PAGAMENTO. Tais recursos serão retidos em conta especial bloqueada, junto ao Banco do Brasil S/A, de titularidade do CREDITADO, ficando o BRDE, desde já, autorizado a realizar a referida retenção, nos termos do mandato conferido, inclusive de parcelas decorrentes de mora, independentemente do motivo, consoante a Cláusula “INADIMPLEMENTO”.

Parágrafo Quarto Outorga de Procuração: Para efeitos do disposto nas Cláusulas Décima Quinta supra, e parágrafo primeiro desta cláusula, (Décima Sexta), a CREDITADA outorgará procuração ao BRDE, previamente à solicitação de liberação dos recursos deste financiamento, por instrumento público e em modelo fornecido por este, com base nos artigos 683 a 685 do Código Civil Brasileiro, com a finalidade precípua de autorização de saque dos valores depositados nas contas corrente em questão, até o limite dos débitos decorrentes do presente contrato de financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Disposições Especiais: Além do cumprimento das cláusulas financeiras deste contrato, a CREDITADA fica ainda obrigada a:

a) cumprir perante o BRDE, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10.12.87, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.91, pela Resolução nº 863, de 11.03.96, pela Resolução nº 878, de 04.09.96, pela Resolução nº 894, de 06.03.97 pela Resolução nº 927, de 01.04.98, pela Resolução 976, de 24.09.01 e pela Resolução 1571/2008 todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.87, 27.12.91, 08.04.96, 24.09.96, 19.03.9, 15.04.98 e 31.10.01, respectivamente;

b) cumprir, no que couber, as “Condições Gerais Reguladoras das Operações” relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto nº 59.170, de 02 de setembro de 1966, microfilmadas sob o nº 399.674, averbadas na coluna de anotações do Registro 4.879, do livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro;

c) cumprir, no que couber, as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES/FINAME, que declara conhecer e se obriga a aceitar;

d) permitir ao BNDES/FINAME, diretamente ou através do BRDE, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando a seus representantes ou prepostos o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como a suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, fornecendo toda e qualquer informação solicitada;

e) mencionar, expressamente, a cooperação do BNDES/FINAME e do BRDE como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento;

f) cumprir o disposto na legislação pertinente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, as medidas e ações adequadas para evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelos bens financiados;

g) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato, comprometendo-se a comprovar ao BRDE, quando solicitado, o cumprimento desta condição e da alínea “f” acima;

h) manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, compreendendo todas as fontes utilizadas, comprovando, quando solicitado, a devida aplicação dos recursos previstos no quadro de Usos e Fontes do projeto;

i) fixar em lugar visível no local da realização do projeto, quando houver exigência pelo BRDE, placa alusiva à colaboração financeira, cabendo à CREDITADA a observação dos parâmetros de padronização fornecidos pelo BRDE;

j) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME sob pena de rescisão de pleno direito do contrato;

k) observar durante o prazo de vigência deste contrato o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;

l) nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, comprovar a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou mediante instrumento público ou particular, registrado no referido registro público, da sede do domicílio do devedor e da sede do domicílio do credor do(s) crédito(s) empenhado(s).

m) incluir a partir desta data até final liquidação da dívida, em cada exercício financeiro, em suas propostas de Orçamento Anual ou Plurianual de Investimento, dotações ou parcelas oriundas de receita vinculada, em montante capaz de satisfazer o pagamento do principal e encargos decorrentes desta operação;

n) remeter, se assim dispuser a legislação aplicável, cópia deste contrato ao Tribunal de Contas competente;

o) publicar o teor deste contrato, ou seu resumo, no Diário Oficial da União se a operação envolver a participação da União Federal, ou entidade autárquica federal, na qualidade de beneficiária ou interveniente; na hipótese da participação de Estado ou Município, ou de entidade da Administração Indireta Estadual, ou Municipal, a publicação no respectivo órgão oficial será obrigatória, se assim dispuser a legislação estadual ou municipal aplicável.

p) A CREDITADA compromete-se ainda a atender as seguintes obrigações especiais incluídas pela Circular SUP/AOI nº 04/2016-BNDES, de

02.02.2016, alterada pela Circular 28/2016 de 07/06/2016:

1. Notificar o BRDE, em até 30 (trinta) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo, judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a Administração Pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento a terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado, pelo BRDE e sempre que disponível, fornecer cópias de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmados no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos. Para fins dessa obrigação, considera-se ciência da Beneficiária Final:

i. o recebimento de citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira;

ii. a comunicação do fato pela CREDITADA à autoridade competente; e

iii. a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela CREDITADA contra o infrator.

2. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da colaboração financeira, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável e a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, mandatários, empregados, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

3. A CREDITADA autoriza a divulgação externa deste contrato, independentemente de seu registro em cartório.

q) Em complemento às obrigações da alínea h desta Cláusula o CREDITADO deverá também:

1. Abrir (nova conta) e manter conta corrente específica e exclusiva, da titularidade da Prefeitura, em instituição financeira de sua escolha, a qual deve ser informada (com todos os dados necessários) antecipadamente à Primeira Liberação dos recursos, exclusivamente para a finalidade de que trata o item VII do PREÂMBULO, transferindo imediatamente para a mesma os recursos provenientes de todas as fontes de financiamento e custeio do projeto financiado, e utilizando-a exclusivamente para efetuar todos os pagamentos relacionados com o objeto deste contrato;

2. Apresentar comprovação financeira, a cada etapa da obra, com os seguintes itens: extrato bancário da movimentação financeira da conta específica e exclusiva do projeto, respectivas notas fiscais e comprovantes de pagamento, entre outros documentos e medidas que possam ser exigidas pelo BRDE para sua plena comprovação;

3. Apresentar comprovação de engenharia (mapa de comprovação BNDES, disponibilizado no site do BNDES [www.bndes.gov.br]): Planilhas de medição da utilização dos recursos, ART de fiscalização e Laudo Técnico de medição com relatório fotográfico demonstrando a evolução física da obra, entre outros documentos e medidas que possam ser exigidas pelo BRDE para sua plena comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA Meio ambiente: As seguintes regras regerão a relação do CREDITADO com o BRDE, no que diz respeito aos possíveis efeitos do projeto/equipamento financiado junto ao meio ambiente:

a) Caso o projeto financiado venha a provocar qualquer dano ambiental efetivo, fato assim considerado pela legislação federal ou estadual vigentes em relação à matéria, o BRDE exigirá do financiado a imediata reparação do dano ocorrido, sem prejuízo da suspensão das liberações até a total eliminação da causa do dano;

b) Na hipótese de haver sido liberada a totalidade dos recursos, poderá o BRDE decretar o vencimento antecipado deste contrato, com todas as consequências previstas na cláusula de vencimento antecipado, caso não haja imediata reparação do dano havido e a total eliminação da causa do dano;

c) Na hipótese do BRDE vir a ser acionado judicialmente, por quem quer que seja, com a finalidade de responder financeiramente por dano ambiental causado pelo projeto financiado e, em tendo que efetivamente fazê-lo, fica desde já assegurado seu direito de regresso contra o devedor, ora financiado.

d) Na qualidade de órgão repassador dos recursos, em caso de qualquer perda ou dano, em decorrência de condenação por dano ambiental, o BNDES também será indenizado, independentemente de culpa da CREDITADA, de acordo com a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA Autorização Especial: A CREDITADA autoriza o BRDE, durante a vigência do presente instrumento, a promover a abertura de cadastro em seu nome, prestar, solicitar e receber informações originadas do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil – SCR, ou de quaisquer outras fontes oficialmente constituídas, compartilhando com essas fontes as informações existentes. Por outro lado, declara ter ciência de que o BRDE, por força da determinação do Conselho Monetário Nacional, está obrigado a prestar informações ao Banco Central do Brasil – BACEN sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade. A autorização será automaticamente estendida a qualquer outra entidade que, no prazo de vigência deste instrumento, venha a substituir e/ou complementar os órgãos em sua competência e função.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Foro: O foro do presente contrato é o da Agência do BRDE que contratou esta colaboração financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Certidões: A CREDITADA apresentou as seguintes certidões e certificados: Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, código 5CA4.1411.1BB6.5669, validade de 31/01/2017 a 30/07/2017; Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa nº 125401246/2017, validade de 03/03/2017 a 29/08/2017; Certificado de Regularidade do FGTS nº 2017022700565089739326, validade de 27/02/2017 a 28/03/2017; Certificado de Regularidade Previdenciária nº 988083-150572, validade de 09/02/2017 a 08/08/2017; Certidão do TCE-SC nº 20465/2017, emitida em 06/02/2017 e válida até 05/06/2017; Documento de Regularidade Ambiental – Certidões de Atividade não Constante números 303894/2013, 304094/2013, 304123/2013, 304494/2013, 304536/2013, 304548/2013 304849/2013, de 17/09/2013; e, 417910/2016, de 14/06/2016, emitida por Fundação do Meio Ambiente - FATMA; a CREDITADA apresentou também cópia do Protocolo de Entrega Via Internet de RAIS Ano-Base 2015, código 589864204. Foram realizadas as seguintes CONSULTAS em 08/03/2017: ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) do CNJ: suspensão por decisão judicial do processo nº 0005633-70.2010.2.00.0000, conforme informação no site do CNJ – em substituição, a CREDITADA apresentou cópia da Certidão do TRF4 no sentido de que a CREDITADA não figura como requerido (devedor) em qualquer Precatório do TRF4, cópia da Certidão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT12 no sentido de que inexistem precatórios em andamento contra a CREDITADA, e cópia de Certidão de Regularidade quanto ao Pagamento de Precatórios Judiciais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJSC, de 01/03/2017, válido por 30 dias; ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo: impedida por decisão liminar na ADI nº 5.209 do STF, conforme informação no

site do MTE; ao site do Tesouro Nacional (SAHEM) sobre Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto o inciso VI do Art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, onde consta a informação de que, quanto às Obrigações Financeiras, Obrigações Acessórias e SITUAÇÃO, "não há obrigações nesta data"; ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público CADIP, realizada pelo DECOF/BRDE, o qual informa por meio do e-mail remetido pelo funcionário João Francisco Cé, em 08/03/2017, às 15h37min que a CREDITADA não se encontra inscrita como inadimplente no CADIP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Os Anexos: I - Orçamento, Quadro de Usos e Fontes; II – Minuta de Procuração Pública; e, III – Minuta de Termo de Notificação e de Autorização, são partes integrantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis-SC, 8 de março de 2017.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE:

CNPJ: 92.816.560/0001-37

MUNICÍPIO DE Concórdia:

CNPJ Nº 83.024.257/0001-00

TESTEMUNHAS:

Nome :	Nome:
CPF :	CPF:

ANEXO I

ORÇAMENTO

O crédito aberto por este instrumento será utilizado para execução das obras do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial de 9 Ruas: Renostro, Auti Pereira da Costa, Theresa Gulowki Vanzo, das Enseadas, Guaicurus, Gilmar José Ampese, Silvino Ciarini, Jairo Goss, e Pico da Neblina, totalizando 11.837 m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de terraplenagem, implantação/expansão da rede de drenagem, regularização e compactação do sub-leito, base, imprimação, pintura de ligação, capa de rolamento em CBUQ, ensaios tecnológicos para controle de qualidade, e obras complementares (meio fio, reaterro da calçada e lastro de brita). As larguras das ruas variam entre 5,0 m e 9,0 m, e os passeios entre 1,0 m e 2,0 m.

Beneficiário: MUNICÍPIO DE CONCORDIA							
Data Base do orçamento: 15/07/2016				Em R\$ 1 (sem centavos)			
U S O S	Total (1+2)	%	Até 6 meses anterior (1)	A Realizar Total (2)	1º Período	2º Período	
CONSTRUÇÕES CIVIS	1 276 504	100,0		1 276 504	638 252	638 252	
TOTAL DE INVESTIMENTOS FIXO	1 276 504	100,0		1 276 504	638 252	638 252	
TOTAL	1 276 504	100,0		1 276 504	638 252	638 252	
F O N T E S							
GERAÇÃO INTERNA	127 650	10,0		127 650	63 825	63 825	
BNDES/AUT-FIXO	638 252	50,0		638 252	319 126	319 126	
BNDES/AUT-SELIC-SBTX	510 602	40,0		510 602	255 301	255 301	
TOTAL	1 276 504	100,0		1 276 504	638 252	638 252	

Florianópolis, 8 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE Concórdia

CNPJ Nº 83.024.257/0001-00

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

CNPJ: 92.816.560/0001-37

ANEXO II

(MINUTA PARA INSTRUMENTO PÚBLICO)

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE Concórdia-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.024.257/0001-00, com endereço em Rua Leonel Mosele, 62, Centro, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Rogério Luciano Pacheco, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 540.567.809-00, reside em Rua Marechal Deodoro, 153, Centro, em Concórdia-SC.

OUTORGADO: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS na Rua Uruguai, 155- 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37 e agência nesta capital na Avenida Hercílio Luz n.º 617, Centro (CEP 88020-000).

CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº SC-40.174/BNDES AUTOMÁTICO-BRDE MUNICÍPIOS, celebrado



em 08/03/2017, com o primeiro pagamento de juros na carência em 15/06/2017 e o primeiro pagamento do principal e juros com início em 15/04/2018, no valor de R\$ 1.148.854,00, tendo como vencimento final em 15/03/2022, para a finalidade específica de execução das obras do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial de 9 Ruas: Renostro, Auti Pereira da Costa, Theresa Gulowki Vanzo, das Enseadas, Guaicurus, Gilmar José Ampese, Silvino Ciarini, Jairo Goss, e Pico da Neblina, totalizando 11.837 m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de terraplenagem, implantação/expansão da rede de drenagem, regularização e compactação do sub-leito, base, imprimação, pintura de ligação, capa de rolamento em CBUQ, ensaios tecnológicos para controle de qualidade, e obras complementares (meio fio, reaterro da calçada e lastro de brita). As larguras das ruas variam entre 5,0 m e 9,0 m, e os passeios entre 1,0 m e 2,0 m.; estando registrado sob número, livro, fls., do Ofício de Registro de Títulos e Documentos (Competente para o domicílio do Município) PODERES: Em virtude do contrato firmado entre outorgante e outorgado, acima identificado, o primeiro nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, aqui denominado BRDE, para o fim específico de movimentar as contas bancárias vinculadas número 3415-0 (FPM – Fundo de Participação dos Municípios) e número 45215-7 (ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços), no Banco do Brasil S/A, Agência 0410-3, na cidade de Concórdia-SC, a fim de sacar mensalmente, até final liquidação do contrato em questão, nas datas previstas no mencionado contrato, as quantias necessárias e suficientes para satisfazer o pagamento das parcelas do financiamento de que trata o referido contrato. Os poderes aqui conferidos abrangem todos os necessários, “ad judicium” e “ad negotium”, para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive os poderes para consultas de saldos e extratos de movimentação financeira, podendo o outorgado substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui conferidos. O outorgante declara ainda que a presente procuração é outorgada com base nos artigos 683 a 685 do Código Civil Brasileiro, não havendo reserva de poderes iguais para si, e sendo a mesma de caráter irrevogável, até o prazo final do contrato de financiamento que lhe deu causa.

LOCAL E DATA

(assinaturas dos representantes do outorgante)

ANEXO III

(Timbre da Prefeitura)

(Minuta) TERMO DE NOTIFICAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO AO BANCO RECOLHEDOR

O MUNICÍPIO DE Concórdia-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.024.257/0001-00, com endereço em Rua Leonel Mosele, 62, Centro, vem, por meio da presente Notificação, trazer ao conhecimento deste Banco que as receitas oriundas das quotas-partes do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios (ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, destinadas ao MUNICÍPIO DE Concórdia-SC), cujos depósitos feitos em nosso nome na conta número 3415-0 (quotas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios) e na conta número 45215-7 (quotas-partes do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços), desta Agência (0410-3) do Banco do Brasil S/A, foram vinculadas em garantia para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, inscrito no CNPJMF sob nº 92.816.560-000137 com sede na Rua Uruguai, 155- 4º andar, em Porto Alegre/RS e Agência na Av. Hercílio Luz, 617, Centro, Florianópolis, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no Contrato adiante descrito e por meio da Procuração Pública lavrada no Ofício de Notas

A vinculação de receitas aqui referidas foi objeto de contrato com as seguintes características:

Valor do contrato: R\$ 1.148.854,00 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

Data de celebração: 08/03/2017.

Prazos: a) Carência: até 15/03/2018; b) Amortização: em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/04/2018 e a última em 15/03/2022.

Finalidade do contrato: execução das obras do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial de 9 Ruas: Renostro, Auti Pereira da Costa, Theresa Gulowki Vanzo, das Enseadas, Guaicurus, Gilmar José Ampese, Silvino Ciarini, Jairo Goss, e Pico da Neblina, totalizando 11.837 m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de terraplenagem, implantação/expansão da rede de drenagem, regularização e compactação do sub-leito, base, imprimação, pintura de ligação, capa de rolamento em CBUQ, ensaios tecnológicos para controle de qualidade, e obras complementares (meio fio, reaterro da calçada e lastro de brita). As larguras das ruas variam entre 5,0 m e 9,0 m, e os passeios entre 1,0 m e 2,0 m.

Com base na autonomia dos Municípios para a gestão de seus recursos, e tendo em vista a obrigação contratual assumida por este Município, o BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL fica autorizado a receber em nome próprio as quantias a ele devidas que forem necessárias à satisfação de seu crédito que estiver vencido e não tiver sido pago em seu vencimento. A fim de atender a essa disposição de vontade entre as partes, a ora notificante determina ao notificado que se digne a pagar diretamente ao BRDE, os valores que, antecipadamente, serão mensalmente informados a essa agência bancária.

Solicitando os préstimos de V. Sa. para o cumprimento das obrigações contratuais a cargo deste Município, renovo protestos de estima e consideração.

LOCAL E DATA

(assinaturas dos representantes do Município)

CIENTE:

(assinatura dos representantes legais do banco recolhedor, carimbo e data)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 4.145,73 (quatro mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Concórdia SC, 06 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 12.449,79 (doze mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Concórdia SC, 06 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 30/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 30/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 1.234,90 (mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

Concórdia SC, 06 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de

trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.374,20 (dezessete mil e trezentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 07 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAC - Creche, no valor de R\$ 46.095,60 (quarenta e seis mil noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Concórdia SC, 07 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 33/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 33/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 42.031,20 (quarenta e dois mil trinta e um reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 07 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 34/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 34/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 96,00 (noventa e seis reais).

Concórdia SC, 07 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 35/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 35/2017**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.314,40 (um mil trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Concórdia SC, 07 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2017 FMS

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 2/2017 FMS

Na publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2017 FMS, veiculada no dia 07 de abril de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2228, páginas 161 e 162;

Onde lê-se: “no valor estimado de R\$ 2.054.382,48 (dois milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)”.

Leia-se: “no valor estimado de R\$ 1.965.030,48 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, trinta reais e quarenta e oito centavos)”.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2017

RESOLUÇÃO Nº 08/2017 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, de Concórdia/SC, referente ao mês de fevereiro/2017.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a Prestação de Contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Concórdia/SC, referente a fevereiro/2017.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor nesta data;

Concórdia SC, 06 de abril de 2017
RAFAELA COSTA MARTINS
Presidente do CMDCA

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 23/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº23/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº23/2017

Contratado: NILKO TECNOLOGIA LTDA

Objeto: O objeto do presente Instrumento de contrato é aquisição de:

ITEM 1: (03) TRÊS ARMÁRIOS MULTIUSO TRIPLO 06 PORTAS ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO COM SEIS PORTAS. DIMENSÕES EXTERNAS: 1050 X 450 X 1820MM (LX PXA), PORTA COM 822MM DE ALTURA: • FABRICADO EM CHAPA GALVANIZADA – NBR 7008 – RESISTENTE A CORROSÃO (FRONTAL E BASE COM 1,25MM; LATERAIS, FUNDO E BANDEJAS DE 0,50MM DE ESPESSURA); • PINTURA A PÓ 3 EM 1 ANTIMICROBIANA E BACTERICIDA (ANTIBACTÉRIA, ANTIMOFO E SEM CHEIRO); • COMPARTIMENTO COM SUPORTE PARA CABIDES (CABIDEIRO), DOIS GANCHOS LATERAIS E UMA PRATELEIRA; • LIVRE DE ARESTAS CORTANTES COM DOBRAS ENROLADAS (MAIS RESISTÊNCIA SEM CORTES HANDSCUTFREE); • SAPATAS (PÉS PLÁSTICOS) REGULÁVEIS PARA CORRIGIR DESNÍVEIS DO PISO; • SISTEMA SAFE LOCKER – ANTIFURTO: REFORÇO CENTRAL NAS PORTAS; DOBRADIÇA INTERNA COM 5 TRAVAS; DOBRA EM TODO O PERÍMETRO DA PORTA; PORTAS COM BATENTES DE BORRACHA; LINGUETA REFORÇADA 3,0MM. • TRANCAMENTO TRIPLO (FECHO TRIPLO – TRAVANDO A PORTA EM CIMA, EMBAIXO E NO MEIO). • TAMANHO COMPATÍVEL COM CAPACETE DE MOTOCICLISTA. • COR DO CORPO: BEGE. COR DAS PORTAS: AZUL FECHADURA: FECHO PADRAO COM CHAVE VENTILAÇÃO VENEZIANAS NCM: 94032000;

ITEM 2: (01) UM ARMÁRIO NR 24 DUPLO 04 PORTAS ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO PARA ÁREAS INSALUBRES COM QUATRO PORTAS. DIMENSÕES EXTERNAS: 1000 X 450 X 1820MM (LX PXA), PORTAS COM 822MM DE ALTURA: • FABRICADO COM AÇO GALVANIZADO – NBR 7008 – RESISTENTE A CORROSÃO (FRONTAL E BASE COM 1,25MM; PORTAS, LATERAIS, FUNDO E BANDEJAS DE 0,50MM DE ESPESSURA); • PINTURA A PÓ 3 EM 1 ANTIMICROBIANA E BACTERICIDA (ANTIBACTÉRIA, ANTIMOFO E SEM CHEIRO); • COMPARTIMENTOS COM SUPORTE PARA CABIDES (CABIDEIRO), DOIS GANCHOS LATERAIS E DUAS PRATELEIRAS; • ATENDE A NORMA REGULADORA DO TRABALHO NR24. COM SEPARAÇÃO PARA ÁREA LIMPA E ÁREA SUJA; • LIVRE DE ARESTAS CORTANTES COM DOBRAS ENROLADAS (MAIS RESISTÊNCIA SEM CORTES HANDSCUTFREE); • SAPATAS (PÉS PLÁSTICOS) REGULÁVEIS PARA CORRIGIR DESNÍVEIS DO PISO; • SISTEMA SAFE LOCKER – ANTIFURTO: DOIS REFORÇOS EM CADA PORTA; DOBRADIÇA INTERNA COM 5 TRAVAS; DOBRA EM TODO O PERÍMETRO DA PORTA; PORTAS COM BATENTES DE BORRACHA; LINGUETA REFORÇADA 3,0MM. • TRANCAMENTO TRIPLO (FECHO TRIPLO – TRAVANDO A PORTA EM CIMA, EMBAIXO E NO MEIO). COR DO CORPO: BEGE. COR DAS PORTAS: AZUL FECHADURA: FECHO PADRAO COM CHAVE VENTILAÇÃO VENEZIANAS NCM: 94032000;

ITEM 3: (01) UM ARMÁRIO DE LIMPEZA 01 PORTA ARMÁRIO ESPECÍFICO PARA PRODUTOS DE LIMPEZA COM UMA PORTA E DIVISÕES INTERNAS. DIMENSÕES EXTERNAS: 500 X 450 X 1820MM (LX PXA), PORTA COM 1662MM DE ALTURA: • FABRICADO COM AÇO GALVANIZADO – NBR 7008 – RESISTENTE A CORROSÃO (FRONTAL E BASE COM 1,25MM; PORTA, LATERAIS, FUNDO E BANDEJAS DE 0,50MM DE ESPESSURA); • PINTURA A PÓ 3 EM 1 ANTIMICROBIANA E BACTERICIDA (ANTIBACTÉRIA, ANTIMOFO E SEM CHEIRO); • COMPARTIMENTO COM SUPORTE PARA VASOURAS E RODOS, COM DUAS PRATELEIRAS; • LIVRE DE ARESTAS CORTANTES COM DOBRAS ENROLADAS (MAIS RESISTÊNCIA SEM CORTES HANDSCUTFREE); • SAPATAS (PÉS PLÁSTICOS)

REGULÁVEIS PARA CORRIGIR DESNÍVEIS DO PISO; • SISTEMA SAFE LOCKER – ANTIFURTO: REFORÇO CENTRAL NAS PORTAS; DOBRADIÇA INTERNA COM 5 TRAVAS; DOBRA EM TODO O PERÍMETRO DA PORTA; PORTAS COM BATENTES DE BORRACHA; LINGUETA REFORÇADA 3,0MM. • TRANCAMENTO TRIPLO (FECHO TRIPLO – TRAVANDO A PORTA EM CIMA, EMBAIXO E NO MEIO). COR DO CORPO: BEGE. COR DAS PORTAS: AZUL FECHADURA: FECHO MULTIPONTO VENTILAÇÃO VENEZIANAS NCM: 94032000; ITEM 4:(01) UM FEIXO MULTIPONTO PARA A POLÍCIA MILITAR DE CORONEL FREITAS.

Vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 7.375,00 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais).

CONTRATO Nº 24/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº24/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº24/2017

Contratado: FERROTELLI DESIGN – ME LTDA

Objeto: O objeto do presente Instrumento de contrato é aquisição de um ovo com estrutura aramada em ferro com 200 cm de diâmetro e 300 cm de altura com duas aberturas (portas) revestido com tecidos, formas aleatórias em madeira recortada, laços e 20 (vinte) coelhos em tamanhos variados entre 20 cm e 100 cm de altura. Sobre a porta frontal peça em madeira escrita “feliz páscoa”. Peça fixada no chão por 4 chapas de ferro interna com parafusos. Nas laterais do ovo, 2 floreiras em madeira com chapa naval de 30cmx60cmx 50cm de altura contendo flores de época, coloridas. Vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 10/2017.

Contratado: TSL – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLAÇÃO LTDA.

Valor total: R\$ 6.665,71

Vigência: 31/12/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEITURA DE JORNAIS OFICIAIS, (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS), BEM COMO PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA, E ACESSO A BASE DE CÁLCULO DE 33 PERIÓDICOS JURÍDICOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Coronel Freitas (SC) 05 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 13/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2017, CONFORME ANEXO D do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: Até às 08h30min do dia 25/04/2017.

Abertura dos envelopes: Na sequência às 08h30min do dia 25/04/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022, nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 10 de abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2017

DECRETO N.º 106, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 027 de 17/05/2011 e Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Coronel Martins/SC, conforme a Lei n.º 654/2015, de 23 de junho 2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º. São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;
II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º. Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Coronel Martins/SC, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Claudete Conte

b) Neiva Terezinha Ghidini

II – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:

a) Neimar Cassol

b) Lucas Cuchi

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 141 de 21 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 05 de Abril de 2017.

ADEMIR MADELA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Municipal de Administração, Planej. e Finanças.

Correia Pinto**PREFEITURA****LEI Nº 2078/2017**

LEI Nº 2078/2017

DE 05 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"DÁ DENOMINAÇÃO DE PAULO DOS SANTOS À RUA DO BAIRRO PEREIRA ALVES."

Art. 1º - Dá denominação de RUA PAULO DOS SANTOS à Rua 2 do Desmembramento Santos, entra as quadras B e C, a partir da Rua Hortêncio Alves Rodrigues, localizada no Bairro Pereira Alves.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 05 de abril de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2079/2017

LEI Nº 2079/2017

DE 06 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1109, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002, QUE CRIA O PROGRAMA "OBRAS EM PARCERIA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica alterada a Tabela de Cobrança de Serviços, constante do Anexo da Lei Municipal nº 1109, de 28 de novembro de 2002, que passa a vigorar com a inclusão do seguinte item:

TABELA DE COBRANÇA DE SERVIÇOS

Referência	Unidade	Valor de cobrança em Unidade Fiscal de Referência Municipal
.....
Serviços de espalhador de calcário	01 km	02

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 06 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2080/2017

LEI Nº 2080/2017

DE 06 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PREMIAÇÃO EM ESPÉCIE AOS VENCEDORES DO "2º FESTIVAL DA CANÇÃO CANTA CORREIA PINTO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder premiação em espécie, mediante cheque nominal, aos vencedores do "2º FESTIVAL DA CANÇÃO CANTA CORREIA PINTO".

Art. 2º - O valor total da premiação é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), assim distribuídos:

CATEGORIA	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Infantil até 12 anos	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00
Livre	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00
Nativista	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00
Sertanejo	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00
Gospel	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00

Art. 3º - A escolha dos vencedores se dará de acordo com o Regulamento do "2º FESTIVAL DA CANÇÃO CANTA CORREIA PINTO", elaborado e publicado pela Comissão Central Organizadora - CCO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 1149, de 03 de abril de 2017.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta de dotação orçamentária junto ao órgão: 06 - Secretaria Municipal de Administração, Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, Projeto Atividade: 2.073 – Festa do Município, Elemento: 3.3.90.00.00.00 – 1000 Aplicações Diretas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de
Correia Pinto, em 06 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1292/17

DECRETO Nº 1292/17

EXONERA A SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, DO CARGO DE MANEIRA ACUMULATIVA, DE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, do cargo de maneira acumulativa, de Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 10 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1291/17

DECRETO Nº 1291/17

EXONERA A SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, do cargo de Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
10 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1295/17

DECRETO Nº 1295/17

NOMEIA O SR. GUILHERME GERMANO BERNER, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretor de Planejamento e Engenharia é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. GUILHERME GERMANO BERNER, para ocupar o cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 10 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4243/17

PORTARIA Nº 4243/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, AO SERVIDOR FABIO BERTOLDI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 4, ao servidor FABIO BERTOLDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Setor lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para desenvolver junto a Secretaria outras atividades correlatas e destinadas a consecução de seus objetivos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de abril de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4259/17

PORTARIA Nº 4259/17

LICENCIA A SRA. VALÉRIA ASSIS DE OLIVEIRA, DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, de 13 de março de 2013.

Considerando o pedido de afastamento para atender interesses particulares.

Considerando que o servidor é estável em razão da aprovação em estágio probatório;

Considerando que a Lei Complementar nº 039/2013 ampara o pedido formulado pela servidora, em seu artigo 95-D.

Considerando que o artigo 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, assim determina: A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença, sem vencimento, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até (02) dois anos consecutivos, sem remuneração, não prorrogável.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço público.

§ 2º - O servidor aguardará em serviço a concessão da licença.

§ 2º - Não se concederá nova licença ao servidor nomeado, antes de completar dois anos do término ou interrupção da anterior.

§ 3º - O servidor deverá aguardar o deferimento ou não da licença, no exercício do cargo.

§ 4º - O período que perdurar a licença de que trata o caput deste artigo, não será considerada para qualquer efeito de vantagem pessoal, e, nem contagem para efeito de triênio ou aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95-D, da Lei Complementar Municipal 039/2013, para AFASTAMENTO para tratar de interesses particulares, a SRA. VALÉRIA ASSIS DE OLIVEIRA, do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º- A licença concedida será sem remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

10 de abril de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4260/17

PORTARIA Nº 4260/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR FABIO BERTOLDI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor FABIO BERTOLDI, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de abril de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ - PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (ART. 9º, 14, § 1º) ANEXO V**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)
ANEXO V****I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:****a) Informações Gerais:**

Entidade:	Águas de Corupá
CNPJ:	14.797.046/0001-98
Endereço:	Rua Duque de Caxias, nº 257 – Centro
Telefone:	3375-3247
Sítio Eletrônico:	www.aguasdecorupa.sc.gov.br

b)

Responsáveis	Nome	Período de Gestão
Presidente	Celso Garcia	02/06/2014 – 01/12/2016
Presidente	Luiz Carlos Tamanini	01/12/2016 – 31/12/2016

c) Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Águas de Corupá é composta por um Presidente e um Assessor Operacional.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei Complementar nº 031/11, de 08 de dezembro de 2011.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:**

- Facultado.
- Facultado.

3-Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesa no exercício de 2016.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não se aplica.

III- FACULTADO**IV- INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

Não houve.

V - FACULTADO**VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:**

Não houve recomendações expedidas.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não se aplica.

VIII - Avaliação dos termos de parceria celebrados pela unidade jurisdicionada (exigível somente para as unidades jurisdicionadas que firmaram termo de parceria).

Não se aplica.

AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ - RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO ANEXO VII**RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
ANEXO VII****I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da unidade jurisdicionada:
Águas de Corupá.****• Estrutura Orgânica:**

Conforme Lei Municipal nº 2097/13 que institui a Controladoria e cria os cargos de Controlador Geral e Assessor de Controle Interno, e Lei Complementar nº.014/09, de 15 de dezembro de 2009, que cria o cargo de Auxiliar de Controle Interno.

• Estrutura de Pessoal:

Cargo	Atribuições
Controlador Geral	Conforme Lei Municipal nº 2.097/13

II – Resumo das atividades desenvolvidas pelo OCI e o quantitativo das auditorias planejadas e das auditorias realizadas:

Acompanhamento dos limites constitucionais e legais, Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000, apontamento de falhas, controle de repasse de recursos, acompanhamento do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliação da execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras, apoio ao controle externo e envio de informações ao e-Sfinge.

Forma/meio de comunicação/integração entre as unidades

Ofícios e e-mail.

III – Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos:

Não foram apuradas irregularidades em 2016.

IV - Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas e os respectivos resultados, com indicação de números, causas, datas de instauração, comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas:

Não houve abertura de tomada de Contas Especial em 2016.

V – Facultado.**VI – Facultado.****VII – Facultado.****VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício no que tange às providências adotadas em cada caso e eventuais justificativas do gestor para o não cumprimento:**

Não houve recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle, indicando: nº do Acórdão ou título executivo e data; nome do responsável; valor; situação do processo de cobrança, indicando data da inscrição em dívida ativa, ajuizamento e conclusão do processo;

Não houve decisão que tenha imputado débito ao Gestor municipal.

X – Facultado.**XI – Facultado.****XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 desta Instrução Normativa."**

Não há relatos.

Corupá, 23 de março de 2017.

VALQUIRIA MICHALAK

CONTROLADORA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ - ANEXO II RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

ANEXO II

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2016.

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social.

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município

Principais indicadores financeiros e econômicos:

1)	Liquidez Financeira	Ativo Financeiro (excluir RPPS)	3,87
2)	Liquidez Corrente	Passivo Financeiro	7,65
3)	% despesa corrente s/ receita corrente	AC- Estoque - Desp. Antec. PC	0,88
4)	Evolução do PL	Despesas Correntes Receitas Correntes (excluídos convênios, intra, contribuições RPPS)	1,36
		PL Final PL Inicial	

b) Análise sobre a situação administrativa

Política de RH:

O controle ponto é realizado através de leitores biométricos e fichas pontos.
Conforme a necessidades os servidores participam de treinamento e capacitação.
A avaliação de desempenho é feita através da comissão de estágio probatório.
No exercício de 2016 não foi realizado reformas de planos de cargos e carreiras.

Governança em tecnologia da informação:

Atualmente a prefeitura dispõe de sistema de gestão pública integrado entre os setores de contabilidade, tesouraria, tributos, patrimônio e recursos humanos.
Dispõe também de serviço web, como emissão de taxas, alvarás, nota fiscal eletrônica, IPTU, entre outros serviços tributários.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

Quando a segurança dos dados o município tem servidor próprio.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

1-Programa Proerd nas escolas, em parceria com a Polícia Militar, para alunos das 4ª séries

Em Corupá, o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) começou em março de 2000. Este é o 16º ano em que o programa é desenvolvido. O objetivo é atuar na prevenção para evitar que crianças e adolescentes façam uso de drogas e violência. Os assuntos trabalhados durante os encontros abordam os riscos e os efeitos do uso de drogas para o organismo e também os de ordem legal, dados recentes sobre o uso de drogas, a variedade de ações positivas que podem ser praticadas na escola e na comunidade, além do tema autoestima e atitudes de resistência, que ensinam os alunos a tomarem decisões quando pressionados para usar drogas. Desde a implantação do Proerd, já foram contempladas 5.415 crianças e nove pais. Este número representa 30% da população do município. Os alunos atendidos são de diversas séries do ensino fundamental: 2º ano, 5º e 7º ano.

2- Projeto Livro Livre

O projeto Livro Livre foi implantando em Corupá em 2015 foi desenvolvido pelo Instituto Evoluir de Blumenau, com o apoio do Grupo Lunelli, empresa Weg e das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Corupá. É patrocinado pelo Ministério da Cultura, através de Lei Rouanet, em que empresas deduzem imposto de renda. Em 2016, o projeto completa 10 anos. O objetivo principal é formar leitores e possibilitar que a criança conquiste seus livros, por meio de uma ação educativa de preservação e conservação do meio ambiente. O projeto Livro Livre em Corupá encerrou no mês de junho de 2016, totalizando 12.534, 7 Kg em reciclável recolhido. A iniciativa cultural faz parte do Projeto Livro Livre, que permite aos alunos trocarem material reciclável por livros de literatura infantil. Um quilo de material reciclável (plástico, papel, papelão, pet) recolhido, é trocado por um livro. O projeto começou no dia 7 de abril e teve duração de três meses, com distribuição de dois livros mensais, nos meses de abril, maio e junho. Ao longo do projeto, objetivou-se estimular o hábito da reciclagem. Houve duas trocas mensais.

Neste ano, o projeto envolveu 1.360 alunos, de pré-escola ao 5º ano, dos quais 1.084 de escolas da rede municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, Francisco Mees e José Pasqualini e 276 alunos da Escola de Educação Básica São José, da rede estadual.

Nesta edição do projeto Livro Livre, os alunos conquistaram cinco livros de literatura infantil:

- . Jambo: Valcília Lana de Souza
- . O trem e a estação: Leoní Edite Narloch Cimardi
- . O jardim do Gillo: Simone Giacomozzi Riedmann
- . Tonico: Silvio Celeste Bard
- . Téu e o Tatu: Nenno Silva

3- Pnaic (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa)

Pnaic é um curso de alfabetização na área de Alfabetização/Linguagem e Matemática do MEC, que objetiva alfabetizar todas as crianças até 8 anos. O município aderiu ao programa em 2012. O curso é direcionado para professores de 1º ao 3º ano, com carga horária de 240 horas e duração de dois anos. Na área de Alfabetização e Linguagem foi em 2013 e na área de Matemática foi em 2014.

4 - Escola de Música Jazz Band Elite

A Escola de Música Jazz Band Elite oferece aulas de música em diversos instrumentos para crianças, adolescentes, jovens e adultos: aulas de violão,



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

percussão, sopro, teclado, violino, guitarra, contrabaixo, flautas, canto coral e musicalização infantil.
5- Atividades Esportivas Atividades esportivas ocorrem no Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, em diversas modalidades.
Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente Atendimento às denúncias do Meio Ambiente: Benefícios à população: Preservação dos recursos naturais do município e manutenção da qualidade ambiental através do cumprimento da legislação ambiental. Vistorias para abertura de novos estabelecimentos no município (Regin): Benefícios à população: Aumento no número de empresas reguladas no município e crescimento econômico municipal com o cumprimento da legislação ambiental. Vistoria a campo e Análise de projeto de corte e supressão de vegetação: Benefícios à população: Aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor e ampliação do cultivo agrícola com cumprimento da legislação ambiental. Vistoria a campo e Análise de projeto de desmembramento, terraplanagem, viabilidade ambiental para construção e confrontação de medidas: Benefícios à população: Crescimento econômico do município e ampliação de residências e empresas. Análise de projeto de compensação florestal e de projeto de recuperação de área degradada: Benefícios à população: Contenção da poluição e restauração da fauna e da flora do município e manutenção dos recursos naturais através do cumprimento da legislação ambiental. Horto Municipal Jean Marcel Diel Bertoldi: Cultivo de mudas nativas, doação das mudas para escolas e feiras e palestras com incentivo ao plantio das mudas: Benefícios à população: Conhecimento da flora nativa e incentivo a preservação ambiental. Inscrição no Cadastro Ambiental Rural: Benefícios à população: Legalização das atividades rurais perante o novo código florestal. Projetos de Educação Ambiental: Benefícios à população: Conhecimento sobre o meio ambiente e incentivo a preservação ambiental. Emissão de Licenças Ambientais: Benefícios à população: Preservação dos recursos naturais do município e aumento do número de empresas reguladas no município. Fornecimento de guia de trânsito animal; Convênio com a CIDASC na área de defesa sanitária animal e inspeção de produtor de origem animal; Inspeção municipal de produtos de origem animal; Fiscalização de produtos em abatedouros, fábricas de embutidos e outros: Benefícios à população: Promove a produção de alimentos de origem animal com relação ao Programa Alimento Seguro, promove o transporte legal de animais de várias espécies e contribui para pequenas empresas evoluírem, favorecendo o trabalho e a renda a aproximadamente 30 pessoas do município. Atendimento Clínico Veterinário Inseminação artificial Programa Porteira A dentro. Benefícios à população: Apoio ao produtor na assistência da saúde animal, contribuindo para o aumento da produção e consequentemente aumento da renda da população do município. INCRA: Orientação prévia aos proprietários sobre o funcionamento do cadastro; Cadastro de Imóveis e Pessoas e atualização cadastral; Emissão de CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e orientação sobre o pagamento do mesmo; Solicitações de Informação Cadastral junto ao INCRA Sede em São José, Requerimentos de Cancelamento de CCIR junto ao INCRA Sede: Benefícios à população: Serviços são oferecidos gratuitamente a população, ficando a cargo do proprietário apenas o pagamento do imposto do imóvel que aborda períodos de 4 a 5 anos de emissão. ITR: Serviço de transmissão de Declarações de Imposto Territorial Rural à Base de Dados da Receita Federal, anualmente, durante o mês de setembro.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

Benefícios à população: Serviços são oferecidos gratuitamente a população, ficando a cargo do proprietário apenas o pagamento do imposto do imóvel. Campanha de Mudas Frutíferas, Pupunha e Eucalipto: Serviço oferecido anualmente mediante pagamento das mudas, sendo o valor informado de responsabilidade dos viveiros fornecedores: Benefícios à população: A Prefeitura fica responsável pela retirada das mudas viveiro, armazenamento e entrega no Horto Municipal ou na casa do produtor no caso de mudas de pupunha.

Inscrições para cursos diversos: Oferecido informação e inscrição ao público para cursos promovidos em parceria com outros órgão - Benefícios à população: Cursos são gratuitos para a população, contribuindo para a capacitação dos municípios em diversas áreas.

Emissão de notas para o produtor rural.

Controle de valor adicionado municipal.

Emissão de relatórios referente a movimentação financeira do produtor rural.

Relatórios e índices referente a produção agrícola municipal.

Cadastro e baixa de produtores.

Alteração da inscrição estadual dos produtores

Registro de acesso e alteração do sistema S@T:

Benefícios à população: Cursos são gratuitos para a população, contribuindo para a capacitação dos municípios em diversas áreas.

Arquivamento e controle de notas emitidas: Benefícios à população: Todos os cadastros e emissão das notas são feitos gratuitamente à população e contribuem para instrução e conhecimento dos produtores sobre o controle fiscal do que é produzido por eles.

- * Responsabilidade técnica de produtores de Banana para sistema de mitigação de risco – CIDASC

- * Responsabilidade técnica de produtores de Banana para SMR Exploração

– Assistência técnica aos produtores.

– Interpretação de análises de solo.

– Organização de festas/feiras/eventos/palestras relacionados à agricultura e ao meio ambiente. Benefícios à população: Auxílio aos produtores na produção agrícola, contribuindo para o bom desenvolvimento da produção e consequentemente aumento da renda dos produtores.

Secretaria Municipal de Saúde

O município de Corupá possui uma cobertura de mais de 80% de Estratégia Saúde da Família; no final de 2014 foi implantado o NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) com os seguintes profissionais: um fonoaudióloga, uma fisioterapeuta, uma fonoaudióloga, uma assistente social, uma nutricionista e uma psicóloga, totalizando 120 horas semanais, o qual está vinculado as quatro Equipes de Saúde para dar o apoio técnico aos profissionais das unidades.

Na avaliação de alguns indicadores referentes a saúde, identificou-se uma melhora nos indicadores desde 2013 onde as gestantes com mais de 7 consultas de pré-natal aumentaram gradativamente, diminuí as adolescentes grávidas (menores de 19 anos), aumentaram: os partos normais, a realização dos testes de sífilis em gestantes; diminuição nos óbitos por DCNT (Doenças Crônicas Não Transmissíveis) em pacientes menores de 70 anos. A melhora dos indicadores se deve pela busca ativa realizada pelos profissionais da Saúde da Família, atividades educativas e o apoio do NASF através de estudo de casos, matriciamento e educação continuada.

Secretaria Municipal de Assistência Social

A Assistência Social atende em sua unidade CRAS, cerca de 118 famílias de forma continuada, por meio de acompanhamento e faz 50 atendimentos de famílias de forma individualizada, por meio de atendimentos, por mês. Juntamente com estes atendimentos e acompanhamentos está integrada a



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

concessão dos benefícios eventuais. Além dos atendimentos e acompanhamentos são oferecidos os grupos do PAIF, os quais somam a participação de 35 pessoas de diversas faixas etárias divididas nos grupos com encontros semanais.

Na equipe de PSE, são atendidas e acompanhadas por volta de 30 famílias por mês da mesma forma que no CRAS. Do mesmo modo, também os benefícios eventuais estão integrados ao serviço.

Além dos serviços oferecidos nas duas equipes de referência, o setor do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal faz, em média, 100 atendimentos ao mês. Como também é feita a gestão do Programa Bolsa Família e demais benefícios sociais vinculados ao Cadunico, como Tarifa Social de Energia Elétrica e BPC – Benefício de Prestação Continuada – entre outros.

II - Facultado.**III – Facultado.****IV - Facultado.****V – Facultado.****VI – Facultado.****VII – Facultado.****VIII – Facultado.**

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

a) Despesas com pessoal e operações de crédito e endividamento:

Limites	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal			
Poder Executivo	54,00	45,41	(8,59)
Poder Legislativo	6	2,56	3,44
Dívida Consolidada Líquida	120,00	3,48	(116,52)
Operações de Crédito	16	2,53	(13,47)

b) Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

ESPECIFICAÇÃO	20		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	47.034.123,60	46.515.376,06	518.747,54
Receitas Primárias (I)	45.414.267,29	44.809.427,04	
Despesa Total	47.034.123,60	45.523.634,49	1.510.489,11
Despesas Primárias (II)	47.034.123,60	44.162.100,81	
Resultado Primário (III) = (I – II)	(1.619.856,31)	647.326,23	
Resultado Nominal	(635.000,00)	45.613,03	
Dívida Pública Consolidada	550.000,00	6.038.594,54	
Dívida Consolidada Líquida	550.000,00	1.266.885,42	

X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. ; do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 21,16% da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 25,96% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O município aplicou 76,87% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;

Também quanto a aplicação dos recursos do FUNDEB, houve um superávit financeiro na ordem de R\$ 133.860,47, o que representa 1,91% da receita total do fundo, para o município.

XI – Facultado.

XII – Facultado.

XIII – Facultado.

XIV – Facultado.

XV – Facultado.

XVI – Facultado.

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

Ente federativo	Órgão/ entidade concedente	Número do Convênio	Data Assinatura	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Despesas Realizadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000679/2014	03/09/2014	716.201,14	716.201,14	0,00	716.201,14	0,00
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	804890/2014	08/12/2014	879.081,00	879.081,00	0,00	879.081,00	0,00
União	Ministério das Cidades	785592/2013	05/11/2013	382.408,77	236.620,18	145.788,59	236.620,18	145.788,59
União	Ministério das Cidades	806343/2014	08/12/2014	383.874,84	122.925,00	191.937,42	0,00	383.874,84
União	Ministério do Turismo	814292/2014	30/12/2014	250.457,00	250.457,00	250.457,00	14.685,78	486.228,22
União	Ministério das Cidades	792812/2013	10/12/2013	229.501,33	229.501,33	65.836,66	229.501,33	65.836,33
Estado de Santa Catarina	FUNDAM	2015TR001394	30/09/2015	2.167.586,68	2.167.586,68	0,00	1.391.786,30	775.800,38
Estado de Santa Catarina	FUNDAM	2015TR001773	24/11/2015	190.100,00	190.100,00	0,00	190.100,00	0,00
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	004451/2015	04/12/2015	799.999,65	799.999,65	0,00	799.999,65	0,00
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	004762/2015	16/03/2016	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	004937/2015	16/03/2016	110.970,00	110.970,00	0,00	110.970,00	0,00
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	820644/2015	18/12/2015	147.500,00	147.500,00	0,00	147.500,00	0,00
União	Ministério da Integração Nacional	59050001105/2014-47	21/12/2015	1.187.102,32	1.187.102,32	0,00	1.187.102,32	0,00
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento	000288/2016	20/05/2016	149.530,24	46.515,12	103.015,12	149.530,24	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

	Regional de Jaraguá do Sul												
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000289/2016	20/05/2016	699.300,57	584.998,89	114.301,68	584.998,89	114.301,68	584.998,89	114.301,68			
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000340/2016	31/05/2016	72.290,86	28.919,58	43.371,28	28.919,58	43.371,28	28.919,58	43.371,28			
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000335/2016	31/05/2016	145.882,38	145.882,38	0,00	145.882,38	0,00	145.882,38	0,00			
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000336/2016	31/05/2016	150.000,00	40.000,00	110.000,00	150.000,00	110.000,00	150.000,00	110.000,00			
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000379/2016	23/06/2016	100.218,00	8.000,00	92.218,00	16.465,00	92.218,00	16.465,00	92.218,00			
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	000380/2016	23/06/2016	400.000,00	60.000,00	340.000,00	43.700,00	340.000,00	43.700,00	356.300,00			

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não houve situação de Emergência e calamidade no exercício de 2016.

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

Exercício:	2015	Processo:	PCP - 16/00168431
Ressalva ou recomendação	Providências adotadas		
6.1.1.1.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

6.1.1.2.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.
----------	--

Exercício:	2014	Processo:	PCP-15/00117258
Ressalva ou recomendação	Providências adotadas		
6.2.1.	Essa situação foi adequada para as próximas informações.		
6.2.2.	Foi observado o Conselho para corrigir o documento.		
6.2.3.	Foi observado o Conselho para corrigir o documento.		
6.2.4	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.5.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.6.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.7.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		

Exercício:	2013	Processo:	PCP 14/00108311
Ressalva ou recomendação	Providências adotadas		
6.2.1.1	Foi observado para ser enviado no próximo exercício		
6.2.1.2.	Foi observado para ser enviado no próximo exercício		
6.2.1.3.	Foi observado para ser enviado no próximo exercício		
6.2.1.4	Foi observado para ser enviado no próximo exercício		
6.2.1.5	Foi observado para ser enviado no próximo exercício		
6.2.2.	Foi observado para o próximo exercício.		
6.2.2.1.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.3.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.3.1.	Foi observado para não incorrer no mesmo erro.		
6.2.3.2.	Essa situação foi adequada para as próximas informações.		

XX - Facultado



Estado de Santa Catarina

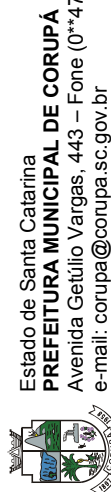
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Metas PNE	Metas PEE	Situação do Município	Meta PME: Lei municipal nº 2199/15	Avaliação da meta																																																																	
Meta 1: Universalizar até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste plano.	Meta 1: Universalizar até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste plano.	Na Meta 1 da Educação Infantil, no Plano Nacional, está previsto que até o final da vigência do plano (2024), sejam atendidas no mínimo 50% das crianças de até 3 anos. No município de Corupá atendemos 55% nesta faixa etária já em 2015.	Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (Cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.	No município de Corupá atendemos 55% nesta faixa etária já em 2015. Isto mostra que o município investe na educação infantil e pode avançar anualmente.																																																																	
Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Em 2016, estamos atendendo 99,1% da população de 6 a 14 anos. Portanto já ultrapassamos a meta nacional. Até 2021 podemos nos aproximar dos 100%.	Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano municipal de educação.	Em 2016, já ultrapassamos a meta nacional. Até 2021 podemos nos aproximar dos 100%.																																																																	
Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:	Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais no Ideb: <table><tr><td></td><td>2015</td><td>2017</td><td>2019</td><td>2021</td></tr><tr><td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td><td>5,2</td><td>5,8</td><td>6,0</td><td>6,5</td></tr><tr><td>Anos finais do Ensino Fundamental</td><td></td><td>5,5</td><td>5,7</td><td>6,0</td></tr><tr><td>Ensino Médio</td><td></td><td>4,7</td><td>5,2</td><td>5,4</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>5,6</td></tr></table>		2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,8	6,0	6,5	Anos finais do Ensino Fundamental		5,5	5,7	6,0	Ensino Médio		4,7	5,2	5,4					5,6	As três escolas municipais tiveram a meta ultrapassada dentro que o Ministério da Educação previa para o ano. A Escola Aluisio Carvalho de Oliveira, manteve o bom resultado que vem apresentando nos anos anteriores, ultrapassando a meta prevista. Nas séries iniciais a meta era de 5,5, mas o bom desempenho dos profissionais resultou na nota 6,8, superior ao previsto para 2021 que é	Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: Tabela : 4ª série/5º ano <table><tr><td></td><td>2005</td><td>2007</td><td>2009</td><td>2011</td><td>2013</td><td>2015</td><td>2017</td></tr><tr><td>Ideb</td><td>5,2</td><td>5,5</td><td>5,8</td><td>6,0</td><td>6,1</td><td>6,6</td><td></td></tr><tr><td>Anos iniciais do Ensino</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Funda</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>l</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	Ideb	5,2	5,5	5,8	6,0	6,1	6,6		Anos iniciais do Ensino								Funda								l								O município de Corupá, pelo quarto ano consecutivo obteve resultado positivos quanto ao índice geral do Ideb, mas no Ideb 2015 cresceu acima da meta estipulada pelo Ministério da Educação. Nos anos iniciais, o município obteve a nota 6,8, a nota prevista para o ano de 2021, e nos anos finais,
	2015	2017	2019	2021																																																																	
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,8	6,0	6,5																																																																	
Anos finais do Ensino Fundamental		5,5	5,7	6,0																																																																	
Ensino Médio		4,7	5,2	5,4																																																																	
				5,6																																																																	
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017																																																														
Ideb	5,2	5,5	5,8	6,0	6,1	6,6																																																															
Anos iniciais do Ensino																																																																					
Funda																																																																					
l																																																																					



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

Anos finais Ensin o	4,7	5,0	5,2	5,5	de 6.3. Nas séries finais que são 8º série/ 9º ano a escola também superou a previsão que era 5.1 e tirando a nota 5.8. Outra escola que vem se destacando é a Francisco Mees que superou a nota prevista que era de 5.7 e tirando 6.1 A maior ascendência está na escola José Pasqualini em que as notas tiveram uma grande evolução. Nas séries iniciais a escola tinha como previsto pelo MEC, a nota 5.3, mas o desempenho de todos a nota foi 6.9. E as séries finais o previsto era 4.7 e a nota adquirida foi 5.7.	tas Pr oje tad as	1	até 8º série/ 9º ano, o índice atingiu 5,4.
Ensin o	4,3	4,7	5,0	5,2				
Médio								

Tabela : 8ªsérie/9º ano									
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017		
Ide b ob ser va do	4,8	4,7	5,3	6,0	6,0	5,4			
Me tas Pr oje tad as	---	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3		

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.	Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada (art. 61 da LDB).	Aos profissionais da rede municipal de educação é oferecida bolsa de estudos no valor de 50% para graduação e 30% para especialização (pós). Os três professores com apenas o Magistério, que atuam em sala, estão próximos do processo de aposentadoria e não voltarão a estudar.
Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da rede municipal de educação.	Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica	Aos profissionais da rede municipal de



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

(cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE; e garantir a todos os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	quais 5 (5,3%) com nível magistério, 89 com nível superior (94,6%), dos quais, 27 apenas com nível superior (28,7%) e 62 com especialização, representando 66%. Portanto, o município já ultrapassou a meta de 2024.	ca em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	educação é oferecida bolsa de estudos no valor de 50% para graduação e 30% para especialização (pós). Corupá já ultrapassou a meta de 2024.
--	---	--	--	---

Metas previstas até término da vigência do Plano Municipal de Educação em 2024

Meta	Ações	Prazo adequação para
Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).	Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação. O município oferece vagas para todos os alunos nessa faixa etária, na Escola de Educação Básica Teresa Ramos, mas nem todos os alunos aproveitam a oportunidade.	Durante a vigência do PNE, até 2024
Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Esta meta é responsabilidade do Governo Federal, com o repasse do Fundeb para alunos matriculados, que recebem atendimento especializado complementar. As Secretarias Municipal e Estadual também são parceiras no atendimento desses alunos, investindo em salas de recursos multifuncionais, capacitação de professores e adequação dos espaços (acessibilidade). Serão necessários recursos do Fundeb, Salário Educação e recursos próprios do município e ou do estado.	Durante a vigência do PNE, até 2024
Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Os alunos do 1º ano não são retidos. Para que a alfabetização e a aprendizagem ocorra, os professores participam do Pnaic, um curso de alfabetização na área de Alfabetização/Linguagem e Matemática do MEC, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de SC, que objetiva alfabetizar todas as crianças até 8 anos. O curso é direcionado para professores de 1º ao 3º ano, com carga horária de 240 horas e duração de dois anos.	Durante a vigência do PME, até 2024



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

	<p>O município de Corupá realizou o cadastro em 2012. A formação começou em 2013 na área de linguagem e em 2014 na área de Matemática. Em setembro de 2015, a capacitação foi na área de interdisciplinaridade.</p> <p>Em 2016, o PNAIC está acontecendo novamente na área de linguagem. Os cursos de capacitação e formação têm contribuído para a redução do índice de repetência anualmente. Em 2015, o índice de repetência dos alunos de 1º ao 9º ano da rede municipal de educação de Corupá foi de 2,16%.</p> <p>Em Corupá, ainda não implantamos a educação integral nas escolas da rede municipal e nem na rede estadual.</p> <p>Se implantamos a educação integral, de acordo com a meta, deverá ser em pelo menos duas escolas e atingir aproximadamente 600 alunos. Isto exigirá grande investimento, utilizando necessários recursos do Fundeb, Salário Educação e recursos próprios do município do estado.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.</p>	<p>O município de Corupá oferece a EJA (Educação de Jovens e Adultos), nas modalidades alfabetização de adultos, ensino fundamental e ensino médio, para as pessoas que não concluíram a escolaridade no tempo regular.</p> <p>No entanto, ainda há muita restrição de algumas pessoas concluírem o nível de estudo, devido as aulas serem presenciais e diariamente.</p> <p>É preciso garantir o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio para o mínimo duas vezes ao ano.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p> <p>Meta municipal 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.</p>	<p>O município de Corupá oferta gratuitamente a Eja (Educação de Jovens e Adultos) a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.</p> <p>Em junho de 2014, Corupá recebeu o "Selo de Município Livre do Analfabetismo, do Mec (Ministério da Educação). O selo é um reconhecimento ao esforço em erradicar o analfabetismo em Corupá. Para ser reconhecido como livre do analfabetismo, o município precisa ter mais de 96% de alfabetização.</p> <p>Desde a implantação do Eja, em 1999, a taxa de analfabetismo em Corupá reduziu muito. Segundo dados do Censo/2010, o índice é de 2,82% na faixa etária acima de 15 anos e grande parte na zona rural.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>META 10: Apoiar junto às esferas nacional e estadual a oferta de matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio, até ao final da vigência do Plano.</p> <p>META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e,</p>	<p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode ser apoiador desta iniciativa, com auxílio em transporte, ou cedência de sala, e outros.</p> <p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode articular, junto ao Governo do Estado e União, política de expansão das</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

<p>pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.</p>	<p>matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais da educação profissional com a criação de uma escola técnica neste município.</p>	<p>PME, até 2024</p>
<p>META 12: Articular com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 40% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.</p>	<p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode contribuir com a União e o Estado, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso ao ensino superior por meio da graduação.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>META 13: Apoiar articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode mediar a articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>Meta 14: Fomentar, em articulação com o Estado e União para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 04 (quatro) mestres e 02 (dois) doutores, até ao final da vigência do plano, contribuindo assim, com a meta nacional e estadual.</p>	<p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode articular em parceria com o Estado e a União, a expansão do financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento, possibilitando assim o acesso dos professores da rede pública municipal a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado por meio de bolsas de estudo via FAPES e CAPES.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério do Sistema Municipal de Ensino de forma a equiparar seu rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.</p>	<p>Esta meta é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e União. O município pode inserir-se por iniciativa da Secretaria Municipal da Educação, no fórum permanente, com representação da União, do Estado, do Município (Conselhos Municipais, Sindicato, Câmara de Vereadores, Associação Comercial, APPs) e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>
<p>Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a reestruturação do plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.</p>	<p>O município aprovou a Lei nº 1193, do Plano de Carreira do Magistério, em 5 de março de 1999. No entanto, este plano precisa de atualização e reestruturação. Ele contempla apenas professores e profissionais da área pedagógica. Atualmente dos 201 funcionários da educação, 94 são professores, 5 são assistentes pedagógicos e 102 demais funcionários que trabalham na área de educação (auxiliar de serviços gerais, merendeira, auxiliar de setor e outros). O quadro efetivo é formado por 165 funcionários, sendo 82 professores, 5 assistentes</p>	<p>Durante a vigência do PME, até 2024</p>



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
 e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

	pedagógicos e 78 demais funcionários. O plano de carreira do Magistério contempla os 82 professores e 5 assistentes pedagógicos.	
META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, Estado e Município para tanto.	O município deve criar e Consolidar no Sistema Municipal de Ensino normas de gestão democrática, com a participação da comunidade.	Durante a vigência do PME, até 2024
META 20: Acompanhar a evolução do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	O município deve acompanhar a evolução das discussões e regulamentação dos percentuais previstos nesta meta de modo a atendê-la plenamente.	Durante a vigência do PME, até 2024

XXII - outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.
 Não houve solicitações.

Corupá, 23 de março de 2017.

VALQUIRIA MICHALAK
 CONTROLADORA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ - ANEXO V PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (ART. 9º, 14, § 1º)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

ANEXO V

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Prefeitura Municipal de Corupá	CNPJ:	83.102.467/0001-70
Endereço:	Av. Getúlio Vargas, 443, Centro	Telefone:	3375-6519
E-mail:	controle@corupa.sc.gov.br	Sítio Eletrônico:	www.corupa.sc.gov.br

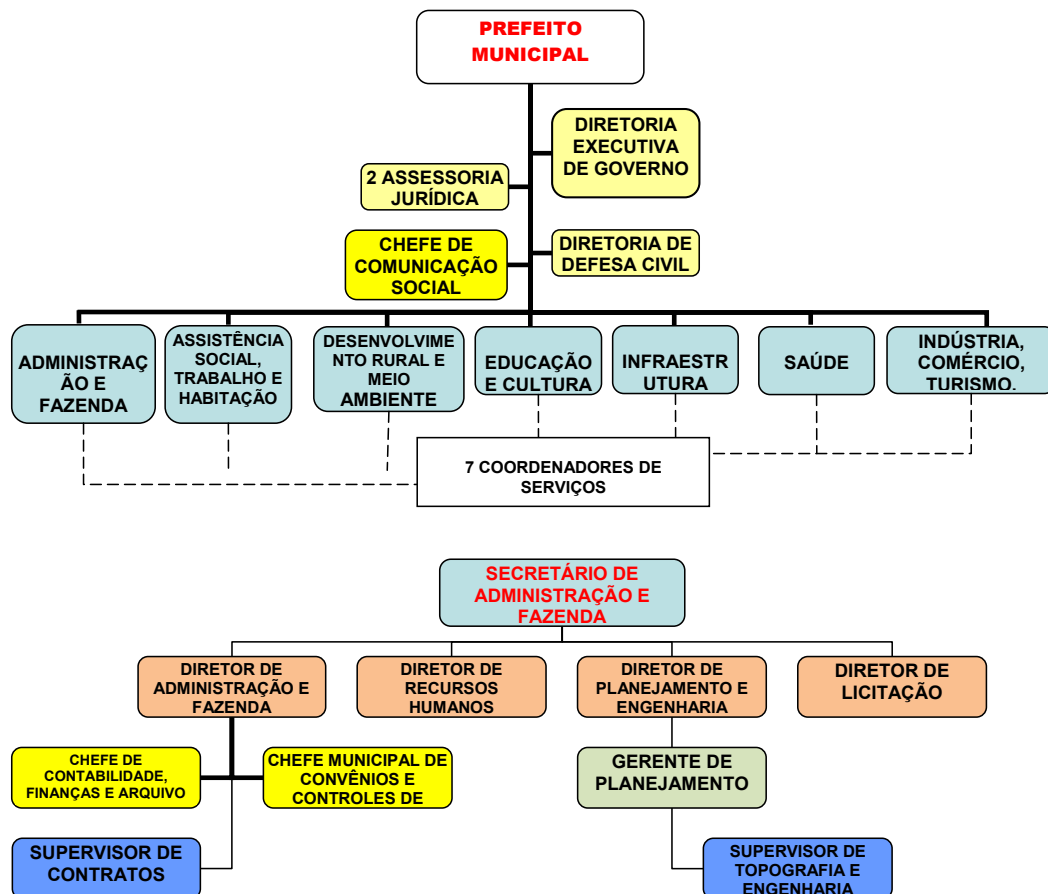
b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	Período de gestão
Prefeito	Luiz Carlos Tamanini	01/01/2013 – 30/11/2016
Prefeito	Loriano Rogério Costa	01/12/2016 – 31/12/2016

c) Estrutura organizacional:

Anexo Único da Lei Complementar 063/16

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

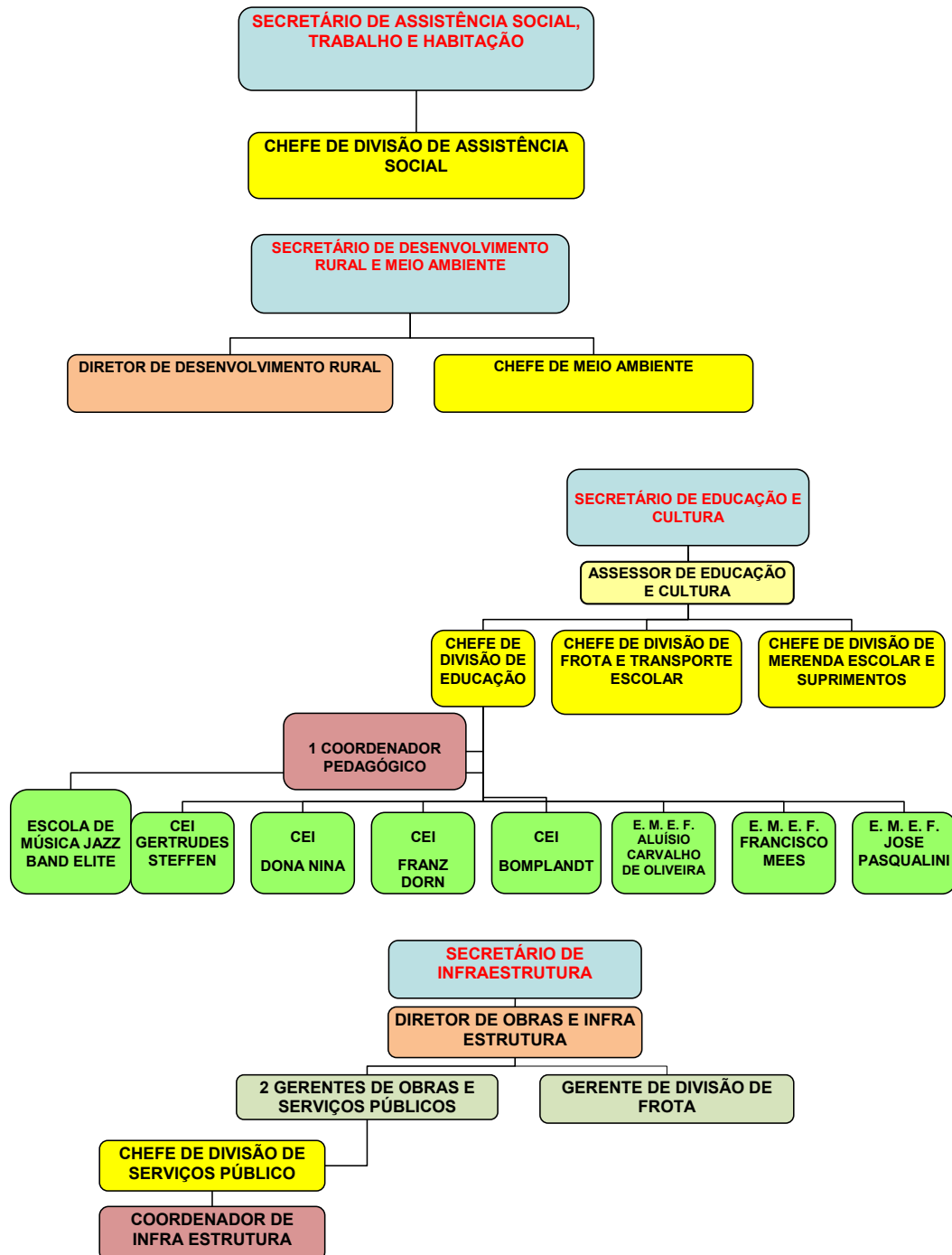
1



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

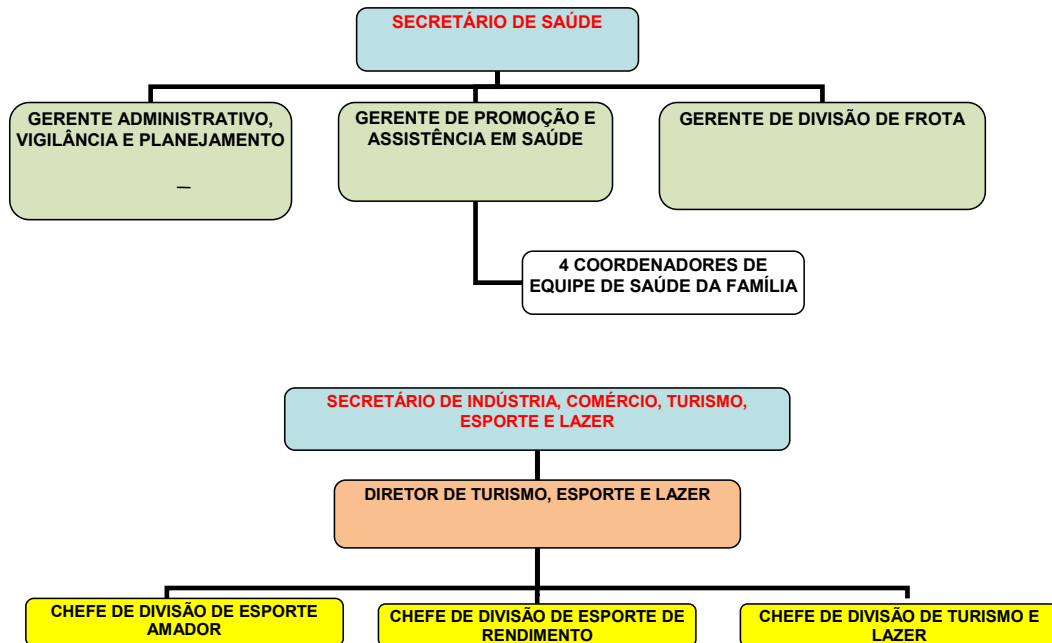
2



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br**d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:**

Lei Promulgada nº 133, de 30 de dezembro de 1953, Altera a organização administrativa do Estado de Santa Catarina, na conformidade do pronunciamento das Câmaras Municipais, cria municípios e dá outras providências.

Lei orgânica:

Da Competência do Município

Art. 10 – Ao Município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, especialmente:

- I – Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – Suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- III – Elaborar o plano plurianual e o orçamento anual;
- IV – Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- V – Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- VI – Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- VII – Dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;
- VIII – Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- IX – Instituir o quadro, os planos de carreira e o regime único dos servidores públicos;
- X – Organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- XI – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- XII – Instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

3



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

- XIII – Amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência física;
- XIV – Estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;
- XV – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência para emergências médico-hospitalares de pronto socorro como recursos próprios, ou mediante convênio com entidades especializadas;
- XVI – Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;
- XVII – Estabelecer normas de edificações, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observadas as diretrizes da Lei Federal e Estadual;
- XVIII – Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico;
- XIX – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como outros detritos e resíduos de qualquer natureza;
- XX – Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XXI – Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tomar à higiene, à segurança, ao sossego, ao meio ambiente e aos bons costumes;
- XXII – Ordenar as atividades urbanas fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação Federal e Estadual;
- XXIII – Organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- XXIV – Fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada a legislação Federal e Estadual;
- XXV – Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da Legislação Municipal;
- XXVI – Dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadoras ou transmissoras;
- XXVII – Disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida à veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive vicinais, cuja conservação seja de sua competência;
- XXVIII – Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXIX – Regulamentar os logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;
- XXX – Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- XXXI – Regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:
- a) Os serviços funerários e os cemitérios;
 - b) Os serviços de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;
 - c) Os serviços de mercado, feria e matadouros públicos;
 - d) Os serviços e construção e conservação de estradas, suas vias ou caminhos municipais;
 - e) Os serviços de iluminação pública;
 - f) A afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.
- XXXII – Fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;
- XXXIII – Estabelecer servidões administrativas necessárias a realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;
- XXXIV – Adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;
- XXXV – Assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações.
- §1º – As competências previstas, neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma de lei, desde que atendam ao peculiar interesse do município e ao bem-estar de sua população e não conflito com a competência Federal e Estadual.
- §2º – As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XXVII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

4



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

- a) Zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) Vias de tráfego e de passagem de canalização públicas, de esgoto e de águas pluviais;
- c) Passagem de canalizações públicas de esgotos e águas pluviais nos fundos de lotes, obedecidas as dimensões e demais condições estabelecidas em lei.

§3º – A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser baseada no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, §1º, da Constituição Federal.

Art. 11 – É da competência do Município, da União e do Estado:

I – Zelar pela guarda da Constituição, das Leis e Instituições democráticas e conservar o Patrimônio Público;

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física;

III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis;

IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – Proteger o meio ambiente, principalmente nas áreas onde se localizem mananciais e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI – Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VII – A formação de parques e reservas florestais de árvores nativas nas comunidades rurais, preservando a flora e a fauna, além das áreas de lazer no campo;

VIII – Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – Delimitação definitiva das áreas industriais, principalmente as poluentes, no sentido de evitar e proibir a implantação deste tipo de atividade em áreas agrícolas;

XI – Disciplinar o uso de agrotóxicos, o desmatamento e o uso adequado do solo;

XII – Realizar o controle ao destino dos dejetos humanos e de animais e dos resíduos da agro-indústria bem como do lixo hospitalar.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:**

1- Facultado.

2- Facultado.

3-Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve.

III – FACULTADO.**IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (ANEXOV, ITEM IV)			
ENTIDADE BENEFICIÁRIA	ESPÉCIE DE Transferência (Subvenção, Auxílio,	Formalização	Valor Anual Transferido

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

5



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

	Contribuição)		
ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO		Lei nº 2209/16	R\$ 35.960,65
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE CORUPÁ – PROPLANT		Lei nº 2209/16	R\$ 3.000,00
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE		Lei nº 2209/16	R\$ 163.800,00
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ		Lei nº 2209/16	R\$ 144.000,00
Total			R\$ 346.760,65

V- FACULTADO.**VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:**

Não houve recomendações expedidas.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não se aplica.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não se aplica.

Corupá, 23 de março de 2017.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ - ANEXO VII RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO**ANEXO VII
RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO****I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da unidade jurisdicionada:
Município de Corupá****• Estrutura Orgânica:**

Conforme Lei Municipal nº 2097/13 que institui a Controladoria e cria os cargos de Controlador Geral e Assessor de Controle Interno, e Lei Complementar nº.014/09, de 15 de dezembro de 2009, que cria o cargo de Auxiliar de Controle Interno.

• Estrutura de Pessoal:

Cargo	Atribuições
Controlador Geral	Conforme Lei Municipal nº 2.097/13

II – Resumo das atividades desenvolvidas pelo OCI e o quantitativo das auditorias planejadas e das auditorias realizadas;

Acompanhamento dos limites constitucionais e legais, Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000, apontamento de falhas; análise de licitação, controle de repasse de recursos, acompanhamento do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliação da execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras, controle das operações de créditos, apoio ao controle externo, envio de informações ao e-Sfinge. No exercício não houve auditoria.

Forma/meio de comunicação/integração entre as unidades

Ofícios e e-mail.

III – Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos:

Não foram apuradas irregularidades em 2016.

IV - Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas e os respectivos resultados, com indicação de números, causas, datas de instauração, comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas:

Não houve abertura de tomada de Contas Especial em 2016.

V – Facultado.**VI – Facultado.****VII – Facultado.****VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício no que tange às providências adotadas em cada caso e eventuais justificativas do gestor para o não cumprimento:**

Não houve.

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle, indicando: nº do Acórdão ou título executivo e data; nome do responsável; valor; situação do processo de cobrança, indicando data da inscrição em dívida ativa, ajuizamento e conclusão do processo;

Não houve.

X – Facultado.**XI – Facultado.****XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 desta Instrução Normativa."**

Não há relatos.

Corupá, 23 de março de 2017.

VALQUIRIA MICHALAK
CONTROLADORA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 059, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 059, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JOSINEIA MARIA DA CUNHA MARTINS, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 060, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 060, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LORIZETE ANTONIO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 061, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 061, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LIDIANE CRISTIANE INACIO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 062, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 062, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir DIANA ALBINO MORGEROT, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 063, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 063, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CRISTIANE MACHADO SILVEIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 064, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 064, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei

Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FABRICIA GIASI FURLANETTO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 065, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 065, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir RENATA TRISTÃO POSSAMAI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 066, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 066, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir DENISE FRANCISCO DA SILVA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 067, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 067, de 03 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir NOELI NOLA MARCON, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2188/2017

DECRETO 2188, de 03 de abril de 2017.

Altera Integrantes do Conselho Municipal de Política Agrícola – CMPA e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1193 de 19 de junho de 2009, Considerando a substituição de representantes da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e da Câmara Municipal de Vereadores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Política Agrícola – CMPA de Erval Velho:

Representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental

Cezar Basílio Bulla - Titular

Gelson Camilo Dalmedico - Suplente

Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Ivo Jandir Alberti – Titular

Ozair Marcon - Suplente

Representante da EPAGRI – Escritório Local

Engº Darci Severino Gálio – Titular

Roseli Parissenti Castaldelo - Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Antonio Carlos Parissenti – Titular

Celso Andolfatto - Suplente

Representante da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copórdia Unidade de Erval Velho

Emerson Masson – Titular

Juliano Zimmerman - Suplente

Representante da Associação de Produtores Rurais

Armando Dorini – Titular

Levi Piovezan - Suplente

Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho

Ver. Miguel Tessari – Titular

Ver. Saulo Daniel Marin - Suplente

Representante da Associação das Mulheres Agricultoras de Erval Velho

Margarete de Fátima Moraes Masson – Titular

Odete Gemelli - Suplente

Representante do Programa SC - Rural

Med. Veterinária – Aline de Oliveira – Titular

Darcy Bilibio – Suplente

Representante da Secretaria de Saúde

Silvano Rodrigo Pratto - Titular

Jussara Martini - Suplente

Art. 2º. O mandato dos conselheiros será até o término da vigência do Decreto 2061, ou seja 11 de março de 2018, permitida uma recondução podendo ser substituído a qualquer tempo a critério dos órgãos e entidades representadas.

Art. 3º. A função dos membros do Conselho será considerada como “serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho e será exercido de forma gratuita”.

Parágrafo único – As atribuições dos conselheiros se servidores públicos municipais, terão prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto n. 2186, de 23 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 03 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2189/2017

DECRETO 2189, de 05 de abril de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de Estrada Municipal para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea “i,”

Decreta:

Artigo 1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação conforme Memorial Descritivo, Mapa e Matrícula em anexo, que fazem parte integrante deste decreto, área do imóvel abaixo relacionado:

I- Área de 1.200,81m2 (Mil e duzentos metros e oitenta e um decímetros quadrados) da matrícula nº 2.034 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d’ Oeste- SC de propriedade do Sr. Adriano Girardi ocupado pela Estrada Municipal que dá acesso a Linha Salto do Leão – EVO 318.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 05 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2190/2017

DECRETO 2190, de 07 de abril de 2017.

Homologa Resultado Final de Classificação do Processo Seletivo nº 001/2017, de que trata o Edital n. 001, de 17 de março de 2017 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho,

Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 001, de 17 de março de 2017, homologa resultado final do Processo Seletivo Simplificado de Prova de Títulos nº 001/2017, destinado à Contratação de Professor de Inglês para Rede Municipal de Ensino,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n. 001/2017, de 17 de março de 2017, homologado o resultado final de classificação da seguinte forma:

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

Não Habilitado

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
002	Ronaldo Dalla Costa	1º lugar
001	Jonas Teodoro de Souza	2º lugar

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 07 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, 07 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE CHAMAMENTO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Edital de Dispensa de Chamamento nº 001/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou Dispensa de Chamamento Público Processada e Julgada em conformidade com Artigo 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014

Objeto: Prestação de Serviços Educacionais, Fonoaudiologia e Linguagem de Sinais – Libras

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE JOAÇABA – APAS

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Substrato Jurídico: Artigo 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Edital de Inexigibilidade de Chamamento nº 001/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou Inexigibilidade de Chamamento Público Processada e Julgada em conformidade com Artigo 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014

Objeto: Obtenção de vaga no regime de internato no Centro de Educação Profissional “Caetano Costa”

Contratado: COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL “CAETANO COSTA”, – COOPER COSTA

Valor do Contrato: R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)

Substrato Jurídico: Artigo 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Edital de Inexigibilidade de Chamamento nº 002/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou Inexigibilidade de Chamamento Público Processada e Julgada em conformidade com os Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014

Objeto: Obtenção de vagas no regime de internato no CEDUP – Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva

Contratado: COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES – CEJEL

Valor do Contrato: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Substrato Jurídico: Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 016/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 023/2017

Edital de Pregão nº 016/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processada e Julgada em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária

da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Material de Construção Para Pequenos Reparos para o exercício de 2017 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 25/04/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

LEI 1438/2017

Lei n. 1438, de 03 de abril de 2017.

Altera Dispositivos da Lei nº 1193 de 19 de junho de 2009 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da Lei nº 1193 de 19 de junho de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"art. 4º- O CMPA – Conselho Municipal de Política Agrícola, será composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, a saber:

- a) Um representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental;
- b) Um representante da Secretaria de Transportes Obras e serviços Urbanos;
- c) Um representante da EPAGRI;
- d) Um representante do STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
- e) Um representante das Cooperativas com atividade no Município;
- f) Um representante da Associação de Produtores Rurais;
- g) Um representante da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho;
- h) Um representante das Mulheres Agricultoras;
- i) Um representante do SC Rural;
- j) Um representante da Secretaria de Saúde.

Parágrafo único – Cada órgão ou entidade deverá ter um titular e um suplente.

Art.2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a consolidação no texto original da lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 03 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 03 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3322/2017

PORTARIA 3322, de 03 de abril de 2017.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de abril à 02 de maio de 2017 conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Fábio Gemelli	Operador de Máquinas	02/02/2015	A	01/02/2016
Gelso Camassola	Agente de Serviços Gerais I	03/02/2015	A	02/02/2016
Saulo Daniel Marin	Auxiliar Administrativo	04/05/2011	A	03/05/2012

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 03 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3323/2017

PORTARIA 3323, de 03 de abril de 2017.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor PAULO MARCOS MORAES, brasileiro, casado, no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Cultura, nível CC- 6, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 03 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3324/2017

PORTARIA 3324, de 03 de abril de 2017.

Cessa efeitos da Portaria nº 2766 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Cessar efeitos da Portaria nº 2766, de 01 de março de 2013, que designava a servidora ANGELITA DOS PRAZERES BOEIRA GIRARDI, para desempenhar as funções de Fiscal de Tributos Municipais, retornando ao seu cargo de Auxiliar Administrativo a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 03 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 3325/2017

PORTARIA 3325, de 03 de abril de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACUMULAR E DESEMPENHAR AS FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES INERENTES AO CARGO EFETIVO E DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 020, de 08 de abril de 2009,

CONSIDERANDO, que a atividade de Fiscal de Tributos Municipais é indispensável para a segurança jurídica dos lançamentos e notificações tributários. A fim de evitar arguição de nulidade nos processos administrativos tributários e lançamentos em que deva atuar obrigatoriamente e pessoalmente o Fiscal de Tributos Municipais;

CONSIDERANDO, que no quadro de servidores contém apenas um Fiscal de Tributos concursado;

CONSIDERANDO, a possibilidade de acumulação de funções não conflitantes conforme previsto no artigo 23 da Lei Complementar 020 de 08 de abril de 2009. Tendo em vista também que tal acumulação quando verificada a eficiência e o regular desempenho das funções, proporciona economia financeira.

RESOLVE:

Art.1º. O servidor Alduir Antonio Mocelin, brasileiro, casado, CPF n. 481.330.439-72, RG n. 1301527, residente na Rua Cel . Honorato Vieira, 102 em Erval Velho, servidor público efetivo no cargo de Fiscal de Tributos Municipais, nível 07-B, com carga horária de 40 horas semanais, Portaria 1.888 do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho passa a desempenhar concomitantemente – atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo de Secretário de Administração e Finanças contido no Capítulo III, Seção I da Lei Complementar 020 de 08 de abril de 2009, e de Fiscal de Tributos Municipais

Art.2º. Fica atribuído ao servidor os vencimentos de Secretário.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 03 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3326/2017

PORTARIA 3326, de 05 de abril de 2017.

Concede Progressão por Aperfeiçoamento aos Servidores do Magistério que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º. Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base

aos servidores efetivos abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Giceli de Fátima Borin Bonadiman	Professor	03-A para 03-B
Simara Pedroso Vettori	Professor	03-A para 03-B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 05 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3327/2017

PORTARIA 3327, de 05 de abril de 2017.

Designa Comissão Especial para acompanhamento dos Processos de Chamamento Público, conforme disposto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Especial de Seleção, Monitoramento e Avaliação dos documentos propostos pelas organizações da sociedade civil, conforme previsto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014.

1. Eliane Piccoli Ferreira Lopes – Secretária de Educação, Cultura e Esportes;
2. Paulo Roberto de Mattos – Diretor de Esportes;
3. Sandra Masson – Téc. em Atividades Administrativas

Art. 2º. Após a análise da documentação a comissão deverá emitir parecer e encaminhar ao Executivo para homologação e formalização do termo de parceria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 05 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0023/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0023/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0023/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS E GRAXA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 20 de Abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 07 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 0003/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA N. 0003/2017

Comunicamos a quem interessar possa, que o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 0003/2017, Tipo Menor Preço/Preço Global, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORMA PARCELADA, MENSAL, DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INSTALADA NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, e estará recebendo os Envelopes para habilitação e proposta de preços até as 08h30m do dia 28 de Abril de 2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às 09h00m, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da documentação e das propostas de preços dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-3436-4300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio www.faxinal.sc.gov.br.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO Nº. 580/2017

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 580/2017

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 15/2017

No dia 07 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 059/2017 para o recebimento da documentação exigida na ata anterior do processo licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

A Comissão de Licitações reuniu-se para analisar a documentação apresentada pela empresa VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA, que apresentou os Prospectos traduzidos conforme solicitados na ata anterior, com o novo prospecto traduzido e provas do ano de 2016, o item 02 que estava em desacordo na ata anterior, foi classificado, somente o item 05 não confere com exigido em edital e será desclassificado, sendo que os demais itens cumpriram com as exigências e foram classificados.

Findos os trabalhos, o presidente da comissão encerrou a sessão, ficando facultado o prazo de 02 dias úteis para a empresa interpor com recurso desta decisão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

ROSMARI ZANELLA	DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

Formosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL N.º 03/2017 - NOVA PRORROGAÇÃO INSCRIÇÕES PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO FINANCEIRO ESTUDANTIL- PMAFE

EDITAL N.º 03/2017

O Município de Formosa do Sul/SC, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, considerando o formalismo dos requisitos de inscrição no Programa Municipal de Auxílio Financeiro Estudantil – PMAFE –, bem como a morosidade na obtenção da documentação, torna pública a NOVA PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, nos termos da Lei Ordinária Municipal n.º 682, de 20 de março de 2017, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 4202/2017.

Considerando esta nova PRORROGAÇÃO, as inscrições estarão abertas até às 17h do dia 18/04/2017.

Maiores informações serão fornecidas através dos e-mails: rh@formosa.sc.gov.br e jurídico@formosa.sc.gov.br.

Formosa do Sul/SC, 07 de abril de 2017.

Rudimar Conte

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 55/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS 0KM, TIPO HATCH, NA COR PRATA, 4 PORTAS, ANO/MODELO 2017/2017 OU 2017/2018, COM MOTOR DIANTEIRO INJEÇÃO ELETRÔNICA FLEX (GASOLINA/ETANOL) POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 96 CV

CONTRATADO: SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA

VALOR: R\$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 06/04/2017 Término: 06/06/2017

Licitação : Processo Administrativo Nº.: 31/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017

FORMOSA DO SUL, 6 de Abril de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 245/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 245, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, da Lei Orgânica do Município e no art. 125 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em desfavor do servidor público municipal ALCIONE CASAGRANDA, ocupante do cargo

de Operador de Máquinas, lotado junto à Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, para apurar possíveis infrações ao art.97 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 17/2006, ficando sujeito, por esse fato, a uma das penalidades previstas no art. 102 do próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 2º Nomear Comissão para conduzir os trabalhos do Processo Administrativo de que trata o artigo anterior, composta pelos seguintes servidores estáveis:

I – Fernando Corrêa - Presidente

II – Luizete Lorenset - Secretária

III – Suzieli Pavão – Membro

Art. 3º A Comissão Processante deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à investigação e instrução processual.

Art. 5º Os serviços da Comissão são considerados de caráter relevante, não cabendo aos seus membros nenhuma espécie de remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 07 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/PMF/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 58/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços técnicos para elaboração de projetos de pavimentação e complementares em vias públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de maio de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha/SC, 07 de abril de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS 27/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 27/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA ME

OBJETO – aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 19.655,56 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2052 fonte de recurso 3390.740.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 04/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 27 de março de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 23/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 22/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação de acostamento e passeio público da Rodovia Antonio Valmor Canela entre as ruas Olávio Zanette e Ernesto Mezari, bairro Santa Ana do Município de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 19.910,95 (dezenove mil novecentos e dez reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA – 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) – 23/09/2017

DOTAÇÃO – 0701.1015 fonte de recurso 4490.80.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta convite nº. 39/PMF/2017.

DATA DA ASSINATURA – 27 de março de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT17SF14**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17SF14

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor.....: R\$19.649,05 (dezenove mil seiscentos e quarenta e nove reais e cinco centavos)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

AT17SF15**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17SF15

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada...: ATIAIA MATERIAIS CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

Valor : R\$4.598,50 (quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

AT17SF16**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17SF16

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada...: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECOORAÇÕES LT

Valor : R\$37.811,30 (trinta e sete mil oitocentos e onze reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

AT17SF17**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17SF17

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

Valor : R\$24.261,48 (vinte e quatro mil duzentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

AVISO REVOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 0002 - LEI 13.019(DOM)

AVISO DO REVOGAÇÃO DE

CHAMAMENTO PÚBLICO 0002/2017 - PMF

TERMO DE FOMENTO Nº 0002/2017 - PMF

A Prefeita de Fraiburgo, torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, para conhecimento de todos os interessados, cujo o objeto é: Parceria, em regime e mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), por meio de Termo Colaboração, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividades de atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e o seu desenvolvimento, com objetivo de ampliar os conhecimentos e possibilitar discussões a respeito de comportamentos na infância e adolescência. Em face de razões devidamente fundamentadas em decisão proferida pela Prefeita Municipal e para fins de melhor avaliar a conveniência de realizar Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.

Fraiburgo (SC), 07 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

DECRETO Nº 103-2017

DECRETO Nº 103, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A MONITORAR E AVALIAR A PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, COM ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRAIBURGO - ACIAF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado

de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Empresarial de Fraiburgo - ACIAF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento n. 0001/2017, sendo assim constituída:

- I – Rubens Ricardo Mocellin – Ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Gestão;
- II – Nathiara Borges – Ocupante do Cargo Efetivo de Publicitária;
- III – Francine de Souza Correia – Ocupante do Cargo Comissionado de Assessora Geral de Departamento.

Art. 2º. A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0001/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 07 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 104-2017

DECRETO Nº 104, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2017-PMF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. André Luiz de Oliveira, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Empresarial de Fraiburgo - ACIAF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento n. 0001/2017.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0001/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, SC, 07 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 1546_2017 PETRY SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Processo Administrativo nº 1546/2017

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa PETRY SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Blumenau nº 665, bairro Itajuba, na cidade de Barra Velha/SC (88.390-000), inscrita no CNPJ sob o nº 24.751.979/0001-06, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Delmir Petry, a tomar ciência acerca da Decisão do Processo Administrativo nº 1546/2017 (anexa).

Poderá ser interposto recurso no prazo previsto no artigo 109, inciso I, alíneas “e” da Lei 8666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000; será admitido, no entanto, aquelas encaminhadas pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Fraiburgo(SC), 07 de abril de 2017.

RICARDO SCHIRMER
Fiscal de Contratos da Secretaria de Infraestrutura
ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1546/2017
INTERESSADO: PETRY SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME
CNPJ: 24.751.979/0001-06
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “PAL” Nº 0016/2017 – PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2017 (AT17PMF04)
DECISÃO

Conforme comunicação interna nº 065/2017, emitida pelo Sr. Luiz Carinhato, Secretário Municipal de Infraestrutura, a empresa ora interessada foi contratada para prestar serviços de recuperação de calçamento, e que, ao executar obras de recuperação na Rua Amâncio Chelli, bairro Roland Mayer e Rua Pres. Washington Luís, bairro Santo Antonio, a mesma não prestou serviços de qualidade, resultando em péssimas condições de trafegabilidade nos locais indicados.

Diante de tal situação, foi aberto processo administrativo e oportunizado à empresa o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apresentação da defesa prévia e comprovação formal das razões que motivaram o cumprimento irregular, em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, sob pena de aplicação das sanções

cabíveis nas formas acima expressas, a serem apuradas.

Em resposta, a empresa apresentou as seguintes alegações, em 29/03/2017:

Em verdade, o notificado ciente dos fatos, se compromete a fiscalizar os serviços prestados, caso se constate defeitos ou irregularidades na execução da obra, será tomado todas as medidas necessárias solucionando os defeitos imediatamente, garantido a total eficácia e qualidade dos serviços.

Como visto, a empresa aparentemente faz confusão ao alegar que se compromete a fiscalizar os serviços prestados, eis que tais ações competem ao Fiscal de Contratos designado em ato próprio para este fim.

Conforme se infere da Ata de Registro de Preços, o objeto é a contratação de empresa do ramo na prestação de serviços gerais (pintura de muros, cercas, meios-fios, recuperação de calçadas e calçamento, entre outros, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), nos termos constantes do LOTE 3 do Edital e de sua proposta comercial.

Conforme cláusula quinta da Ata de Registro de Preços AT17PMF04, será de responsabilidade do FORNECEDOR, entre outras, a prestação dos serviços na forma e dia solicitados pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, bem como prestar os serviços dentro do prazo contratado, na forma estatuída no Edital e dentro das normas técnicas.

As imagens anexadas ao Processo Administrativo demonstram que, de fato, não se pode caracterizar um serviço adequado e compatível com o objeto: recuperação de calçadas e calçamento. Desta forma, constata-se a irregularidade na prestação dos serviços contratados, descumprindo as condições da Ata de Registro de Preços. E nesse sentido, a "CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR", prevê que o fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

No mesmo sentido, o art. 18 do Decreto Municipal nº 149/2006 prevê:

Art. 18. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

...

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Além disso, o inciso I do art. 78 da Lei 8.666/93 disciplina que o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos constitui motivo para rescisão do contrato.

Diante de todo o exposto, DECIDO:

a) pelo NÃO ACOLHIMENTO das alegações apresentadas como justificativa da empresa Petry Serviços de Construção e Terraplanagem LTDA ME;

b) pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços AT17PMF04, celebrada com a empresa Petry Serviços de Construção e Terraplanagem LTDA ME, levando em consideração a inadequação da prestação dos serviços, caracterizando o descumprimento das cláusulas da Ata e seu objeto;

Intime-se a empresa nos termos do art. 109, I, "e" da Lei 8.666/93. Fraiburgo(SC), 07 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 12972017

PORTARIA Nº. 1297, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 173/2017 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADEMAR DE DEUS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 527.942.889-20, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12982017

PORTARIA Nº. 1298, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 083/2017 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULO ROBERTO PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 457.637.559-87, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12992017

PORTARIA Nº 1299, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0950/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora FABIANA DAS

GRAÇAS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.077.069-02, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA INGLESA, no período de 02 de maio de 2017 até 01 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13002017

PORTARIA Nº. 1300, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de THAIS BÜLOW, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.024.469-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13012017

PORTARIA Nº. 1301, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GUILHERME FRANCISCO LIMA DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 070.278.079-04, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13022017

PORTARIA Nº. 1302, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 060/2017 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VANESSA REGINA FABER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 072.439.589-07, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13032017

PORTARIA Nº 1303, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Cede Servidor Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder a servidora CRISTIANE RODRIGUES DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.571.499-55, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para prestar serviços junto ao Batalhão do Bombeiro Militar de Fraiburgo, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA17SF03

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17SF03 - Contrato Nº: CT12SF08
Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI
Contratada...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - EPP
Vigência : Início: 01/02/2017 Término: 28/08/2017
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Abril de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

TERMO DE FOMENTO ACIAF 2017

TF17PMF01

TERMO DE FOMENTO Nº 0001/2017

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRAIBURGO – ACIAF

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.947.979/0001-74, com sede administrativa na Av. Rio das Antas, 185, na cidade de Fraiburgo-SC, neste ato representado pela Prefeita Sra. Claudete Gheller Mathias, doravante denominado partícipe e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRAIBURGO, inscrita no CNPJ sob o n. 00.543.237/0001-19, com sede em Rua Pe. Biaggio Simonetti, representada por Wilson Ribeiro Cardoso Junior, CPF 938.493.469-00, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente do Chamamento Público 01/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua co-operação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto “EX-POACIAF 2017”, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

2.2 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

2.3 – Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.4 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.5 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.5.1 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

2.5.1.1 – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

2.5.1.2 – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

2.5.1.3 – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

2.5.1.4 – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

2.5.1.5 – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.6 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.7 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.8 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.9 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA**SOCIEDADE CIVIL**

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

3.1.1 – informar ao Município de Fraiburgo todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

3.1.2 – divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

3.1.2.1 – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

3.1.2.2 – nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

3.1.2.3 – descrição do objeto da parceria;

3.1.2.4 – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

3.1.2.5 – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

3.1.2.6 – quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

3.1.5 – a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, qual ocorrer primeiro.

3.1.5.1 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação

4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e

metas pactuadas:

4.4.1 – retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

4.4.2 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até dia 31 de maio de 2017, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017:

Órgão	09.00 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
Unidade	09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
Funcional	20.606.0015.2.038 Incentivos a eventos, feiras e exposições agropecuárias
Modalidade de Aplicação	3.3.50 – Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Elemento e Complemento	4199
Dotação	115 e 276
Recurso	1200 e 3200

Órgão	12.00 Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Unidade	12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional	04.122.0024.2.050 Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade de Aplicação	3.3.50 – Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Elemento e Complemento	4199
Dotação	191 e 277
Recurso	1200 e 3200

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2 – Os recursos financeiros serão transferidos em única parcela, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura.

CLAUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será

realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.6 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

9.3 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.3.1 – extrato da conta bancária específica;

9.3.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

9.3.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

9.3.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

9.3.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.4 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.5 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.5.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.5.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

9.6 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

9.6.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.6.2 – os impactos econômicos ou sociais;

9.6.3 – o grau de satisfação do público alvo;

9.6.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.7.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.7.1.1 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.8 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.8.1 – aprovação da prestação de contas;

9.8.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.9 – As prestações de contas serão avaliadas:

9.9.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.9.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.9.3.1 – omissão no dever de prestar contas;

9.9.3.2 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.3.3 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.9.3.4 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.10 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.10.1 – O prazo referido no item 9.10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.10.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados

quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – advertência;

13.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Fraiburgo, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento. Fraiburgo(SC), 07 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Claudete Gheller Mathias Prefeita Municipal	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRAIBURGO – ACIAF Wilson Ribeiro Cardoso Junior Presidente
--	--

TESTEMUNHAS: Procuradoria do Município:

Nome

CPF

Nome

CPF

Frei Rogério

PREFEITURA

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2017 - COLETA DE LIXO

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO

PRESENCIAL N° 03/2017

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 05/2017

A Prefeitura de Frei Rogério/SC por meio de seu Pregoeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 03/2017, tendo por objetivo selecionar proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para executar os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares (coleta convencional) com caçamba coletora e compactadora, no município de Frei Rogério - SC, conforme exigências constantes no anexo I (especificação do objeto), anexo II (plano de trabalho) e anexo X (contrato), através de mão de obra especializada, obedecendo às normas trabalhistas, ambientais e de segurança do trabalho vigentes, teve sua sessão realizada em 07/04/2017, com abertura iniciada às 14:15 horas e encerrada às 14:40, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Frei Rogério, Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Frei Rogério/SC, ou pelo fone: (49) 3257-0000 e-mail compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério/SC, 07 de abril de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2017

DECRETO N.º 061, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no Orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	35.000,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	35.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	5.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064/2017
PMG/FMS

Ata nº. 064/2017; Processo nº 028/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: OMERCIAL CASCAES LTDA - ME, CNPJ nº 15.618.926/0001-12 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FILTROS LUBRIFICANTES, INCLUINDO O SERVIÇO DE TROCA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 03/04/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2017. PROCESSO Nº 020/2017; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI, CNPJ nº 09.278.438/0002-91; OBJETO: contratação de empresa especializada para execução dos serviços de esgotamento de fossa séptica nos prédios públicos

utilizados pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba
VALOR: R\$ 77.188,00 DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 013/2017. PROCESSO Nº 026/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: EMPRESA CASA DOS TROFÉUS LTDA-ME, CNPJ Nº 02.593.018/0001-70; OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA DIVERSAS ATIVIDADES ESPORTIVAS REALIZADAS PELA SECRETARIA DE TURISMO VALOR: R\$ 63.764,70 DATA DA ASSINATURA: 22/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 014/2017. PROCESSO Nº 009/2017; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: RESAMB RECICLAGEM LIMPEZA AMBIENTAL LTDA ME, CNPJ Nº 04349957/0001-97; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRIAGEM, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ORGÂNICOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE GAROPABA VALOR: R\$ 2.613.021,60 DATA DA ASSINATURA: 29/03/2017.

PORTARIA N.º 407/2017

PORTARIA N.º 407, DE 07 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata VIVIANE OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF n.º 007.495.020-70 aprovada e classificada como 24ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do

art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 408/2017

PORTARIA N.º 408, DE 07 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ALINE DOS SANTOS RODRIGUES, CPF n.º 069.607.609-84 aprovada e classificada como 25ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 409/2017

PORTARIA N.º 409, DE 07 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ANDRESA DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF n.º 048.994.979-70 aprovada e classificada como 27ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 410/2017

PORTARIA N.º 410, DE 07 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RICARDO TEIXEIRA FERREIRA, CPF n.º 064.347.059-05, aprovado e classificado como 23º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 411/2017

PORTARIA N.º 411, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, HUDSON PIRES TEIXEIRA, CPF n.º 062.191.059-74, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 412/2017

PORTARIA N.º 412, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, CRISTINA FARIAS, CPF n.º 052.119.339-74, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 413/2017

PORTARIA N.º 413, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIA GORETH DE MATOS, CPF n.º 753.187.259-53, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PPA 2018-2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO PLURIANUAL - 2018 – 2021
MUNICÍPIO DE GARUVA

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Garuva e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentado e discutido o PPA – Plano Plurianual relativo ao exercício de 2018 - 2021, que será realizada, no local e horário abaixo indicado.

I – OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Garuva/SC, sobre o - PPA – Plano Plurianual relativo ao exercício de 2018 - 2021, do Município de Garuva.

II - LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Garuva
Rua Castro Alves, 44 – Centro – Garuva/SC.
Data: 11/04/2017
Horário: 15h00min

Assim, todos ficam devidamente convidados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Garuva, 31 de março de 2017.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito de Garuva

DECRETO 104/2017

DECRETO Nº 104 DE 07 DE ABRIL DE 2017
“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva no valor de R\$ 861.712,74 (oitocentos e sessenta e um mil setecentos e doze reais e setenta e quatro centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.38.01	R\$	200.000,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.38.03	R\$	50.000,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.38.08	R\$	70.744,34
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.63.55	R\$	279.933,76
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	03.38.08	R\$	145.456,22
14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3390	03.38.99	R\$	115.578,42

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro 2016.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI Nº 1974/2017

LEI Nº 1974, DE 07 DE ABRIL DE 2017

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social de Garuva, e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social de Garuva – SC, órgão colegiado de composição paritária, de natureza consultiva, executiva e propositiva do Plano de Saneamento Básico do Município, com a finalidade de fiscalizar as obras de saneamento básico, bem como a análise da necessidade de desenvolvimento de estudos e projetos na área em conformidade com a Lei n. 11.445/2007, Decreto nº 7.217/2010 e Decreto n. 8.211/2014.

Art. 2º O controle social dos serviços públicos de saneamento básico de Garuva, dar-se-á através da participação de órgãos municipais colegiados de caráter consultivo, asseguradas a representação:

I. Dos titulares dos serviços;

II. De órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III. Dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV. Dos usuários de serviços de saneamento básico;

V. De entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social:

I. Avaliar as propostas de fixação, revisão e reajuste tarifário dos serviços de saneamento básico;

II. Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação dos serviços de saneamento básico;

III. Elaborar, deliberar e aprovar seu Regimento Interno, bem como as suas posteriores alterações.

§ 1º. O Conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º. A reunião do Conselho será pública e divulgada com antecedência mínima de dois dias nos meios oficiais de divulgação do Município.

Art. 4º - A composição do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social terá paridade na seguinte composição:

I. 50% de órgãos, entidades ou organizações representativas do segmento de usuários;

II. 25% de órgãos, entidades ou organizações representativas do segmento relacionadas ao setor de saneamento básico.

III. 25% de órgãos, entidades e instituições representativas do segmento de titulares e prestadores de serviços.

Art. 5º Na ausência de regimento específico para esse fim, primariamente, o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social de Garuva, será formado por órgãos de caráter consultivo, os quais designarão os membros representantes:

I. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal Saneamento Ambiental;

III. 01 (um) representante da Secretaria Municipal Educação;

IV. 01 (um) representante do Sistema Municipal de Água e Esgoto de Garuva;

V. 01 (um) representante de Associação de Moradores de Bairros;

VI. 01 (um) representante de entidades filantrópicas ou religiosas;

VII. 01 (um) representante da Indústria e Comércio Local;

VIII. 01 (um) representante dos Sindicatos e Trabalhadores.

§1º Os representantes referidos no inciso I, II, III e IV serão indicados e designados pelo Prefeito Municipal mediante decreto.

§2º Os representantes referidos nos incisos V, VI, VII e VIII serão

indicados e designados respectivamente pelos segmentos em questão.

Art. 6º Para cada representante titular, caberá um suplente da mesma fonte de indicação, com presença e palavra asseguradas em todas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, e voto, quando no exercício da titularidade.

Art. 7º O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, será eleito por seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato.

§ 1º Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes, terão mandato de 02 (dois) anos;

§ 2º O desempenho das funções dos membros do Conselho não será remunerado;

§ 3º Os serviços prestados ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, serão considerados como de "Relevante Serviço Público e Comunitário".

Art. 8º Fica assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais:

I. Conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; e

II. Acesso:

a. as informações sobre os serviços prestados;

b. ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação; e

c. ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Art. 9º As funções e áreas de atuação e demais questões relativas ao funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, serão estabelecidas pelo Regimento Interno e deverão seguir as diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico, e após aprovado pelo conselho será editado por Decreto Municipal;

Art. 10º A Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental através de sua dotação orçamentária destinará os recursos humanos, financeiros, espaço físico e materiais necessários a pleno e regular funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento e Controle Social e lhe dará o suporte técnico-administrativo necessário sem prejuízo de outros meios de colaboração da comunidade e instituições.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR 094/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 094/2017 DE 04 DE ABRIL DE 2017

"ALTERA OS ARTIGOS 11, 12, 13; ALTERA OS ANEXOS I e II; RETIFICA A NUMERAÇÃO DOS ARTIGOS 36 E SEGUINTE; ACRESCEMTO ARTIGO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 86 DE 18 DE MAIO DE 2015, QUE INSTITUI O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS E ESTABELECE OS QUADROS DE CARGOS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA – SC"

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 86 de 18 de maio de 2015 passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 11 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11.

Categoria Funcional	Nº de cargos	Padrão	Carga Horária
Operador de Áudio e Vídeo	1	1	20h
Encarregado de Serviços Gerais	1	2	40h
Oficial Legislativo	1	3	40h
Assistente Legislativo e Administrativo	2	4	40h
Consultor Jurídico	1	5	30h
Contador	1	6	40h

II – o art. 12 passa a ter a seguinte redação:

Art. 12.

Padrão	Classe A (R\$)
1	953,78
2	1.509,15
3	1.774,76
4	2.173,18
5	4.889,65
6	6.519,54

III – o art. 13 passa a ter a seguinte redação:

Art. 13.

Denominação	N.º de cargos		Vencimento (R\$)	
	CC	FG	Cargo em Comissão	Função Gratificada
Assessor Legislativo e Administrativo - CC	1	0	1.328,05	-
Assessor Parlamentar - CC	1	0	1.533,30	-
Assessor de Comissões - CC	1	0	1.762,69	-
Assessor de Comunicação - CC/FG 01	1		2.100,00	500,00
Assessor de Gabinete -CC/FG 02	1		2.500,00	500,00
Diretor Administrativo - CC/FG 03	1		3.500,00	1.000,00
Analista de Controle Interno - FG 04	0	1	-	600,00
Auxiliar de Patrimônio - FG 05	0	1	-	400,00
Auxiliar de Compras - FG 05	0	1	-	400,00
Auxiliar de Recursos Humanos – FG 05	0	1	-	400,00

.....

§ 7º Para as Funções Gratificadas de Auxiliar de Compras, Auxiliar de Patrimônio e Auxiliar de Recursos Humanos, exclusivas para os servidores efetivos, o requisito exigido será possuir certificado de ensino médio.

IV – fica-lhe acrescido um artigo, numerado como art. 35, renumerando-se os atuais arts. 35 e seguintes, para 36, 37, 38, 39 e 40, respectivamente:

Art. 35. Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a contratar, mediante processo seletivo simplificado, estagiários de nível médio e de nível superior cujas áreas de estudo sejam de interesse da Câmara de Garuva, observados os critérios constantes no Anexo II desta Lei.

§ 1º Ficam criadas 4 (quatro) vagas para estagiários no âmbito do Poder Legislativo Municipal, sendo 2 (duas) para nível médio e 2 (duas) para nível superior, ambos com carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

§ 2º É assegurado aos estagiários bolsa de complementação educacional mensal equivalente a:

I – 70% (setenta por cento) do salário mínimo, para as vagas de nível superior; e

II – 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, para as vagas de nível médio.

§ 3º Os estagiários farão jus ao auxílio alimentação no importe de 50% (cinquenta por cento) do valor pago a este título aos servidores da Câmara de Vereadores.

§ 4º Aplicam-se ao contrato de estágio, subsidiariamente e no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 1.150 de 26 de novembro de 2002 e da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, bem como suas respectivas alterações posteriores.

Art. 36. O Chefe do Poder Legislativo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta lei, inclusive atribuições dos cargos e/ou funções.

Art. 37. São partes integrantes da presente Lei os Anexos I, II e III.

Art. 38. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 001.031.1002.2001 - 3.1.00.00.00.00.00.00 do Poder Legislativo Municipal, respeitados os limites Constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. Fica revogada na íntegra a Lei Complementar nº 48/2009. Revoga-se o artigo 32 ,caput e parágrafos da Lei Complementar 82, de 26 de janeiro de 2015.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

V– o Anexo I passa ter a seguinte redação:

ANEXO I

1 Categoria funcional: Operador de Áudio e Vídeo

1.1 Padrão de vencimento: 01

1.2 Atribuições:

Operar e supervisionar a operação de equipamento de áudio e vídeo. Executar as gravações das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências itinerantes e especiais da Câmara, audiências públicas e demais reuniões da sociedade civil quando liberados pela Diretoria Administrativa ou Presidência; - Manter sob sua guarda e responsabilidade o acervo das gravações; - instalar alto-falantes e microfones nos locais apropriados, ligando os amplificadores por intermédio de conectores elétricos, testando as instalações a fim de apoiar a realização de eventos; - montar e instalar equipamentos de sonorização, retroprojetores, slides e películas, videotape, videocassete e similares; Executar outras atribuições afins.

1.3 Condições de trabalho:

a) Geral: carga horária semanal de 20 horas;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

1.4 Requisitos para provimento:

a) Idade: 18 anos completos;

b) Instrução: Ensino médio completo;

c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

2 Categoria funcional: Encarregado de Serviços Gerais

2.1 Padrão de vencimentos: 02

2.2 Atribuições:

Proceder a limpeza de pisos, vidros, lustres, móveis, instalações sanitárias, etc., remover lixos e detritos; lavar e encerar assoalhos; transportar volumes; proceder a arrumação de móveis, máquinas e materiais; controlar o uso de materiais utilizados na execução dos trabalhos

de limpeza e solicitar a compra dos mesmos; preparar café e servi-lo nas dependências da Câmara, inclusive em reuniões e no plenário, em dias de sessão; atender as partes, prestando-lhes as informações que tiver ao seu alcance; abrir e fechar dependências da Câmara; proceder o hasteamento e recolhimento das Bandeiras diariamente, bem como em datas comemorativas; Protocolar o recebimento de correspondências e demais expedientes; executar tarefas correlatas por determinação da Diretoria Administrativa.

2.3 Condições de trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal de 40 horas;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados, bem como uso de uniforme.

2.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino fundamental completo;
- c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

3. Categoria funcional: Oficial Legislativo

3.1 Padrão de vencimento: 03

3.2 Atribuições:

Realizar serviços simples de escritório, arquivando documentos, carimbando, protocolando, colhendo assinaturas, fornecendo numeração de correspondências, entre outros; Auxiliar, quando necessário, no controle dos bens patrimoniais da Câmara; Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, registrando e fornecendo informações relativas às pessoas, localização e setores da Câmara. Receber e distribuir internamente correspondências, pequenos volumes e expedientes, separando-os por destinatário, observando o nome e a localização. Auxiliar na execução de serviços de almoxarifado, manutenção e organização de estoques e recebimento de materiais. Redigir expedientes administrativos, tais como: ofícios, cartas, comunicações internas, requerimentos, certidões, pedidos de providências, informações, convocações; e, sob orientação, expedientes legislativos, como: projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, resoluções de mesa, entre outros. Arquivar e digitalizar documentos. Dar baixa dos pagamentos relativos à tesouraria em sistema próprio.

3.3 Condições de trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal de 40 horas;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

3.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino médio completo;
- c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

4. Categoria funcional: Assistente Legislativo e Administrativo

4.1 Padrão de vencimento: 04

4.2 Atribuições:

Redigir expedientes administrativos, tais como: ofícios, cartas, comunicações internas, requerimentos, certidões, pedidos de providências, informações, convocações; e, sob orientação, expedientes legislativos, como: projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, resoluções de mesa, entre outros. Arquivar e digitalizar documentos. Cadastrar e proceder atualizações no índice de leis municipais, base de dados, base de dados da Câmara de Vereadores. Proceder aos ajustes de configuração e atualização do sítio oficial da Câmara de Vereadores, de modo a adequá-lo às disposições da Lei de Acesso à informação. Fornecer informações públicas, mediante pedidos encaminhados por qualquer pessoa, conforme disposto na legislação pertinente. Acompanhar a utilização dos equipamentos e recomendar, à autoridade superior, o encaminhamento à manutenção, quando necessário. Redigir, sob orientação, contratos administrativos e termos aditivos. Elaborar súmulas e extratos de editais para publicação na imprensa e sítio oficial da Câmara. Protocolar e autuar documentos. Atender telefone e transmitir recados. Auxiliar nas atividades relativas aos recursos humanos. Operar máquina copiadora. Manter contato com o público, prestando-lhe informações que estiverem ao seu alcance. Manter cadastro de material e auxiliar no controle do patrimônio. Atender solicitações dos Vereadores e Assessorias Parlamentares, como: cópia de documentos, localização de processos, pedidos de manutenção de equipamento do Gabinete. Organizar, registrar, arquivar e desarquivar processos e demais documentos gerados no andamento dos trabalhos administrativo e legislativos da Casa; operar adequadamente os programas e sistemas de informática que gerenciam o processo legislativo da Câmara Municipal, procedendo a alimentação de dados exigidos pelos mesmos. Auxiliar os trabalhos das comissões legislativas. Registrar sistematicamente as manifestações em plenário, discussão e votação de matéria em pauta na ordem do dia e deliberações da Mesa;

elaborar e redigir as atas das sessões, audiências públicas e reuniões propostas pelos Vereadores, desde que aprovadas pelo Plenário; fornecer cópia aos Vereadores e a quem solicitar; colher assinaturas e providenciar a encadernação das Atas; executar outras tarefas correlatas.

4.3 Condições de trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal de 40 horas;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

4.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino médio completo;
- c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

5 Categoria funcional: Consultor Jurídico

5.1 Padrão de vencimento: 05

5.2 Atribuições:

Prestar quando solicitado, assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais. – interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados; - manifestar-se sobre questões de interesse da Câmara e das Comissões que apresentem aspectos jurídicos específicos, orientando a elaboração de relatórios conclusivos; - representar a Câmara em juízo ou fora dele, quando para isso for credenciado. Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra Atos da Mesa Diretora – Presidência ou vereança; - Manter a Presidência informada dos processos em andamento, despachos proferidos e providências adotadas; - Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas legais de interesse do Legislativo, em arquivo próprio; Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas; Exercer atividades correlatas.

5.3 Condições de trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal de 30 horas;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

5.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Graduação em Direito e Habilitação junto a Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

6 Categoria funcional: Contador

6.1 Padrão de vencimento: 06

6.2 Atribuições:

Planejar o sistema de registro e operações contábeis, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; escriturar a contabilidade da Câmara; - elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle; - controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, o cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, os saldo em caixa e as contas bancárias, para possibilitar a administração dos recursos financeiros da Câmara; - orientar a Câmara Municipal quanto ao cumprimento das normas referentes ao Plano Plurianual e seus anexos, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos e à Lei Orçamentária e seus anexos; - controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos; - elaborar o relatório de Gestão Fiscal; participar de atividades administrativas de controle e de apoio referente à sua área de atuação; - realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

6.3 Condições de trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal de 40 horas;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

6.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Graduação em Ciências Contábeis e Habilitação junto ao Conselho Regional de Contabilidade;
- c) Outros: conforme instruções reguladoras do edital seletivo.

7 Categoria Funcional: Assessor Legislativo e Administrativo

7.1 Padrão de Vencimentos: CC

7.2 Atribuições:

Exercer atividades de assessoramento em assuntos legislativos e administrativos, como pesquisas, estudos e elaboração de normas, pareceres e informações; assessorar os trabalhos da Mesa e do plenário durante as sessões; encaminhar o expediente lido em sessão, bem como aquele assinado pelo Presidente; elaborar projetos de lei, exposições de motivos e justificativas de cunho administrativo; redigir leis, decretos legislativos, resoluções e pareceres sujeitos a promulgação legislativa; receber as proposições, projetos de lei e documentos que devem ser processados e protocolados, controlar a observância dos prazos regimentais, providenciando no seu cumprimento quando esses estiverem expirado; assessorar estudos para o execução de projetos na área administrativa; fazer a revisão final dos anais quanto à clareza, correção gramatical, respeitando o estilo do orador, auxiliar na redação de textos dos Anais; elaborar relatórios de atividades legislativas; preparar expediente para aquisição de materiais necessários, realizando coleta de preços; fazer a aquisição de materiais, supervisionando o recebimento e a distribuição dos mesmos; realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria Administrativa ou pelo Presidente da Mesa Diretora.

7.3 Condições de Trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal: 40 horas/a disposição da administração;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

7.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino fundamental completo.

8 Categoria Funcional: Assessor Parlamentar

8.1 Padrão de Vencimentos: CC

8.2 Atribuições:

Assessorar os Vereadores no planejamento, coordenação e orientação das atividades relacionadas ao processo legislativo e protocolo junto à Câmara; auxiliar nos serviços de plenário fornecendo material de apoio; realizar pesquisas e estudos para a execução de projetos e proposições em geral; preparar e encaminhar as proposições dos vereadores; pronunciamentos a serem proferidos em plenário ou em atos oficiais; supervisionar as atividades do gabinete; estudar formas de instrumentalizar, em proposições legislativas, a serem concretizadas pelos serviços da Casa, assuntos que versarem sobre necessidade e reivindicações da coletividade; gestonar junto à Administração da Câmara, em nome dos vereadores, toda e qualquer reivindicação para atendimento de necessidade do gabinete; cumprir e fazer cumprir as determinações de ordem superior e as normas e procedimentos disciplinares da Casa; providenciar relatório das atividades do gabinete; representar os Vereadores, por determinação destes, em reuniões e eventos dentro ou fora do ambiente da Câmara, desde que autorizados pelo Presidente da Mesa Diretora; auxiliar na organização de reuniões e eventos de interesse dos vereadores; checar informações; sugerir agendas, encaminhamentos e pautas políticas e elaborar agenda de atividades dos parlamentares; executar outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas pela Diretoria Administrativa ou Presidência da Mesa Diretora.

8.3 Condições de Trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal: 40 horas/a disposição da administração, sendo que a efetividade será de responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

8.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino médio completo.

9 Categoria Funcional: Assessor de Comissões

9.1 Padrão de Vencimentos: CC**9.2 Atribuições:**

Acompanhar as reuniões das Comissões Técnicas, Parlamentares internas e externas, especiais ou outras, confeccionado ata respectiva; - Digitar pareceres técnicos exarados pela relatoria; - acompanhar as comissões em trabalhos externos, anotando as verificações, observações, providências a serem tomadas ou outras informações tidas como importantes para o trabalho das comissões; - Fornecer cópia de documentação aos membros das comissões ou a interessados, quando autorizado pela presidência da comissão; - executar outras tarefas afins quando determinado pela presidência das comissões, presidência da Mesa Diretora ou Diretoria Administrativa.

9.3 Condições de Trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal: 40 horas/a disposição da administração;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

9.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino médio completo.

10 Categoria Funcional: Assessor de Comunicação**10.1 Padrão de Vencimentos: CC/FG01****10.2 Atribuições:**

Elaborar, para distribuição à imprensa, a resenha das sessões plenárias, bem como de comissões previamente votadas e aprovadas, e o noticiário sobre os atos e fatos relevantes, relacionados com as comissões, com o Presidente, e outros interesses da Câmara, com cópia às respectivas lideranças de bancadas, executar tarefas que envolvam relações públicas da Câmara, quando expressamente determinada pela Presidência; coordenar as atividades dos jornalistas que desempenham funções durante as sessões plenárias; redigir e providenciar a publicação de mensagens comemorativas pela Presidência; criar material gráfico quando solicitado e autorizado pelo Presidente; executar serviços fotográficos e de filmagens, de caráter institucional, responsabilizando-se pelo uso e conservação dos equipamentos; manter permanente contato com a imprensa para melhor desempenho de suas funções; promover a divulgação das atividades da Câmara Municipal; manter sempre atualizadas as informações no site institucional; manter arquivo atualizado de noticiário, da imprensa, clipagem, relativo a atos e fatos relacionados com a Câmara de Vereadores, tanto de forma individual como coletiva; acompanhar os Vereadores em reuniões e audiências quando em representações oficiais, elaborando relatórios que ficarão arquivados junto à secretaria; executar outras tarefas correlatas, por determinação da Presidência; veicular notícias e atividades dos mandatos, as quais deverão ser devidamente fornecidas pelos respectivos parlamentares; providenciar a publicação de editais e atuar nas redes sociais; executar outras tarefas correlatas.

10.3 Condições de Trabalho:

- a) Geral: carga horária semanal: 40 horas/a disposição da administração;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

10.4 Requisitos para provimento:

- a) Idade: 18 anos completos;
- b) Instrução: Ensino Médio Completo.

11 Categoria Funcional: Assessor de Gabinete**11.1 Padrão de Vencimentos: CC/FG02****11.2 Atribuições:**

Assessorar o Presidente da Câmara Municipal em matéria de sua competência; auxiliar o Presidente da Câmara Municipal no relacionamento com o Executivo Municipal e demais órgãos da Administração Direta, entidades, associações de classes e com municípios em geral; cooperar no setor político, estratégico e tático-operacional; atender audiências em assuntos relacionados à Administração Municipal; auxiliar na solução de problemas trazidos ao seu conhecimento, encaminhando para os setores competentes; acompanhar os trabalhos desenvolvidos em assuntos relativos à Presidência; quando solicitado; assessorar na produção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento ou redirecionamento de programas e atividades em execução no Legislativo, com vista à otimização dos seus projetos; executar outras tarefas correlatas. Promover a integração das unidades administrativas do Poder Legislativo; - Coordenar a representação político-social do Presidente; - Agendar o compromisso do Presidente; - Representar o Presidente em solenidades e perante outros órgãos oficiais quando determinado; - preparar o expediente do Gabinete do Presidente; - responsabilizar-se pelo cerimonial e pelas relações públicas do Poder Legislativo;

11.3 Condições de Trabalho:

a) Geral: carga horária semanal: 40 horas/a disposição da administração.

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, sujeito a trabalho externo e desabrigado; atendimento ao público.

11.4 Requisitos para provimento:

a) Instrução: Ensino médio completo.

12. Categoria Funcional: Diretor Administrativo

12.1 Padrão de Vencimentos: CC/FG03

12.2 Atribuições:

Dirigir os trabalhos administrativos da Câmara Municipal; supervisionar as atividades dos Servidores do Poder Legislativo, sob a orientação superior do Presidente da Mesa Diretora e chefiar e coordenar a execução das deliberações da Mesa Diretora; - executar as atividades relativas a recrutamento e seleção, treinamento, controles funcionais e demais atividades de pessoal; - padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material de trabalho dos órgãos de atividade meio; - assessorar os demais órgãos quanto a assuntos de administração geral, inclusive promover licitações; - elaborar o anteprojeto do plano plurianual, LDO e LOA do Poder Legislativo e controlar a execução do orçamento legislativo; promover a guarda e movimentação de numerário e demais valores do legislativo; informar permanentemente ao gabinete do presidente da Câmara, sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Poder Legislativo; acompanhar o repasse dos valores destinado ao Poder Legislativo e executar a aplicação das receitas. Manter constante atualização de leis trabalhistas; orientar, executar e fiscalizar a aplicação da legislação de pessoal, concernente a ingresso, movimentação, saída, direitos e vantagens; controlar, por meio dos registros de relógio, Livro-ponto ou outro mecanismo eficaz, e aplicar as normas estabelecidas em lei, no que diz respeito à frequência dos servidores da Câmara; organizar e manter atualizados assentamentos individuais, relativos à vida funcional dos servidores da Câmara, para fins de concessão de direitos e vantagens e de outras disposições legais, manter um controle organizado e atualizado do fichário de cargos e funções; prestar informações sobre a documentação exigida para ingresso de servidores na Câmara; efetuar a lotação dos candidatos aprovados em concurso; encaminhar a concessão de promoções e vantagens pertinentes e, ainda, a concessão de aposentadorias e pensões; fornecer carteira de identidade funcional, requisitar exames de saúde necessários ao ingresso de servidores na Câmara, bem como para aposentadoria por motivo de saúde, licença e abonos de faltas que exijam laudo médico; controlar rotinas pertinentes à folha de pagamento (rol bancário, FGTS, INSS, Seguridade Social, contracheques, resumo de pagamento) do pessoal ativo e inativo; elaborar, examinar, registrar e mandar publicar todos os atos relativos a pessoal; organizar e manter atualizado material de consulta relativo à legislação de pessoal, bem como ordens de serviço e outras determinações pertinentes às suas funções; assinar atos, conforme autorização, bem como certidões de tempo de serviço e declarações; informar, preparar e instruir processos referentes à vida funcional dos servidores da Câmara; enviar relatório de todas as alterações funcionais para o Tribunal de Contas do Estado; controlar e preparar os elementos necessários ao pagamento dos servidores ativos e inativos da Câmara, elaborando a respectiva folha de pagamento; fornecer informações; relatórios e outros expedientes pertinentes ao departamento, obedecendo às normas técnicas; responsabilizar-se tecnicamente pelo andamento dos trabalhos e arquivamento dos programas de computador; fazer a distribuição dos documentos bancários; fazer o cálculo de desconto das contribuições previdenciárias e de outras obrigações legais; fornecer os contracheques aos servidores; manter atualizado o cadastro dos servidores, para processamento da folha de pagamento; prestar mensalmente as informações devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social por meio da GFIP, executar outras tarefas correlatas, dentro de sua competência.

12.3 Condições de Trabalho:

a) Geral: carga horária semanal à disposição da Administração, sendo que a efetividade será de responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços além do horário normal de expediente.

12.4 Requisitos para provimento:

a) Idade: 18 anos completos;

b) Instrução: Graduação em curso de nível superior (ou pós-graduação) em assuntos relacionados com as atividades a serem desempenhadas.

c) Experiência profissional comprovada de no mínimo 6 (seis) meses em áreas relacionadas com as atividades a serem desempenhadas.

13 Função gratificada: Analista de Controle Interno

13.1 Padrão de Vencimentos: FG04

13.2 Atribuições:

Atividades de execução qualificada, abrangendo serviços relativos ao Controle Interno do Poder Legislativo; executar a verificação, acompanhamento e providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos órgãos e autoridades no âmbito do Poder Legislativo, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

eficiência, da economicidade e da razoabilidade; atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento do Tribunal de Contas (resolução TC-06/2001), a Resolução TC 16/94 e alterações posteriores, a Lei (federal) 8.666/1993 e alterações posteriores, e a legislação local, bem como toda as alterações que vierem a ocorrer na referida legislação ou em nova legislação e normas que venham a ser editadas, relacionadas à administração pública e seus princípios; dentre outros, executar especificamente o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e a guarda dos bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamentos dos vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos vereadores e dos servidores da Câmara, a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º; CF. art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) 202/2000), elaborar os editais de licitação, observados a legislação aplicável; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazos e condições estabelecidas pela legislação vigente; demais atividades correlatas que lhe sejam atribuídas, bem como o cumprimento das normas exaradas pelo Sistema de Controle Interno Municipal e órgãos de controle externo.

13.4 Requisitos para provimento:

a) Idade: 18 anos completos;

b) Instrução: Conclusão de curso de nível técnico, ou superior, ou pós-graduação em assuntos relacionados com as atividades a serem desempenhadas.

14. Função gratificada: Auxiliar de Compras

14.1 Padrão de Vencimentos: FG05

14.2 Atribuições:

Emitir ordens de compra em sistema próprio. Auxiliar nas atividades relativas à gestão do cadastro de fornecedores da Câmara Municipal, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e ampliando as alternativas de fornecedores habilitados; auxiliar na gestão do cadastro de insumos e preços, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de consumo; realizar pesquisa de preços de referência para os procedimentos de aquisição de materiais e serviços; executar outras tarefas correlatas, dentro de sua competência.

15. Função gratificada: Auxiliar de Patrimônio

15.1 Padrão de Vencimentos: FG05

15.2 Atribuições:

Realizar procedimentos de controle de estoque e de uso, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos; zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; efetuar o registro e lançamentos dos bens patrimoniais em sistema próprio. Registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes; acompanhar a utilização dos equipamentos e recomendar, à autoridade superior, o encaminhamento à manutenção, quando necessário; organizar e atualizar registro de estoque de material existente no almoxarifado; distribuir e controlar materiais de consumo e permanente; executar outras tarefas correlatas, dentro de sua competência.

16. Função gratificada: Auxiliar de Recursos Humanos

16.1 Padrão de Vencimentos: FG05

16.2 Atribuições:

Controlar a situação funcional de cada servidor, desde seu ingresso até a aposentadoria; manter em dia os registros de controle de estágio probatório, portarias, avanços, licenças, abonos, adicionais, férias, cedências, grade de tempo de serviço, elaborar e confeccionar folha de pagamento dos servidores e Vereadores; emitir contracheques; controlar as atividades; manter o controle de descontos, convênios e seguros; pagamentos de encargos sociais como: INSS, FAP, e desconto de IR. Arquivamento de todos os documentos e processos individuais dos servidores. Prestar informações e expedir certidões aos cargos; executar outras tarefas correlatas, dentro de sua competência.

VI- o Anexo II passa ter a seguinte redação:

ANEXO II

Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se áreas de interesse da Câmara de Garuva aquelas necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de representação da comunidade, legislação sobre assuntos de interesse Municipal e fiscalização de aplicação dos recursos públicos, dentre eles:

1. Produção, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do direito;
2. Redação oficial e gramática da língua portuguesa;
3. Estudo e pesquisa do sistema político brasileiro, organização e funcionamento dos poderes e instituições de direito público;
4. Planejamento estratégico, gestão de pessoas, de processos, e da informação, material e patrimônio, licitações e contratos, cálculos, orçamento e finanças públicas, fiscalização do Poder Executivo, responsabilidade fiscal, segurança e transporte;
5. Tecnologia da informação, negociação, solução alternativa de conflitos, comunicação, cerimonial, arquivologia, biblioteconomia, publicidade institucional e legal;
6. Ética e decoreto parlamentar;
7. Direito administrativo;
8. Direito constitucional;
9. Direito processual;
10. Direito público;
11. Direito municipal;
12. Gestão municipal;
13. Gestão legislativa;
14. Gestão de mídias sociais;
15. Publicidade;
16. Jornalismo;
17. Marketing;
18. Planejamento urbano;
19. Gestão pública;
20. Administração;
21. Fundamentos da Contabilidade;
22. Contabilidade pública;
23. Sociopolítica e cidadania;
24. Ciência política;
25. Processo legislativo;
26. Secretariado;
27. Processos gerenciais;
28. Planejamento e controle de compras;
29. Almoxarifado;
30. Controle patrimonial;
31. Auditoria;
32. Sindicância e processo administrativo disciplinar;
33. Gestão tributária, empresarial e de serviços jurídicos; e
34. Outras que possam ser diretamente relacionadas às atribuições dos cargos de servidores do quadro efetivo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo de Garuva.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ADITIVO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 53/2017

Aviso de Aditivo ao Edital de Concorrência nº 01/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução de atividades de publicidade, previstas na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes e abertura da licitação. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 25/05/2017. ABERTURA: dia 25/05/2017 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível de forma gratuita no site www.gaspar.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para consulta no Depto. de Compras, Rua São Pedro, 128 – Edifício Edson Elias Wieser 2º andar - Centro, Gaspar/SC em dia úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Gaspar(SC), 07 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de tubos, grelhas, lajotas, tijolos, pavers, meio-fios, calhas e tampões. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. A Data e Horário permanecem INALTERADOS, sendo dia 26/04/2017 (respeitado o prazo de 08 (oito) dias úteis conforme estabelecido no Art. 4º, Inciso V da Lei 10.520/2002) às 9h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. Íntegra do ADITIVO no Depto. de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar, na Rua São Pedro, nº 128 (2º Andar) Centro, ou no site: www.gaspar.sc.gov.br.

LEI Nº 3.763, DE 06 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 3.763, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

AMPLIA VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ampliadas as vagas do cargo de provimento efetivo junto ao quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Gaspar, conforme abaixo designado:

CARGO	REF.	C/H	VAGAS AMPLIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Assistente Administrativo	45	40h	02	Portador de diploma de graduação em qualquer área de conhecimento	Secretaria Municipal de Administração e Gestão

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 06 de abril de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

Gaspar (SC), 07 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.425, DE 05 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.425, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil
Função: 15 Urbanismo
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil
Projeto: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores
Dotação: 164 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 110.625,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.186, DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 5.186, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR RENATO CESAR ZIMMERMANN.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a pedido, a partir de 01º de abril de 2017, a carga horária do servidor RENATO CESAR ZIMMERMANN, inscrito no CPF sob o nº 488.770.859-91, ocupante do cargo efetivo de Professor DOC-IV-8, lotado com 40 horas na E.E.B. Norma Mônica Sabel, de 40 horas para 30 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de abril de 2017.

Gaspar, 06 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.187, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 5.187, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA C.T.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira, e considerando o teor do Memorando nº 100/2017, bem como dos demais documentos remetidos pela Diretoria Geral de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado procedimento administrativo para apurar a responsabilidade da servidora C.T., contratada em caráter temporário para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, pelo fato de que, em tese, seu rendimento não estaria condizendo com o esperado pela equipe e pela gestão, caracterizando desídia no desempenho das respectivas funções.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, Dulcinéia Santos, e Maraisa Zimmermann, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento no artigo 482, "e" da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 17/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 17/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ELISIANA CECILIA WEHMUTH, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 04/02/2001 a 10/02/2006, devendo folgar a partir de 10/04/2017 a 08/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL PREGÃO 29/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 29/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO KIT LANCHE PARA USO NOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/04/2017 até às 14h:00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 20/04/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 07 de abril de 2017.
Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeiro

DECRETO 046/2017 - ESTABELECE O PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS, EVENTOS E SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 046/2017
ESTABELECE O PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS, EVENTOS E SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Será concedido alvará sanitário aos estabelecimentos comerciais, de serviços, eventos e similares, que estiverem de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º Nas ações de vigilância sanitária em que se fizerem necessárias análises apuradas de questões urbanísticas e Meio Ambiente, será imprescindível a fiscalização / acompanhamento do Diretor (a) do Meio Ambiente, que assinará em conjunto com Vigilância Sanitária a respectiva fiscalização.

Art. 3º O alvará sanitário concedido aos estabelecimentos comerciais, de serviços, eventos e similares será assinado pelo Secretário Municipal de Saúde em conjunto com o Diretor da Vigilância Sanitária.

Art. 4º O servidor que não cumprir o procedimento estabelecido no presente Decreto, incorrerá nas penalidades por crime funcional,

nos termos do artigo 173 e seguintes do Estatuto dos Servidores Municipais do Governador Celso Ramos.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº066 de 24 de junho de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 31 de março de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DECRETO 047/2017 - REVOGA DECRETOS 150 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 E 028 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 047/2017.

REVOGA DECRETOS 150 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 E 028 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO a edição da Lei municipal n. 1164 de 30 de janeiro de 2017, que Institui e regulamenta o pagamento pelo Poder Executivo Municipal e pela autarquia SAMAE, da gratificação especial mensal aos servidores públicos, que desempenham as funções de Presidente, Membros da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e equipe de apoio do Pregoeiro no âmbito da Prefeitura Municipal Governador Celso Ramos e SAMAE e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, revogados os Decretos Nº 150, de 21 de novembro de 2016 e Decreto 028, de 21 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 31 de março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

DECRETO 048/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

DECRETO Nº 048/2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31º, § 2º, da Lei Municipal nº 1147/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$886.640,21 (Oitocentos e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta reais e vinte e um centavos), por conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço do Exercício de 2016, na respectiva fonte de Recurso, conforme dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde e Saneamento	

10.301.0004.1.006	Reforma e/ou Ampliação da UBS	11.822,43
4.4.00.00	Investimentos	11.822,43
4.4.90.00	Aplicações Diretas	11.822,43
0.6.28.000162	Construção da UBS	11.822,43
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	31.656,72
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	27.467,03
3.3.90.00	Aplicações Diretas	27.467,03
0.6.31.000000	Outras Receitas	461,16
0.6.81.000015	Rendimento de Depósitos Bancários	24.217,57
0.6.28.000140	Atenção Básica	2.788,30
4.4.00.00	Investimentos	4.189,69
4.4.90.00	Aplicações Diretas	4.189,69
0.6.70.000058	Transferência de Recursos de Convênios	4.189,69
10.301.0004.2.020	Ações da Atenção Básica - PABF	657.425,16
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	45.019,22
3.3.90.00	Aplicações Diretas	45.019,22
0.6.28.000141	Piso de Atenção Básica - Fixo	1.232,31
0.6.29.000156	Ações de Atenção Básica - Cofinanciamento	43.786,91
4.4.00.00	Investimentos	612.405,94
4.4.90.00	Aplicações Diretas	612.405,94
0.6.28.000139	Transferência de Recurso do SUS	150.000,00
0.6.28.000166	Transferência de Recurso do SUS	453.405,94
0.6.28.000167	Transferência de Recurso do SUS	9.000,00
10.301.0004.2.021	Ações de Saúde da Família – PABF/PSF	761,94
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	761,94
3.1.90.00	Aplicações Diretas	761,94
0.6.28.000142	Transferência de Recurso do SUS	761,94
10.301.0004.2.022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde PABV/ACS	11.498,58
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.498,58
3.1.90.00	Aplicações Diretas	11.498,58
0.6.28.000143	Transferência de Recurso do SUS	11.498,58
10.301.0004.2.023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	11.266,62
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.266,62
3.1.90.00	Aplicações Diretas	11.266,62
0.6.28.000144	Transferência de Recurso do SUS	11.266,62
10.301.0004.2.024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	11.999,97
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.999,97
3.1.90.00	Aplicações Diretas	11.999,97
0.6.28.000145	Transferência de Recurso do SUS	11.999,97
10.301.0004.2.025	Ações de Atenção Básica - PMAQ	30.012,67
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.012,67
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.012,67
0.6.28.000146	Transferência de Recurso do SUS	30.012,67
10.301.0004.2.026	Manutenção das Ações de Médias e Alta Complexidade	34.423,95
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	34.423,95

3.3.90.00	Aplicações Diretas	34.423,95
0.6.28.000148	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	34.115,10
0.6.29.000158	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	308,85
10.301.0004.2.028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	19.379,71
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	19.379,71
3.3.90.00	Aplicações Diretas	19.379,71
0.6.28.000155	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	14.029,29
0.6.29.000159	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	5.350,42
10.304.0004.2.029	Ações de Vigilância Sanitária	53.178,40
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	53.178,40
3.3.90.00	Aplicações Diretas	53.178,40
0.6.27.000000	Taxa de Fiscalização de VISA	38.926,69
0.6.28.000164	Piso Variável de Vigilância Sanitária	14.251,71
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	13.214,06
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	13.214,06
3.3.90.00	Aplicações Diretas	13.214,06
0.6.28.000151	Ações de Vigilância Epidemiológica	12.919,79
0.6.28.000152	Ações de Vigilância Ambiental	294,27

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos, 31 de Março de 2017.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATTO DO TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 23/2017

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

REVOGAÇÃO DO PROCESSO
PP 23/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO SETOR DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

O Prefeito de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições legais resolve Revogar o processo licitatório Pregão Presencial- Registro de Preço nº 23/2017, com fulcro no artigo 49 da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 07 de abril de 2017.

Guaraciaba

PREFEITURA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PUBLICO 022017

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2017

Processo Administrativo 02/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 78.483.708/0001-38, situada na rua Presidente Kennedy, nº 232, GUARACIABA/SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de FOMENTO com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com as Entidades que trabalham com educação e cuidados com as pessoas excepcionais – como a Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE no Município – pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

A Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE é uma organização social sem fins econômicos, formada por pais, amigos e pessoas com deficiência intelectual e múltipla que, unidos por objetivos comuns, buscam construir uma sociedade mais justa e igualitária, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania. Fundada em 21 de Novembro de 1989, a APAE de Guaraciaba atende, atualmente, a 47 pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e ainda 17 usuários para atendimento de reabilitação, além de prestar apoio a suas famílias. Tem a finalidade de prestar serviço de habilitação e reabilitação e a promoção de sua integração a vida comunitária, no campo de assistência social realizando atendimentos, assegurando a defesa e garantia de direitos, oferecer na área de saúde, desde a prevenção visando segurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Oportunizar melhores condições nos trabalhos pedagógicos, técnicos e administrativos da instituição.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma

associação civil, sem fins lucrativos, com atuação na área da saúde e no campo da assistência social, com duração indeterminada, e cuja missão vem de encontro com os anseios do município, sendo o interesse público justificado e mútuo por meio das metas estabelecidas.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE de Guaraciaba/SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e no decreto municipal nº 545/2017, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal nº 545/2017 atr. 3º, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 07 de abril de 2017.

CERIS FÁTIMA LAGO

ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em

FELIPE BRUSTOLIN RICARDO R. FUKUCHIMA GÉSSICA SEGSTAT-TER

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 545/2017, art. 3º.

Trata de Parceria com a Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE, que atende no Município cerca de 49 e atua há mais de 30 anos, sendo entidade sólida e a única no território municipal certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensada, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre quais o quais destaca-se, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSABILIDADE para a parceria com a Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE por meio do TERMO DE FOMENTO, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações de dispensa, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação ora dispensável se faz necessário para levar a efeito a parceria com a Associação da Casa Familiar Rural. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento no território municipal.

Diante do exposto, entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio de termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, em 07 de abril de 2017.

Marina Guerini
OAB/SC nº 28067
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 07 de Abril de 2017.
Roque Luiz Meneghini
Prefeito Municipal

TERMO DE PARCERIA 012017

TERMO DE FOMENTO n.º 001/2017

Processo n.º 01/2017

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Roque Luiz Meneghini, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1.943.349 SSPSC e inscrito no CPF sob n.º 626.965.139-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL, entidade beneficiária de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 00795077/0001-03, sediada na Rua Reinoldo Ritter, nº 256, centro de Guaraciaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente Isoldi Luiza Ebert, portador de RG nº 2.205.671 e CPF nº 994.530.619-72, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 569, centro, Guaraciaba - SC, resolvem celebrar o presente termo, sendo dispensável a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016,

Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 2977/2017 e Decreto Municipal nº 500/2017 e nº 517/2017 conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional com a ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GUARACIABA/SC, com a finalidade de promover acesso à Ensino Médio Técnico em Agropecuária para 19 (dezanove) alunos do município de Guaraciaba/SC no ano de 2017, conforme plano de trabalho, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA: desenvolver serviços de educação de nível médio técnico em agropecuária destinados à 19 (dezanove) alunos, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário à realização das atividades pactuadas e previstas no Plano de Trabalho;

2.2 - Atender às necessidades dos alunos da educação de nível médio profissionalizante em agropecuária, por meio de atividades voltadas à orientação para a implantação do projeto profissional em suas propriedades, formação integral que leva em consideração a realidade com o objetivo inicial de melhorar a propriedade na produção e diversificação de alimentos, aspecto organizacional e diversificação de atividades;

2.3 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.4 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.5 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.6 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.7 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.8 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.9 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Guaraciaba/SC, a cada 120 (cento e vinte) dias, em relação aos recursos recebidos e aplicados no período imediatamente anterior;

2.10 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.11 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

- a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96);
- b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;
- c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.12 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.13 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA mensalmente, no valor equivalente a R\$ 98.870,81 (Noventa e oito mil oitocentos e setenta reais e oitenta e um centavos) rateado em três parcelas, conforme plano de trabalho e cronograma de desembolso;

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo prefeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 98.870,81 (Noventa e oito mil oitocentos e setenta reais e oitenta e um centavos);

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo

CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será dentro do exercício de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada parcela repassada, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

8.1.e – Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária nº 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais (dot. 63).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os participantes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 500/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os participantes elegem o Foro da comarca de São Miguel do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos

legais.

Guaraciaba/SC, 10 de Abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini	Roseli V. B. Comim
Prefeito Municipal	Gestor da Parceria

Isoldi Luiza Ebert
Presidente CFR

Testemunha:

Nome:

CPF:

Testemunha:

Nome:

CPF:

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 001/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 001/2017
Processo Licitatório: 001/2017
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 27/04/2017 às 14h00min
Abertura dos Envelopes: 27/04/2017 às 14h15min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 07 de abril de 2017.
Luiz Antônio Chiodini
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 209/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 209/2016 PMG
Processo Licitatório: 209/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA OSVALDO BEBER, COM EXTENSÃO DE 330 METROS, ATRAVÉS DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Entrega dos Envelopes: 02/05/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 02/05/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 06 de abril de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

COMUNICADO - RECURSOS - LICITAÇÃO 185/2016 - PMG

Pelo presente, vimos comunicar a Vossa Senhoria que, nos autos do Processo Licitatório nº 185/2016, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), foram interpostos recursos contra a decisão da Comissão Permanente de Licitações pelas seguintes empresas:

- Serrana Engenharia Ltda (Em 05.04.2017) – Quanto a Habilitação da empresa Rio Vivo Ambiental Ltda;
- Esac Empresa de Saneamento Ambiental e Concessões Ltda (Em 06.04.2017) – Quanto a sua inabilitação;
- Sandrini & Botega Ltda (Em 06.04.2017) – Quanto a sua inabilitação e quanto a habilitação das empresas Rio Vivo Ambiental Ltda e Serrana Engenharia Ltda.

Os recursos acima referidos foram apresentados tempestivamente, tendo assim efeito suspensivo até o seu julgamento, conforme trata o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

O processo Licitatório n.º 185/2016 encontra-se devidamente instruído e a disposição de Vossa Senhoria, e querendo poderá impugnar ou alegar o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de sua intimação, conforme trata o artigo 109, § 3º da Lei n.º 8.666/93.

Registre-se, por fim, que tendo em vista que o presente comunicado será publicado na edição do dia 10.04.2017 do Diário Oficial dos Municípios, o termo inicial para impugnação é a data do dia 11.04.2017 e o termo final em 18.04.2017.

É o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2017.

Carlos Felipe Fischer	Fernanda de R. R. Machado	Emily Sasse Jordan
Presidente	Membro	Membro-suplente

DECRETO Nº. 765/2017

DECRETO Nº. 765/2017

Nomeia Comissão para Concessão Transporte Coletivo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o art. 175 da Constituição Federal atribui ao Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos mediante prévia licitação;

Considerado que o art. 10, XII, e art. 34, VI, da Lei Orgânica Municipal, prevê a concessão de serviços públicos;

Considerando que o serviço de transporte público é imprescindível para o Município, bem como, que a realização de procedimento licitatório para sua concessão é necessária e condicionante de legalidade do ato;

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão para realização do procedimento de concessão pública do transporte coletivo municipal:

- I – Jiuvani Assis Assing (Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano) – Presidente;
- II – Angélica Gomes Belli Frontino – representante da Procuradoria-Geral (membro);
- III – Patrícia Malko – representante do setor de licitações (membro);
- IV – Jair Tomelin – representante da Secretaria de Administração e Finanças (membro);
- V – Marcelo Amadeu Deretti – representante da Controladoria-Geral (membro);

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO Nº. 01/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO, autorizado pela Lei Municipal nº. 4398/2017

OBJETO DA CONCESSÃO: Veículo Ambulância, Marca Peugeot, Modelo Boxer Marimar A, Ano e Modelo 2015/2016, cor branca, Chassi 936ZCWMNCG2157398, Placa QIK6196, Renavam 111222068, tendo por finalidade o serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU 192.

CONCEDENTE: Município de Guaramirim/SC, CNPJ nº. 83.102.745-0001/16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº. 2042, Centro, Guaramirim – SC.

CONCESSIONÁRIA: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim – “Bombeiros Voluntários”, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.377.974/0001-49, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº. 2.700, Centro, Guaramirim – SC.

GUARAMIRIM (SC), 05/04/2017

Luís Antônio Chiodini
Município de Guaramirim

Dieter Helmuth Gaedtke
Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 100/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

Processo nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras e de crédito para recebimento de faturas e demais receitas públicas, bem como faturas de serviço de água do município de Guaramirim (SC).

TERMO DE REVOGAÇÃO

Declara-se, sob os termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, que, em decorrência da impossibilidade operacional encontrado nas baixas dos recebimentos de tributos por parte da Prefeitura Municipal de Guaramirim em relação às instituições financeiras, REVOGA-SE PARCIALMENTE o Edital de Credenciamento do Processo em epígrafe quanto ao objeto RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, restando apenas o serviço de recebimento de faturas do serviço de água do Município ainda disponível para novos credenciamentos e execução nos contratos. Determina-se a publicação da revogação parcial do Edital com a mesma publicidade já usada no decorrer do Processo.

Guaramirim (SC), 4 de abril de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO DE GUARAMIRIM

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL 060/2017

Decreto Administrativo nº 060/2017.

Prorroga Concurso Público Edital Nº 001/2015.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o sub item 1.1.6, do item 1, do Edital de Concurso Público 001/2015 de 19 de janeiro de 2015 e, em conformidade com as disposições da CF:

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 02(dois) anos, a partir da data de 06 de abril de 2017 o Edital de Concurso Público de nº 001/2015 datado em 19 de janeiro de 2015 .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

06 de abril de 2017.

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02_2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO, abaixo relacionado, para na data de 10 de abril de 2017, as 07h30min, comparecer junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Condutor de Veículos	CRISTOVÃO MAGGIONI	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 06 de abril de 2017.

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.657/2017

DECRETO Nº 3.657/2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e ainda, considerando o teor do Decreto Municipal nº 3.503/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, em substituição à nomeação realizada através do Decreto nº 3.503/2016 os seguintes membros:

III - 02 REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titular: ELICEIA JULIANA PAZ DO CARMO

IV - 02 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: LUCAS LEBKUCHEN

Art. 2º As nomeações não alteradas pelo presente Decreto permanecem válidas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 31 de março de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PUBLICAÇÃO Nº 01_ROSANA SIMI LENZ

CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC), por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Rosana Simi Lenz, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 037.363.829-95, aprovada em 1º lugar, na relação de candidatos Não Habilitados, para o cargo de professor de Artes, no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.519/2016, prorrogado pelo Decreto 3.622/2017, para assumir 20 horas, nos turnos matutino e vespertino no GEM Nossa Senhora de Fátima e GEM Profº Adolfo Becker.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d' Oeste (SC) em 07 de abril de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Secretário Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

Rosana Simi Lenz

IPREVI/HO

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 21/2017

RESOLUÇÃO Nº 021/2017

"PRORROGA O MANDATO DOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO IPREVI-HO ATÉ 10 DE ABRIL DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA e JAQUELINE RAZERA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 0179/2005;

Considerando o Edital de Convocação IPREVI-HO nº 002/2017 – Assembleia Geral – Eleições dos Conselhos de Administração e Fiscal;

Considerando o disposto no Edital de Cientificação do IPREVI-HO de 05 de abril de 2017;

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar o mandato atual dos Conselheiros de Administração e Fiscal pelo período de 04 de abril a 10 de abril do corrente; sendo os membros do Conselho de Administração: Ademir Savio Pires da Silva, Divo Pedro Paludo, Jaqueline Razera, Jeferson Alfredo Mendonça, Leni Aparecida Sabei, Margarete de Deus e Silva, Melissa Demo, Silvana Lazzarini Bulla e Valdemar do Amaral e Silva; e,

os membros do Conselho Fiscal: Kelli Rodrigues Waldrigues Mohl, Leila Bottega De Col, Paulo Cezar Dolejal Berté, Sadir Rovêa e Sirlei de Fatima Miguelão;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 05 de abril de 2017.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 22/2017

RESOLUÇÃO Nº 22/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E PARIDADE, À SERVIDORA FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO,

no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, formalizado pela servidora Fátima Dirley Pereira Paganini em 06/03/2017;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1108, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 576/2017 de 03/04/2017;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, à servidora Fátima Dirley Pereira Paganini, Matrícula nº 10, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível – 11, Classe “N”, do Anexo V da LC nº 280/2011/Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 03 de abril de 2017;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 03 de abril de 2017.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 23/2017

RESOLUÇÃO Nº 23/2017

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COMUM, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E PARIDADE, À SERVIDORA VERONICA RIVA.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, formalizado pela servidora Veronica Riva em 06/03/2017;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1105, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 577/2017 de 03/04/2017;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, à servidora Veronica Riva, Matrícula nº 43, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível – 3, Classe “Q”, do Anexo V da LC nº 280/2011/Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 03 de abril de 2017;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 03 de abril de 2017.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 24/2017

RESOLUÇÃO Nº 024/2017

“HOMOLOGA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D’ OESTE – MANDATO 2017 / 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 179/2005;

Considerando o Edital de Convocação IPREVI-HO nº 002 de 03/03/2017;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 018 de 02/03/2017;

Considerando as Atas da Comissão Eleitoral;

Considerando o Edital de Cientificação de 05/04/2017 e o decurso do prazo de recurso nele contido;

RESOLVEM:

Art. 1º Registrar o resultado das eleições ao cargo de Conselheiro do IPREVI-HO, cujos procedimentos foram registrados na Ata nº 02/2017 da Comissão Eleitoral;

Art. 2º Arquivar as documentações pertinentes ao processo eleitoral e complementares junto dos assentamentos oficiais do Instituto para consulta e/ou conferência por qualquer um dos segurados, a qualquer tempo;

Art. 3º Classificar os candidatos segundo o número de votos recebidos, classificando-os como membros eleitos e/ou suplentes para ambos os Conselhos do IPREVI-HO; sendo:

Composição: Conselho de Administração – Representante dos ativos:

Total de votos: 213 votos.

Total de vagas: 03 vagas para eleição.

1º) Loredí de Deus e Silva – 83 votos;

2º) Sirlei de Fatima Miguelão – 47 votos;

3º) Adriano Baretta Mandryk – 35 votos;

4º) Ivone Esquina – 26 votos – 1º suplente;

5º) Margiane Aparecida Martins – 09 votos – 2º suplente.

Composição: Conselho de Administração – Representante dos inativos:

Total de votos: 213 votos.

Total de vagas: 01 vaga para eleição.

1º) Carmen Terezinha Ghiggi – 170 votos.

Composição: Conselho Fiscal – Representante dos ativos e inativos:

Total de votos: 213 votos.

Total de vagas: 03 vagas para eleição.

- 1º) Paulo César Dolejal Berté – 89 votos;
- 2º) Leila Bottega De Col – 49 votos;
- 3º) Marlene Maria de Oliveira – 35 votos;
- 4º) Divo Pedro Pauludo – 15 votos – 1º suplente;
- 5º) Plinio Roberto Cordazzo – 14 votos – 2º suplente.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 07 de abril de 2017.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3014/2017

DECRETO Nº 3.014, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica do Município,

Considerando as comemorações alusivas à Páscoa;

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 13 de abril de 2017, no período vespertino.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

C) Titular: Ires Teresinha Rinaldi Tragancin

D) Suplente: Edir Romanatto dani

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será de 04(quatro) anos.

Art. 3º. O mandato dos conselheiros nomeados conforme disposto no Art.1º será gratuito, e constituirá serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 156, de 15 de abril de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3015/2017

PORTARIA Nº 3.015, DE 04 DE ABRIL DE 2017

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Com amparo no Artigo 88, Incisos II–III–VII, da Lei Orgânica, c/c. Lei Municipal Nº 055 de 20 de Agosto de 1997, e alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

A) Titular: Cleide Teresinha Perosa

B) Suplente: Mateus Ethierry Ceron Zanin

II – Representantes dos Docentes:

A) Titular: Eliane Maria Piovesan Recalcatti

B) Suplente: Catarina Maria Dallabrida Borsoi

C) Titular: Itamar Romanatto

D) Suplente: Alberto Milton Fontana

III – Representantes de Pais de Alunos:

A) Titular: Simone Aparecida Bencke de Souza Macedo

B) Suplente: Moacir Titon

C) Titular: Veronise Rossato de Moraes Zarpelon

D) Suplente: Rafael Gonzatto Araldi

IV – Representantes da Sociedade Civil:

A) Titular: Marilussi Tragancin Cenatti

B) Suplente: Ivanir Trevisol Slongo

Ibirama

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 24/2017 - ERRATA

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL Nº 24/2017.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - Errata da publicação

Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual aquisição de peças e acessórios destinados para manutenção do maquinário rodoviário da frota municipal. Entrega dos envelopes: Na publicação no Diário do Alto Vale 04/04/2017, pág. 12, onde se lê: "14 de abril de 2017", leia-se: "25 de abril de 2017", ate as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 07 de abril de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1310/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1310/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HNK8775	54975839E	5010/0	12/02/2016	162 * I
LYX2742	54976018E	6599/2	20/01/2016	230 * V
MAI6877	54976057E	6599/2	13/02/2016	230 * V
MAV3271	54975837E	5010/0	05/02/2016	162 * I
MAV3271	54975838E	5118/0	05/02/2016	164 c/c 162 * I
MBI7680	54975841E	6599/2	16/02/2016	230 * V
MDJ4459	54976053E	5010/0	10/02/2016	162 * I
MDN6350	54975727E	6599/2	06/02/2016	230 * V
MEQ8165	54975343E	6670/0	16/01/2016	230 * XIII
MIN0765	54975842E	6599/2	16/02/2016	230 * V
MIN0765	54975843E	5010/0	16/02/2016	162 * I
MIN0765	54975844E	5118/0	16/02/2016	164 c/c 162 * I
MJO0728	54975845E	6599/2	16/02/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1311/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1311/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HZG9150	54976071E	6599/2	21/02/2016	230 * V
HZG9150	54976072E	5045/0	21/02/2016	162 * V
HZG9150	54976073E	5142/0	21/02/2016	164 c/c 162 * V
LYZ7850	54976068E	5045/0	21/02/2016	162 * V
LYZ7850	54976069E	5142/0	21/02/2016	164 c/c 162 * V
MBK7069	54975137E	5142/0	19/02/2016	164 c/c 162 * V
MFT6844	54976066E	5010/0	21/02/2016	162 * I
MFT6844	54976067E	5118/0	21/02/2016	164 c/c 162 * I
MGS9513	54975132E	5010/0	22/01/2016	162 * I
MLF3798	54976070E	6599/2	21/02/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1312/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1312/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWR9499	54975904E	6599/2	08/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCR8195	54975908E	6726/1	13/12/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDO1564	54976001E	5010/0	06/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MDO1564	54976002E	5118/0	06/01/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1313/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1313/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQL6285	54976026E	6599/2	28/01/2016	230 * V
BQL6285	54976027E	5045/0	28/01/2016	162 * V
LYP3145	54976074E	5010/0	21/02/2016	162 * I
LYP3145	54976075E	5118/0	21/02/2016	164 c/c 162 * I
LYP3145	54976076E	7579/0	21/02/2016	277
MBE9149	54976033E	6599/2	01/02/2016	230 * V
MBI2334	54975847E	5010/0	29/02/2016	162 * I
MBM2923	54976031E	5010/0	01/02/2016	162 * I
MBM2923	54976032E	5118/0	01/02/2016	164 c/c 162 * I
MDK7499	54976078E	5045/0	25/02/2016	162 * V
MDK7499	54976079E	5142/0	25/02/2016	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1314/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1314/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYG2184	54975852E	5169/1	12/09/2015	R\$ 1.915,38	165
LYM4157	55484470D	5010/0	19/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYM4157	55484471D	5118/0	19/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG5904	54974596E	5169/1	23/11/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1315/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1315/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN0637	54976083E	5045/0	26/02/2016	162 * V
AEN0637	54976084E	5142/0	26/02/2016	164 c/c 162 * V
LZE3334	54976085E	6599/2	26/02/2016	230 * V
LZE3334	54976086E	5010/0	26/02/2016	162 * I
LZE3334	54976087E	5118/0	26/02/2016	164 c/c 162 * I
MBK7069	54975967E	5045/0	19/02/2016	162 * V
MCE6475	54975730E	5010/0	14/02/2016	162 * I
MCE6475	54975731E	5118/0	14/02/2016	164 c/c 162 * I
MCE6475	54975732E	6726/1	14/02/2016	230 * XVIII
MDI6828	54976098E	6599/2	29/02/2016	230 * V
MEL7358	54975965E	7579/0	13/02/2016	277
MEV2271	54975966E	6599/2	16/02/2016	230 * V
MIK3622	54975963E	6599/2	08/02/2016	230 * V
MIK3622	54975964E	6408/0	08/02/2016	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1316/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1316/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDI6828	54976099E	5835/0	29/02/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1317/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1317/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT2432	54975566E	6599/2	08/03/2016	230 * V
ACT2432	54975567E	5010/0	08/03/2016	162 * I
ACT2432	54975568E	5118/0	08/03/2016	164 c/c 162 * I
IJE8652	54976111E	7579/0	12/03/2016	277
IJE8652	54976112E	5010/0	12/03/2016	162 * I
IJE8652	54976113E	5118/0	12/03/2016	164 c/c 162 * I
LWW6699	54975688E	6599/2	10/03/2016	230 * V
LYH3197	54975138E	6599/2	22/02/2016	230 * V
LYV1791	54976054E	6599/2	13/02/2016	230 * V
LYV1791	54976055E	5010/0	13/02/2016	162 * I
LZW3360	54975974E	7579/0	12/03/2016	277
MEC3008	54975139E	7579/0	11/03/2016	277
MEC3008	54975140E	6912/0	11/03/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1318/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1318/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYR6222	54975569E	5550/0	08/03/2016	181 * XVIII
MCO1711	54976151E	5460/0	07/03/2016	181 * IX
MEC3008	54975141E	5835/0	11/03/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1319/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1319/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIK7436	54975687E	7579/0	19/02/2016	277
AQQ1190	54976081E	6599/2	25/02/2016	230 * V
AQQ1190	54976082E	5045/0	25/02/2016	162 * V
LYK0491	54976096E	5045/0	29/02/2016	162 * V
LYK0491	54976097E	5142/0	29/02/2016	164 c/c 162 * V
MAR6539	54975978E	5274/1	14/03/2016	175
MCY5507	54975981E	5010/0	19/03/2016	162 * I
MFR6860	54976101E	5045/0	04/03/2016	162 * V
MKP0477	54976154E	5010/0	19/03/2016	162 * I
MKP0477	54976155E	6637/1	19/03/2016	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1320/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1320/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAR6539	54975976E	5835/0	14/03/2016	195
MAR6539	54975977E	5797/0	14/03/2016	191
MKP0477	54976156E	5835/0	19/03/2016	195
MKP0477	54976157E	5843/3	19/03/2016	196
MKP0477	54976158E	5215/2	19/03/2016	170
MKP0477	54976159E	5835/0	19/03/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1321/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1321/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU4494	54976088E	6599/2	27/02/2016	230 * V
ADU4494	54976089E	5045/0	27/02/2016	162 * V
ADU4494	54976090E	5142/0	27/02/2016	164 c/c 162 * V
ADU4494	54976091E	7579/0	27/02/2016	277
ADU4494	54976092E	5320/0	27/02/2016	176 * V
ADU4494	54976095E	6912/0	27/02/2016	232
MFR6860	54976100E	6599/2	04/03/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1322/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1322/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU4494	54976093E	5967/0	27/02/2016	203 * V
ADU4494	54976094E	5835/0	27/02/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1323/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1323/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC4608	54976048E	7579/0	05/02/2016	R\$ 1.915,38	277
MEC9002	54976039E	5010/0	05/02/2016	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1324/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1324/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGC1608	54976044E	5967/0	05/02/2016	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1325/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1325/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIK7436	54975734E	6637/2	19/02/2016	230 * IX
AJP7182	54976105E	5010/0	05/03/2016	162 * I
MFK5260	54976102E	6599/2	04/03/2016	230 * V
MFK5260	54976103E	5010/0	04/03/2016	162 * I
MFK5260	54976104E	5118/0	04/03/2016	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1326/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1326/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS6366	55484472D	5967/0	19/01/2016	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1327/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1327/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCE6475	54975979E	5010/0	19/03/2016	162 * I
MCE6475	54975980E	5274/1	19/03/2016	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1328/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1328/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYE9818	54975574E	7579/0	01/04/2016	277
MHJ6404	54975570E	5010/0	24/03/2016	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1329/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1329/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI8515	54975142E	7056/1	02/04/2016	244 * III
MMA5127	54975144E	7030/1	10/04/2016	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1330/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1330/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KFV5996	54975971E	7579/0	06/03/2016	R\$ 1.915,38	277
LZW3360	54975975E	5274/1	12/03/2016	R\$ 1.915,38	175
MEW7304	54976003E	7579/0	09/01/2016	R\$ 1.915,38	277
MID6878	54975952E	7579/0	08/01/2016	R\$ 1.915,38	277
MJX2416	54975950E	6599/2	05/01/2016	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1331/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1331/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DOP2627	54976115E	5010/0	27/04/2016	162 * I
DOP2627	54976116E	5118/0	27/04/2016	164 c/c 162 * I
DOP2627	54976117E	6912/0	27/04/2016	232
MBK5932	54975985E	7579/0	09/04/2016	277
MFM8684	54975736E	6599/2	29/03/2016	230 * V
MFM8684	54975737E	6637/1	29/03/2016	230 * IX
MKC6277	54975143E	6599/2	03/04/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1332/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1332/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC5998	54975735E	5347/0	26/03/2016	178
MFM8684	54975738E	5185/1	29/03/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1333/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1333/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAB6555	54975930E	6599/2	27/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
AAB6555	54975931E	5010/0	27/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
AAB6555	54975932E	5118/0	27/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ABW0344	54975652E	5010/0	14/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
ABY2353	54975805E	5274/1	22/11/2015	R\$ 1.915,38	175
ABY2353	54975806E	5169/1	22/11/2015	R\$ 1.915,38	165
ABY2353	54975808E	5177/0	22/11/2015	R\$ 191,54	166
AFP1623	54975724E	5010/0	03/02/2016	R\$ 574,61	162 * I
AFP1623	54975725E	5118/0	03/02/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AFP1623	54975726E	6599/2	03/02/2016	R\$ 191,54	230 * V
AGD4174	54975905E	6599/2	08/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
AGR7869	54975927E	7579/0	27/12/2015	R\$ 1.915,38	277
AHP6419	54975392E	6599/2	25/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
AHP6419	54975393E	6580/0	25/12/2015	R\$ 191,54	230 * IV
BDM3920	55487014D	6408/0	25/09/2015	R\$ 85,13	221
BFD3398	54976034E	6599/2	01/02/2016	R\$ 191,54	230 * V
BFD3398	54976035E	5045/0	01/02/2016	R\$ 191,54	162 * V
BOM4529	54975955E	6599/2	14/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
BPL0430	54975862E	7579/0	26/09/2015	R\$ 1.915,38	277
CBH0116	54975120E	6599/2	11/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
CDD4270	54975722E	6599/2	06/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
DQR4626	55487015D	6599/2	25/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
IBU4702	54975316E	5010/0	19/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
KNW0117	54975294E	5010/0	10/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
LWX0875	55487018D	6599/2	25/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWX3883	54976028E	6599/2	28/01/2016	R\$ 191,54	230 * V

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWX3883	54976029E	5045/0	28/01/2016	R\$ 191,54	162 * V
LWY1313	54975956E	5045/0	14/01/2016	R\$ 191,54	162 * V
LXB7448	54975867E	5010/0	12/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
LXB7448	54975868E	5118/0	12/10/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXJ2108	54976052E	6599/2	09/02/2016	R\$ 191,54	230 * V
LXR4992	54975283E	6599/2	25/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
LXU3275	54975368E	5010/0	08/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
LXU3275	54975369E	6599/2	08/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
LXX0752	54975916E	6599/2	17/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LYX1400	54975395E	5010/0	25/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYX1400	54975396E	5118/0	25/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYX1400	54975397E	6599/2	25/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LYX1400	54975901E	5010/0	08/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYX1400	54975902E	5118/0	08/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZA0669	54975924E	6599/2	23/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZJ3290	54975876E	6408/0	17/10/2015	R\$ 85,13	221
LZS7223	54975385E	6599/2	13/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZX3782	54975933E	6599/2	31/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZX3782	54975934E	5010/0	31/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZX3782	54975935E	5118/0	31/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAJ6504	54975705E	6599/2	28/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAJ8467	54975858E	5010/0	22/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAJ8467	54975859E	5118/0	22/09/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAR1015	54975707E	6726/1	21/11/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAS2078	54975866E	7579/0	10/10/2015	R\$ 1.915,38	277
MAS5510	54976019E	6599/2	21/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MAT3988	54976030E	5010/0	29/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MAW6796	54975324E	6599/2	22/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBS1697	54975812E	5045/0	06/12/2015	R\$ 191,54	162 * V
MBS4361	54975129E	5010/0	22/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBS4361	54975130E	5118/0	22/11/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX6639	54975954E	6912/0	11/01/2016	R\$ 53,20	232
MCE0550	54975936E	6599/2	31/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCE0550	54975937E	5010/0	31/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCE0550	54975938E	5118/0	31/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ4996	54976109E	6599/2	12/03/2016	R\$ 191,54	230 * V
MCJ4996	54976110E	5274/1	12/03/2016	R\$ 1.915,38	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO3791	54976036E	6599/2	05/02/2016	R\$ 191,54	230 * V
MCO3791	54976037E	5010/0	05/02/2016	R\$ 574,61	162 * I
MCO3791	54976038E	5118/0	05/02/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCT7685	54975270E	6599/2	07/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCY5507	54975982E	6637/2	19/03/2016	R\$ 127,69	230 * IX
MDI0789	54975860E	5045/0	22/09/2015	R\$ 191,54	162 * V
MDS2282	54975907E	6599/2	13/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDT1148	54975939E	6599/2	31/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDU6376	54975828E	6599/2	09/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MDU6376	54975829E	5010/0	09/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MDU6376	54975830E	5118/0	09/01/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDX5249	54976022E	6599/2	21/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MEJ2003	54975894E	5010/0	04/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MEJ2003	54975895E	6408/0	04/12/2015	R\$ 85,13	221
MEK9964	54975379E	6599/2	27/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEK9964	54975380E	5010/0	27/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MEN2560	54975853E	5169/1	18/09/2015	R\$ 1.915,38	165
MEN2560	54975856E	6726/1	18/09/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEN7758	54975833E	6599/2	12/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MEV2431	54975718E	6599/2	12/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEV2431	54975719E	6556/1	12/12/2015	R\$ 191,54	230 * I
MFA1562	54975679E	5045/0	14/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
MFB4799	54975121E	5010/0	18/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFB4799	54975126E	5118/0	18/11/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFG0114	54975373E	5010/0	24/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFG0114	54975374E	6769/1	24/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MFH0941	54975123E	5010/0	07/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFH0941	54975125E	6769/1	07/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MFK6317	54975911E	5045/0	15/12/2015	R\$ 191,54	162 * V
MGF0704	54976024E	6726/1	28/01/2016	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGY6870	54975948E	6599/2	04/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MGY6870	54975949E	6602/0	04/01/2016	R\$ 191,54	230 * VI
MHP5377	54975818E	6599/2	16/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHP6385	54975319E	6726/1	19/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHP6385	54975322E	6599/2	19/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHP6385	54975716E	5045/0	11/12/2015	R\$ 191,54	162 * V
MIX1266	54975293E	6599/2	10/09/2015	R\$ 191,54	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJK8349	54976153E	5045/0	15/03/2016	R\$ 191,54	162 * V
MJW6293	54975271E	6599/2	07/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MJW6293	54975272E	5010/0	07/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJW6293	54975273E	5118/0	07/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLR3144	54975879E	6599/2	30/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MLR3144	54975880E	5045/0	30/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
MUT4065	54975702E	6599/2	28/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
OKF9483	54975873E	5045/0	17/10/2015	R\$ 191,54	162 * V
QHC9814	54976008E	5010/0	13/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
QHC9814	54976009E	5061/0	13/01/2016	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1334/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1334/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY2353	54975807E	5185/2	22/11/2015	R\$ 127,69	167
CJU8958	54975342E	5185/1	16/01/2016	R\$ 127,69	167
JPL7469	54975885E	5720/0	03/12/2015	R\$ 127,69	186 * I
LJB6311	54975825E	5967/0	07/01/2016	R\$ 957,69	203 * V
MAR1015	54975706E	5193/0	21/11/2015	R\$ 191,54	168
MBD5540	54975391E	5967/0	19/12/2015	R\$ 957,69	203 * V
MCJ4996	54976114E	7056/1	12/03/2016	R\$ 191,54	244 * III
MEN2560	54975854E	5185/1	18/09/2015	R\$ 127,69	167
MEN2560	54975855E	5835/0	18/09/2015	R\$ 127,69	195
MJF9138	54976108E	5193/0	12/03/2016	R\$ 191,54	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1335/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1335/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM7915	54976165E	5274/1	15/05/2016	175
MCT1731	55484481D	6599/2	29/05/2016	230 * V
MEP9356	54976163E	6599/2	28/04/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1336/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 420 1336/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM7915	54976166E	5835/0	15/05/2016	195
LZM7915	54976167E	5797/0	15/05/2016	191
MBF8287	54976164E	5835/0	10/05/2016	195
MIE3598	55484479D	5878/0	30/04/2016	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1337/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1337/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN4046	54975958E	5010/0	18/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
AJN4046	54975959E	6599/2	18/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
AJN4046	54975960E	5061/0	18/01/2016	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXE8444	54976160E	5274/1	24/03/2016	R\$ 1.915,38	175
LYM1845	54976023E	5010/0	22/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
LZM6410	54975386E	5274/1	14/12/2015	R\$ 1.915,38	175
LZM6410	54975387E	5010/0	14/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZM6410	54975389E	5118/0	14/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZM6410	55487021D	6670/0	14/12/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MAN8653	54975320E	6599/2	19/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHY8070	55484477D	5037/1	18/03/2016	R\$ 574,61	162 * III
MHY8070	55484478D	7579/0	18/03/2016	R\$ 1.915,38	277
QHX6332	54975573E	6580/0	01/04/2016	R\$ 191,54	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1338/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1338/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT0761	54974767E	5720/0	19/12/2015	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1339/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1339/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYG6504	54976174E	6599/2	11/06/2016	230 * V
LYG6504	54976175E	5010/0	11/06/2016	162 * I
LYG6504	54976177E	5118/0	11/06/2016	164 c/c 162 * I
LZL6337	54976179E	6599/2	12/06/2016	230 * V
LZU9061	54976173E	5010/0	04/06/2016	162 * I
MAJ8467	54976180E	5010/0	12/06/2016	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1340/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1340/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYG6504	54976176E	5185/1	11/06/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1341/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1341/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGW8153	54975919E	5010/0	19/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
AGW8153	54975920E	5118/0	19/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AMB7419	54976049E	6599/2	09/02/2016	R\$ 191,54	230 * V
AMB7419	54976050E	5010/0	09/02/2016	R\$ 574,61	162 * I
AMB7419	54976051E	5118/0	09/02/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CET1789	54975377E	5169/1	08/11/2015	R\$ 1.915,38	165
DEW3959	54975887E	6599/2	03/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
HGJ6669	54975946E	6912/0	04/01/2016	R\$ 53,20	232
HGJ6669	54975947E	6408/0	04/01/2016	R\$ 85,13	221
HNU6595	54975821E	5010/0	26/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
HNU6595	54975822E	5118/0	26/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IIV7228	55484467D	6599/2	25/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
IIV7228	55484468D	5045/0	25/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
IIV7228	55484469D	5142/0	25/11/2015	R\$ 191,54	164 c/c 162 * V
JYF1251	55484474D	5045/0	19/01/2016	R\$ 191,54	162 * V
LWV3259	54975118E	6599/2	04/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWY7186	54975810E	6599/2	28/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWY7186	54975811E	5010/0	28/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
LWZ2808	54975899E	6599/2	07/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWZ2808	54975900E	6726/1	07/12/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXI0149	54975678E	5169/1	08/11/2015	R\$ 1.915,38	165
LYT8220	54975712E	5169/1	27/11/2015	R\$ 1.915,38	165
LYW3149	54975556E	5010/0	30/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYW3149	54975713E	5010/0	07/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYW3149	54975715E	6726/1	07/12/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYX8585	54975049E	6599/2	13/08/2015	R\$ 191,54	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBB0783	54975563E	5010/0	13/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBB0783	54975564E	5118/0	13/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX5151	54975275E	6556/1	16/08/2015	R\$ 191,54	230 * I
MBX5151	54975276E	6653/2	16/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MBX5151	54975277E	5045/0	16/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MCB8142	55484473D	5010/0	19/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MCE6475	54975928E	5010/0	27/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCE6475	54975929E	5118/0	27/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDG2876	54975832E	6599/2	11/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MDL5806	54975382E	5010/0	01/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDM6475	54975127E	5045/0	18/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
MDS1899	54975961E	5045/0	30/01/2016	R\$ 191,54	162 * V
MDZ7033	54975874E	5010/0	17/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFR6733	54975875E	5045/0	17/10/2015	R\$ 191,54	162 * V
MHX6504	54975375E	5169/1	31/10/2015	R\$ 1.915,38	165
MHX6504	54975376E	6912/0	31/10/2015	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1342/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1342/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQF2942	54975328E	5185/2	30/08/2015	R\$ 127,69	167
MCC4045	54975720E	5185/1	26/12/2015	R\$ 127,69	167
MDG3191	54975653E	5967/0	14/08/2015	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE JULHO DE 2016

WILSON LAMIN

DIRETOR DE TRANSITO

Imarui

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004-2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017

NOMEAÇÃO E POSSE DE CARGO PÚBLICO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado do Concurso Público para o preenchimento de vagas no quadro de servidores efetivos, CONVOCA, nos termos do item 17 do edital nº. 001/2016, o candidato abaixo relacionado a comparecer no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Imaruí, SC, situada à Rua José Inácio da Rocha, 109, Bairro Centro, CEP 88770-000, Imaruí/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando a partir da data desta publicação, no horário das 07 às 13 horas, para assumir a sua vaga.

FAZ SABER AINDA, que o não comparecimento no prazo acima estipulado implica na desistência da vaga:

Cargo Nome Classificação

PSICÓLOGO GUNNAR NASCIMENTO CHAVES 005

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e registrado no mural de atos da Prefeitura Municipal de Imaruí, aos 02 de março de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 003/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 003/2017

Processo Administrativo PMI Nº 010/2017, Processo Licitatório PMI Nº 010/2017. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de pneus novos para o Município de Imaruí. Órgão gerenciador: Prefeitura de Imaruí, CNPJ 82.538.851/0001-57. Vigência da Ata: 12 meses após assinatura. Assinatura: 07/04/2017. Itens e empresas registradas: Transporte E Comercio De Pneus Oenning Ltda – Epp (CNPJ: 14.320.587/0001-20). Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 23, 26, 29. Valor Total do Fornecedor: R\$ 95.739,00. Trator Pecas-Comercio De Pecas Ltda (CNPJ: 79.905.071/0001-93). Itens: 07, 09, 12, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31. Valor Total do Fornecedor: R\$214.102,00. Total Geral Da Ata De Registro De Preços: R\$ 309.841,00. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 004

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 004/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ - RFCC, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

LEI Nº. 1.967, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua José Inácio das Rocha, nº. 109, Centro, Imaruí/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Rui José Candemil Júnior, brasileiro, agente político, casado, inscrito no CPF sob nº. 950.653.509-49, e de outro lado Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.651/0001-80, com sede na Rua Claudino da Rocha, n. 64, Centro, Imaruí/SC, doravante denominado simplesmente RFCC, neste ato representado pelo Sra. Catia Pereira, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob nº. 033.502.599-44, sujeitando-se às cláusulas e condições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Colaboração ou de Fomento a transferência de recursos financeiros para a RFCC, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

§ 1º O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento da execução do objeto, designando um servidor para atuar enquanto Órgão Gestor nas ações de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

O presente instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.967, de 31 de março de 2017 e art. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor mensal do repasse será em 9 (nove) parcelas, sendo a primeira de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e as demais iguais e sucessivas na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), iniciando a primeira até o dia 15 de abril do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes, totalizando a importância máxima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com a tabela abaixo.

Parcela	Valor até	Vencimento
1ª ABRIL	R\$ 2.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
2ª MAIO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
3ª JUNHO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
4ª JULHO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
5ª AGOSTO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
6ª SETEMBRO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
7ª OUTUBRO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
8ª NOVEMBRO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
9ª DEZEMBRO	R\$ 1.000,00	ATÉ O ULTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE
Total	R\$ 10.000,00	

§ 1º - O repasse do valor mencionado no caput deste artigo dependerá da disponibilidade financeira do MUNICÍPIO, podendo ser mitigado.

§ 2º - O valor do repasse somente poderá ser majorado por força de Lei Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela entidade, conforme objeto disposto neste termo, bem como em consonância com o plano de trabalho apresentado pela entidade.

§ 1º - Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição financeira vinculada ao banco central, se a previsão de uso for superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

§ 2º - As receitas oriundas das aplicações referidas no parágrafo anterior serão computadas a crédito do Termo de Colaboração ou de Fomento e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente Termo de Colaboração ou de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária do consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.115, conforme segue:

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.002

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE compete:

a) Repassar os recursos financeiros à Conveniada, em consonância com as metas pactuadas e observando a sua disponibilidade financeira;

b) prestar, quando solicitado, orientações à Direção da entidade para perfeita aplicação dos recursos repassados;

c) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, diretamente ou através de seus órgãos e entidades.

d) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento da conveniada;

e) Exigir e analisar a prestação de contas;

II – À CONVENIENTE compete:

a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados neste termo;

b) executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à execução do objeto que trata este Termo de Colaboração ou de Fomento, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

c) aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

d) não repassar os recursos recebidos a outra entidade de direito público ou privado;

e) não firmar Termo de Colaboração ou de Fomento ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplimento ou irregularidades para com o Estado ou Município;

f) promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

g) arcar com todo e qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente da execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento;

h) restituir o Governo do Município de Imaruí o saldo dos recursos não aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, inclusive dos rendimentos da aplicação financeira na data de conclusão ou rescisão do Termo de Colaboração ou de Fomento;

i) Prestar contas, mensalmente da aplicação dos recursos apresentando documentação comprobatória, nos exatos termos do Decreto municipal nº 001/2014, sendo indispensáveis:

- Extrato da conta bancária na qual o valor repassado foi depositado, bem como com a movimentação completa do período;

- documentos fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas;

- Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques, se for o caso.

j) solicitar, quando necessária à prorrogação de vigência do Termo de Colaboração ou de Fomento original no mínimo 30 (trinta) dias antes do termino com a devida justificativa;

l) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Termo de Colaboração ou de Fomento, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Termo de Colaboração ou de Fomento se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) Quando não for executado o objeto da avença;
- b) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Colaboração ou de Fomento;
- c) Quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo Único: nas hipóteses elencadas acima, exceto nos casos de mútuo acordo ou superveniência de norma legal que o torne material e formalmente inexecutável, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias, e impreterivelmente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser apresentadas em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto municipal nº. 001/2014.

Parágrafo Único: não poderão ser pagas com recursos deste Termo de Colaboração ou de Fomento despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxa de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto do presente termo será fiscalizada pelo Órgão Gestor e pelo Sistema de Controle Interno da concedente.

I – O Órgão Gestor, em atendimento à Lei Federal nº 13.019/2014, indicará um servidor público como responsável técnico pelo encaminhamento e fiscalização da transferência e da execução do respectivo objeto e será responsável pela emissão dos seguintes documentos:

- a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, onde deverá documentar qualquer atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto;
- b) Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do presente termo.

II – Ao Controle Interno compete, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto de transferência, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes às cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento tem vigência até dezembro de 2017, e a contar da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto no tocante

aos prazos para prestação de contas.

Parágrafo único: é vedado aditar o Termo de Colaboração ou de Fomento com o intuito de modificar se objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imaruí.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Colaboração ou de Fomento em cinco três vias de igual teor.

Imaruí, 07 de abril de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito de Imaruí

CATIA PEREIRA
Presidente da RFCC

TCHALLES CORRÊA LINO
Procurador Jurídico
OAB/SC 16253

Testemunhas:

ROMOALDO RAIMUNDO
CPF: 290.438.919-91

HELTON LAURINDO EVANGELISTA
CPF: 063.019.029-1

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

ERRATA - EXTRATO CONTRATO SETEC Nº 01/2017 PROC. Nº 04/2017

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 01/2017 DO PROC.
04/2017.

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2198 de 22 de fevereiro de 2017, na página 253, houve um equívoco quanto a nomenclatura do contrato confeccionado proveniente do processo licitatório nº 04/2017, Pregão Presencial nº 03/2017, pois o referido processo licitatório foi confeccionado como Ata de Registro Preço, quanto o certo é sua confecção como Contrato; Deste modo, houve a correta confecção do contrato. Portanto, deverá ser desconsiderada a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2017 DO PP 03/2017 confeccionada e seu respectivo EXTRATO, passando a ser considerada a seguinte publicação de extrato:

Extrato: Contrato 01/2017 - Proc. 04/2017
Contratada: EMPRESA LIND GUIMAR MACHADO ME
CNPJ: 18.010.737/0001-50
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E GERADOR PARA O CARNAVAL POPULAR DE 2017
Prazo: 25/02/2017 até 28/02/2017 Valor R\$ 16.300,00
Fundamento: Processo nº 04/2017 Pregão: 03/2017
Imbituba, 20 de fevereiro de 2017.

Leandro De Souza Ribeiro
Secretario Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
Contratante

LIND GUIMAR MACHADO ME
Representante legal
Contratado

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 030/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 030, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
Dispõe sobre a autorização da prorrogação da utilização temporária de área pública, e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 25893/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação da utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Irineu Bornhausen com Avenida Santa Catarina, em frente ao TER, Centro, Imbituba-SC, a DANIELA ADRIANE DENSCHINSKI ZITTA-LAU, inscrita no CPF sob o nº 045.424.099-61, residente na Rua Irineu Bornhausen, nº 700, Centro, Imbituba-SC, para a atividade de serviços ambulantes de alimentação, no período de 07/04/2017 a 05/07/2017.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, conforme art. 1º deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 369/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 369, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido, as abaixo relacionadas, admitidas através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2016, com a carga horária correspondente, para exercerem o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Elaine Dias da Rosa	Professora II – 40h	050.632.599-79	03/04/2017
Eliete Liduino Luciano	Professora II – 20h	034.019.469-35	03/04/2017
Guiomar Tavares de Carvalho	Professora II – 20h	205.354.648-43	03/04/2017
Jadna Pereira Moraes Gonçalves	Professora II – 20h	036.819.699-22	03/04/2017
Rúbia de Espíndola	Professora II – 20h	037.821.349-07	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 370/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 370, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Gestora Institucional - PMAQ, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, a Sra. PATRÍCIA AMORIM SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 025.620.279-65, para exercer o cargo de Gestora Institucional - PMAQ, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 371/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 371, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assistente de Diretor(a), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, a Sra. MARIA CAROLINE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 091.360.009-14, para exercer o cargo de Assistente de Diretor(a), junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 372/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 372, de 06 de abril de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. FÁBIO RAMOS SOUSA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 029.716.479-19, admitido em 25 de julho de 2002, contrato nº 1734, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	06.04.2017 a 04.06.2017
	05.07.2017 a 03.08.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 373/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 373, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 08/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Adriana Costa	Professora II – 20h	806.479.289-49	03/04/2017

Adriana Silveira da Silva	Professora I – 20h	889.002.159-49	03/04/2017
Adriane Pinto de Almeida	Professora I – 20h	711.457.960-87	03/04/2017
Alexandra de Medeiros	Professora I – 40h	888.432.039-91	03/04/2017
Aline Nascimento Gonçalves	Professora I – 20h	096.075.829-18	03/04/2017
Carla Diandra Tavares Muller	Professora I – 20h	077.829.049-27	03/04/2017
Cátia Levi Borges Vieira	Professora II – 20h	803.416.080-68	03/04/2017
Cléria Leandro Reis	Professora I – 40h	032.013.189-06	03/04/2017
Cristiane Damázio de Souza Alves	Professora II – 20h	052.717.079-89	03/04/2017
Cristina Vieira de Melo	Professora I – 20h	057.200.089-85	03/04/2017
Eliete Liduino Luciano	Professora I – 40h	034.019.469-35	03/04/2017
Eliziane Espírito Santo Vieira	Professora II – 20h	026.252.949-19	03/04/2017
Fabiana Querino	Professora I – 40h	841.250.989-72	03/04/2017
Francine da Silva Freitas	Professora II – 20h	088.042.749-30	03/04/2017
Gislene Nascimento da Rosa	Professora I – 40h	044.816.219-90	03/04/2017
Guiomar Tavares de Carvalho	Professora I – 20h	205.354.648-43	03/04/2017
Haike Elisabeth Graupmann Tkatchuk	Professora I – 20h	050.538.569-40	03/04/2017
Jadna Pereira Moraes Gonçalves	Professora II – 40h	036.819.699-22	03/04/2017
José Pedro Silva da Rosa	Professor I – 30h	094.026.629-60	03/04/2017
Josiane da Silva	Professora I – 20h	052.381.499-21	03/04/2017
Juliana Machado Hilário	Professora I – 20h	038.193.659-74	03/04/2017
Luci Alves Feitosa	Professora I – 40h	595.257.701-44	03/04/2017
Lucilene Maciel Alexandre	Professora I – 20h	047.546.259-94	03/04/2017
Maria Salete Fraga	Professora I – 20h	501.243.399-49	31/03/2017
Mayara Galvan Claudino	Professora I – 20h	078.109.729-01	03/04/2017
Mércia de Oliveira Cândido Jorge	Professora I – 40h	888.414.809-04	03/04/2017
Renata Martinazzo Sernajoto	Professora I – 20h	097.781.499-84	03/04/2017
Ricardo de Castro Gordo	Professor II – 20h	005.833.009-79	03/04/2017
Rosane Maria Pereira Roese	Professora II – 20h	RG1016006106	03/04/2017
Rosângela Dias Sebastião	Professora II – 20h	041.276.069-08	03/04/2017
Rosângela Vieira de Medeiros	Professora II – 20h	591.812.579-53	03/04/2017
Rosani Calônico	Professora I – 20h	704.898.409-06	03/04/2017
Tânia Mara Porto Laurentino	Professora I – 20h	045.424.399-50	31/03/2017
Thaís Nadja Silva Custódio	Professora I – 40h	042.542.939-33	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 374/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 374, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 31 de março de 2017, a Sra. ALEXSANDRA ROSA CARPES MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 042.027.289-55, do cargo de Assessora II, junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 90/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 375/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 375, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 31 de março de 2017, a Sra. AMANDA DOMICIANO POSSENTI, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 077.644.029-23, do cargo de Assessora IV, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 88/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 376/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 376, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, ainda, considerando o disposto no Processo nº 2.255, de 07 de fevereiro de 2017 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Alexandra Pacheco Florentino	Técnica em Enfermagem	806.473.759-15	10/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.
Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 377/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 377, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores, em cargos de provimento em comissão, para atuação nos respectivos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação nos respectivos órgãos superiores.

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Diretora de Ouvidoria, Transparência e Combate a Corrupção	UCSCI	Cândida Dienir Alves Martins	454.743.469-72	03/04/2017
Assistente de Diretor(a)	SEAD	Alexsandra Rosa Carpes Machado	042.027.289-55	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEFAZ	Amanda Domiciano Possenti	077.644.029-23	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 378/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 378, de 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério, em função gratificada de Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Altona, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, a Sra. JANE ROSE MARTINS, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o nº 776.156.549-04, para exercer o cargo de Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Altona, junto a Secretaria Municipal de Educação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 27/2017

Portaria N° 27/17

Concede Licença / Vereadora Aurora Antunes Coelho

Vereador Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 42, inciso III, artigo 43, da Lei Orgânica do Município, inciso II, parágrafo 2º da emenda à LOM nº 01/03, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimentos nºs 71/17 e 78/17, aprovados pelo Plenário, respectivamente, nas sessões de 27 e 29 de março de 2017, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, a vereadora Aurora Antunes Coelho, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 10 de abril de 2017 a 10 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Abril de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Jonas Luiz de Lima	Antônio Carlos Fink
Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

Iraceminha

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2017 CI-PMI

Dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros relativos a adiantamentos e diárias.

O Sistema de Controle Interno do Município de Iraceminha, no uso de suas atribuições legais, em especial do disposto no art. 2º, inc. V da Lei Municipal nº 813, de 19 de dezembro de 2003, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º A presente instrução normativa dispõe sobre os procedimentos que devem ser observados na prestação de contas de recursos financeiros relativos a adiantamentos e diárias.

Art. 2º O valor máximo a ser pago por refeição de almoço, incluindo bebida, em caso de adiantamentos é de R\$ 40,00 por servidor público. O valor excedente a R\$ 40,00 ficará a cargo do servidor. Adiantamentos para alimentação incluem apenas a refeição e água, suco ou refrigerante.

DOS COMPROVANTES DE DESPESAS DE ADIANTAMENTO

Art. 3º Constitui comprovante regular da despesa, a nota fiscal eletrônica, cupom fiscal, danfe, comprovante de participação em evento, passagem e certificado de curso.

§ 1º Os recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais.

§ 2º As notas fiscais para fins de comprovação da despesa pública deverão apresentar-se:

I - sempre em primeira via;

II - com caligrafia clara e única, se de emissão manual, sem rasuras, entrelinhas ou emendas;

III - preenchidas em todos os seus campos, de modo a identificar: data, nome e endereço da repartição destinatária; objeto da despesa, quantidade, demais elementos que permitam sua perfeita identificação; valores unitário e total das mercadorias; número de placas do veículo e quilometragem registrada no hodômetro, quando se tratar de fornecimento de combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos.

IV - Se preenchidas manualmente, devem ter em seu verso a identificação do servidor público, data e cargo. Em casa de haver refeição por dois ou mais servidores emitidos em mesma nota fiscal, deverão estes também apresentar identificação em seu verso.

§ 3º As notas fiscais para fins de comprovação da despesa pública, respeitado o disposto no § 1º deste artigo, deverão apresentar-se com precisa descrição e especificação dos serviços prestados, e conter nome, endereço, número de identidade, CPF ou CNPJ do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e discriminação das deduções efetuadas. Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa.

§ 4º Os comprovantes de despesa deverão ser emitidos em nome da Prefeitura ou Fundo Municipal.

Art. 4º Adiantamentos para realização de refeições só serão aceitas no caso de almoço. Não serão aceitos comprovantes de adiantamentos para gastos com lanches e refeições adversos.

Parágrafo único. Ocupantes do cargo de motorista do Fundo de Saúde Municipal deverão realizar a refeição de almoço em restaurantes credenciados pela prefeitura. O uso de notas fiscais de restaurantes não cadastrados serão considerados nulos para fins de comprovação de gastos. O comprovante de refeição em restaurantes credenciados será a assinatura do servidor em planilha fornecida pela empresa. A nota fiscal será gerada e arquivada pela mesma e remetida a Prefeitura no final do mês para conferência e pagamento.

Art. 5º Quando a refeição for feita em restaurante localizado no próprio município, deverá este ser justificado por sua finalidade e necessidade no verso da nota fiscal ou em folha separada.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS

Art. 6º A prestação de contas de recursos antecipados a título de adiantamentos será composta de forma individualizada, de acordo com a finalidade da despesa.

§ 1º O processo de prestação de contas far-se-á na respectiva Secretaria responsável pelo adiantamento, contendo, conforme o caso, os seguintes documentos:

I – Balancete de Prestação de Contas, constando a relação de todos os documentos de despesa constando: número e data do documento, espécie do documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação a soma da despesa realizada;

II – Cópias da Nota de Empenho e da Nota de Anulação se houver saldo recolhido;

III – Documentos das despesas realizadas, dispostas em ordem cronológica;

IV – Os documentos mencionados no item III, deverão ser grampeados em folhas tamanho A4; em cada folha poderão ser colados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns nos outros;

Art. 7º Caberá à tesouraria e contabilidade a tomada de contas dos adiantamentos e verificação se as disposições legais foram inteiramente cumpridas, principalmente nos seguintes aspectos:

I - Conferência do somatório;

II - Propriedade do recurso onerado;

III - Obediência às normas legais e regulamentares;

IV - Justificação da despesa;

Art. 8º Se as contas forem consideradas em ordem, o setor de tesouraria/contabilidade encaminhará a prestação de contas para o controle interno para a verificação de legitimidade dos documentos e posterior parecer e guarda.

Art. 9º Verificando-se qualquer ocorrência que contrarie as normas legais vigentes, o setor de Controle Interno, convocará o responsável pelo adiantamento, para no prazo máximo de 7 dias, cumprir as exigências e sanar as falhas apontadas ou promover o ressarcimento do valor adiantado.

§ 1º Em caso de ressarcimento ao cofre público, o responsável pelo adiantamento deverá anexar uma cópia do comprovante de depósito aos demais documentos e encaminhá-los ao controle interno para parecer e posterior guarda.

Art. 10º Consideram-se não prestadas as contas quando:

I - Não apresentadas no prazo regulamentar;

II - Apresentadas com documentação incompleta;

III - A documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação dos dinheiros públicos.

§ 1º O detentor de adiantamento é o responsável pela boa e regular aplicação do dinheiro público, de acordo com as leis, regulamentos e normas emanadas pelas autoridades competentes.

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 11º Ao servidor da administração direta, que se afastar temporariamente da respectiva sede a serviço, conceder-se-á o transporte e o pagamento antecipado das diárias a título de indenização das despesas de alimentação, estadia e deslocamento, conforme Lei Municipal n. 667/99 e 837/2004.

Art. 12º A autorização de viagem e a concessão das diárias serão dadas após a formalização da proposta de forma clara e objetiva, de maneira a permitir que a autoridade competente conheça a natureza e a finalidade da missão. Deverá ainda ser preenchido o roteiro de viagem e encaminhado ao setor de tesouraria para análise e aprovação, em no mínimo 48 horas de antecedência.

Art. 13º O documento hábil para requerer diárias é o roteiro de viagem, conforme modelo constante do Anexo I, em anexo.

DOS PAGAMENTOS DAS DIÁRIAS

Art. 14º As diárias estimadas para o deslocamento do servidor serão pagas com um mínimo de 24 horas de antecedência do dia de viagem, devendo este prestar contas após o seu retorno. A comprovação da efetiva viagem deve ser amplamente justificada possível, com comprovatórios do deslocamento, notas fiscais dos gastos com refeições e certificado de presença.

§ 1º As diárias recebidas, quando por qualquer circunstância não foi realizada a viagem, ou as recebidas em excesso deverão ser restituídas aos cofres públicos no prazo de 3 dias a contar da data do retorno à sede.

§ 2º O pagamento de diárias e passagens, para participação de servidores em eventos como cursos, seminários, palestras, conferências e assemelhados, somente é possível quando relacionado com o desenvolvimento de suas atividades, com autorização do chefe do poder executivo municipal.

§ 3º A autoridade que autorizar diárias em desacordo com as normas legais e regulamentares de regência de matéria responderá, solidariamente, pela reposição imediata da importância paga, bem como pelo custo das passagens, sem prejuízo das medidas administrativas próprias.

§ 4º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 5º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 6º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DE DIÁRIAS

Art. 15º O pagamento de diárias deverá ser comprovado com os seguintes documentos:

I - Certificado de participação em eventos;

II - Notas fiscais de pernoite e alimentação;

III - Bilhetes de passagem, se for o caso.

Art. 16º Os comprovantes de participação em eventos/reuniões/cursos devem ser gerados pela instituição, órgão ou empresa de destino, assinada e datada, para provar a efetiva presença do servidor ao local de destino e sua finalidade.

Art. 17º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Iraceminha, 03 de abril de 2017.

Tiones Ediel Franzen
Controlador Interno

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA / ROTEIRO DE VIAGEM

Nome do servidor(a):			Cargo/Função:		
			Setor:		
Nº Banco:		Nº Agência:		Nº conta p/ depósito:	
CPF.:		RG.:			
End.:			Nº diárias:	Valor da Diária	Valor Total
Fone:					
Origem da viagem:			UF:	Destino da viagem:	UF:
Data da saída:		Hora da saída:		Data do retorno:	Hora do retorno estimada:
Tipo de Transporte:				Veículo /Órgão informar modelo e placa:	
Objetivo da viagem:				Veículo /Próprio informar modelo e placa:	
Nº da lei de concessão de diária: Lei Municipal n.667/1999 e 837/2004					
TERMO DE COMPROMISSO				Assinatura do Servidor	
<p>Comprometo-me a apresentar Relatório de Viagem/Prestação de Contas acompanhado de comprovantes de passagens, comprovantes de participação em cursos e demais documentos que comprovem a realização da viagem, devidamente atestados.</p>					

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 122/2017

PORTARIA Nº 122/2017.

NOMEIA SERVIDORA PARA EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR sob o regime de trabalho Celetista TEREZI-NHA BLASKOWSKI, nascida em 27/11/1984, portadora do CPF nº 042.255.499-50, RG nº 4.819.058 SESP/SC, para exercer o emprego público de Técnico de Enfermagem (40h/sem), no nível único do Grupo II do Anexo I, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com vinculação a Secretaria da Saúde, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 123/2017

PORTARIA Nº. 123/2017.

DELEGA COMPETÊNCIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e, amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - DELEGAR a LADEMIR FERNANDO ARCARI servidor ocupante do cargo político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, competência para praticar todos os atos necessários a boa condução dos serviços afetos a sua pasta funcional, previstos nos artigos 12, 13, 14, 15 e 16 da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001, relativas ao planejamento, execução e controle das atividades administrativas da estrutura organizacional, com autoridade funcional e faculdades para delegar competência, suprimindo a Administração Pública Municipal de recursos humanos e materiais, podendo para tanto deferir, indeferir, aprovar, rejeitar, corrigir, revisar, anular, celebrar e firmar termos de contratos e convênios em nome do Município, atos de Pessoal, Processos Licitatórios, autorizar o licenciamento, homologar e assinar todos os documentos relativos as atividades executadas pela Secretaria Municipal da Administração.

Parágrafo único: Não se incluem no rol de delegações constantes do caput deste artigo, sendo, portanto, vedadas, as competências relativas ao empenhamento de despesas, sua liquidação e a emissão de ordens de pagamento;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 124/2017

PORTARIA Nº 124/2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 098/2013, de 24/03/2015,

RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR o servidor JULIO CESAR QUADROS, ocupante do cargo efetivo de Contador I(44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Responsável pela Direção dos Serviços Contábeis, percebendo gratificação mensal prevista no ANEXO VI - da Lei Complementar Municipal nº 057/2012 e suas alterações.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/04/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 132/2017

PORTARIA Nº. 132/2017.

DELEGA ATRIBUIÇÕES À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal da Administração do Município de Irineópolis - SC, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere a Portaria nº 123, com embasamento no disposto no artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e, amparado no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a ROBSON ROBERTO BINDER servidor ocupante do cargo efetivo de ALMOXARIFE, a execução de atividades na Secretaria Municipal da Administração, com atuação junto ao controle e acompanhamento do Patrimônio Público e controle de Frotas da Municipalidade.

§ 1º. As atribuições delegadas ao servidor encontram-se inseridas na descrição de atividades do cargo de Almoхарife com a seguinte redação: "Programar e coordenar as atividades de recebimento, conferência, controle, guarda e distribuição, registro e inventário de materiais permanentes e de consumo para uso das unidades/órgãos da instituição".

§ 2º. O desenvolvimento das atividades delegadas por esta Portaria terá a coordenação e supervisão do Departamento de Patrimônio e Material do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Abril de 2017.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Secretário Municipal da Administração.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço, no dia 27 de abril de 2017, para possível aquisição de luvas especiais para inseminação artificial, baina tipo francesa, nitrogênio líquido e sêmen bovino. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de abril de 2017 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 10 de abril de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 87/2016

N° ADITIVO: 3º

N° CONTRATO: 87/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Pública Informática Ltda.

OBJETO: inclusão de subitem Gestão de Controle de Frequência dos Servidores (Ponto Eletrônico) no item Licença de Software para Gestão de Pessoas, a contar de 1º/04/2017. Valor do Aditivo: R\$ 24.403,00. Itaiópolis, 31/03/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DOE LICITAÇÃO PR 07/2017

Pregão Presencial nº 07/2017; Objeto: Aquisição de Relógio Ponto para as todas as Unidades da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis/SC. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 25 de Abril de 2017; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 25 de Abril de 2017; Local de abertura: Prefeitura Municipal de Itaiópolis. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 07 de abril de 2017, Benedito Bento Marques – Secretário Municipal de Saúde.

Itapema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.010.2017

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.010.2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Massa Asfáltica Usinada a Quente, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital Nº 04.010.2017

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 20 (vinte) de abril de 2017.

Abertura do Pregão: 20 (vinte) de abril de 2017, às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.010.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 06 de abril
Nilza Nilda Simas
Prefeita de Itapema

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.011.2017

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.011.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de combustíveis - gasolina comum e óleo diesel S10, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.011.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 20 (vinte) de abril de 2017.

Abertura do Pregão: 20 (vinte) de abril de 2017, às 15:00(quinze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.011.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 06 de abril
Nilza Nilda Simas
Prefeita de Itapema

Itapoá

PREFEITURA

CMAS: ATA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017

Ata: 004/2017, Reunião: ORDINÁRIA, Data: 05/04/2017, Horário: 09h00

Local: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV

Aos cinco dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, número 340, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h11 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presente os conselheiros: Clair Terezinha Freitas, Elaine Cristina Alves, Edgar Utarã Dória, Lana Rosélia Quadros Bevilaqua, Michérli Lenzi Neuber, Mauricio Deunio Olkoski, Ana Luiza Valente de Oliveira, Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marciane Rech. Relata-se a presença da conselheira Rochele Antoni às 09h45. Dando início a reunião, a presidente, Sra. Elaine Cristina Alves dá boas vindas a todos informando que a reunião possuirá gravação de voz, e informa que a pauta foi anteriormente encaminhada por e-mail, sendo: Item 01. OF. SMAS 062.2017 que informa a mudança de sala da Secretaria Executiva. Item 02. OF. SMAS 060.2017 que informa a desocupação temporária da sede do Serviço de Acolhimento Institucional Recanto Feliz devido à necessidade de reformas, conforme sugestão da secretaria de Planejamento visando a segurança dos acolhidos. Concomitante informa que a situação da obra está sendo tratada no Processo Administrativo 01/2017. Item 03. OF. SMAS 061.2017 que disponibiliza a relação de técnicos da SMAS e seus respectivos horários de atuação bem com a descrição de função de cada técnico da Instituição de Acolhimento, CRAS e gestão, em resposta ao OF. CMAS 08.2017. Item 04. E-mail de 26/03/2017 da SMAS solicitando atualização das metas e ações em correspondência ao PPA nos conselhos da assistência social, idoso e criança e adolescentes, acompanhado da planilha LDO 2017-2020 e plano Plurianual. - Aguardando envio do plano de ação da gestão e então será encaminhado para a comissão interna. Item 05. OF. Pastoral 005/2017 indicando a Sra. Clair Terezinha Freitas como titular no CMAS. Item 06. OF. SMAS 065.2017 informando a transferência temporária do Serviço de Acolhimento Institucional Recanto Feliz para imóvel locado. A seguir, na pauta deliberativa foi tratado o Item 07. Projeto de Lei para abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de dotação, encaminhado pelo Gabinete do Prefeito. Foi discutido sobre as dificuldades de tramitação dos projetos de lei elaborados pelo executivo conforme entendimento do Gabinete do Prefeito. A conselheira Bernadete questionou se o chefe de gabinete tem o entendimento correto da importância dos conselhos. A conselheira Ana questionou se não seria necessária os esclarecimentos dos trâmites ao chefe de gabinete. A conselheira Lana relatou que ocorreram conversas como presidente do conselho de saúde com o chefe de gabinete, repassando as informações e exigências de tramitação dos projetos com pareceres dos conselhos. A presidente Elaine informou que foram seis projetos em que ocorreram tais fatos (falta de parecer dos conselhos) e que após as conversas não foram protocolados novos projetos sugerindo aguardar as próximas ações para avaliar se houve o entendimento da importância dos conselhos para a gestão. DELIBEROU o plenário do conselho pela aprovação da suplementação/anulação no valor de R\$ 10.086,37 (—) de forma unânime. Outros Assuntos: A presidente explanou sobre os problemas do registro das entidades no conselho. A conselheira Michérli relatou que a sugestão da AMUNESC foi a orientação das entidades. A conselheira Ana salientou que muitas entidades em Itapoá existem de forma documental, estatutariamente, mas que em questões práticas não se tem feito os trabalhos. Sugere então o estabelecimento de comissão para análise das ações concretas das entidades. A presidente sugeriu primeiro fazer a análise documental e a formação/capacitação, com a colaboração da AMUNESC. A conselheira Bernadete diz acreditar que a situação necessária é formação e não a penalização. A presidente consultou o conselho para solicitar a gestão a parceria da AMUNESC com o que o plenário do conselho concordou. A conselheira Clair solicitou que quando por ocasião da chegada de novo conselheiros seja realizado o acolhimento por parte dos demais conselheiros, com respectiva preparação/formação dos mesmos para atuarem no conselho. Próxima reunião ordinária ocorrerá em 03/05/2017 às 09h00 conforme calendário anual. A conselheira Margarida Ap. G, Haas justificou ausência conforme e-mail encaminhado à secretaria executiva. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às 10h16. Assinam esta ata os presentes:

Maria Bernadete Pinto Rodrigo
Lana Rosélia Quadros Bevilaqua
Edgar Utarã Dória
Clair Terezinha Freitas
Elaine Cristina Alves
Ana Luiza Valente de Oliveira
Rochele Antoni
Marciane Rech
Micherli Lenzi Neuber
Mauricio Deunio Olkoski

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.662

DECRETO Nº 1.662, de 05 de abril de 2017.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, com fulcro no inciso VIII do art. 102 da Lei Orgânica do Município de Jaborá(SC), e considerando:

DECRETA

Artigo 1º - Decreta “PONTO FACULTATIVO” nas repartições públicas municipais, e de outros órgãos, quando controlados/conveniados com a administração municipal, no dia 13 de abril de 2017, no período Vespertino, exceto nos serviços essenciais.

Parágrafo Único - Dia 14 de abril de 2017, Feriado Nacional (Paixão de Cristo) não haverá atendimento no período integral.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá,
em 05/abril/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA 051/2017

PORTARIA Nº. 051, de 07 de abril de 2017.

CONCEDE ADICIONAL POR FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da Lei Complementar nº. 058/2001 de 13/dezembro/2001 e na Lei Complementar nº. 103/2010 de 06/julho/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ALBANI BORTOLON, funcionário de provimento efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, subordinado a Secretaria de Infraestrutura, adicional por função gratificada, conforme previsto no Anexo Único da Lei Complementar nº. 103/2010, de 06/julho/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07/04/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97_2017_ COOPERCASTELLO

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Chamada Pública nº 2/2017

Fundamento Legal: Artigo 61, Parágrafo único da Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 16/2017.

Contrato Administrativo nº: 97/2017.

Objeto: OBJETO DA PRESENTE CHAMADA PÚBLICA É A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO - PNAE.

Valor: R\$ 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO - COOPERCASTELLO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.965.993/0001-85.

Jaborá, SC, 07 de abril de 2017.

Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

LEI Nº. 834 DE 05 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 834 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE CARGOS PÚBLICOS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL PARA A EXECUÇÃO DA "ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA" – ESF, CRIADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E FIXA O NÚMERO DE VAGAS, VENCIMENTOS, TRANSFORMA CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, apresenta à Câmara de Vereadores desta municipalidade, para deliberar e ao final aprovar, o presente Projeto de Lei com as seguintes disposições:

Art. 1º - Ficam criados, na Estrutura Administrativa Municipal, os cargos públicos, especificados nos Anexos I, II e III, estabelecendo o nome do cargo, fixando o número de vagas e atribuindo-lhe o vencimento.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a admissão de pessoal, para a execução da Estratégia de Saúde da Família, conforme quantitativo especificado nos Anexos I, II e III da presente Lei.

Parágrafo único. A Estratégia de Saúde da Família, criada e instituída pelo Ministério da Saúde, tem por objetivo atender à Portaria MS/GM Nº 2488/2011, operacionalizada com a implantação e desenvolvimento da Saúde da Família.

Art. 3º- Aos servidores admitidos para os cargos criados por esta lei será aplicado o regime Estatutário dos Servidores Públicos do município e as disposições do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º - A criação dos cargos, estabelecidos nos Anexos I, II e III integrantes desta Lei, visa atender exclusivamente as necessidades estabelecidas para a execução da Estratégia com as "Equipes de Saúde da Família - ESF", objetivando ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde.

Art. 5º - Os cargos criados por esta Lei ficarão subordinados à Secretaria da Saúde, sendo preenchidos conforme a necessidade de execução do programa.

Art. 6º - A admissão de pessoal para os cargos, objeto desta Lei, deverá ser precedida de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos ou processo seletivo público de títulos ou de provas e títulos, à exceção dos Agentes Comunitários de Saúde da Família (Lei 11.350/2006), que será de prévia aprovação em processo seletivo público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

Art. 7º - Constituem hipóteses de demissão do pessoal vinculado às Equipes de Saúde da Família - ESF, objeto da presente Lei:

I - necessidade de redução de quadro de pessoal, ocasionado pelo término do programa por parte do Governo Federal e/ou por excesso de despesas, nos termos da Lei Federal Nº 9.801/1999;

II - insuficiência de desempenho, devidamente apurada em procedimento administrativo, no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

III – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

IV – motivadamente (art. 7, I, CF) em face da:

a) extinção dos programas federais;

b) desativação/redução de equipe(s);

c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessão do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

Parágrafo único. Para os Agentes Comunitários de Saúde da Família, o contrato será rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto inciso I do art. 6 da Lei 11.350 ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 8º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal admitido nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, ou processo administrativo, concluída excepcionalmente, devido à natureza dos cargos que prestam serviços essenciais, estabelecidos no Estatuto dos Servidores Municipais.

DOS CARGOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º - As atribuições dos cargos criados por esta Lei encontram-se discriminadas no Anexo V, que é parte integrante desta Lei.

Art. 10 - Os profissionais admitidos com base nesta lei, devem manter vínculo exclusivo ao Programa Estratégia Saúde da Família e ficam sujeitos ao cumprimento rigoroso de 08 (oito) horas diárias em dois turnos de 4 (quatro) horas entre 08:00 e 17:30 h, no local estabelecido para atendimento ao público, com controle de frequência, com horário a ser estabelecido por ato do Secretário da Saúde, conforme as

necessidades de cada Unidade.

DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Art. 11 - O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Processo Seletivo.
- II - haver concluído, com aproveitamento, Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada; e
- III - haver concluído o Ensino Fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III aos que, ocupavam funções típicas de Agente Comunitário de Saúde entre a data da publicação da Emenda Constitucional 51 de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº11.350 de 9 de junho de 2006.

§ 2º Os Agentes Comunitários de Saúde enquadrados no § 1º deste Artigo serão submetidos a uma Avaliação de Desempenho para a garantia dos benefícios desta Lei, da Emenda Constitucional 51 de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº11.350 de 9 de junho de 2006.

§ 3º Após a publicação desta Lei, o Prefeito Municipal de Jacinto Machado baixará Decreto regulamentando a Avaliação de Desempenho dos atuais Agentes Comunitários de Saúde.

§ 4º Compete à Secretaria da Saúde de Jacinto Machado a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 5º - Após o levantamento do número de Agentes Comunitários de Saúde que preenchem os requisitos do Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar por Decreto, o número de vagas remanescentes, para fins de Processo Seletivo, até o limite geral de 30vagas de Agentes Comunitários de Saúde.

DA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 12 - Fica autorizado o Executivo Municipal a fazer contratações de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no órgão de execução da Estratégia de Saúde da Família, atendidos os seguintes princípios:

- I - atender situações de calamidade pública e ou estado de emergência;
- II - combater surtos epidêmicos;
- III - promover campanha de saúde pública;
- IV - atender substituições de profissionais admitidos, por motivo de doença, licença maternidade ou aposentadoria.
- V – caso não tenha aprovado sem concurso público ou processo seletivo.

Art. 13 - As contratações previstas nesta Lei, sob regime Estatutário, pertencente ao Regime Geral de Previdência Social, deverão ser precedidas de Teste Seletivo, e terão o prazo até o final do Programa.

Art. 14 - A remuneração dos Servidores contratados deverão ser os constantes do Piso Salarial, de acordo com o Plano de cargos e Salários e ou Tabela Salarial Vigente.

Art. 15 - As contratações deverão ser solicitadas, por ofício ao Executivo Municipal contendo:

- I - justificativa pormenorizada da necessidade da contratação;
- II - caracterização da temporariedade do serviço a ser realizado;
- III – cargos, remuneração e local de trabalho;
- IV - origem e disponibilidade dos recursos necessários às contratações.

Art. 16 - As contratações a que se refere esta Lei serão efetivadas por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 05 de abril de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ANEXO I

GRUPO PROFISSIONAL SAÚDE DA FAMÍLIA - NÍVEL SUPERIOR

Código	Nome do EMPREGO	Vagas	Habilitação	C.H.	Vencimento
325	Médico da Saúde da Família	03	Nível Superior em Medicina e registro no CRM	40 h	R\$ 7.758,70
327	Enfermeiro da Saúde da Família	03	Nível Superior em Enfermagem e registro no COREN	40 h	R\$ 2.395,13

ANEXO II

GRUPO SEMIPROFISSIONAL SAÚDE DA FAMÍLIA - NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

Código	Nome do EMPREGO	Vagas	Habilitação	C.H.	Vencimento
328	Técnico em Enfermagem da Saúde da Família	03	Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN	40 h	R\$1.375,70

ANEXO III

GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO SAÚDE DA FAMÍLIA - ENSINO FUNDAMENTAL

Código	Nome do EMPREGO	Vagas	Habilitação	C.H.	Vencimento
329	Agente Comunitário da Saúde da Família	25	Ensino Fundamental	40 h	R\$ 1.014,00

ANEXO IV

TABELA DE EMPREGOS EFETIVOS MANTIDOS E TRANSFORMADOS

(Lei Municipal nº 449/2006)

Código	Cargos Atuais	Vagas	Cargos Novos e Transformados
299	Técnico em Enfermagem	01	Técnico em Enfermagem da Saúde da Família

ANEXO V

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

Nome do Cargo	Atribuições
Equipe de Saúde da Família - todos os Cargos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; 2. Realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; 3. Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; 4. Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; 5. Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; 6. Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; 7. Responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; 8. Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; 9. Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; 10. Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações inter-setoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; 11. Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; 12. Participar das atividades de educação permanente; 13. Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais. 14. Garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; 15. Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos Conselhos Locais de Saúde e no Conselho Municipal de Saúde; 16. Auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; 17. Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde NOAS 2001.

Médico da Saúde da Família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; 2. Realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); 3. Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos; 4. Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; 5. Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; 6. Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos de Enfermagem, ACD e THD; 7. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família. 8. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do EMPREGO, mediante autorização prévia.
Odontólogo da Saúde da Família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; 2. Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em Saúde Bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; 3. Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolutividade; 4. Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; 5. Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; 6. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; 7. Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF; 8. Realizar supervisão técnica do THD e ACD; 9. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família. 10. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do EMPREGO, mediante autorização prévia.
Enfermeiro da Saúde da Família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; 2. Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; 3. Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida e da doença: Saúde da Mulher, Acompanhamento do Pré-natal e Planejamento Familiar, Saúde da Criança, Hipertensos, Diabéticos, Tuberculose, Hanseníase, Saúde Bucal, Saúde do Idoso: Saúde Mental; 4. Atividades assistenciais rotineiras: Curativos; Exame de Glicemia Capilar; Aferição de pressão arterial; Mensuração (peso e medida); Administração de medicamentos; Instrumentação em pequenas cirurgias; Nebulização. 5. Planejamento de ações como: cronograma anual do hiperdia, atendimento médico, odontológico, enfermagem, visitas domiciliares, pequenas cirurgias, reunião de equipe; 6. Elaboração das rotinas das auxiliares de serviços gerais; 7. Relatório semanal do atendimento médico e odontológico; 8. Pedidos semanais para material de consumo: farmácia, almoxarifado e impressos; 9. Responsabilidade pelos pedidos de manutenção e reparo dos equipamentos; 10. Direcionamento dos encaminhamentos médicos especializados e exames de média e alta complexidade; 11. Fechamento do relatório SIA e SIAB de toda a equipe (agente comunitária de saúde, técnico em enfermagem, enfermeiro, médico, odontólogo); 12. No nível de sua competência, executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária: Relatório semanal para vigilância epidemiológica, planilha de diarreia e agravos; 13. Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na Unidade de Saúde da Família e, quando necessário, no domicílio; 14. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; 15. Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; 16. Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções. 17. Exercer as atividades de Chefia da Unidade de Saúde da Família; 18. Identificar as necessidades e realizar as ações de Oxigenioterapia, capacitando as Equipe de Saúde da Família no acompanhamento desta ação de atenção à Saúde 19. Supervisão e Organização: Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde da Família; 20. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do CARGO , mediante autorização prévia.

Técnico em Enfermagem da Saúde da Família	<ol style="list-style-type: none">1. Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);2. Realizar busca ativa de casos como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico;3. Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;4. Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências da Unidade de Saúde da Família, garantindo o controle de infecção;5. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família.6. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do CARGO, mediante autorização prévia.
Agente Comunitária da Saúde da Família	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar mapeamento de sua área;2. Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;3. Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;4. Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;5. Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;6. Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade de acordo com as necessidades definidas pela equipe no mínimo duas visitas mensais;7. Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;8. Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;9. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;10. Traduzir para a Equipe de Saúde da Família a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;11. Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA:OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA EPP,

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
9	460	un	Aparelho de barbear descartável, confeccionado em polipropileno, sem rebarbas, com 2 lâminas em aço inox, afiadas, sem sinais de oxidação, com protetor.	1,10	LAMIX
13	7	un	Banheira ergonômica para bebê, confeccionada em plástico resistente e antialérgico, formato anatômico e confortável, capacidade mínima 24 litros; cantos arredondados, locais apropriados para colocar sabonete e esponja; fundo e bico projetados para permitir escoamento rápido e total da água.	33,00	TRITEC
15	23	un	Botijão térmico capacidade mínima 06 litros: Garrafão térmico com torneira de plástico com travamento para retirada dos líquidos; alça retrátil que confere maior facilidade para transportar o produto; bocal largo que facilita a entrada de líquidos; indicado para líquidos quentes e frios; tripé retrátil.	115,20	TERMOLAR
17	19	un	Capacho emborrachado para porta, fabricado em fibras de vinil sintética entrelaçadas, com base antiderrapante, resistente à água, medindo 40cm x 60cm.	29,00	KAPAZI
20	10	un	Cesto plástico resistente para roupa, mínimo 46 litros com tampa.	26,00	ARQPLAST
43	25	pcte	Elástico para cabelo (rabicó), confeccionado com fio de poliéster e elastano, funcionando como elástico, que prende os cabelos sem quebrá-los, com acabamento rugoso, coloridos, tamanho médio com largura aproximada de 2,5cm, pacote com no mínimo 12 unidades.	3,30	KL
46	31	un	Escova de aço	3,45	MAXX
47	10	un	Escova para higienização de mamadeiras, com cerdas de nylon, atóxica. Dimensão aproximada: 27cm.	7,90	SHANGRILLA
51	38	un	Esmalte para unhas, com 8ml, cores claras.	2,15	BEAUTY
54	40	un	Estojo compacto para escova, fio e creme dental, em plástico resistente, diversas cores.	4,65	JAGUAR
69	65	un	Gel para cabelos s/ álcool, mínimo 300g.	5,25	HARD HAIR
80	90	un	Lixa de unha, comum, um lado com granulações mais grossas e outro mais fina.	0,15	LANDS
83	17	un	Lixeira plástica resistente, lavável, capacidade 50L, basculante .	39,90	ARQPLAST
85	20	un	Lixeira plástica, resistente, lavável, Capacidade 12 Litros. telada	2,00	ARQPLAST
95	30	un	Palito para unhas de madeira, com acabamento especial, resistente e durável, 1 ponta fina e a outra em forma de espátula.	0,30	LANDS
111	10	pcte	Prendedor de cabelo tipo piranha, em plástico resistente, pigmento atóxico, diversas cores, tamanho comprimento de 3,5cm a 5cm e largura 3,0cm a 4cm. Pacote com 12 unidades.	3,80	RAÇAS
116	7	un	Regador, material plástico, tipo bico chuveiro, alça inteira, capacidade de 10 litros.	12,99	POLICAMP
117	21	un	Rodo Combinado 35cm com cabo: Rodo combinado, confeccionado em metal, 2 em 1, dupla face, uma de borracha e outra de lã, para limpeza de bancadas e vidros.	31,95	NOBRE
126	40	un	Saboneteira plástica, com escorredor e tampa, comum, resistente a queda, diversas cores.	2,20	RAINHA
146	22	un	Tesoura especial para corte de unha de bebês: (tesoura em inox com ponta arredonda e cabo anatômico. indicada para o cuidado com as unhas do bebê, a partir do nascimento. corta de forma segura e precisa. material: aço inoxidável e plástico. com capa protetora em plástico para as lâminas).	8,60	BEAUTY
147	20	un	Tiara (arco) para cabelo, para crianças de 04 a 17 anos, arco em plástico ou metal revestido, e adornos diferentes. Diversas cores.	2,20	HAIR
148	20	un	Tiara (arco) para cabelo para crianças de 04 a 17 anos, em plástico, sem adornos, diversas cores.	2,20	HAIR

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada,

semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 11/2016-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E ORLANDI TRINDADE DE SOUZA

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal

de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Marca
4	430	fr	Álcool com 1000 ml – Álcool etílico hidratado para limpeza, com 1 litro; com 54 gl e selo do Immetro. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	3,95	FLOOPS
6	186	fr	Álcool gel, antisséptico 70%, higienizante para as mãos – com válvula pump - mín. 400g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	5,58	BIOLUX
8	216	fr	Amaciante de roupas, 02 litros Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	2,89	VERDESAN

50	46	un	Escova Sanitária com suporte – Escova para limpeza sanitária; com suporte, cabo em polipropileno, medindo no mínimo 34,5x12cm.	3,60	RIO TIJUCAS
53	713	un	Espanja de Louça p/ Limpeza – Tipo dupla face; medindo no mínimo 110mmx74mmx20mm; com formato retangular. Composição: espuma de poliuretano e fibra sintética, abrasivo e agente antimicrobiano; na cor verde/amarelo.	0,42	ASSOLAN
74	64	un	Inseticida aerosol, eficaz contra baratas, mosquitos (inclusive da dengue), pernilongos, formigas e moscas, à base de água, livre de CFC, inodoro. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, data de fabricação, nº lote, Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Registrado na Anvisa/MS. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	5,60	ULTRAINSET
87	67	pr	Luva p/ Limpeza – Tam. G – Borracha de látex natural, norma NBR 13393; com palmas antiderrapantes, tamanho grande. Embalados em pacotes plásticos contendo 01 (um) par cada. Embalagem constando informações do fabricante, lote, tamanho, data de fabricação, prazo de validade, responsável técnico. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 13393	1,75	TALGE
88	192	pr	Luva p/ Limpeza – Tam. M – Borracha de látex natural, norma NBR 13393; com palmas antiderrapantes, tamanho grande. Embalados em pacotes plásticos contendo 01 (um) par cada. Embalagem constando informações do fabricante, lote, tamanho, data de fabricação, prazo de validade, responsável técnico. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 13393	1,70	TALGE
89	16	pr	Luva p/ Limpeza – Tam. P – Borracha de látex natural, norma NBR 13393; com palmas antiderrapantes, tamanho grande. Embalados em pacotes plásticos contendo 01 (um) par cada. Embalagem constando informações do fabricante, lote, tamanho, data de fabricação, prazo de validade, responsável técnico. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 13393	1,73	TALGE
104	1360	pcte	Papel toalha branco: dimensões mínimas folha: 23cm (largura) x 21cm (altura) – pcte c/ 1000 folhas - Papel toalha interfolhado de 2 dobras, alta absorção, gofrado, macio, fragrância neutra, gramatura do papel: Igual ou superior a 24 g/m², cor branca, 100% celulose virgem. Distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, de forma que não esfale. Sendo duas folhas suficientes para secagem das duas mãos. Atender ABNT NBR 15.134:2007, ABNT NBR 15.464-7, ABNT e ABNT NBR ISO 12625-8:2012. Rotulagem contendo: Identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha, dados do fabricante, cnpj, data de fabricação. Apresentar ficha técnica do produto ofertado	9,20	NC PAPEIS
137	245	un	Saponáceo Cremoso – Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, alcalinizante, espessante, agente abrasivo e essência. Tensoativo biodegradável. Fragrâncias variadas. Embalagem com no mínimo 300ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, número do lote, validade. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,94	WORKER
152	93	un	Vassoura de Palha de Milho c/ cabo – Tipo caipira; propriedades mínimas: cepa em palha, com cerdas de palha, tipo 5 fios e amarração com arame; cabo de madeira medindo mínimo 120cm de comprimentos	10,89	BRUXINHA
153	25	un	Vassoura de Pêlo 60cm c/ cabo – Propriedades mínimas:: cepa em crina animal; 60 cm comprimento x 5cm de largura x 5cm de espessura com a rosca; com 120 tufo; contendo 200 cerdas por tufo; tipo lisa; cepa pesando 240g; cabo de madeira revestida de polipropileno, medindo mínimo 120cm comprimento; com gancho de polietileno de alta densidade; rosca em poli etileno de baixa densidade.	18,95	PEROVINHA

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal

08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E NEILON PAULO GILI

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS**EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017**

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
21	11	un	Cesto plástico resistente para roupa, 30 litros com tampa.	22,00	PLASNORTH
31	45	un	Cortador de unha para as mãos, em aço cromado, convencional lixa.	2,29	MERHEJE
70	7	cx	Grampo para cabelo em aço com proteção nas pontas (pontas arredondadas), nº 5, cor: preto. Caixa com mínimo de 100 unidades.	3,95	DARMA
80	90	un	Lixa de unha, comum, um lado com granulações mais grossas e outro mais fina.	0,15	LANDS
106	40	un	Pinça para sobrancelha em aço inoxidável.	1,40	MERHEJE
113	12	cartela	Presilha para cabelos, tipo tic-tac, em cores variadas, tamanho médio. Cartela com 12 unidades.	2,50	PC UTILIDADES
144	19	un	Tapete para banheiro, de microfibra, antiderrapante, tamanho aproximado 60 x 40cm.	25,44	KAPAZZI
145	13	un	Tapete para box emborrachado	13,86	PCUTILIDADES

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como

determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E GILVANA MARIA RIGO RAFAELLI

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
1	242	pct	Absorvente higiênico com abas com 08 unidades	2,40	SYM
16	26	un	Capacho emborrachado para porta, fabricado em fibras de vinil sintética entrelaçadas, com base antiderrapante, resistente à água, medindo 1m X 1,50m.	190,00	WS

24	80	un	Condicionador de cabelos infantil, (creme para cabelo tipo condicionador, indicado para todos os tipos de cabelo. Clinicamente testado, ph balanceado, não possui álcool, não irrita os olhos. embalagem: frasco plástico. Conteúdo mínimo de 200ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	5,60	ANJINHONHO
44	2420	un	Escova de dente adulto, cerdas macias, 4 fileiras de tufo – aproximadamente 34 tufo de cerdas, arredondadas e na mesma altura, cabo medindo aproximadamente 17cm de comprimento. Embalada separadamente. Embalagem em blister.	0,60	MEDFIO
45	70	un	Escova dental infantil, atóxica, cerdas macias, 3 fileiras de tufo – aproximadamente 22 tufo de cerdas – corte reto e pontas arredondadas na mesma altura -cabo medindo aproximadamente 15cm de comprimento. Embalada separadamente. Embalagem em blister.	0,60	MEDFIO
58	80	un	Fio dental em embalagem resistente e vedada com rolo de 100m a 150m. Deve constar externamente os dados de identificação, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	3,80	MEDFIO
61	250	pcte	Fralda infantil tam GG - Composição: Filme de polietileno, papel absorvente, polpa de celulose, fita adesiva, lycra, cobertura interna de polipropileno, superabsorvente, barreiras antivazamento, formato anatômico, testado dermatologicamente. Pacote com mínimo 24 unidades.	16,50	BABY PISS
64	150	pcte	Fralda infantil tam P - Composição: Filme de polietileno, papel absorvente, polpa de celulose, fita adesiva, lycra, cobertura interna de polipropileno, superabsorvente, barreiras antivazamento, formato anatômico, testado dermatologicamente. Pacote com mínimo 34 unidades.	16,50	BABY PISS
65	150	pcte	Fralda infantil tam RN - Composição: Filme de polietileno, papel absorvente, polpa de celulose, fita adesiva, lycra, cobertura interna de polipropileno, superabsorvente, barreiras antivazamento, formato anatômico, testado dermatologicamente. Pacote com mínimo 18 unidades.	13,57	BABY PISS
68	80	un	Gel dental infantil, sem flúor, composição suave e isenta de substâncias prejudiciais ao organismo em caso de ingestão. Validade mínima 12 meses da data da entrega. Embalagem 100g. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	8,20	DENTICS
71	663	pct	Guardanapos de papel, - folha simples, tipo liso, cor branca, alvura superior a 70%, conforme norma ISO. Acondicionado em pacotes com 50 unidades. Medida mínima 30x30cm.	0,95	ORQUIDEA
72	80	un	Hastes flexíveis, com algodão nas duas extremidades, caixas contendo 75 unidades.	1,10	COTTON BABY
108	349	pct	Pratos descartáveis 26cm - Pratos descartáveis, raso em poliestileno, alta resistência, branco, em material atóxico, com diâmetro aproximadamente de 26 cm. Pacotes com 10 unidades. Embaladas higienicamente em saco plástico. Acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto ate seu uso. A embalagem devera conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	2,64	MINAS-PLAST
109	810	pct	Pratos descartáveis 18cm - Pratos descartáveis, raso em poliestileno, alta resistência, branco, em material atóxico, com diâmetro aproximadamente de 18 cm. Pacotes com 10 unidades. Embaladas higienicamente em saco plástico. Acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto ate seu uso. A embalagem devera conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	1,14	MINAS-PLAST
110	725	pct	Pratos descartáveis 21cm - Pratos descartáveis raso em poliestileno, alta resistência, branco, em material atóxico, com diâmetro aproximadamente de 21 cm. Pacotes com 10 unidades. Embaladas higienicamente em saco plástico. Acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto ate seu uso. A embalagem devera conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	1,55	MINAS-PLAST
123	2130	un	Sabonete infantil com hidratante, mínimo 75g. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa . Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,35	ANJINHONHO
131	71	pcte	Saco plástico para cachorro quente: leitoso medindo aproximadamente 20x12cm. Embalagem com 100 unidades.	1,60	GIOCA
135	84	pcte	SACO PARA LIXO 40L COM 100 unid. – Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 40 litros, dimensões mínimas de 50x60, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,04mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	6,95	IDEAL

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; **QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS:** As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. **LOCAIS DE ENTREGAS:** As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio

08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E JAIR JACOBÉ

MARIA SANTIN CAMELLO
 Ordenadora do Fundo Municipal
 de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
10	50	un	Balde plástico – reforçado em plástico não reciclado (100% virgem), com alça de metal. Capacidade mínima de 15 litros.	5,50	ARQPLAST
27	269	pcte	Copos Descartáveis isopor térmico 180ml Copo descartável, isopor térmico, com capacidade mínima para 180 ml, acondicionado em mangas com 25 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 14865	3,85	COPOBRÁS

28	100	pcte	Copos Descartáveis 300 ml Copo descartável branco ou transparente, em polipropileno ou PP, com capacidade mínima para 300 ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, Os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 14865	4,90	CRISTAL
32	2506	un	Creme dental, com flúor, 90g. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,40	ICEFRESH
35	573	fr	Detergente Gel para louças – embalagem entre 500g e 550g – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	5,00	LIMPOL GEL
37	370	un	Desodorante roll-on, antitranspirante, 50ml, com fragrâncias diversas, unissex. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	4,20	SKALLA
38	250	un	Desodorizador de Ambientes , spray, frasco com no mínimo 360ml.Fragrâncias diversas. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	5,50	ULTRAFRESH
57	210	cx	Filtro de Papel para café 103 Filtro de papel para café nº 103, caixa com 30 unidades	2,80	BRIGITTA
60	76	maço	Fósforo - Fósforo em madeira, composto em vegetal e mineral, apresentado na forma de palito, com ponta em pólvora, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem contendo 10 caixas de 40 palitos.	1,80	GABOARDI
75	19	kit	Kit Balde Centrifugador + esfregão 360° – balde centrifugador com capacidade mínima de 09 litros, sistema de centrifugação por pressão do cabo. Esfregão completo com certas em microfibras, com cabo regulável, em alumínio com acabamento em polipropileno, trava para regulagem da altura do cabo, cabo com comprimento de no mínimo 1,20m e com rotação de 360°. Acompanha mais 03 refs.	67,00	BOMPACK
77	205	un	Lenço umedecido, embalagem contendo no mínimo 70 unidades com dimensões mínimas de 19 x 11 cm. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	2,79	ANJINHO
78	163	un	Limpa Vidros 500ml – Princípio ativo: Lauril éter sulfato de sódio. Composição básica: nonil fenol etoxilado, álcool, éter glicólico; hidróxido de amônio, corante, perfume; e água, cor azul. Frasco plástico 500ml. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,97	WORKER
82	17	un	Lixeira plástica resistente, lavável, capacidade de 100L, com tampa e pedal.	123,40	JAGUAR
96	36	un	Pá de Lixo c/ cabo – Confeccionada em polipropileno; medindo aproximadamente 23x19x-9cm, cores variadas, cabo de madeira revestido com polipropileno de medida mínima de 75,5 cm de comprimento.	5,00	CANADA
102	380	fdo	Papel higiênico branco com 60 metros – Fardo com 64 unidades, folha simples na cor branca, neutro, não reciclado, absorvente, com 100% celulose virgem, gramatura mínima de 17 g/m², picotado, gofrado, cor branca, macio e sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso com distribuição homogeneia das fibras ao longo do papel. Embalagem com boa visibilidade do produto. Rolo medindo no mínimo 60m x 10cm de largura. Embalagem com boa visibilidade do produto. Apresentar ficha técnica do produto ofertado.	58,65	NESS
118	32	un	Rodo; com cepa de alumínio; cepa medindo mínimo 40cm; borracha: natural; dupla; cabo de alumínio mínimo 120cm; gancho de alumínio; com rosca, com rebite de alumínio macico.	20,00	CANADÁ
119	29	un	Rodo; com cepa de alumínio_polido; cepa medindo mínimo 60cm; borracha: natural; dupla; cabo de alumínio mínimo 150cm; gancho de alumínio; com rosca, com rebite de alumínio macico.	21,00	CANADÁ
124	580	un	Sabonete adulto 90g, suave, diversos aromas – Registro no órgão competente. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,10	IARA
139	366	un	Shampoo para cabelos, embalagem com no mínimo 350ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	5,99	SEDA
143	32	un	Talco infantil, embalagem plástica de no mínimo 200g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação através de rótulo contendo informações sobre o produto, fabricante e validade. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	6,00	ANJINHO

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades

e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E JULIANO DOS SANTOS

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal

de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
14	30	un	Borrifador de água – em plástico, gatilho com regulagem do jato direto ou pulverizado com capacidade no mínimo 340ml.	3,29	PRATIK
22	28	un	Coletor (lixeira) para copos descartáveis usados, com 2 tubos para copos de água e café, de PCV, fixados em base resistente. Capacidade aproximada 300 copos.	23,90	NOBRE

26	1710	pcte	Copos Descartáveis 180 ml Copo descartável, branco ou transparente em polipropileno ou PP, com capacidade mínima para 180 ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230 Os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 14865	2,79	CRISTAL-COPO
48	20	un	Escovão para piso com cabo – escovão para limpeza de pisos, com cerdas de polipropileno duras. Base em polipropileno de no mínimo 30cm e cabo em madeira revestida, de no mínimo 120cm e rosqueável.	5,59	VER-PLAST
49	45	un	Escova Oval de Mão – Base plástico medindo no mínimo 11,5 x 6,5 x 4 cm; com cerdas em náilon sintético, sem alça.	1,98	DESAFIO
56	119	un	Filme de pvc para alimentos Filme de pvc para embalar, proteger e conservar alimentos. Dimensões 28cm x 30m.	3,30	BOMPACK
84	21	un	Lixeira plástica resistente, lavável, capacidade 15L, com tampa e pedal.	19,00	PLASVA-LE
90	8	un	Mangueira para jardim, de PVC, 30 metros, trançada, 1/2" com engate de 1/2"	41,00	MANTAC
91	19	un	Mop pó Completo 40cm - Com cabo de alumínio anodizado, tamanho 1,40mx24mm de diâmetro. Armação Profi em polipropileno e aço galvanizado aproximadamente 40 x 10cm. Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural com resultado superior na retenção de partículas, tamanho 40cm.	40,00	NOBRE
98	335	un	Pano de chão atalhado (felpudo), 100% algodão, medindo no mínimo: 50cm x 70cm.	2,90	PA-NOPRA-TIC
99	348	un	Pano de prato atalhado (felpudo) – 100% algodão, medindo no mínimo 40x60cm, com bainha nas laterais e estampas variadas.	1,90	PA-NOPRA-TIC
101	63	un	Papel Alumínio - Rolo com 45cm 7,5m	3,65	BOMPACK
114	32	un	Refil para MOP - Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação Profi em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por laços. Tamanho: 40 cm x 08 cm.	16,00	NOBRE
129	89	rolo	Sacos plásticos para alimentos – 03 kg - com 100 unidades cada rolo - dimensões mínimas: 23cm x 35cm	2,89	MEGAMIL
130	91	rolo	Sacos plásticos para alimentos – 05 kg - com 100 unidades cada rolo - dimensões mínimas: 28cm x 40cm	3,12	MEGAMIL
136	80	pcte	SACO PARA LIXO 20L COM 100 unid. – Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 20 litros, dimensões mínimas de 39x52, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,04 mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	5,99	NEWPLAS
149	428	pct	Toalha de Papel para cozinha - com 02 rolos de 60 toalhas cada; dimensões mínimas 20cmx-22cm.	2,39	FACE A FACE
151	55	un	Vassoura de Náilon c/ cabo – Pontas plumadas (desfiadas), base em pvc resistente, largura mínima de 26cm, com cabo revestido em polipropileno, medindo mínimo 120cm de comprimento, com gancho de polietileno, rosca em polietileno.	4,20	VER-PLAST

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; **QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS:** As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. **LOCAIS DE ENTREGAS:** As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal

08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E ANTONIO GERALDO KLEIN

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS**EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017**

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
2	35	pct	Absorvente protetor diário, sem abas, pacote com 15 unidades.	2,95	SYM
23	220	pct	Colheres descartáveis Colheres descartáveis confeccionado em plástico resistente na cor branca ou translúcida medindo 15 a 16 cm de comprimento. O produto deve ser isento de materiais estranhos, rachaduras, deformações, rebarbas ou aresta. Embaladas higienicamente em saco plástico com 50 unidades. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	3,17	STRAWPLAST
25	170	un	Condicionador de cabelos, embalagem mínima 350ml Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	7,12	MONANGE
29	34	pcte	Copos Descartáveis 400 ml Copo descartável, branco ou transparente em polipropileno ou PP, com capacidade mínima para 400 ml, acondicionado em mangas com 50 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230 Os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 14865	5,25	COPOZAN

30	51	pcte	Copos Descartáveis 50ML - Copo descartável, polipropileno ou PP, com capacidade mínima para 50 ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230. Os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 14865	1,44	CRISTAL
33	130	un	Creme para pentear, embalagem mínima 200ml	5,12	KANESHOW
39	30	un	Desentupidor granulado ou em escamas, para pias e ralos -embalagem de 300g. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	11,19	DIABO VERDE
40	24	un	Dispenser para copos - Dispenser para copos descartáveis 180ml - Corpo feito em plástico transparente com tampa superior – acompanha kit de buchas e parafusos para fixação na parede	15,37	ANODILAR
41	4	un	Dispenser para copos - Dispenser para copos descartáveis 50ml – Corpo feito em plástico transparente com tampa superior – acompanha kit de buchas e parafusos para fixação na parede	13,46	ANODILAR
42	25	un	Dispenser para sabonete líquido com reservatório para abastecimento de até 800ml, em plástico ABS reforçado, de alta resistência ao impacto, na cor branca, apropriado para fixação em parede, sistema dosador, trava de segurança, visor frontal transparente para facilitar a visibilidade da quantidade de sabonete para o abastecimento, garantia contra defeitos de fabricação, acompanha buchas e parafusos.	14,56	BELL PLUS
52	167	un	Esponja de lã de aço – composto de aço carbono; acondicionado em saco plástico c/ 8 unidades, peso mínimo 60g.	1,02	INOVE
55	22	pct	Faca descartável - faca plástica descartável para refeição confeccionada em plástico resistente na cor branca ou translúcida medindo 16 a 17 cm de comprimento. O produto deve ser isento de materiais estranhos, rachaduras, deformações, rebarbas ou arestas, cor branca, acondicionada em pacotes com 50 unidades.	3,05	STRAWPLAST
59	305	un	Flanela comum – Medindo no mínimo 30x40 cm, 100% algodão, cor: amarelo-ouro (laranja), com costura na barra.	0,80	MARTINS
66	278	pct	Garfo descartável - Garfo descartável confeccionado em plástico resistente na cor branca ou translúcida medindo 15 a 16 cm de comprimento. O produto deve ser isento de materiais estranhos, rachaduras, deformações, rebarbas ou aresta. Embaladas higienicamente em saco plástico com 50 unidades. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	3,17	STRAWPLAST
67	49	un	Garrafa térmica – Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1,8 litro; corpo em polipropileno; ampola em vidro, devendo esta de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada. Apresentar certificado emitido pelo órgão competente e/ou credenciado, de que os itens atendem a NBR 13282	67,40	INVICTA
76	226	cx	Lenço de papel, branco, caixa com 50 unidades.	2,62	KLINEX
81	24	un	Lixeira plástica resistente, lavável, capacidade 60L, com tampa e pedal.	79,90	JSN
86	83	un	Lustra Móveis 200ml – Composição: Emulsão aquosa cremosa; perfumado; para superfície em geral (exceto piso); composto de cera, silicone, solvente, emulsificante, conservante; sequestrante, perfume e água; embalado em frasco plástico com no mínimo 200ml.	1,45	WORKER
93	12	un	Óleo de Peroba 100ml - Embalagem plástica com no mínimo 100ml. Á base de óleos e solventes vegetais e minerais.	3,12	WORKER
97	17	cjto	Pá de lixo com escova – conjunto de pá de lixo com escova. Dimensões aproximadas da pá: 18 x 4 x 16cm. Comprimento aproximado da escova: 23cm. Escova com cerdas lisas e flexíveis.	3,14	CANADA
100	207	pct	Pano Multiuso p/ Limpeza – Pct c/ 5un – Composição: Fibras de viscose; composto de resina, vinil acrílica, corante, agente bacteriostático, medindo mínimo 50x30cm; embalado em embalagem apropriada com dados do fabricante e produto.	1,47	VABENE
103	51	rolo	Papel Manteiga - Papel Manteiga, rolo com 7,50m x 30cm de largura.	3,40	BOMPACK
105	700	un	Pedra sanitária – Composição: Aglutinante, isotiazolinonas, corante e essências. Com haste plástica. Com peso mínimo de 25g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	0,68	SANY

107	80	pcte	Pote descartável 250ml - Pote descartável em plástico, branco ou transparente, para acondicionar bebidas ou comidas quentes ou frias, com capacidade para 250ml, acompanhado de tampa perfeitamente adaptável. Os potes devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, furos, deformações e não devem apresentar sujidades internas nem externamente, bordas afiadas ou com rebarbas. Embalagem conforme praxe do fabricante, com no mínimo 25 unidades de potes com tampa, de forma a garantir a integridade do produto até seu uso. A embalagem externa deverá conter os dados do identificação, procedência e quantidade.	6,87	COPOZAN
112	102	dz	Prendedor de roupas de madeira com 12 unidades	1,00	BOTH
127	27	pcte	Sacos de papel para pipoca, na cor branca, tamanho 14cm x 11cm. Pacote com 500 unidades cada.	9,37	IMPEL
128	60	rolo	Sacos plásticos para alimentos – 02 kg - com 100 unidades cada rolo – dimensões mínimas: 20cm x 33cm	2,00	BOMPACK
133	94	pcte	Saco para lixo 100L com 100 unid. – Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 100 litros, dimensões mínimas de 75x105cm, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,10mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	41,35	IDEAL
134	115	pcte	Saco para lixo 60L com 100 unid. - Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 60 litros, dimensões mínimas de 60x70cm, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,07mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	11,70	IDEAL
138	120	un	Shampoo infantil para cabelos, ph balanceado, antialérgico, não irrita os olhos, e com ótimo rendimento. isento de álcool, indicado para todos os tipos de cabelo. com suave fragrância e testado dermatologicamente. com identificação do produto, marca do fabricante, composição, data de fabricação e prazo de validade, embalagem com no mínimo 200ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	7,99	ISABABY
140	9	un	Soda cáustica, embalagem de 01 kg. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	11,12	3A
141	39	un	Suporte/Dispenser para papel toalha: Dispenser próprio para papel toalha Interfolha 2 ou 3 dobras. Material: plástico ABS reforçado, alta resistência, na cor branca. Frente com visor para inspeção do nível de papel remanescente, sistema de travamento de segurança – acompanha acessórios para fixação. Capacidade para até 600 folhas. Dimensões aproximadas do produto: 30 x 24,5 x 12 cm (Altura x Largura x Profundidade)	16,83	PANDOLFO
142	76	un	Talco para os pés – 100g. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	7,00	TENIS SECK
150	17	un	Vassoura de Cipó c/ cabo – fabricada com cerdas de cipó, base reforçada com no mínimo 03 amarras e cabo de madeira medindo mínimo 120 cm firmemente fixado.	17,32	CANADA

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;**QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS:** As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 11/2016-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. **LOCAIS DE ENTREGAS:** As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal

08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E WILLIAN PATRICK HEINECKE

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	MARCA
18	17	gl	Cera líquida antiderrapante, auto brilho – galão 05 litros. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	22,00	BRILHO INSTANTÂNEO
19	60	gl	Cera líquida – galão 5 litros - Cera líquida incolor com perfume, diluível em água, para piso e assoalhos.. Acondicionado em bombonas plástica de 5 litros. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	17,90	DIVAN
36	18	un	Desinfetante clorado para desinfecção de frutas, legumes e verduras, em pó, embalagem de 1kg. Ação antimicrobiana comprovada. Princípio ativo: Dicloroisocianurato de Sódio dihidratado.	18,20	MULTWEG
62	250	pcte	Fralda infantil tam G - Composição: Filme de polietileno, papel absorvente, polpa de celulose, fita adesiva, lycra, cobertura interna de polipropileno, superabsorvente, barreiras antivazamento, formato anatômico, testado dermatologicamente. Pacote com mínimo 20 unidades.	14,00	BABY PISS
63	250	pcte	Fralda infantil tam M - Composição: Filme de polietileno, papel absorvente, polpa de celulose, fita adesiva, lycra, cobertura interna de polipropileno, superabsorvente, barreiras antivazamento, formato anatômico, testado dermatologicamente. Pacote com mínimo 24 unidades.	14,00	BABY PISS
115	20	un	Refil (luva) para rodo combinado, de lã – 35cm – para limpeza de vidros.	23,09	BRALIMPIA
120	309	un	Sabão em Barra, glicerinado, testado dermatologicamente – embalado em saco plástico individual, peso 200g, com validade 2 anos. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,40	YPE
121	382	pcte	Sabão em Pó 3kg – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	17,99	TYXAN
132	26	pcte	Saco para lixo 200L com 100 unid. – Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 200 litros, dimensões mínimas de 90x115cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,10mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	62,78	BRIOVILLE

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 11/2016-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E WELLINGTON VICTOR CRISPIM

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 01/2017-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA:ZELI ODETE DA SILVA ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens e tecidos, destinados à manutenção das proteções sociais e serviços do FMAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	QTD Estimada	Unid	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Marca
3	820	fr	Água Sanitária c/ 1000ml – Água sanitária para limpeza; solução aquosa, a base de hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2% pp a 2,5% pp; com validade mínima de 6 meses, embalada em frasco plástico opaco com 1 litro. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,10	BELLA DONNA

5	210	fr	Álcool etílico hidratado em gel 65º INPM, para limpeza (uso doméstico), em frasco contendo no mínimo 480g, com tampa dosadora de fluxo. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	3,50	BELLA DONNA
7	131	gl	Alvejante sem cloro – para limpeza e remoção de manchas em roupas brancas e coloridas. Embalagem: galão 5 litros. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	6,50	BELLA DONNA
34	372	fr	Desengordurante líquido para cozinha , embalagem com 500 ml . Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	1,90	BELLA DONNA
73	137	gl	Hipoclorito de sódio; com teor de concentração de cloro ativo mínimo de 10%; odor característico; cor característica; acondicionado em bombona plástica hermética com 05 litros; rotulo com informações do produto, fabricante e data de fabricação e validade. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	10,00	BELLA DONNA
79	250	gl	Limpador multiuso de limpeza geral – indicado para remoção de gorduras, poeira, fuligem em cozinhas, banheiros, pias, azulejos, plásticos e esmaltados, fogões e outras superfícies laváveis. Acondicionado em galão plástico de 5 litros. Biodegradável. Validade mínima de 12 meses . Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	5,79	BELLA DONNA
125	83	gl	Sabonete Líquido c/ 5l – para higiene das mãos; ph entre 7,0 e 8,0, fragrâncias: erva doce, floral e frutas; acondicionado em galão de 5 litros. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa .	9,00	BELLA DONNA

DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;**QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS:** As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 11/2016-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. **LOCAIS DE ENTREGAS:** As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 01/2017-FMAS. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2017 serão as seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2017	Recurso
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	03	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprio
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	05	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	06	Federal
08.122.0850.2.804	Manutenção da gestão da política da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	08	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	27	Estadual
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	23	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	25	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3.3.90 – aplicações diretas	26	Federal
08.244.0851.2.811	Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família	3.3.90 – aplicações diretas	29	Próprio
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – aplicações diretas	35	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	39	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	41	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	40	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	43	Próprio
08.244.0853.2.816	Manutenção das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	3.3.90 – aplicações diretas	45	Próprio

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: MARIA SANTIN CAMELLO E EDENIR DE AQUINO RODRIGUES

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 33 (trinta e três) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho - Serra, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Santo Estevão, localizada na Rua Rodovia Municipal JGS 466, nº 1315, no Bairro Garibaldi, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 25 de abril de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 73.600,00 (setenta e três mil e seiscentos reais), sendo o valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de abril de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº. 152/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 152/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento da servidora para concessão de Licença Prêmio, período de 02/04/2012 a 31/03/2017, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio à servidora pública municipal, DEBORAH SUELI DE AMORIM, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 433 na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de

pagamento competência 04/2017; e
II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº. 153/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 153/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 210/2017/Samae/DA-CRH,

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 3732, no dia 29/03/2017,

CONSIDERANDO que o servidor Valberto Hillesheim, membro da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar designado pela Portaria SAMAEJSU nº 175/2014 era o condutor do veículo envolvido no acidente,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 3732, no dia 29/03/2017, na Rua Heinz Barg, acesso R3, bairro Vila Baependi, neste município.

Art. 2º DESIGNAR a servidora pública municipal ALESSANDRA STINGHEN, matrícula 565, escriturária para compor a Comissão Especial de Sindicância Administrativa em substituição ao servidor Valberto Hillesheim e, em conjunto com os atuais membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar, WAGNER GUSTAVO MENDES MARQUES DRACHINSKI, matrícula 480, auxiliar administrativo, designado através da Portaria SAMAEJSU nº 175/2014 e GREICY PAOLA FARIAS FRONZA VOLKMANN, matrícula 398, escriturária, designada através da Portaria SAMAEJSU nº 056/2017 e sob a presidência desta apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a pedido da Comissão, por iguais e sucessivos períodos, observada a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos da Autarquia, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº. 154/2017

PORTARIASAMAEJS Nº 154/2017

Aplica penalidade à empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda. O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações e,

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 01/2016 instaurado em face da empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda. através da Portaria SAMAEJSU nº 132/2016 para apurar eventual descumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo nomeada pela Portaria SAMAEJSU nº 185/2013 e alterada pela Portaria SAMAEJSU nº 175/2014 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 70 e artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º APLICAR a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, a empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda. nos termos do inciso III, artigo 87 da Lei Municipal nº 8.666/1993.

Art. 2º DETERMINAR que se promova a cobrança, através de processo administrativo específico em face da empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda., pelos danos causados a esta Administração, ou seja, os valores correspondentes aos termos aditivos firmados provenientes das incorreções e deficiências identificadas no projeto executivo, devidamente corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) nos termos do artigo 70 da Lei Municipal nº 8.666/1993, tão logo tais valores sejam integralmente pagos pela Autarquia, configurando o dano material.

Art. 3 Na hipótese em que novos termos aditivos venham a ser celebrados pela Administração até a conclusão da obra e, comprovadamente guardem relação com as incorreções e deficiências identificadas no projeto executivo elaborado pela empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda., que se instaure Processo Administrativo específico com vistas a efetuar a cobrança

destes valores, ou seja, do dano material suportado pela Autarquia, tão logo o dano se configure, com o efetivo desembolso do valor correspondente pela Administração.

Art. 4º Em restando ineficazes as tentativas administrativas de restituição ao erário, que se encaminhe o inteiro teor dos autos à Controladoria Geral do Município para, nos termos da Instrução Normativa nº 13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, proceder à apuração de fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento através de procedimento de Tomada de Contas Especial.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº. 155/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 155/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 10/03/2005 a 09/03/2015, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, VALBERTO HILLESHEIM, ocupante do cargo de Pedreiro, matrícula 405 na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento competência 04/2017; e

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo analisado os autos do processo licitatório em epígrafe, homologo por este termo, o Pregão Presencial para contratação de empresa prestadora de serviços para operação de Postos de Trabalho Servente de limpeza da sede da Câmara Municipal e limpeza externa de vidros, em favor de Orbenk Administração e serviços Ltda., no valor total de R\$ 99.990,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa reais), com base na Lei Federal 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e decreto Municipal nº 4.698/02 e alterações

posteriores e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº . 01/2017 – Pregão Presencial

VENCEDOR: Orbenk Administração e serviços Ltda.

CNPJ- 79.283.064/0001-41

Valor Total Homologado: R\$ 99.990,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa reais).

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 15/2017/PMJ - TP 1/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017/PMJ / TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 15/2017/PMJ – tomada de preço nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica de parte das ruas Augusto Arbugeri e Cruz e Souza, neste Município.”, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento da proposta está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.109 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.109 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E 16 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descritas, por conta do superávit financeiro exercício dos recursos ordinários do município:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-272

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 09 Junta do Serviço Militar

Proj./Atividade: 2.032 Manutenção da Junta do Serviço Militar e do Tiro de Guerra

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-49

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 09 Junta do Serviço Militar

Proj./Atividade: 2.032 Manutenção da Junta do Serviço Militar e do Tiro de Guerra

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-50

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 06 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ATA 03/2017 FMAS

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pastel assado com recheio de brócolis e ricota	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	14,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	16,0000	2
2	Pastel assado com recheio de carne moída	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	14,0000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,5000	2
3	Assado de salsicha	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2
4	Empada de frango com palmito	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	17,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	18,0000	2
5	Croissant de frango	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	18,5000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	27,0200	2
6	Croissant de presunto e queijo	KG	Franieli Costa Beber Epp (7645)		0	18,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	27,0200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Página: 2/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Mini pizza de frango	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	15,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	16,0000	2
8	Mini pizza de calabresa	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	15,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	16,0000	2
9	Bolinho de queijo	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2
10	Coxinha de frango	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2
11	Croquete de carne	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2
12	Pastelzinho de carne	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Rissoles de frango	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,0000	2
14	Mini sanduíche integral de salami com queijo branco e peito de peru	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	19,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	31,2700	2
15	Mini sanduíche natural de frango, cenoura e alface	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	19,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	20,0000	2
16	Sonho recheado com goiabada	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	12,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	13,0000	2
17	Sonho recheado com doce de leite	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	12,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	13,0000	2
18	Massa folhada com banana e canela	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	16,9000	1
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	17,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra:		O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Massa folhada com creme	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	16,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	17,0000	2
20	Carolina	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	16,5000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	17,0000	2
21	Croissant de chocolate	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	16,9000	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	17,0000	2
22	Pão francês	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	5,4900	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	5,5000	2
23	Pão para sanduíche - fatiado	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	5,9900	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	6,0000	2
24	Pão fatiado para sanduíche - integral	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	6,9900	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	7,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Pão para cachorro quente	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	5,5000	1
26	Cuca doce - sem recheio	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	5,6000	2
26	Cuca doce - sem recheio	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	7,9900	1
27	Cuca doce - com recheio	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	8,0000	2
27	Cuca doce - com recheio	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	7,9900	1
28	Bolo simples	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	8,0000	2
28	Bolo simples	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	13,9000	1
29	Bolo com uma camada de recheio e cobertura	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	14,5000	2
29	Bolo com uma camada de recheio e cobertura	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	14,9000	1
30	Bolo com duas camadas de recheio e cobertura	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	15,0000	2
30	Bolo com duas camadas de recheio e cobertura	KG	Francieli Costa Beber Epp (7645)		0	14,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra:		O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFETARIA MULTI SABOR LTDA - EPP (5753)		0	15,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

PROCESSO Nº 4/2017

(5753) - PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP
(7645) - Francieli Costa Beber Epp

Joaçaba, 6 de Abril de 2017.

ATA 07/2017 PMJ

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017 **Data do Registro:** 29/03/2017 **Válido até:** 29/03/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joacaba. SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FOLDER I - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras, faca especial, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3388)	ALTA DEFINIÇ	0	0,2000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)		0	0,2100	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,2400	3
2	FOLDER II - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 170 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: vinco mecanizado, duas dobras, fotolito (T/R).	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,1600	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3388)		0	0,2000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,2150	3
3	FLYER I - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras, faca especial, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,2400	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3388)		0	0,2600	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,2740	3
4	FLYER II - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 120 g/m² - tamanho 15,00 x 21,00 cm. Serviços: fotolito (F/V). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,1300	1

Página: 2/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,1600	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	0,1600	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,1840	4
5	CARTAZ - impressão 4 x 0 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,3900	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	1,4000	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	1,4500	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	1,5280	4
6	INFORMATIVO - impressão 4 x 0 cores - papel couchê brilho 170 g/m² - 02 páginas - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Serviços: folheto (FV), dobra mecanizada Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços - com quantidades diferentes.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4000	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,4100	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,4300	3
7	CARTILHA - 08 PÁGINAS = 02 lâminas - folhas em offset 115 g/m² nas medidas 21,00 x 29,70 cm - impressão 4 x 4 cores - Serviços: grampear, intercalação manual, folheto (TR). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,3500	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,3600	2

Página: 3/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	CARTILHA - 16 páginas = 04 lâminas - folhas em couchê brilho 170 g/m² tamanho 21,00 x 46,00 cm - impressão 4 x 4 cores. Serviços: grampear, intercalação manual, folheto (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,4100	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,4280	4
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,7600	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,7700	2
9	CRACHÁ - impressão 4 x 4 cores - acrílico - tamanho 8,00 x 5,50 cm Serviços: arte final + cordão azul	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,9200	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,9370	4
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	DCL	0	8,8900	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	8,9000	2
10	CONVITE I - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 230 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, folheto (T/R), faca especial. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)		0	9,5300	3
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,2600	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,2700	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)		0	0,3000	3

Página: 4/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,3110	4
11	CONVITE II - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: folheto (F). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,2000	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,2100	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)		0	0,2200	3
12	BANNER I - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 3,00 m Serviços: Ilúns ou madeira.	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	DCL	0	105,9000	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	106,0000	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	110,0000	3
13	BANNER II - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,00 x 1,20 m Serviços: Ilúns ou madeira.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	52,8500	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	52,8600	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	54,9200	3
14	BANNER III - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 1,10 m Serviços: Ilúns ou madeira.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	46,9900	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	47,0000	2

Página: 5/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017 Data do Registro: 29/03/2017 Válido até: 29/03/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joacaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	49,8900	3
15	BANNER IV - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,00 x 2,00 m Serviços: acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão)	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	DCL	0	88,9000	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	89,0000	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	89,9500	3
16	FAIXA I - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 3,00 m Serviços: ilhós.	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	DCL	0	105,7000	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	105,8000	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	106,3000	3
17	FAIXA II - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 2,00 m Serviços: acabamento em madeira arredondada nas laterais e no meio + ilhós.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	74,9900	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	75,0000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	81,4800	3
18	FAIXA III - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 3,00 m Serviços: acabamento em madeira arredondada nas laterais e no meio + ilhós.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	104,0000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	106,9000	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	108,1500	3

Página: 6/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017			Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	CARTEIRINHA I - impressão 4 x 4 cores - papel triplex 250 g/m² - tamanho 10,00 x 12,00 cm Serviços: arte final Observação: a quantidade prevista será dividida em 02 cores diferentes.	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1700	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,1800	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,2000	3
20	CARTEIRINHA II - impressão 4 x 4 cores - papel triplex 250 g/m² - tamanho 10,00 x 12,00 cm Serviços: arte final Observação: a quantidade prevista será dividida em 02 cores diferentes.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,6500	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,6900	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	1,4000	3
21	CARTEIRINHA ESTUDANTE - impressão 4 x 4 cores - papel couchê 180 g/m² - tamanho 12,00 x 16,00 cm Serviços: dobra ao meio mecanizada (em um lado espaço para colar fotografia 3x4 - um lado com espaço para identificação do aluno, escola, ano e logomarca do Município - outro lado espaço para identificação do endereço, telefone e nome do responsável e do motorista - demais informações conforme modelo a ser encaminhado) Serviços: arte final	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,2600	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,2900	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,4400	3
22	CERTIFICANDO - impressão 4 x 4 cores - papel offset 180 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm Serviços: folheto (F.V). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4900	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	0,5000	2

Página: 79

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

23	ENVELOPE SACO 24x34- impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 110 g/m² - tamanho 24,00 x 34,00 cm (A x L)	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	G. GUARAMIR	0	0,7400	3
			Antonio Roberto Loshstein (7632)				
24	ENVELOPE SACO 26x36 - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 110 g/m² - tamanho 26,00 x 36,00 cm (A x L)	UN	GRÁFICA GUARAMIR LTDA (3380)	G. GUARAMIR	0	0,4600	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)				
25	FOLHA OFÍCIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 75 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm (L x A)	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)	POLIMPRESS	0	0,0900	1
			Antonio Roberto Loshstein (7632)				
26	CARTÃO - Impressão 4 x 4 cores - papel couchê 270 g/m² - tamanho 9,00 x 5,00 cm (L x A)	UN	GRÁFICA GUARAMIR LTDA (3380)	DCL	0	0,1000	2
			Antonio Roberto Loshstein (7632)				
27	CARTÃO - Impressão 4 x 4 cores - papel couchê 270 g/m² - tamanho 9,00 x 5,00 cm (L x A)	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	0	0,1400	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)				

Página: 8/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Antonio Roberto Loshstein (7632)		0	0,0900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 7/2017						Data do Registro: 29/03/2017		Válido até: 29/03/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2017
PROCESSO Nº 13/2017

- (2186) - DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME
- (3368) - GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP
- (3380) - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
- (5949) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
- (7632) - Antonio Roberto Loshstein

Joaçaba, 29 de Março de 2017.

HOMOLOG 13/2017 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2017 - PR
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 13/2017 Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 06/03/2017
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2017
b) Licitação Nr.: 9/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/03/2017
e) Objeto da Licitação Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos destinados à promoção/divulgação dos programas e atividades desenvolvidos pela Gerência de Comunicação do Município de Joaçaba, SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)

9	CRACHÁ - impressão 4 x 4 cores - acrílico - tamanho 8,00 x 5,50 c	UN	700,00	0,0000	8,89	6.223,00
	Serviços: arte final + cordão azul - Marca: DCL					
12	BANNER I - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 3,00 m	UN	70,00	0,0000	105,90	7.413,00
	Serviços: Ilhós ou madeira. - Marca: DCL					
15	BANNER IV - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,00 x 2,00 m	UN	30,00	0,0000	88,90	2.667,00
	Serviços: acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão) - Marca: DCL					
16	FAIXA I - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 3,00 m	UN	70,00	0,0000	105,70	7.399,00
	Serviços: Ilhós. - Marca: DCL					
26	CARTÃO - Impressão 4 x 4 cores - papel couchê 270 g/m² - tamanho 9,00 x 5,00 cm (L x A) - Marca: DCL	UN	5.000,00	0,0000	0,08	400,00

Total do Fornecedor: 24.102,00

Joaçaba, 29 de Março de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2017 - PR Processo Administrativo: 13/2017 Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 06/03/2017
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)

1 FOLDER I - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras; faca especial, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	18.500,00	0,0000	0,20	3.700,00
19 CARTEIRINHA I - impressão 4 x 4 cores - papel triplex 250 g/m² - tamanho 10,00 x 12,00 cm Serviços: arte final Observação: a quantidade prevista será dividida em 02 cores diferentes. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	3.000,00	0,0000	0,17	510,00

Total do Fornecedor: 4.210,00

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)

2 FOLDER II - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 170 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: vinco mecanizado, duas dobras, fotolito (T/R). - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	15.500,00	0,0000	0,16	2.480,00
3 FLYER I - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras; faca especial, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	21.000,00	0,0000	0,24	5.040,00
4 FLYER II - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 120 g/m² - tamanho 15,00 x 21,00 cm. Serviços: fotolito (F/V). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	15.000,00	0,0000	0,13	1.950,00
10 CONVITE I - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 230 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, fotolito (T/R), faca especial. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	6.000,00	0,0000	0,26	1.560,00

Joaçaba, 29 de Março de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2017 - PR Processo Administrativo: 13/2017 Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 06/03/2017
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)

11	CONVITE II - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: fotolito (F). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	6.000,00	0,0000	0,20	1.200,00
13	BANNER II - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,00 x 1,20 m Serviços: ilhós ou madeira. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	70,00	0,0000	52,85	3.699,50
14	BANNER III - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 1,10 m Serviços: ilhós ou madeira. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	70,00	0,0000	46,99	3.289,30
17	FAIXA II - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 2,00 m Serviços: acabamento em madeira arredondada nas laterais e no meio + ilhós. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	60,00	0,0000	74,99	4.499,40
18	FAIXA III - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 3,00 m Serviços: acabamento em madeira arredondada nas laterais e no meio + ilhós. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	60,00	0,0000	104,00	6.240,00
20	CARTEIRINHA II - impressão 4 x 4 cores - papel triplex 250 g/m² - tamanho 10,00 x 12,00 cm Serviços: arte final Observação: a quantidade prevista será dividida em 02 cores diferentes. - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	300,00	0,0000	0,65	195,00
21	CARTEIRINHA ESTUDANTE - impressão 4 x 4 cores - papel couchê 180 g/m² - tamanho 12,00 x 16,00 cm Serviços: dobra ao meio mecanizada (em um lado espaço para colar fotografia 3x4 - um lado com espaço para identificação do aluno, escola, ano e logomarca do Município - outro lado espaço para identificação do endereço, telefone e nome do responsável e do motorista - demais informações conforme modelo a ser encaminhado) Serviços: arte final - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	1.000,00	0,0000	0,26	260,00
23	ENVELOPE SACO 24x34- impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 110 g/m² - tamanho 24,00 x 34,00 cm (A x L) - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	2.000,00	0,0000	0,46	920,00
24	ENVELOPE SACO 26x36 - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 110 g/m² - tamanho 26,00 x 36,00 cm (A x L) - Marca: G. GUARAMIRIM	UN	2.000,00	0,0000	0,48	960,00
Total do Fornecedor:						32.293,20

Joaçaba, 29 de Março de 2017.

 RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2017 - PR Processo Administrativo: 13/2017 Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 06/03/2017
	Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)

5 CARTAZ - impressão 4 x 0 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	900,00	0,0000	1,39	1.251,00
6 INFORMATIVO - impressão 4 x 0 cores - papel couchê brilho 170 g/m² - 02 páginas - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Serviços: fotolito (F/V), dobra mecanizada Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços - com quantidades diferentes. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	8.500,00	0,0000	0,40	3.400,00
7 CARTILHA - 08 PÁGINAS = 02 lâminas - folhas em offset 115 g/m² nas medidas 21,00 x 29,70 cm - impressão 4 x 4 cores - Serviços: grampear, intercalação manual, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	10.000,00	0,0000	0,35	3.500,00
8 CARTILHA - 16 páginas = 04 lâminas - folhas em couchê brilho 170 g/m² tamanho 21,00 x 46,00 cm - impressão 4 x 4 cores. Serviços: grampear, intercalação manual, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	10.000,00	0,0000	0,76	7.600,00
22 CERTIFICADO - impressão 4 x 4 cores - papel offset 180 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm Serviços: fotolito (F/V). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	1.000,00	0,0000	0,49	490,00
25 FOLHA OFÍCIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 75 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm (L x A) - Marca: POLIMPRESSOS	UN	3.500,00	0,0000	0,09	315,00
Total do Fornecedor:					16.556,00
Total Geral:					77.161,20

Joaçaba, 29 de Março de 2017.

 RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

HOMOLOG PL 04/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2017 - PR
CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 4/2017 Processo de Licitação: 4/2017 Data do Processo: 10/03/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2017
b) Licitação Nr.: 3/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/04/2017
e) Objeto da Licitação: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LANCHES (SALGADOS, BOLOS E PÃES), DESTINADOS AOS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELOS PROJETOS E SERVIÇOS MANTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

Francieli Costa Beber Epp (7645)

1	Pastel assado com recheio de brócolis e ricota	KG	80,00	0,0000	14,90	1.192,00
2	Pastel assado com recheio de carne moída	KG	80,00	0,0000	14,00	1.120,00
3	Assado de salsicha	KG	80,00	0,0000	13,90	1.112,00
4	Empada de frango com palmito	KG	80,00	0,0000	17,90	1.432,00
5	Croissant de frango	KG	80,00	0,0000	18,50	1.480,00
6	Croissant de presunto e queijo	KG	80,00	0,0000	18,90	1.512,00
7	Mini pizza de frango	KG	100,00	0,0000	15,90	1.590,00
8	Mini pizza de calabresa	KG	100,00	0,0000	15,90	1.590,00
9	Bolinho de queijo	KG	100,00	0,0000	13,90	1.390,00

Joaçaba, 6 de Abril de 2017.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2017 - PR	
	Processo Administrativo: 4/2017 Processo de Licitação: 4/2017 Data do Processo: 10/03/2017	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Francieli Costa Beber Epp (7645)

10	Coxinha de frango	KG	100,00	0,0000	13,90	1.390,00
11	Croquete de carne	KG	100,00	0,0000	13,90	1.390,00
12	Pastelzinho de carne	KG	100,00	0,0000	13,90	1.390,00
13	Rissoles de frango	KG	100,00	0,0000	13,90	1.390,00
14	Mini sanduíche integral de salami com queijo branco e peito de peru	KG	80,00	0,0000	19,90	1.592,00
15	Mini sanduíche natural de frango, cenoura e alface	KG	80,00	0,0000	19,90	1.592,00
16	Sonho recheado com goiabada	KG	50,00	0,0000	12,90	645,00
17	Sonho recheado com doce de leite	KG	50,00	0,0000	12,90	645,00
18	Massa folhada com banana e canela	KG	50,00	0,0000	16,90	845,00
19	Massa folhada com creme	KG	50,00	0,0000	16,90	845,00
20	Carolina	KG	50,00	0,0000	16,50	825,00
21	Croissant de chocolate	KG	50,00	0,0000	16,90	845,00
22	Pão francês	KG	150,00	0,0000	5,49	823,50
23	Pão para sanduíche - fatiado	KG	150,00	0,0000	5,99	898,50
24	Pão fatiado para sanduíche - integral	KG	60,00	0,0000	6,99	419,40
25	Pão para cachorro quente	KG	150,00	0,0000	5,50	825,00
26	Cuca doce - sem recheio	KG	80,00	0,0000	7,99	639,20
27	Cuca doce - com recheio	KG	150,00	0,0000	7,99	1.198,50
28	Bolo simples	KG	200,00	0,0000	13,90	2.780,00
29	Bolo com uma camada de recheio e cobertura	KG	150,00	0,0000	14,90	2.235,00
30	Bolo com duas camadas de recheio e cobertura	KG	80,00	0,0000	14,90	1.192,00

Total do Fornecedor: 36.823,10

Total Geral: 36.823,10

Joaçaba, 6 de Abril de 2017.

GESTOR FMAS

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 026.17 - LICENÇA PREMIO - ABONO - JANAINA**

PORTARIA Nº 026/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio da Servidora JANAINA FERRANDIN, Advogado, conforme requerimento protocolizado sob o nº 190, deferido em 03 de abril de 2017, referente ao período de 02 de fevereiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 7 de abril de 2017.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESOLUÇÃO Nº 026/2017**

RESOLUÇÃO Nº 026/2017 – DE 07 DE ABRIL DE 2017

"Dispõe sobre a fixação de prazo para realização de serviços".

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no uso das suas atribuições e com fulcro no Decreto nº 1874, de 24 de junho de 1998 do município de Joaçaba; Decreto nº 1161 de 24 de julho de 1998 do município de Herval D'Oeste; e Decreto nº 264 de 02 janeiro de 2001 do município de Luzerna, RESOLVE:

Considerando, a competência do SIMAE para exigir dos usuários o cumprimento das condições e normas estabelecidas em lei ou regulamento, que se relacionem com os serviços públicos de água e de esgoto nos municípios de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna;

Considerando, que deve ser assegurado pelo usuário do serviço de abastecimento de água o livre acesso ao hidrômetro, sendo vedado, portanto, a colocação de qualquer obstáculo ou artifício que impeça ou dificulte a aproximação do pessoal do SIMAE ao hidrômetro para leitura do consumo de água ou manutenção;

Considerando, que é vedada a ligação de águas pluviais em redes coletoras e interceptadoras de esgoto.

Considerando, inobservância do usuário aos demais dispositivos previstos no Decreto nº 1874/1998, Decreto 1161/1998 e Decreto 264/2001, dos municípios de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, respectivamente

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO, para o usuário proporcionar os meios que assegurem o livre acesso dos servidores do SIMAE ao hidrômetro; regularizar a ligação de esgoto conectada à rede coletora que contenha águas pluviais; e/ou proceder de acordo com a regulamentação do SIMAE nos demais casos não previstos expressamente nesta Resolução.

Art. 2º O descumprimento do prazo previsto nesta Resolução sujeita o usuário ao pagamento de multa, além de autorizar o SIMAE à tomada das medidas judiciais cabíveis para solução das inconformidades apuradas.

Art. 3º Aplica-se às NOTIFICAÇÕES em andamento, o prazo previsto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba, SC., 07 de abril de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 0001/2017 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2017 - TP Processo Administrativo: 7/2017 Processo de Licitação: 7/2017 Data do Processo: 18/01/2017
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TRAVESSIA SOB A RODOVIA BR 282, ATRAVÉS DE MÉTODO NÃO DESTRUTIVO COM FURO DIRECIONAL, PARA TRAVESSIA DE ADUTORA DE ESGOTO SANITÁRIO DOS BAIRROS CLARA ADÉLIA E CONTESTADO.

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete (07/04/2017), às catorze horas e dez minutos, nas dependências do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-0089/2017, de 23/02/2017, sob a presidência de João Carlos Ungericht, estando presentes os membros André Luiz Sauer e Alessandra Marcon Zanchetta; para abertura e julgamento dos envelopes documentação da Tomada de Preços JHL 0001/2017 - Licitação 0007/2017, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TRAVESSIA SOB A RODOVIA BR 282, ATRAVÉS DE MÉTODO NÃO DESTRUTIVO COM FURO DIRECIONAL, INCLUINDO TUBULAÇÃO DE PEAD DE 160 E DE 110 E SOLDA ATRAVÉS DE TERMOFUSÃO (SOLDA A TOPO), PARA TRAVESSIA DE ADUTORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS BAIRROS CLARA ADÉLIA E CONTESTADO, EM JOAÇABA/SC. Entregaram, tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta de Preços, as empresas Fimak Saneamento & Locações de Equipamentos e NCM Construções Ltda ME. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente passou à abertura do envelope Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos a Comissão deliberou: 1. Habilitar a empresa: NCM Construções Ltda, tendo em vista a apresentação da documentação de acordo com as exigências do edital. 2. Desabilitar a empresa: Fimak Saneamento e Locação de Equipamento Eireli, pois deixou de atender o item 8.2, alínea "c" do Edital, na parte referente a comprovação de que executou pelo menos uma travessia com extensão de 50,00 metros pelo Método Não Destrutivo (MND), do tipo perfuração através de furo direcional horizontal. 3. Que das decisões contidas nesta ata as licitantes participantes, querendo, tem prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 7 de Abril de 2017

COMISSÃO:

João Carlos Ungericht	- - Presidente da Comissão de Licitação
André Luiz Sauer	- - Vice-Presidente
Alessandra Marcon Zanchetta	- - Vogal

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2017 CONTRATAÇÃO SEGURANÇA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 25/04/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA DESTINADOS PARA EVENTOS FESTIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 07 de Abril de 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Jupirá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO nº 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2017

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de Empresa para a locação de veículo para locomoção de Munícipes de Jupirá SC, quais necessitem de transporte para trabalhar em empresas sediadas também no Município de Jupirá SC, sendo que as propostas serão abertas no dia 26/04/2017, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001.

Jupirá SC, em 07 de abril de 2017.
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2017

OBJETO: aquisição parcelada de material escolar e de expediente para Prefeitura Municipal e material para trabalhos pedagógicos do Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis-CIEL e Fundo Municipal de Saúde, mediante as condições constantes no edital e ata de registro de preço (anexo).

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min horas do dia 24/04/2017, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, nº1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 07 de abril de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2017

O MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de Santa Catarina, com supedâneo na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal nº 024/2011 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇO relacionados no item 01 deste Edital (OBJETO), mediante as condições que adiante seguem.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital, que dele faz parte integrante e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março nº1050, centro, no município de Lacerdópolis até às 14h00min de 24 de abril de 2017.

1 - OBJETO

1.1 - Aquisição parcelada de material escolar e de expediente para Prefeitura Municipal e material para trabalhos pedagógicos do Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis-CIEL e Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo
1	PAPEL VERGÊ COLORIDOS CX C/ 50FLS 180GRS	21,00	C X	18,47
2	COLA BRANCA 40GRS ACETATO DE POLIVINILA, LAVÁVEL, NÃO TOXICA. CAIXA C/12UN	20,00	C X	20,13
3	LÁPIS PRETO, MATERIAL CERÂMICA GRAFIT PRETO, MADEIRA, MACIO CAIXA COM 144 UNID.	3,00	CX	91,22
4	RÉGUA CRISTAL TRANSPARENTE 30CM BOA QUALIDADE. PCT 25 UN.	6,00	CX	23,91
5	PAPEL FOTOGRÁFICO QUALIDADE DE FOTO A-4 120GRS SECAGEM RÁPIDA CX COM 50FLS	4,00	CX	46,83
6	BORRACHA BRANCA CX C/ 40	4,00	C X	20,22
7	CADERNO COSTURADO BROCHURA UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 48FLS	170,00	UN	5,97
8	PASTA GRAMPO TRILHO PLÁSTICA TAMANHO OFICIO	130,00	UN	2,32
9	PASTA GRAMPO TRILHO PAPELÃO TAMANHO OFICIO	130,00	UN	1,89
10	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO, COMPOSIÇÃO MÍNIMA: RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL CORANTES, SOLVENTE ADITIVOS, PONTA DE FELTRO, RECARREGÁVEL COM TINTA PERMANENTE, RESISTENTE A ÁGUA, FABRICAÇÃO NACIONAL CX C/12UN	6,00	CX	46,22
11	COLA GLITER 35GRS PARA USO PAPEL, EVA, COMPOSIÇÃO MÍNIMA RESINA DE PVA ,GLITER E CONSERVANTE	40,00	UN	4,62
12	TINTA DIMENSIONAL ALTO RELEVO 3D 35MLCOM BICO PARA DIMENSIONAL BRILANT	45,00	UN	4,97
13	TINTA DIMENSIONAL ALTO RELOVO 3D 35ML BICO PARA DIMENSIONAL METALLIC	25,00	UN	5,50

14	TINTA DIMENSIONAL ALTO RELEVO3S 35ML BICO PARA DIMENSIONAL COM GLITER	25,00	UN	5,83
15	TESOURA ESCOLAR PEQUENA INOX CABO PLASTICO MEDINDO 10,5CM FABRICAÇÃO NACIONAL	4,00	UN	472,67
16	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000UN COM CORTE A LASER GALVANIZADO E COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM. VALIDADE INDETERMINADA.	8,00	C X	5,09
17	BOBINA DE PLASTICO ADESIVO TRANSPARENTE, COM 25MTS COM MARCADOR NUMERICO DE DIMENSAO.	4,00	UN	69,79
18	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COMPOSICÃO MINIMA: RESINA TERMOPLASTIC, PIGMENTOS SOLVENTES ADITIVOS RESINAIS, PONTA ACRILICA, CX C/12 UM PAVIO DE POLIESTER.	16,00	C X	70,77
19	BOBINA DE PAPEL PARDO KRAFT, LISO, NÃO RECICLADO, 60 CM DE ALTURA APROXIMADAMENTE 8KG. GRAMATURA: 90GR	2,00	UN	122,05
20	BALÃO LATEX N.7 LISO DE BOA QUALIDADE COM SELO DO INMETRO NAS CORES: BRANCO, PRETO, AZUL, ROSA, VERMELHO, VERDE E AMARELO PACOTE C/50 UNIDADES	90,00	PCT	11,54
21	LAPIS DE COR SEXTAVADO CERA E MADEIRA, PIGMENTO AGLUTINANTE, CARGA COM DESENHO MACIO, CORPO COM FIDELIDADE ENTREA COR DO VERNIZ E A COR DA MINA, PRODUZIDO EM MADEIRA TOTAL MENTE ATÓXICA, PRODUTO NÃOATÓXICO, IMPRESSAO NO CORPO DO LAPIS, MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA NO LAPIS, MEDINCO APOXIMADAMENTE 17,5CM DE COMPRIMENTO, UNIDADE COM 12 CORES (ROSA CLARO, VERMELHO, LARANJA, AMARELO, MARRON, VERDE FOLHA, VERDE, AZUL, AZUL COBALTO, CARMIM, PRATA E PRETO).	60,00	UN	15,52
22	ROLO DE BARBANTE EM ALGODÃO CRU 6 COM APROX 614MT	4,00	UN	35,35
23	CANETA ESFEROGRAFICA CAIXA C /50 UNIDADES COR AZUL COMPOSIÇÃO MINIMA: RESINA TERMOPLASTIC, TINTA A BASE CORANTES, ORGANICOS E SOLVENTES, PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTENIO.	6,00	C X	46,62
24	E.V.A EMBORRACHADO COR LISA 40X60 DE BOA QUALIDADE(AMARELO/VERMELHO/AZUL/VERDE/LARANJA/BRANCO/PRETO/MARROM/ROSA)	90,00	UN	2,42
25	PEN DRIVE DE 8GB	17,00	UN	31,62
26	FITA ADESIVA DE PAPEL KRAFT LISO PURO, COR MARROM ACETINADO (UM LADO) A BASE DE RESINA E BORRACHAR RESISTENTE A PESO DE ATÉ 60KG, ESPESSURA MINIMA DE 0,16MM FABRICAÇÃO NACIONAL 24x50	52,00	UN	25,17
27	FITA ADESIVA DUREX TRANSPARENTE 45X50COMPOSIÇÃO MINIMA; FILME DE PP (POLIPROPILENO) COM ADESIVO A BASE DE RESINA/ BORRACHA FABRICAÇÃO NACIONAL	16,00	UN	4,73
28	CARTOLINA ESCOLAR 50X60 NA COR BRANCA	200,00	UN	0,80
29	PAPEL DUPLEX COLORIDO DE UM LADO E O OUTRO PARDO TAMANHO 50X60. CORES: PRETO, BRANCO, VERMELHO, VERDE, AZUL, AMARELO,ROSA E ROXO.	160,00	UN	1,47
30	PAPEL OFÍCIO A-4 75GRS BRANCO ALCALINO RESMA COM 500FLS FABRICAÇÃO NACIONAL	148,00	UN	102,97
31	BASTÃO COLA QUENTE GRANDE	70,00	UN	0,93
32	BASTÃO COLA QUENTE PEQUENO	90,00	UN	0,72
33	CARTUCHO IMPRESSORA DESKJET 3050 MODELO HP 122 PRETO 2 ML ORIGINAL	70,00	UN	63,70
34	CARTUCHO IMPRESSORA DESKJET 3050 MODELO HP 122 COLORIDO 2 ML ORIGINAL	65,00	UN	64,30
35	CARTUCHO IMPRESSORA DESKJET 2546 MODELO HP 662 COLORIDO 2 ML ORIGINAL	40,00	UN	45,60
36	CARTUCHO IMPRESSORA DESKJET 2546 MODELO HP 662 PRETO 2 ML ORIGINAL	50,00	UN	44,38
37	COLA BASTÃO 10GR NÃO TÓXICA.CX C/ 12UN	5,00	CX	12,04
38	COLA PARA E.V.A ISOPOR 50GR. CX C/12 UN	5,00	C X	14,63
39	ARQUIVO MORTO DE PAPELÃO ONDULADO 250X355X135MM CAIXA C/50 UNIDADES	4,00	C X	53,63
40	DESTACA TEXTO AMARELO E VERDE.CX C/12 UN	6,00	C X	17,10
41	PASTA SUSPENSACETINADA	180,00	UN	3,17
42	COLCHETE 80MM C/72 UNIDADES	7,00	C X	11,05
43	GRAMPO PARA PASTA TIPO TRILHO FABRICADO COM CHAPA DE AÇO REVESTIDA 80MM CX. C/50 UNIDADES	4,00	C X	15,02
44	CARTUCHO ORIGINAL TONNER COPIADORA XEROX WOKCENTRE 3550	4,00	UN	787,50
45	CARTUCHO IMPRESSORA JATO DE TINTA COLORIDO HP DESKJET 1000 ORIGINAL 2ML	12,00	UN	125,73
46	CARTUCHO IMPRESSORA JATO DE TINTA PRETO HP DESKJET 1000 ORIGINAL 2ML	12,00	UN	123,40
47	TONNER IMPRESSORA LASERJET M1132 MFP - PRETO ORIGINAL	6,00	UN	396,60
48	CARTUCHO IMPRESSORA HP DESKEJET D1560 PRETO - ORIGINAL 2ML	10,00	UN	94,40
49	CARTUCHO IMPRESSORA HP DESKEJET D1560 COLORIDO - ORIGINAL 2ML	10,00	UN	112,33
50	CARTUCHO IMPRESSORA HP PHOTOSMART C4480 - PRETO ORIGINAL 6ML	6,00	UN	105,16
51	CARTUCHO IMPRESSORA HP PHOTOSMART C4480 - COLORIDO ORIGINAL 6ML	3,00	UN	132,33
52	APONTADOR COM DEPÓSITO E LAMINA DE AÇO TEMPERADO. CX C/25 UN	4,00	C X	53,63
53	ENVELOPE OFICIO BRANCO PEQUENO COM ABERTURA TIPO CARTEIRA 114X229MM	375,00	UN	0,24
54	ENVELOPE SACO KRAFT 260X360MM CX C/250 UNIDADES AMARELO	6,00	C X	35,20
55	ENVELOPE SACO APERGAMINHADO 176X250MM AMARELO	170,00	UN	0,38
56	PASTA ARQUIVO REGISTRADOR A a Z USUAL 245X80MM	39,00	UN	10,62
57	CLIPS C/ARAME DE AÇO REVESTIDO CX C/500GR Nº 06	13,00	C X	11,10
58	CLIPS C/ARAME DE AÇO REVESTIDO CX C/500GR Nº 04	13,00	C X	11,10
59	FITA CORRETIVA DE LONGA DURAÇÃO COM MEDIDOR DE QUANTIDADE, POSSUI CORRETIVO 5MM/10M	43,00	UN	7,22
60	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, TINTA PERMANENTE, PONTA MÉDIA 2,0MM. CX C/12 UN	3,00	C X	28,70
61	CARTUCHO IMPRESSORA HP 662 XL PRETO ORIGINAL 6 ML	25,00	UN	147,63
62	CARTUCHO IMPRESSORA HP 662 KL COLORIDO ORIGINAL 6 ML	21,00	UN	152,73
63	CARTUCHO ORIGINAL TONNER COPIADORA XEROX PHASER 3635	4,00	UN	982,50

64	BLOCO COPIA DE CHEQUE BRANCA C/100 FLS 190/160 MM	100,00	UN	4,41
65	RECARGA TONER IMPRESSORA HP 285	6,00	UN	71,66
66	TONER HP LASER JET 3050	5,00	UN	234,16
67	TONER HP LASER JET CE 285A/85A	5,00	UN	135,16
68	TONER HP LASER JET CE 285A/85A ORIGINAL	5,00	UN	385,16
69	TONER SAMSUNG LASER SCX 5530	8,00	UN	240,00
70	TONER SAMSUNG LASER SCX 4623F	6,00	UN	303,00
71	CARTUCHO HP 74 PRETO 6 ML	12,00	UN	99,30
72	CARTUCHO HP 75 COLOR 6ML	7,00	UN	112,63
73	CARTUCHO HP 21 PRETO 6ML	32,00	UN	65,50
74	CARTUCHO HP 22 COLOR 8ML	23,00	UN	76,73
75	CARTUCHO HP 662 XL PRETO 2ML	10,00	UN	46,60
76	CARTUCHO HP 662 XL COLOR 2ML	10,00	UN	108,53
77	COLA LITRO ACETATO DE POLIVINILA, LAVAVEL, NÃO TÓXICA	4,00	UN	18,04
78	PAPEL CARTÃO (VERMELHO/AMARELO/AZUL/BRANCO/LARANJA/PRETO/ MARROM/ROSA/VERDE/LILÁS)	200,00	UN	1,60
79	PERFURADOR DE E.V.A 6MM, FORMATOS DE BORBOLETAS, SORRISOS, FLORES E ANIMAIS	10,00	UN.	34,63
80	QUADRO BRANCO 1.20X090 CM'	4,00	UN	147,33
81	BOLA DE ISOPOR. TAMANHO 200MM	4,00	UN	5,16
82	BOLA DE ISOPOR TAMANHO 150MM	4,00	UN	4,15
83	BOLA DE ISOPOR TAMANHO 250MM	4,00	UN	7,03
84	PLACA DE ISOPOR DE 3 CENTÍMETROS DE ESPESSURA	15,00	UN	6,93
85	E.V.A EMBORRACHADO GLITER 40X60 DE BOA QUALIDADE AMARELO/VERMELHO/AZUL/VERDE/LARANJA/BRANCO/PRETO/MARROM/ROSA	110,00	UN	7,60
86	E.V.A EMBORRACHADO DECORADO 40X60 DE BOA QUALIDADE AMARELO/VERMELHO/AZUL/VERDE/LARANJA/BRANCO/PRETO/MARROM/ROSA	110,00	UN	7,90
87	TINTA CORESA EM SPRAY PARA ARTE E DECORAÇÃO 150 ML. CORES: OURO, PRATA, VERMELHO E AZUL	8,00	UN	22,80
88	PASTA ABA ELASTICA CXL 350X240MM. CORES: PRETO, VERMELHO, LARANJA E AZUL ROYAL.	64,00	UN	4,77
89	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, TAMANHO OFÍCIO TAMANHO 9 MM PACOTE C/100.	5,00	PCT	32,63
90	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, TAMANHO OFÍCIO TAMANHO 14 MM PACOTE C/100.	5,00	PCT	35,16
91	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, TAMANHO OFÍCIO TAMANHO 17MM PACOTE C/100.	5,00	PCT	37,63
92	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, TAMANHO OFÍCIO TAMANHO 35MM PACOTE C/100.	5,00	PCT	37,63
93	PAPEL CAMURÇA 40X60. CORES: VERDE CLARO, VERMELHO, AZUL ROYAL, AZUL CLARO E AMARELO	50,00	UN	1,49
94	PAPEL SEDA 48X90CM. CORES: BRANCO, AZUL ROYAL E VERMELHO	50,00	UN	0,78
95	PAPEL CREPOM CORES: AZUL ROYAL, AZUL PISCINA, ESTAMPADOS, VERMELHO, VERDE E ROSA	45,00	UN	1,22
96	PAPEL LAMINADO 45X59. CORES: PRATA, VERMELHO, AZUL ROYAL E DOURADO	35,00	UN	1,46
97	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO 4. CORES: TRANSPARENTE, PRETO, VERMELHO E AZUL. PACOTES C/100 UN	3,00	PCT	55,90
98	UMIDIFICADOR DE DEDOS NÃO TÓXICO 12g	9,00	UN	3,54
99	PASTAS LA4. CORES: VERDE, AZUL E TRANSPARENTE	44,00	UN	1,42
100	TNT 40 GRS ROLO 1,40X50 MTS. LISO DIVERSAS CORES	5,00	UN	77,00
101	CARTUCHO DE TONER PRETO M20/4118	4,00	UN	403,00
102	CARTUCHO HP DESKJET INK ADVANTAGE 3636/664 PRETO	20,00	UN	85,26
103	CARTUCHO HP DESKJET INK ADVANTAGE 3636/664 COLORIDO	20,00	UN	93,66

1.2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos serviços e materiais e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

1.3 - PRAZO DE ENTREGA: até 03 (três) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.4 - LOCAL DE ENTREGA: a entrega dos produtos será no local indicado na Autorização de Fornecimento.

1.5 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

1.6 – VIGÊNCIA: 12 meses

1.7 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca que está cotando, ficando obrigado a entregar a marca cotada, sob pena de não ser aceito.

2 - CREDENCIAMENTO

Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital, conforme item 2.2 e ato constitutivo da empresa, conforme item 2.1, letra 'b'.

2.1 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e

b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em

exercício.

2.2 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

2.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

2.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2 e 2.3, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

3 -PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14:00 horas do dia 24/04/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

3.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

3.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter prazo de entrega dos materiais, conforme item edital a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento;
- f) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- g) indicar as marcas dos materiais cotados.

3.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

3.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

3.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

3.8- Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

4 – HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 -Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), em observância a Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que altera a Lei 8.666/93.
- l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- m) Comprovação dos dispor de profissional responsável devidamente inscrito nos Conselho Regional de Farmácia, Biomedicina ou órgão competente;
- n) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>.

4.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

4.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

4.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4 -Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

4.4.1 -Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

4.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

4.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

5 - OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no item 1 deste Edital (OBJETO).

5.2 – Os itens, os quais são objeto deste Edital, serão adquiridos de forma parcelada, conforme necessidade, e até o limite previsto no item 1 deste Edital (OBJETO).

5.3 – É de responsabilidade da licitante vencedora a entrega dos produtos no local indicado na Autorização de Fornecimento.

6 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Item 2.

6.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

6.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do item 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

6.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

6.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

7 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

7.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta com valor superior ao valor máximo fixado.

8 –IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

9 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

9.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

9.5 – As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme determina o Decreto Municipal, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos.

10 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Pela inexecução total ou parcial da ata de registro de preços o Município de Lacerdópolis poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a credenciada:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- c) Desatender as determinações do Município e suas secretarias;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
- f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município, usuários e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

10.3 - As multas poderão ser aplicadas reiteradamente e em dobro, sempre que se repetir o motivo.

10.4 - As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos à licitante vencedora, a critério exclusivo do Município de Lacerdópolis, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

11–CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

11.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

11.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

11.4 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.5 - A proposta terá vigência mínima de 60 (sessenta) dias contados da abertura do Pregão.

12 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário.

13 – PRAZO DE VALIDADE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

13.2 - O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições previstas no Decreto Municipal nº 024/2011.

14 - CONTRATAÇÕES

14.1 - Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a entregar os itens registrados de acordo com as respectivas propostas.

14.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços a preferência de contratação em igualdade de condições.

14.3 - Quando da necessidade de aquisição, o Gestor convocará o fornecedor indicado pelo Órgão Gerenciador.

15 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

15.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

15.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

15.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º VIII e IX da lei 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

16 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, III da Lei 10.520/2002, e levantamento realizado junto ao comércio local, o valor estimado de cada item, não poderá ultrapassar os limites individualmente constantes no item 01 deste Edital (OBJETO).

17 – GARANTIA

O fornecedor contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade do objeto, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao Município ou terceiros, decorrente da sua responsabilidade.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00minh às 11h30minh e das 13h30minh às 17h30minh, através do telefone (49) 35520188, ou pessoalmente (Rua 31

de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

18.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

18.7 – São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 07 de abril de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

ANEXO I PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADORo Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, inclusive, o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e dezessete, O Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ n. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 01/2016, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n. 05/2017, Processo Licitatório n. 06/2017, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1 - OBJETO E PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

.....

1.2 - Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis reserva-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades da Secretaria. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados,

sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 06/2017, Processo de Licitação nº 06/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no respectivo edital de pregão presencial e seus anexos.

2 - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E REAJUSTE

2.1 - O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3 - GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5 - PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no item I do Edital (OBJETO), observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6 - CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DESPESA:

Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ENTREGA DOS ITENS

8.1 - Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 06/2017, Processo de Licitação nº 06/2017 com valor global na importância de R\$ _____.

8.2 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3 - Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis, mensalmente após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ n. 82.939.471/0001-24 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 06/2017, Processo de Licitação nº 06/2017, será exercida pelo Município de Lacerdópolis.

10 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1 - O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11 - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 05/2017, Processo de Licitação nº 05/2017 e Ata do respectivo processo;
- providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 05/2017, Processo de Licitação nº 05/2017;
- prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12 – PENALIDADES

12.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13 - ALTERAÇÕES

13.1 - A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14 - CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2 - O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15 - PUBLICIDADE

O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 06/2017, Processo de Licitação nº 06/2017, as propostas com preços e especificações.

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC. 07 de abril de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI
Município de Lacerdópolis
CONTRATANTE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 10 2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 08/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Leite Tipo C para Consumo nas Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e Local(is): deverá ser entregue ponto a ponto, nos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, toda segunda e quinta-feira até às 11 horas e nas demais unidades escolares entrega única na segunda-feira até às 12 horas, conforme cronograma de entrega a ser fornecido pelo Setor de Alimentação Escolar à Empresa vencedora;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 03/2017.

O valor registrado de R\$ 1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais). DICOR DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ: 17.710.893/0001-61, Rua Agostinho de Oliveira Cordova, nº 26, Bairro Araucária, Lages/SC – CEP 88512-635.

Lages, 06 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 14/2017 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 14/2017 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO. DE LAGES/ FUNDO -MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. - EPP inscrita no CNPJ nº 83.162.057/0001-14 estabelecida a Rua Presidente Nereu Ramos, 84 – 1º andar Centro Lages/SC CEP 88.502-170..

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 279/2017, decorrente do Processo Administrativo nº 10/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 07/2017, homologada em 07/04/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação, em caráter emergencial, de imóvel, situado a rua prof. Walter dachas, 69 - centro - Lages/SC CEP. 88.500-045, para o uso das instalações da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação

decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 3.176,90 (três mil cento e setenta e seis reais e noventa centavos).

Lages, 07 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

RESULTADO FINAL LICITAÇÕES FEV- MAR 2017

RESULTADO FINAL

LICITAÇÕES FEV-MAR 2017

Licitações PML

Modalidade: PP 01/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Pedra Brita, Pedrisco, Pedra Pulmão, Pó de Brita, Pedra Rachão, Base, Pedra de Mão e Bica Corrida, para Aplicação no Perímetro Urbano e em Vias Secundárias do Município. Abertura: 22/02/2017 às 13:30. Vencedor(es): Britagem Gaspar Valor: R\$ 1.086.950,00.

Modalidade: PP 02/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Areia e Tintas para uso na Fundação Municipal de Esportes. Abertura: 23/02/2017 às 13:30. Situação: Revogada.

Modalidade: PP 03/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Leite Tipo C para Consumo nas Unidades Escolares Municipais. Abertura: 28/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): Dicor Valor: R\$ 1.590.000,00.

Modalidade: PP 04/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa, Associação ou Liga, para a Prestação de Serviços de Arbitragem durante, os Jogos Comunitários de Lages - JOCOL 2017. Abertura: 20/03/2017 às 13:30 Situação: Deserta.

Modalidade: PP 05/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de construção para uso em diversos locais do Município. Abertura: 29/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): Eletrificar Valor: R\$ 18.912,47 Gilmar Sani Valor: R\$ 1.239,50 Matheus V. Zago Valor: R\$ 4.488,60 PR Valor: R\$ 106.887,95 Soma Valor: R\$ 2.790,20.

Modalidade: PP 07/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para aquisição de madeiras para reformas de pontes e passarelas do Município. Abertura: 27/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): Elói Dartora Valor: R\$ 112.800,00 Mad. Fontana Valor: R\$ 116.280,00 PR Valor: R\$ 14.750,00.

Licitações SMS

Modalidade: PP 02/2017 SMS

Objeto: A Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes em Tratamento para Hemodiálise, dentro do Perímetro Urbano do Município de Lages. Abertura: 23/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): RGM Valor: R\$ 96.000,00.

Licitações FMAS

Modalidade: PP 01/2017 FMAS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Cestas Básicas que serão utilizadas nos Programas Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social. Abertura: 21/02/2017 às 13:30. Vencedor(es): Júlio C.R.Delfes Valor: R\$228.555,00.

Pregão Eletrônico

Modalidade: PE 01/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Combustíveis para uso nos veículos e máquinas da frota do Município, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Saúde. Abertura: 20/02/2017 às 13:30. Vencedor(es): Centro Com. Dom Pedro II Valor: R\$ 1.009.500,00 Stang Valor: R\$ 1.643.400,00.

Modalidade: PE 02/2017 FMAS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gás de Cozinha para Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades. Abertura: 21/02/2017 às 13:30. Situação: Deserta.

Modalidade: PE 03/2017 FMAS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos e Móveis para uso no CRÁS. Abertura: 22/02/2017 às 13:30. Vencedor(es): José Carlos Peixer Valor R\$ 17.000,00 Microcable Valor R\$ 24.230,00 Via Lumens Valor R\$ 7.552,00.

Modalidade: PE 05/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Abertura: 24/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): Ultragaz Valor R\$ 650.000,00.

Modalidade: PE 08/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, com instalação, para uso em Diversos Departamentos da Prefeitura. Abertura: 29/03/2017 às 13:30. Vencedor(es): Frimac Valor R\$ 53.391,00.

Publique-se.

Lages, 10 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº.4.848/2017

DECRETO Nº 4.848/2017, de 04 de abril de 2017.

Dispõe sobre a formação da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e comunicando o resultado da eleição para Presidente e Vice-presidente do CACS-FUNDEB, de acordo com o Memorando nº. 98/2017,

DECRETA:

Art. 1º A mesa diretora eleita pelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação tem a seguinte formação:

I – Presidente: Maria da Glória Ribeiro Kfourir – Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

II – Vice-Presidente: Elson Rebelo Limas – Representante dos Professores da Educação Básica Pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº.4.850/2017

DECRETO Nº 4.850/2016, de 04 de abril de 2017.

Prorroga o prazo de suspensão dos pagamentos e demais procedimentos previstos no Decreto 4.809/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo de suspensão dos contratos administrativos previstos no artigo 1º, §1º, do Decreto 4.809/2017 e

Art. 2º Os trabalhos da comissão executiva e as ações de auditoria ficarão prorrogados pelo prazo previsto no artigo 1º deste Decreto, mantendo-se as demais disposições do Decreto nº. 4.809/2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna/SC, 04 de abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.907/2017

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.907-2017, de 31 de março de 2017.

"AUTORIZA A CESSÃO DE USO DOS BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Laguna, por meio do Chefe do Poder Executivo, autorizado a outorgar cessão de uso, de forma não onerosa, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.891.283/0001-36, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis – SC,

o imóvel sob o qual está edificado um prédio público municipal com área de 498,24 m² denominado "Restaurante Escola", situado à Av. João Paulino da Silva Júnior – João Marronzinho.

Parágrafo único. Constitui objeto desta autorização para cessão de uso de bem público imóvel, de forma não onerosa, em favor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, o imóvel descrito no caput deste artigo, localizado na área remanescente da matrícula 29.266, do Livro 2-EV, de fls. 146, com área de 2.880,00 m², do C.R.I. da Comarca de Laguna, com as seguintes características: "um terreno situado à Avenida João Paulino da Silva Jr. (João Marronzinho), s/n, quadra 1L, Bairro Praia do Gy", com as seguintes confrontações e metragens: frente ao norte na extensão de 63,00m com a Avenida João Marronzinho; fundos ao sul, em (03) três lances, o primeiro na extensão de 30,00m com a matrícula 29.977, o segundo na extensão de 30,00m, em ângulo, também com a matrícula 29.937, e o terceiro novamente em ângulo, na extensão de 33,00m, com a matrícula 29.978, todos com a Prefeitura Municipal de Laguna (com doação à UDESC); lateral a oeste na extensão de 60,00m com a Avenida Santos Guglielmi; e lateral ao leste na extensão de 30,00m com a matrícula 29.978 (Prefeitura Municipal de Laguna – com doação à UDESC).

Art. 2º A cessão do bem imóvel destina-se a utilização de atividades educacionais de ensino, pesquisa e extensão da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para o desenvolvimento de didáticas e práticas pedagógicas de cursos de gastronomia, nutrição e afins, aproveitando a estrutura física e equipamentos do Restaurante Escola, podendo firmar convênios com outras instituições idôneas, para cursos em geral ou profissionalizantes, ampliando o atendimento às comunidades da região e os cursos de ensino do campus situado no Município de Laguna.

§1º A cessão de uso compreende todos os equipamentos e instalações presentes no imóvel, devendo constar de rol em inventário anexo ao termo de cessão de uso firmado entre os contratantes, sendo de responsabilidade da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC a manutenção dos equipamentos e a devolução dos mesmos em perfeitas condições até o final do prazo da cessão, sob pena da cessionária responder pelos danos aos equipamentos, além das sanções civis e penais pertinentes a espécie.

§2º As despesas de manutenção do imóvel cedido serão de responsabilidade da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, sendo vedada qualquer alteração na estrutura do imóvel sem prévia autorização do Município de Laguna.

§3º As benfeitorias, reformas e obras de manutenção reverterão ao patrimônio público municipal ao final do prazo de cessão, sem direito a indenização ao cessionário.

Art. 3º É vedada a utilização do imóvel cedido para fim diverso do estabelecido no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º O prazo da cessão de uso será de 20 (vinte) anos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1.860/2015.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 360/2017

PORTARIA RH Nº 360/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria nº 682/2016, que designou ALEX DA SILVA DE BEM, Fiscal Sanitário, para responder pelas atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 361/2017

PORTARIA RH Nº 361/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ANDRÉ ROBERTO DA SILVA MACHADO, do cargo em comissão de Coordenador de Divulgação e Marketing Turístico, DS 4, com lotação na Secretaria de Turismo, lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 362/2017

PORTARIA RH Nº 362/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 2049/2017;

RESOLVE:

Cancelar a pedido, a licença sem vencimento concedida ao Servidor GIOVANNI DOS SANTOS MAURÍCIO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 363/2017

PORTARIA RH Nº 363/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de LUCYLENE DA SILVA SANTOS Fiscal de Tributos, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 04 de Abril de 2017, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 364/2017

PORTARIA RH Nº 364/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, GITIELEN COSTA CÂNDIDO o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 365/2017

PORTARIA RH Nº 365/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, ALEX DA SILVA DE BEM, Fiscal Sanitário, para responder pelas atribuições do cargo de Coordenador de Vigilância Sanitária e Epidemiologia, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/2017

PORTARIA RH Nº 369/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, FERNANDA ROSA RAMOS do cargo de Secretário Adjunto de Habitação e Assistência Social, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2017

PORTARIA RH Nº 372/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, FERNANDA ROSA RAMOS, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos Sociais, DAF 3, com lotação na Fundação Irmã Vera.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 374/2017

PORTARIA RH Nº 374/2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. PATRICK PAULINO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 14 de junho 2006;

RESOLVE:

EXONERAR, RONAN FARIAS DE SOUZA do Cargo em comissão de Assessor Técnico, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.
PATRICK PAULINO DE SOUZA
Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 375/2017

PORTARIA RH Nº 375/2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. PATRICK PAULINO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 14 de junho 2006;

RESOLVE:

EXONERAR, VALTOIR DUARTE do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.
PATRICK PAULINO DE SOUZA
Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 376/2017

PORTARIA RH Nº 376/2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. PATRICK PAULINO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 14 de junho 2006;

RESOLVE:

NOMEAR, RONAN FARIAS DE SOUZA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Projetos, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2017.
PATRICK PAULINO DE SOUZA
Presidente da Fundação

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA 01/2017**TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA**

Aos três dias de abril de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE LAGUNA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Thiago Nedeff Mendes, Procurador de Contratos e Licitações, em conformidade com os documentos constantes no memorando interno 167/2017 e notificação 02/2016 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, OFICIALIZA E DETERMINA a paralisação da obra referente ao Contrato nº. 022/2014 - PML, cujo objeto é a Construção de quadra coberta com vestiários na Comunidade de Campos Verdes - Escola Comandante Moreira, devido às inúmeras irregularidades constantes nos serviços executados pela empresa contratada, CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA - ME. Destaca-se que o presente TERMO DE PARALISAÇÃO não afasta a possibilidade de tomada das medidas legais e contratuais cabíveis em face das irregularidades apresentadas.

THIAGO NEDEFF MENDES
PROCURADOR DE CONTRATOS E LICITAÇÕES
OAB/SC 41.273

Lauro Muller

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/HMHL/2017

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/HMHL/2017

OBJETIVO: O Município de LAURO MULLER torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a Contratação da empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde hospitalar no ano de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 06/04/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretária de Administração e Finanças.

Lauro Muller, 06 de abril de 2017.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/FMS/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/FMS/2017

Data e horário da sessão de abertura: 24/04/2017 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de expediente para atendimento das demandas para o Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 06 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 24/04/2017 às 11h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas para serviços de atividades físicas para a terceira idade e serviço de música ao vivo e atividades para o grupo da terceira idade nas sete comunidades do município.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do

endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com.

Lauro Muller, 07 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/FMS/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/FMS/2017

Data e horário da sessão de abertura: 20/04/2017 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de medicamentos judiciais para atendimento das demandas para o Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 06 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/FMS/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/FMS/2017

Data e horário da sessão de abertura: 20/04/2017 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios, higiene e limpeza, para atendimento das demandas para o Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 06 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 368/17 DE 04 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 368/17 DE 04 DE ABRIL DE 2017

REVOGA PORTARIA 361/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR EXPRESSAMENTE A PORTARIA de numero 361/2017, a qual Concedeu férias ao Servidor MAILTON RAFAEL WOLFART.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 369/17 DE 04 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 369/17 DE 04 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANDRÉ BARPP, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, FÉRIAS (30 DIAS), a partir de 03/04/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 020/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 020/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE JORNAIS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EDITORA JORNAL A COMARCA LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50; neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa EDITORA JORNAL A COMARCA LTDA ME, estabelecida na Rua Carlos Thiesen, nº 345, Gabiroba, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.873.340/0001-15, neste ato representada por seu Sócio-Gerente Senhor Orlando Adilson Turnes, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato de fornecimento de exemplares do Jornal A Comarca, regido pelas cláusulas a seguir, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 13.076, de 29 de julho de 2004, que incentiva a leitura no Estado de Santa Catarina e que a educação é um direito social assegurado constitucionalmente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente contrato visa à aquisição de 300 (trezentos) jornais mensais, ou seja, 150 (cento e cinquenta) a cada edição, entregues na Secretaria Municipal de Educação, para ser utilizado como material didático-pedagógico nas instituições de Ensino Fundamental da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS – As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Fundamental

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO JORNAL – Na vigência deste contrato o JORNAL compromete-se a cumprir a condição de abrir o espaço de até meia página por edição para publicações informativas e institucionais da administração municipal, a serem produzidas pela Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL – O presente contrato tem sua vigência em 09 (nove) meses, iniciada a partir do dia 03 de abril de 2017 e seu término em 31 de dezembro de 2017; podendo no caso de descumprimento das cláusulas, o contrato ser rescindido a critério de qualquer das partes, independente de notificação judicial, sem que caiba qualquer indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO – Pela contratação já identificada na Cláusula Primeira, a PREFEITURA pagará o valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), sendo pago o valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais), o equivalente a R\$ 2,00 por jornal; o pagamento será realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente, exceto o último mês que será pago no mês em curso, mediante a apresentação do respectivo documento fiscal.

CLÁUSULA SEXTA – CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO – De comum acordo as partes elegem como competente o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente contrato.

E por estarem as partes em pleno acordo em todas as cláusulas do presente contrato, assinam em 02 (duas) vias de mesmo teor, na presença de duas testemunhas abaixo.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	ORLANDO ADILSON TURNES EDITORA JORNAL A COMARCA LTDA ME Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 021/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 021/2017 - PMLL

“CONTRATO VISANDO A EXTRAÇÃO DE MACADAME.”

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado Contratante, e como Contratado o Senhor Nauro Steffens, pessoa física, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Localidade de Vargem dos Bugres, Bairro Vargem dos Bugres, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 429.219.299-53, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 004/2017, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Extração de macadame a ser retirado de um terreno rural, com área de 773.461,24 m² (setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e um metros e vinte e quatro decímetros quadrados), registrado sob a matrícula nº R-1-14.518, livro 67, folhas 117, para ser utilizado na recuperação e reabilitação da malha viária do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL – O CONTRATANTE utilizará o bem imóvel objeto deste CONTRATO, única e exclusivamente para Extração de macadame, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, a 1ª parcela no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser paga até o dia 30 de maio de 2017, e a 2ª parcela no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser paga até o dia 31 de outubro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 05 de abril de 2018, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses, mediante termo aditivo ao contrato, conforme a necessidade da administração pública, sendo reajustado de acordo com a variação do IGPM ou por livre negociação devidamente justificado e respeitados os valores praticados no mercado

§ Único – No termo final deste instrumento, o MUNICÍPIO se obriga a restituir o imóvel livre e desocupado.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO - Fica expressamente conveniado que o imóvel objeto deste Contrato, será utilizado pelo Município, exclusivamente para o previsto na Cláusula Primeira, sendo vedada alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso das partes. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES – Pactua-se que:

I – O MUNICÍPIO fica obrigado a, quando da restituição do imóvel, no termo final deste pacto;

II – O CONTRATADO fica obrigado a não colocar nenhum óbice ao procedimento de extração mineral que poderá ocorrer a qualquer dia ou horário, inclusive em fins de semana e feriados, conforme necessidade;

III – O CONTRATADO fica obrigado a denunciar o presente contrato no caso de venda total ou parcial do imóvel descrito na Cláusula Primeira.

Parágrafo Único - Na forma da lei ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas à terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo contratado através do Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno júri, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% do valor deste Contrato a ser Apurado, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindida a contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor e forma para que surta seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO – Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 05 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	NAURO STEFFENS Contratado
---	------------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

--	--

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pneus novos de 1ª linha certificado pelo INMETRO, para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16h00min (dezesseis horas), do dia 24 de abril de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 07/04/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pneus novos de 1ª linha certificado pelo INMETRO, câmara e protetores para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 24 de abril de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 07/04/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

EDITAL Nº 46/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER POSSÍVEIS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 25/04/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 25/04/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 10 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

PORTARIA Nº 231/2017

PORTARIA Nº 231/2017

CRIA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL, APÍCOLA, PISCICULTURA E AGROARTESANATO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere, o art. 65, VII, da Lei Orgânica do Município de Lontras, e ainda com suporte no art. 2º, X, da Lei n. 13.019/2014 e art. 13, do Decreto n. 8.726/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Seleção de Entidades sem fins Lucrativos voltadas ao Desenvolvimento Rural, Apícola, Piscicultura e Agroartesanato os seguintes servidores:

- 1) Mario Bini, servidor público de cargo de provimento efetivo de técnico de piscicultura, designado para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, matriculado sob o n. 14699;
- 2) Gefferson Flores, servidor público de cargo de provimento efetivo de agente administrativo, matriculado sob o n. 111023;
- 3) Tatiane Poffo Costa, cargo de comissão de assessoria técnica de licitação, matriculada sob o n. 239356.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 31 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2017

PORTARIA Nº 232/2017

CRIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL, APÍCOLA, PISCICULTURA E AGROARTESANATO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere, o art. 65, VII, da Lei Orgânica do Município de Lontras, e ainda com suporte no art. 2º, XI, da Lei n. 13.019/2014 e art. 13, do Decreto n. 8.726/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento das entidades sem fins Lucrativos, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas entre o Município de Lontras e organizações da sociedade civil voltadas ao Desenvolvimento Rural, Apícola, Piscicultura e Agroartesanato, os seguintes servidores:

- 1) Mario Bini, servidor público de cargo de provimento efetivo de técnico de piscicultura, designado para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, matriculado sob o n. 14699;
- 2) Arno Poffo, servidor público de cargo de provimento efetivo de técnico agrícola, matriculado sob o n. 14656;
- 3) Marcos Eduardo Knop, servidor público de cargo de provimento efetivo de contador, matriculado sob o n. 2001.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 31 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2017

PORTARIA Nº 233/2017

CRIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VOLTADAS A EDUCAÇÃO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere, o art. 65, VII, da Lei Orgânica do Município de Lontras, e ainda com suporte no art. 2º, XI, da Lei n. 13.019/2014 e art. 13, do Decreto n. 8.726/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento das entidades sem fins Lucrativos, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas entre o Município de Lontras e organizações da sociedade civil voltadas a Educação, os seguintes servidores:

- 1) Rosana Mathissi Claudino, servidora pública de cargo de provimento efetivo de professora, matriculada sob o n. 44644;
- 2) Janelito Romar Passold, servidor público de cargo de provimento efetivo de professor, matriculado sob o n. 38741;
- 3) Marcos Eduardo Knop, servidor público de cargo de provimento efetivo de contador, matriculado sob o n. 2001.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 31 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 005.17

1º TERMO DE ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 005/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Sr. MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Izabete Criza, 508, Distrito Industrial, Irani, CEP: 89.680-00, inscrita no CNPJ sob o nº 21.089.749/0001-27, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.818.573 e inscrito no CPF/MF sob o nº 790.044.669-91, doravante denominado FORNECEDOR 2, tem entre si justo e contratado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO REAJUSTE DE PREÇO

O presente instrumento tem por objeto o reajuste dos valores unitários e globais contratados, aplicando-lhe o acréscimo inerente à substituição das cores inicialmente prevista.

O valor da Ata com reajuste passa a vigorar com o valor total estimado de R\$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais) tendo o percentual de reajuste estimado em 2.55034%, correspondendo ao aumento de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Atividade(s):

08.01.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

08.01.12.361.0031.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME FORNECEDOR 2
--	--

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 0032017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 de 07 de abril de 2017.

“ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Luzerna, para substituição de servidora que se encontra afastada;

Considerando que não há Processo Seletivo vigente para o emprego público de Assistente Social;

Considerando a necessidade de contratação de Assistente Social;

Considerando a inexistência de tempo para realização de Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que

se licitar empresa para realizar Processo Licitatório comum;

estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidora afastada, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 10 a 17 de abril de 2017, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverão ser anexados fotocópia de RG e CPF e todos os documentos necessários para comprovação da titulação. (comprovante de cursos, tempo de serviço, etc).

2.4. NÃO SERÁ COBRADA TAXA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS.

2.5. À inscrição realizada por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato do candidato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Curso completo de Assistente Social ou Serviço Social e Registro no CRESS - 6,00 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão e cópia da carteira do CRESS).

3.1.2 - Curso completo de Pós-graduação em nível de Especialização - 3 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão)

3.1.3 - Cursos de aperfeiçoamento/capacitação na área - 0,5 décimos para cada 10 horas de curso frequentado ou ministrado, limitado a 160 horas; (comprovado através de diploma ou certificado constando conteúdo, período, carga horária e carimbo de registro)

3.1.4 - Tempo de serviço na função de Assistente Social - 0,5 décimos para cada ano contínuo de experiência, não sendo computados períodos menores de um ano, nem somados períodos inferiores a um ano em empregadores diversos (comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente);

3.2 - A pontuação obtida nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 será somada à pontuação referente ao item 3.1.4.

3.3 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou ao regime que o substituir e filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior tempo de serviço;
- b) maior idade.

VI - DOS RECURSOS

6.1. Será admitido recurso da classificação que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo III deste Edital.

6.2. O recurso aqui mencionado deverá ser preenchido em formulário modelo disponibilizado juntamente com este Edital, assinado, escaneado e enviado para o e-mail juridico@luzerna.sc.gov.br, dentro do prazo e horários estabelecidos por este Edital.

6.3. Os recursos e revisão de nota serão apreciados pela Comissão Especial designada.

6.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação, ilegíveis, sem assinatura, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

6.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da Prefeitura de Luzerna.

6.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da pontuação, sendo que a pontuação poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

6.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de pontuação de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua pontuação.

6.8. A Comissão Especial do Processo Seletivo, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

VII - DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VIII - DA CONTRATAÇÃO

8.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;

b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;

c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;

e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)

2. Cadastro de Pessoa Física

3. Certidão de Casamento

4. Certidão de Nascimento de Filhos

5. Carteira de Trabalho

6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descritos no Anexo I deste Edital e constantes do Decreto nº 2060.

8.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

8.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

IX - DO FORO JUDICIAL

9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

10.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

10.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

10.4. O candidato a ser contratado receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará em ocupar o último lugar na lista dos classificados.

10.5. O candidato classificado, que desistir de vaga, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no Processo Seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar novamente a vaga no processo.

10.6. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pela nomeação de aprovado em Concurso Público;

10.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

10.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

10.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

10.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;
ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

ANEXO I
DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Assistente Social	40 h/s	R\$ 3.464,96	Curso completo de Assistente Social ou Serviço Social e Registro no CRESS

Além do vencimento, o servidor receberá o auxílio alimentação, na forma de cartão magnético, no valor de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos) por dia útil trabalhado, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

Poderá ainda aderir ao Plano de Saúde co-financiado pelo Município.

ANEXO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

EMPREGO TEMPORÁRIO: Assistente Social

ATRIBUIÇÕES: elaborar, implementar, executar e avaliar projetos e políticas inerentes ao serviço social em saúde pública; realizar estudos e pesquisas com objetivo de conhecer as características de cada comunidade, a fim de que os programas e ações do serviço social venham ao encontro das necessidades reais da população; conhecer os principais problemas de saúde da população, a fim de discutir, com a equipe multidisciplinar, as ações de saúde que devem ser desenvolvidas, buscando a resolutividade dos problemas; planejar, avaliar e organizar benefícios e serviços sociais; divulgar os serviços da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social junto à população, incentivando-a a usufruir da infra-estrutura oferecida; incentivar a comunidade a interessar-se por questões sanitárias, participando da identificação dos principais problemas e auxiliando definição e execução de ações necessárias para melhor condição de vida e saúde; incentivar a população a exercer seu direito de cidadania, participando dos programas assistenciais de saúde oferecidos e, conseqüentemente, na participação do controle social; participar, ativamente, da equipe multidisciplinar, auxiliando na busca de formas de entrosamento gradativo de toda equipe, na execução de atividades educativas; executar as demais atividades inerentes ao emprego, zelando por sua segurança e de terceiros, além de conservação manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; cumprir e fazer cumprir o código de ética do assistente social; participar efetivamente das políticas social e de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; assessorar os órgãos de administração pública direta em matérias de serviço social; cumprir as determinações do Sistema Único de Saúde local; realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social; preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; realizar e interpretar pesquisas sociais; orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; encaminhar clientes a dispensários e hospitais acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos, assistindo aos familiares; planejar e promover inquéritos sobre a situação de escolares e suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas à solução adequada do problema; estudar os antecedentes da família; orientar a seleção sócio-econômica para a concessão de auxílios do Município; fazer levantamentos sócio-econômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; pesquisar problemas relacionados com o trabalho; supervisionar e manter registros dos casos investigados; participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do emprego; prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; utilizar recursos de informática; executar tarefas afins, inclusive editadas no respectivo regulamento da profissão.

ANEXO III
DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	10/04/2017
Período de Inscrições	10 a 17/04/2017
Análise dos currículos	18/04/2017
Divulgação Provisória do Resultado	20/04/2017
Recurso quanto ao Resultado Provisório (até às 17h00)	24/04/2017
Homologação final do Processo Seletivo	25/04/2017

ANEXO IV
FICHA DE INSCRIÇÃO
Nº de Inscrição: _____

DADOS DO CANDIDATO	
Nome: _____	
Rua: _____	Nr. _____
Bairro: _____	_____

Município:				U.F.
Telefone:				
e-mail:				
Nome do pai:				
Nome da mãe:				
Estado civil:				
Dependentes:		Sim (nr. _____)		Não
Nr. Identidade:			CPF:	
Data de nascimento:			Local:	
Emprego Público: ASSISTENTE SOCIAL				

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
comprovante Curso de Assistente Social ou Serviço Social	
comprovante de registro no CRESS	
comprovante de Cursos de aperfeiçoamento/capacitação na área	
comprovante de Tempo de serviço como Assistente Social	

Luzerna(SC), ____/____/____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

ANEXO V

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nº de Inscrição: _____

Nome:			
	FUNDAMENTAÇÃO (Motivo do Recurso)		

ENCAMINHAR ESTE FORMULÁRIO PARA juridico@luzerna.sc.gov.br DENTRO DO PRAZO DE RECURSO PREVISTO NO EDITAL
(Horário limite de recebimento até às 17h00)

Assinatura do Candidato
(obrigatório conter a assinatura do candidato)

_____, ____ de _____ de 2017.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 027/2017 - PP 015/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL CONTÍNUOS DE BENFEITORIAS CIVIS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 027/2017 - PML

Pregão Presencial nº 015/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 027/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de mão de obra terceirizada para a prestação de serviços de manutenção em geral contínuos de benfeitorias civis, conforme especificações e condições indicadas no presente Edital e no seu Termo de Referência.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* LUCIANO OSMAR DA SILVA 02718802952

- Valor total: R\$84.000,00

Luzerna (SC), 7 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO _ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2017

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2017

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0020/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0010/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 25 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3588, de 03 de janeiro de 2017, estará recebendo propostas para Registro de preços, com pedidos parcelados para a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Município de Macieira, inclusive a merenda da rede municipal de ensino, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 25/04/2017, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0010/2017, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 1717, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Macieira – SC, 07 de abril de 2017.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
PREGOEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 08/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 08/2017.

Processo Licitatório nº 0009/2016.

Pregão Presencial nº 0005/2016.

3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0017/2016.

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar com veículo capacitado, destinado ao atendimento dos alunos na rede Municipal e Estadual de ensino, conforme especificações do objeto e do trajeto do Edital e seus anexos.

Contratada: ADAILTON ABRAÃO TRANSPORTES LTDA.

Alteração: Fica alterado o trajeto conforme descrição do termo aditivo.

Valor: De acordo com o Contrato Original nº 0017/2016

Pagamento e vigência: De acordo com o Contrato Original nº 0017/2016.

Macieira, 05 de abril de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira.

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 09/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013

Pregão Presencial nº 0001/2013

11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013

ADITIVO Nº 09/2017

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLAR LTDA ME.

Alteração: Fica alterado o trajeto conforme descrição do termo aditivo.

Valor: Sendo o valor de R\$ 276,45 (duzentos e setenta e seis reais com quarenta e cinco centavos) diários para o item IV do Processo Licitatório nº 0002/2013.

Vigência: De acordo com o Contrato administrativo nº 0008/2013

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013.

Macieira, 05 de abril de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.435.876/0001-11

BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP

Nota Fiscal nº. 14221 R\$ 3.766,00

Nota Fiscal nº. 14357 R\$ 2.250,00

Nota Fiscal nº. 14237 R\$ 2.912,10

Nota Fiscal nº. 14389 R\$ 294,00

Nota Fiscal nº. 14231 R\$ 1.272,00

Nota Fiscal nº. 14213 R\$ 554,60

Nota Fiscal nº. 14223 R\$ 1.339,50

Valor Total: R\$ 12.388,20

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa contratada é responsável pelo fornecimento de materiais de construção para as atividades das Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 10 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 4013

DECRETO Nº. 4.013

DE 06 DE ABRIL DE 2017.

REGULAMENTA as parcerias entre o Município de MAFRA e as Organizações da Sociedade Civil, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 DE JULHO DE 2014.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 e nos termos da alínea "a" do inciso I, do art. 93, ambos da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações criou o "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil" no país, entabulando novos requisitos para a formulação de parcerias junto as referidas instituições;

CONSIDERANDO a permanência de outras legislações mesmo com a vigência da referida Lei Federal nº 13.019/2014, em especial a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das parcerias municipais junto às organizações da sociedade civil e o interesse público na continuidade destas dentro das premissas legais;

CONSIDERANDO as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a necessidade de regras para o repasse, fiscalização e prestação de contas das parcerias, inclusive na esfera externa do controle dos atos administrativos,

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A liberação dos recursos financeiros do Município às organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em

planos de trabalho, dar-se-á por meio de termo de colaboração ou termo de fomento quando houver transferência de recursos financeiros, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal, ou em acordos de cooperação, quando não houver transferência de recursos financeiros e em observância aos dispositivos das Leis Federais nº. 13.019/2014 e nº 13.204/2015, do Decreto Federal nº. 8726/2016 e deste Decreto.

§ 1º Para fins deste Decreto consideram-se as seguintes naturezas de concessão:

I - subvenções sociais: transferências de recursos destinados a atender despesas com ações a serem desenvolvidas por instituições privadas de caráter social, assistencial ou educacional, sem finalidade lucrativa, de acordo com os art. 16, parágrafo único, e 17 da Lei Federal nº. 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (LRF);

II - contribuições: transferências de recursos com a finalidade de atender despesas correntes as quais não correspondam diretamente em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pela entidade, bem como as destinadas a atender as despesas de manutenção de entidades de direito privado de caráter comunitário, cultural, esportivo, saúde pública ou de classe e outros, sem finalidades econômicas e/ou lucrativas, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF); e

III - auxílios: cobertura de despesas de capital, destinadas a atender investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos, de caráter comunitário, cultural, esportivo ou de classe e outros, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF);

§ 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

II - unidade gestora: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - administrador público: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue competência a terceiros;

V - responsável pela unidade gestora: agente público para o qual foi delegado a competência pelo administrador público para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação e ordenar as transferências financeiras para a organização da sociedade civil visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco; e

VI - gestor: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 2º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros.

Art. 3º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 4º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolva a transferência de recursos financeiros.

§ 1º O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública Municipal ou pela organização da sociedade civil.

§ 2º O acordo de cooperação será firmado entre o Chefe do Poder Executivo, permitida a delegação para a maior autoridade da pasta com quem será firmado, e o dirigente máximo da organização da sociedade civil.

§ 3º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado conforme o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

§ 4º São aplicáveis ao acordo de cooperação, no que couber, as regras e os procedimentos dispostos neste Decreto, em especial quanto ao Chamamento Público, dos requisitos para a celebração do instrumento de parceria, as sanções aplicáveis, o procedimento de manifestação de interesse social e a transparência e divulgação das ações;

§ 5º. O órgão ou a entidade pública municipal, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público:

I – afastar a necessidade de realização do Chamamento Público; e

II - estabelecer procedimento de prestação de contas previsto no art. 63, § 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, ou sua dispensa.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 5º A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

§ 2º Não caberá chamamento público à liberação de contribuições e auxílios financeiros quando decorrentes de autorização em lei orçamentária, que identifique expressamente a entidade beneficiária, assim como às transferências de recursos a título de subvenção social para organizações da sociedade civil que também estejam nominalmente identificadas.

Art. 6º O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 7º O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - para a interposição de recursos administrativos admite-se a impugnação do edital, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 05 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora em até 05 (cinco) dias, a contar da data do respectivo protocolo;

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital;

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e aos idosos.

Art. 8º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometa, restrinja ou frustre o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no ente federativo onde será executado o objeto da parceria; e

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 9º Poderá ser dispensável a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança; e

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil, previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Art. 10. O Município de Mafra efetuará o cadastramento das organizações da sociedade civil que prestem serviços nas áreas de educação, saúde ou assistência social no município, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada nos termos deste Decreto.

§ 1º Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Mafra/SC, e que apresentarem isenta de vícios de qualquer natureza:

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

IV - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

V - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VI - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VII - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

VIII - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

IX - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública;

X - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XI - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014;

XIII - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

§ 2º A experiência prévia solicitada no inciso XVI, do §1º deste artigo, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

- I - instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- II - relatório de atividades desenvolvidas;
- III - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;
- IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;
- V - currículo de profissional ou equipe responsável;
- VI - declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;
- VII - prêmios locais ou internacionais recebidos; e
- VIII - atestados de capacidade técnica, emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

§ 3º A solicitação do Credenciamento poderá ser realizada a qualquer tempo, sendo que a Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

§ 4º Compete a Secretaria Municipal da respectiva área de atuação da entidade, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento, devendo para tanto, ter parecer de aprovação do órgão gestor da respectiva política no Município.

Art. 11. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras previstas em Lei:

- I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho;
- II - quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica diante da experiência conquistada, comprovada documental e pelos demais meios possíveis de prova;

Art. 12. Nas hipóteses dos arts. 9º e 11 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será detalhadamente justificada pelo responsável pela unidade gestora:

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 05 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 15 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, o Chamamento Público será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, o ato que declarou a dispensa ou o considerou inexigível, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização de novo Chamamento Público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto.

Art. 13. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO IV DA ATUAÇÃO EM REDE

Art. 14. Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que possuam:

- I - mais de 05 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e
- II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 15. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou termo de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, devendo a celebrante, no ato da respectiva formalização:

- I - verificar, nos termos do edital, a regularidade jurídica e fiscal da organização não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e
- II - comunicar ao responsável pela Unidade Gestora do termo de colaboração ou termo de fomento, em até 60 (sessenta) dias, a partir da formalização do termo de atuação em rede.

CAPÍTULO V DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 16. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Parágrafo único. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

- I - identificação do subscritor da proposta;
- II - indicação do interesse público envolvido; e
- III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 17. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

§ 4º Na manifestação de interesse a entidade proponente poderá justificar a hipótese de inexigibilidade de Chamamento Público, sujeitando a administração pública se manifestar a decisão pelo acolhimento ou não de forma justificada;

§ 5º Deferindo o pedido de inexigibilidade, nos termos do §4º, a administração fará publicar a decisão no diário oficial do município pelo prazo de 5 (cinco) dias;

§ 6º Não ocorrendo impugnação no prazo do §5º, considerar-se-á habilitada a entidade proponente;

§ 7º Ocorrendo impugnação o procedimento seguirá o rito do art. 19.

Art. 18. Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação arrolada nos incisos I, II e XIX do art. 26, deste Decreto.

Art. 19. A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas e prazos:

I – no prazo de 10 (dez) verificar a conveniência e a oportunidade da proposta pela ótica da administração pública municipal, por intermédio do responsável pela análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no art. 16 deste Decreto e decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social;

II - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema por meio do diário oficial do município, com prazo de 10 (dez) dias, a respeito da manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

III – não havendo impugnação da proposta no prazo do inciso II, caberá à administração em decisão fundamentada deferir ou indeferir o pedido com base nos documentos apresentados pela entidade proponente.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 16 deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até 30 (trinta) dias para cumprir as etapas previstas no caput deste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO VI DAS VEDAÇÕES

Art. 20. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VII - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; e

VIII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se

os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Unidade Gestora, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no inciso III, do art. 20 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

Art. 21. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 22. Não será firmado termo de colaboração, termo de fomento ou acordos de cooperação com as entidades inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos, ou dentro do prazo fixado no § 6º do art. 60 e § 6º do art. 61 deste Decreto, tenha deixado de atender a notificação do órgão de controle interno, para regularizar a prestação de contas.

CAPÍTULO VII DO PLANO DE TRABALHO

Art. 23. O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo IX, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VI - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Art. 24. A Unidade Gestora poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, mediante termo aditivo ou por apostilamento:

I - nos casos de acréscimos de novos elementos será utilizado o termo aditivo;

II - nos casos de remanejamentos será utilizado o apostilamento.

III - os recursos devem ser utilizados para a consecução do objeto pactuado; e

IV - o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento não poderá ser alterado.

Parágrafo único. A Unidade Gestora deverá autorizar ou não o remanejamento de recursos do plano de trabalho, no prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 25. Além da hipótese prevista no art. 24 deste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou

II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo.

CAPÍTULO VIII DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 26. Serão consideradas aptas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo arrolada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Mafra:

I - ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;

II - preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" constante no Anexo II deste Decreto;

III - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

IV - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

V - certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;

VI - caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria;

VII - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou,

tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

VIII - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IX - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

X - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

XI - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

XII - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

XIII - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XIV - apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

XV - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XVI - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades conforme Anexo IV deste Decreto;

XVII - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 conforme Anexo III deste Decreto;

XVIII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste Decreto, conforme Anexo V deste Decreto; e

XIX - plano de trabalho, conforme Anexo IX deste Decreto.

Parágrafo único. Quando se tratar de celebração de acordo de cooperação previsto no § 6, art. 4º deste Decreto, para fins de cumprimento do inciso XI deste artigo, somente será exigido o requisito da alínea 'a'.

XX - demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

Art. 27. A experiência prévia solicitada no inciso XIII, art. 26, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

CAPÍTULO IX

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 28. A Comissão de Seleção indicada pelo responsável da Unidade Gestora será nomeada por portaria do Chefe do Poder Executivo e será composta por no máximo 05(cinco) membros, que deverão emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

§ 1º A comissão será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 02 (dois) membros da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidos de participar das comissões, servidores que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º deste artigo, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

CAPÍTULO X

DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 29. A seleção consistirá em duas etapas, e seguirá a seguinte ordem:

I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

II - abertura do envelope com os documentos da organização da sociedade civil selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 26, deste Decreto.

a) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais da entidade devem ser validadas pela Comissão de seleção através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.

III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

IV - o responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;

V - as organizações da sociedade civil terão prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação;

VI - após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá

homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção;

VII - na hipótese de a organização selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para a concorrente desclassificada;

VIII - caso a organização convidada nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;

IX - caso a Comissão entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 30. O julgamento deverá avaliar:

I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e

III - emissão de parecer técnico da Comissão de seleção, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso; e

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 31. A assessoria jurídica da Unidade Gestora obrigatoriamente deverá emitir parecer acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 32. Caso o parecer técnico emitido pela Comissão de Seleção ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

CAPÍTULO XI

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 33. Para formalização das parcerias, as organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos:

I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da organização da sociedade civil; e

II - declaração assinada pelo Presidente atual da entidade responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida, conforme Anexo VI deste Decreto;

Art. 34. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - a contrapartida, quando for o caso, observando o § 1º do art. 35 da Lei Federal n. 13.019/2014;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII - a forma de monitoramento e avaliação;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XI - caso definida a titularidade dos bens, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública federal após o fim da parceria, prevista no inciso X do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, poderá determinar a titularidade dos bens remanescentes:

a) para o órgão ou a entidade pública municipal, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública federal; ou

b) para a organização da sociedade civil, quando os bens forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIII - a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XIV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVI - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVII - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e

XVIII - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

§ 1º Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

§ 2º Na hipótese da alínea "a" do inciso XI deste artigo, a organização da sociedade civil deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para a administração pública federal, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.

§ 3º A cláusula de determinação da titularidade dos bens remanescentes para o órgão ou a entidade pública federal formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 4º Na hipótese da alínea "b" do inciso XI deste artigo, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes poderá prever que a organização da sociedade civil possa realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

§ 5º Na hipótese da alínea "b" do inciso XI deste artigo, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a organização da sociedade civil, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

§ 6º Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria:

I - os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até noventa dias, contado da data de notificação da dissolução, quando a cláusula de que trata o inciso XI determinar a titularidade disposta na alínea "a" do inciso XI deste artigo; ou

II - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido, quando a cláusula de que trata o inciso XI determinar a titularidade disposta na alínea "b" do inciso XI deste artigo.

CAPÍTULO XII DAS PRORROGAÇÕES

Art. 35. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitado pela organização da sociedade civil, devidamente formalizado e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

CAPÍTULO XIII DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 36. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no orçamento municipal, em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

CAPÍTULO XIV DO GESTOR DO TERMO

Art. 37. O responsável pela Unidade Gestora designará um Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade

Gestora deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes; e

VI - a designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

CAPÍTULO XV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 38. Nos casos de chamamento público, o responsável pela Unidade Gestora deverá indicar a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria do Chefe do Poder Executivo, sendo composta por no máximo 05 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 02 (dois) membros da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º deste artigo, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º A administração pública municipal poderá instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação nos casos de inexigibilidade ou dispensa do chamamento público, quando julgar conveniente.

Art. 39. Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizado por esta Comissão;

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

g) a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.

h) o órgão ou a entidade pública municipal poderá estabelecer uma ou mais comissões de monitoramento e avaliação, observado o princípio da eficiência.

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente a fim de avaliar a execução das parcerias.

§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação deverá realizar visita técnica in loco para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

§ 3º A comissão de monitoramento e avaliação deverá notificar previamente a organização da sociedade civil, no prazo mínimo de 3 (três) dias anteriores à realização da visita técnica in loco.

§ 4º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em 'relatório de visita técnica', que será registrado e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências, e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Art. 40. Os procedimentos de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco.

Parágrafo único. Nas parcerias, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários e utilizará os resultados como subsídio na avaliação e no cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 41. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública municipal e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes. A fiscalização deverá ser efetuada preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, com emissão de relatório técnico.

Art. 42. As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos em lei.

CAPÍTULO XVI

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 43. A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal (só CEF ou BB?).

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a organização da sociedade civil deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, de acordo com o inciso VI, do art. 26 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

CAPÍTULO XVII

DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 44. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- I – a contratação, para prestação de serviços, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- III – utilizar recursos da parceria para pagamento de despesa em data anterior à vigência da parceria; e
- IV - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria;

Art. 45. É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros.

CAPÍTULO XVIII

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 46. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Mafra a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

- I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;
- II - nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF;
- III - descrição do objeto da parceria;
- IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
- V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e
- VII - a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 47. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 48. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal, que contenham no mínimo as informações descritas no caput do art. 46 deste Decreto e seus incisos.

Parágrafo único. No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput, inclusive quanto às organizações da sociedade civis não celebrantes e executantes em rede.

CAPÍTULO XIX

DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Art. 49. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

- a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;
- b) sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;
- c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

a) caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 1º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 2º Considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 3º Não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

- I - contra a administração pública ou o patrimônio público;

II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; e

III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 4º A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 5º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 50. O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal.

Parágrafo Único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

CAPÍTULO XX

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

Parágrafo Único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 52. Quando o repasse for realizado em parcela única, a organização da sociedade civil terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

Art. 53. Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 54. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

CAPÍTULO XXI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 55. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, para demonstração de resultados das metas, que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 56. A organização da sociedade civil terá o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento do recurso para utilizá-lo, e deverá prestar as contas da boa e regular aplicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a utilização integral dos recursos.

§ 1º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 2º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 1º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 57. O processo de prestação de contas de responsabilidade da organização da sociedade civil deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I – capa, conforme Anexo VII deste Decreto;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil, conforme Anexo VIII deste Decreto;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos, conforme Anexo IX deste Decreto;

IV - declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados, conforme Anexo X deste Decreto; e

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite, conforme Anexo XII deste Decreto; e

e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:

a) lista de presença; e

b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 58. O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

- I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público; e
- II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

Art. 59. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 60. A prestação de contas para os casos de chamamento público serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

§ 1º Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

§ 2º O gestor, após apreciação dos relatórios citados no art. 57, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico a Controladoria Municipal ou órgão afim, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico.

§ 3º Compete a Controladoria Municipal analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 4º Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Diretor de Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

§ 5º Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração.

§ 6º A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pela Secretaria Municipal de Administração, prorrogáveis no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 71, deste Decreto.

§ 7º Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, à Secretaria Municipal de Administração certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 61. As prestações de contas para os casos de inexigibilidade e dispensa serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

§ 1º Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo ao Gestor.

§ 2º O Gestor, após apreciação dos relatórios citados no art. 57, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Diretor de Controle Interno, podendo solicitar diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico.

§ 3º Compete ao Diretor de Controle Interno, analisar as prestações de contas de acordo com as exigências do art. 57 deste Decreto, emitindo parecer de admissibilidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário. O processo será analisado quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho, e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 4º Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Diretor de Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

§ 5º Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração.

§ 6º A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação Secretaria Municipal de Administração, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 71, deste Decreto.

§ 7º Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, a Secretaria Municipal de Administração certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

§ 8º Nos casos de constituição de Comissão de Monitoramento e Avaliação previsto no § 6º, do artigo 38 deste Decreto, a prestação de contas deverá seguir as regras estabelecidas no art. 63, deste Decreto.

Art. 62. As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;
- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 63. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração para as devidas providências.

Art. 64. A Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial, será realizada pela Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Controladoria Municipal e seguirá as orientações e instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, a Secretaria Municipal de Administração certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a organização da sociedade civil envolvida ficará impedida de receber recursos públicos do Município de Mafra.

Art. 65. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores da Secretaria Municipal de Administração e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 66. A organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua apresentação.

Art. 67. O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas conforme o art. 64 deste Decreto, ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO XXII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita à Unidade Gestora e à organização da sociedade civil, às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 69. A Secretaria Municipal de Administração está autorizada a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 70. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da administração pública com entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei Federal nº. 9.790, de 23 de março de 1999, regidas por termos de parceria.

Art. 71. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

§ 1º Advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º Suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

§ 3º A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 4º Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção.

§ 5º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão.

§ 6º Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, o direito à aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 7º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 72. As organizações da sociedade civil suspensas ou declaradas inidôneas em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade Geral do Município e afins enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição

ou até que seja promovida reabilitação, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

Art. 73. Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações, o art. 70, da Constituição Federal de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e subsidiariamente o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Art. 74. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 75. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculado a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 76. Os prazos referidos neste Decreto serão contados em dias úteis.

Art. 77. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 06 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ANEXOS

ANEXO I - A

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO PARA PARTICIPAR DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Mafra/SC, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar a participação no Chamamento Público conforme Edital n. 4.013/2017.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO I - B

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO PARA INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Mafra/SC, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente / Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar o Termo de Fomento.

(Justificar o pedido contendo o objetivo específico e informações pertinentes ao local, data e horário em que será o projeto).

*As solicitações deverão ser encaminhadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência a data de realização do projeto.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO II

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DADOS CADASTRAIS**1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO:**

Nome da Organização:

CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº.

2. DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO:

Nome:

CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Eleito em: Vencimento do mandato:

2.1. DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA:

Nome:

CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: Cargo:

2.3 CONSELHO FISCAL:

Nome: Cargo:

2.4 DADOS DO CORPO TÉCNICO:

Nome: Cargo:

3. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO:

Data da Fundação: ____/____/____

Sede: () Própria () Alugada () Cessão de uso

3.1. INFRA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO:

Possui veículo: () Sim () Não Quantidade:

Próprio () Alugado () Cedido ()

Possui bens imóveis: () Sim () Não

Descrição:

Forma de aquisição: Recursos próprios () Convênio() Doação ()

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência: Número da Conta:

5. DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Nome: Cargo:

Nº do registro no Conselho Profissional:

6. OUTROS PARTÍCIPES (REDE)**6.1 DA ORGANIZAÇÃO**

CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:
Complemento: Estado: CEP:
Telefone: Celular:
Email:
Site:
Lei que declara de utilidade pública nº

6.2 DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO (REDE):

Rua: Bairro: Cidade:
Complemento: Estado: CEP:
Telefone: Celular:
Email:
Site:
Eleito em: Vencimento do mandato:

6.2.1 DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA (REDE):

Rua: Bairro: Cidade:
Complemento: Estado: CEP:
Telefone: Celular:
Email:
Site:

6.3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (REDE):

Nome: Cargo:

6.4 CONSELHO FISCAL (REDE):

Nome: Cargo:

6.5 DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO (REDE):

Nome: Cargo:
Nº do registro no Conselho Profissional:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO III

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Declaro, que a Entidade não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Mafra/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IV

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Mafra/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO V

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES

Declaro, para os devidos fins, que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste decreto.

Mafra/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VI

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

1 - Dados Cadastrais:

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Conta Corrente nº: Agência nº: Banco:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc..) Número: CEP:

Bairro: Cidade:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social:

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Saúde

Número de inscrição no Conselho Municipal do Idoso:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Educação:

Outros conselhos:

CEBAS (Número do processo que concedeu o último registro e validade):

1.2. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG: Número do CPF:

1.3. Vigência de mandato da diretoria atual: de ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Áreas das atividades da organização social:

- () assistência sanitária;
- () amparo à maternidade;
- () proteção à saúde da criança;
- () assistência a qualquer espécie de doentes;
- () assistência à velhice e à invalidez;
- () amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- () educação pré-primária, 1º grau e profissional;

- () educação e reeducação de adultos;
- () educação de excepcionais;
- () amparo aos trabalhadores;
- () cultivo das artes;
- () patrimônio histórico-cultural e arquitetônico;
- () intercâmbio cultural;
- () difusão cultural;
- () organização da juventude;
- () educação ambiental;
- () defesa do meio ambiente;
- () entidades esportivas.

1.5. O Estatuto Social está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015
() Sim () Não Em adequação ()

1.6. Apresentação:

(breve histórico da organização, quando iniciou, quantas diretorias, quais os projetos já desenvolvidos).

2. Descrição do Projeto:

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
- b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
- c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

2.1. Projeto:

Título do Projeto:

2.1.2 Período de execução:

Início: Término:

2.1.3 Público Alvo:

(Indicar o público alvo, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

2.1.4 Objetivo Geral:

O que a Organização Social pretende alcançar ao final do Projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente aos serviços, programas e projetos que a Organização Social pretende executar.

3. Cronograma de Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

4. Plano ANUAL de Aplicação dos Recursos

(Discriminar a Aplicação dos Recursos).

4.1 Plano MENSAL de Aplicação dos Recursos

(Discriminar a Aplicação dos Recursos)

4.2 Despesas Inerentes a todas as atividades

O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, em proporção nunca superior a 15% (quinze por cento) do valor total da parceria, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização.

5. Cronograma de desembolso

6. Articulação em rede:

Identificar as instituições e/ou organizações com as quais haverá articulação para o alcance dos objetivos propostos na execução do projeto.

7. Declaração:

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Local e Data

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

8. Análise do Plano de Trabalho

8.1 Em casos de Inexigibilidade ou Dispensa

Responsável pela análise	() Aprovado	() Reprovado
Mafra/SC ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Mafra/SC ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

8.2 Em casos de Chamamento Público

Comissão de avaliação e monitoramento	() Aprovado	() Reprovado
Portaria de nomeação:		
Mafra/SC ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Mafra/SC ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

ANEXO VII

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal do(a) com sede na, no Município de Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob o nº, declaro para os devidos fins que receberemos a importância de R\$ dividida em (parcelas) conforme edital nº/..... cujo objeto é

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Mafra/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VIII

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

CAPA

UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Nome da Entidade:
Título do Projeto:
Número do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:

Nome do Responsável:

Contato: Fone: E-mail:

O formulário abaixo deve ser preenchido pela concedente no momento do recebimento da prestação de contas.

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

ESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTÁ ORGANIZADA DA SEGUINTE FORMA:	SIM	NÃO
Ofício de encaminhamento ANEXO VIII		
Assinado pelo presidente da organização da sociedade civil e pelo responsável financeiro quando houver		
Prestação de contas organizada em folha A4		
As Folhas estão numeradas sequencialmente		
Plano de Trabalho ANEXO IX		
Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados ANEXO X		
Relatório de execução financeira: ANEXO XI		
Balancete (Relação das despesas e receitas efetivamente realizadas)		
Assinado pelo seu Representante Legal e o Responsável Financeiro		
Original do extrato bancário da conta específica		
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada com os devidos termos de aceite ANEXO XII		
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa		
Relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público.		
Relatório de cumprimento dos objetivos		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.		

Local/Data:

Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IX

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Maíra/SC, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência/Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$, referente ao Projeto

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público, recebido conforme estabelece o Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO X

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO

PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Órgão/Entidade Beneficiada: CNPJ nº

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no Decreto Municipal nº. 4.013, de 06 de abril de 2017, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Mafra/SC, de de

Responsável Financeiro

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO XI

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

(TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO) CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
ENTIDADE:					
ENDEREÇO:					
CEP:			FONE:		
RESPONSÁVEL:					
CPF:			VALOR:		
DOCUMENTOS					
Nº TRANSFERÊNCIA*	Nº NOTA FISCAL	DATA	RECEBIMENTOS R\$	PAGAMENTOS R\$	
SALDO					
SALDO A DEVOLVER					
Mafra/SC, ____ de ____ de 20 ____					
Presidente da Entidade Responsável Financeiro ou Procurador					
Lei Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 Artigo 45, I e II da Instrução Normativa TC nº 14/2012					

- Balancete em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO XII

(parte integrante do Decreto Municipal nº. 4.013/2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014)

TERMO DE ACEITE DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Atesto que os serviços foram prestados e/ou os materiais foram entregues.
Mafra/SC ____/____/____
Assinatura do Presidente ou Diretor da Entidade

LEI MUNICIPAL Nº 4250

LEI Nº. 4.250

DE 05 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2017 até o valor de R\$ 709.500,00 (Setecentos e nove mil e quinhentos reais), conforme descrição abaixo:

02 Gabinete do Prefeito

01 Gabinete do Prefeito

041220002.2.2000 Coordenação dos serviços de expediente do Prefeito

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Fonte: 100

21 Secretaria Municipal da Agricultura

01 Atividades da Secretaria

201220021.2.133000 Manutenção das atividades da Secretaria

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte: 100

07 Governo e Cidadania

01 Secretaria de Governo e Cidadania

04122007.2.8000 Coordenação Geral das Atividades de Governos

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte: 100

11 Secretaria Municipal de Obras

01 Secretaria Municipal de Obras

041220011.2.46000 Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte: 100

08 Secretaria Municipal de Administração

01 Secretaria Municipal de Administração

04122008.2.14000 Gestão de Pessoas

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte: 100

04 Procuradoria Geral

01 Procuradoria Jurídica do Município

04092004.2.5000 Coordenação das Atividades da Procuradoria Geral do Município

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte: 100

13 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

01 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

154510013.2.52000 Estruturação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte: 100

16 Fundo Municipal de Saúde

01 Atividades do Fundo

101220016.2.84000 Manutenção da Secretaria de Saúde

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte: 102

14 Fundo Municipal de Assistência Social

01 Secretaria da Criança e Ação Social

081220014.2.60000 Manutenção da Secretaria

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte: 100

17 Fundo Municipal de Educação

01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123650017.2.100000 Manutenção e Administração da Secretaria de Educação

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte: 101

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte: 100

123610017.2.104000 Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos F

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte: 118

123650017.2.103000 Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos INF

3.3.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte: 118

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

10 Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo

01 Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo

133920010.2.21000 Departamento Administrativo Casa da Cultura (48) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 409.500,00

Fonte: 100

123610017.2.104000 Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos F

(345) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte: 118

123650017.2.103000 Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos INF

(356) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte: 118

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 05 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 4251

Lei nº. 4.251

DE 05 DE ABRIL DE 2017.

CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE incentivo às organizações sociais, estabelece requisitos para a qualificação das entidades, DEFINE CRITÉRIOS PARA A PUBLICIZAÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, podendo o Poder Executivo Municipal qualificar como Organização Social, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à gestão de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, nos termos gerais da Lei Federal nº. 9.637, de 15 de maio de 1998 e atendidos os requisitos previstos nesta Lei.

§1º As pessoas jurídicas de direito privado cujas atividades sejam dirigidas àquelas relacionadas no caput deste artigo, qualificadas pelo Poder Executivo como "Organização Social", serão submetidas ao controle externo da Câmara Municipal, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo e observará as seguintes diretrizes:

- I - adoção de critérios que assegurem a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;
- II - promoção de meios que favoreçam efetiva redução de formalidades burocráticas para o acesso aos serviços;
- III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração, entre os setores públicos do Município, o setor privado e a sociedade em geral;
- IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados.
- V - promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo.
- VI - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização.

§ 2º Não serão objetos de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio de poder de polícia.

§ 3º O Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Secretaria específica da área para onde se der a transferência de gestão.

CAPÍTULO II DA QUALIFICAÇÃO

Art. 2º O pedido de qualificação como Organização Social no Município de Mafra/SC será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, por meio de requerimento escrito ao Prefeito Municipal, devendo a entidade comprovar o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I - registro de seu ato constitutivo e alterações posteriores, dispondo sobre:
 - a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
 - b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
 - c) estruturação mínima composta pelos órgãos de administração por uma diretoria estatutária, um conselho fiscal e uma assembleia geral, cuja composição e atribuição deverão constar do ato constitutivo;
 - d) participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes dos empregados da entidade e de membros de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
 - e) composição e atribuições da diretoria;
 - f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, dos relatórios financeiros e do relatório de execução dos contratos de gestão existente junto ao Município de Mafra/SC;
 - g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município de Mafra/SC, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

II - Haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente à atividade fomentada;

III - A entidade, para a manutenção da qualificação, deverá criar um Conselho de Administração, por intermédio de ata de assembleia geral extraordinária de seus associados, para decidir sobre todas as questões inerentes ao Contrato de Gestão no Município onde for qualificada como Organização Social.

§ 1º As entidades qualificadas como organizações sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários às entidades reconhecidas de interesse social e utilidade pública, enquanto perdurar a sua qualificação junto ao Município.

§ 2º A qualificação da entidade como Organização Social será feita mediante publicação de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Somente serão qualificadas como Organizações Sociais as entidades que, efetivamente, comprovarem o desenvolvimento da atividade descrita no caput do art. 1º desta lei há mais de 05 (cinco) anos.

Art. 3º A entidade perderá a sua qualificação como Organização Social, a qualquer tempo, quando houver alteração nas condições que ensejaram o recebimento da qualificação ou quando constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) até 55 % (cinquenta e cinco por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) no mínimo, por 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) no mínimo, por 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade.

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução;

III - Aos conselheiros, administradores e dirigentes das organizações sociais da saúde é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde – SUS;

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho;

VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII - Os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem a Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 5º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do Contrato de Gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Art. 6º A Diretoria da entidade terá sua composição e atribuições definidas no Estatuto.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 7º Para fins desta Lei, o Contrato de Gestão é um acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo e que estabelecerá a relação entre o Município e a respectiva entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para o fomento e execução de atividades ou serviços de interesse público, relativos às áreas relacionadas no art. 1º desta Lei, com ênfase no alcance de resultados.

§ 1º É dispensável a licitação para celebração de contrato de prestação de serviços com as organizações sociais de que trata a presente Lei, para atividades contempladas no Contrato de Gestão de que trata o Caput deste artigo, nos termos do art. 24, XXIV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º O Contrato de Gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelos seguintes partícipes:

I - titular da Secretaria do Município da área correspondente à atividade fomentada, na qualidade de Órgão Supervisor;

II - dirigente máximo da entidade qualificada como Organização Social, na qualidade de Executor.

III - titular da Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento

Econômico, Turismo e Cidadania, na qualidade de Órgão Interviente.

§ 3º Caso seja considerado relevante, o Contrato de Gestão poderá contar com a interveniência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 4º A respectiva Secretaria do Município, na qualidade de Órgão Supervisor, dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal, desde já, autorizado a firmar Contrato de Gestão Organizações Sociais, desde que devidamente qualificadas.

§ 1º O Contrato de Gestão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da entidade e posteriormente submetido ao Prefeito Municipal.

§ 2º É obrigatória a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse do serviço, de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3º Os resultados alcançados com a execução do Contrato de Gestão serão analisados periodicamente, por comissão de avaliação, constituída por ocasião da formalização do Contrato de Gestão, composta por especialistas de notória qualificação, que emitirão relatório conclusivo, o qual será encaminhado pelo órgão de deliberação coletiva da entidade ao órgão do governo responsável pela respectiva supervisão e aos órgãos de controle interno e externo do Município.

Art. 9º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a Organização Social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da Organização Social.

§ 1º O prazo de duração do Contrato de Gestão será estabelecido pelo Prefeito Municipal, obedecidas as normas legais pertinentes, findo o qual serão avaliados os resultados e o correto cumprimento de seus termos, sem prejuízo das avaliações previstas no nesta Lei.

§ 2º Caso necessário e demonstrado o interesse público na continuidade da vigência do Contrato de Gestão, será formalizada a sua renovação se ainda presentes as condições que ensejaram a lavratura do ajuste originário.

§ 3º A Organização Social fará publicar, no prazo de 30 (trinta) dias contados assinatura do Contrato de Gestão, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras.

Art. 10. Na elaboração do Contrato de Gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificações do programa de trabalho proposto pela Organização Social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade, devendo o plano de trabalho, além de outras informações, conter:

a) os objetivos, a justificativa e o prazo;

b) a relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;

c) os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;

d) os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas

fontes;

e) os indicadores de desempenho e as metas a serem alcançadas;

f) a equipe técnica envolvida, com síntese do currículo dos coordenadores;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Organização Social mediante instrumentos de programação, orçamento, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;

IV - obrigatoriedade de publicação anual do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC das demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e de relatório de execução do Contrato de Gestão;

V - obrigatoriedade de especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular as metas a serem atingidas e os prazos de execução e os critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade;

VI - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Município ao cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão.

§ 1º Em casos excepcionais e sempre em caráter temporário, visando à continuidade da prestação dos serviços e mediante autorização prévia e expressa do Conselho de Administração, a Organização Social poderá contratar profissional com remuneração superior aos limites de que trata o inciso II deste artigo.

§ 2º A contratação efetuada nos termos do parágrafo anterior deverá ser imediatamente submetida à apreciação do Poder Público, por meio da respectiva Secretaria responsável e não importará em incremento de valores do Contrato de Gestão.

§ 3º O Contrato de Gestão poderá ser firmado por período superior ao exercício fiscal.

CAPÍTULO V DA SELEÇÃO DA ENTIDADE

Art. 11. Ocorrerá o processo de seleção de entidades quando houver mais de uma instituição qualificada para prestar o serviço objeto da parceria para fins da transferência de que trata esta Lei, e ela far-se-á com observância das seguintes etapas:

I - publicação do edital de Chamada Pública;

II - recebimento e julgamento das propostas.

Art. 12. O edital conterá no mínimo:

I - descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim.

II - critérios objetivos para o julgamento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III - prazo para apresentação da proposta de trabalho.

Art. 13. A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos e ainda:

I - especificação do programa de trabalho proposto.

II - especificação do orçamento.

III - definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos de execução.

IV - definição de indicadores adequados de avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços autorizados.

V - comprovação da regularidade jurídico fiscal e da boa situação econômico-financeira da entidade.

VI - comprovação de experiência técnica para desempenho da

atividade objeto do Contrato de Gestão.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade far-se-á por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º A exigência do inciso VI deste artigo limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência gerencial na área relativa ao serviço a ser transferido, bem como da capacidade técnica do seu corpo funcional, podendo o edital estabelecer, conforme recomende o interesse público e considerando a natureza dos serviços a serem transferidos, tempo mínimo de existência prévia das entidades interessadas a participar do procedimento de seleção.

§ 3º O tempo mínimo de existência prévia das entidades, a ser exigido no edital, conforme estabelecido no parágrafo anterior será de no mínimo 05 (cinco) anos.

Art. 14. No julgamento das propostas serão observados, além de outros definidos em edital, os seguintes critérios:

I – economicidade;

II - otimização dos indicadores objetivos de eficiência e qualidade dos serviços.

Art. 15. Demonstrada a inviabilidade de competição e desde que atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, a entidade poderá ser convidada a assinar o Contrato de Gestão, através de dispensa de licitação, prevista no inciso XXIV, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, dar-se-á a inviabilidade de competição quando:

I - após a publicidade da atividade a ser transferida pelo Poder Público apenas uma entidade houver manifestado interesse pela gestão da atividade a ser transferida.

II - houver impossibilidade material técnica das demais entidades participantes, caso em que deverá ser ouvido o Conselho Municipal da área correspondente à atividade a ser transferida.

CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 16. São responsáveis pela execução, acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão que trata esta Lei, no âmbito das Organizações Sociais:

I - a diretoria estatutária da entidade, a qual caberá executar o Contrato de Gestão e, se for o caso, fiscalizar a execução em relação às suas entidades filiadas;

II - os Conselhos de Administração e Fiscal da entidade.

Art. 17. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos e de controle interno e externo do Município, serão efetuados:

I - quanto às metas pactuadas e aos resultados alcançados, pelos órgãos competentes da respectiva Secretaria responsável;

II - quanto ao aprimoramento da gestão da Organização Social e a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão, pelo Poder Público.

Art. 18. A prestação de contas da Organização Social, a ser apresentada trimestralmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á por meio de relatório pertinente a execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, de acordo com as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ao final de cada exercício financeiro a Organização Social deverá elaborar consolidação dos relatórios e demonstrativos,

também nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de que trata este artigo e encaminhá-la à respectiva Secretaria responsável.

Art. 19. O órgão competente da respectiva Secretaria responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela Organização Social na execução do Contrato de Gestão e sobre a economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades, e o encaminhará ao Controlador Interno, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

§ 1º Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos de que trata este artigo, devendo o respectivo Secretário encaminhá-la, acompanhado de seu parecer conclusivo, ao Prefeito Municipal para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Caso as metas pactuadas no Contrato de Gestão não sejam cumpridas em pelo menos 90% (noventa por cento), o respectivo Secretário deverá submeter os relatórios técnicos de que trata o caput deste artigo, acompanhados de justificativa a ser apresentada pela Organização Social à Comissão de Avaliação, que se manifestará.

§ 3º Com base na manifestação da Comissão de Avaliação, o respectivo Secretário deverá ouvir a Procuradoria Geral do Município para decidir, alternativamente, sobre a aceitação da justificativa, a indicação de medidas de saneamento ou a rescisão do Contrato de Gestão.

Art. 20. Os servidores do órgão competente da respectiva Secretaria responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, ao conhecerem qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dela darão ciência ao Setor de Controle Interno do Município e ao Prefeito Municipal para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 21. A Comissão de Avaliação avaliará anualmente a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão e o aprimoramento da gestão da Organização Social, na forma que dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A qualquer tempo e conforme recomende o Interesse Público, a Comissão de Avaliação requisitará às Organizações Sociais as informações que julgar necessárias.

Art. 22. O Secretário Municipal da respectiva pasta responsável presidirá uma Comissão de Avaliação que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Gestão celebrado por Organização Social no âmbito de sua competência.

§ 1º A Comissão de Avaliação será composta, além do Presidente, por:

- I - dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal da área ou dos Conselhos Gestores dos equipamentos incluídos nos Contratos de Gestão, quando existirem, ou nomeados pelo Prefeito;
- II - um membro indicado pela Câmara Municipal, com notória capacidade e adequada qualificação;
- III - três membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação.

§ 2º A entidade apresentará à Comissão de Avaliação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de

Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão devem ser analisados, periodicamente, pela Comissão de Avaliação prevista no caput.

§ 4º A Comissão deverá encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação, mediante Decreto.

Art. 23. Havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e comunicarão ao Prefeito Municipal para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como do agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.

Art. 24. Até o término de eventual ação o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e zelará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Art. 25. O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicadas na imprensa regional e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VII DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 26. Na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão poderá o município assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade.

§ 1º A intervenção será feita por meio de Decreto do Prefeito Municipal, que indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, a qual não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º Decretada a intervenção, o Secretário Municipal a quem compete à supervisão, fiscalização e avaliação da execução de Contrato de Gestão deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º Cessadas as causas determinantes da intervenção e não constatada culpa dos gestores, a Organização Social retornará a execução dos serviços.

§ 4º Comprovado o descumprimento desta Lei ou do Contrato de Gestão, será declarada a desqualificação da entidade como Organização Social, com a reversão do serviço ao município, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 5º Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão seguir todos os procedimentos legais que regem a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VIII DAS FORMAS DE FOMENTO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 27. As entidades qualificadas como Organizações Sociais no âmbito deste Município, são declaradas como entidades de

interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 28. O Município poderá, sempre a título precário, autorizar às Organizações Sociais o uso de bens, instalações e equipamentos públicos necessários ao cumprimento dos objetivos no Contrato de Gestão.

§ 1º Ficam assegurados os créditos orçamentários previstos para a Organização Social e a respectiva liberação financeira nos limites do Contrato de Gestão.

§ 2º São assegurados às Organizações Sociais correspondentes os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, dispensada licitação, mediante concessão ou permissão de uso, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão, nos termos da Lei Orgânica;

Art. 29. Os bens públicos permitidos ou concedidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização legislativa.

Art. 30. O Contrato de Gestão poderá prever a possibilidade de a entidade executar investimentos físicos e financeiros, se assim o Plano de Trabalho exigir, devendo estes custos ser previamente autorizado pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Os valores despendidos pela entidade, em face de investimentos autorizados, poderão ser ressarcidos pelo Município de forma parcelada, desde que haja previsão orçamentária e financeira e seja pago no prazo de vigência do Contrato de Gestão.

Art. 31. As pessoas que forem admitidas como empregados das organizações sociais terão seu vínculo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 32. Para a execução do objeto do Contrato de Gestão, os órgãos e entidades da administração pública municipal poderão autorizar a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais, por meio de cessão.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido, qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento, por Organização Social, de qualquer vantagem pecuniária, com recursos provenientes do Contrato de Gestão, a servidor público municipal a ela cedido.

§ 3º Durante o período da disposição, o servidor público observará as normas internas da Organização Social.

§ 4º O Servidor cedido para a Organização Social poderá, a qualquer tempo, mediante requerimento ou por manifestação da Organização Social, ter sua disposição cancelada.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Os processos de transferência de serviços de que trata esta Lei, que estiverem em curso passarão a obedecer à disciplina legal aqui estabelecida.

Art. 34. O Programa Municipal de Organizações Sociais não obsta a administração de promover a concessão ou a permissão de serviços de interesse público, nos termos da legislação em vigor.

Art. 35. As despesas decorrentes de aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. O Município consignará na Lei Orçamentária Anual os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações previstas nos Contratos de Gestão firmados pela Administração Pública Municipal com as Organizações Sociais.

Art. 36. Todo e qualquer convênio prevendo o repasse de recursos para Organizações Sociais necessitará da autorização previa da Câmara Municipal.

Art. 37. O Executivo Municipal poderá expedir Decretos e normas regulamentares necessárias a execução desta Lei.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafrá/SC, 05 de abril de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 24/2017

DECRETO Nº 24 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD PARA VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o ofício nº 12/2017 datado de 30 de janeiro de 2017 e os documentos e vídeo que o instruem, protocolado no gabinete do prefeito em 02 de fevereiro de 2017, oriundo do Departamento Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO, que os fatos apresentados foram deferidos como objeto de abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD;

CONSIDERANDO, que a servidora envolvida nos fatos apresentados constante no ofício nº 12/2017 é funcionária pública efetiva do Município de Maracajá/SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar - PAD para apuração de possíveis irregularidades praticadas pela servidora pública municipal efetiva, R.D.S., ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, registrada sob a matrícula nº 2016.

Art. 2º Nos termos do artigo 239 da Lei Complementar Municipal nº 46 de 26 de agosto de 2015, fica ordenado o afastamento preventivo por 60 (sessenta) dias do exercício do Cargo de Enfermeiro, o qual faz por exigir a aplicação da medida acauteladora, em face que a permanência do acusado em plena atividade funcional poderá resultar em prejuízo da instrução do Processo, representando em perigo para sua pessoa, podendo ainda vir a favorecer a repetição dos fatos em averiguação.

Art. 3º O presente afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo mediante Justificativa fundamentada, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o referido Processo Disciplinar.

Art. 4º Fica a cargo da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nomeada pelo Decreto nº 09 de 07 de fevereiro de 2017, apurar as irregularidades, exercendo sua atividade com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 1º A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada por solicitação de seu presidente.

§ 2º A Comissão nomeada terá como secretário(a) um membro da comissão, designado pelo seu presidente.

§ 3º As reuniões e as audiências da comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definidos pelo presidente da comissão.

Art. 5º A assessoria jurídica do município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de abril de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 06 de Abril de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECISÃO PROCESSO LICITATORIO N. 018/2017

AUTOS N. 001/2017

AÇÃO: Processo Administrativo

CONTRATANTE: Município de Maravilha, SC

CONTRATADA: NILCIO SADI DA SILVA & CIA LTDA

Vistos para decisão.

NILCIO SADI DA SILVA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 14.786.427/0001-71, estabelecida na Rua Carlos Thomas Marcolin, 465, Frei Damião, representada neste ato pelo senhor Nilcio Sadi da Silva, inscrito no Cadastro da Pessoa Física sob o n. 928.739.609-49, residente e domiciliado Rua Carlos Thomas Marcolin, 465, Frei Damião, nessa Cidade e Comarca de Maravilha, SC.

A Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo, nomeada pelo Decreto Municipal n. 273, de 14 de março de 2017, atestou irregularidades, devido a não apresentação da documentação, após recebimento do termo de convocação.

Diante do ocorrido, mediante despacho n. 001/2017 (fls. 07), foi determinado a nomeação de Comissão Municipal para instrução de Processo Administrativo, conforme Decreto Municipal n. 273, de 14 de Março de 2017, para apurar mediante contraditório e ampla defesa, as irregularidades apontadas na Comunicação Interna n. 001/2017.

Nesse contexto, através de Notificação Extrajudicial, datada de 14 de março de 2017, mediante intimação via Correio, através de Sedex, com AR Mãos Próprias, foi intimado no dia 17/03/2017, o Senhor Nilcio Sadi da Silva, Proprietário da Empresa NILCIO SADI DA SILVA & CIA LTDA.

Nesse passo, através da Notificação Extrajudicial, onde constava, em tese, as possíveis irregularidades cometidas pela empresa, devidamente fundamentadas na Lei Federal n. 8.666/1993 e Edital de Processo Licitatório n. 018/2017, na Modalidade de Pregão Presencial n. 011/2017, foi oportunizado o contraditório e ampla defesa, de acordo com o disposto no Art. 5º, LV, da CRFB de 1988.

No dia 24 de março de 2017, tempestivamente, a empresa NILCIO SADI DA SILVA & CIA LTDA, protocolizou na Prefeitura do Município de Maravilha, contra notificação extrajudicial.

Sustentou a contratada, que a não entrega da documentação, ocorreu, devido à demora da liberação da autorização de transporte escolar, não apresentando, até o presente momento, os documentos solicitados, sendo que já se passaram 27 dias.

Eis o relatório.

Passo a Decidir.

Trata-se de Processo Administrativo, para apurar possíveis irregularidades, devido a não apresentação da documentação solicitada via Termo de Convocação.

Inicialmente destaca-se que a empresa, foi a vencedora do Processo Licitatório n. 018/2017, na Modalidade de Pregão Presencial n. 011/2017, com a finalidade de realizar o Transporte Escolar na

Linha 07, no Município de Maravilha, SC.

O texto editálcio, já informava a documentação exigida e o prazo para entrega, conforme Art. 64 da Lei Federal n.8.666/93, in verbis:

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

No mérito, em nenhum momento e quesito a empresa impugnou as irregularidades apontadas na Notificação Extrajudicial, oriundas do relatório da Comissão Municipal de Fiscalização e acompanhamento e Instrução de Processos Administrativos, que atesta as seguintes inconformidades:

a) A empresa não apresentou a documentação exigida no texto editálcio e no Termo de Convocação, recebido e assinado pelo Sr. Nilcio Sadi da Silva, no dia 01/03/2017.

A licitante violou o disposto no item 10. da aquisição do objeto licitado, do Edital do Processo Licitatório n. 018/2017, literis:

“Da aquisição do objeto licitado:

10.6. A empresa vencedora terá o prazo de três dias úteis após a convocação para assinar o instrumento contratual e entregar a documentação exigida”.

Ante o exposto, considerando os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da indisponibilidade do interesse público, DECIDO pela adoção do seguinte procedimento:

a) A suspensão temporária da empresa Nilcio Sadi da Silva e Cia Ltda, inscrita no CNPJ n. 14.726.427/0001-71, de contratar com o Município de Maravilha pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Maravilha, SC, 27 de março de 2017

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

Decreto nº 334/2017

DECRETO Nº 334, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Prorroga validade do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a validade do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, conforme item 1.8 do referido Edital.

Art. 2º O prazo a que se refere o artigo 1º, será pelo período de 1

(um) ano, a contar da data de 4 de abril de 2016, conforme Decreto de Homologação nº 387/2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2017.

Maravilha – SC, 6 de abril de 2017.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 335/2017

DECRETO Nº 335, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 6 de abril de 2017 a 5 de abril de 2018, da servidora MARCIA LUZIA GOETTEMES PINHEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.589.729-83, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 6 de abril de 2017.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 336/2017

DECRETO Nº 336, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Constitui Comissão Especial de Patrimônio e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Patrimônio que será composta pelos referidos servidores:

I- Presidente: Rodrigo José Motter - Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda;

II- Membros: Neiva Fátima Carnette - Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda;
Rozinei Hoss Qickert - Secretaria de Saúde;
Cátia Agostini - Secretaria de Educação e Cultura;
Márcio de Oliveira Camargo - Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo;
Juliano Fagan - Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda;
Mozier de Oliveira - Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;
Claudir Sansigolo - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
Marizete Savaris Utzig - Câmara Municipal de Vereadores;
Edinar Zardo - Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer;
Ordete Selig - Secretaria de Educação e Cultura;
Liane Muller - Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Os membros da Comissão deverão comunicar ao Setor de Patrimônio sempre que novos bens patrimoniais forem adquiridos por sua secretaria, a fim de que o mesmo seja cadastrado no sistema imediatamente.

Parágrafo único. Também deverá ser informado ao Setor de Patrimônio sempre que um bem for transferido para outra secretaria ou quando seja necessária a baixa patrimonial.

Art. 3º Sempre que for realizado novo levantamento patrimonial, a comissão deverá auxiliar o Setor de Patrimônio nos trabalhos.

Art. 4º A cada registro de novo item patrimonial, o Setor de Contabilidade deverá encaminhar cópia da nota fiscal do bem ao Setor de Patrimônio, ficando como responsável por este trabalho Neiva Fátima Carnette.

Art. 5º Caberá ao responsável pelo Controle Interno, sempre que possível, o acompanhamento dos serviços.

Art. 6º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2017.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 337/2017

DECRETO Nº 337, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

A solicitação da Secretaria de Esportes, Juventude de Lazer, datada

de 7 de abril de 2017,

O equívoco na solicitação Interna 012/2017 da Secretaria de Esportes, Juventude de Lazer, onde solicitava a contratação do servidor Ítalo Stieven com a carga horária de 20 horas semanais, sendo que ele havia escolhido 30 horas semanais,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 3 de março a 22 de dezembro de 2017, ÍTALO STIEVEN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 074.222.419-85, para ocupar o cargo de Professor de Futebol de Campo, com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Juventude de Lazer, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de março de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 228, de 1º de março de 2017.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 052/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 052/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 023/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a prestação de serviços especializados na área de saúde, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 27 de abril de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 07 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 054/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 054/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 025/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a prestação de serviços de transporte escolar, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 03 de maio de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 19 horas. Maravilha - SC, 07 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

CRC - BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA	
CNPJ:	00.145.589/0001-16	
INSC. EST.:	253.329.647	
ENDEREÇO:	RUA HENRIQUE TODESCHINI, 300, CENTRO	
CEP: 88.380-000	MUNICÍPIO: BALNEÁRIO PIÇARRAS	UF: SC
FONE:	(47) 3345-0803	

RAMO:

OBRAS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLENAGEM, DRAGAGEM

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	121239560/2016	02/12/2016	30/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	170140019071346	03/03/2017	02/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	31EFC4D3.7043.D042	06/02/2017	05/08/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017032600391084489873	26/03/2017	24/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	3000/2017	09/03/2017	08/05/2017
FALENCIA E CONCORDATA	4205038	30/03/2017	29/05/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

MAYARA RAIMONDI MARTINA

Licitações e Contratos

CPF: 092.860.619-86

CRC - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	
CNPJ:	03.620.927/0001-12	
INSC. EST.:	253992443	
ENDEREÇO:	RUA ANELIO NICOCCELLI, 1720, FIGUEIRINHA	
CEP: 89.270-000	MUNICÍPIO: GUARAMIRIM	UF: SC
FONE:	(47) 3205-5000	

RAMO:

CONSTR.CIVIL E ASSEM; TERRAP E ALARGAMENTO; PAVIMENTACAO; TERRAPLENAGEM; ASFALTAMENTO

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	170140024218201	20/03/2017	19/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	29E0.5623.6754.AD10	25/10/2016	23/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017031904210317510710	19/03/2017	17/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	218/2017	13/01/2017	13/04/2017
FALENCIA E CONCORDATA	4143241	10/03/2017	09/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	123966393/2017	01/02/2017	30/07/2017

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

Mayara Raimondi Martina

Licitações e Contratos

CRC - RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

RAZÃO SOCIAL:	RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA	
CNPJ:	83.748.038/0001-74	
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR MAX HUMPL, 2500, SALTO DO NORTE	
CEP: 89.065-501	MUNICÍPIO: BLUMENAU	UF: SC
FONE:	47 3338-1111	

RAMO:

TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, E DE OBRA DE ARTE CORRENTE, SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO, INSTALAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA, ESGOTO, PLUVIAL, DUTO E GALERIA, SERVIÇOS E OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, VEÍCULOS, COMPRESSORES E PERFURATRIZ, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LÍQUIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, RESÍDUOS INDUSTRIAIS, PEDRA BRITA, AREIA, CIMENTO, ESTRUTURA PRÉ-MOLDADAS E ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE E CONCRETO DE CIMENTO, CONCRETAGEM, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E PROJETOS, EXTRAÇÃO, BRITAGEM E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS INATURA, ROCHA, SAIBRO, ARGILA, PARA EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRAS LIGADAS A ATIVIDADE GEOTÉCNICA DE FUNDAÇÃO, SONDAGENS E ESCAVAÇÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE ROCHA, SERVIÇO DE DETONAÇÃO E ROMPEDOR, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESLOCAMENTO DE REDE DE ÁGUA, CORTE RELIGAÇÃO DE HIDRÔMETRO E CAVALETES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS EM SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL; COMPRA, VENDA E PERMUTA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PRÓPRIOS.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	119849260/2016	03/11/2016	01/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	170140030677298	07/04/2017	06/06/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	0F9E.F6B7.007E.FECD	24/11/2016	23/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017040503154888715530	05/04/2017	04/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	40485411163	08/11/2016	07/05/2017
FALENCIA E CONCORDATA	4224995	06/04/2017	05/06/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

MAYARA RAIMONDI MARTINA

Gerência de Licitações e Contratos

CPF: 092.860.619-86

LEI Nº. 1799 DE 05 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1799 DE 05 DE ABRIL DE 2017

Altera Anexo de Metas da Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017.

ARMINDO SESSAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Os anexos de Metas da LDO para o exercício de 2017, aprovada pela Lei nº 1761/2016 ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0082 – Unidades de Transporte Escolar

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Ação: 1042 – Aquisição de ônibus Escolares

Produto: Ônibus Escolar

Unidade: Gerencia de Educação

Meta: 01

Fonte: 13201 – Transf. Convênios - União/Educação R\$ 242.100,00

Art. 2º. Os anexos de Metas da LDO para o exercício de 2017, aprovado pela Lei nº 1761/2016, ficam reduzidos na seguinte ação:

Programa: 0081 – Criança na Escola

Função: 12 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Ação: 1037 – Apoio Tecnológico ao Ensino Fundamental

Produto: Equipamento

Unidade: Gerência de Educação

Meta: 01

Fonte: 13201 – Transf. Convênios - União/Educação R\$ 52.075,00

Art.3º. Os anexos de Receitas da LDO 2017, aprovado pela Lei nº 1761/2016, ficam aumentados na Receita de Transferências de Convênios da União/Educação, fonte de recursos 13201 na ordem de R\$ 190.025,00.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 05 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1800 DE 05 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1800 DE 05 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Abertura de Crédito Especial.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2017 no valor de R\$ 52.075,00 (Cinquenta e Dois Mil e Setenta e Cinco Reais), no programa abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0082.1042 – Aquisição de Ônibus Escolares

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13201 – Transferência Convênios-União/Educação R\$ 52.075,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 52.075,00 (Cinquenta e Dois Mil e Setenta e Cinco Reais) do programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.1037 – Apoio Tecnológico ao Ensino Fundamental

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13201 – Transferência Convênios-União/Educação R\$ 52.075,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 05 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 05.2017 PP 04.2017 (FMS) - CÂMARA IMUNOLÓGICA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE CONSERVAÇÃO IMUNOBIOLOGICA PARA A SALA CENTRAL DE VACINAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 27/04/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 27/04/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 07 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 037-2017

DECRETO nº 037/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Sr. Eder Mattos, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 51, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:
DECRETAR

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão coordenadora e equipe Técnica, do Plano Municipal de Educação, constante na nominata abaixo discriminada.

a) Comissão Coordenadora:

Titular- Maria Rosangela Bordignon Dal Pont – Secretária Municipal de Educação

Suplente - Melissa Boeira Zapalla

Titular - Paula Beatriz Conti Reús – Conselho Municipal de Educação

Suplente – Fábiana Roberta Pirola Mendonça

Titular – Andreia de Cezaro Cavaler Pasini - Diretora de Escola Municipal

Suplente – Adriana Zanette Magagnin

b) Equipe Técnica:

Jadna Pasini Martinello - Secretaria Municipal de Educação

Marisa da Conceição Burigo Fascin – Técnica da Secretaria de Educação

Luciane Terezinha de Luca - Conselho Municipal de Educação

Luciana Despacina Amboni - Representante dos Diretores Municipais

Scheila Serafim Francisco Freitas - Representante dos Professores Municipais

Elizandra Nazario Teixeira – Representante Associação de Pais e Amigos Excepcionais

Carla Jociane Schneider Scardueli – Representante dos Professores Estaduais

Elixsandra da Silva Mota– Secretaria Municipal de Saúde

Alencar Salvaro - Câmara Municipal de Vereadores

Agda Fermina Schneider Scarsanela – Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 044/2016.

Meleiro/SC, 07 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretario Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº146-2017

PORTARIA n.º 146/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE JUNTA MÉDICA

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:
NOMEAR

Art. 1.º A Senhora LARA HAHN DA SILVA – matrícula 10387 e a Senhora SAMANDA TORQUATO – matrícula 10461, ambas ocupantes do cargo de Médico do quadro da Prefeitura Municipal de Meleiro, para compor a junta médica oficial do município.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 084/2017

DECRETO Nº 084/2017 DE 29 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em atendimento as determinações legais do Ministério da Educação/Fundo Nacional da Educação e demais disposições legais pertinentes a matéria em especial a Lei Municipal 1714/2007 e a Lei Municipal 1993/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, no âmbito do Município de Modelo/SC, na forma legal e conforme abaixo especificado, com as seguintes indicações e nomeações para Conselheiros do referido órgão:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB
BIÊNIO: MARÇO DE 2017 À MARÇO DE 2019.

1. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

1.1 REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

FRANCIELI PAVALICINI - TITULAR
ADILSON CESAR BRAUN – SUPLENTE

1.2 REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

ELIANE H. CHAVES – TITULAR
CÍNTIA QUEVEDO – SUPLENTE

2. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE MODELO SC:

DULCE REINHER – TITULAR
NILVA FATIMA ALEBRANDT ALEBRANDT – SUPLENTE

3. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS DE MODELO SC:

JANETE TOSETO – TITULAR
LOVANI TERSINHA BARON – SUPLENTE

4. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MARINES AMARAL ZANINI – TITULAR
CINAIDE BALBINA LAMBRECHT – SUPLENTE

5. REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

SIRLEI MARINS – TITULAR
VERONICE BALDIN – SUPLENTE

VIVIANE C. CARNEIRO – TITULAR
CLEITON LUIS ONGHERO – SUPLENTE

6. REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

6.1 REPRESENTANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL:

CRISTIELI WERLANG – TITULAR
ANDRE DUREL – SUPLENTE

6.2 REPRESENTANTES DO ENSINO MÉDIO:

MAURIA RINTZEL – TITULAR
MARCOS WOLMIR FLORES – SUPLENTE

7. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO SC:

ILIANA MARIA PEGORARO CASAGRANDE – TITULAR
GILNEIDE VOGEL – SUPLENTE

8. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

CLEILAMAR BIAZEBETTI – TITULAR
ADRIANE EDINÉIA JUNG TESCHE – SUPLENTE

Art. 2º - As atribuições do Conselho reger-se-ão de conformidade com a Lei Municipal 1.714/2007 de 09.05.2007, a Lei Municipal 1993/2011, o Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes a matéria, sendo o serviço de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo social ou trabalhista.

Art. 3º - O mandato dos conselheiros de que dispõe este Decreto, será para o Biênio – MARÇO DE 2017 A MARÇO DE 2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 29 de março de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

LEI MUNICIPAL Nº 2299/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2299/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, INTEGRAR O PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS – PIGIRS/CIGAMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólido do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – PIGIRS/CIGAMERIOS, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado participar de ações consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/CIGAMERIOS, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/CIGAMERIOS, especialmente sobre:

I – posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II – segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III – disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV – operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V – mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º Fica revogada a Lei Municipal 2212/2015, passando a vigorar a partir da publicação desta Lei, a integração do Município de Modelo SC, ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólido do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – PIGIRS/CIGAMERIOS, de conformidade com as disposições desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 07 de abril de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DEPARTAMENTO

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA Nº 060/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis 1.513/2002, 2.296/2017, e Edital de Concurso Público 001/2016 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando o pedido de desistência da vaga do candidato aprovado em 2º lugar,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, a Sra. CLEONICE SCHMITT, aprovada no Concurso Público nº 001/2016 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação no ESF I, observadas as determinações legais e exigências para o cargo de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2016.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 07 de abril de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

CLEONICE SCHMITT

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2017 - PMM

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 034/2017

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

CREDENCIADO: JORNAL EXPRESSO DO OESTE LTDA - ME

OBJETO: O presente Chamamento Público tem como Objetivo o Credenciamento de prestadores de serviço pessoas jurídicas, para a execução de serviços de divulgação nos meios de comunicação em geral de eventos promovidos por comunidades rurais, nos termos da Lei Municipal nº 3.313 de 19 de junho de 2009, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I).

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 002/2017.

VALOR: Item I : R\$ 30,00 (trinta reais); Item II : R\$ 600,00 (seiscentos reais); Item III : R\$ 300,00 (trezentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 07 de Abril 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 39.2017 NOMEIA MEMBROS DA ORTRAN

DECRETO Nº 39/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO – ORTRAN E DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 067, de 18 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Órgão Executivo de Trânsito do município de Monte Carlo (ORTRAN) os seguintes membros:

I – Presidente da ORTRAN: José Couto de Oliveira Filho.

II – Setor de engenharia e sinalização: Ruibamar Matos. Suplente: Paulo F. de Souza.

III – Setor de fiscalização, tráfego e administração: Alexandre Dementóvis. Suplente: Janieri Romanatto.

IV – Setor de educação de trânsito: Alaércio Luiz Rech. Suplente: Dyogho Anthonyo Santos e Silva.

V – Setor de controle e análise de estatística de trânsito: Edson Krieguer. Suplente: Neusa Sganderla.

Art. 2º. A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) será composta pelos seguintes membros:

I – Paulo F. de Souza. Suplente: Hamilton Ribeiro.

II – Ruibamar Matos. Suplente: Rita de Cassia Vicente Flesch.

III – Edson Krieguer. Suplente: Carlos Alexandre Pelentir.

Art. 3º. A participação no ORTRAN e na JARI não será remunerada, mas considerada serviço relevante e de interesse público.

Art. 4º. Aos membros do ORTRAN e da JARI, nomeados por este Decreto, compete exercer todas as atribuições previstas e relacionadas na Lei e no seu regimento interno.

Art. 5º. Os membros do ORTRAN e da JARI deverão tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias e terão mandato de 2 (dois) anos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 05 de abril de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1046/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1046 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1 Fica autorizado a Chefe do Poder Executivo a promover a concessão da Unidade Mista Nossa "Senhora da Salete" e dos Serviços de Atendimento Hospitalar, prestados pelo referido

estabelecimento público, em favor de empresa, instituição, organização, não governamental, associação, ou entidade de direito privado, especializado na Gestão de Unidades de Saúde Pública.

Parágrafo Único. A Concessão autorizada por esta lei, deverá obedecer fielmente as disposições contidas no Artigo 175 "Caput" e 199 § 2º, da Constituição Federal, os Artigos 2º "Caput" e Incisos II, III e IV, 3º e 5º da lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, bem como as disposições contidas nos Artigos 182 e 184 "Caput" e Inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Monte Carlo.

Art. 2º A concessão prevista no artigo 1º desta Lei abrangerá as instalações físicas, aparelhos e equipamentos, veículos e material permanente à disposição e vinculados à Unidade Mista de Saúde "Nossa Senhora da Salete" ao tempo da concessão.

Parágrafo único. A reversão das instalações físicas, aparelhos e equipamentos, veículos e material permanente a que se refere este artigo ao município ocorrerá por ocasião do término do contrato de concessão ou para fins de manutenção do bem ou substituição do mesmo por outro melhor ou equivalente e no caso de reversão dos serviços públicos concedidos, em razão de descumprimento de cláusulas contratuais pela concessionária.

Art. 3º A Concessionária assumirá integralmente as despesas com remuneração de colaboradores, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, fornecedores e manutenção geral da unidade, além dos equipamentos e bens acessórios, inclusive a frota veicular.

§ 1º A concessionária de serviço público vencedora da Concorrência Pública, na constituição de seu quadro de pessoal, dará prioridade no aproveitamento e contratação dos servidores públicos municipais contratados pelo município em caráter temporário, emergencial e excepcional, que estejam em exercício junto à Unidade Mista de Saúde "Nossa Senhora da Salete", no momento da assinatura do contrato de concessão.

§ 2º No caso de desgaste ou depreciação natural dos bens e instalações concedidas decorrentes do uso, por problema ocasionados em virtude de falha mecânica, caso fortuito ou força maior, salvo por dolo ou culpa do agente, será o Município responsável por sua substituição, de modo a garantir a manutenção ininterrupta do serviço.

§ 3º Ao final da concessão, ou por seu encerramento, ficará a Concessionária obrigada a promover a devolução dos bens e instalações concedidas, em perfeito estado de uso e conservação, respondendo pelos danos a que der causa.

Art. 4º A concessão de que trata esta Lei ocorrerá através de concorrência pública, processada na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93, sendo obrigatórias à Concessionária as seguintes posturas:

I - prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos munícipes de Monte Carlo, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde e na forma desta Lei;

II - aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares;

III - gestão, conservação e manutenção dos bens da concessão;

IV - aquisição, operação, manutenção e reposição de mobiliários e equipamentos médico-hospitalares;

V - contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da Unidade Hospitalar;

VI - oferta e gestão dos serviços de alimentação, higienização e segurança privada da Unidade Hospitalar, e quaisquer outros necessários à plena execução dos serviços a serem elencados no Edital da Concorrência Pública;

VII - desenvolvimento conjunto, em parceria com o Município, de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades;

VIII - manejo e destinação dos resíduos hospitalares, na forma da lei e dos regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

Parágrafo único. A prestação gratuita e universal compreende os serviços de saúde, atendimento médico-hospitalar para o diagnóstico e encaminhamento de situações e procedimentos de urgência, emergência ou patologias crônicas, além do internamento dos pacientes para a recuperação.

Art. 5º A Concessionária será integralmente responsável pela aquisição e disponibilização de todo e qualquer insumo, bem, equipamento ou material de consumo necessário à consecução das obrigações referidas nesta Lei, com a exceção dos bens transferidos e que serão relacionados no Edital da Concorrência Pública.

Parágrafo único. O Município poderá promover a aquisição de bens e insumos necessários ao desenvolvimento do objeto concedido, repassando-os à Concessionária, ficando, contudo, autorizado a promover o desconto proporcional do valor dos insumos e bens repassados na contraprestação financeira referida pelo art. 22 desta Lei.

Art. 6º O Prazo da Concessão de que trata esta lei, será de um ano, contando da sua promulgação e entrada em vigor.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo estabelecido no "Caput" deste artigo, O Município deverá encapar novamente o serviço concedido, ou prorrogar a concessão mediante nova, previa e necessária Autorização Legislativa.

Art. 7º Integrarão a concessão as edificações componentes da Unidade Hospitalar, já existentes e que venham a ser construídas no prazo da concessão, bem como todo o mobiliário, equipamentos e demais bens essenciais à prestação dos serviços de gestão e operação hospitalar.

Parágrafo único. Uma vez transcorrida a vida útil dos bens da concessão, a Concessionária deverá proceder a sua imediata substituição por bem de qualidade igual ou superior, observada a obrigatoriedade de continuidade da prestação dos serviços da concessão e a necessidade de atualização tecnológica dos serviços médico-hospitalares.

Art. 8º Serão igualmente de responsabilidade da Concessionária a realização de pequenas obras de adequação relacionadas à instalação dos equipamentos médico-hospitalares que integrarem a concessão, bem como de outras intervenções ou obras de adequação que a Concessionária considere necessária para a execução dos serviços concedidos, desde que previamente aprovados pelo Município.

Parágrafo único. A substituição de qualquer equipamento deverá ser previamente autorizada pelo Município, mediante apreciação de requerimento formal apresentado pela Concessionária, que deverá ser instruído com a justificativa da alteração pretendida e os meios que comprovem a sua adequação aos indicativos e especificações dos serviços concedidos.

Art. 9º A alienação ou transferência de posse dos bens da concessão somente será permitida quando não comprometer a continuidade dos serviços prestados e desde que a Concessionária proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

Art. 10º. Constituem obrigações operacionais da Concessionária:

I - obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da concessão, incluindo as licenças para operação da Unidade Hospitalar;

II - cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a concessão das licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes.

Art. 11. A Concessionária será a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas através do Edital de Concorrência Pública.

Art. 12. Será vedado à Concessionária:

I - conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos;

II - prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas e/ou terceiros.

Art. 13. Constitui obrigação da Concessionária a prestação direta ou indireta, dos serviços necessários à execução do serviço concedido, por sua conta e risco, com integral atendimento das normas e diretrizes do SUS, da regulamentação do Município, do Plano Diretor de Regionalização do Estado, da Programação Pactuada Integrada, dos Indicadores Quantitativos, dos Indicadores de Desempenho e das demais exigências estabelecidas no Edital de Concorrência, segundo as melhores práticas e os regulamentos aplicáveis.

Art. 14. A prestação dos serviços será iniciada no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato decorrente da concessão, ou conforme dispuser o edital licitatório.

Art. 15. A Concessionária deverá observar, durante todo o prazo da concessão, a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando ao cumprimento do modelo de atendimento humanizado, em atendimento aos Indicadores de Desempenho a serem definidos no Edital de Concorrência Pública.

Parágrafo único. Com o intuito de implantar e atender à Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), a Concessionária se obrigará, sob pena de rescisão da concessão:

I – a implantar as Equipes de Referência e de apoio matricial, que deverá ser realizada em cada unidade de atendimento/internação da Unidade Hospitalar, segundo suas necessidades, características e objetivos;

II – a permitir a realização de visitas aos pacientes entre 10h e 21h, na forma da regulamentação geral da Unidade Hospitalar;

III - a estabelecer as seguintes condições para contratação e exercício das funções dos seus empregados, envolvidos diretamente na prestação dos serviços de atenção à saúde:

a) efetuar segregação uniforme, ao longo da semana, das jornadas de trabalho estabelecidas para cada profissional, dividindo as horas estabelecidas de modo equânime entre os dias trabalhados na semana, sendo vedada a concentração dessas horas, excepcionando-se para finais de semana e feriados;

b) restringir ao corpo clínico da própria Unidade Hospitalar, já contratado para desempenho dos serviços de atenção à saúde na jornada de trabalho regular, a assunção de plantões de período noturno, fins de semana e feriados, que serão assumidos, exclusivamente, pelos médicos diaristas contratados, com exceção dos atendimentos e procedimentos prestados na unidade de urgência/emergência, para os quais se admitirá a presença de 50% (cinquenta por cento) de profissionais não integrantes do corpo clínico já contratado para desempenho dos serviços de atenção à saúde na jornada de trabalho regular;

c) definir uma política de capacitação permanente para todos os

colaboradores.

Art. 16. A Concessionária assumirá total responsabilidade pela execução dos investimentos e serviços em desconformidade com o Edital e especificações técnicas mínimas nele estabelecidas, assim como pela inobservância dos Indicadores de Desempenho exigidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 17. A Concessionária não será obrigada a prestar serviços que não constem do Edital de Concorrência e seus Anexos, nem de executá-los de modo diverso daquele previsto nestes instrumentos, salvo autorização expressa do Município e contraprestação financeira específica.

Art. 18. Na hipótese de inclusão de serviço não originalmente previsto no Edital ou seus Anexos, ou de prestação com especificações distintas daquelas previstas originalmente, desde que devidamente autorizados pelo Município, na forma do art. 17, será promovida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 19. A Concessionária será responsável pela coleta, tratamento e destinação final dos resíduos produzidos pela Unidade Hospitalar, na forma da lei, cabendo-lhe cumprir todos os regulamentos próprios do manejo destes resíduos, em especial os que impliquem em responsabilidade ambiental.

Art. 20. Os poderes de fiscalização da execução da concessão serão exercidos diretamente pelo Município que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da Concessionária, assim como à Unidade Hospitalar.

Art. 21. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamento municipal e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos usuários dos serviços Concedidos por esta Lei:

I - receber informações do Município e da Concessionária referente à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - levar ao conhecimento do Município e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação do serviço;

IV - contar com canais de comunicação efetivos com a Concessionária, seja em relação a centrais de atendimento físicas, seja por meios eletrônicos (sítio na internet, endereço de correio eletrônico, fac-símile), seja por central de atendimento telefônico; e

V - contar com a prestação de serviços de qualidade, com base nos Indicadores Quantitativos e nos Indicadores de Desempenho a serem estabelecidos pelo Edital de Concorrência Pública e nos padrões do Ministério da Saúde.

Art. 22. O Município pagará à Concessionária prestação pecuniária, denominada Contraprestação Mensal Efetiva, cujo valor será calculado com base em planilha de custos a ser apresentada pela Concessionária, mediante homologação do poder concedente.

§ 1º A Contraprestação será requisitada, a partir do vigésimo dia de cada mês, mediante emissão de relatório de atendimentos realizados, e documento fiscal correspondente, que será empenhado, liquidado e pago pela Secretária de Administração e Finanças do Município.

§ 2º A Concessionária será obrigada a promover a respectiva prestação de contas das parcelas havidas, a cada 60 (sessenta) dias contados de seu recebimento, na forma prevista pela Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 23. Além dos recursos advindos da Contraprestação Mensal

Efetiva, a Concessionária poderá angariar recursos:

I – pela cobrança dos serviços não contidos no Edital de Concorrência Pública que não sejam cobertos pelo SUS;

II – pela prestação de serviços a pessoas físicas não residentes em Monte Carlo;

III – pela celebração de convênios, ajustes ou acordos com entidades privadas ou outros órgãos públicos da região ou do Estado.

Art. 24. No caso de inadimplemento do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva será conferida à Concessionária a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços ou à utilização pública da Unidade Hospitalar, sem prejuízo do direito à rescisão do Contrato.

Art. 25. Sancionada e promulgada a presente lei, a Chefe do Poder Executivo Municipal, deverá no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias, promover o lançamento e publicação do competente Edital de Licitação Pública, na modalidade de Concorrência, observando-se os princípios, normas e condições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e suas modificações posteriores e na presente lei.

§1º. Fica Vedada a delegação dos Serviços Públicos de Saúde referente ao internamento hospitalar, mediante celebração de convênio ou contrato com empresa, instituição não governamental, associação ou entidade de direito privado, que não comprove na forma da legislação vigente possuir finalidade filantrópica e sem fins lucrativos.

§2º. A desobediência e descumprimento das vedações expressas no parágrafo anterior, implicará na prática de Infração Política Administrativa da Chefe do Poder Executivo Municipal, devidamente prevista, capitulada e tipificada, no Artigo 107, inciso VII e VIII da Lei Orgânica do Município.

Art. 26. Ficam a Chefe do Poder Executivo e o Secretário Municipal de Finanças obrigados a encaminhar mensalmente para a Câmara de Vereadores, relatório completo e circunstanciado, sobre as transferências realizadas a favor da empresa concessionária.

Art. 27. A empresa concessionária, de igual forma deverá encaminhar, mensalmente, para a Câmara Municipal e para os Órgãos de Controle Interno do Município, relatório completo, especificando todas as despesas da concessionária relacionadas com a contratação e encargos com pessoal, especialmente as certidões negativas de débitos relacionados com o recolhimento das contribuições previdenciárias para o Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS, e outros encargos pertinentes a contratação de pessoal pela concessionária, tais como férias, décimo terceiro salário, além de outros, previstos na legislação trabalhista em vigor, bem como certidões negativas de débitos, perante as fazendas públicas Estadual e Municipal.

Art. 28. As despesas decorrentes da Execução Financeira da presente lei, correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, previstas e aprovadas no orçamento em vigor aprovado para o Exercício Financeiro de 2017.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 781/2011, de 28 de Dezembro de 2011, a Lei Municipal nº 904/2013 de 20 de Dezembro de 2013, a Lei Municipal nº 1034/2016 de 28 de Dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 1040/2017 de 20 de Fevereiro de 2017, as quais ficam totalmente revogadas.

Monte Carlo, 20 de março de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 045/2017/PM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2017/PM

REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras e parceladas de EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇAS - EPIs.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO POR LOTE

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 12:00 horas do dia 10/abril/2017 até às 08:59 horas do dia 24/abril/2017

ABERTURA DA SESÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: as 09:00 horas do dia 24/abril/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 10 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGÃO PRESENCIAL 7-2017 - RP

PREFEITURA DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Rui Barbosa, nº 310, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 6/2017, cujo objetivo o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação de alunos da rede pública municipal de Ensino Infantil, Fundamental e para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do município de Morro Grande – 2º Etapa. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 26/04/2017, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0015/3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2017 FUMREBOM

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 07/2017 FUMREBOM

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando à aquisição de medicamentos, equipamentos e procedimentos veterinários, destinados aos cães que auxiliam os bombeiros no trabalho de busca, resgate e salvamento de pessoas, através do FUMREBOM - Fundo Municipal de Reequipamentos Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/04/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 24/04/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 41/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 41/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de equipamentos (extintores de incêndio novos e acessórios devidamente instalados) e recargas para uso das unidades de ensino infantil e fundamental e secretarias existentes no paço municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração e Logística do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/04/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 24/04/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 42/2017 PMN - DATA RETIFICADA

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017 PMN –

DATA RETIFICADA

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando à aquisição de materiais de limpeza para atendimento à Secretaria municipal de Obras do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/04/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 24/04/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 46/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviço para execução de obras de colocação de tubos e reparos de bocas de lobos e caixa de passagem e ligações, para

reparos e manutenção das vias públicas através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico do Município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/04/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 24/04/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 48/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 48/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando aquisição de materiais hidráulicos a serem utilizados nas manutenções e ampliações do sistema de rede de distribuição de água tratada para o município, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 25/04/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 25/04/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

CONTRATO Nº 386/2017 - CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO Nº 386/2017.

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, E O CONTRATADO NA FORMA ABAIXO:

Em 03 de Abril de 2017., mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, que DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. Emilio Vieira, CPF: 716.701.659-49 a Secretaria de Administração de Logística na pessoa da Sra. Karlile Cugnier, CPF: 852.159.969-20, e de outro Jéssé da Silva Teixeira – CPF:000.675.930-03 –Rua: Eredes Serpa - Nº 1175– Bairro: Cordeiros - Cidade: Itajaí SC CEP 88310-630, doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto – O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de LEITURISTA-.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da origem dos recursos – Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária (ORDINÁRIO).

CLÁUSULA TERCEIRA – Da vigência – O presente contrato terá a duração de 03/04/2017 Á 03/04/2018-, não podendo exceder a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUARTA - Das atribuições - O CONTRATADO se compromete a desempenhar as atribuições conforme Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUINTA – Dos deveres – O CONTRATADO se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- a. Ter conduta ilibada;
- b. Cultivar assiduidade e a pontualidade no trabalho;
- c. Cumprir as ordens superiores, salvo se considerados entre os ilegais;
- d. Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;
- e. Tratar os administrados e suas famílias com urbanidade e sem preferências;
- f. Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- g. Aplicar com constantes atualizações, os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- h. Apresentar-se decentemente trajado;
- i. Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- j. Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;
- k. Atender prontamente as requisições de documentos informações ou providências que lhe forem formuladas pela autoridade e pelo público;

CLÁUSULA SEXTA – Da remuneração - O CONTRATADO receberá do CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.061,10 (Dois mil e sessenta e um reais e dez centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais ao contratante, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de RH da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do regime de trabalho – Será de 40 horas semanais no período Integral à jornada de trabalho, tendo um total mensal de 200 h, a ser cumprida de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

CLÁUSULA OITAVA – Das declarações iniciais – O CONTRATADO declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função públicos, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Subcláusula Única – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função públicos que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA NONA – Do regime disciplinar – O CONTRATADO se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Subcláusula Única – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao CONTRATADO o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Extinção – O contrato ora firmado poderá ser extinto a qualquer tempo, sem direito a indenizações, verificadas quaisquer das hipóteses conforme incisos do art. 10º da Lei 2384/2010. §1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, (por iniciativa do contratado;) será comunicada com a antecedência mínima de dez dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Registro – O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do FORO – O foro da Comarca do Fórum de Navegantes - SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias, uma das quais será enviada ao Departamento de Recursos Humanos, uma via para o contratado, o qual depois de lida e achada conforme, vai assinado pelos pactuantes.

Navegantes, 03 de Abril de 2017.
Emílio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Jessé da Silva Teixeira
Leiturista

CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 07 de abril de 2017

Ilma Sra
DIULIEINE PIMENTEL (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 07 de abril de 2017

Ilma Sra
LUCINELI DE SOUZA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 07 de abril de 2017

Ilma Sra
ROZINEIDE RAMOS DO ESPIRITO SANTOS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 07 de abril de 2017

Ilma Sra
ALESXANDRA APARECIDA MACIEL (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ALINE GABRIELA DA SILVA GABRIEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 07 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
ALINE GABRIELA DA SILVA GABRIEL (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no

setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA .
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - AGATH STEFANY JENSEN

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emilio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 07 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
AGATH STEFANY JENSEN (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA .
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emilio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 07 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)

IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA .
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

ERRATA PORTARIA 698/2017

ERRATA

- - Na publicação da Portaria nº 698 de 21 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 24/02/2017.

Onde se lê:

I NOMEAR a servidora Soraia Youshi como defensora dativa para acompanhar os processos disciplinares – Sindicâncias e Processos Administrativos – e apresentar a competente defesa escrita, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 163 da lei complementar nº 7 de 11/11/2003.

Leia-se:

I NOMEAR a servidora Soraia Youshi como defensora dativa para acompanhar os processos disciplinares– Sindicâncias e Processos Administrativos – QUANDO HOVER REVELIA, e apresentar a competente defesa escrita, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 163 da lei complementar nº 7 de 11/11/2003.

Emílio Vieira
PREFEITO

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3178/2017 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXECUTAR DESPESAS COM INFRAESTRUTURA AO EVENTO EFFETA, REALIZADO PELO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CARMO - ISEC

LEI Nº 3178 de 07 de abril de 2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a executar despesas com infraestrutura ao evento Éffeta, realizado pelo Instituto de Educação Superior do Carmo – ISEC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a custear as despesas com infraestrutura de apoio para realização do "5º Éffeta – Abra-te para um novo tempo", promovido pelo Instituto de Educação Superior do Carmo – ISEC, o qual se realizará em 30/04/2017.

Art. 2º Os recursos referidos no artigo 1º desta Lei correrão por conta de dotação pertencente à Prefeitura Municipal de Navegantes – Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, Projeto/Atividade 2.060, elemento 3390000 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing, no montante de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Karlile Cugnier

Secretária de Administração e Logística

PORTARIA 1169/2017 DEMITE ATRAVES DE PROCESSO ADM DISCIPLINAR 39/2016

PORTARIA N º 1169 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DEMITE ATRAVES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 39/2016 O SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DEMITIR através de Processo Administrativo Disciplinar 39/2016 o servidor NIVALDO DE LIMA JUNIOR, do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula 63334401, a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1175/2017 NOMEAÇÃO

PORTARIA N º 1175 DE 05 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 5) o (a) senhor(a) CARLA ISABEL BORGES, matrícula 354804, com a data de 03/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1182/2017 INTERROMPE A PEDIDO LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES

PORTARIA N º 1182 DE 05 DE ABRIL DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

RESOLVE:

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido ao servidor NELSON CANDIDO DA SILVA, Agente de Serviços Gerais.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 04/04/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1170/1171/1172/2017 DECLARA VACANCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

PORTARIA N º 1170 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de Vigia, 40 horas, em virtude de aposentadoria do servidor JOSÉ FLORIANO, matrícula 397802, junto a Navegantesprev, conforme Processo Administrativo nº 2017.03.03407, a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1171 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas, em virtude de aposentadoria da servidora SALMA SANDRA DA CONCEIÇÃO, matrícula 312605, junto a Navegantesprev, conforme Processo Administrativo nº 2017.04.03406, a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1172 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de Supervisora Escolar, 40 horas, em virtude de aposentadoria da servidora MARIA DE SOUZA BENTO, matrícula 48001, junto a Navegantesprev, conforme Processo Administrativo nº 2017.04.03408, a partir de 07/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1173,1174/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1173 DE 05 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) JOANA CORREA, matrícula 6250903, do cargo de Diretora de Escola CEI EJA DESC 5, com efeito retroativo a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1174 DE 05 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) PATRICIA REGINA DE SOUZA, matrícula 63341201, do cargo de Gerente de Distribuição da Secretaria de Administração, com efeito retroativo a partir de 04/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1178,1179,1180,1181/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1178 DE 05 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) GRACY KELLY LUCINDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AUXILIAR DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 03/04/2017 a 01/07/2017, referente ao período aquisitivo entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de abril de 2017 a 01 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1179 DE 05 DE ABRIL DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) ALEXANDRA RODRIGUES GOMES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 03/04/2017 a 02/05/2017, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando ainda 60 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1180 DE 05 DE ABRIL DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) SÉRGIO LUIZ DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 04/04/2017 a 02/07/2017, referente ao período aquisitivo entre 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de abril de 2017 a 02 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1181 DE 05 DE ABRIL DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) JORGE LUIS ROMÃO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MOTORISTA, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 04/04/2017 a 02/07/2017, referente ao período aquisitivo entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de abril de 2017 a 02 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1185,1186/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1185 DE 05 DE ABRIL DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. MARGARETE DA SILVA, para exercer o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, 40 h , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1186 DE 05 DE ABRIL DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a Sra. ELINE ODAIL MOSER, para exercer o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, 40 h , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/2017

DECRETO Nº 132/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei;

CONSIDERANDO: que no dia 14 de Abril é feriado Nacional Sexta-feira da Paixão e que as atividades municipais serão paralisadas;

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo em todo o território do Município de Nova Itaberaba – SC, no dia 13 de Abril de 2017 no período vespertino, não havendo expediente nas repartições públicas do Município, excetuando-se, no entanto, os serviços considerados emergências.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 133/2017

DECRETO Nº 133/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 40.428,57 (Quarenta mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), no Projeto Atividade 2.008-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – criando a Fonte 0.3.36 - Superávit – Salário Educação, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária:01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 23.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 17.428,57

Fonte: 0.3.36 Superávit – Salário Educação

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1101/2016 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 40.428,57 (Quarenta mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 134/2017

DECRETO Nº. 134/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 10.276,00 (Dez mil, duzentos e setenta e seis mil reais) no Projeto Atividade 2.001 –Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na fonte 01.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão:	01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária:	01 Câmara Municipal de Vereadores
Função:	01 Legislativo
Sub-Função:	031 Ação Legislativa
Programa:	0001 PROCESSO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade:	2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Modalidade de Aplicação:	3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte:	0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento:	0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 10.276,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar

de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 10.276,00 (Dez mil duzentos e setenta e seis reais), provenientes da anulação de dotação do Orçamento da Câmara de Vereadores de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão:	01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária:	01 Câmara Municipal de Vereadores
Função:	01 Legislativo
Sub-Função:	031 Ação Legislativa
Programa:	0001 PROCESSO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade:	2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Modalidade de Aplicação:	3.3.50 – Aplicação Direta R\$ 8.300,00 3.3.93 - Aplicação Direta R\$ 1.976,00
Fonte:	0.1.00 – Recursos Ordinários

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 07 DE ABRIL DE 2017.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 135/2017

DECRETO Nº 135/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA.”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente.

RESOLVE:

ART. 1º - Alterar a nominata de membros da Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Nova Itaberaba/SC, conforme a Lei n.º 1052/2015 de 16/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

ART. 2º - São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

ART. 3º - Ficam designadas as seguintes instituições e seus representantes que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Secretaria Municipal de Educação:

- a) Odenir Petrolí
- b) Ailton Kerbes
- c) Fernanda Fioreze

II – Conselho Municipal de Educação:

- a) Vanessa Reginatto
- b) Juliana Bianchi Gilioli
- c) Odair Tres

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 178/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 07 DE ABRIL DE 2017.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL 1.117/2017

LEI Nº 1.117/2017 DE 22 DE MARÇO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PREVISTO NO § PRIMEIRO DO ART. PRIMEIRO DA LEI 1006/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar o prazo previsto no § 1º do Art. 1º, da lei 1006/2014, para mais 12(doze) meses, a contar da entrada em vigor da presente lei.

§ 1º Os proprietários que desejarem fazer uso do prazo acima previsto, deverão procurar a Secretaria de Administração, apresentando no ato de adesão ao novo prazo, cronograma de realização das obras necessárias em seu imóvel, cujo prazo de execução não poderá ser superior àquele previsto no caput deste artigo.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 22 DE MARÇO DE 2017.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

EDITAL 001/2017 - PROGRESSO FUNCIONAL HORIZONTAL MAGISTÉRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 001/2017

De 03 de Abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de Janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 46,47,48,49 e 55 da Lei nº 1668/1999, alterados pelos artigos 7, 8 e 9 da Lei Complementar nº 21/2003 do Estatuto do Magistério Público Municipal, Decreto nº 056/2002 e Decreto nº 092/2005,

Torna público, para conhecimento do membro efetivo do Magistério Público Municipal que está aberta a Progressão na carreira através do PROGRESSO FUNCIONAL HORIZONTAL nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. Critérios

1.1 A progressão através do Progresso Funcional Horizontal corresponderá:

a) Uma referência pela Avaliação Desempenho Funcional, alcançando no mínimo 70% da soma dos itens avaliados (Decreto nº 056/2002).

b) E mais uma referência pela comprovação de 80 (oitenta) horas de Curso de Capacitação/Atualização e ou Aperfeiçoamento, correlatados à área de atuação, disciplina ou formação (Decreto 092/2005), frequentado ou ministrados no período de 02 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

2. Requisitos

2.1 Ser membro efetivo do quadro do magistério público municipal.

2.2 Contar com dois anos, no mínimo de serviços prestados no magistério público municipal de Nova Trento, após sua nomeação para o cargo.

2.3 Não estar em licença sem remuneração para tratar de interesses particulares.

2.4 Estar lotado ou em exercício em unidade escolar ou em órgão de Administração da Secretaria Municipal de Educação.

2.5 Durante ao período aquisitivo: (art. 46 – Lei 1668/99)

- Não somar 02 (duas) penalidades de advertências;
- Não sofrer pena de suspensão disciplinar;
- Não completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;
- Não somar 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia.

3. Documentação

3.1 Requerimento devidamente assinado pelo servidor do magistério (Anexo I).

3.2 Cópia do Certificado e ou Declaração de Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento e/ou Atualização, frequentado ou ministrado, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Secretarias de Educação do Estado ou Instituições por elas autorizadas, Instituições de Ensino Superior, órgão vinculados ao MEC, devendo constar:

- Título do Curso
- Agência Executora
- Carga Horária (mínima de oito horas)
- Conteúdo programático e registro do órgão competente, quando se trata de certificado.

3.3 A declaração dos cursos de que trata o item 3.2 será aceita, desde que tenha sido expedida pelos órgãos mencionados no mesmo item.

3.4 Documento de Avaliação Desempenho Funcional (critérios avaliados – Decreto nº 056/2002)

I. Responsabilidade

II. Experiência e dedicação ao serviço

III. Disciplina

IV. Assiduidade e pontualidade

V. Habilidades pessoais

VI. Índice de repetência de seus alunos

VII. Índice de desistência dos seus alunos

VIII. Índice de avaliação de aprendizagem de seus alunos

IX. Índice de participação em reuniões pedagógicas

4. Período e Local de Solicitação

Período: 13 de Abril à 25 de Abril de 2017

Local: Unidades Escolares ou Secretaria Municipal de Educação

5. Entrega de documentação e análise

5.1 Secretaria Municipal de Educação

5.2 Data: 20 de abril de 2017 - Requerimento do Servidor com os Certificados (Membro do Magistério)

5.3 Data: 28 de abril de 2017 - Avaliação de Desempenho (Diretores e Chefes de Creche)

6. Concessão do Benefício

6.1 Será expedida Portaria concedendo o Progresso Funcional Horizontal (Desempenho e Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento/Atualização ao requerente que atende aos itens 1.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.1, 3.2 e 3.4 deste Edital.

6.2 Será expedida Portaria com a listagem dos requerimentos indefinidos, especificando os motivos.

Código	Especificação
01	Contar com menos de dois anos de serviços prestado no Magistério Público Municipal de Nova Trento, após sua nomeação para o cargo.
02	Estar em licença sem vencimento.
03	Total de horas de capacitação inferior a 80 (oitenta)
04	Desempenho funcional inferior a 70% da soma dos itens avaliados.
05	Somar 02 (duas) penalidades de advertência.
06	Sofrer pena de suspensão disciplinar.
07	Completar 03 (três) faltas injustificadas.
08	Somar 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.

7. Considerações Finais

7.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Nova Trento, 03 de Abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
ANEXO I - REQUERIMENTO

Sr. Secretário Municipal de Educação,
Eu....., matrícula
cargo de nível referência nomea-
do em/...../....., lotado na
.....neste Município, na função de
..... regime de trabalho de(horas) semanais, re-
quer PROGRESSO FUNCIONAL HORIZONTAL, nos termos dos ar-
tigos 47, 48, 49 (cursos de capacitação) e 55 (desempenho) da
Lei 1668/99, alterados pelos artigos 7, 8 e 9 da Lei Complementar
nº 21/2003 do Estatuto do Magistério Público Municipal e Decreto
nº 056/2002, Decreto nº 092/2005 mediante comprovação anexa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento
Nova Trento,/...../.....

Requerente

Espaço reservado à Secretaria Municipal de Educação
Total de Horas Computadas: () Desempenho: (%)
Deferido: () Deferido: ()
Indeferido: () Motivo: () Indeferido: () Motivo: ()

Progride da Referência para Referência
.....

Nova Trento,/...../2017.

Secretário Municipal de Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 651/2017

Lei complementar Nº 651, DE 04 de abril DE 2017.
Dispõe sobre a criação do cargo comissionado de Diretor Municipal
de Trânsito e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no
uso das atribuições que lhe confere os arts. 62, I, II, IV e V, 94, III
e V, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes
deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova
Trento aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a
criar o seguinte Cargo em Comissão, o qual passa a fazer parte do
quadro de Cargos Comissionados deste município:

§ 1º Cargo: Diretor Municipal de Trânsito.

I - Vagas: 01 (uma).

II - Vencimento: R\$ 2.758,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e
oito reais).

III - Grau de Instrução / escolaridade: Nível Superior.

IV - Carga horária: 40h semanais.

V - Atribuições:

- administrar, gerenciar e representar a Diretoria Neotrentina de Trânsito - DINETRAN, implementando planos, programas e projetos no âmbito de competência desta;
- superintender o planejamento, os projetos, os estudos, a regulamentação, a educação e as operações do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município;
- aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito;

d) firmar convênios com entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

e) supervisionar, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades desempenhadas por servidores integrantes de órgãos existentes na estrutura administrativa do Município, que estejam à disposição ou tenham sido requisitados para atuarem no interesse da Diretoria Neotrentina de Trânsito - DINETRAN;

Fls.02 – Lei Compl. 651/2017

f) articular-se com os órgãos da administração municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação;
g) executar outras atribuições delegadas ou determinadas pelo Prefeito Municipal relacionadas ao trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 04 de abril de 2017.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.638/2017

LEI Nº 2.638, de 04 de abril de 2017

Altera a redação da Lei nº 2.458, de 9 de abril de 2012 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III, V e XI, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 2.458, de 9 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o § 1º do art. 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º

§ 1º O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, aplicará o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, limitado ao percentual de até 60% (sessenta por cento) do valor efetivamente recebido do Ministério da Saúde, observada a regra para apuração do saldo estabelecida no parágrafo seguinte, em prol dos profissionais integrantes da equipe certificada pelo Ministério da Saúde na forma de gratificação, rateada nas seguintes proporções.

I - Para integrantes da Estratégia Saúde da Família (ESF) / Equipe de Saúde Bucal (ESB):

- 45% (quarenta e cinco por cento) cirurgião-dentista (ESB) e médico clínico geral (ESF);
- 20% (vinte por cento) para enfermeiro;
- 20% (vinte por cento) para auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem / auxiliar de dentista ou técnico em saúde bucal;
- 15% (quinze por cento) para agente comunitário de saúde”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 04 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.639/2017

LEI Nº 2.639, de 04 de abril de 2017

Autoriza o pagamento de ajuda financeira adicional para médicos do Programa "Mais Médicos".

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder uma ajuda financeira adicional no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a uma médica vinculada ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atua no Município de Nova Trento, até o mês de abril de 2017, visando custear suas despesas com o transporte de seus pertences a República de Cuba, seu país de origem.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos dentro do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 04 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.640/2017

Lei Nº 2.640, de 04 de abril de 2017

Denomina Campeonato Municipal de Futebol de Campo Leandro de Souza .

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere o inciso XXX do Art.94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O campeonato municipal de futebol de campo no ano de 2017, passa a denominar-se Campeonato Municipal de Futebol de Campo "Leandro de Souza".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.641/2017

LEI Nº 2.641, DE 04 DE abril DE 2017.

Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Nova Trento - COMPED, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III e V, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a quem cabe providenciar as condições para a manutenção e funcionamento do Conselho.

Art. 2º O COMPED é órgão colegiado de caráter permanente, com funções deliberativa, consultiva e fiscalizadora da execução da política municipal de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e da Administração Pública municipal.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir a recuperação ou a probabilidade de alteração, apesar de novos tratamentos;

III – incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou de atividade a ser exercida.

Art. 4º Considera-se pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com

deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;

- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED:

I - formular a política de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência, com base no disposto nos arts. 203, 204, e 227, II, da Constituição Federal, arts. 157, IV, 190 e 191 da Constituição Estadual e art. 157, III, da Lei Orgânica Municipal, observando os princípios e diretrizes da política nacional da pessoa portadora de deficiência;

II - acompanhar e fiscalizar a efetiva implantação da política municipal dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

III - acompanhar a elaboração, avaliar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Município referente à execução da política e dos

programas de assistência, prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência;

IV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais destinados aos serviços de atendimento e de assistência social aos portadores de deficiência;

V - acompanhar e fiscalizar a concessão de auxílio e subvenções às entidades privadas, lucrativas e filantrópicas, atuantes no atendimento aos portadores de deficiência;

VI - propor aos poderes constituídos, modificações na estrutura governamental diretamente ligadas à promoção, proteção, defesa e atendimentos especializados aos portadores de deficiência;

VII - opinar sobre a conveniência e necessidade de criação e implementação de programas de prevenção de deficiência, e de criação de órgãos governamentais para o atendimento dos portadores de deficiência;

VIII - oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes aos portadores de deficiência;

IX - incentivar e apoiar eventos, estudos e pesquisas sobre a área da deficiência, visando garantir a qualidade dos serviços prestados pelo Município e entidades afins;

X - promover intercâmbio com organismos públicos ou entidades privadas, nacionais ou internacionais da área da deficiência, visando a consecução dos seus objetivos e metas;

XI - emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito aos portadores de deficiência;

XII - aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades sediadas no Município, que prestam atendimento aos portadores de deficiência e desejem ingressar e integrar o Conselho;

XIII - dar o encaminhamento devido às queixas, reclamações ou representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados aos portadores de deficiência;

XIV - convocar ordinariamente, a cada 02 (dois) anos, e extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a conferência municipal da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas no Município e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;

XV - implantar e manter atualizado o banco de dados estatísticos, com informações sobre as diversas áreas da deficiência e o respectivo atendimento prestado no Município;

XVI - elaborar seu Regimento Interno;

XVII - outras atribuições previstas no Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Da Composição e da Organização

Art. 6º Compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, os seguintes representantes, titular e suplente:

I - dos órgãos governamentais:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração e Finanças.

II - da sociedade civil organizada, com atuação nas diversas áreas de atendimento às pessoas com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 02 (dois) anos, em número de 05 (cinco), sendo:

a) 01 (um) representante de entidades que prestam atendimento direto às pessoas com deficiência;

b) 01 (um) representante de associações de profissionais ligados à reabilitação;

c) 01 (um) representante da indústria e do comércio;

d) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Art. 7º Os conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos públicos municipais, serão da livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Os conselheiros titulares e suplentes, representantes da sociedade civil organizada, serão escolhidos em fórum próprio e através de edital publicado em jornal de circulação no Município de Nova Trento e na página eletrônica do Município, na forma que dispuser o seu Regimento Interno, e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O processo de escolha será conduzido pelo COMPED, com apoio do órgão gestor da política municipal da assistência social, na forma prevista em seu Regimento Interno.

§ 2º Os conselheiros titulares representantes dos órgãos governamentais conduzirão, excepcionalmente, o processo de escolha dos conselheiros titulares e suplentes, representantes da sociedade civil organizada, até que o Regimento Interno discipline a forma de escolha.

§ 2º As entidades não-governamentais representadas deverão apresentar no ato da inscrição os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e estatutária e a sua legitimidade para a representação do respectivo segmento, de acordo com os termos do edital do fórum.

§ 3º Na hipótese de dissolução da entidade, os representantes das organizações não-governamentais perderão automaticamente o mandato.

§ 4º O afastamento ou substituição de organização não-governamental será efetuado através de fórum próprio e em consonância com os princípios e normas estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 9º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 10. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

Art. 11. Nas ausências e impedimentos do conselheiro titular assumirá o seu suplente.

Parágrafo único. O suplente somente terá direito a voto na ausência do titular.

Art. 12. O Conselho será administrado por uma Diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo único. O Conselho elegerá, dentre seus integrantes, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a respectiva Diretoria.

Art. 13. Poderão ser criadas Comissões Especiais, a critério do Conselho, e de acordo com as suas necessidades.

Art. 14. A proteção dos direitos e o atendimento à pessoa portadora de deficiência, no Município, abrangerá os seguintes aspectos:

I - conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da pessoa portadora de deficiência;

II - redução do índice de deficiência, através de medidas preventivas;

III - promoção de políticas sociais básicas de saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer e cultura, habilitação e reabilitação, e profissionalização;

IV - promoção de políticas e programas de assistência social;

V - execução de serviços especiais, nos termos da lei.

CAPÍTULO III

Do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – FUMPED, que tem por objeto atender os encargos decorrentes

das ações do Município de Nova Trento no campo da assistência social, conforme o disposto na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e prover recursos para financiar a implementação de programas que visem a habilitação e a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 16. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, será administrado pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, que terá como atribuições:

I - administrar o Fundo e estabelecer as diretrizes para aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED;

II - analisar e decidir, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, sobre a realização de programas de interesse da pessoa portadora de deficiência;

III - submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo e o relatório das atividades realizadas;

IV - encaminhar à contabilidade do Município as demonstrações mencionadas no inciso III;

V - manter os controles necessários sobre os bens patrimoniais do Fundo;

VI - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos de despesas e recebimento de receitas;

VII - assinar cheques juntamente com o responsável pela tesouraria;

VIII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - firmar, juntamente com o Prefeito, os atos referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 17. São receitas do Fundo:

I - as dotações constantes do Orçamento do Município;

II - as parcelas provenientes de prestações decorrentes de financiamento de programas de assistência social, de competência do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência;

III - as receitas oriundas de aplicações financeiras em bancos oficiais;

IV - as doações, auxílios e contribuições de terceiros feitas diretamente ao Fundo;

V - os recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual ou Municipal, ou de outros órgãos públicos ou instituições privadas, nacionais ou estrangeiras, de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, especialmente destinadas ao Fundo;

VII - as transferências oriundas do orçamento da seguridade social da União e dos Estados.

§ 1º As receitas e recursos do Fundo serão depositados em conta especial a ser aberta em estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados, única e exclusivamente, em projetos aprovados pelo Conselho.

Art. 18. Constituem ativos do Fundo:

I - as disponibilidades monetárias em bancos ou em conta especial, oriundas de receitas específicas;

II - os direitos que por ventura vier a constituir;

III - os bens móveis e imóveis que forem destinados ou doados, sem ônus, aos programas de assistência aos portadores de

deficiência no Município;

IV - os bens móveis e imóveis que retornarem ao Município em virtude de extinção de instituições de assistência às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Art. 19. Constituem passivos do Fundo as obrigações, de qualquer natureza, que o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento dos programas municipais de assistência às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 20. O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência evidenciará as políticas e os programas aprovados pelo COMPED, observados o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios de universalidade e do equilíbrio.

CAPÍTULO IV

Da Disposição Final

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 04 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento

mensagem ao PROJETO DE LEI nº 007, de 13 de MARÇO de 2017. O Poder Executivo Municipal vem submeter à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente projeto de lei para instituir o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED como forma de atender os preceitos constitucionais insculpidos nos arts. 203, 204 e 227, §1º, II, da Constituição Federal, especialmente no que se refere à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, tendo em vista que compete à União, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Nova Trento por meio da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação a habilitação e reabilitação destas pessoas e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A partir destas ações conjuntas na área da assistência social surge a necessidade do Município instituir o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado com competência para formular a política de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência e fiscalizar o seu cumprimento, além de possibilitar uma ação integrada com entidades públicas e privadas para consecução dos objetivos afetos aos portadores de deficiência.

Nesse sentido, se pretende que a instituição deste Conselho contribua para promover a redução das barreiras que dificultam a participação das pessoas com deficiência de forma plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Vê-se, pois, que a matéria deste projeto de lei é de suma importância para a sociedade de uma forma geral, porquanto existem na comunidade muitas pessoas que sofrem de deficiências, sejam físicas, intelectuais ou sensoriais e através das iniciativas que serão tomadas pelo COMPED as mesmas poderão ter uma convivência mais harmoniosa e desprovida de preconceitos de toda ordem.

Certo de, mais uma vez poder contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação desta importante Lei, antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Nova Trento/SC, 13 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE RECURSO - Processo licitatório N° 028/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2017

IMPUGNANTE: ELIANA CAMARGO MOREIRA UTZIG 92848257920 (10815)

..... Ante os fundamentos acima e à luz dos princípios basilares da licitação pública, o Pregoeiro decide por CONHECER do recurso interposto por ELIANA CAMARGO MOREIRA UTZIG 92848257920 (10815) e no mérito DAR-LHE PROVIMENTO, anulando o certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial n° 021/2017 e solicitando a autoridade máxima que seja instaurado Sindicância para apurar responsabilidades quanto a NÃO emissão de CND Municipal. Informação completa de decisão, pode ser obtida, solicitando pelo e-mail compras@novatrento.sc.gov.br

Nova Trento, 27 de março de 2017.

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

Otacílio Costa

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 216

LEI COMPLEMENTAR Nº 216/2017

Altera o art. 1º da Lei Complementar 125 de 25 de março de 2010, e acrescenta o cargo de Diretor Técnico Clínico junto a Secretaria de Saúde do Município de Otacílio Costa.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Complementar nº 125 de 25 de março de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Será atribuído a cada membro da Junta Médica Oficial do Município de Otacílio Costa de que trata a Lei Complementar nº 45, de 18 de junho de 2003, e ao Diretor Técnico Clínico, uma gratificação mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor Técnico Clínico será exercido por servidor efetivo ou contratado já vinculado a Administração Municipal no cargo de Médico.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão suportadas pelo orçamento anual do Município.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 28 de março de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei Complementar na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 28 de março de 2017.

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) O presente texto legal está disponível no site: www.leismunicipais.com.br

LEI ORDINÁRIA 2447

LEI Nº 2.447/2017

Autoriza o Executivo Municipal a adotar providências legais para a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel, em área urbana de propriedade do Município de Otacílio Costa, para Serviço Social do Comércio – SESC.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar providências legais para viabilizar a Concessão de Direito Real de Uso, em área urbana de propriedade do Município de Otacílio Costa para o Serviço Social do Comércio - SESC, objetivando a construção de

uma quadra comunitária poliesportiva com possibilidade de ampliação do projeto inicial.

§ 1º. Uma vez preenchidas as condições legais, a Concessão de Direito Real de Uso a que se refere este artigo poderá ser feita através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, que dará ciência do ato ao Poder Legislativo.

§ 2º. As condições legais de que trata o parágrafo anterior são aquelas previstas na Lei Complementar nº 175/2014.

Art. 2º. O imóvel a ser concedido ao SESC terá área superficial de 8.000,00m² (oito mil metros quadrados), imóvel situado na Rua Joseph Willian Schaller nesta cidade de Otacílio Costa, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, por 100,00m com a Rua Nelci Kaiser de Souza; ao Sul, por 100,00m com a Avenida Joseph Willian Schaller; ao Leste, por 80,00m com a Avenida Ebert Duckstein; e, ao Oeste, por 80,00m com a Avenida Armando Pereira de Souza, imóvel cadastrado na Prefeitura Municipal desta cidade sob inscrição imobiliária nº 01.02.011.340.000, setor 002, quadra 011, lote 340, unidade 000.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Otacílio Costa, 21 de março de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 21 de março de 2017.

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito (*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI ORDINÁRIA 2448

LEI Nº 2.448/2017

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, a fim de instituir em conjunto com Rede Municipal de Educação o Projeto de Iniciação Profissional e dá outras providências.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, através de sua Unidade localizada na Rua Clementino Zambonato, 119, Bairro Pinheiros, Otacílio Costa/SC, a fim de instituir o projeto de Iniciação Profissional, com disponibilização de 120 (cento e vinte) vagas para os cursos de Eletricidade Básica; Automação Predial; Automação Industrial; Informática; e Desenho Técnico; divididos em 4 (quatro) turmas de 30 (trinta) alunos cada.

§ 1º. As vagas decorrentes deste convênio serão destinadas aos alunos matriculados no 9º ano das Escolas da Rede Municipal de

Educação;

§ 2º. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, fica autorizado a repassar a quantia mensal de R\$ 3.864,00 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais) até o limite de 10 (dez) parcelas anuais para custear as despesas deste convênio;

§3º. Caso haja aumento de turmas, deverá ser acrescido ao valor mensal a quantia de R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais) por turma;

§ 4º. Para os próximos exercícios os valores decorrentes da aplicação neste projeto, deverão ser reajustados pelo INPC;

§ 5º. O SENAI deverá prestar contas sobre o controle das matrículas e frequência dos alunos participantes, bem como manter no mínimo a participação de 50% (cinquenta por cento) dos alunos matriculados em cada turma, para que haja o adimplemento mensal do valor do convênio;

§ 6º. Havendo a diminuição da matrícula e frequência dos alunos participantes, os repasses mensais serão reduzidos proporcionalmente às turmas em andamento e regulares.

Art. 2º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que o SENAI venha a empregar na realização de suas atividades pedagógicas, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio financeiro previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade beneficiada no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência dos serviços prestados pelo SENAI a qualquer título.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, dentro do Plano de Aplicação das dotações orçamentárias previstas pelo Salário Quota Educação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 21 de março de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 21 de março de 2017.

CARLA DANIELE EGER
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI ORDINÁRIA 2449

LEI Nº 2.449/2017

Altera incisos do artigo 2º da Lei nº 1570 de 19 de dezembro de 2005.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

Art. 1o. Os incisos do artigo 2º da Lei nº 1.570, de 19 de dezembro de 2005, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

I - assistência às situações de emergência ou de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem as pessoas e a sanidade animal e vegetal;

III - recuperação de obras ou serviços danificados por fenômenos meteorológicos;

IV - execução de convênios celebrados com outras esferas de governo ou outras entidades governamentais, quando o Quadro de Pessoal do Município não dispuser de servidores para atender ao objeto preconizado;

V - assegurar, na falta de pessoal permanente, a continuidade da prestação de serviços essenciais.”

Art. 2o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

CARLA DANIELE EGER
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI ORDINÁRIA 2450

LEI Nº 2.450/2017

Abre crédito Adicional Suplementar por estimativa de receita FNS-Fundo Nacional de Saúde/MAC-Média e Alta Complexidade – APAE, no Orçamento de 2017 do Município de Otacílio Costa.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar para o Fundo Municipal de Saúde, no orçamento de 2017, o valor de R\$ 172.000,00 (Cento e setenta e dois mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.101– Média e Alta Complexidade Hospitalar – MAC/APAE

Elemento – (38) 3.3.50.00.00.01.0038 R\$ 172.000,00

Total de Suplementações R\$ 172.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, utiliza-se estimativa de receita transferida do FNS –Fundo Nacional de Saúde/MAC-APAE de arrecadação de Recursos Vinculados, no valor de R\$ 172.000,00 (Cento e Setenta e Dois mil reais), conforme preceitua o inciso I, do artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2431/2016 de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da

Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito (*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI ORDINÁRIA 2451

LEI Nº 2.451/2017

Altera dispositivos da Lei nº 2.355 de 15 de dezembro de 2015.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

Art. 1º. O caput do artigo 1º da Lei nº 2.355 de 15 de dezembro de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Nas ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Otacílio Costa, em que haja pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, contatos a partir da publicação da presente lei, estes serão repassados integralmente aos advogados públicos do Município. ...”

Art. 2º. O caput e os incisos I e II do artigo 2º, da Lei nº 2.355 de 15 de dezembro de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Os honorários advocatícios de que trata o artigo anterior, serão depositados, na sua totalidade, em uma conta designada para o Fundo para Reaparelhamento, Aperfeiçoamento e Incentivo da Assessoria Jurídica do Município, e serão aplicados da seguinte forma:

I – 70% (setenta por cento) do montante apurado será destinado aos profissionais descritos no art. 1º e demais servidores efetivos lotados na Assessoria Jurídica, para posterior rateio;

II – 30% (trinta por cento) do montante será depositado em uma segunda conta e será destinado para o reaparelhamento da Assessoria Jurídica do Município e aperfeiçoamento dos servidores lotados no setor, da seguinte forma: ...”

Art. 3º. O caput e o § 1º do artigo 3º, da Lei nº 2.355 de 15 de dezembro de 2015, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O Fundo para Reaparelhamento, Aperfeiçoamento e Incentivo da Consultoria Jurídica do Município de que trata o art. 2º será administrado pelo Coordenador Jurídico.

I – ...

§ 1º. Caberá ao Coordenador Jurídico deliberar sobre as despesas realizadas com os 30% (trinta por cento) destinados ao reaparelhamento e aperfeiçoamento da Consultoria Jurídica do Município. ...”

Art. 4º. O § 1º do artigo 4º, da Lei nº 2.355 de 15 de dezembro de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º....

§ 1º. Será excluído da distribuição de honorários o beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 04 de abril de 2017.

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 029

PORTARIA Nº 029/2017

Nomeia SUPERINTENDENTE DE PREVIDÊNCIA, SR. HÉLCIO JOSÉ DE ALMEIDA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. HÉLCIO JOSÉ DE ALMEIDA, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de SUPERINTENDENTE DE PREVIDÊNCIA, a que se refere a alínea "a", do inciso XX, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 01 de fevereiro de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 01 de fevereiro de 2017.

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 019/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 019/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de material de informática para os computadores do Prontuário Eletrônico do Cidadão.. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 25/04/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 07/04/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro Verde

PREFEITURA

DISPENSA 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2017

O Município de Ouro Verde - SC, torna público a realização de licitação na modalidade de Dispensa de Licitação: Objeto: Aquisição de materiais lúdicos (casal de coelhos, coelha fotográfico, cesta de vime, cenoura de tecido, coelhos em MDF) para realização de atividades voltadas as famílias prioritárias e não prioritárias de toda a comunidade local. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 07 de abril de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº0031/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CLINICA FÊMINA LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com profissional habilitado para realização de consultas e avaliação medica especializada na área de ginecologia e obstetrícia. Exames especializados como: Ultrassom Ginecológico e Obstétrico, Coleta de Material para Exames Preventivo de Colo de Útero, Avaliação de Exames das Mamas, Colposcopia, Exerece Pólipos Uterino, Biopsia Colo Uterino, Cauterização Ginecológica, Avaliação e Acompanhamento de Pré-natal em gestante, cirurgias ginecológicas e obstetras eletivas em Hospital de referencia 4 (quatro) horas semanais para atender pacientes deste município de Ouro Verde- SC. Valor certo e ajustado de R\$:56.905,20 (cinquenta e seis mil novecentos e cinco reais com vinte centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 30 de março de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0032/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SIMONE DE ALMEIDA 09471507901

Objeto: Registro de preço para Registro de preço na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem de máquinas e veículos das secretarias do Município de Ouro Verde -SC. Valor certo e ajustado de R\$:46.055,00 (quarenta e seis mil e cinquenta e cinco reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 30 de março de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0033/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: SIMONE DE ALMEIDA 09471507901

Objeto: Registro de preço para Registro de preço na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem de máquinas e veículos das secretarias do Município de Ouro Verde -SC. Valor certo e ajustado de R\$:2.288,00 (dois mil duzentos e oitenta e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 30 de março de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0034/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSTRUPALMAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de fiscalização de obras para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para Obra de Pavimentação Asfáltica com CBUQ sobre pavimentação poliédrica na Rua Vitório Barreta – Trecho entre a Avenida Pedro Biotto Sobrinho e Estaca 26 + 18 m e fiscalização de obras para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para Obra de Pavimentação Poliédrica e Passeios - Rua João Pasini, - Trecho entre a Rua Albino Sgarbossa e Natal Binda. Passeio na Rua João Pasini e José Santin. Valor certo e ajustado de R\$:7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 04 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0035/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ITACIR RIBEIRO 42541280963

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de profissional de musica para a terceira idade no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Ouro Verde - SC. Valor certo e ajustado de R\$:5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 07 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0036/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LINCK MAQUINAS SA

Objeto: Aquisição de Peças para a manutenção da ESCAFADEIRA HIDRÁULICA sobre esteiras cabine fechada da marca JCB mod. JS160 LC JS 160 ano 2011 e da MOTONIVELADORA G 940 Marca Volvo ano 2010. Valor certo e ajustado de R\$:47.324,26 (quarenta e sete mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 07 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0037/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTO LTDA

Objeto: Aquisição de Peças para a manutenção da ESCAFADEIRA

HIDRÁULICA sobre esteiras cabine fechada da marca JCB mod. JS160 LC JS 160 ano 2011 e da MOTONIVELADORA G 940 Marca Volvo ano 2010. Valor certo e ajustado de R\$:75.949,90 (setenta e cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 07 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA DA ATA N.º 175/2016

Na publicação no Diário Oficial dos Municípios do dia 05/12/2016, edição n.º 2137, pág. 615, onde se lê: "ATA N.º 175/2016 do PREGÃO N.º 173/2016". Leia-se: "ATA N.º 175/2016 do PREGÃO N.º 173/2015."

ERRATA DE EXTRATO 333/2016

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Na Edição de número 2152, página 440, do dia 23/12/2016, no extrato de contrato nº 233/2016;

Onde se lê:

CONTRATO Nº 233/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais). Data: 12/12/2016.

Laia-se:

CONTRATO Nº 333/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INTERA COMERCIAL LTDA-ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 10.215,00 (Dez mil, duzentos e quinze reais). Data: 09/12/2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 162/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 162/2016 do PREGÃO Nº 130/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - Abrigo, Centro POP, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI. VALOR: R\$ 325.766,3550 (trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos). DATA: 03/11/2016 A 03/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 163/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 163/2016 do PREGÃO Nº 130/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA e empresa ELO COMERCIAL LTDA ME-MULTITONER DO BRASIL. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - Abrigo, Centro POP, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI. VALOR: R\$ 166.599,65 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos). DATA: 07/11/2016 A 07/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 164/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 164/2016 do PREGÃO Nº 130/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA e empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - Abrigo, Centro POP, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI. VALOR: R\$ 558.150,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil e cento e cinquenta reais). DATA: 07/11/2016 A 07/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 165/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 165/2016 do PREGÃO Nº 130/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA e empresa L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - Abrigo, Centro POP, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI. VALOR: R\$104.902,00 (cento e quatro mil e novecentos e dois reais). DATA: 07/11/2016 A 07/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 165/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 165/2016 do PREGÃO Nº 129/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI - ME. OBJETO: fornecimento de serviços de locação de máquinas pesadas com operador e óleo; Retroescavadeira tração 4x4, Mini Escavadeira 35 toneladas, Mini Carregadeira com capacidade de carga de 2.000KG e Caminhão Truck. A contratação desse serviço faz-se necessária para a efetuação da limpeza e abertura de valas para retirada do material e execução de sistemas de drenagens para as obras de saneamento básico do município de Palhoça. VALOR: R\$151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais). DATA: 03/11/2016 A 03/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 166/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 166/2016 do PREGÃO Nº 130/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL DE PALHOÇA e empresa P F G COMERCIAL LTDA. - ME. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - Abrigo, Centro POP, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI. VALOR: R\$15.935,00 (quinze mil e novecentos e trinta e cinco reais). DATA: 07/11/2016 A 07/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 166/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 166/2016 do PREGÃO Nº 128/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO: fornecimento de material e mão de obra para implantação/manutenção da sinalização viária conforme determina o artigo 24 do CTB. VALOR: R\$ 6.877.298,51 (Seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 167/2016 A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 167/2016 do PREGÃO Nº 131/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA e empresa MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de coffee-break para as festas, atividades e capacitações da Secretaria de Assistência Social e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, CMAS, IGD, PETI e Centro do Idoso). VALOR: R\$125.625,00 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais). DATA: 22/11/2016 A 22/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 167/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 167/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$16.119,9992 (dezesseis mil, cento e dezenove reais e noventa e nove centavos). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 168/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 168/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. OBJETO: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para

utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$130.209,88 (Cento e trinta mil, duzentos e nove reais e oitenta e oito centavos). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 169/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 169/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa J J MATTOS IND. E COM. DE CAFE LTDA - EPP. OBJETO: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$50.040,00 (cinquenta mil, cento e quarenta reais). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 170/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO E PROD. ALIMENTOS E EQUIP. LTDA: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 249.795,80 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. Lote 03

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 171/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 171/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$523.860,00 (quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta reais). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 172/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 172/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 252.725,12 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e doze centavos). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. Lote 03

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 173/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 173/2016 do PREGÃO Nº 117/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME: fornecimento de materiais de limpeza e higiene para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$367.135,00 (trezentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e cinco reais). DATA: 04/11/2016 A 04/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 174/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 174/2016 do PREGÃO Nº 132/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMPANHIA ULTRAGAZ SA. OBJETO: Aquisição de vasilhames e Carga de Gás P13 e P45 para as cozinhas das unidades escolares deste município. VALOR: R\$468.999,95 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). DATA: 10/11/2016 A 10/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 175/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 175/2016 do PREGÃO Nº 173/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa NC COMUNICAÇÕES S.A.. OBJETO: Contratação de empresa para publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária em todo estado de Santa Catarina, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações, exigidas pela Lei 8.666/93, para dar maior publicidade aos Processos Administrativos. VALOR: R\$186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). DATA: 16/11/2016 A 16/11/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 176/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 176/2016 do PREGÃO Nº 144/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa NC COMUNICAÇÕES S.A.. OBJETO: Contratação de empresa para publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária em todo o estado de Santa Catarina, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações, exigidas pe 8.666/93, para dar maior publicidade aos Processos Administrativos. VALOR: R\$135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais). DATA: 02/12/2016 A 02/12/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 177/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 177/2016 do PREGÃO Nº 143/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de Artefatos de Cimento, lajotas sextavadas, paver e meio fio a serem utilizados em diversas obras p município. VALOR: R\$872.500,00 (oitocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais). DATA: 02/12/2016 A 02/12/2017. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE CONTRATO 34/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 34/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MÁRCIO LEANDRO FEIJÓ.

OBJETO: prestação de serviços de Desenvolvimento do Portal do Governo Eletrônico do Município de Palhoça, com todo o levantamento de requisitos necessários, desde a especificação até a protótipação de telas em formato imagem que forneçam os subsídios indispensáveis ao desenvolvimento do código do postal. VALOR: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Data: 06/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 36/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 34/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MÁRCIO LEANDRO FEIJÓ.

OBJETO: prestação de serviços de Desenvolvimento do Portal do Governo Eletrônico do Município de Palhoça, com todo o levantamento de requisitos necessários, desde a especificação até a protótipação de telas em formato imagem que forneçam os subsídios indispensáveis ao desenvolvimento do código do postal. VALOR: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Data: 06/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 37/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 37/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: execução de drenagem da Rua Mauricio de Nassau (trecho 02) no bairro Barra do Ariú neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material.

VALOR: R\$ R\$ 35.663,20 (trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Data: 09/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 38/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 38/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA.

OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância, Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no

CONSELHO TUTELAR SEMEAR do Município de Palhoça/SC.

VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Data: 14/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 39/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 39/2017- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA.

OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância, Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no CONSELHO TUTELAR PROTEÇÃO do Município de Palhoça/SC.

VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Data: 14/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 63/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 63/2017- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos urbanos de responsabilidade do Município de Palhoça-SC.

VALOR: R\$13,735.000,00(treze milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais).

Data: 17/03/2017.

EXTRATO DE CONTRATO 64/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 64/2017- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HERA SUL TRATAMENTOS DE RESÍDUOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos urbanos de responsabilidade do Município de Palhoça-SC, coleta, transporte e tratamento de resíduos de serviços de saúde gerados pela Administração Municipal e coleta, transporte e disposição final de resíduos químicos, tóxicos e perigosos.

VALOR: R\$224.500,00(duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Data: 28/03/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 35/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 35/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 216/2015, firmado em 23/12/2015, com a empresa STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Avenida 23 de Março – trecho 01, Bairro Caminho Novo (Lote 02). Fica prorrogado por mais 270 (duzentos e setenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras n.º 216/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: N. 129/2014

DATA: 08/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3JOAQUIM FELIPE BRANDINI

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME

João Augusto Farias Branco

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 41/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 41/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 7º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 075/2016, firmado em 08/04/2016, com a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 075/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 166/2015

DATA: 14/03/2017

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

WA COMÉRCIO LTDA ME

Eridio Wisbeck Andrade

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 42/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 42/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 273/2016, firmado em 15/03/2017, com a empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 273/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 105/2016

DATA: 29/11/2016

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

JOAQUIM FELIPE BRANDINI

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 43/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 43/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 272/2016, firmado em 15/03/2017, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 272/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 105/2016

DATA:03/11/2016

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

JOAQUIM FELIPE BRANDINI

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 45/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 45/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 201/2016, firmado em 17/08/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 201/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 59/2016

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 44/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 44/2017

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 201/2016, firmado em 17/08/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: RUA SANTA LUZIA, PASSAGEM DO MASSIAMBU, PALHOÇA/SC, fica acrescido o valor 1.952,66 (um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos), sendo que R\$ 1.249,64 (um mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao emprego de materiais, e R\$ 703,01 (setecentos e três reais e um centavo), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 1,406% do valor atualizado do contrato nº 201/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento..

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 59/2016

COBERTURAORÇAMENTÁRIA:"427"-2.136.4.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 46/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 46/2017

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 7º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 199/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: RUA JOÃO CRESCENCIO DA SILVA, BARRA DO ARIRIÚ – PALHOÇA/SC: Fica acrescido o valor de R\$ 7.049,81 (sete mil, quarenta e nove reais e oitenta e um centavos),sendo R\$2.417,22 (dois mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e dois centavos), referentesaos serviços de mão de obra e R\$4.632,59(quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos), referente ao emprego dos materiais, no percentual de 4,025%,do valoratualizado do contrato nº 199/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 41/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "427"-35.01.2.136.34.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 47/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 47/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 196/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: - Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras n.º 196/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 57/2016

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

Pelo Contratado,

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO

CIVIL LTDA EPP

Íris Farias

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 48/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 47/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 202/2016, firmado em 22/08/2016, com a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 202/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 59/2016

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ANDREIA SCHREIBER DA COSTA

Técnica de Edificações

ALEXANDER DA SILVA

Engenheiro Civil Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3

Pelo Contratado,

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO

CIVIL LTDA EPP

Íris Farias

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 49/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 49/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 8º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 192/2011, firmado em 14/10/2011, com a empresa GE-OMAS GEOTECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 336 (trezentos e trinta e seis) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Execução de Obras n.º 192/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 59/2016

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

REGIANE DUGGEN MAURICIO

Arquiteta e Urbanista da Prefeitura Municipal de Palhoça

CAU A56899-6

Pelo Contratado,

GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA

Rafael Carlos Thiesen

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 50/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 50/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 201/2016, firmado em 17/08/2016, com a empresa MAU-RÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 201/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 59/2016

DATA: 16/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

Pelo Contratado,

GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA

Rafael Carlos Thiesen

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 52/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 52/2017

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 226/2016, firmado em 02/09/2016, com a empresa CONSTRUTORA TS LTDA.

OBJETO: LOTE 06 - Fica Suprimido o valor de R\$ 15.557,17 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), no percentual de 24,804% do valor do contrato nº 226/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

LOTE 06 - Fica acrescido o valor 13.613,91 (treze mil, seiscentos e treze reais e noventa e um centavos), no percentual de 21,706% do valor do contrato nº 226/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 78/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "152" – "14.1.1.192.34.4.90.51.91.00.00.00".

DATA: 21/03/2017.

Signatários: pelo Contratante:
EDUARDO FRECCIA
Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento
ALEXSANDER DA SILVA
Engenheiro Civil – Prefeitura Palhoça
CREA/SC 090.082-3
ANDREIA SCHREIBER DA COSTA
Técnica em Edificações
Matric. 500.929
Pelo Contratado,
CONSTRUTORA TS LTDA
Tarcísio Schmidt

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 53/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 53/2017
Termo de Aditamento – Readequação
Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 193/2016, firmado em 02/08/2016, com a empresa CONSTRUTORA TS LTDA.
OBJETO: Rua João Miguel da Silva Filho no bairro Bela Vista (Lote 02). Fica acrescido o valor 3.087,14 (três mil, oitenta e sete reais e quatorze centavos), no percentual de 1,406% do valor do contrato nº 193/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 37/2016
COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “152” – “14.1.1.192.34.4.90.51.91.00.00.00”.
DATA: 21/03/2017.
Signatários: pelo Contratante:
EDUARDO FRECCIA
Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento
DIOGO JESUS DA ROSA
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 056.773-4
Pelo Contratado,
CONSTRUTORA TS LTDA
Tarcísio Schmidt

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 54/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 54/2017
Termo de Aditamento – Readequação / Prazo
ESPÉCIE: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 249/2016, firmado em 02/08/2016, com a Empresa TERRAPLEIN LTDA ME.
OBJETO: Fica acrescido o valor R\$ 19.818,04 (dezenove mil, oitocentos e dezoito reais e quatro centavos), sendo R\$ 12.709,94 (doze mil, setecentos e nove reais e noventa e quatro centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 7.108,10 (sete mil, cento e oito reais e dez centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,823% do valor do contrato nº 249/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.
Fica Suprimido o valor de R\$ 9.743,62 (nove mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$ 6.806,70 (seis mil, oitocentos e seis reais e setenta centavos), referente ao

emprego dos materiais, e R\$ 2.936,92 (dois mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos), referente aos serviços de mão de obra no percentual de 12,204% do valor do contrato nº 249/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

Fica prorrogado por mais 90 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 249/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º e art. 57 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2014

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA “365”- 28.1.21.47.34.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 22/03/2017

Signatários: pelo Contratante,

CLÁUDIO MONTEIRO

Secretário Municipal de Segurança Pública

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI

Engenheiro Civil - CREA-SC 25866-8

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil - CREA-SC 056773-4

Pelo contratado,

TERRAPLEIN LTDA ME

Henrique Sonagli de Barros

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 55/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 55/2017

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 293/2015, firmado em 08/12/2015, com a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME.

OBJETO: RUA PAULO MACHADO: Fica suprimido o valor de R\$ 791,28 (setecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), no percentual de 0,403%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 293/2015.

RUAS BRUSQUE E MORRETES: Fica suprimido o valor de R\$ 10.040,96 (dez mil, quarenta reais e noventa e seis centavos), no percentual de 5,592 %, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 293/2015.

RUA VIDEIRA: Fica suprimido o valor de R\$ 35.295,46 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), no percentual de 10,816%, do valor contratual referente à respectiva rua no contrato nº 293/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 140/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “622” 344905191000000

DATA: 23/03/2017.

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129.521-4

Pelo Contratado,

WA COMÉRCIO LTDA ME

ÉridoWisbeck Andrade

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 56/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº56/2017

Termo de Aditamento – Readequação / Prazo

ESPÉCIE: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 200/2016, firmado em 08/08/2016, com a Empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES ENGENHARIA LTDA EPP.

OBJETO: (LOTE IV) RUA MADRE PAULINA: Fica suprimido o valor de R\$ 3.616,61 (três mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos), sendo R\$ 2.439,18 (dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dezoito centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.177,43 (hum mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 18,081%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

SERVIDÃO VENTURA: Fica suprimido o valor de R\$ 6.973,71 (seis mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), sendo R\$ 5.253,30 (cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.720,41 (hum mil, setecentos e vinte reais e quarenta e um centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 33,066%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

(LOTE V): RUA PEDRO JOSÉ ROSAR: Fica acrescido o valor de R\$ 9.126,50 (nove mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 6.274,60 (seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 2.851,90 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 20,40% do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

Fica suprimido o valor de R\$ 5.290,18 (cinco mil,duzentos e noventa reais e dezoito centavos), sendo R\$ 3.703,12 (três mil,setecentos e trêes reais e doze centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.587,06 (hum mil, quinhentos e oitenta e sete reais e seis centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 11,825%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

RUA GERALDO HENRIQUE NIENKOTTER: Fica acrescido o valor de R\$ 702,40 (setecentos e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$ 380,80 (trezentos e oitenta reais e oitenta centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 321,60 (trezentos e vinte e um reais e sessenta centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 1,008% do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

Fica suprimido o valor de R\$ 6.244,88 (cinco mil,duzentos e noventa reais e dezoito centavos), sendo R\$ 5.529,08 (cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e oito centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 715,80 (setecentos e quinze reais e oitenta centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 8,966%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016.

RUA ESTACIO MANOEL PATRICIO: Fica suprimido o valor de R\$ 2.038,52 (dois mil, trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 1.745,60 (hum mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 292,92 (dozentos enoventa e dois reais e noventa e dois centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 7,029%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 200/2016..

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 200/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º e art.57 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA "427" 35.1.21.36.34.4.90.51.91.00.00.00

DATA: 23/03/2017

Signatários: pelo Contratante,
EDUARDO FRECCIA

Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 090.082-3

FABIANO LORENZETT SOUZA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 136384-3Pelo contratado,

SATÉLITE CONSTRUÇÕES ENGENHARIA LTDA EPP
João Furtado Branco

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 57/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 57/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 7º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 263/2015, firmado em 09/11/2015, com a empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES ENGENHARIA LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 263/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 118/2015

DATA: 23/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3

Pelo Contratado,

SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP

João Francisco Furtado Branco

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 58/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 58/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 203/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 203/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 059/2016

DATA: 24/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil Municipal de Palhoça

CREA/SC 056773-4

FABIANO LORENZETT DE SOUZA

Engenheiro Civil Municipal de Palhoça

CREA/SC 136384-3

Pelo Contratado,

PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Miriam Cássia Figueiredo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 59/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 59/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 9º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 187/2014, firmado em 15/08/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 187/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE Concorrência Pública: Nº 84/2014

DATA: 24/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3JOAQUIM FELIPE BRANDINI

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 60/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 60/2017

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 12º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 180/2014, firmado em 01/08/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 180/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: N. 129/2014

DATA: 24/03/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3JOAQUIM FELIPE BRANDINI

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 61/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 61/2017

Termo de Aditamento – Reajuste de Preços

ESPÉCIE: 7º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 268/2014, firmado em 04/11/2014, com a Empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Devido ao reajuste estabelecido no item 14 – Do Reajuste de Preços, sub item 14.1, do edital convocatório, fica reajustado no percentual de 6,15% o saldo remanescente ao contrato de execução de obras nº 268/2014, tendo como base o INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado), referente ao período de outubro/2015 a setembro/2016, perfazendo o valor R\$ 6.979,64 (seis mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), conforme cálculo contábil efetuado, especificado

na planilha em anexo.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 178/2014.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "137" 14.1.10.23.34.4.90.51.91.00.00.00

VALOR: R\$ R\$ 6.979,64 (seis mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 24/03/2017

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA

Engenheiro Civil Prefeitura Municipal de Palhoça - CREA/SC 5847-2

Pelo contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 62/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 62/2017

Termo de Aditamento – Readequação / Prazo

ESPÉCIE: 8º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 268/2014, firmado em 04/11/2014, com a Empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica suprimido o valor de R\$ 6.107,40 (seis mil, cento e sete reais e quarenta centavos), sendo R\$ 5.030,90 (cinco mil, trinta reais e noventa centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.076,50 (um mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 2,250%, do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 268/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 268/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º e art.57 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 178/2014

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA "489" – 4.4.90.51.91.00.00.00..

DATA: 24/03/2017

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOSÉ TADEU DA CUNHA

Engenheiro Civil – CREA/SC 5847-2

Pelo contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 65/2017

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 65/2017

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 8º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 75/2016, firmado em 08/04/2016, com a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME.

OBJETO: (LOTE I) RUA FREI ÂNGELO FUNGER: Fica acrescido o valor de R\$ 3.732,85 (três mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), sendo R\$ 2.613,00 (dois mil, seiscentos e treze reais centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.119,86 (um mil, cento e dezenove mil e oitenta e seis centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de

23,939% do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 75/2016.

RUA JOSÉ JORGE DA SILVA: Fica acrescido o valor de R\$ 3.891,28 (três mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 2.723,90 (dois mil, setecentos e vinte e três reais e noventa centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.167,38 (hum mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,835% do valor contratual referente a respectiva rua no contrato nº 75/2016. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 166/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "427" 35.1.21.36.34.4.90.51.91.00 .00.00.

DATA: 29/03/2017

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

WA COMÉRCIO LTDA ME

Eridowisbeck Andrade

LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

REVOGAÇÃO. Revoga a Lei Complementar nº 202, de 16 de outubro de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 202, de 16 de outubro de 2015 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Ficam revogadas todas as legislações municipais que tratam de redução e/ou benefício fiscal abaixo do mínimo fixado pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29 de dezembro de 2016, salvo os casos admitidos pela referida legislação.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

REVOGAÇÃO. Revoga as Leis Complementares nº 219 e 220, ambas de 02 de junho de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam revogadas as Leis Complementares nº 219, de 02 de junho de 2016 e nº 220, de 02 de junho de 2016 e demais disposições contrárias.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PISO DO MAGISTÉRIO. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 189, de 10 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede municipal de Palhoça/SC será de R\$ 2.298,83 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) mensais para a formação em nível médio na modalidade normal, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de junho de 2008." (N.R.)

Art. 2º O art. 3º da Lei Complementar nº 189, de 10 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A remuneração prevista no caput do art. 2º refere-se ao reajuste efetuado pelo Ministério da Educação, no percentual de 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro por cento) em janeiro de 2017 e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos professores municipais que recebem o piso do magistério." (N.R.)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.475, DE 03 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.475, de 03 de ABRIL de 2017

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. Disciplina sobre a regularização fundiária no Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dá publicidade aos termos do Plano de Regularização Fundiária, e autoriza a intervenção do Município de Palhoça para desenvolver o "Projeto Lar Legal", bem como instrumenta e autoriza a titulação dos lotes, nos termos da Resolução nº 08/2014 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 2º O Plano Municipal de Regularização Fundiária têm por finalidade:

I - regularizar jurídica e administrativamente as ocupações consolidadas nas áreas carentes de intervenção;

II - efetivar o cumprimento da função social da propriedade urbana;

III - assegurar o direito à moradia a população de baixa renda;

IV - cumprir os preceitos insculpidos em Lei, e, especificamente, na Resolução nº 08/2014 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 3º A definitiva e individualizada titulação os lotes será alcançada por meio da aplicação do instrumento oriundo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, denominado de "Projeto Lar Legal".

Art. 4º O Poder Executivo Municipal submete sua intervenção na regularização jurídica de cada área designada ao desenvolvimento do Plano de Regularização Fundiária - "Projeto Lar Legal", de modo a confirmar a sua característica de área urbana consolidada, cuja titulação atenda ao interesse público.

§ 1º A intervenção do "Projeto Lar Legal" em cada área será

declarada especificamente por meio de documento formal expedido pelo Poder Executivo, em cumprimento aos termos consignados no caput deste artigo, bem como na Resolução nº 08/2014 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, restando autorizada a execução em imóveis públicos ou submetidos à intervenção do poder público;

§ 2º Todas as áreas efetivamente aptas a contemplarem o projeto serão devidamente adequadas, elencadas e declaradas pela Administração Pública através de documento oficial, que deverá constar na instrução do respectivo processo judicial.

§ 3º As áreas previstas no § 2º supra serão consideradas áreas urbanas consolidadas, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 1º da Resolução nº 08/2014 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.476, DE 03 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.476, de 03 de ABRIL de 2017

DESAFETA BENS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autoriza a desafetar bens móveis inservíveis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a desafetar de seu patrimônio, os bens móveis constantes do Anexo Único, parte integrante da presente Lei, considerando para si inservíveis.

Art. 2º Fica autorizado a doar os móveis especificados nos itens 01 ao 04, constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei, à Prefeitura Municipal de Palhoça.

Art. 3º Fica autorizado a encaminhar ao destino final os bens móveis considerados com irre recuperáveis, conforme item 05 do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

01 - DESTINADOS AO CONTROLE INTERNO

Item	Qtdd	Descrição	Patrimônio
01	05	Mesas em "L" modelo de Vereador	328, 115, 192, 279, 300
02	01	Mesa reta	599
03	03	Armários altos fechados de duas portas	330, 291, 202
04	03	Armários altos no modelo estante com duas portas	158, 214, 285
05	02	Armários baixos de duas portas	302, 301
06	01	Frigobar	184

02 - DESTINADOS À PROCURADORIA GERAL

Item	Qtdd	Descrição	Patrimônio
01	05	Mesas em "L" modelo de assessor	490, 312, 384, 145, 139
02	04	Mesas em "L" modelo de Vereador	367, 346, 160, 366
03	01	Gaveteiro	129
04	05	Armários altos fechados de duas portas	375, 336, 159, 201, 128

05	02	Armário alto no modelo estante com duas portas	189, 337
06	07	Armários baixos de duas portas	320, 387, 386, 155, 138, 212, 183

03 - DESTINADOS À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO

Item	Qtdd	Descrição	Patrimônio
01	01	Estofado de dois lugares na cor branca	466
02	01	Mesa retangular com tomadas de energia elétrica	454
03	05	Armários altos fechados de duas portas	626, 645, 127, 374, 229
04	03	Armários altos no modelo estante com duas portas	331, 298, 284
05	01	Gaveteiro na cor bege	379
06	10	Longarinas de três lugares na cor azul	465, 397, 365, 344, 307, 394, 396, 114, 395, 393
07	01	Longarinas de três lugares na cor amarela	398
08	01	Guarda-roupas na cor amarela	102
09	01	Gaveteiro na cor marrom	Sem número.
10	02	Mesas em "L" modelo de Vereador	640, 219
11	01	Mesa em "L" modelo Assessor	278
12	04	Cadeiras fixas na cor amarela	338, 404, 297, 327
13	01	Cadeira fixa na cor amarela com um braço	438
14	09	Aparelhos de televisão de tubo	646, 289, 122, 468, 104, 299, 179, 230, 203
15	01	Cadeira fixa na cor branca	356
16	01	Cadeira giratória na cor branca	376
17	01	Mesa na cor branca	Sem número.
18	03	Mesas na cor amarela	623, 111, 628
19	01	Mesa na cor amarela com suporte para PC	308
20	01	Mesa na cor marrom	427
21	08	Cadeiras fixas na cor amarela	200, 125, 339, 170, 326, 371, 169, 200
22	03	Cadeiras giratórias na cor amarela	437, 541, 105
23	04	Cadeiras fixas na cor azul	405, 399, 622, 190
24	02	Cadeiras giratórias na cor azul	623, 361
25	01	Cadeira giratória na cor marrom	008
26	01	Cadeira giratória na cor preta	662
27	06	Cadeiras de madeira com assento vermelho	61, 15, 63, 64, 60, 65
28	01	Mesa para televisão	440
29	01	Frigobar	638

04 - DESTINADOS À SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO

Item	Qtdd	Descrição	Patrimônio
01	02	Portas de madeira do plenário de cima	Sem número
02	02	Portas de vidro da entrada da Câmara	Sem número
03	00	Luminárias do andar de cima	Sem número
04	01	Porta de madeira de Presidência	Sem número
05	00	250,00m de divisórias completas (gabinetes)	Sem número

05 - IRRECUPERÁVEIS – ENCAMINHADOS AO DESTINO FINAL

Item	Qtdd	Descrição	Patrimônio
01	02	Cadeiras de madeira com assento vermelho (quebradas)	16, 17
02	01	Mesa de madeira com tampo de mármore (quebrada)	66

CÂMARA MUNICIPAL**(COM EMENDA) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2017.**

(com emenda)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Altera a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 43 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar, mediante Decreto, a estrutura administrativa complementar da Secretaria Municipal de Saúde, com no máximo 64 (sessenta e quatro) setores, cujos titulares serão remunerados em razão da produção e dedicação a ser exercida, mediante a concessão de gratificação de produtividade, limitada a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor, em patamar indicado pelo Secretário Municipal de Saúde e deliberado pelo Comitê Gestor de Governo."

Art. 2º Os profissionais médicos não enquadrados na Estratégia da Saúde da Família - ESF e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas farão jus à gratificação de produtividade limitada a até 80 % (oitenta por cento) do vencimento, observadas as disposições previstas na Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e normas regulamentadoras.

Art. 3º Confere nova remuneração ao Cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral, Código CG, prevista no Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CARGO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO
(...)	(...)	(...)
CONTADOR GERAL	CG	R\$ 15.000,00
(...)	(...)	(...)"

Art. 4º Fica criado e acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC III, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Direção Técnica e será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 5º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC IV, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Direção Clínica e será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 6º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva

de Confiança, Código FEC V, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP.

Art. 7º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC VI, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Secretaria Municipal de Saúde, e será privativa do cargo de Agente Comunitário de Saúde, para fins de coordenação.

Art. 8º Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor Geral da UPA, código DG, com remuneração de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor Geral da UPA acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor de Enfermagem, código DR, com remuneração de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor de Enfermagem será privativo de profissional Enfermeiro (a) e ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10 Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor, código DR, com remuneração de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 11. Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, três (03) cargos de Gerente, código DAS II, com remuneração de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. Os cargos de Gerentes acrescentados serão vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, dois (02) cargos de Assessor II, código DAS V, com remuneração de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. Os cargos de Assessores II acrescentados serão vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13. Fica incluído o art. 115-A à Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115-A O servidor público de outro ente da Federação à disposição do Município, com ressarcimento ao órgão cedente dos custos de remuneração e encargos sociais por este suportados, fará jus à gratificação de até 40 % (quarenta por cento) do valor da remuneração do cargo que ocupa no Município." (N.R.)

Art. 14. Acrescenta o inciso VIII ao art. 95 da Lei Complementar nº 253, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 (...)

VIII - Auditor/Fiscal de Defesa do Consumidor, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)."

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/ 2017

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/ 2017

ACRESCE DISPOSITIVO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

A Câmara de Vereadores do Município de Palhoça, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54, I, da Lei Orgânica Municipal, acresce o § 3º ao artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Palhoça

Artigo 1º - Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 45 da Lei Orgânica Municipal que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45 (...)

§ 3º - Quando o vereador se licenciar do Poder Legislativo Municipal para exercer cargo de Secretário Municipal, caberá ao Poder Executivo arcar com a totalidade do pagamento do subsídio de vereador, caso este seja maior que o de Secretário".

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Emenda originada da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 002/2017.

PORTARIA Nº 050/2017

PORTARIA Nº 50 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR os termos do artigo 1º da Portaria nº 45, de abril de 2016, para que passe a constar o que segue:

"Art. 1º - Fica nomeado para o cargo efetivo de AGENTE LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE MOTORISTA, a pessoa de MARCOS AURÉLIO COSTA FERREIRA considerando a homologação de resultado do concurso de nº 01/2015".

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO

Presidente

PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIA Nº 51, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, RESOLVE:

INSTAURAR SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis furtos de computadores de propriedade desta Câmara Municipal ocorridos na Sede deste Poder Legislativo, conforme Boletim de Ocorrência anexo.

Art. 2º Designar a servidora SONIA WALFRIDE SCHMIDT SALVADOR, na condição de Presidente, a senhora MARCIANE LOHN, na condição de Secretária, e a senhora KATIANE VULCZAK GOLIN na condição de Membro da Comissão Sindicante, para apuração dos fatos acima mencionados.

Art. 3º Deliberar que tal sindicância, por sua natureza investigativa, será célere, ocorrerá sem publicidade e não terá natureza acusatória.

Art. 4º A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos à administração da Câmara Municipal.

Art. 5º O prazo do artigo 4º supramencionado ficará suspenso até decisão da Autoridade Policial sobre o Boletim de Ocorrência realizado.

Art. 6º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO

Presidente

RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº07/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017.

OBJETO: Constitui o objeto do presente Edital o Registro de Preços objetivando futuras aquisições parceladas de computadores all in one, portátil, servidor tipo torre e nobreak, conforme especificações constantes no ANEXO I, parte integrante deste edital.

DATA DA SESSÃO: 07/04/2017

HORÁRIO DA SESSÃO: 08h30min.

ENCERRAMENTO: 11h45min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que as empresas BEE2B INFORMÁTICA LTDA-EPP VENCEU O ITEM 4; HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP VENCEU OS ITENS 1 E 5; MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICO VENCEU O ITEM 2; PERFOM TECNOLOGIA EIRELI – EPP VENCEU O ITEM 3 E A EMPRESA WEIKAN TECNOLOGIA LTDA – EPP VENCEU O ITEM 6, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 07 de abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA

Pregoeira

TERMO DE POSSE CONCURSO PÚBLICO 01/2015

Câmara Municipal de Palhoça

Estado de Santa Catarina

TERMO DE POSSE

CARGO EFETIVO

A Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal nº 96/2010), em seu artigo 29, EM-POSSA nesta data o (a) servidor MARCOS AURÉLIO COSTA FERREIRA, nomeado pela Portaria nº 045/2017 de 03 de Abril de 2017, para exercer o cargo efetivo de Agente Legislativo – Especialidade Motorista, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na sede deste Poder, habilitado em Concurso Público.

O Servidor apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar a Lei Complementar Municipal nº 96/2010, anexando a este TERMO, a declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Para constar, eu Ana Núncia Nunes Collaço, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO, que vai assinado pela Presidência desta Casa Legislativa, e pelo empossado.

Palhoça/SC, 03 de Abril de 2017.

FÁBIO COELHO MARCOS AURÉLIO C. FERREIRA

Presidente Empossado

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2016 – Pregão Presencial 38/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRAL FLORIPA DE IMPRESSAO DIGITAL. OBJETO: Confecção e instalação de placas de identificação visual para a Unidade de Pronto Atendimento Upa.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: CENTRAL FLORIPA DE IMPRESSAO DIGITAL EIRELE LTDA - EPP					CNPJ: 07.321.421/0001-63
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Placa Externa: com estrutura de metalon 40x40 parede 14 no contorno da placa e na parte interna metalon 30x30, parede 16, revestidas com chapa galvanizada No. 22, solda, parafuso, iluminação com 06 holofotes de LED 100 watts para cada placa , fotocélula individual, fio PP 2,5mmou equivalente para instalação da parte elétrica, instalação com guindaste, solda, aplicação de adesivo vinil D3000 3M, verniz de proteção. Sendo 4 unidades, duas no formato 6,50x4,00mts e duas no formato de 7x4, ART de execução e ART de cálculo estrutural.					
1	4,00	UN	Central Floripa	R\$7.995,6850	R\$31.982,7400
Especificação: Adesivo interno - faixa de segurança para portas de vidro: adesivo vinil transparente espelhado com adesivo branco por trás, Largura aproximada de 15cm, descrito no adesivo Unidade de Pronto Atendimento -24 horas., com instalação na unidade.					
2	20,00	UN	3M	R\$6,5100	R\$130,2000
Especificação: Placa externa: placas no formato 2x1, com estrutura metalon, com chapa galvanizada nº 18, postes 2"1/2, concreto, gaiola, parafuso, aplicação de adesivo vinil e refletivo na seta e nome da unidade. Com instalação a 1,80cm do chão.					
3	3,00	UN	Central Floripa	R\$1.042,8700	R\$3.128,6100
Especificação: Totem triado, formato 0,65x3,50, estrutura interna em metalon 30x30, triangular, com poste interno 4", revestido com acm, aplicação de adesivo vinil, sapata, concreto, gaiola, solda, arrebite, adesivo refletivo no nome da unidade nas 3 faces, iluminação com 03 holofotes de LED 100 watts e instalação. Conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas, do Ministério da Saúde.					
4	2,00	UN	Central Floripa	R\$3.867,3100	R\$7.734,6200

Especificação: Placa parede com suporte: placa de parede tipo bandeira, estrutura de metalon, revestida com chapa galvanizada, dupla face, com aplicação de adesivo, solda, parafuso, braço em poste de metalon e instalação. Conforme manual de Identificação visual do MS.					
5	4,00	UN	Central Floripa	R\$1.064,5900	R\$4.258,3600
Especificação: Testeira de parede - entrada UPA: placa no formato de 6x1,20, com estrutura de metalon 30x30, revestida com chapa galvanizada nº 22, solda, arrebite, parafusos, aplicação de adesivo vinil, cantoneira com pintura automotiva, iluminação com 4 refletores de LED de 100 watts e instalação.					
6	2,00	UN	Central Floripa	R\$1.433,9500	R\$2.867,9000
Especificação: Placa interna: placa no formato 0,60x1,20, em pvc 4mm, com aplicação de adesivo vinil, adesivo de recorte, 4 pitons e instalação.					
7	30,00	UN	Central Floripa	R\$130,3500	R\$3.910,5000
Especificação: Placa de porta - tipo bandeira acima da porta: placas no formato 30x12cm, em pvc 3mm, aplicação de adesivo e instalação com dupla face vhb 3m.					
8	40,00	UN	Central Floripa	R\$9,5500	R\$382,0000
Especificação: Placa indicativa em PVC (PROIBIDO Fumar), com dimensões de 15 sm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
9	15,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$104,2500
Especificação: Placa indicativa em PVC (GLP), com dimensões de 25 cm de largura e 18cm de altura, espessura em 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação					
10	6,00	UN	Central Floripa	R\$11,7300	R\$70,3800
Especificação: Placa indicativa em PVC (PROIBIDO celular), com dimensões de 15 sm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
11	15,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$104,2500
Especificação: Placa indicativa em PVC (PROIBIDO ENTRADA SEM CAMISA E COM TRAJES DE BANHO), com dimensões de 15 sm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
12	6,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$41,7000
Especificação: Placa indicativa em PVC (SILENCIO POR FAVOR), com dimensões de 15 sm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
13	20,00	COMP	Central Floripa	R\$6,9500	R\$139,0000
Especificação: Adesivo para as lixeiras: adesivo em vinil autocolante com impressão digital. Em posição horizontal medindo 30cm de comp. x 10cm de largura.					
14	30,00	UN	Central Floripa	R\$1,9100	R\$57,3000
Especificação: Placa indicativa em PVC (pérfuro-cortante), com dimensões de 15 cm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
15	4,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$27,8000
Especificação: Placa indicativa em PVC (lixo contaminado), com dimensões de 15 cm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
16	4,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$27,8000
Especificação: Placa indicativa em PVC (ACESSO RESTRITO), com dimensões de 15 cm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
17	6,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$41,7000
Especificação: Placa indicativa em PVC (mantenha banheiro limpo) com dimensões de 15 cm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
18	20,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$139,0000
Especificação: Placa indicativa em PVC (higienize as mãos) com dimensões de 15 cm de largura e 15 cm de altura, espessura de 3mm. Acabamento em vinil, com fita dupla face para fixação.					
19	20,00	UN	Central Floripa	R\$6,9500	R\$139,0000
Especificação: Banners (de parede): no formato 1,50 m x 1,50 m, lona fosca 440gr, em policromia, com acabamento em bastões de pvc e cordão. Impresso conforme modelo em anexo.					
20	4,00	UN	Central Floripa	R\$78,2100	R\$312,8400
Valor Total		(cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)			R\$55.599,95

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2016 – Pregão Presencial 22/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA. OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para equipamentos condicionadores de ar tipo split e janela, bem como retirada e reinstalação de condicionadores de ar split, nas Unidades da rede Municipal de Saúde. DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: REFRIGERACAO BASTIANI LTDA					CNPJ: 03.373.103/0001-95
Lote 2: Retirada e reinstalação					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 7.500 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários					
1	15,00	SERV	Bastiani	R\$299,0000	R\$4.485,0000
Especificação: Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 9.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários					
2	20,00	SERV	Bastiani	R\$299,0000	R\$5.980,0000
Especificação: Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 12.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários					
3	10,00	SERV	Bastiani	R\$329,5000	R\$3.295,0000
Valor Total		(treze mil e setecentos e sessenta reais)			R\$13.760,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2016 – Pregão Presencial 22/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGO ANTONIO LEHMKUHL ME. OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para equipamentos condicionadores de ar tipo split e janela, bem como retirada e reinstalação de condicionadores de ar split, nas Unidades da rede Municipal de Saúde. DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: RODRIGO ANTONIO LEHMKUHL ME					CNPJ: 21.950.388/0001-61
Lote 1: Manutenção					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 7.000 BTUs					
1	16,00	SERV	RL	R\$85,9000	R\$1.374,4000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 7.500 BTUs					
2	56,00	SERV	RL	R\$85,9000	R\$4.810,4000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 9.000 BTUs					
3	127,00	SERV	RL	R\$86,0000	R\$10.922,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 10.000 BTUs					
4	1,00	SERV	RL	R\$87,0000	R\$87,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 12.000 BTUs					
5	11,00	SERV	RL	R\$87,0000	R\$957,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 18.000 BTUs					
6	7,00	SERV	RL	R\$99,0000	R\$693,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 24.000 BTUs					
7	1,00	SERV	RL	R\$140,0000	R\$140,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 30.000 BTUs					
8	13,00	SERV	RL	R\$140,0000	R\$1.820,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 60.000 BTUs					
9	4,00	SERV	RL	R\$157,4250	R\$629,7000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 7.000 BTUs					
10	1,00	SERV	RL	R\$86,4000	R\$86,4000

Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 7.500 BTUs					
11	26,00	SERV	RL	R\$86,8500	R\$2.258,1000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 10.000 BTUs					
12	4,00	SERV	RL	R\$87,0000	R\$348,0000
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 18.000 BTUs					
13	2,00	SERV	RL	R\$87,0000	R\$174,0000
Valor Total		(vinte e quatro mil e trezentos reais)			R\$24.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2016 – Pregão Presencial 52/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST/AIDS no fornecimento às crianças, filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 28/09/2016 à 27/09/2017.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA				CNPJ: 02.625.813/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Ninho Fortificado. Apresentação: lata com 400 gramas.					
10	120,00	LATA	Ninho Fortificado	R\$17,8500	R\$2.142,0000
Valor Total		(dois mil e cento e quarenta e dois reais)			R\$2.142,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2016 – Pregão Presencial 52/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST/AIDS no fornecimento às crianças, filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 28/09/2016 à 27/09/2017.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA				CNPJ: 03.612.312/0004-97	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fortini em pó, sem sabor, suplemento infantil, lata com 400 gramas. SUPPORT					
1	1200,00	LATA	FORTINI	R\$47,5000	R\$57.000,0000
Especificação: Leite Aptamil Pepti em pó, fórmula infantil lata com 400 gramas. DANONE					
2	850,00	LATA	APTAMIL PEPTI	R\$52,0000	R\$44.200,0000
Especificação: Leite Aptamil AR, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE					
3	800,00	LATA	APTAMIL AR	R\$21,0000	R\$16.800,0000
Especificação: Leite Aptamil de Soja 2, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE					
4	300,00	LATA	APTAMIL SOJA 2	R\$18,6600	R\$5.598,0000
Especificação: Leite em pó Milnutri Soja, lata com 800 gramas					
5	50,00	LATA	MILNUTRI SOJA	R\$23,7600	R\$1.188,0000
Especificação: Leite em pó Neocate, lata com 400 gramas. DANONE					
7	1200,00	LATA	NEOCATE LCP	R\$185,0000	R\$222.000,0000
Especificação: Leite em pó Neocate advanced, lata com 400 gramas. DANONE					
8	1000,00	LATA	NEO ADVANCE	R\$184,0000	R\$184.000,0000

Especificação: Leite em pó Pregomin Pepti, lata com 400 gramas. DANONE

14	500,00	LATA	PREGOMIN PEPTI	R\$87,0000	R\$43.500,0000
----	--------	------	----------------	------------	----------------

Especificação: Nutri drink max, sem sabor, lata com 350 gramas

19	500,00	LATA	NUTRIDRINK MAX	R\$45,9200	R\$22.960,0000
----	--------	------	----------------	------------	----------------

Valor Total	(quinhentos e noventa e sete mil e duzentos e quarenta e seis reais)			R\$597.246,00	
-------------	--	--	--	---------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2016 – Pregão Presencial 52/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST/AIDS no fornecimento às crianças, filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 28/09/2016 à 27/09/2017.

Nome da Empresa: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA				CNPJ: 05.912.018/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
11	40,00	LATA	NUTREN ACTIVE/NESTLÉ	R\$30,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
12	40,00	LATA	NUTREN ACTIVE/NESTLÉ	R\$30,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Leite em pó Nutren Jr, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
13	500,00	LATA	NUTREN JUNIOR/NESTLÉ	R\$45,0000	R\$22.500,0000
Valor Total	(vinte e quatro mil e novecentos reais)				R\$24.900,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2016 – Pregão Presencial 52/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa P F G COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST/AIDS no fornecimento às crianças, filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 28/09/2016 à 27/09/2017.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME				CNPJ: 20.438.684/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Nan AR , fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
6	800,00	LATA	NAN AR/NESTLÉ	R\$26,0000	R\$20.800,0000
Especificação: Leite em pó Ninho Fases 1+. apresentação: lata com 400 gramas.					
9	200,00	LATA	NINHO FASES 1 + / NESTLÉ	R\$16,0000	R\$3.200,0000
Especificação: Mucilon de Arroz com Aveia, cereal Infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
15	15,00	LATA	MUCILON ARROZ E AVEIA/NESTLÉ	R\$10,3000	R\$154,5000
Especificação: Mucilon de Arroz, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
16	15,00	LATA	MUCILON ARROZ/NESTLÉ	R\$10,3000	R\$154,5000
Especificação: Mucilon de Milho, é o cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
17	26,00	LATA	MUCILON MILHO/NESTLÉ	R\$10,3000	R\$267,8000
Especificação: Mucilon Multicereais, cereal infantil para complementar a alimentação , lata com 400 gr. NESTLÉ					
18	26,00	LATA	MUCILON MULTICEREAIS/NESTLÉ	R\$10,3000	R\$267,8000



Especificação: Fórmula infantil para crianças de 0 a 06 meses, contendo: soro de leite desmineralizado, lactose, leite desnatado, fibras alimentares, óleo de palma, coco e canola, concentrado protéico de soro de leite, óleo de milho, carbonato de cálcio, citrato de potássio, bitartrato de colina, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de sódio, taurina, óxido de magnésio, sulfato ferroso, inositol, sulfato de zinco, vitaminas A e E, niacina, gluconato de cobre, sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, beta caroteno, vitaminas B6 e B1, iodeto de potássio, ácido fólico, sulfato de manganês, selenito de sódio, vitamina D, biotina, vitamina K. Atendendo aos padrões do Codex Alimentarius FAO/OMS, embalagem deverá vir no mínimo com 400 gramas, prazo de validade mínima de 02 anos.

20	600000,00	GR	NAN COMFOR 1/NESTLÉ	R\$0,0172	R\$10.320,0000
Valor Total		(trinta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)			R\$35.164,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2016 – Pregão Presencial 50/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem para atendimento das Unidades da Rede Municipal de Saúde, Programa Hiperdia, Programa de Saúde da Mulher e Pronto atendimento.

DATA: 04/10/2016 à 03/10/2017.

Nome da Empresa: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 03.505.263/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Embaladas individualmente e acondicionadas em pacote com 100 unidades.					
1	2000,00	PCT	KOLPLAST	R\$19,9500	R\$39.900,0000
Valor Total		(trinta e nove mil e novecentos reais)			R\$39.900,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2016 – Pregão Presencial 50/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem para atendimento das Unidades da Rede Municipal de Saúde, Programa Hiperdia, Programa de Saúde da Mulher e Pronto atendimento.

DATA: 04/10/2016 à 03/10/2017.

Nome da Empresa: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.343.029/0001-90	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Lanceta descartável para punção digital; em aço inoxidável, ponta em bisel e embutida em corpo plástico ou outro material compatível com a finalidade, com tampa protetora de fácil remoção e que proteja a lanceta após o uso. Embalagem resistente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Caixa com no máximo 100 unidades. Atender as determinações na NR32, parágrafo 32.2.4.15 e 32.2.4.16. Portaria 485, de 11 de novembro de 2005					
2	350000,00	UN	Loris/Lenapharm	R\$0,2100	R\$73.500,0000
Especificação: Tiras para dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue total capilar fresco, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 MG/DL, que utilize a tecnologia de amperometria. Caixa com 50 unidades. Devendo a empresa fornecer em comodato um monitor por paciente/ano, independentemente da aquisição de quaisquer quantidade, observando a quantidade máxima de 2.000 monitores.					
5	30000,00	CX	ON CAL PLUS - ACON	R\$22,0000	R\$660.000,0000
Valor Total		(setecentos e trinta e três mil e quinhentos reais)			R\$733.500,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2016 – Pregão Presencial 49/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HEKO CIENTÍFICA – PRODUTOS E EQUIPTOS CIENTÍFICOS EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa autorizada e especializada para a aquisição e fornecimento de kit's de reagentes para testes de: bioquímica, imunologia, hormônios, hemograma completo e coagulação; com cessão gratuita de equipamentos, com entrega sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA: 04/10/2016 à 03/10/2017.

Nome da Empresa: HEKO CIENTÍFICA - PRODUTOS E EQUIPTOS. CIENTÍFICOS EIRELI ME		CNPJ: 15.443.663/0001-58
Lote 1: Bioquímica		

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dosagem de ácido úrico.					
1	7800,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,6100	R\$4.758,0000
Especificação: Dosagem de amilase.					
2	1000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$1,1000	R\$1.100,0000
Especificação: Dosagem de bilirrubina direta.					
3	1440,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,7900	R\$1.137,6000
Especificação: Dosagem de bilirrubina total.					
4	1440,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4600	R\$662,4000
Especificação: Dosagem de cálcio.					
5	2400,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,3600	R\$864,0000
Especificação: Dosagem de colesterol.					
6	26400,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4800	R\$12.672,0000
Especificação: Dosagem de creatina.					
7	21600,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4800	R\$10.368,0000
Especificação: Dosagem de creatinofosfoquinase (CPK).					
8	6000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,8900	R\$5.340,0000
Especificação: Dosagem de desidrogenase láctica.					
9	1000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,8100	R\$810,0000
Especificação: Dosagem de fator reumatóide.					
10	1500,00	Teste	Beckman Coulter	R\$3,5000	R\$5.250,0000
Especificação: Dosagem de ferro.					
11	1440,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,7700	R\$1.108,8000
Especificação: Dosagem de fosfatase alcalina.					
12	2640,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,6800	R\$1.795,2000
Especificação: Dosagem de fósforo.					
13	1200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,9300	R\$1.116,0000
Especificação: Dosagem de Gama-GT (GGT)					
14	4320,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,5300	R\$2.289,6000
Especificação: Dosagem de glicose.					
15	40800,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4800	R\$19.584,0000
Especificação: Dosagem de HDL- Colesterol.					
16	25200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$1,7400	R\$43.848,0000
Especificação: Dosagem de hemoglobina glicosilada(HbA1C), (Teste sem necessidade de manipulação e ou diluição da amostra.).					
17	9000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$9,0000	R\$81.000,0000
Especificação: Dosagem de LDL - Colesterol.					
18	19200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$1,8800	R\$36.096,0000
Especificação: Dosagem de Lipase.					
19	500,00	Teste	Beckman Coulter	R\$5,9800	R\$2.990,0000
Especificação: Dosagem de magnésio.					

20	840,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4100	R\$344,4000
Especificação: Dosagem de Proteína C Reativa.					
21	2400,00	Teste	Beckman Coulter	R\$2,4000	R\$5.760,0000
Especificação: Dosagem de proteína total.					
22	1200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4700	R\$564,0000
Especificação: Dosagem de albumina.					
23	1200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4700	R\$564,0000
Especificação: Dosagem de transaminase glutâmico-oxalacética (TGO).					
24	15000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4800	R\$7.200,0000
Especificação: Dosagem de transaminase glutâmico-pirúvica (TGP).					
25	15000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4800	R\$7.200,0000
Especificação: Dosagem de transferrina.					
26	480,00	Teste	Beckman Coulter	R\$7,2700	R\$3.489,6000
Especificação: Dosagem de triglicérides.					
27	25200,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4900	R\$12.348,0000
Especificação: Dosagem de uréia.					
28	11760,00	Teste	Beckman Coulter	R\$0,4900	R\$5.762,4000
Lote 2: Dosagem de potássio e sódio.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dosagem de Potássio.					
1	6000,00	Teste	DRAKE	R\$1,1500	R\$6.900,0000
Especificação: Dosagem de Sódio.					
2	4800,00	Teste	DRAKE	R\$1,1500	R\$5.520,0000
Especificação: Dosagem de Cálcio Ionizável					
3	1200,00	Teste	DRAKE	R\$1,1500	R\$1.380,0000
Lote 3: Imunologia e Hormônios.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH).					
1	21000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$3,3600	R\$70.560,0000
Especificação: Dosagem de tiroxina livre (T4 Livre).					
2	14000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$3,3700	R\$47.180,0000
Especificação: Dosagem de PSA Total.					
3	5000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$5,1300	R\$25.650,0000
Especificação: HBS Ag.					
4	4000,00	Teste	Beckman Coulter	R\$8,3400	R\$33.360,0000
Especificação: Toxoplasmose IgG.					
5	2600,00	Teste	Beckman Coulter	R\$7,2300	R\$18.798,0000
Especificação: Dosagem de Ferritina.					
6	2500,00	Teste	Beckman Coulter	R\$4,3800	R\$10.950,0000
Especificação: Toxoplasmose IgM.					

7	2500,00	Teste	Beckman Coulter	R\$10,1500	R\$25.375,0000
Especificação: Rubéola IgG.					
8	2300,00	Teste	Beckman Coulter	R\$8,8200	R\$20.286,0000
Especificação: Rubéola IgM.					
9	1800,00	Teste	Beckman Coulter	R\$13,5900	R\$24.462,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2016 – Pregão Presencial 49/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa J.R. EHLKE & CIA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa autorizada e especializada para a aquisição e fornecimento de kit's de reagentes para testes de: bioquímica, imunologia, hormônios, hemograma completo e coagulação; com cessão gratuita de equipamentos, com entrega sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA: 04/10/2016 à 03/10/2017.

Nome da Empresa: J.R. EHLKE & CIA. LTDA.				CNPJ: 76.730.076/0001-34	
Lote 4: Determinação de tempo.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP).					
1	2400,00	Teste		R\$4,3400	R\$10.416,0000
Especificação: Determinação de tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPA).					
2	2400,00	Teste		R\$3,9517	R\$9.484,0800
Lote 5: Hemograma					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Hemograma Completo com no mínimo 27 parâmetros e contagem diferencial de leucócitos em 5 partes.					
1	36000,00	Teste		R\$2,9722	R\$106.999,2000
Valor Total		(cento e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)			R\$126.899,28

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2016 – Pregão Presencial 53/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DELDUQUE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de divisórias, películas, cortinas, persianas, tapetes capachos, painel de gesso com instalação, para manutenção das Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria de Saúde.

DATA: 04/10/2016 à 03/10/2017.

Nome da Empresa: DELDUQUE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME				CNPJ: 07.082.650/0001-72	
Lote 1: Divisórias					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Divisória naval 35mm (Eucatex), com revestimento laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, instalada.					
1	200,00	M2	EUCATEX	R\$73,0000	R\$14.600,0000
Especificação: Porta divisória naval aço 35, laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, completa, instalada.					
2	25,00	UN	EUCATEX	R\$180,0000	R\$4.500,0000
Lote 2: Película					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Película de proteção G8 profissional, com colocação					
1	324,00	M2	Isulfilm/Imprimax	R\$39,8700	R\$12.917,8800
Especificação: Película de proteção, jateada, cor branco, com colocação.					
2	200,00	M2	Isulfilm/Imprimax	R\$40,0000	R\$8.000,0000
Lote 3: Cortina e Persiana					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X4,00 (alt.x larg).					
1	5,00	UN	Delduque	R\$230,0000	R\$1.150,0000
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,95 (alt.x larg)					
2	3,00	UN	Delduque	R\$230,0000	R\$690,0000
Especificação: Persiana vertical em tecido Soliel, cor sépia, composta por lâminas de 90mm, trilhos em alumínio com comando manual e instalação.					
3	100,00	M2	Delduque	R\$34,0000	R\$3.400,0000
Lote 4: Pannel de Gesso					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pannel de gesso acartonado, com 9,5 mm, sem pintura colocado.					
1	100,00	M2	Gypsum	R\$75,0000	R\$7.500,0000
Lote 5: Tapete					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tapete capacho pintado personalizado com duas cores, com espessura de mínimo 10mm, formato por filamentos de vinil entrelaçados e antiderrapantes.					
1	80,00	M2	Kapazi	R\$180,0000	R\$14.400,0000
Valor Total		(sessenta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos)			R\$67.157,88

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impenetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 94.894.169/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alivium 100mg/ml 20ml.					
8	60,00	CX	MANTECORP/HYPERMARCAS	R\$9,0000	R\$540,0000
Especificação: Arpadol 400mg, cx com 30 comp. Revestido.					
13	40,00	CX	APSEN	R\$43,9000	R\$1.756,0000
Especificação: Atensina 0,150 mg.					
14	1800,00	COMP	BOEHRINGER	R\$0,2760	R\$496,8000
Especificação: Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.					
19	70,00	CX	EMS	R\$45,0000	R\$3.150,0000
Especificação: Cloridrato de Fexofenadina 180 mg, caixa com 10 comp.					
32	50,00	CX	UNICHEN - C/10	R\$13,9000	R\$695,0000

Especificação: Cymbalta 60 mg, caixa com 28 comp.					
38	35,00	CX	ELILILLY	R\$150,6000	R\$5.271,0000
Especificação: Indapamida 1,5mg,comp. Liberação prolongada, cx com 30 comp.					
69	24,00	CX	PHARLAB	R\$9,3000	R\$223,2000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingua.					
75	100000,00	COMP	EMS	R\$0,3050	R\$30.500,0000
Especificação: Levonorgestrel 0,75mg, caixa com 2comprimidos					
81	2000,00	CX	EUROFARMA	R\$3,3900	R\$6.780,0000
Especificação: Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.					
90	90,00	CX	ACCORD	R\$337,3400	R\$30.360,6000
Especificação: Pregabalina 150mg c/28 comp.					
107	25,00	CX	MERCK	R\$54,7000	R\$1.367,5000
Especificação: Tadalafila 20mg					
123	200,00	COMP	HYPERMARCAS - BRAINF	R\$7,0000	R\$1.400,0000
Especificação: Trazodona 150mg cx com 30cp de liberação prolongada.					
125	24,00	CX	APSEN C/20	R\$47,6100	R\$1.142,6400
Especificação: Trazodona 50mg cx com 60 comp.					
126	20,00	CX	APSEN	R\$47,6100	R\$952,2000
Valor Total		(oitenta e quatro mil, seiscientos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)			R\$84.634,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alendronato de sódio 70 mg,					
7	30000,00	COMP	ELOFAR	R\$0,2540	R\$7.620,0000
Especificação: Cetoconazol xampu 20mg/g frasco 100ml					
27	5000,00	FRS	NATIVITA	R\$3,9600	R\$19.800,0000
Especificação: Dipirona 500 mg/ml solução injetável ampola 2ml.					
44	15000,00	AMP	SANTISA	R\$0,3200	R\$4.800,0000
Especificação: Losartana potássica 50mg					
85	2300000,00	COMP	PRATI	R\$0,0340	R\$78.200,0000
Especificação: Nortriptilina 25mg					
101	300000,00	COMP	RANBAXY	R\$0,2800	R\$84.000,0000
Especificação: Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses					
115	50000,00	FRS	GLENMARCK	R\$6,2000	R\$310.000,0000
Valor Total		(quinhentos e quatro mil e quatrocentos e vinte reais)			R\$504.420,00



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 05.782.733/0001-49
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg					
11	200000,00	COMP	GLAXO	R\$0,5300	R\$106.000,0000
Especificação: Galvus met 50/1000mg, caixa com 56 comp.					
58	120,00	CX	GALVUS MET/NOVARTIS	R\$133,2300	R\$15.987,6000
Especificação: Seretide diskus 50+250 mcg, frs. c/ 60 doses					
117	50,00	FRS	GLAXO	R\$76,1000	R\$3.805,0000
Valor Total					(cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos) R\$125.792,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICAS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEÚTICAS LTDA.					CNPJ: 44.734.671/0001-51
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetato de retinol 10.000 UI/g +aminoácidos 25 mg/g+metionina 5 mg/g +cloranfenicol 5 mg/g, pomada oftálmica estéril, bisnaga 3,5gramas.					
1	100,00	BN	CRISTÁLIA	R\$6,4500	R\$645,0000
Especificação: Cetamina cloridrato, 50mg/mL- solução injetável ampolas 2mL.					
26	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$11,8400	R\$5.920,0000
Especificação: Clonazepan 2,5mg frasco 20ml					
31	100,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$5,9000	R\$590,0000
Especificação: Etomidato, 2mg/mL, solução injetável, ampola 10mL					
54	300,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$7,1500	R\$2.145,0000
Especificação: Fibrase pomada 10g					
55	100,00	TB	CRISTÁLIA	R\$15,5600	R\$1.556,0000
Especificação: Haloperidol 5mg					
64	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,0699	R\$13.980,0000
Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml					
65	2000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$4,1300	R\$8.260,0000
Especificação: Vitamina K 10mg/ml, ampolas de 1 ml					
135	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$0,9400	R\$188,0000
Valor Total					(trinta e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais) R\$33.284,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.					CNPJ: 04.071.245/0001-60
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Escitalopram 20mg/ml frasco 15ml					
51	50,00	FRS	EUROFARMA CARTUCHO C/ 1 FRASCO 15ML	R\$42,0000	R\$2.100,0000
Valor Total		(dois mil e cem reais)			R\$2.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 5mg					
2	500000,00	COMP	NATULAB	R\$0,0399	R\$19.950,0000
Especificação: Cinarizina 75mg					
28	100000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,1060	R\$10.600,0000
Especificação: Diosmina 450 + hesperidina 50mg, caixa com 30 comprimido.					
43	60,00	CX	HYPERMARCAS	R\$10,8000	R\$648,0000
Especificação: Glicose 25% 10ml					
61	2000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Glicose 50%, ampolas de 10ml.					
62	2000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2160	R\$432,0000
Especificação: Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comp.					
63	30,00	CX	HYPERMARCAS	R\$9,4500	R\$283,5000
Especificação: Lactulose 120ml					
77	120,00	FRS	NATULAB	R\$6,9400	R\$832,8000
Especificação: Metformina 850mg					
88	1600000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0459	R\$73.440,0000
Especificação: Metronidazol 250mg					
89	150000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,0990	R\$14.850,0000
Especificação: Nifedipino 10mg					
100	200000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,0273	R\$5.460,0000
Especificação: Sulfadiazina 500mg					

122	10000,00	COMP	SOBRAL	R\$0,1530	R\$1.530,0000
Especificação: Vitamina B1 300 mg					
133	20000,00	COMP	NATULAB	R\$0,1240	R\$2.480,0000
Especificação: Vitamina C 1000mg c/10cp efervescentes					
134	80,00	CX	VITAMED	R\$4,9000	R\$392,0000
Valor Total		(cento e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e trinta centavos)			R\$131.318,30

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 09.944.371/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água destilada 10 ml injetável					
6	24000,00	AMP	EQUIPLEX	R\$0,1230	R\$2.952,0000
Especificação: Cloridato de Ondansetrona 2 mg, injetável, amp. c/ 2 ml					
33	10000,00	AMP	HALEX	R\$0,5900	R\$5.900,0000
Especificação: Mononitrato de isossorbida 10mg/ml, ampolas de 1 ml					
99	1000,00	AMP	BIOLAB	R\$1,9200	R\$1.920,0000
Especificação: Succinil colin 100mg injetável					
121	200,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,9400	R\$1.788,0000
Valor Total		(doze mil e quinhentos e sessenta reais)			R\$12.560,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 03.652.030/0001-70	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Medroxiprogesterona, acetato 10 mg					
87	2000,00	COMP	EMS	R\$0,9700	R\$1.940,0000
Especificação: Perimtrina 50 mg (5%) loção, frasco com 60 ml.					
104	15000,00	TB	IFAL	R\$2,1500	R\$32.250,0000
Especificação: Pregabalina 75mg c/28 comp.					
108	80,00	CX	MEDLEY	R\$30,6000	R\$2.448,0000
Valor Total		(trinta e seis mil e seiscentos e trinta e oito reais)			R\$36.638,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					CNPJ: 05.531.725/0001-20
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxicilina 500mg					
10	320000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1350	R\$43.200,0000
Especificação: Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml					
17	1000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,6300	R\$630,0000
Especificação: Captopril 25 mg.					
21	2300000,00	COMP	SANVAL	R\$0,0120	R\$27.600,0000
Especificação: Complexo B injetável, ampolas de 2 ml					
35	2000,00	AMP	HYPOFARMA	R\$0,7140	R\$1.428,0000
Especificação: Digoxina elixir, frasco com 60 ml					
41	400,00	FRS	PRATI-DONADUZZI	R\$6,3000	R\$2.520,0000
Especificação: Isoflurano 100%, 100ml					
74	120,00	FRS	BIOCHIMICO	R\$31,9000	R\$3.828,0000
Especificação: Lidocaína 20mg + epinefrina 0,005mg ampola com 20ml					
82	10000,00	TB	HYPOFARMA	R\$3,1500	R\$31.500,0000
Especificação: Lidocaína geléia 20mg/g tubo 30g					
83	20000,00	TB	HIPOLABOR	R\$1,6000	R\$32.000,0000
Valor Total					(cento e quarenta e dois mil e setecentos e seis reais) R\$142.706,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA					CNPJ: 67.729.178/0004-91
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acido fólico 15 mg					
3	5000,00	COMP	HIPOLABOR FOLINAC	R\$0,9000	R\$4.500,0000
Especificação: Amiodarona 200mg					
9	120000,00	COMP	GEOLAB AMIORON	R\$0,2550	R\$30.600,0000
Especificação: Ciprofloxacino 2mg/mL solução injetável, frasco 200mL.					
29	100,00	AMP	ISOFARMA CIPROBACTER	R\$33,5000	R\$3.350,0000
Especificação: Furosemida 40mg.					
57	900000,00	COMP	HIPOLABOR FUROSEMIDA	R\$0,0240	R\$21.600,0000

Especificação: Gliconato de cálcio 100mg/ml, frascos de 10 ml, injetável					
59	500,00	FRS	HALEX ISTAR GLICONATO DE CALCIO	R\$1,8000	R\$900,0000
Especificação: Hidralazina 50 mg					
66	10000,00	COMP	NOVARTIS APRESOLINA	R\$0,3900	R\$3.900,0000
Especificação: Ibuprofeno 300 mg					
68	6000000,00	COMP	MULTILAB BUPROVIL	R\$0,0740	R\$444.000,0000
Especificação: Latanoprost + maleato de timolol 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
79	70,00	FRS	GEOLAB LATANOPROSTA	R\$19,0000	R\$1.330,0000
Especificação: Latanoprost 50mcg sol. Oftálmica 2,5ml					
80	40,00	FRS	GEOLAB LATANOPROSTA	R\$18,9000	R\$756,0000
Especificação: Manitol 20%, solução injetável, sistema fechado, bolsa com 250mL					
86	300,00	FRS	SANOBIOL SORO MANITOL 20%	R\$4,2500	R\$1.275,0000
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, com 80gr e 10 aplicadores.					
91	50000,00	TB	PRATI-DONADUZZI MICONAZOL	R\$4,6000	R\$230.000,0000
Especificação: Miconazol creme dermatológico (20mg/g) tubo com 28g					
92	20000,00	TB	HIPOLABOR MICONAZOL	R\$1,1800	R\$23.600,0000
Especificação: Propofol 10mg/ml, frasco de 20 ml					
111	5000,00	FRS	CLARIS PROVIDE	R\$4,8900	R\$24.450,0000
Valor Total		(setecentos e noventa mil e duzentos e sessenta e um reais)			R\$790.261,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD, HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carbamazepina xarope 20mg/ml					
22	3000,00	FRS	UNIÃO QUÍMICA GENERICO	R\$4,7600	R\$14.280,0000
Valor Total		(quatorze mil e duzentos e oitenta reais)			R\$14.280,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 09.192.829/0001-08	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 25 mg					
23	6000,00	COMP	Karvil / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1700	R\$1.020,0000

Especificação: Carvedilol 12,5mg.

24	800000,00	COMP	Karvil / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1100	R\$88.000,0000
----	-----------	------	-----------------------------------	-----------	----------------

Especificação: Lamotrigina 25mg

78	2000,00	COMP	LAMITOR / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1900	R\$380,0000
----	---------	------	------------------------------------	-----------	-------------

Especificação: Torval CR 500mg, caixa com 30 comp.

124	60,00	CX	TORVAL CR/TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$15,0000	R\$900,0000
-----	-------	----	------------------------------------	------------	-------------

Valor Total	(noventa mil e trezentos reais)				R\$90.300,00
-------------	---------------------------------	--	--	--	--------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 12.889.035/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido valpróico 50 mg/ml, frasco com 100 ml					
5	8000,00	FRS	TEUTO TEUTO	R\$2,0830	R\$16.664,0000
Especificação: Betaistina 16 mg caixa com 30 comp.					
15	30,00	CX	EUROFARMA EUROFARMA	R\$6,3000	R\$189,0000
Especificação: Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml					
39	3000,00	AMP	ATIVUS / ARESE DEXADOR	R\$7,3900	R\$22.170,0000
Especificação: Duloxetine 60mg cx com 30cp de liberação prolongada					
46	70,00	CX	EMS/GERMED CYMBI	R\$89,1000	R\$6.237,0000
Especificação: PAROXETINA 20 MG, CX C/ 30 COMP.					
103	60,00	CX	ZYDUS ZYDUS	R\$5,4000	R\$324,0000
Especificação: Venalot, caixa com 30 comprimidos					
130	160,00	CX	CIFARMA VARICOSS	R\$4,5000	R\$720,0000
Valor Total	(quarenta e seis mil e trezentos e quatro reais)				R\$46.304,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP				CNPJ: 23.240.000/0001-64	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Insulina Novorapid, caixa com 5 refs com 3mL penfill					
73	20,00	CX	NOVO NORDISK NOVORAPID	R\$134,8200	R\$2.696,4000
Valor Total	(dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)				R\$2.696,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º89/2016

Pregão Presencial 26/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 27/06/2016 a 26/06/2016.

Nome da Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME					CNPJ: 04.989.294/0001-87
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. c/ até 25 gr.					
26	150,00	FRS	CAITHEC	R\$8,1200	R\$1.218,0000
Especificação: Cureta dupla de lucas nº 85					
41	10,00	UN	LM	R\$6,8700	R\$68,7000
Especificação: Cureta dupla de lucas nº 86					
42	10,00	UN	LM	R\$6,8700	R\$68,7000
Especificação: Cureta dupla de Lucas nº 87					
43	10,00	UN	LM	R\$6,8700	R\$68,7000
Especificação: Cureta para dentina nº 17					
44	20,00	UN	LM	R\$4,9200	R\$98,4000
Especificação: Cureta para dentina nº 18					
45	20,00	UN	LM	R\$4,9200	R\$98,4000
Especificação: Cureta para dentina nº 5					
46	20,00	UN	LM	R\$4,9200	R\$98,4000
Especificação: Cureta perio inox 11/12					
49	30,00	UN	LM	R\$5,8700	R\$176,1000
Especificação: Cureta perio 13/14					
50	30,00	UN	LM	R\$5,8700	R\$176,1000
Especificação: Cureta perio inox 5/6					
51	30,00	UN	LM	R\$5,8700	R\$176,1000
Especificação: Cureta perio inox 7/8					
52	30,00	UN	LM	R\$5,8700	R\$176,1000
Especificação: Espátula em inox nº 36					
57	20,00	UN	LM	R\$6,5000	R\$130,0000
Especificação: Espátula em inox nº 70					
58	15,00	UN	LM	R\$6,5000	R\$97,5000
Especificação: Espátula em inox para resina nº. 01					
59	80,00	UN	LM	R\$6,5000	R\$520,0000
Especificação: Espátula em inox nº 07					
60	10,00	UN	LM	R\$6,5000	R\$65,0000
Especificação: Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti frutti, frasco com 200 ml.					
62	150,00	FRS	IODONTOSUL	R\$3,1900	R\$478,5000
Especificação: Forceps inox nº 69 - adulto					
63	15,00	UN	GOLGRAN	R\$55,0000	R\$825,0000
Especificação: Formocresol frasco com 10ml					
64	60,00	FRS	IODONTOSUL	R\$4,2000	R\$252,0000
Especificação: Gengivótomos de Orban 1/2, em aço inox					
65	2,00	UN	LM	R\$9,7000	R\$19,4000
Especificação: Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.					
67	150,00	FRS	ASFER	R\$4,7000	R\$705,0000
Especificação: Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção, cx com 50 unidades.					
74	20,00	CX	SDI	R\$79,6000	R\$1.592,0000
Especificação: Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção, caixa com 50 unidades.					
75	20,00	CX	SDI	R\$115,0000	R\$2.300,0000
Especificação: Mascara odontológica descartável atóxica, hipo alérgica, filtro antibacteriano, com elástico, cor branca, caixa com 50 unidades.					
77	800,00	CX	DESCARPACK	R\$6,4000	R\$5.120,0000
Especificação: Otosporin frasco com 10 ml					
78	50,00	FRS	FQM	R\$12,7000	R\$635,0000
Especificação: Papel p/ impressão oclusal, dupla face, com cores diferentes em cada face, livreto com 12 folhas, com comprimento de 10 cm e com espessura máxima de 28 unid.					

79	200,00	UN	IODONTOSUL	R\$2,0000	R\$400,0000
Especificação: Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.					
80	20,00	POTE	IODONTOSUL	R\$12,9000	R\$258,0000
Especificação: Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos					
81	40,00	UN	IODONTOSUL	R\$9,9000	R\$396,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte					
101	100,00	UN	HERCULITE	R\$31,7600	R\$3.176,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor a 3,5 dentina					
102	100,00	UN	HERCULITE	R\$31,7600	R\$3.176,0000
Especificação: Tira de poliéster transparente, pacote fechado com 50 unidades					
107	100,00	PCT	QUIMIDROL	R\$1,0300	R\$103,0000
Valor Total	(vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e dez centavos)				R\$22.672,10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º90/2016

Pregão Presencial 26/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa DENTARIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 27/06/2016 a 26/06/2016.

Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA				CNPJ: 91.083.212/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anestésico injetável mepivacaina 2% com vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.					
6	150,00	CX	MEPIVALEN AD DENTSPLY	R\$62,5900	R\$9.388,5000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02, para peça reta.					
7	100,00	UN	JOTA QUIMIDTOL	R\$8,8000	R\$880,0000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04, para peça reta.					
8	100,00	UN	JOTA QUIMIDROL	R\$8,8000	R\$880,0000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06, para peça reta.					
9	100,00	UN	JOTA QUIMIDROL	R\$8,8000	R\$880,0000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08, para peça reta.					
10	100,00	UN	JOTA QUIMIDROL	R\$8,8000	R\$880,0000
Especificação: Broca de alta rotação 3080					
11	150,00	UN	FAVA	R\$2,0000	R\$300,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 08					
23	600,00	UN	MEDIN	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca em tungstênio para peça reta, formato de pêra.					
24	3,00	UN	KG SORENSEN	R\$71,0000	R\$213,0000
Especificação: Cone de gutha percha principal nº15, caixa com 120 unidades.					
27	80,00	CX	TANARI	R\$21,0000	R\$1.680,0000
Especificação: Cone de gutha percha principal nº 20, caixa com 120 unidades.					
28	80,00	CX	TANARI	R\$21,0000	R\$1.680,0000
Especificação: Cone de gutha percha principal nº 25, caixa com 120 unidades.					
29	80,00	CX	TANARI	R\$21,0000	R\$1.680,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 15, caixa com 120 unidades.					
30	80,00	CX	TANARI	R\$20,5000	R\$1.640,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 20, caixa com 120 unidades.					
31	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 25, caixa com 120 unidades.					
32	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 30, caixa com 120 unidades.					
33	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 35, caixa com 120 unidades.					
34	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 40, caixa com 120 unidades.					
35	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 45, caixa com 120 unidades.					
36	80,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$1.440,0000

Especificação: Cone de papel absorvente nº 50, caixa com 120 unidades.					
37	50,00	CX	TANARI	R\$20,5000	R\$1.025,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 55, caixa com 120 unidades.					
38	50,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$900,0000
Especificação: Cone de papel absorvente nº 60, caixa com 120 unidades.					
39	50,00	CX	INJECTA	R\$18,0000	R\$900,0000
Especificação: Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, caixa com 100 unidades.					
40	150,00	CX	PHARMAINOX	R\$15,0000	R\$2.250,0000
Especificação: Cureta perio 33					
47	30,00	UN	LM	R\$7,8700	R\$236,1000
Especificação: Cureta perio 34					
48	30,00	UN	LM	R\$7,8700	R\$236,1000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 13, cx com 100 unidades.					
71	10,00	CX	SOLIDOR	R\$27,0000	R\$270,0000
Especificação: Lençol de borracha, caixa com 26 unidades					
73	20,00	CX	MADEITEX	R\$14,0000	R\$280,0000
Especificação: Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster, caixa com 50 unidades.					
76	200,00	CX	PREVEN	R\$5,9000	R\$1.180,0000
Valor Total				(trinta e oito mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta centavos)	
				R\$38.238,70	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º91/2016

Pregão Presencial 26/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI ME.

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 27/06/2016 a 26/06/2016.

Nome da Empresa: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES - EIRELI - ME				CNPJ: 21.504.525/0001-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido fosfórico a 37% em gel, seringa com 2,5 ml.					
1	250,00	UN	ATAKTEC/CAITHEC	R\$1,7800	R\$445,0000
Especificação: Afastador de retalho , em aço inox, medindo aproximadamente 14cm (tipo minnesota)					
2	20,00	UN	GOLGRAN	R\$11,0000	R\$220,0000
Especificação: Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades					
3	200,00	CX	INJEX	R\$22,0000	R\$4.400,0000
Especificação: Agulha gengival descartável longa para carpule, caixa com 100 unidades					
4	100,00	CX	INJEX	R\$22,0000	R\$2.200,0000
Especificação: Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.					
5	120,00	FRS	BENZOTOP/DFL	R\$5,0000	R\$600,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº 1/2.					
12	500,00	UN	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$6,4000	R\$3.200,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 2.					
13	500,00	UN	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$6,4000	R\$3.200,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 4.					
14	500,00	UN	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$6,4000	R\$3.200,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 6.					
15	500,00	UN	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$6,4000	R\$3.200,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 8.					
16	400,00	UN	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$6,4000	R\$2.560,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 01					
17	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 02					
18	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 03					
19	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 04					

20	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 05					
21	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 06					
22	600,00	UN	JOTA/QUIMIDROL	R\$3,7000	R\$2.220,0000
Especificação: Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.					
25	50,00	PCT	DALLAS	R\$5,9000	R\$295,0000
Especificação: Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF -LEX, caixa com 50 unidades.					
53	50,00	CX	TDV	R\$27,0000	R\$1.350,0000
Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor branca.					
54	3000,00	UN	MICRODONT	R\$0,9500	R\$2.850,0000
Especificação: Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.					
55	30000,00	UN	MEDFIO	R\$0,4700	R\$14.100,0000
Especificação: Escova dental infantil com 25 a 32 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.					
56	20000,00	UN	FLOPPY/MEDFIO	R\$0,4300	R\$8.600,0000
Especificação: Eucaliptol, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.					
61	6,00	FRS	BIODINAMICA	R\$6,5000	R\$39,0000
Especificação: Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 1 tubo de pasta catalizadora 11 gr, 01 tubo de pasta base 13 gr e 01 bloco de mistura.					
66	40,00	UN	HYDCAL/TECHNEW	R\$12,5000	R\$500,0000
Especificação: Ionomero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.					
68	300,00	EMB	MAXXION R/FGM	R\$13,9000	R\$4.170,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 100 unidades.					
69	10,00	CX	Solidor / Lamedid	R\$22,0000	R\$220,0000
Especificação: Lamina para bisturi nº. 12, caixa com 100 unidades.					
70	10,00	CX	Solidor / Lamedid	R\$22,0000	R\$220,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 100 unidades.					
72	30,00	CX	Solidor / Lamedid	R\$22,0000	R\$660,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
82	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$320,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
83	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
84	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
85	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
86	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
87	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
88	600,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.920,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
89	400,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.280,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
90	500,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$1.600,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
91	300,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$960,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
92	300,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$960,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					

93	300,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$960,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
94	200,00	UN	MICRODONT	R\$3,2000	R\$640,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2016 – Pregão Presencial 30/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROBERTA BELEM DA CRUZ ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua retirada até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênicas sanitárias adequadas (recolhimento, entrega e processamento, lavagem, passagem e reparo de peças avariadas) de roupas hospitalares, para suprir as necessidades da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: ROBERTA BELEM DA CRUZ ME				CNPJ: 09.653.855/0001-96	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua retirada até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênicas sanitárias adequadas (recolhimento, entrega e processamento, lavagem, passagem e reparo de peças avariadas) de roupas hospitalares, para suprir as necessidades da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro					
1	7200,00	Kg/Mes		R\$14,8500	R\$106.920,0000
Valor Total		(cento e seis mil e novecentos e vinte reais)			R\$106.920,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2016 – Pregão Presencial 32/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CARLA CRISTINA MARCILINO ME. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: CARLA CRISTINA MARCILINO ME				CNPJ: 03.782.734/0001-68	
Lote 1: Materiais hidráulicos e outros					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: AREIA MEDIA					
1	10,00	M3	ABARDÃO	R\$51,0300	R\$510,3000
Especificação: Argamassa 30 kilos, para reboco.					
2	50,00	SC	ARCAL	R\$3,3800	R\$169,0000
Especificação: Argamassa cimentcola externo AclI, pacote com 20 kilos.					
3	40,00	SC	CERAMIFIX	R\$11,8900	R\$475,6000
Especificação: Assento plástico para vaso sanitário, com base e tampa de plástico soprado - utilizado para fixação na do vaso, parafusos e borboletas em material plástico, conforme NBR					
4	60,00	UN	DURIN	R\$9,3200	R\$559,2000
Especificação: Bóia para caixa d'água ½					
5	5,00	PÇ	KRONA	R\$5,2400	R\$26,2000
Especificação: Bóia para caixa d'água ¾					
6	5,00	PÇ	KRONA	R\$5,2500	R\$26,2500
Especificação: Brita nº 1					
7	20,00	M3	SANTA BARBARA	R\$59,1000	R\$1.182,0000

Especificação: Bucha 8, com parafuso, compatível, philips.					
8	100,00	PÇ	CISER	R\$0,3400	R\$34,0000
Especificação: Bucha 10, com parafuso, compatível, philips.					
9	100,00	PÇ	CISER	R\$0,2500	R\$25,0000
Especificação: Bucha 6, com parafuso, compatível, philips.					
10	200,00	PÇ	CISER	R\$0,2000	R\$40,0000
Especificação: Bucha com parafuso sextavado 10mm, para lavatório					
11	100,00	PÇ	LINDA	R\$3,5000	R\$350,0000
Especificação: Cadeado 30 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado.					
12	15,00	PÇ	STAN	R\$9,2100	R\$138,1500
Especificação: Cadeados de 35 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado.					
13	15,00	PÇ	STAN	R\$10,6700	R\$160,0500
Especificação: Cadeados de 40 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas Chaves em latão cromado					
14	15,00	PÇ	STAN	R\$12,1900	R\$182,8500
Especificação: Caixa de descarga completa, plástico resistente					
15	5,00	PÇ	ASTRA	R\$18,7200	R\$93,6000
Especificação: Cano de PVC para esgoto - 50mm, barra 6 metros					
16	10,00	BR	KRONA	R\$22,7000	R\$227,0000
Especificação: Chapa de MDF 2 faces 183X273X25MM					
17	30,00	UN	FORMATEC	R\$236,0000	R\$7.080,0000
Especificação: Cilindro em inox, para linha 803 para fechaduras da marca stam, acompanhado com duas chaves iguais e o parafuso de fixação					
18	20,00	UN	SATM	R\$14,8900	R\$297,8000
Especificação: Cimento saco com 50 kg					
19	20,00	SACA	VOTORAN	R\$31,4000	R\$628,0000
Especificação: Cola adesiva pvc para conexões hidráulicas, apresentação pote de 175g, tipo colagem rápida, com pincel aplicador					
20	10,00	POTE	KRONA	R\$8,1500	R\$81,5000
Especificação: Corrente galvanizada, tamanho 6mm					
21	30,00	M	CISER	R\$13,0000	R\$390,0000
Especificação: Desengripante lubrificante multiuso spray 300 ml					
22	5,00	UN	LUB	R\$8,0000	R\$40,0000
Especificação: Dobradiça 3 1/2" cartela com 3 unidades					
23	10,00	PÇ	FERCA	R\$10,0000	R\$100,0000
Especificação: Fechadura com maçaneta para porta de alumínio e/ou ferro					
24	5,00	UN	STAN	R\$40,0000	R\$200,0000
Especificação: Fechadura externa completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta metal, testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves					
25	20,00	UN	STAN	R\$34,0000	R\$680,0000
Especificação: Fechadura interna completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta metal, testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves					
26	40,00	UN	STAN	R\$25,0000	R\$1.000,0000
Especificação: Fechadura de gaveta 301, 22mm niquelada					
27	30,00	UN	STAN	R\$10,0000	R\$300,0000

Especificação: Flexível para água, branco, baixa pressão 1/2", 40cm.					
28	30,00	UN	KRONA	R\$4,0000	R\$120,0000
Especificação: Fita veda rosca, 18mmX25m					
29	20,00	RL	KRONA	R\$5,0000	R\$100,0000
Especificação: Joelho 25, soldável					
30	50,00	PÇ	KRONA	R\$0,3600	R\$18,0000
Especificação: Joelho 25, soldável 25 1/2 com rosca					
31	40,00	PÇ	KRONA	R\$2,3000	R\$92,0000
Especificação: Joelho de PVC de 40mm para esgoto					
32	40,00	PÇ	KRONA	R\$0,5500	R\$22,0000
Especificação: Joelho de PVC, 50mm para esgoto					
33	20,00	PÇ	KRONA	R\$1,0000	R\$20,0000
Especificação: Lavatório com coluna para banheiro em porcelana na cor branca.					
34	8,00	CJ	ICASA	R\$70,0000	R\$560,0000
Especificação: Kits bucha 8mm, com parafuso cabeça chata, phillips.					
35	360,00	KIT	CISER	R\$0,6000	R\$216,0000
Especificação: Lixa de grão 80, alvenaria.					
36	150,00	FL	ATLAS	R\$0,7000	R\$105,0000
Especificação: Lixa de grão 120, alvenaria					
37	150,00	FL	ATLAS	R\$0,7000	R\$105,0000
Especificação: Luva de correr de 25mm soldável					
38	20,00	PÇ	KRONA	R\$5,0000	R\$100,0000
Especificação: Luva 25, roscável - 3/4					
39	20,00	PÇ	KRONA	R\$1,0000	R\$20,0000
Especificação: Luva de correr de 25mm					
40	15,00	PÇ	KRONA	R\$6,0000	R\$90,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2016 – Pregão Presencial 32/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP				CNPJ: 20.883.143/0001-04	
Lote 4: Materiais para Pintura					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pincel 1 ½					
1	20,00	UN	ROMA	R\$2,2400	R\$44,8000
Especificação: Pincel 1/2					
2	20,00	UN	ROMA	R\$1,1300	R\$22,6000



Especificação: Pincel 1"					
3	20,00	UN	ROMA	R\$1,3700	R\$27,4000
Especificação: Pincel 2 ½"					
4	20,00	UN	ROMA	R\$3,6000	R\$72,0000
Especificação: Pincel 2"					
5	20,00	UN	ROMA	R\$2,8000	R\$56,0000
Especificação: Pincel 3/4					
6	20,00	UN	ROMA	R\$1,4111	R\$28,2220
Especificação: Rolo de espuma 9 cm, com cabo					
7	5,00	UN	ROMA Ranger XL 2.3 16v 137cv 4x2 CS Repower.	R\$2,2400	R\$11,2000
Especificação: Rolo de Lã 09 cm					
8	20,00	UN	ROMA	R\$3,6400	R\$72,8000
Especificação: Rolo de Lã de carneiro 23 cm.					
9	20,00	UN	ATLAS	R\$8,1900	R\$163,8000
Especificação: Garfo para rolo de 23 cm.					
10	5,00	UN	ROMA	R\$3,0100	R\$15,0500
Especificação: Rolo de lã sintética, anti gotas, 23 cm					
11	20,00	UN	ATLAS	R\$6,6400	R\$132,8000
Especificação: Selador tinta predial, aspecto físico líquido, método aplicação rolo/pincel, aplicação superfícies porosas reboco/concreto/fibrocimento, tipo acrílico, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros					
12	5,00	LATA	Alessi	R\$42,2976	R\$211,4880
Especificação: Solvente lata 900 ml					
13	5,00	LATA	Inkoor	R\$6,7400	R\$33,7000
Especificação: Thiner lata 900 ml					
14	10,00	LATA	FERMAR	R\$8,1300	R\$81,3000
Especificação: Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor azul campeão (ou tom de azul a ser escolhido), aplicação pintura predial, tipo acabamento fosco, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros.					
15	15,00	LATA	Alessi	R\$151,0000	R\$2.265,0000
Especificação: Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor branco neve, aplicação pintura predial, tipo acabamento fosco, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros.					
16	20,00	LATA	Alessi	R\$151,0000	R\$3.020,0000
Especificação: Tinta esmalte sintético secagem rápida na cor branco gelo galão 3,6 litros.					
17	20,00	GL	Alessi	R\$44,0500	R\$881,0000
Especificação: Tinta esmalte sintético brilho, secagem rápida na cor azul (a escolher) galão 3,6 litros.					
18	3,00	GL	Alessi	R\$44,0600	R\$132,1800
Especificação: Tinta epóxi à base d'água, resistente e durável, de secagem rápida, com acabamento brilhante, especialmente para aplicação em pisos, vidros, metais e azulejos em banheiros, cozinhas, lavanderias e outras, galão com 3,6 litros.					
19	10,00	GL	SUVINIL	R\$162,7300	R\$1.627,3000
Especificação: Fundo preparador madeira, branco (para tinta esmalte sintético, galão 3,6 litros.					
20	2,00	GL	Alessi	R\$40,6800	R\$81,3600
Valor Total		(oito mil e novecentos e oitenta reais)			R\$8.980,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2016 – Pregão Presencial 32/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEZIANE CUNHA FURLAN. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: GEZIANE CUNHA FURLAN				CNPJ: 09.383.413/0001-77	
Lote 2: Materiais elétricos.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bocal tipo plafon, corpo e difusor fabricados em plástico de alta qualidade, medindo 1 x 4 x 14 cm, soquete E-27 cerâmico, cor branca.					
1	30,00	UN	Olivo	R\$2,3300	R\$69,9000
Especificação: Caixa de sobrepor branca 4X2.					
2	40,00	UN	Bet	R\$2,3300	R\$93,2000
Especificação: Canaleta com 4 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros					
3	20,00	PÇ	MULTITOC	R\$9,7500	R\$195,0000
Especificação: Canaleta com 2 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros					
4	100,00	PÇ	MULTITOC	R\$2,3000	R\$230,0000
Especificação: Capacitor de 35 uf x 440 wats					
5	50,00	PÇ	Lukma	R\$19,0300	R\$951,5000
Especificação: Disjuntor de 25 amperes, monofásico					
6	10,00	PÇ	Lukma	R\$6,0000	R\$60,0000
Especificação: Disjuntor de 30 amperes, monofásico					
7	10,00	UN	Lukma	R\$6,1000	R\$61,0000
Especificação: Disjuntor de 40 amperes, monofásico					
8	10,00	UN	Lukma	R\$6,4150	R\$64,1500
Especificação: Disjuntor trifásico 100 amperes.					
9	5,00	UN	Lukma	R\$300,0000	R\$1.500,0000
Especificação: Disjuntor trifasico 50 amperes					
10	10,00	UN	Lukma	R\$33,0900	R\$330,9000
Especificação: Fio flexível 4,0mm, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
11	10,00	RL	PREMIUM	R\$100,8000	R\$1.008,0000
Especificação: Fio flexível 1,5mm, anti chama, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
12	10,00	RL	PREMIUM	R\$43,8300	R\$438,3000
Especificação: Fio flexível 2,5mm, anti chama, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
13	10,00	RL	PREMIUM	R\$60,8200	R\$608,2000
Especificação: Fio flexível 6,0mm, antichama, rolo com 100 metros, CERTIFICADO INMETRO.					
14	10,00	RL	PREMIUM	R\$161,1000	R\$1.611,0000
Especificação: Fio flexível 8,0mm antichama, rolo com 100 metros, CERTIFICADO INMETRO.					
15	5,00	RL	PREMIUM	R\$273,3800	R\$1.366,9000
Especificação: Fita Isolante Anti Chama 20 m (1ª Linha)					
16	30,00	RL	AVANT	R\$3,4000	R\$102,0000

Especificação: Interruptor 1 sessão, simples, embutir, na cor branco					
17	30,00	PÇ	RADIAL	R\$2,2400	R\$67,2000
Especificação: Interruptor 2 sessões, simples, embutir, na cor branco					
18	20,00	PÇ	RADIAL	R\$4,0000	R\$80,0000
Especificação: Interruptor 3 sessões, simples, embutir, na cor branco					
19	20,00	PÇ	RADIAL	R\$5,5500	R\$111,0000
Especificação: Plug macho 02 pinos, 10 a 3 pinos					
20	10,00	PÇ	RADIAL	R\$1,9400	R\$19,4000
Especificação: Plug fêmea, 10 a					
21	10,00	PÇ	RADIAL	R\$2,4300	R\$24,3000
Especificação: Luminária de emergência 30 Leds, bivolt, aproximadamente com potência de 2,3 watts com dimensões aprox. 60 x 47,5 x 242 mm (L x A x C)					
22	30,00	UN	AIHA	R\$23,3300	R\$699,9000
Especificação: Relê fotocélula, elétrico, voltagem 220 ou bivolts, com base					
23	15,00	UN	NSK	R\$12,5900	R\$188,8500
Especificação: Soquete p/lâmpada fluorescente, partida rápida					
24	10,00	PAR	LUMIBRAS	R\$1,2200	R\$12,2000
Especificação: Tomada interna 2p+t, embutir					
25	50,00	PÇ	RADIAL	R\$2,9200	R\$146,0000
Especificação: Tomada 2 polos + terra 10A/250V, conjunto, embutir					
26	50,00	CJ	RADIAL	R\$2,9100	R\$145,5000
Especificação: Tomada interna 2p+t, sobrepor, dupla					
27	50,00	PÇ	RADIAL	R\$5,2600	R\$263,0000
Especificação: Tomada 2 polos + terra 10A/250V, conjunto, sobrepor					
28	50,00	PÇ	RADIAL	R\$4,0900	R\$204,5000
Especificação: Interruptor 1 sessão, simples, cor branco, embutir					
29	40,00	PÇ	RADIAL	R\$2,8200	R\$112,8000
Especificação: Interruptor 2 sessões, simples, cor branco, sobrepor.					
30	40,00	PÇ	RADIAL	R\$4,2800	R\$171,2000
Especificação: Interruptor 3 sessões, simples, cor branco, sobrepor.					
31	40,00	PÇ	RADIAL	R\$5,8400	R\$233,6000
Especificação: Lâmpada de led tubular 8W (20w), branca.					
32	200,00	UN	Glight	R\$15,5200	R\$3.104,0000
Especificação: Lâmpada de led tubular 16W (40w), branca.					
33	400,00	UN	Glight	R\$19,5100	R\$7.804,0000
Especificação: Lâmpada led 6W/40 W, CERTIFICADO INMETRO					
34	100,00	UN	Glight	R\$9,0300	R\$903,0000
Especificação: Lâmpada led 9W/60 W, CERTIFICADO INMETRO.					
35	100,00	UN	Glight	R\$10,6400	R\$1.064,0000
Especificação: Lâmpada fluorescente econômica de 40 W, CERTIFICADO INMETRO					
36	200,00	UN	Glight	R\$24,6000	R\$4.920,0000

Especificação: Lâmpada compacta, econômica de 25 W, CERTIFICADO INMETRO

37	100,00	UN	NSK	R\$6,4300	R\$643,0000
----	--------	----	-----	-----------	-------------

Especificação: Lâmpada compacta, econômica de 15 W, CERTIFICADO INMETRO.

38	50,00	UN	Glight	R\$5,5500	R\$277,5000
----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Luminária fluorescente 2x20w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 20w), cor branca, completa.

39	15,00	UN	Glight	R\$48,7200	R\$730,8000
----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Luminária fluorescente 2x40w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 40w), cor branca, completa.

40	20,00	UN	Glight	R\$65,3100	R\$1.306,2000
----	-------	----	--------	------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2016 – Pregão Presencial 35/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas infantil para atendimento do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde e para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA				CNPJ: 02.625.813/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula Infantil 100% aminoácidos livres para crianças de 0 a 1 ano, apresentação lata de 400gr.					
1	1500000,00	GR		R\$0,2807	R\$421.050,0000
Valor Total		(quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta reais)			R\$421.050,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2016 – Pregão Presencial 35/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas infantil para atendimento do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde e para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA				CNPJ: 03.612.312/0004-97	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Infatrini em pó, apresentada em latas de 400gr.					
2	200000,00	GR	INFATRINI	R\$0,2291	R\$45.820,0000
Especificação: Milnutri em pó, apresentada em latas de 800gr.					
3	200000,00	GR	MILNUTRI	R\$0,0400	R\$8.000,0000
Valor Total		(cinquenta e três mil e oitocentos e vinte reais)			R\$53.820,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2016 – Pregão Presencial 35/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PFG COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de fórmulas infantil para atendimento do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde e para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME					CNPJ: 20.438.684/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Compostolácteo com óleos vegetais e fibras, apresentada em latas de 400gr ou 800gr.					
4	200000,00	GR	NESLAC COMFOR/ NESTLÉ	R\$0,0230	R\$4.600,0000
Valor Total		(quatro mil e seiscentos reais)			R\$4.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2016 – Pregão Presencial 36/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RAFAELA CARDOSO DA SILVA. OBJETO: Contratação de empresa para a manutenção corretiva e fornecimento de peças para os relógios ponto da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 28/06/2016 à 27/06/2017.

Nome da Empresa: RAFAELA CARDOSO DA SILVA ME					CNPJ: 24.797.785/0001-33
Lote 1: Relógio Ponto					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Hora técnica					
1	33,00	H		R\$90,9000	R\$2.999,7000
Especificação: Deslocamento de técnico para manutenção do relógio ponto.					
2	33,00	SERV		R\$78,7900	R\$2.600,0700
Especificação: Fornecimento de peças para manutenção de equipamento Relógio Ponto					
3	1,00	PÇ		R\$5.000,0000	R\$5.000,0000
Valor Total		(dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos)			R\$10.599,77

PREGÃO PRESENCIAL 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 11/2017, objeto aquisição de condicionadores de ar, necessários para as salas de vacina, farmácias, Unidades de Saúde e demais setores, no dia 25 de abril de 2017, às 13:30h, recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentações, abertura das propostas, lances e abertura dos documentos de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 10 de abril de 2017. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 028/2017



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola

www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

DECRETO N° 028 DE 07 DE ABRIL DE 2017

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto n° 023 de 15 de Março de 2017,

DECRETA:

Art. 1° - Fica homologado o **deferimento e indeferimento** das inscrições (Antes dos recursos) abaixo relacionadas, referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 001/2017.

Agente Comunitário de Saúde (ESF II – Micro Área 11) Abrangência: Linha Brasil.			
N°	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	18	Carine Szymkowiak	DEFERIDA
2	219	Ediana Da Rosa	DEFERIDA
3	113	Juliano Da Silva	DEFERIDA
4	49	Lucimara Dalla Rizzarda	DEFERIDA
5	31	Marciane Triches	DEFERIDA
6	39	Taynara De Souza	DEFERIDA
7	51	Vanessa Dalla Rizzarda	DEFERIDA

Agente de Endemias			
N°	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	86	Adriana Antunes	DEFERIDA
2	204	Adriana Filippi Ferreira	DEFERIDA
3	190	Adriana Salete Ziliotto	DEFERIDA
4	187	Ana Claudia Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
5	246	Bianca Moresco	DEFERIDA
6	83	Carla Cristina Sampaio	DEFERIDA
7	127	Claudinara Da Silva	DEFERIDA
8	174	Cristiane Wagner De Souza	DEFERIDA
9	97	Daniela Zimmermann Marques	DEFERIDA
10	154	Danieli Langner	DEFERIDA



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
 (49) 3652-3200

11	227	Danrlei Moises Alves	DEFERIDA
12	164	Débora Freddi	DEFERIDA
13	135	Edivan João Zaionc	DEFERIDA
14	132	Edson Pauletti	DEFERIDA
15	162	Eduardo Goffi	DEFERIDA
16	223	Elizandra Da Silva De Souza	DEFERIDA
17	87	Evania Aparecida Antonietti Kuhn	DEFERIDA
18	62	Karoline Franz	DEFERIDA
19	191	Lucimar Biazus	DEFERIDA
20	70	Marcelo Santa Catarina	DEFERIDA
21	202	Mario Antonio Jabornik	DEFERIDA
22	247	Michelli Moresco	DEFERIDA
23	236	Renan Luis Locatelli	DEFERIDA
24	251	Rodrigo Cibulski	DEFERIDA
25	221	Roger Antonio Da Costa Paludo	DEFERIDA
26	95	Roseli Da Silva	DEFERIDA
27	213	Samuel Da Silva	DEFERIDA
28	233	Suelen Riviera	DEFERIDA
29	76	Tais Aparecida Alves Da Luz	DEFERIDA
30	231	Vanderleia Teixeira Da Silva	DEFERIDA

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	74	Adriana Aparecida De Souza Silvestre	DEFERIDA
2	16	Adriana Ferraz Policeno.	DEFERIDA
3	75	Ana Deonilse Gandolfi	DEFERIDA
4	168	Anderson Pereira Dos Santos	DEFERIDA
5	119	Andrea Monteiro Dos Santos	DEFERIDA
6	50	Angela Maria Hansen	DEFERIDA
7	42	Animari Aparecida Nunes	DEFERIDA
8	140	Brenda Rubian Miorando	DEFERIDA
9	248	Camila Ferronato Civa	DEFERIDA
10	241	Cleoni De Souza Weimer	DEFERIDA
11	144	Cleoni Rodrigues De Lara	DEFERIDA
12	28	Cleonice De Oliveira	DEFERIDA
13	40	Daiane Zimmermann Marques Appelt	DEFERIDA
14	218	Deiva Silveira	DEFERIDA
15	111	Denir Ferraz	DEFERIDA
16	205	Ederson Pereira Dos Santos	DEFERIDA
17	147	Edina Francieli Bastos	DEFERIDA
18	160	Elice Pauletti Lacerda	DEFERIDA



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

19	11	Gilmar José Valentini	DEFERIDA
20	214	Gisele Elaine Mantelli	DEFERIDA
21	216	Givanildo Carraro	DEFERIDA
22	169	Iliane Elisa Lunkes	DEFERIDA
23	152	Ivani Sandra Seib	DEFERIDA
24	12	Ivanir De Fatima Quevedes Dos Santos	DEFERIDA
25	153	Ivete Borges	DEFERIDA
26	29	Janete Sevald Disner	DEFERIDA
27	195	Jurema Dos Santos	DEFERIDA
28	185	Keliane Perini Festinalli	DEFERIDA
29	172	Lauriana Pinto Ribeiro	DEFERIDA
30	199	Lidia Graciosa Dias	DEFERIDA
31	126	Luana Pedroso Dos Santos Soare	DEFERIDA
32	60	Lurdes Antunes Ramos	DEFERIDA
33	142	Maiara Ferreira Nunes	DEFERIDA
34	52	Maria Aparecida Gomes De Oliveira	DEFERIDA
35	69	Maria Lucia Santa Catarina	DEFERIDA
36	13	Mariane Dautielli Nunes	DEFERIDA
37	209	Marinalva Gomes Dos Reis	DEFERIDA
38	6	Marines Dapper Correa	DEFERIDA
39	38	Mariza Dos Santos Soares	DEFERIDA
40	235	Micheli Dal Ponte	DEFERIDA
41	81	Mirian Alicia De Oliveira	DEFERIDA
42	46	Nerli Pauletti Schuk	DEFERIDA
43	121	Ortenila De Lima	DEFERIDA
44	27	Patricia Gomes	DEFERIDA
45	179	Raquel Back	DEFERIDA
46	145	Rosemar Leite	DEFERIDA
47	125	Rovani Kelli Dias Wagner	DEFERIDA
48	139	Sheila Back	DEFERIDA
49	215	Silvia Regina Rodrigues Civa	DEFERIDA
50	138	Susana Chiarello	DEFERIDA
51	242	Tailaina Carneiro Luft	DEFERIDA
52	79	Terezinha De Araujo Riboli	DEFERIDA
53	189	Thalia De Abreu	DEFERIDA

Enfermeiro

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	23	Ana Paula Belon De Oliveira	DEFERIDA
2	7	Ana Paula Huppes	DEFERIDA
3	134	Daiane Zatti Contini	DEFERIDA



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
 (49) 3652-3200

4	146	Fabiane Storck	DEFERIDA
5	14	Michely Carla Tremea	DEFERIDA
6	237	Miriane Pereira Drews	DEFERIDA
7	10	Nelson Brandt	DEFERIDA
8	8	Sahra Regina Da Silva	DEFERIDA

Gari

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	110	Jandira Loureiro Da Silva	DEFERIDA
2	137	Leoni Ferreira Nunes	DEFERIDA
3	217	Terezinha Alexandre	DEFERIDA
4	198	Vera Lucia Dos Santos	DEFERIDA

Motorista Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	122	Alexandre Leopoldino	DEFERIDA
2	128	Cesar Ferraz Da Rosa	DEFERIDA
3	196	Cristiano Giotti	DEFERIDA
4	118	Givanildo Dal Bello	DEFERIDA
5	170	Jair José De Oliveira	DEFERIDA
6	230	Juliano Bandeira Soero	DEFERIDA
7	141	Luiz Mendonça Borges	DEFERIDA
8	208	Silvenio Alexandre Magalhães	DEFERIDA
9	115	Valdecir Antonio Rano	DEFERIDA
10	239	Willian Peliser	DEFERIDA

Operador de Máquinas Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	232	Altair Francisco Vogt	DEFERIDA
2	173	Claudiomar Martins	DEFERIDA
3	163	Emerson Orlandini	DEFERIDA
4	64	Jorge Quadros Da Silva	DEFERIDA
5	41	Marcos Severgnini	DEFERIDA

Operador de Trator Agrícola Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	222	Osvaldir Rossoni	DEFERIDA
2	171	Paulo Sergio Baldissera	DEFERIDA

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Educação Infantil (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
----	-----------	-----------	--------------------



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

1	229	Alice Valente Da Silva	DEFERIDA
2	63	Ana Paola Sevald	DEFERIDA
3	104	Cilene Zeferino	DEFERIDA
4	150	Claudete Maria Schein	DEFERIDA
5	58	Cledir Salete Pissaia	DEFERIDA
6	57	Diane Lorencetti	DEFERIDA
7	92	Elaine Antonietti Da Paixão	DEFERIDA
8	68	Evandra Tamara Dos Santos	DEFERIDA
9	65	Fernanda De Oliveira	DEFERIDA
10	90	Giceli Triches	DEFERIDA
11	129	Glecia Mara Tomazeli	DEFERIDA
12	114	Ilga Terezinha Adler	DEFERIDA
13	55	Irisan Jose De Moura	DEFERIDA
14	212	Iva Terezinha De Primo Pauletti	DEFERIDA
15	26	Jaqueline Delevatti	DEFERIDA
16	94	Juliana Miorando	DEFERIDA
17	136	Laidés De Lara	DEFERIDA
18	73	Leidiane Andressa Baginski	DEFERIDA
19	156	Lucelene Inês Schmidt Dorneles	DEFERIDA
20	253	Lucélia De Souza	DEFERIDA
21	35	Lucia Maria Strapasson Tartaro	DEFERIDA
22	180	Maria Janice P Holz	DEFERIDA
23	123	Maria Lucia Melo Dos Santos	DEFERIDA
24	178	Marieli Lawisch	DEFERIDA
25	158	Marizete Venson Sandri	DEFERIDA
26	66	Micheli Daponte	DEFERIDA
27	149	Mirlaine Capellari	DEFERIDA
28	71	Nadiesca Da Silva Lacerda	DEFERIDA
29	197	Noema Galvao De Lima De Oliveira	DEFERIDA
30	85	Rafaela Carla Todescatto	DEFERIDA
31	117	Rosana Pauletti	DEFERIDA
32	143	Rosane De Souza Pereira Dalavale	DEFERIDA
33	108	Rosângela Paetzold	DEFERIDA
34	161	Rosilde Melania Perin Frigo	DEFERIDA
35	25	Talita Da Silva Pauletti	DEFERIDA

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	89	Angela Rovani Ribeiro Cirino	DEFERIDA
2	186	Carmen Lucia Da Silva	DEFERIDA



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
 (49) 3652-3200

3	88	Claudia Dos Santos	DEFERIDA
4	184	Danita Lucia Comunello Krein	DEFERIDA
5	175	Debora Kuhn Da Silva	DEFERIDA
6	206	Elair Maria Coconcelli Magalhães	DEFERIDA
7	224	Elizandra De Fatima Ribeiro	DEFERIDA
8	225	Gessica Thais Mignoni	DEFERIDA
9	72	Jesieli Antunes Fagundes	DEFERIDA
10	103	Juliana Rodrigues Do Prado Wille	DEFERIDA
11	159	Monica Cristina Figueiró Zanatta	DEFERIDA
12	183	Simone Regina Zanatta	DEFERIDA

Professor de Educação Física (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	182	Alexandra Paula Simon Klein De Mattos	DEFERIDA
2	193	Alexsandro Cezar Pedroso	DEFERIDA
3	61	Camila Da Silva	DEFERIDA
4	24	Claudia Donde	DEFERIDA
5	84	Edilaine Carniel	DEFERIDA
6	43	Flavio Xavier	DEFERIDA
7	210	Giovana Leticia Goetz	DEFERIDA
8	67	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
9	157	Vanusa Pauletti	DEFERIDA

Professor de Inglês (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	109	Simone Fávero	DEFERIDA
2	211	Wilian Limana	DEFERIDA

Psicólogo

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	78	Alessandra Ludwig	DEFERIDA
2	120	Carine Bruneto	DEFERIDA
3	91	Carolina Kist	DEFERIDA
4	21	Caroline Gomes Petry	DEFERIDA
5	102	Cristina Toillier	DEFERIDA
6	34	Daiana Denize Nicloti	DEFERIDA
7	243	Danuz Lapazini	DEFERIDA
8	238	Edilamar Placido Dos Santos Belle	DEFERIDA
9	228	Emanuelly Francisco Bahu	DEFERIDA
10	5	Giana Carla Scaratti	DEFERIDA
11	252	Jussara Consoladora Colle	DEFERIDA



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

12	166	Keli Cristina Barth	DEFERIDA
13	33	Luciana Kostascki	DEFERIDA
14	112	Silvana Fátima Ongarato	DEFERIDA
15	220	Tagley Cristina Moras	DEFERIDA

Técnico em Enfermagem

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	99	Fatima Gladir Kummer	DEFERIDA
2	124	Valdirene Cozer Zanatta	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam **indeferidas**, por não atender as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Edital n.º 001/2017, do Poder Executivo Municipal de Palma Sola/SC, as seguintes inscrições:

Agente Comunitário de Saúde (ESF II – Micro Área 11) Abrangência: Linha Brasil.

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	45	Douglas Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	130	Francielly Kauany Beltrani Slomski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Agente de Endemias

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	167	Giovana Sandri	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	240	Julia Peliser	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	93	Luana De Fátima Severo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	131	Adriana Rohr Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	100	Clarice Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	48	Cleci Nunes Carvalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
4	203	Clesiane Da Silveira Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	37	Erno Tesche	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	188	Jocelaine De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
7	201	Juliana Dias Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
 (49) 3652-3200

8	96	Leoni De Fatima Tavares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	19	Maykele Do Carmo Alves Pasquali	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
10	54	Patricia Bandeira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
11	36	Silvio Tavares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Enfermeiro

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	30	Andressa Camile Borges Blaszczak	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	245	Daviane Cristine Winberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	249	Elis Regina Golo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
4	59	Franciele Tressoldi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	133	Grazielle Aparecida Scheel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	47	Lediane Nicloti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
7	4	Lucian Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
8	20	Micheli Cristina Schmitt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	148	Vanilla Eloa Franceschi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Motorista Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	80	Edson Rancatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	3	Gianfranco Brasil	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	176	Nadir Rodrigues Acunha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Educação Infantil (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	234	Juliane Coser Pavan Klemann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	226	Marli Matias Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	9	Rosângela Gonçalves De Souza Lins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

(Habilitado)			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	15	Eliene De Carvalho Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	116	Fernanda Battisti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	254	Jeizibel Falinski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor de Educação Física (Habilitado)			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	165	Caroline Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Psicólogo			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	101	Camila Cristina Senger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	56	Gessica A. De Mello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	250	Hevelin Da Rosa Zart	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	32	Jucieli Rech	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	44	Marcos Belló Caetano	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
7	17	Sabryna Joane Voos Bortoncello Tarouco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
8	194	Wanessa Priscilla Barcella	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	192	Willian Pedro Dallorsoletta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Técnico em Enfermagem			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	105	Adriana Maria Welter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Art. 3º - Os candidatos com **inscrição indeferida** terão do dia **08 ao dia 11.04.2017** para realizarem recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



Estado de Santa Catarina
Município de Palma Sola
www.palmasola.sc.gov.br
(49) 3652-3200

Poder Executivo do Município de Palma Sola/SC, em 07 de Abril de 2017.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Papanduva

PREFEITURA

PREGÃO 037/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017
REGISTRO DE PREÇO.

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para conserto de ônibus.. Tipo: Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço, do tipo Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: 26 de abril de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 26/04/2017– 10:45 hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 07 de abril de 2017. – Marisa das Grassas Veiga de Souza- Secretaria de Educação.

PREGÃO 038/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017
REGISTRO DE PREÇO

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para da Sec da Saúde. Tipo: Pregão Presencial Registro de Preço do tipo menor preço a por item presencial; Entrega dos envelopes: 27 de março de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 27/03/2017 – 08:45h . Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 07 abril de 2017. Catia Taciana Thors-tenberg– Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

PREGÃO RP 036/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017
REGISTRO DE PREÇO

Objeto: Aquisição de Suprimentos e Materiais de Informática para Secretarias Municipais e Fundo M. da Saúde. Tipo: Pregão Presencial Registro de Preço do tipo menor preço a por item presencial; Entrega dos envelopes: 25 de abril de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 25/04/2017 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 07 de abril de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO 039/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 039/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de Manutenção, Ampliação e Projetos Elétricos e Luminotécnicos do Sistema de Iluminação Pública do Município de Papanduva. Tipo: Empreitada Menor preço Global e Tomada de Preço. Entrega dos envelopes: 28 de abril de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 28/03/2017– 08:45hs. Base legal: Lei 8666 de 21 de junho de 1993, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva 07 de abril de 2017. Bernadete Wiliczinski – Secretaria Municipal de Administração. Luiz Henrique Saliba Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 097/2017

PORTARIA Nº. 097, DE 14 DE MARÇO DE 2017.

"NOMEIA, BRUNO ZOLLIN FERNANDES, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 598/2007.

Art. 1º. - Fica nomeado, Bruno Zollin Fernandes para exercer o cargo de Chefe de Divisão da Pesca- DAS - 5.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de março de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de março de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 113/2017

PORTARIA Nº 113, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOÃO DELFINO JOAQUIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, João Delfino Joaquim, referente ao período aquisitivo de 12/12/2011 à 12/12/2016.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 03/04/2017 com término em 01/07/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 114/2017

PORTARIA Nº. 114, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOÃO BATISTA CARDOSO, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS F.G. 5.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Fabio Alves da Silveira, para ocupar a função de Encarregado de serviços – FG - 5.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 115/2017

PORTARIA Nº 115 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais por servidores da prefeitura municipal de Passo de Torres, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo descritos, poderão, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir veículos oficiais, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Ademilson Batista da Silva, Adilson Moacir Martins, Alan Miguel Constante, Áureo André Henrique, Caio Roberio Barpp da Silva, Dairce Londero, Dani Nasser de Oliveira, Janaína Silveira Scheffer, Jonas Gomes de Souza, José Edson da Silva, Julio Cesar Henrique, Lafayette Pereira dos Santos Neto, Luciana Alves Scheffer, Luciano Daitx da Silva, Marcio Luiz Abatti, Maria Priscila da Rosa Antonio, Maria Zea Silveira Pires, Renan Baltazar de Borba, Talia Woichimevski Marcos Dias, Valter Noé Almeida Nunes, Jaime Luiz da Silveira Batista, Maria Eloiza Vargas da Costa, Luiz Carlos Hespanhol,

Dorizete dos Santos Porto e Marlene Dutra Vidor .

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único: Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 074/2017.

Passo de Torres, 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 116/2017

PORTARIA Nº. 116, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“EXONERA, EVANDRO PERES CARDOSO DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Evandro Peres Cardoso, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 117/2017

PORTARIA Nº 117, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SILVINO DANIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Silvino Daniel, referente ao período aquisitivo de 04/01/2009 à 03/01/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 03/04/2017 com término em 01/07/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 118/2017

PORTARIA Nº.118, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA MARLENE DUTRA VIDOR PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeada, Marlene Dutra Vidor, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças.

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO N. 0048/2017**

DECRETO Nº 048, de 31 de março de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

07.01	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
20.606.2001	2.030	Manut. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Modalidade	Fonte	Código despesa	Dotação
3.3.90.00.00	01.0164	137	20.000,00
TOTAL		20.000,00	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0164 – Transferências de Convênios Estado/Outros – Excesso de Arrecadação, Convênio n. 2017TR006534, Realização da VI Feira do Bezerro de Passos Maia/SC.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 31 de março de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0042/2017

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0042/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0029/2017

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0042/2017, Modalidade de Pregão Presencial n. 0029/2017 – Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de bens de consumo e mídia gráfica para realização da VI feira do bezerro nos dias 06 e 07 de maio de 2017 conforme proposta transferência cadastrada no sistema SIGEF n.18718. Quantidades e descrição contidas no Anexo I do Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 24 de abril de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 12:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 06 de abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 016/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2017

Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas municipais e para o SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Paulo Lopes, conforme especificação constante no anexo I – Termo de Referência.

Fornecedor: GIZELE REGINA DA SILVA ME

Valor Total = R\$ 434.113,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e cento e treze reais)

Data de homologação: 15/03/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 017/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2017

Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: Registro de preço para aquisição de toner e cartucho de tinta para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, conforme especificação constante no anexo I – Termo de Referência.

Fornecedor: NADINE ALBERTON VIEIRA – EPP

NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA.

Valor Total = R\$ 221.800,00 (duzentos e vinte um mil e oitocentos reais)

Data de homologação: 17/03/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 023/2017
DISPENSA Nº. 10/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para prestação de assessoria técnica na orientação e acompanhamentos das demandas do Município, junto ao Governo Federal e Instituições Oficiais de Crédito no âmbito do Distrito federal, na área de capacitação de recursos federais.

Fornecedor: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – EPP

Valor Total = R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais)

Data de homologação: 21/03/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 007/2017
TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para reforma de escolas do município, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nos exatos termos do memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital.

Fornecedor: FERREIRA AMARAL CONSTRUTORA LTDA – ME

Valor Total = R\$ 175.506,73 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos e seis reais e setenta e três centavos)

Data de homologação: 29/03/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 026/2017
DISPENSA Nº. 11/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Locação de uma sala localizada na Rua Santa Catarina, 198 – Centro – Município de Paulo Lopes, para o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Fornecedor: ADOLFO TENFEN

Valor Total = R\$ 17.077,20 (dezessete mil e setenta e sete reais e vinte centavos)

Data de homologação: 31/03/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 019/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações – Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal – SMP em sistema pós pago e fornecimento de 40 (quarenta) acessos moveis, com aparelhos em comodato para uso da administração municipal, conforme especificações constantes do anexo I – Termo de Referência.

Fornecedor: CLARO S.A.

Valor Total = R\$ 45.448,56 (quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)

Data de homologação: 03/04/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 024/2017
CARTA CONVITE Nº. 02/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos e especializados de gerenciamento de convênios, capacitação de servidores e de assessoria técnica especializada na prestação de serviços de consultoria técnica em convênios federais, estaduais, consórcios públicos, captação de recursos e prestação de contas em todas as suas extensões – SICONV, SIGEF, FNS (OBRAS), FNDE/SIMEC, PNAE, PNATE, PDDE, par"conforme especificações contidas no anexo I.

Fornecedor: LABORE – SOLUÇÕES PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA

Valor Total = R\$ 42.120,00 (quarenta e dois mil cento e vinte reais)

Data de homologação: 05/04/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

LEI Nº. 2860/2017 "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG".

LEI Nº. 2860/2017

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do Gravatá - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016, Art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: Departamento de Cultura
Projeto/Atividade/ProjAtiv: 2.034-Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Em decorrência do prazo legal, fica autorizado o repasse do valor após a realização da festividade.

Art. 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 05 de abril de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA 291/2017

PORTARIA Nº291 /2017
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Aquiles José Schneider da Costa, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, de acordo a Lei Complementar nº 001/05, Lei Municipal nº 2.378/2010 e do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso:

RESOLVE:

Art. 1º- Fica nomeado o Conselho Municipal do Idoso, sendo formado pelos seguintes membros:

Representantes Governamentais

Secretaria da Assistência Social
Titular: Olinda Rodrigues da Silva Santos
Suplente: Maria Bernadete Canuto

Fundação Municipal de Esportes
Titular: Ademir Soares
Suplente: Gleysiane Serra Moreira

Secretaria de Saúde
Titular: Ana Samara Alves da Silva
Suplente: Cleverson Bezerra

Secretaria da Educação
Titular: Eduardo João de Souza
Suplente: Roberto Antônio Leite

Secretaria de Agricultura e Pesca
Titular: José Simoni de Almeida Borges
Suplente: Paulo Roberto de Souza

Representantes Não Governamentais

Casa da Amizade
Titular: Rose Mary Batista Bastos
Suplente: Alda Wally Seibt

Associação dos Moradores da Armação do Itapocorói- AMAI
Titular: Julieta de Sá Ribas
Suplente: Selma Terezinha Vanzuita

Grupo de Mães Nossa Senhora Aparecida
Titular: Anete Lilian Oberdoerfer de Aviz
Suplente: Idalina Tironi

Rotary Club
Titular: Tânia Mara Tomazi Fontana
Suplente: Ivete Janke

APAE
Titular: Eudes Tartari Zanin
Suplente: Estevão Onofre Leite

Art. 2º - O Conselho Municipal do Idoso nos termos do seu Regimento interno é órgão deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil.

Art. 3º. - Os membros deste Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, sendo facultada a recondução nos termos do Art. 8º do seu Regimento Interno.

Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/SC, 01 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 27/2017 PREGÃO PRESENCIAL 16/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.
Processo de Licitação 27/2017 – Pregão Presencial 16/2017.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2017.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 24/04/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 24/04/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 28/2017 PREGÃO PRESENCIAL 17/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.
Processo de Licitação 28/2017 – Pregão Presencial 17/2017.

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e filtros para veículos e máquinas da frota municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h15min do dia 25/04/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h30min do dia 25/04/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO 044

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 044/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26/04/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 044/2017, visando à contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados na área e formação de Pediatra – um médico.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 26/04/2017, até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE ABRIL DE 2017
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4577

DECRETO Nº 4.577, DE 31 DE MARÇO DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 7.103,69 (Sete mil, cento e três reais e sessenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saúde Com Qualidade
Ação:1.5 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte: 333

Total Suplementado
..... R\$ 7.103,69

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016,

conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 31 DE MARÇO DE 2017.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4578

DECRETO Nº 4.578, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal da saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 101,34 (Cento e um reais e trinta e quatro centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saúde Com Qualidade
Ação:1.5 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte: 133

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 101,34 (Cento e um reais e trinta e quatro centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação na fonte de recursos da Transf. De convênios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 31 DE MARÇO DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4581

DECRETO Nº 4.581, DE 06 DE ABRIL DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação

com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 8.830,51 (Oito mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saude Com Qualidade
Ação:2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 338

Total Suplementado
..... R\$ 8.830,51

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE ABRIL DE 2017.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4582

DECRETO Nº 4.582, DE 06 DE ABRIL DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 30.790,28 (Trinta mil, setecentos e noventa reais e vinte e oito centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saúde Com Qualidade
Ação:2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:367 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Total Suplementado
..... R\$ 30.790,28

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço

Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE ABRIL DE 2017.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL CONVOCAÇÃO ALCIDES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, considerando o Decreto Nº 4.574, de 30 de março de 2017, que revoga o decreto nº 3.608 de 02 de maio de 2012, CONVOCA o seguinte servidor para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME	CARGO
296.619.439-15	Alcides Peres da Luz	Operador de Trator de Esteira II

O servidor acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, o servidor deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL CONVOCAÇÃO VALDIR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, considerando o Decreto Nº 4.575, de 31 de março de 2017, que revoga o Decreto nº 3.869 de 02 de setembro de 2013, CONVOCA o seguinte servidor para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME	CARGO
501.883.649-00	Valdir Domingos Bender	Motorista de Ambulância

O servidor acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- a. Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- b. Parcial de Urina;
- c. Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- e. Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- d. ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, o servidor deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 187

PORTARIA Nº 187, DE 05 de abril DE 2017.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A servidora THAIS MARIANI BEE.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a THAIS MARIANI BEE, ocupante do cargo efetivo de nutricionista, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 30/04/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de abril de 2017 a 24 de abril de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 05 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 188/2017

PORTARIA Nº 188, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA A LICITAÇÃO Nº 025/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a decisão da pregoeira e equipe de apoio, onde apontaram a frustração do certame em razão de as únicas duas empresas participantes terem sido inabilitadas,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a licitação nº 025/2017, modalidade pregão presencial.

Parágrafo único: Determina ao departamento competente o lançamento de novo edital de licitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4716/2017

DECRETO Nº 4716/2017, DE 06 de abril de 2017.

NOMEIA A SENHORA SUSANA BRAGHINI PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora SUSANA BRAGHINI, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 07/04/2017 a 05/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 06 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 4717/2017

DECRETO Nº 4717/2017, DE 07 de abril de 2017.

NOMEIA A SENHORA ELENA FATIMA ZANCHETTA CORNELIO PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora ELENA FATIMA ZANCHETTA CORNELIO, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 10/04/2017 a 08/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 07 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 4718/2017

DECRETO Nº 4718/2017, DE 07 de abril de 2017.

NOMEIA A SENHORA SIMONE APARECIDA BRISOLA PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora SIMONE APARECIDA BRISOLA, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação e cultura no período de 10/04/2017 a 08/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 07 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 4719/2017

DECRETO Nº 4719/2017, DE 07 de abril de 2017.

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA DALILA AROSI DITTADI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido a pedido o contrato de trabalho da servidora Pública Senhora DALILA AROSI DITTADI, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, cargo que exercia desde 20 de Abril de 2015, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4720/2017

DECRETO Nº 4720/2017, DE 07 de abril de 2017.

NOMEIA A SENHORA DALILA AROSI DITTADI PARA ATUAR EM CATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora DALILA AROSI DITTADI, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 10/04/2017 a 08/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 07 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016 - ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 031 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 SALAS DE AULA E SANITÁRIOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DR. AMADEU DA LUZ, LOCALIZADA NA RUA HILDA A. G. VOLKMANN, N.º 400 - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 198,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de valores unitários em 5,76% - R\$12.184,54 (doze mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 5,76%, conforme justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa, em virtude de serviços insuficientes e/ou não inseridos na planilha orçamentária em sua totalidade, tornando-se necessários e imprescindíveis na execução e finalização da obra, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 020 / 2016 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Jean Carlos da Silva e Josiane Petry de Andrade, L.C. Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda. – ME, Contratada.

Pomerode / SC, 07 de Abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO N.º 3208, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO N.º 3208, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO O PERÍODO VESPERTINO DO DIA 13 DE ABRIL DE 2017.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, usando das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional o período vespertino do dia 13 de abril de 2017, em razão da Semana Santa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 07 de abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.973, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 21.973, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA DO MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, Sr. ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros relacionados da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora para comporem a Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação:

- a) Jaqueline Beatriz Rahn
- b) Aneli Klotz Rothbarth
- c) Godofredo André Burger
- d) Leila Carla Flohr
- e) Roberto Carlos Maske

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial a Portaria nº 21.384, de 15 de setembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito

PORTARIA Nº 21.974, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 21.974, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA REPRESENTANTES E HOMOLOGA MEMBROS INDICADOS PARA COMPOR A JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Considerando a necessidade de homologar os membros indicados para compor a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Município de Pomerode, na forma da Lei Complementar nº 249, de 07 de Março de 2013.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica, em seu artigo 74, inciso II, alínea "g";

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros da Junta Administrativa de Recursos das infrações do Município de Pomerode – JARI, de acordo com as indicações dos órgãos os quais representam:

I. 1 (um) integrante, servidor público efetivo e estável, com conhecimento na área de trânsito que tenha, no mínimo, concluído o nível médio de ensino:

Titular: Luiz Henrique Frotscher

Suplente: Marcos Claus Hoeft

II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impõe

a penalidade:

Titular: Yhon Cesar Silva (Polícia Civil)

Suplente: Maicon Otto (Polícia Militar)

III. 1 (um) representante da entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

Titular: Francisco Jefferson Loponi

Suplente: Eugênio Glatz

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 20.422, de 1º de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 06 de abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003/2017/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 003/2017/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação dos Projetos do Edital CMDCA 001/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2016.

Considerando:

O que dispõe no item 7 do Edital CMDCA 001/2016 e suas alterações.

Resolve:

Art.1 Os projetos aptos a Mesa da plenária do CMDCA são:

1. ADEPOMER - Associação Desportiva Social ao Esporte Amador de Pomerode – Projeto: Futebol uma oportunidade de uma Vida Melhor
2. Associação Formigueiro Esporte Clube – Projeto: Futebol de Campo
3. Associação Formigueiro Esporte Clube – Projeto: Futebol de Salão
4. Associação Pomerodense de Apoio a Arte e a Cultura da Capoeira – Projeto: Capoeira Escolar
5. Associação Cultural Musical Grupo Txai – Projeto: Canção e Educação Música Ativa para todos
6. APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Som de quem faz o bem sala ambiente de musicalização
7. Associação Musical Prof Alirio Dahlke – Musicalização nas Escolas
8. PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais – Ler, Aprender e Brincar

Pomerode, 07 de abril de 2017.

Rudi Voigt

Coordenador da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2017 - DECISÃO COMISSÃO DE LICITAÇÕES - RECURSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS – SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2017

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA N.º 002 / 2017

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações vem por intermédio deste, comunicar a seguinte decisão acerca do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA., em virtude de sua inabilitação na Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2017, por não ter reconhecido firma na Declaração de não Trabalho de menor, conforme exigência do item 6.1.6, "a" do edital de licitação. Foram apresentadas CONTRARRAZÕES RECURSAIS pela Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, afirmando estar correta a decisão exarada em ata do dia 07/03/2017.

A Comissão de Licitações decide acatar o Parecer Jurídico n.º 017 / 2017 / PROGEM, INDEFERINDO o RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA., em estrito cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O item 15.10 do edital possibilita o envio dos recursos administrativos via fac-símile ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, porém condiciona à apresentação do original na forma estabelecida pela Lei Federal n.º 9.800/1999. Contudo, transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias da data do término do prazo regular, conforme artigo 2º da Lei n.º 9.800/99, a via original do recurso administrativo não foi apresentado pela Empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA., razão pela qual e em consonância com o Parecer Jurídico n.º 017 / 2017 / PROGEM, fica indeferido o recurso apresentado, sem resolução do mérito, permanecendo inalterada a decisão pela inabilitação no certame da Empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

Dando prosseguimento ao certame, a Comissão Permanente de Licitações DESIGNA o dia 13/04/2017, às 08h00min. para a sessão de abertura dos envelopes e análise das Propostas de Preços das licitantes habilitadas, ficando as Empresas interessadas devidamente intimadas.

Pomerode / SC, 07 de Abril de 2017.

ITAMAR CANDIDO PERINI

Presidente da Comissão de Licitações

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO	DAVID HERZOG
Secretário	Membro

Ponte Serrada

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE 03/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto o Credenciamento de Farmácias Localizadas no Município de Ponte Serrada - SC para fornecimento de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam no processo Licitatório dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Secretaria Executiva - CMED - Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor para atender as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Ponte Serrada - SC,

Início do Recebimento dos Documentos para Credenciamento as 08h30min do dia 07.04.2017

Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 07 de abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE 04/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. CREDENCIAMENTO, das entidades privadas que sejam prestadoras de serviços de radiografia (raio x), conforme procedimentos e valores constantes na tabela do S.U.S (Sistema Único de Saúde) para a população carente do município de Ponte Serrada atendendo as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Ponte Serrada - SC,

Início do Recebimento dos Documentos para Credenciamento as 08h30min do dia 07.04.2017

Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 07 de abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.544, DE 6 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.544, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2.467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0014

Atividade: 1.017 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade Escolares do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.5036 – Superávit Financeiro – Salário Educação

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 12.365.0017

Atividade: 1.020 – Construção, Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.5036 – Superávit Financeiro – Salário Educação

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta do recurso Salário Educação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.545, DE 6 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.545, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.473/2017.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial na importância de R\$ 217.860,05 (Duzentos e dezessete mil e oitocentos e sessenta reais e cinco centavos) destinado a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 0025 – Gestão Moderna, estratégica e Integrada no turismo

Projeto: 1.042 – Revitalização da Praia Enseada da Encantada

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.34 – Convênio: Orla Enseada Encantada

Valor: R\$ 49.170,00

Órgão: 12 – Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 0025 – Gestão Moderna, estratégica e Integrada no turismo

Projeto: 1.049 – Construção de Pórticos Turístico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.34 – Convênio: Execução e Implantação de Portais Turísticos em bairros diversos

Valor: R\$ 133.312,24

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 35.377,81

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017, por conta dos recursos do Convênio: Execução e Implantação de Portais Turísticos em bairros diversos, na importância de R\$ 217.860,05 (Duzentos e dezessete mil e oitocentos e sessenta reais e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 005/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 005/2017 – FMAS – 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 005/2017 - FMAS, referente à Dispensa de Licitação nº 004/2017 - FMAS para contratação de instituição prestadora de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, para atender a demanda judiciária que determinou o acolhimento de cinco crianças.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: Instituto Redenção

PRAZO: 09 (nove) MESES

VALOR: R\$ 57.600,00 (Cinquenta e sete mil seiscentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017

Porto Belo, 31 de Março de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 006/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 006/2017 – FMAS – 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 006/2017 - FMAS, referente à Dispensa de Licitação nº 005/2017 - FMAS para contratação de instituição prestadora de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, para atender a demanda judiciária que determinou o acolhimento de cinco crianças.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: Centro de Educação e treinamento Esperança - CETE

PRAZO: 09 (nove) MESES

VALOR: R\$ 34.133,40 (Trinta e quatro mil cento e trinta e três reais e quarenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017

Porto Belo, 31 de Março de 2017.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.491, DE 4 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.491, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Dá denominação às Servidões. Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "OLGA Malfiza de Almeida", a Servidão com código de logradouro nº 4004, que tem seu início na Servidão Valmor Guerreiro, e tem seu término junto à servidão de código de logradouro nº 4005, no Centro do Município de Porto Belo.

Art. 2º Fica denominada "LEONTINA Malfiza Santiago", a Servidão com código de logradouro nº 4006, que tem seu início na Servidão com código de logradouro nº 4005, e tem seu término em terras de propriedade de Marcos José Vurtuoso, no Centro do Município de Porto Belo.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 4 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2.492, DE 4 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.492, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber doação que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, sem ônus para o Município, aproximadamente 340m³ de material mineral (barro), da empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.477.652/0001-96, com sede na Rua Tabapua, nº 841, 6º andar, conjunto 601, Itaim Bibi, São Paulo-SP.

Art. 2º O material mineral está localizado no imóvel situado na Avenida Governador Celso Ramos, sendo os lotes 1 a 12 e 39 a 43 da quadra 3 e lotes 1 a 14 da quadra 2 do Loteamento Porto Fino, no Bairro Perequê, neste Município, sendo que este material mineral é um excedente da obra de implantação do empreendimento Fort Atacadista.

Art. 3º Fica sob inteira responsabilidade do doador o transporte do material doado, devendo o mesmo ser depositado em local a ser indicado pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 4 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2.493, DE 5 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.493, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Dá denominação a Servidão. Autor: Vereador Jonas Amadeu Raulino.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "SEBASTIANA ANTONOVICZ", a Servidão com código de logradouro nº 1611, que tem seu início na Servidão Basílio Laurencio, e tem seu término em terras de propriedade da Senhora Raquel Antonovicz, localizada na Enseada da Encantada, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 009/2017 - AMASPU

Extrato de Contrato 009/2017 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Dental Cremer Produtos Odontológicos S/A.

Objeto: Aquisição de material odontológico.

Valor Total: R\$ 1.094,94 (um mil e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Vigência: 90 (noventa) dias.

Base legal: Pregão Eletrônico 001/2017, Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 01 de abril de 2017.

Margareth Flissak.

Presidente AMASPU

Dental Cremer Produtos Odontológicos S/A

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 010/2017 - AMASPU

Extrato de Contrato 010/2017 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Dental Oeste Eireli.

Objeto: Aquisição de material odontológico.

Valor Total: R\$ 422,58 (quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Vigência: 90 (noventa) dias.

Base legal: Pregão Eletrônico 001/2017, Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 01 de abril de 2017.

Margareth Flissak.

Presidente AMASPU

Dental Oeste Eireli

Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso nº 001/2017. CEDENTE: EMPRESA VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – ME; CESSIONÁRIA: MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, através da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos. OBJETO: O Cedente cederá à Cessionária 01 (um) trator marca Caterpillar, Modelo D5B, Ano 1990, Diesel, cor amarelo, Chassi nº 1AF01803, Série 00S00091, o qual destina-se exclusivamente para utilização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos. PRAZO E VIGÊNCIA: O Termo de Cessão de Uso vigorará por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura. DATA: Porto União (SC), 24 de fevereiro de 2017. SIGNATÁRIOS: Chrystian Robert Mokva, pela Empresa Volpesa Locações e Transporte Ltda – Me, Eliseu Mibach, pela Prefeitura Municipal de Porto União – SC e Roberto Domit de Oliveira pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº 476/2017 - RH

PORTARIA Nº 476, de 15 de março de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de março de 2017, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Maria Pollon Micalichen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 500/2017 - RH

PORTARIA Nº 500, de 15 de março de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo ACT/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 de março a 09 de junho de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Regina de Farias Batista, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "60º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição a professora efetiva Rosane de Fatima Holowaty Oliveira que encontra-se em Licença Premio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2017.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 502/2017 - RH

PORTARIA Nº 502, de 15 de março de 2017.

Dispõe sobre Conceder Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Atenção à Saúde de 30% (trinta por cento), a servidora efetiva TATIANE FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 2063403, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, alterada pela Lei 4.445 de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 503/2017 - RH

PORTARIA Nº 503, de 15 de março de 2017.

Dispõe sobre Revogação de Portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 759, de 30 de outubro de 2015, que altera a carga horária, da servidor efetivo Octavio Coas.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 504/2017 - RH

PORTARIA Nº 504, de 15 de março de 2017.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Josiele Regiane Grossklaus Senff, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 505/2017 - RH

PORTARIA Nº 505, de 15 de março de 2017.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 13 de março de 2017, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Rosane De Fatima Holowaty Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2017.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 506/2017 - RH

PORTARIA Nº 506, de 15 de março de 2017.
Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo ACT/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 05 de maio de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Claudia Eloisa da Igreja Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificado em "17º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição a professora efetiva Ciane Gianini Drosdoski Mohr que encontra-se afastada em tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI Nº 2.660/2017 DE 07/04/2017 "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.125 DE 09 DE ABRIL DE 1992, QUE INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.660/2017 de 07/04/2017

"Dispõe sobre Alteração da Lei nº 1.125 de 09 de abril de 1992, que institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências"

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 2º da Lei 1.125 de 09 de abril de 1992, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º. O Fundo Municipal de Saúde, ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde, ou, na falta de nomeação deste, por servidor designado pelo Prefeito Municipal para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica alterado o Art. 3º da Lei 1.125 de 09 de abril de 1992, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º. São atribuições do Secretário Municipal de Saúde, ou, na falta de nomeação deste, por servidor designado pelo Prefeito Municipal para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde:

- I- Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer política de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;
- II- Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
- III- Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de aplicação a cargo do fundo, em consonância com o P.M.S. e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- IV- Submeter ao C.M.S. as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- V- Encaminhar à contabilidade geral do município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- VI- Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;
- VII- Assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;
- VIII- Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IX- Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 3º. Fica alterado o Art. 12º da Lei 1.125 de 09 de abril de 1992, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 12º. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde, ou, na falta de nomeação deste, por servidor designado pelo Prefeito Municipal para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 22/2017

DECRETO Nº. 22/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017 COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologado a Classificação Final do Processo Seletivo N.º 001/2017, conforme lista abaixo relacionada, de acordo com o estabelecido no Edital de Processo Seletivo N.º 001/2017:

PROFESSOR 20 H (MATUTINO) / NÃO HABILITADO

POS.	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	570819	06/11/1996	Carla Kochanski	2,00	1,00	0,00	4,50	7,50	1,00	5,50
2	553194	29/01/1996	Adriene Kretzschmar	1,00	1,00	0,00	4,50	6,50	1,00	4,90

PROFESSOR 20 H (VESPERTINO) / NÃO HABILITADO

POS	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	553195	29/01/1996	Adriene Kretzschmar	1,00	0,00	0,50	4,50	6,00	1,00	4,60
2	570820	06/11/1996	Carla Kochanski	0,00	1,00	0,00	4,00	5,00	1,00	4,00

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / NÃO HABILITADO

POS	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	570686	06/11/1987	Juliana Ribeiro Da Silva	2,50	1,00	0,50	4,00	8,00	0,00	4,80
2	550714	05/12/1996	Jonatan Garcia	1,50	1,00	1,00	2,00	5,50	0,00	3,30

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*NF = Nota Final;

Art. 2º - O prazo de validade do Processo Seletivo N.º 001/2017 será de 01 (um) ano, a pós a homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu / SC, 10 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 20/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 09/01/2016

DECRETO Nº 20, de 05 de abril de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE CULTURA 06.001.0013.0392.1503.2013.33900000000000.01000000 15.000,00

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.44900000000000.01000000 70.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE CULTURA 06.001.0013.0392.1503.2013.31900000000000.01000000 15.000,00

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.01000000 70.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 05 de abril de 2017

ISAMAR DE MELO

ALINE LESKE TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 21/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 09/01/2016

DECRETO Nº 21, de 05 de abril de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 3.700,00 (tres mil e setecentos reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0365.1501.2020.33900000000000.03320200 3.700,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$3.700,00 (tres mil e setecentos reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0365.1501.2020.44900000000000.03320200 3.700,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA,05 de abril de 2017

ISAMAR DE MELO

ALINE LESKE TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017 PM.

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

Contrato: 11/2017-PM

Processo Licitatório: 22/2017-PM

Dispensa de licitação: 02/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 24, II.

Objeto: Contratação de serviços especializados para a indexação, consolidação, compilação e versionamento das normas do Município de Princesa/SC.”

Data da Assinatura: 06/04/2017

Data da Publicação: 06/04/2017

Vigência: de 06/04/2017 a 06/04/2018

Valor Total: R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais)

Forma de Pagamento: Conforme contrato.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Chamada Pública n.º 001/2017 – PMRA

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação com base na Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009. O Município de Rio das Antas, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua do Comércio, 780, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.294/0001-23, representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no Art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, “entrega parcelada”, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os Grupos FORMAIS/INFORMAIS deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 02/05/2017 às 09:00 horas, no setor de Licitações, com sede à Rua do Comércio 780 em Rio das Antas/SC. RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: No site do Município ou no Setor de Licitações de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 Horas, ou pelo e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 07 de abril de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6078, DE 08 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6078, de 08 de março de 2017.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6003/2017, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE REGULAMENTA O ARTIGO 303 DA LEI COMPLEMENTAR Nº110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE ESTABELECEU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto no Art. 303 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º – Altera os parágrafos 1º e 3º do Art. 1º do Decreto nº 6003/2017, de 02 de fevereiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

§1º – A obrigação prevista no caput deste artigo é extensiva às pessoas jurídicas tomadoras de serviços, cujo imposto é devido no município de Rio do Sul, independentemente do local da sede do prestador.

2º – Os serviços tomados de prestadores de serviços sediados em outros municípios, relativamente aos serviços descritos nos incisos I a XXV do Art. 261 da Lei Complementar 110/2003 – CTM, deverão ser informados por todas as pessoas jurídicas, profissionais liberais e contribuintes do ISS variável do município de Rio do Sul,

Art. 2º – Altera o Art. 2º do Decreto nº 6003/2017, de 02 de fevereiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – Todos os tomadores de serviços, pessoa jurídica, ainda que imunes ou isentos, que tomem serviços de forma contínua ou esporadicamente, ficam obrigadas a apresentar declaração de serviços tomados, relativos aos serviços descritos nos incisos I a XXV do Art. 261 da Lei Complementar 110/2003 – CTM."

Art. 3º – Altera e cria dispositivos no inciso III do Art. 7º do Decreto nº 6003/2017, de 02 de fevereiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ...

III – Os tomadores de serviços, conforme definido no Art. 2º deste decreto, deverão apresentar declaração de serviços tomados relativos aos serviços descritos nos incisos I a XXV do Art. 261 da Lei Complementar 110/2003 – CTM, nas seguintes datas:

- a) empresas optantes pelo Regime Tributário Diferenciado, denominado de Simples, até o dia 20 (vinte), ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do tributo;
- b) empresas não optantes pelo Regime Tributário Diferenciado, até o dia 25 (vinte e cinco), ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do tributo;

Art. 4º – Altera o caput e cria dispositivos no Art. 9º do Decreto nº 6003/2017, de 02 de fevereiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º – A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de declaração:

I – retificadora;

II – complementar;

§ 1º – A declaração retificadora mencionada no inciso I deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados, desde que não tenha sido efetuado o pagamento do tributo.

§ 2º – Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao ISS:

- a) cujos saldos a pagar já tenham sido enviados ao Departamento de Arrecadação para inscrição na Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;
- b) cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no programa de Escrituração Fiscal Eletrônica, já tenham sido enviados para inscrição na Dívida Ativa;
- c) em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.
- d) em que já tenha sido efetuado o pagamento;

§ 3º – A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

§4º – A retificação de valores da declaração após o pagamento dar-se-á através da declaração complementar.

Art. 5º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

/

DECRETO Nº 6123, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6123, de 03 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - O Fórum Municipal de Educação, criado pelo Decreto nº 3.346, de 22 de abril de 2013, de caráter permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Art.2º - Conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 5.614, de 23 de junho de 2015. que aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências, compete ao Fórum Municipal de Educação divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet, analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas, analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação e, ainda:

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;

III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

IV - zelar para que a conferência de educação do município esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;

V - planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;

VI - acompanhar, junto à Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativo à política municipal de educação.

Art.3º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por representantes de órgãos e entidades do município de Rio do Sul, os quais serão indicados pelos titulares e dirigentes dos segmentos a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto específico.

Art.4º - O cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Fórum Municipal de Educação, através das seguintes Comissões Permanentes:

I - Comissão de Educação Básica;

II - Comissão de Educação Profissional e Superior;

III - Comissão de Educação Inclusiva;

IV - Comissão de Educação de Jovens e Adultos;

V - Comissão de Qualidade e Desenvolvimento do Ensino;

VI - Comissão de Gestão e Formação Docente;

VII - Comissão de Financiamento e Plano de Carreira.

Parágrafo único - Poderão ser convidados a comparecer às reuniões, autoridades, especialistas ou grupos de pessoas ligadas ao assunto em questão, a fim de participar da discussão do assunto em pauta.

Art.5º - As Comissões Permanentes compor-se-ão da seguinte forma:

I - Comissão de Educação Básica: Educação Infantil (Meta 1), Ensino Fundamental (Meta 2) e Ensino Médio (Meta 3);

II - Comissão de Educação Profissional e Superior: Educação Profissional (Meta 11), Educação Superior (Meta 12), Qualidade do Ensino

Superior (Meta 13) e Pós-Graduação (Meta 14);

III - Comissão de Educação Inclusiva: Educação Inclusiva (Meta 4);

IV - Comissão de Educação de Jovens e Adultos: Elevação da Escolaridade (Meta 8), Alfabetização de Jovens e Adultos (Meta 9) e Educação de Jovens e Adultos Integrado à Formação Profissional (Meta 10);

V - Comissão de Qualidade e Desenvolvimento do Ensino: Alfabetização (Meta 5), Educação Integral (Meta 6) e Qualidade da Educação Básica/Ideb (Meta 7);

VI - Comissão de Gestão e Formação Docente: Formação dos Profissionais da Educação (Meta 15), Formação Continuada (Meta 16) e Gestão Democrática (Meta 19);

VII - Comissão de Financiamento e Plano de Carreira: Valorização dos Profissionais (Meta 17), Plano de Carreira (Meta 18) e Financiamento da Educação (Meta 20).

Art.6º - O Fórum Municipal de Educação e a Conferência Municipal de Educação estarão vinculados à Secretaria Municipal de Educação, que deverá assegurar apoio técnico e administrativo para garantir o seu funcionamento.

Art.7º - Os membros do Fórum Municipal de Educação não serão remunerados, e seus serviços serão considerados de relevância pública.

Art.8º - A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos no seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para este fim, e observadas as disposições deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.346, de 22 de abril de 2013.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6124, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6124, de 03 de abril de 2017.

“ FIXA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Municipal nº 5.516, de 28/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Em cumprimento a determinação contida no Art. 5º da Lei Municipal nº 5.516, de 28 de outubro de 2014, fica definido o número de vagas para estágio não obrigatório nas Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal a seguir identificadas:
	I - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: 27 vagas, das quais:
	a) 07 destinam-se à Delegacia Regional de Polícia Civil;
	b) 07 a Companhia do Corpo de Bombeiros;
	c) 13 aos departamentos vinculados a Secretaria;
	II – Secretaria de Gestão de Governo – 11 vagas;
	III - Procuradoria Geral do Município – 01 vaga;
	IV – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – 02 vagas;
	V – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 10 vagas;
	VI - Secretaria Municipal de Educação:170 vagas
	VII - Secretaria Municipal de Infraestrutura: 14 vagas;
	VIII - Secretaria Municipal de Saúde: 20 vagas
	IX - Fundação Municipal de Desporto: 01 vaga;
	X - Fundação Cultural: 04 vagas.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6026, de 09 de fevereiro de 2017, publicado em 15 de fevereiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de abril de 2017.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6125, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6125, de 24 de março de 2017.

"ALTERA O DECRETO Nº 5107, DE 25 DE JANEIRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; e com o § 3º, do artigo 15, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I do Decreto nº 5107, de 25 de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO

24 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I				
LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS				
a) Lotação Administração Direta				
I - Secretaria Municipal de Gestão de Governo				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
II - Procuradoria Geral do Município				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	H	20	GS
Advogado	7	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA
III - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	3	H	40	GS
Agente Administrativo	38	E	40	GA

Arquivista	1	H	40	GS
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Contador	2	H	40	GS
Coveiro	5	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO
IV- Secretaria Municipal de Saúde				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	30	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Analista de Sistemas	1	H	40	GS
Assistente Social	6	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	7	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	20	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	26	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	7	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS
Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS

Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	10	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	14	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Psicólogo	11	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	57	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT

V - Secretaria Municipal de Educação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	24	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	110	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	9	A	40	GO
Cozinheiro	40	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	1	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

VII - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado	2	H	20	GS
Agente Administrativo	10	E	40	GA
Assistente Social	25	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	12	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Cozinheiro	1	B	40	GO

Educador Social	13	E	40	GA
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	15	H	40	GS
Psicopedagogo	3	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	6	D	40	GO
VII - Secretaria Municipal de Infraestrutura				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	11	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	16	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	62	A	40	GO
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Calceteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO
Desenhista	6	F	40	GT
Detonador (em extinção)	1	B	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Engenheiro Civil	7	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Lubrificador	1	B	40	GO
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	25	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	28	E	40	GO
Pedreiro	9	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT
Topógrafo	2	F	40	GT
b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	5	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO

Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

DECRETO Nº 6129, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6129, de 28 de março de 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO E REAVALIAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão Especial de Revisão e Reavaliação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, com sede na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º - A Comissão Especial tem a finalidade de revisar e reavaliar a Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, e alterações em vigor, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul.

Art.3º - A Comissão Especial tem função deliberativa, propositiva, mobilizadora, consultiva e fiscalizadora quanto à reanálise, reavaliação, reorganização e aperfeiçoamento da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, e tem como atribuição final a apresentação de proposições para atualização da referida lei, após o estudo, e respeitando as demais legislações vigentes.

Art.4º - Em virtude do mérito e observados os critérios previstos neste Decreto, a Comissão Especial será composta paritariamente por representantes indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e Região (SINSPURS) e Poder Executivo, sendo este composto pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Parágrafo único – Comporem-se os segmentos acima de representantes do magistério da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, pedagogos e gestores, além de representantes da diretoria executiva do SINSPURS e servidores das respectivas Secretarias.

Art.5º - Ficam nomeados para compor a Comissão Especial os membros abaixo relacionados, representantes dos respectivos segmentos:

I – Membros indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e Região (SINSPURS);

- a) Marilene Back Espíndola, presidente do SINSPURS, como membro nato;
- b) Ivone Terezinha Meneghelli Lourenço, vice-presidente do SINSPURS, como membro nato;
- c) Arlete de Souza, representante da diretoria executiva do SINSPURS;
- d) Marcia Eliana Chiquetti, representante da diretoria executiva do SINSPURS;
- e) Rodrigo de Souza, para exercer a função de assessoria jurídica;
- f) Deise Montibeler, representante dos professores de Educação Infantil – 0 a 3 anos;
- g) Marli Kanitz Münzfeld, representante dos professores de Educação Infantil – 4 a 6 anos;
- h) Ana Claudia Demarch Franceschi, representante dos professores

de Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

i) Marineusa Doerner Olivo, representante dos professores de Ensino Fundamental – Anos Finais;

j) Eliane Léa Vicente Testoni, representante dos pedagogos;

k) Ereni Fatima Belino André, representante dos gestores.

II – Membros indicados pelo Poder Executivo;

a) Janara Aparecida Mafra, secretária municipal de Educação, como membro nato;

b) Alexandre Matos Pereira, secretário municipal de Administração e Fazenda, como membro nato;

c) Sandra Aparecida Dela Justina, representante de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação;

d) Laiana da Silva Ossemer, representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

e) Carolina Cardoso Dutra, para exercer a função de assessoria jurídica;

f) Mônica Tonet, representante dos professores de Educação Infantil – 0 a 3 anos;

g) Laureci Claudino Perini, representante dos professores de Educação Infantil – 4 a 6 anos;

h) Adriana Maísa Nikel Wetzstein, representante dos professores de Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

i) Cíntia Franz, representante dos professores de Ensino Fundamental – Anos Finais;

j) Genir Ceola, representante dos pedagogos;

k) Adriana Martins da Silva Soares, representante dos gestores.

Secretário-Executivo: Marlon Anderson de Souza, indicado pela secretária municipal de Educação.

Art.6º - O Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial serão eleitos por seus pares e a Secretaria-Executiva ficará a cargo de servidor designado pela secretária municipal de Educação.

Art.7º - As reuniões da Comissão Especial somente deliberarão com a presença da maioria absoluta dos membros.

Art.8º - O mandato dos membros nomeados por este Decreto é de livre nomeação e duração, sendo substituídos ou acrescidos conforme necessidade e deliberação da Comissão Especial, e seus integrantes não serão remunerados.

Art.9º - A Comissão Especial será extinta após a conclusão dos trabalhos afetos à sua finalidade, mediante Decreto específico.

Art.10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.540, de 30 de novembro de 2010, e o Decreto nº 3.427, de 04 de junho de 2013.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6130, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6130, de 06 de Abril de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto os veículos, conforme seguem:

Veículo FIAT/DUCATO MULT JAEDI T – Placas MDF0155 – Cor Branca – Frota 270 – Chassi 93W245H3362007459 – Ano 2006/2006 – Renavam 890387737 – Patrimônio 9729, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pelos prazos determinados a seguir:

- 13h45min do dia 29 de março às 19h00min do dia 30 de março de 2017;
- 13h45min às 19h00min do dia 31 de março de 2017;
- 06h00min às 18h00min do dia 01 de abril de 2017.

Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pelos prazos determinados a seguir:

- 18h00min às 22h00min do dia 31 de março de 2017;
- 14h00min às 22h00min do dia 01 de abril de 2017.

Parágrafo Único: Os referidos veículos poderão retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art.2º - E, ainda, concede-se à Fundação Municipal de Desporto, por tempo determinado na data de 31 de março do corrente ano, o servidor Dauri Casatti, motorista, matrícula n. 148101 e, na data de 01 de abril do corrente ano, o servidor Clébson Custódio da Conceição, motorista, matrícula n.109835.

Art.3º - As despesas decorrentes do uso e manutenção dos referidos veículos, bem como as despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de Abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6131, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6131, de 06 de Abril de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal

de Desporto os veículos, conforme seguem:

Veículo FIAT/DUCATO MULT JAEDI T – Placas MDF0155 – Cor Branca – Frota 270 – Chassi 93W245H3362007459 – Ano 2006/2006 – Renavam 890387737 – Patrimônio 9729, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pelos prazos determinados a seguir:

- 18h45min às 21h00min do dia 06 de abril de 2017;
- 14h00min do dia 07 de abril às 17h00min do dia 08 de abril de 2017;
- 14h00min às 20h00min do dia 10 de abril de 2017.

Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pelos prazos determinados a seguir:

- 13h00min às 19h00min do dia 07 de abril de 2017;
- 06h00min às 19h00min do dia 08 de abril de 2017.

Parágrafo Único: Os referidos veículos poderão retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art.2º - E, ainda, concede-se à Fundação Municipal de Desporto, por tempo determinado entre os dias 06 a 08 de abril do corrente ano, o servidor Dauri Casatti, motorista, matrícula n. 148101 e, entre os dias 08 e 10 de abril do corrente ano, o servidor Márcio de Souza, motorista, matrícula n. 74535.

Art.3º - As despesas decorrentes do uso e manutenção dos referidos veículos, bem como as despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de Abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6132, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6132, de 06 de abril de 2017.

“RETIFICA O DECRETO Nº 6017 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA A Sra. TERESINHA PERFOLL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta do decreto,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 6017 de 08 de Fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Em cumprimento a sentença de mérito, com deferimento de tutela provisória de urgência, proferida nos autos do processo 0303050-91.2016.8.24.0054, fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Teresinha Perfoll, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7R/1893233, CPF nº 590.700.219-00, domiciliada e residente na Rua Joaquim Paulino de Souza, 122, Santa Galo, Rio do Sul, SC., no cargo de Professor, nível 3, classe F, com proventos integrais e paridade, a partir de 09 de fevereiro de 2017.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

06 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 6133, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6133, de 07 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 89, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a autorização de uso, de utilização das dependências do pátio e do Ginásio Clóvis Gaertner, nos dias 07 e 08 de abril de 2017, pela Conferência de São Vicente de Paulo de Rio do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 85.789.261/0001-95, com sede na Rua São Bento, nº 1352 – Bairro Progresso, em Rio do Sul – SC. Parágrafo único. A autorização de uso destina-se a realização da 3ª Cavalgada Beneficente, em prol do asilo.

Art. 2º. A presente autorização de uso será formalizada através de hábil e competente Termo de Autorização de Uso, devidamente assinado fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do presente Termo de Autorização de Uso em anexo.

GABINETE DO PREFEITO

07 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 059/2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 59/2017, de 07 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE OS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU.”

O Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no uso de suas atribuições previstas no Manual de Funções, instituído pelo Decreto nº 412/96 e no Artigo 21 e seus incisos, do Código Tributário Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Para requerer a isenção do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, o requerente, pessoa física ou jurídica, deverá comparecer no Departamento de Arrecadação munido, para requerer a isenção no balcão de atendimento, e/ou anexar ao

processo de solicitação de isenção digital, via portal do cidadão, cópia dos seguintes documentos:

I – Aposentados e ou Pensionistas:

- a) Documentos de identificação de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado (RG, CPF, Certidão de Nascimento, etc);
- b) Comprovante de Renda Familiar de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado;
- c) Informativo de Benefício expedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, do mês anterior a solicitação;
- d) Certidão de Propriedade expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca;

II – Assalariados:

- a) Documentos de identificação de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado (RG, CPF, Certidão de Nascimento, etc);
- b) Comprovante de Renda Familiar de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado;
- c) Carteira Profissional Atualizada ou Ficha de Registro de empregado;
- d) Folha de Pagamento do mês anterior ao pedido de isenção;
- e) Certidão de Propriedade expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca;

III – Entidades Filantrópicas, Associações/Agremiações Desportivas ou Culturais, Clubes Sociais e ou de Campo, Sindicatos Patronais, Hospitais e Casas de Saúde:

- a) Recibo Anual de Informações Sociais – positiva ou negativa referente ao último exercício financeiro;
- b) Cartão de CNPJ;

Parágrafo Único: As entidades Filantrópicas deverão apresentar o atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

IV – Imóveis pertencentes aos ex-combatentes:

- a) Carteira de Identidade de ex-combatente ou Certificado de Reservista;
- b) Carteira de Identidade e C.P.F;

ou

- c) Certidão de Óbito do ex-combatente;
- d) Carteira de Identidade e C.P.F da viúva;

V – Imóveis pertencentes aos Microempreendedores Individual – MEI

- a) Cópia do Alvará de Localização municipal;
- b) Declaração Nacional do Simples Nacional do Micro Empreendedor Individual - DASN SIMEI do exercício anterior não podendo exceder a média mensal de três salários mínimos;
- c) Cartão de CNPJ atualizado emitido na data da solicitação;
- d) Certidão de Propriedade expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca;

Parágrafo Único: somente poderão ser isentos os imóveis de propriedade do microempreendedor individual mediante a protocolização do requerimento padronizado emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º – Os Imóveis Urbanos com Características e Destinação Rural, quando:

I – Cadastrados junto ao INCRA deverão apresentar:

- a) Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
- b) C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
- c) ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
- d) CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural;

II – Não cadastrados junto ao INCRA, somente poderão ser isentos após vistoria 'in loco' ocasião em que os técnicos da Diretoria Executiva de Agricultura da Secretaria Municipal de Infraestrutura, verificarão se há exploração agrícola, pecuária, extrativa ou vegetal mínima, em pelo menos 60% da propriedade, e desenvolvidas pela mão de obra familiar, para tanto deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
- b) C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
- c) Prova de emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural;
- d) Declaração de Cadastramento expedida pela Diretoria Executiva de Agricultura da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

§ 1º – Os contribuintes enquadrados no disposto no inciso I, deste artigo, que:

a) solicitarem isenção até o dia 30 de setembro deverão apresentar o ITR correspondente ao último exercício financeiro, devidamente quitado;

b) solicitarem isenção após a data estabelecida no parágrafo anterior deverão apresentar o ITR correspondente ao exercício financeiro do ano em curso, devidamente quitado.

§ 2º – O CCIR deverá ser correspondente ao último cadastramento e deverá estar devidamente quitado.

Art. 3º – Para requerer a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, quando o proprietário do imóvel não comparecer pessoalmente, o requerente deverá apresentar juntamente com os demais documentos exigíveis para a isenção, a devida procuração com firma reconhecida, dando-lhe poderes para representá-lo.

Parágrafo Único: em caso da solicitação de isenção de IPTU via portal do cidadão, fica dispensada a apresentação de instrumento de procuração.

Art. 4º – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa nº57/2016.

Rio do Sul, 07 de abril de 2017.

Alexandre Matos Pereira

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PAUTA DE SORTEIO CONSULTA Nº 001/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

Pauta de Sorteio Consulta Nº 001/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 10 de Abril de 2017, às 08hs00 no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte processo de Consulta:

Número do protocolo: Protocolo Nº 165177/2017

Nome do Recorrente: Magamobi E-Business S/A

Nº do Processo-Consulta: 001/2017

Rio do Sul, 07 de Abril de 2017

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

PORTARIA Nº 456/RH

PORTARIA Nº. 0456/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder o servidor Sebastião do Amaral, matrícula n. 214301, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão ao Fundo Municipal de Desporto por período determinado para efetivar o transporte dos atletas desta Municipalidade para o Bolão 23 Feminino no município de Ibirama e para o Basquete Feminino no município de Blumenau.

Art. 2º O período de cessão será de 06 de abril de 2017 até 07 de abril de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

RESUMO DO CONTRATO 005/2017

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE Nº 005/2017

Pregão Presencial nº 004/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I.

Valor: R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais), considerando-se o valor por veículo de R\$ 25,95 (vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) e o valor mensal de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

Prazo de Execução: 12 meses, com início imediato a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

Condições de Pagamento: mensal, até o 10 (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2017.
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 Prefeito Municipal

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 008/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 008/2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO DE RIO DO SUL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representado pela Secretária, Sra. JANARA APARECIDA MAFRA, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.789.261/0001-95, com sede na Estrada São Bento, nº 1352 – Bairro Progresso, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela sua presidente, Sra. MIRIAM PURNHAGEN, doravante denominada CONFERÊNCIA, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Autorização de Uso, com fundamento no artigo 89, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Autorização de Uso visa a utilização das dependências do pátio e do Ginásio Clóvis Gaertner, para realização da 3ª CAVALGADA BENEFICENTE, em prol do asilo, que está prevista para os dias 07 e 08 de abril de 2017, fazendo parte das comemorações do aniversário do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O MUNICÍPIO obriga-se à:

a) Ceder o espaço do pátio e o Ginásio Clóvis Gaertner, da Secretaria Municipal de Educação, nos dias 07 e 08 de abril de 2017.

II – A CONFERÊNCIA obriga-se à:

a) Realizar a 3ª Cavalgada Beneficente, em prol do asilo, em comemoração do aniversário do município de Rio do Sul;

b) Realizar manutenção e limpeza do pátio e do Ginásio Clóvis Gaertner, da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Autorização de Uso terá vigência de 02 (dois) dias, quais sejam, dia 07 e 08 de abril de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido se ocorrer comprovado o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou poderá, ainda, rescindido unilateralmente, mediante expressa notificação à parte.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

É vedado à CONFERÊNCIA delegar a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo a outra pessoa física ou

jurídica. Caso ocorra necessidade deve ser realizada comunicação ao MUNICÍPIO e ao Poder Judiciário da Comarca de Rio do Sul. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre à prestação de serviço na melhor qualidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE PENAL E CIVIL

A Conferência de São Vicente de Paulo de Rio do Sul ficará responsável pelos acontecimentos que gerem responsabilização civil e penal, no âmbito da utilização do estabelecimento público, nos dias 07 e 08 de abril de 2017, devendo reparar os danos que eventualmente venham a surgir.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

É eleito, para fins legais e questões derivadas do presente Termo de Autorização de Uso o Foro de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 07 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	JANARA APARECIDA MAFRA Secretária Municipal de Educação
MIRIAM PURNHAGEN Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo de Rio do Sul	

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 44/2017 TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, ESTABELECIDO NA RUA NEREU RAMOS, 205, CENTRO – RIO DOS CEDROS - SC, INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 44/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 18/04/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 18/04/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 05 de Abril de 2017.

ALFREDO JOÃO BERRI MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI PAULO BINDELLI

Secretario de Educação Secretária de Saúde Secretário da Fazenda

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 45/2017 TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR LOTE O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, ESTABELECIDO NA RUA NEREU RAMOS, 205, CENTRO – RIO DOS CEDROS - SC, INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 45/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 18/04/2017 - Hora: 13:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 18/04/2017 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 05 de Abril de 2017.

MARINEUSA HOFFMANN MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI PAULO BINDELLI

Assistente Social Secretária de Saúde Secretário da Fazenda

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 46/2017 TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, ESTABELECIDO NA RUA NEREU RAMOS, 205, CENTRO – RIO DOS CEDROS - SC, INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 46/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA LICENÇAS AMBIENTAIS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 20/04/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 20/04/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 06 de Abril de 2017.

PAULO BINDELLI

Secretário da Fazenda

Rio Rufino

PREFEITURA

PREGÃO 14/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

Processo Administrativo N° 16/2017

PREGÃO PRESENCIAL 14/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, Estado de Santa Catarina, tornam público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, que realizarão licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço , no dia 25//04/2017 às 10:00 horas, para Serviços de Informática

Esclarecimentos fone 49 32790000

www.riorufino.sc.gov.br

Rio Rufino, 07 de Abril de 2017.

THIAGO COSTA

Prefeito Municipal

PREGÃO 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

Processo Administrativo N° 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL 15/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, Estado de Santa Catarina, tornam público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, que realizarão licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço , no dia 25//04/2017 às 14:00 horas, para AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS

Esclarecimentos fone 49 32790000

www.riorufino.sc.gov.br

Rio Rufino, 07 de Abril de 2017.

THIAGO COSTA

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 651/2017

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 651/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial 15/2017

Na edição nº 2220, página 553, do Diário Oficial dos Municípios na Publicação do Aviso de Licitação – Processo Licitatório nº. 651/2017, Pregão nº. 15/2017.

Onde se lê: 6.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, o VALOR TOTAL DO ITEM, com duas casas após a vírgula, conforme o MODELO ANEXO III, entendendo, estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos, decorrentes de toda a operação para a entrega do objeto licitado, atendendo solicitação do Município de Romelândia, SC, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

Leia-se: 6.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, o VALOR TOTAL DO ITEM, com duas casas após a vírgula, informar a MARCA do produto, conforme o MODELO ANEXO III, entendendo, estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos, decorrentes de toda a operação para a entrega do objeto licitado, atendendo solicitação do Município de Romelândia, SC, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

Onde se lê: 6.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a licitante, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

Leia-se: 6.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a licitante, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

Romelândia, 07 de Abril de 2017.

MILTON AIMI

Pregoeiro

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 659/2017

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 659/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Romelândia, sito à Rua 12 de Outubro, 242, nesta cidade de Romelândia – SC, inscrito no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO Menor preço Unitário por Item, VISANDO REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, PAD DE ASSINATURA, LEITOR BIOMÉTRICO, SCANNER E WEBCAM PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE EMISSÃO DE CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme descrito no objeto do presente Edital, e que estará recebendo os documentos pertinentes à habilitação e proposta, que deverão ser protocolados com o PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO junto ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 12 de Outubro, 242, em Romelândia, Estado de Santa Catarina, conforme segue, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Lei nº 9.648 de 27/05/98; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº 217 de 31/07/2006.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Até 13 de abril de 2017 às 08:00 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:

13 de abril de 2017 a partir das 08:10 horas.

LOCAL DA ABERTURA

SALA DE REUNIÕES do Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 12 de Outubro, 242,

Romelândia, SC.

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, PAD DE ASSINATURA, LEITOR BIOMÉTRICO, SCANNER E WEBCAM PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE EMISSÃO DE CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1	1,0	UN	MICRO COMPUTADOR com no mínimo: Processador Intel I5 - 6400 - 2.7 GHZ; Memória Cachê de 6 MB; / MEMÓRIA RAM: 8GB - DDR3- 1x8GB, 2 x DDR3 DIMM - 1600/1333 MHz, / ARMAZENAMENTO: Disco padrão: 1 x 1TB SATA , Portas SATA: 4 x SATA 6Gb/s; / CONEXÕES TRASEIRAS: PS/2 Mouse, PS/2 Teclado, Serial, Porta HDMI, Conector VGA, 2 Portas USB 3.0, 4 Portas USB 2.0, Rede 10/100/1000 Mbps, Fone/microfone/áudio in; / FONTE: 200W bivolt; / Mouse Óptico e Teclado ABNT 2; / GABINETE: Mini-Torre ATX; / Caixas de Som Amplificadas, Estabilizador 220/110, Gravador de DVD/CD, Leitor de DVD e CD Rom, Monitor Colorido 19" LED
2	1,0	UN	PAD DE ASSINATURA (Coletor de Assinatura) com características mínimas: Tipo do Sensor : Atividade eletromagnética; Tipo da Caneta :Atividade Energizada; Dimensões (em mm) : 193 x 168 x 16; Área de Leitura (em mm) : 135 x 102; Conversão de Dados Rate : 377 pontos por segundo; Resolução de PPI : 410 pontos por polegada (reais); Suporte : As atualizações são fornecidas gratuitamente; Interface USB 2.0; Compatível com Windows Seven e 8; SDK (Software Development Kit) compatível com programa Visual Basic 6.0, Fornecer manuais, mídias e drives para instalação e configuração; Imagem no formato .png e .jpeg
3	1,0	UN	LEITOR BIOMÉTRICO (Coletor de Digital) - Óptico; Área de Captura e Leitura: Prisma de vidro com LED visível e perceptivo; Modelo do leitor: Torre; Captura: Qualquer ângulo (360°); Interface: USB 2.0; Resolução: 500 DPI; Área de Captura: 16 x 18 mm; Tempo de Captura: 300 milissegundos; Tamanho da Imagem: 248 x 292 pixels; Padrões: MIC, KC, UL, CE, FCC; Kit de Desenvolvimento: SDK gratuito, Suporta busca do tipo 1:1 e 1:N (limitado); Padrões do SDK: ISO/IEC 19794-2:2005, ANSI/INCITS 378-2004, Compressão: WSQ, Qualidade da imagem: NIST NFIQ; Driver OS: Windows 98/2000/ME/2003/2008/XP/Vista/ 7 32-bit e 64-bit/ 8 32-bit e 64-bit/ 10 32-bit e 64-bit.
4	1,0	UN	WEBCAM - Resolução Mínima 640 x 480 pixels (380 k pixels); Lentes F 2.8 ou superior; Velocidade do disparador automático; Distância do foco 10 cm ao infinito com ajuste manual com botões na própria câmera; Controle de exposição da luz Automático ou Manual; Formato do Arquivo JPEG, AVI, WAV; Interface USB 2.0; Até 30 frames por segundo; Base Flexível; Botão para Captura de Imagem; Compatível com Windows 7 e 8; Compatível com componente ezVidCap60 utilizado no programa Visual Basic; Extensão para Cabo USB.
5	1,0	UN	SCANNER DE MESA COM BASE PLANA, com no mínimo: Capacidade de digitalização colorida e em tons de cinza (acima de 250 tons); Tensão de entrada 100 a 240 VAC (50/60 Hz) automática; Interface USB 2.0; Capacidade de digitalização de no mínimo 210 x 297mm (A4); Resolução óptica de digitalização de no mínimo 2400 DPI; Profundidade de bits de no mínimo de 36; Reconhecimento óptico de caracteres (OCR); Cabo USB, Manual de Instruções e Drives de Instalação

1.2 - As propostas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional (Real), preço unitário e preço total, conforme consta no ANEXO III, obrigatoriamente com 2 (duas) casas após a virgula.

1.3 – A licitante participante que não apresentar sua proposta nos termos do item anterior será automaticamente desclassificada;

1.4 – Os valores constantes no ANEXO III é o indicativo do valor máximo aceitável para este Processo Licitatório.

1.5 Os itens 2, 3, 4 e 5 devem ser de marcas homologadas pelo Ministério do Trabalho para uso no Sistema de emissão de CTPS.

1.6 A minuta da Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital deste Processo Licitatório.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Processo Licitatório todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem as exigências deste Edital, e que estejam legalmente estabelecidas na forma da lei, para os fins do objeto lícitado.

3 - DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar deste Processo Licitatório, as PESSOAS JURÍDICAS que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

3.1 - que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública;

3.2 - que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público;

3.3 - que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

3.4 - que se subsumem nas disposições do Artigo 9º, e inciso V do Artigo 27 da lei nº 8.666/93;

3.5 - em consórcio.

4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1 – Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro(a), a proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie a participar, conforme o MODELO ANEXO I, de preferência em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado, com firma reconhecida, respondendo o mesmo pela representada.

4.2 – O credenciamento ocorrerá até dia 13/04/17, até às 08:00 horas junto ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 12 de Outubro, 242, em Romelândia, Estado de Santa Catarina.

4.3 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

4.4 – Para a efetivação do credenciamento o representante da proponente exhibirá ao Pregoeiro(a) qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um original de instrumento procuratório que o autorize a participar deste Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial e a responder pela proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome da proponente.

4.5 – Deverá apresentar cópia autenticada (cartório ou por servidor designado) de documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

4.6 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente exhibirá ao Pregoeiro(a) qualquer documento de identidade emitido por órgão público e deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, ficando nesta hipótese, dispensado de apresentar o documento constante no ANEXO I.

4.7 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos.

4.8 – Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

4.9 – Cada proponente participante poderá credenciar, e participar apenas com um representante.

4.10 - No ato do credenciamento, a participante que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para gozar dos benefícios garantidos nessa lei, neste Processo Licitatório, deverá entregar ao Pregoeiro(a) Oficial do Município, sob as penas da legislação em vigor, DECLARAÇÃO assinada do enquadramento nessa situação conforme o MODELO ANEXO II.

4.11 - APRESENTAR DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (ANEXO IV).

4.12 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR (ANEXO V).

4.13 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ANEXO VI).

5 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - O Envelope nº 01 (Proposta de Preços) e o Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) Oficial do Município no ato do CREDENCIAMENTO.

5.2 – Os envelopes de habilitação e propostas que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município, e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

5.3 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

6 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, o VALOR TOTAL DO ITEM, com duas casas após a vírgula, conforme o MODELO ANEXO III, entendendo, estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos, decorrentes de toda a operação para a entrega do objeto licitado, atendendo solicitação do Município de Romelândia, SC, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

6.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a licitante, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

6.1.2 - A proponente deverá cotar em moeda corrente nacional (Real) os itens do Edital.

6.2 - O prazo de validade da proposta apresentada será de 60(sessenta) dias contados a partir da homologação deste Processo Licitatório.

6.3 - A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DA LICITANTE DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

6.4 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro Oficial do Município.

6.5 - O envelope de apresentação da proposta poderá conter na parte frontal externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

AO PREGOEIRO(A) OFICIAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 659/2017

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

PROPOSTA DE PREÇOS

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 – Na data e local indicado neste edital e a partir das 08:10 horas do dia 13 de abril de 2017 o Pregoeiro(a) Oficial do Município iniciará e sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta.

7.2 – Os documentos da PROPOSTA DE PREÇOS retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município e pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, ao seu critério.

7.3 – Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes da Proposta de Preços em uma única sessão em face da não conclusão, no exame da documentação, da etapa competitiva de lances verbais, ou ainda, por terem surgido dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

7.4 – Os trabalhos poderão ser suspensos temporariamente, a critério exclusivo do Pregoeiro(a) Oficial do Município, por qualquer motivo plenamente justificável, desde que todos os representantes presentes sejam comunicados; que seja estabelecido o horário de retomada dos trabalhos e procedido o registro do motivo em ata.

7.5 – Nos casos dos itens 7.3 e 7.4, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município e pelos representantes credenciados, ficarão em poder do Pregoeiro(a) Oficial do Município até a retomada dos trabalhos ou início da nova sessão com data e horário pré-definidos e de ciência de todos os representantes.

8 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

8.1 - O Pregoeiro(a) fará o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, classificando-as pelo Menor preço Unitário por Item considerando, para tanto, as disposições da Lei 10.520/02, principalmente as previstas no Artigo 4º, inciso VIII, IX e X.

8.2 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

8.3 – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro(a) Oficial do Município convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.4 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

8.5 – O Pregoeiro(a) Oficial do Município poderá estipular o valor mínimo do lance e o tempo para sua realização.

8.6 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro(a), implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.7 – O Pregoeiro(a), durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

8.8 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10 – Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de Menor preço Unitário por Item.

8.11 – Em seguida o Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.12 – Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro(a) Oficial do Município examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

8.13 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

8.14 – No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro(a) convocará todas as licitantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

8.15 – Nas situações previstas nos itens 8.9 e 8.11, o Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.16 – Da sessão, lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município e pelo licitante vencedor, sendo tal recomendação facultada aos componentes da equipe de apoio.

8.17 - Será considerada vencedora aquela empresa que tendo cumprido todas as exigências deste Edital, conforme prescreve o Art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, apresentar o Menor preço Unitário por Item;

8.18 – Verificada a igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será considerado como critério de desempate o sorteio, observado anteriormente o disposto nos Incisos I, II e III do Parágrafo 2º, do Art. 3º, e considerando o Parágrafo 2º do Artigo 45 da Lei 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

8.19 – O sorteio poderá ser realizado na mesma sessão de abertura das propostas de preços, em caso da presença de todos representantes das empresas que participarão do sorteio. Se os representantes não estiverem, todos, presentes, será marcada a data do sorteio e comunicado aos interessados. Na data marcada o sorteio será realizado com ou sem a presença de representantes;

8.20 - Nas licitações é assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do Art. 44 e Art. 45 da LC 123/2006

8.21 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.22 - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no item 8.21 deste edital será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.23 - A diferença a menor do VALOR UNITÁRIO da proposta considerada vencedora para homologação e o valor inicial da mesma, será distribuído de forma equânime no valor unitário para o item cotado, de modo que o valor total feche com o valor final da proposta VENCEDORA.

9 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A documentação para a habilitação da licitante, que deverá constar no ENVELOPE Nº 02 é a seguinte:

9.1. – DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

I – SOCIEDADES COMERCIAIS EM GERAL: contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, apresentado na forma da Lei n. 10.406, de 10-1-2002;

II – SOCIEDADES CIVIS: inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente registrado; e
III – SOCIEDADES ANÔNIMAS: ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembléia-Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal, apresentada na forma da Lei n. 10.406, de 10-1-2002;

9.1.1 – Na apresentação do estatuto, contrato social ou inscrição do ato constitutivo em vigor, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado;

9.2 – DA REGULARIDADE FISCAL

9.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 – Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e INSS, através de Certidão Conjunta, conforme Decreto nº. 5.512 de 15 de agosto de 2005, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade.

9.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa a todos os tributos de competência estadual, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo da mesma;

9.2.4 – Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo da mesma. A(s) certidão(ões) negativa(s) de débitos municipais devem referir-se a todos os tributos, quer seja, a tributos mobiliários e imobiliários.

9.2.5 – Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela CEF – Caixa Econômica Federal, com data de emissão não superior a 31 (trinta e um) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão seu prazo de validade.

9.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão, (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) eletrônica e gratuita, encontra-se disponível no site www.tst.jus.br e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

9.2.7 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Órgão Competente.

9.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.1 – Declaração da licitante conforme o MODELO ANEXO VII, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que caso venha a vencer o certame entregará o objeto licitado e nas condições previstas nesse Edital.

9.4 - DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006

9.4.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem-se dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação dos documentos abaixo arrolados, conforme o caso:

9.4.1.1 - Para as empresas registradas na Junta Comercial - certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, ou;

9.4.1.2 - Para as empresas registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas - declaração nos termos do ANEXO II

9.4.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

9.4.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação e de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4.4 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

9.4.5 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.5 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

9.5.1 - O Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.

9.5.2 - A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo nos casos previstos em Lei.

9.5.3 - Todos os documentos apresentados para a habilitação, QUANDO SE TRATAR DE FILIAL, EXCETO, A CERTIDÃO CONJUNTA e a de REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL, que só são emitidas em nome da matriz, deverão estar com o mesmo nº de CNPJ e endereço.

9.5.4 – A presente documentação poderá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor designado;

9.5.5 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;

9.6 - O ENVELOPE Nº 02, contendo a documentação da habilitação, poderá conter na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

AO PREGOEIRO(A) OFICIAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 659/2017

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

REGISTRO DE PREÇOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Concluída a fase de classificação das Propostas de Preço serão iniciados os procedimentos de abertura dos ENVELOPES Nº 02 referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que em não havendo fato impeditivo, poderá ser em ato contínuo.

10.2 – Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município, pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, ao seu critério.

10.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

10.4 – Se a licitante classificada com a melhor Proposta de Preços não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará as Propostas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.5 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

10.6 – A licitante é responsável pelas informações e documentos apresentados, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro(a) vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade da proponente.

10.7 – O Pregoeiro(a) Oficial do Município ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

11 – DO REGISTRO DOS PREÇOS

11.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pelas licitantes vencedoras do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

11.1.1 – É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.1.2 – A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através da comunicação oficial. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Romelândia para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas neste edital.

11.2 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato de a empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses consecutivos, contados a partir da sua data de assinatura.

11.4 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

11.5 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

12 – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**12.1 – DO PREÇO**

O preço dos serviços do presente objeto devem ser cotados considerando o previsto no item 1 e 6 deste Edital, e seus subitens, incluindo-se nele todos os tributos e todos os demais custos diretos e indiretos decorrentes de toda a operação de venda.

12.2 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento à empresa vencedora será efetuado em moeda corrente nacional (Real) em até 10 (dez) dias após a liquidação da despesa.

12.3 – DO REAJUSTAMENTO

Os preços fixados a partir da homologação deste edital não serão reajustados.

12.4 – DA ATUALIZAÇÃO

A atualização monetária em decorrência de mora, entre a data fixada para o pagamento e seu efetivo pagamento, será determinada com base na variação do IGPM – FGV ou outro índice que venha substituí-lo.

13 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 – Até 02 (dois) dias úteis, antes da data limite fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial, cabendo ao Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14 – DOS RECURSOS

14.1 – Dos atos relacionados a este Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Romelândia, por intermédio do Pregoeiro, que poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado.

14.2 – Decairá do direito de impugnar o Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas, no mesmo horário e local, indicados para a entrega dos envelopes.

14.3 – Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro(a) poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

14.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14.5 – NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

14.6 – Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não apresentadas pelo proponente às razões para interposição do recurso.

14.7 – Os recursos contra decisões do Pregoeiro(a) terão efeito suspensivo, na forma do Artigo 109 § 2º da Lei 8.666/93.

14.8 – O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.9 – Serão recebidos os recursos ou impugnações que forem enviados via correio eletrônico para compras@romelandia.sc.gov.br, porém, a sua análise somente ocorrerá após a juntada dos documentos originais, observado os prazos previstos na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

15 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

14.1.1 - Automaticamente:

14.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

14.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

14.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

14.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

14.2.1 - A pedido, quando:

14.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

14.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

14.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 10 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

14.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

14.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6.1 do Edital;

14.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

14.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

14.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

14.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

14.2.2.6 – não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

14.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial ou por informativo no Mural Público da Prefeitura Municipal de Romelândia.

16 – DAS PENALIDADES

16.1 - Se a vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

16.1.1 – Advertência;

16.1.2 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Romelândia- SC;

16.1.3 – Pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

16.1.4 – Declaração de inidoneidade;

16.1.5 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

16.1.6 - As demais penalidades previstas no Art. 80 a 99 da Lei nº 8.666/93;

16.2 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Romelândia – SC, em favor da licitante vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta LICITAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do orçamento do exercício de 2017, conforme segue:

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1 – Os licitantes poderão retirar o presente edital junto ao Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 12 de Outubro, 242, em Romelândia, SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou obtê-lo através do site www.romelandia.sc.gov.br.

18.2 – Demais informações e esclarecimentos sobre o presente edital, poderão ser obtidos através do telefone 49 3624 1002 e correio eletrônico para compras@romelandia.sc.gov.br;

18.3 – Fica assegurado ao Município de Romelândia – SC, através de ato do Prefeito Municipal, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o Presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.4 – Será lavrada ata do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelo Pregoeiro(a) Oficial do Município e pela licitante vencedora.

18.5 – O Pregoeiro(a) Oficial do Município e sua equipe de apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

18.6 – Será facultado aos membros da equipe de apoio o direito de fazer constar suas assinaturas na ata.

18.7 – É facultado à licitante formular protestos, consignando em atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidades, prover a conservação ou ressarva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

18.8 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Romelândia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.9 - A contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

18.10 – A homologação do resultado deste Processo Licitatório não implicará em direito à contratação.

18.11 – Fazem parte complementar e inseparável deste Edital os seguintes ANEXOS:

18.11.1 – ANEXO I – MODELO DE CREDENCIAMENTO.

18.11.2 – ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA/EPP.

18.11.3 – ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

18.11.4 - ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

18.11.5 - ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR.

18.11.6 - ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

18.11.7 - ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO EM ENTREGAR O OBJETO LICITADO.

Romelândia, SC, 16 de Março de 2017.

VALDIR BUGS

PREFEITO MUNICIPAL

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO I – MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Local/Município), ____ de ____ de 2017.

Ao

Pregoeiro(a) Oficial do Município

Município de Romelândia

Credenciamento para participar no:

Processo Licitatório nº 659/2017

Pregão Presencial nº 16/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ vem pela presente, informar a V.Sªs, que o(a) Sr.º.(ª) _____, portador da Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável

(nome do representante da empresa com firma reconhecida)

Obs.: Deverá ser apresentado documentos que atendam os requisitos estabelecidos NO ITEM 4 em especial os SUBITENS 4.4; 4.5 e 4.6 do presente Edital).

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA/EPP

(Local/Município), ____ de ____ de 2017.

Ao

Pregoeiro(a) Oficial do Município

Município de Romelândia

Credenciamento para participar no:

Processo Licitatório nº 659/2017

Pregão Presencial nº 16/2017

REGISTRO DE PREÇOS

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº ____/____ - ____, com sede na _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para os fins da licitação do processo acima identificado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, em atendimento a LEI Complementar 123/2006.

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências

posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93;

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Pregoeiro(a) Oficial do Município
Município de Romelândia
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL
1	1,00	UN	MICRO COMPUTADOR com no mínimo: Processador Intel I5 - 6400 - 2.7 GHZ; Memória Cache de 6 MB; / MEMÓRIA RAM: 8GB - DDR3- 1x8GB, 2 x DDR3 DIMM - 1600/1333 MHz, / ARMAZENAMENTO: Disco padrão: 1 x 1TB SATA, Portas SATA: 4 x SATA 6Gb/s; / CONEXÕES TRASEIRAS: PS/2 Mouse, PS/2 Teclado, Serial, Porta HDMI, Conector VGA, 2 Portas USB 3.0, 4 Portas USB 2.0, Rede 10/100/1000 Mbps, Fone/microfone/audio in; / FONTE: 200W bivolt; / Mouse Óptico e Teclado ABNT 2; / GABINETE: Mini-Torre ATX; / Caixas de Som Amplificadas, Estabilizador 220/110, Gravador de DVD/CD, Leitor de DVD e CD Rom, Monitor Colorido 19" LED	2.990,0	2.990,0
2	1,00	UN	PAD DE ASSINATURA (Coletor de Assinatura) com características mínimas: Tipo do Sensor : Atividade eletromagnética; Tipo da Caneta :Atividade Energizada; Dimensões (em mm) : 193 x 168 x 16; Área de Leitura (em mm) : 135 x 102; Conversão de Dados Rate : 377 pontos por segundo; Resolução de PPI : 410 pontos por polegada (reais); Suporte : As atualizações são fornecidas gratuitamente; Interface USB 2.0; Compatível com Windows Seven e 8; SDK (Software Development Kit) compatível com programa Visual Basic 6.0, Fornecer manuais, mídias e drives para instalação e configuração; Imagem no formato .png e .jpeg	4.556,0	4.556,0
3	1,00	UN	LEITOR BIOMÉTRICO (Coletor de Digital) - Óptico; Área de Captura e Leitura: Prisma de vidro com LED visível e perceptivo; Modelo do leitor: Torre; Captura: Qualquer ângulo (360º); Interface: USB 2.0; Resolução: 500 DPI; Área de Captura: 16 x 18 mm; Tempo de Captura: 300 milissegundos; Tamanho da Imagem: 248 x 292 pixels; Padrões: MIC, KC, UL, CE, FCC; Kit de Desenvolvimento: SDK gratuito, Suporta busca do tipo 1:1 e 1:N (limitado); Padrões do SDK: ISO/IEC 19794-2:2005, ANSI/INCITS 378-2004, Compressão: WSQ, Qualidade da imagem: NIST NFIQ; Driver OS: Windows 98/2000/ME/2003/2008/XP/Vista/ 7 32-bit e 64-bit/ 8 32-bit e 64-bit/ 10 32-bit e 64-bit.	828,0	828,0
4	1,00	UN	WEBCAM - Resolução Mínima 640 x 480 pixels (380 k pixels); Lentes F 2.8 ou superior; Velocidade do disparador automático; Distância do foco 10 cm ao infinito com ajuste manual com botões na própria câmera; Controle de exposição da luz Automático ou Manual; Formato do Arquivo JPEG, AVI, WAV; Interface USB 2.0; Até 30 frames por segundo; Base Flexível; Botão para Captura de Imagem; Compatível com Windoes 7 e 8; Compatível com componente ezVidCap60 utilizado no programa Visual Basic; Extensão para Cabo USB.	106,0	106,0

5	1,00	UN	SCANNER DE MESA COM BASE PLANA, com no mínimo: Capacidade de digitalização colorida e em tons de cinza (acima de 250 tons); Tensão de entrada 100 a 240 VAC (50/60 Hz) automática; Interface USB 2.0; Capacidade de digitalização de no mínimo 210 x 297mm (A4); Resolução óptica de digitalização de no mínimo 2400 DPI; Profundidade de bits de no mínimo de 36; Reconhecimento óptico de caracteres (OCR); Cabo USB, Manual de Instruções e Drives de Instalação	1.000,0	1.000,0
---	------	----	---	---------	---------

(Valor por extenso)

(Local), de de 2017.

Assinatura do responsável legal
Identificação/qualificação

(OBSERVAR ITEM 6 DO EDITAL)

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Local/Município), ____ de _____ de 2017.

Ao
Pregoeiro(a) Oficial do Município
Município de Romelândia
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao
Pregoeiro(a) Oficial do Município
Município de Romelândia
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

..... nome da empresa , inscrita no CNPJ nº , endereço completo , declara sob as penas da lei que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para à sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local/Município), de de 2017.

Assinatura do responsável legal
Identificação
Qualificação

(DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ao
Pregoeiro(a) Oficial do Município
Município de Romelândia

Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº _____, por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(Local), de de 2017.

Assinatura do responsável legal
Identificação/qualificação

DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO.
(Local/Município), ____ de _____ de 2017.

Ao
Pregoeiro(a) Oficial do Município
Município de Romelândia
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____/____ - __, com sede na _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para os fins da licitação do processo acima identificada, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que GARANTE a entrega do objeto da qual foi vencedora, nos termos da legislação vigente e do presente Edital

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
Processo Licitatório nº 659/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0__/2017
Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia ____/____/____

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 6/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 659/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 16/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, PAD DE ASSINATURA, LEITOR BIOMÉTRICO, SCANNER E WEBCAM PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE EMISSÃO DE CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo de entrega dos serviços será imediata.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do serviço entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o serviço é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica responsável sobre a fiscalização da Entrega dos serviços os Secretários Municipais responsável pela Secretaria adquirente do produto/serviço.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos serviços para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do

mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, / /2017.

VALDIR BUGS		FORNECEDOR
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

PORTARIA 8415/2017

PORTARIA Nº 8415/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder ao Servidor Público Municipal ELZO LUIZ IMIG, férias referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2013 à 01 de setembro de 2014, para serem gozadas de 03 de abril de 2017, à 02 de maio de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a partir de 03 de abril de 2017.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 06 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8416/2017

PORTARIA Nº 8416/2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. VALSIR DE CASTRO, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR CC-07, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8417/2017

PORTARIA Nº 8417/2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder a Servidora Pública Municipal GRACIELA INES BOTTE, Licença Prêmio, pelo período de 03(três) meses, a contar de 03 de abril de 2017 à 01 de julho de 2017, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8418/2017

PORTARIA Nº 8418/2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder ao Servidor Pública Municipal VALERIO ANTONIO MALLMANN, Licença Prêmio pelo período de 03(três) meses, a contar de 05 de abril de 2017 à 04 de julho de 2017, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0005/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0005/2017.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : ROSÂNGELA WARTHA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 05/04/2017 A 31/12/2017.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA.
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 560,15

DECRETO MUNICIPAL Nº 027/2017

DECRETO Nº 027/2017 DE 22 DE MARÇO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$10.240,83 (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.304.1001.2.0334.4.90.00.00.00.00.00 R\$10.236,23
03.01.10.305.1001.2.0334.4.90.00.00.00.00.00 R\$4,60

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:
SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$10.240,83

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 22 de março de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 028/2017

DECRETO Nº 028/2017 DE 22 DE MARÇO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016

de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.304.1001.2.0334.4.90.00.00.00.00.00 R\$9.000,00
03.01.10.301.1001.2.0284.4.90.00.00.00.00.00 R\$5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.301.1001.2.0283.3.90.00.00.00.00.00 R\$5.000,00
03.01.10.304.1001.2.0333.3.90.00.00.00.00.00 R\$9.000,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 22 de março de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2017

DECRETO Nº 029, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

REGULAMENTA AS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM VIAGEM A SERVIÇO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS DEMAIS SECRETARIAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Salto Veloso/SC e a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Instrução Normativa nº. 14/2012):

Decreta:

Art. 1º. Fica estabelecido aos servidores públicos do Poder Executivo, Fundo Municipal de Saúde e das demais Secretarias, em viagem a serviço, que as refeições deverão ser realizadas exclusivamente nos estabelecimentos e restaurantes credenciados previamente pela municipalidade.

Parágrafo Único: O credenciamento dos estabelecimentos e restaurantes serão realizados pela Tesouraria e aprovado pelo superior imediato dos servidores públicos que necessitem realizar viagem a serviço.

Art. 2º. Não havendo estabelecimentos e restaurantes credenciados previamente pela municipalidade no local de destino, fica estabelecido aos servidores públicos do Poder Executivo, Fundo Municipal de Saúde e das demais Secretarias, em viagem a serviço, os valores para as despesas com refeições, nos moldes abaixo:

I – Despesa de até R\$ 13,00 (treze reais) para um lanche (café da manhã);

II – Despesa de até R\$ 30,00 (trinta reais) para uma refeição (almoço);

III – Despesa de até R\$ 30,00 (trinta reais) para uma refeição (jantar).

Parágrafo Único: As despesas que excederem os valores descritos acima, ficarão a cargo do servidor público, estando o Município de Salto Veloso obrigado ao pagamento apenas dos valores acima.

Art. 3º. Para a realização de lanche (café da manhã) e refeição (almoço e jantar), os servidores públicos necessariamente deverão observar os horários abaixo, sob pena de não serem ressarcidas as despesas:

I – Se o servidor iniciar viagem pela manhã após as 6h30min e o serviço estender-se necessariamente pela noite (a partir das 19h00min), receberá os valores referentes a 02 (duas) refeições (almoço e jantar / R\$ 30,00 + R\$ 30,00);

II – Se o servidor iniciar a viagem antes ou até o horário de 6h30min e esta se estender até 13 horas/17h30min terá direito aos valores de lanche e uma refeição (café da manhã e almoço / R\$ 13,00 + R\$ 30,00);

III – Se o servidor iniciar a viagem antes ou até o horário de 6h30min e esta se estender até 20 horas/22 horas, terá direito aos valores de 1 (um) lanche e 02 (duas) refeições (café da manhã, almoço e janta / R\$ 13,00 + R\$ 30,00 + R\$ 30,00).

IV – Se o servidor iniciar a viagem no período entre meia noite/3 horas da manhã e esta se estender até após o meio dia, terá direito ao valor adicional de um lanche (café da manhã + café da manhã / R\$ 13,00 + R\$ 13,00).

Art. 4º. Os servidores públicos terão o prazo de 03 (três) dias úteis para realizar a prestação de contas, por intermédio de documento hábil e de Relatório de viagem, para comprovar a efetivação da despesa.

Art. 5º. Para fins deste decreto, considera-se documento hábil para efeito de comprovação de despesa, nota fiscal eletrônica ou cupom fiscal eletrônico emitida por hotéis, restaurantes e similares da cidade de destino, ou itinerários quando a viagem exceder a 170 KM (cento e setenta quilômetros).

Art. 6º. O servidor que não prestar contas dos valores, fica impedido de receber novo valor, até a efetivação da prestação de contas a seu superior imediato ou a Tesouraria.

Art. 7º. O adiantamento de valores para as viagens em serviço dos servidores públicos continuarão a seguir os ditames da Lei Municipal nº. 965, de 19 de agosto de 1999.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº. 018/2017.

Salto Veloso/SC, 29 de março de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL Nº 030/2017

DECRETO Nº 030/2017 - DE 28 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1119.00000

RED: 39

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1118.00000

RED: 38

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 28 de Março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2017

DECRETO Nº 031/2017 - DE 28 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 11.688,17 (Onze Mil Seiscentos e Oitenta e Oito Reais e Dezesete Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.009– PAV. DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.688,17

Fonte: 1164.00000

RED: 98

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 28 de Março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 032/2017

DECRETO Nº 032/2017 - DE 28 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.799,02 Dez Mil Setecentos e Noventa e Nove Reais e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.799,02

Fonte: 1164.00000

RED: 101

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 28 de Março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 033/2017

DECRETO Nº 033, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1011/2001 e 1331/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para compor a Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salto Veloso/SC, por um período de 04 (quatro) anos, as seguintes representatividades e respectivos representantes:

I – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Titular: Fernanda Aparecida Cousseau Ramos de Souza

Suplente: Simone Carrilho Tavares Borga

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DE DISCENTES

Titular: Michele Alves

Suplente: Sebastiana Alves Perão Pedroso

Titular: Luigi Piva Macari

Suplente: Maria Eduarda Zanatto

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titular: Fernanda Cristina Vitali De Bortoli

Suplente: Silvano Zamboni

Titular: Letícia Olímpia Geremia

Suplente: Rafael Borga

IV – REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

Associação das Mulheres Velosenses

Titular: Leonice Ariatti Abati

Suplente: Salete Getassi Borga

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto Veloso

Titular: Jair Tasca

Suplente: Sérgio Verona

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 07 de Abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 034/2017

DECERTO Nº 034, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE ARTICULAÇÃO DO CONAE.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para compor a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e de articulação das conferências do CONAE, os seguintes representantes de entidades ligadas a área educacional do município:

- Ariane Spanholi Vigolo (Secretaria Municipal de Educação);

- Juliana Basso Ansiliero (Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino);

- Aline Bazzo (Diretora de Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino);

- Amarildo Pedro Biscaro (Presidente de Conselho de Pais de Escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino);

- Fernanda Vigolo Milani (Membro de Conselho de Pais de Escola de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino).

Art. 2º. A presidência da Comissão será exercida pela Secretária Municipal de Educação Sra. Ariane Spanholi Vigolo.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 07 de Abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO N.º 001 CT N° 0004/2017

TERMO ADITIVO N.º 001

CT N° 0004/2017

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0004/2017, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominada CONTRATANTE, e de outro lado VIVIANA LAMONATO, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica alterada a carga horária da servidora VIVIANA LAMONATO, contrato Administrativo nº 0004/2017 acrescida de 10 horas semanais.

Cláusula Aditiva 2ª. A carga horária da servidora passa a ser de 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2017.

Justificativa: A alteração de carga horária é em razão ao reajuste na disciplina de história do ensino fundamental.

Cláusula Aditiva 3ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 03 de abril de 2017.

Ana Rosa Zanela Viviana Lamonato
CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matricula 1.207

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller
CPF 022.688.609-30

Fernanda Aparecida Cousseau Ramos de Souza
CPF: 010.221.919-26

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 25/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 25/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de ferramentas e materiais permanentes de primeira qualidade destinados à Secretaria Municipal de Obras Urbanismo e Saneamento do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 13h20min do dia 24 de abril de 2017. Abertura das propostas as 13h30min do dia 24 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 07 de abril de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº2.158/2017 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC A ABERTURA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI MUNICIPAL Nº. 2.158/2017

DE 05 DE ABRIL DE 2017

"Autoriza o Poder Executivo do Município de Santa Rosa de Lima/SC a abertura de dotação Orçamentária e Crédito Suplementar no Orçamento de 2017, do Município e dá outras Providências"

SALÉSIO WIEMES, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.147/2016 datada de 07/12/2016, nos seus Artigos 8º da LDO.

FAZ saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei Municipal.

Art. 1º - Fica O Poder Executivo Municipal do Município de Santa Rosa de Lima/SC, autorizado a abrir Dotação Orçamentária e crédito suplementar no valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para atender a seguinte dotação Orçamentária e suplementação da dotação abaixo descritas:

06	PODER EXECUTIVO			
05	SECRETARIA JUVENTUDE TURISMO E CULTURA			
2.056	Manutenção dos Grupos Tradicionais			
182	3.3.50.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
SOMA			R\$	15.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 2º - As despesas do Artigo anterior correrão por conta da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

06	PODER EXECUTIVO			
05	SECRETARIA JUVENTUDE TURISMO E CULTURA			
1.036	Construção de Infra-Estrutura Turística			
114	4.4.90.00.00.00.00.104	Aplicação Diretas	R\$	10.000,00
SOMA			R\$	10.000,00

06	PODER EXECUTIVO			
05	SECRETARIA JUVENTUDE TURISMO E CULTURA			
1.038	Realização de Eventos Festivos			
117	3.3.90.00.00.00.00.104	Aplicação Diretas	R\$	5.000,00
SOMA			R\$	5.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 3º. Considera-se alterado através desta Lei o PPA e LDO do Município de Santa Rosa de Lima/SC.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor com data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, Estado de Santa Catarina em cinco de abril do ano de dois mil e dezessete (05/04/2017)

SALÉSIO WIEMES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no mural eletrônico de publicações da Prefeitura Municipal na data de 05 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VANDERLINDE
Secr. Mun. Admin. Faz. Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº2.159 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE INDUSTRIA E COMERCIO, O PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI MUNICIPAL Nº 2.159/2017
DE 05 DE ABRIL DE 2017.

"autoriza o poder executivo a instituir na secretaria municipal de agricultura meio ambiente industria e comercio, o programa de prestação de serviços de hora máquina e dá outras providencias."

SALÉSIO WIEMES, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

FAZ saber a todos os munícipes, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1o – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente Indústria e Comércio, o programa de prestação de serviços de máquinas, subsidiada com recursos da mencionada Secretaria, nos termos e condições definidas na presente Lei.

Art. 2o – O programa funcionará de forma regionalizada nos limites do Município, conforme suas localidades (e/ou que tenha vínculo com o município), sendo que os agricultores deverão se organizar em grupos, identificando as máquinas necessárias bem como a quantia de horas que serão utilizadas para a prestação dos serviços.

Art. 3o – Os serviços deverão ser solicitados na Secretária de Agricultura Meio Ambiente Indústria e Comércio, do Município de Santa Rosa de Lima/SC, no horário de expediente.

Parágrafo Único - Poderão ser utilizados, na medida das disponibilidades, máquinas e equipamentos da Secretaria de Transporte e obras - DMER, e de terceiros devidamente contratados.

Art. 4º - O valor dos serviços a ser pagos pelos beneficiários, já considerando o subsídio financeiro concedido pela Secretaria da Agricultura Meio Ambiente Indústria e Comércio serão os seguintes:

• Retro Escavadeira	R\$	70,00	hora
• Trator pneu	R\$	60,00	hora
• Caminhão basculante na propriedade (truque)	R\$	70,00	hora
• Caminhão basculante fora da Propriedade (Truque)	R\$	2,00	KM
• Caminhão na Propriedade (simples)	R\$	50,00	hora
• Caminhão basculante fora da Propriedade (simples)	R\$	1,50	KM
• Carregadeira	R\$	80,00	hora
• Escavadeira Hidráulica	R\$	100,00	hora
• Patrola	R\$	80,00	hora

Art. 5o – O limite de horas será estabelecido de acordo com os critérios de avaliação das necessidades de cada propriedade.

Art. 6º - Encerrados os serviços, haverá a emissão do boleto para realização do pagamento dos serviços prestados na forma deste programa, cujos valores serão recolhidos em conta específica para fins do disposto na Lei.

Parágrafo Único - A prestação de contas das receitas e despesas registradas pelo programa será disponibilizada ao CMDR - Conselho Municipal de desenvolvimento Rural.

Art. 7º - O pagamento dos serviços será realizado mediante a quitação do boleto bancário, podendo parcelar o valor total em 03 (três) parcelas, com vencimento para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias de vencimento.

Art. 8º - Em caso de inadimplência, enquanto perdurar essa situação, todos os programas municipais, como subsídio de sementes, frete de calcário, além de outros já existentes ou que poderão ser criados, serão suspensos, sedo que os débitos serão inscritos em dívida ativa.

Art. 9º - O Valor adquiridos com o pagamento dos boletos será revertido em programas de subsídio para os munícipes e/ou na terceirização de máquinas para a prestação dos serviços solicitados, bem como outros serviços que poderão ser deliberados pelo Conselho Municipal de desenvolvimento Rural - CMDR.

Art. 10 - Fica revogada através desta, a lei Municipal nº 2.010/2013, de 29 de maio de 2013.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, Estado de Santa Catarina em cinco de abril de dois mil e dezessete. (05/04/2017).

SALÉSIO WIEMES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no mural eletrônico de publicações da Prefeitura Municipal na data de 05 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VANDERLINDE
SEC. ADM. FINANÇAS FAZ. E PLANEJAMENTO

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 019 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Decreto nº 019, de 07 de abril de 2017.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDRU e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º, § 3º, da Lei nº 87, de 25/10/91, alterada pela Lei nº 91 de 29/11/91 e Lei nº 342, de 25/03/97:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDRU:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DA AGRICULTURA. Edson de Oliveira Borba, Titular,

SECRETARIA DE GOVERNO, Almides Roberg Silva da Rosa, Suplente.

II - REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL

Adílio Pereira da Silva, Titular, Ademir Teixeira Tristão, Suplente

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

EPAGRI: Frederico Rodrigues Lothhammer, Titular, CIDASC: Agnaldo Trevisol dos Santos, Suplente

IV - REPRESENTANTES DO BANCO DO BRASIL

Daniel Morgerot, Titular, José de Souza Bitencourt, Suplente

V - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Cleusa Pereira da Silva, Titular, Paula da Silva Monteiro, Suplente

VI - REPRESENTANTES DE EMPRESAS PRIVADAS E/OU ENTIDADES LIGADAS À ÁREA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO

IFC Suzana Maria Pozzer, Titular, Franqui Pereira da Silva, Suplente.

VII - AGRICULTORES REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RURAIS

a) Bela Vista E BARRO PRETO

Osmar Santos da Silva, Titular, Ander da Rosa Pereira, Suplente;

b) Vila Nova, PONTÃO E Sanga da Areia

Anderson Damiano Darós, Titular, Artur Fagundes da Silva, Suplente;

c) Vila São Cristóvão

Neusi Jorge Trajano, Titular, Juarez Lopes da Silva, Suplente;

d) Vila Bitencourt e Novo Horizonte

Anselmo de Souza Bitencourt, Titular e Jaison Porto Bitencourt, Suplente;

e) Jaguarari, GLORINHA, CARAMUJO E VILA FREITAS

José Clésio Machado da Silva, Titular, Anoir Machado, Suplente;

f) Forquilha do Cedro e SEDE

Ivo Damiani, Titular, Joelma Cunha de Matos, Suplente;

g) Peroba E Lageado

Antônio Magenis, Titular; Paulo Vuolo Fontana, Suplente

h) LINHA TAMANDARÉ E PERDIDA

Jorge Fernandes Pagani, Titular, José Clésio dos Santos, Suplente;

i) PARQUE ROSITA E MORRO DO PORTUGUÊS

Laudeni Ferreira de Oliveira, Titular, Ademir Ramos Coelho, Suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de abril de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO Nº 07/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº. 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Aquisição de óleo diesel S-10 e óleo diesel S-500 para entregue em tanque de combustível de uso próprio do Município.

Número da ata: 07/2017

Licitante Vencedora: ABASTECEDORA GRAL LTDA – CNPJ: 05.830.793/0001-90 R\$ 348.250,00

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº 06/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº. 03/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinente, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 03 de março de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23-2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ABASTECEDORA GRALL LTDA

Objeto: Aquisição de óleo diesel S-10 e Diesel S-500 para entrega em tanque de combustível de uso próprio do Município.

Valor: R\$ 348.250,00 (trezentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência: 06 de março de 2017 a 06 de março de 2018.

Assinatura: 06 de março de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2017 - DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 110/2017 - DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de WAGNER DOUGLAS FRANZOSI para Cargo em Comissão.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado WAGNER DOUGLAS FRANZOSI, para o Cargo em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO, Grupo 6, Código 06.04, Nível CC-5 com lotação no Gabinete do Prefeito, carga horária com dedicação semi-integral da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Vanderlei Paulo Backes

Advogado

DECRETO Nº 112/2017 - DE 04 DE ABRIL DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 112/2017 - DE 04 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a Homologação do Resultado e Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº002/2017 e Edital de Classificação Definitiva,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo Simplificado nº002/2017, conforme relação a seguir:

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	1º	212,21
FABIANA DE PARIS PACAZZA	2º	97,9
ADRIANA RESTELATTO	3º	93,88
CATIANE PIVA VANZIN	4º	92,85
CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI	5º	90,51
JANICE LUCI DE MARQUI	6º	90,26
ANGELA KARINA MARTINS	7º	75,35
CHAIANE KUHIL	8º	73
ANA PAULA ZAT	9º	68
DEVANIR DE MARAES	10º	50,66
ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	11º	47,95
ELIANE FERREIRA PIAIA	12º	14,25

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 113/2017 - DE 04 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de conformidade com o Artigo 12, da Lei Municipal nº725/2014, de 02 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Santiago do Sul, instituído pela Lei Municipal nº725/2014, de 02 de junho de 2014, conforme segue:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

- Titular: Katia Ramos de Amaral
- Suplente: Juliana de Quadros

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

- Titular: Gabriel Kichel
- Suplente: Lilian Blanger

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

- Titular: Andréia Casagrande Cararo
- Suplente: Celita Meneguzzi De Césaró

IV - REPRESENTANTE DE ENTIDADE RELIGIOSA;

- Titular: Eridiane Pedrotti Brunetto
- Suplente: Simone Lunedo Pedrotti

V - REPRESENTANTE DE APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES;

- Titular: Marilice Brunetto Valcarenghi
- Suplente: Adriana Restelatto

VI - REPRESENTANTE DE ADOLESCENTES.

- Titular: Meriana Cristina Lunelli
- Suplente: Cristian Gabriel Rissardo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº111/2017 - DE 03 DE MARÇO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº111/2017 - DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a delegação de competência ao Servidor Público Municipal WAGNER DOUGLAS FRANZOSI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência ao Servidor Público Municipal WAGNER DOUGLAS FRANZOSI, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, para responder, por todos os atos inerentes a Secretaria de Administração e Finanças, podendo para tanto praticar os atos necessários.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de março de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 114/2017 – DE 04 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 114/2017 – DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 7.605,53 (Sete mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Atividade: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.35 - Aplicações Diretas R\$ 7.605,53

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.35 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ União – Programa IGD SUAS - Exercício Anterior, disponível na 30.909-5 junto à agência 1393-5 – Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de abril de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 115/2017 - DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com Art. 10, da Lei Municipal nº394/2007, de 17 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE do Município de Santiago do Sul, cuja composição será a seguinte:

I – Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santiago do Sul:

- Ides Nievinski

II – Representante do Conselho Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

- Odair José Prati

III – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

- Nadil Marmentini

IV – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Éderson da Silva Prado

V – Representante Indicado pelo Poder Legislativo Municipal:

- Elenilce da Rosa Comin

VI – Representante de Cooperativas de Créditos estabelecidas no Município:

- Deise Polli

- Alacir Durante

VII – Representante de Cooperativas de Produção estabelecidas no Município:

- Claudinei Molossi

Art. 2º O serviço do CMDE será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre a Prefeitura e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

DECRETO Nº109/2017 – DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº109/2017 – DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 7.155,00 (Sete mil e cento e cinquenta e cinco reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 23 – Comércio e Serviços

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0022 – Pró Emprego

Ação: 2.067 – Programa de Apoio ao Turismo

Atividade: 2.067 – Programa de Apoio ao Turismo

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações DiretasR\$ 7.155,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de março de 2017.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 854/2017 – DE 05 DE ABRIL DE 2017.

“Dispõe sobre autorização para o Executivo Municipal realizar contribuição mensal para auxiliar na manutenção do projeto ‘Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Casa-Lar’ e a firmar convênio com a Organização Não Governamental ICESA – INSTITUTO CULTURAL, EDUCACIONAL, SOCIAL E AMBIENTAL e dá outras providências.”

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal de Santiago do Sul autorizado a firmar Convênio ou Termo de Colaboração com a Organização Não Governamental ICESA – INSTITUTO CULTURAL, EDUCACIONAL, SOCIAL E AMBIENTAL – CNPJ nº 04.913.159/0001-58, com o objetivo de desenvolver o projeto “Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Casa-Lar”, destinado a proporcionar o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco.

Parágrafo único. O projeto será desenvolvido em regime de parceria entre os Municípios da Comarca de Quilombo e a referida Organização Não governamental e sob a supervisão das equipes técnicas dos quatro municípios.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal de Santiago do Sul autorizado a realizar contribuição mensal no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) em favor da Organização Não Governamental ICESA – INSTITUTO CULTURAL, EDUCACIONAL, SOCIAL E AMBIENTAL, destinada ao custeio das despesas de manutenção do “Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Casa-Lar”, bem como o repasse mensal do valor variável de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) para cada criança ou adolescente acolhido oriundo do Município de Santiago do Sul, destinado à suprir as despesas com alimentação, vestuário e outras.

Paragrafo único. Os valores serão definidos mediante acordo entre os municípios e a entidade parceira, após relatório de despesas da entidade.

Art. 3º Os valores estabelecidos no art. 2º serão reajustados anualmente, mediante a aplicação do percentual da variação anual do INPC medido pelo IBGE.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente no Programa: 0017 – Proteção Social Básica, Ação/Atividade: 2.042, Elemento: 3.3.50.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01º (primeiro) de abril de 2017.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.
Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

PREGÃO 26/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 38/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017.
Objeto: Serviço de transporte de passageiros com veículo Ônibus.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 25 de abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 25 de abril de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 07 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO FMS 03/2017

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 03/2017.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 03/2017.

Objeto: Aquisição de material odontológico para utilização nos serviços prestados pelo cirurgião dentista na Unidade Básica de Saúde.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 25 de abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 25 de abril de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 07 de abril de 2017.

NAIANDRA BATITISTI BALDISERA

SECRETARIA MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 13h30min do dia 20/04/2017

Início da sessão: dia 20/04/2017, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47) 3631-6163.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2017.

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Déborah Cintia de Quadros Pereira
Pregoeira municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017 - FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 25 de Abril de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE PROTESE DENTÁRIA CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16h00 horas.

São Bento do Sul, 05 de Abril de 2017.

MANUEL RODRIGUES DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, que receberá até as 09h00min horas do dia 24/04/2017, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E TAMBÉM PARA DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL E CIVIL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2017.

MARCIO DREVECK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos - Autoridade Competente

EDEMILSON B. DE ASSIS

Pregoeiro

EDITAL Nº 005/2017

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 05/2017

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1.2 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento do cargo de:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Professor de Canto/Técnica Vocal	01	20	R\$ 1.714,24	Ensino Superior de Licenciatura, e Instrumental Completo ou Notória Especialização.

1.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2017.

1.4 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento da vaga que vier a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos serão realizados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.1.2 Ao realizar a inscrição o candidato declara estar de acordo com todas as disposições deste edital, não podendo alegar desconhecimento das normas nele contidas.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições será de 19 de abril de 2017 a 26 de abril de 2017.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 - Centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas.

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição disponível no local das inscrições e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas; bem como anexar cópias:

- a) Da cédula de identidade (RG) e CPF
- b) Comprovação do tempo de serviço conforme item 4.4
- c) Certidão de nascimento/adoção dos dependentes
- d) Comprovante de escolaridade

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.4.1 No caso de inscrição via procuração, o procurador deve apresentar a procuração específica para este fim original e ainda um documento de identificação original com foto válido, e mais todos os documentos do item 3.3 do outorgante da procuração.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.7 São condições de admissão:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir escolaridade exigida para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional; em caso do exame admissional declarar o candidato inapto, o candidato estará eliminado do processo seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação.

3.8 Ao preencher sua ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo, nem será devolvido nenhum documento ao candidato, que não seja o comprovante de inscrição.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 terão como critério de classificação o Tempo de Serviço no cargo.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Tempo de Serviço no exercício do cargo:

- a) Até 05 anos: 2,5 pontos
- b) De 06 anos a 10 anos: 05 pontos
- c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.4 A comprovação do tempo de serviço conforme o item 4.3 se dará no ato da inscrição, através da apresentação de Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço, ou cópias do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, e da página de identificação da Carteira de Trabalho que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

4.4.1 O tempo de serviço prestado simultaneamente em dois ou mais locais será computado apenas uma vez.

5 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate nos critérios do item 4.3 entre candidatos, após a classificação final, serão aplicados os critérios de desempate seguintes:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo/função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;
- Documentos necessários para abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).
- 01 Foto 3x4
- Exame Pré-admissional; (Em local indicado pela Prefeitura, com agendamento no Departamento de RH)
- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
- Declaração de que percebe ou não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
- Certidões Negativas CÍVEL e CRIMINAL da Comarca de São Bento do Sul, que pode ser obtida através do site www.tjsc.jus.br
- Certidão de Regularidade do Conselho de Classe Profissional da Região de Santa Catarina
- Registro no órgão de classe da Região (identidade Profissional) autenticada em cartório

Fotocópias (xerox):

- Cédula de Identidade;
- C.P.F.;
- Título de Eleitor
- Comprovante de votação da última Eleição OU certidão de quitação eleitoral disponível no site www.tse.jus.br
- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;
- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);
- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Alistamento Militar;
- Comprovante de Residência Atual;
- Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão autenticado em cartório; com apresentação do original no ato da admissão;
- Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)
- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;
- Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.
- Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Original para registro.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, anulando os atos decorrentes da inscrição, o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata, mesmo que verificada posteriormente a admissão;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 No surgimento de vagas, caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar e entregar todos os documentos exigidos no item 7.3, além de passar pelo exame médico admissional, sob pena de desclassificação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH.

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

São Bento do Sul/SC, 06 de abril de 2017.

Magno Bollmann

Prefeito Municipal

PORTARIA PROCON Nº 001/2017

PORTARIA PROCON Nº 001, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO ÍNDICE DE UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA – UFIR PELO IPCA-E PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES MÍNIMOS E MÁXIMOS DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) DE SÃO BENTO DO SUL EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.078/90

A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições da Lei Municipal 242/1998, Lei Federal 8.078/90 e do Decreto Federal 2.181/97,

CONSIDERANDO que o artigo 57, parágrafo único, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), dispõe que a pena de multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo;

CONSIDERANDO que os valores das multas são baseadas na conversão de UFIR para real;

CONSIDERANDO que a Unidade Fiscal de Referência (UFIR) foi extinta em 2000, em decorrência do § 3º, do artigo 29, da Medida Provisória n. 1973-67/2000, não sendo substituída por outro índice;

CONSIDERANDO o entendimento do STJ (Recurso Especial nº. 1102184, de 21 de novembro de 2008) em que aquela Corte adota o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, como índice substitutivo do UFIR, possibilitando ainda a fixação da multa em real (R\$) (Agravamento Regimental no Recurso Especial nº. 1466104, de 17 de agosto de 2015);

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para a fixação do limite mínimo e máximo do valor das multas aplicadas, com fulcro no parágrafo único do artigo 57 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), adotando os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 2º Tomar como base para o cálculo dos valores das multas referidas no artigo 1º desta Portaria o valor da UFIR para o ano de 2000 (R\$ 1,0641), aplicando-se sob este valor a variação do IPCA-E no período.

Art. 3º Fixar, com base no critério estabelecido no artigo 2º desta Portaria, o valor da multa mínima, prevista no artigo 57 da Lei 8.078/90, em R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais) e o valor da multa máxima, prevista no mesmo artigo, de R\$ 9.150.000,00 (nove milhões, cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2017.

CZESLAW KOSCIARZ

Coordenador Municipal de Defesa do Consumidor

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2017 - FMD**

EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Material Químico, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa BUSCHLE & LEPPER S.A..

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no Fornecimento Parcelado de 5.010 quilos de Hipoclorito de Sódio Líquido, Concentração de 10 à 12% de Cloro Ativo, para o Tratamento da Água da Piscina Pública Municipal da FMD, conforme Compra Direta nº 043/2017, de 16 de março de 2017.

DO VALOR: R\$ 7.615,20 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 20 de março de 2017 e com término em 19 de março de 2018.

São Bento do Sul, 16 de março de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

BUSCHLE & LEPPER S.A., como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 014/2017 - FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 014/2017

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de N° 017/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO DO BRASIL S.A., conforme Dispensa de Licitação nº 009/2014, de 01 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 017/2014, que consiste na Prestação de Serviços relativos à Emissão e Administração de Cartão de Pagamento para utilização pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA do Município de São Bento do Sul, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 017/2014 e do Termo Aditivo nº 015/2016 no dia 01 de abril de 2017, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 02 de abril de 2017 até 01 de abril de 2018.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de abril de 2014 e no Termo Aditivo nº 004/2017, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de março de 2017.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

BANCO DO BRASIL S.A., como Contratada.

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL 22/2017 - ADM

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2017

Conforme publicação ocorrida no DOU Seção III do dia 04/04/2017 página 228, o município de São Carlos-SC, torna público a ALTERAÇÃO do Pregão Presencial nº 22/2017 – Processo Licitatório nº 22/2017 – ADM, dos seguintes itens: 1.1, 1.3 e ANEXO "C". Ficando a data de abertura para o dia 20/04/2017 as 14:30 e credenciamento até as 14:00h. Informações poderão ser obtidas no endereço: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325.3020. www.saocarlos.sc.gov.br.

São Carlos-SC, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

DECRETO 034/2017

DECRETO Nº 034/2017

"QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE ANICIO ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO de imóvel urbano descrito como LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), com área de 2.206,48m² (dois mil, duzentos e seis metros quadrados e quarenta e oito centímetros quadrados), situada na Rua Sete de Setembro, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, de propriedade de ANICIO ALVES, constante na matrícula nº. 13.853 de 18 de dezembro de 2015, do registro de imóveis da comarca de SÃO CARLOS – SC.

ÁREA

O LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), possui área de 2.206,48m². Será subdividido e formará 2 (dois) lotes, que obedecerá às descrições a seguir apresentadas.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.853.

IMÓVEL ORIGINAL: LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), com área de 2.206,48m² (dois mil, duzentos e seis metros quadrados e quarenta e oito centímetros quadrados), situada na Rua Sete de Setembro, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 221, onde mede 67,40 metros;
ao SUL, com o lote urbano nº 223, onde mede 56,50 metros;
ao LESTE, com a Rua Sete de Setembro onde mede 31,15 metros e 23,00 metros;
ao OESTE, com o lote urbano nº 198, onde mede 18,46 metros.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL DESMEMBRADO: LOTE URBANO, sob o nº 222A, da quadra 35, em formato triangular, situado na Rua 7 de Setembro, nesta cidade de São Carlos - SC, com área de 775,93m², (Setecentos e setenta e cinco metros quadrados e noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes confrontações e dimensões gerais:

ao NORTE, onde mede 67,40 metros, com o lote urbano nº 221;
ao SUL, onde mede 70,62 metros, com o lote urbano nº 222;
ao LESTE, onde mede 23,00 metros, com a Rua Sete de Setembro.

IMÓVEL REMANESCENTE: LOTE URBANO, sob o nº 222, da quadra 35, nesta cidade de São Carlos - SC, com área de 1430,55m², (Um mil, quatrocentos e trinta metros quadrados e cinquenta e cinco centímetros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes confrontações e dimensões gerais:

ao NORTE, onde mede 70,62 metros, com o lote urbano nº 222A;
ao SUL, onde mede 56,50 metros, com o lote urbano nº 223;

ao OESTE, onde mede 18,46 metros, com o lote urbano nº 198;
e ao LESTE, onde mede 31,15 metros, com a Rua Sete de Setembro.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, SC, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

DECRETO 035/2017

DECRETO Nº 035/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerado, à pedido, o senhor LUIZ CARLOS WEBER do cargo de Professor, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 076/2008 de 28 de março de 2008.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de janeiro de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 036/2017

DECRETO Nº 036/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, a por motivo de aposentadoria, a senhora MEDIANEIRA MIOTTO CHIESA do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 032/2002 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento

vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 037/2017

DECRETO Nº 037/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerado, por motivo de aposentadoria, o senhor ILDO MIGUEL HEINEN do cargo de Professor, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 124/1990 de 10 de agosto de 1990.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 038/2017

DECRETO Nº 038/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, à pedido, a senhora ROSELENE VANIA GASSEN TERNUS do cargo de Professor, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 072/2008 de 28 de março de 2008.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 039/2017

DECRETO Nº 039/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerado, por motivo de morte, o senhor ROMALDO ANTONIO SPIES do cargo de Professor, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 057/1990 de 21 de dezembro de 1990.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

DECRETO 040/2017

DECRETO Nº 040/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerado, por motivo de aposentadoria, o senhor DARCI ZEISER do cargo de Professor, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 061/2002 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

DECRETO 041/2017

DECRETO Nº 041/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a senhora MARIA LAUSCHNER NIEDERMAYER do cargo de Professor, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 248/1991 de 22 de abril de 1991.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 07 de abril de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017 - ADM

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇO	
Processo adm. .nº.:	17/2017 RP. 07/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ELETRO MECANICA MAESC LTDA – ME FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA - ME
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL E AUTO ELÉTRICA EM GERAL PARA CONSERTAR MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E VEÍCULOS LEVES DA FROTA RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.
Valor :	R\$ 47.435,00
Vigência :	12 MESES
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SAO CARLOS/SC, 07 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/HMMJL/2017

Ata de Registro de Preços nº 003/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

No dia 04 de abril de 2017, o Hospital Municipal Monsenhor José Locks de São João Batista, com sede à Rua Leopoldina Brasil, 112, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 003/2017, na Ata de julgamento de preços, homologada em 04/04/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ LOCKS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para os medicamentos cotados são:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº 00.802.002/0001-02
Itens: 04, 05, 10, 22, 23, 24, 30, 34, 35, 41, 45, 57, 66, 69, 77, 83, 89, 93, 97, 100, 102 e 110.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 3.732,84 (três mil setecentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA CNPJ Nº 67.729.178/0004-91
Itens: 03, 28, 72, 95, 139 e 142.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 9.464,00 (nove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais)
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ Nº 44.734.671/0001-51
Itens: 26, 40, 44, 74, 75, 76, 87, 88, 94, 101, 124, 130, 133, 136, 141 E 146.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 70.217,00 (setenta mil duzentos e dezessete reais).
DIMASC/SC MATERIAIS CIRURICOS LTDA CNPJ Nº 05.531.725/0001-20
Itens: 07, 18, 25, 29, 32, 49, 51, 52, 54, 81, 86, 98, 107, 111, 112, 113, 115, 123, 129, 131 e 144.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 28.345,30 (vinte e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos)
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 02.520.829/0001-40
Itens: 06, 11, 20, 33, 36, 56, 58, 67, 108 e 127.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 28.243,00 (vinte e oito mil duzentos e quarenta e três reais)
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 12.889.035/001-02
Itens: 02 37 e 63.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 16.970,00 (dezesseis mil novecentos e setenta reais)
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA CNPJ Nº 02.816.696/0001-54
Itens: 08, 09, 12, 15, 17, 19, 21, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 53, 55, 59, 61, 64, 68, 70, 73, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 90, 91, 96, 99, 103, 104, 105, 106, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 132, 134, 135, 137, 138 e 140.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 46.000,14 (quarenta e seis mil reais e quatorze centavos)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os medicamentos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos de limpeza e materiais descartáveis deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 04 de abril de 2017 – Rudilene Hermes – Diretora Executiva

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/SISAM/2017

Ata de Registro de Preços Nº 004/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

PROCESSO Nº 005/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/SISAM/2017

No dia 03 do mês de abril do ano de 2017 às 09h, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, situada à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/04/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC, PARA O USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço. A licitante registrada para o fornecimento do objeto é:

CORR PLASTIK INDÚSTRIA LTDA CNPJ Nº 67.731.091/0001-06
Item: 01.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 42.960,00 (quarenta e dois mil novecentos e sessenta reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 10 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 03 de abril de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

PROCESSO LICITATORIO 010/FMS/2017 - PP 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 010/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL

Nº 006/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 006/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO JOAO BATISTA, SC.. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 28/04/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 28/04/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 10 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2017 E CONTRATO Nº 34/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2017 E CONTRATO Nº 34/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Associação dos Árbitros de Guaraciaba- ASSAG

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2017

OBJETO: "Contratação de serviços de arbitragem para a Copa São João de futebol de campo".

VALOR: R\$ 18.375,00

PRAZO: 10.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 10 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler-LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios, lanches, material de consumo e material de expediente para manutenção do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos FEAS, PAIF e SCFV".

VALOR: R\$ 3.646,35

PRAZO: 07.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 07 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios, lanches, material de consumo e material de expediente para manutenção do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos FEAS, PAIF e SCFV".

VALOR: R\$ 260,50

PRAZO: 07.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 07 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Padaria e Confeitaria Reinehr LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios, lanches, material de consumo e material de expediente para manutenção do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos FEAS, PAIF e SCFV".

VALOR: R\$ 16.740,00

PRAZO: 07.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 07 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios, lanches, material de consumo e material de expediente para manutenção do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos FEAS, PAIF e SCFV".

VALOR: R\$ 7.036,30

PRAZO: 07.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 07 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO Nº 06/2017

Partes: Município de São João do Oeste e LMV- Informática LTDA-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios, lanches, material de consumo e material de expediente para manutenção do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos FEAS, PAIF e SCFV".

VALOR: R\$ 1.116,00

PRAZO: 07.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 07 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

6 - EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 001/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J DO SUL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.870.933/0001-03, na Rua Jose Francisco Lummertz, nº 138, Centro, na cidade de São João do Sul/SC, CEP: 88.970-000, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o período de abril a dezembro do ano de 2017, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 58.680,00 (cinquenta e oito seiscientos e oitenta reais), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J DO SUL, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J DO SUL, desenvolve há aproximadamente de 27 (vinte e sete) anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

São João do Sul, 07 de abril de 2017. Moacir Francisco Teixeira, Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 008 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

DECRETO Nº 008 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.279, de 31 de agosto de 2005, que concede auxílio financeiro para custear despesas com transporte escolar, a estudantes de cursos profissionalizantes/pós médio e de nível superior, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a concessão de auxílio financeiro a

estudantes efetivamente residentes no Município de São João do Sul, que frequentam cursos de Ensino Profissionalizante/Pós-Médio e de Nível Superior, fora do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005, para custeio de despesas com transporte escolar, sendo que o valor mensal do benefício, por aluno, para os meses de março, abril, maio, e junho de 2017, será distribuído da seguinte forma:

§1º - 50% (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para alunos que frequentam Cursos Superiores, ministrados regularmente ou em regime especial.

§2º - 50% (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para os alunos que frequentam os Cursos Profissionalizantes/Pós-Médio.

Art. 2º - Deverá ser entregue na Prefeitura uma Declaração prestada pela pessoa física ou jurídica que realiza os serviços de fretamento, especificando o turno que é efetuado o serviço, o destino, o valor cobrado por 01 dia, 02 dias, 03 dias, 04 dias, 05 dias ou 06 dias de fretamento.

Parágrafo Único - A referida Declaração deverá ser assinada pelo responsável legal do prestador dos serviços, com assinatura reconhecida em Cartório.

Art. 3º - Para ser beneficiário do auxílio de que trata o presente Decreto, o aluno deverá residir no Município de São João do Sul, utilizar veículo fretado exclusivamente para este fim e frequentar cursos de Ensino Profissionalizante/Pós-Médio e de Nível Superior, fora do Município.

§1º - Esta informação será comprovada mediante apresentação de atestado de matrícula em via original por aluno, emitido pela Instituição de Ensino, que deverá ser anexado na planilha do mês de março de 2017. Posteriormente, na planilha do mês de abril serão anexados os atestados de frequência em via original por aluno, emitido pela Instituição de Ensino.

§2º - A prova de residência no território do município de São João do Sul será feita mediante a apresentação de documento ou declaração de residência.

§3º - A declaração destinada a fazer prova da residência, quando firmada pelo próprio interessado ou procurador bastante, reconhecida sua firma por autenticidade, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

§4º - Os documentos a serem aceitos como comprovante de residência são os seguintes:

- Fatura de água, luz ou telefone, expedida no prazo máximo de 90 dias, em nome do usuário ou com declaração do nome de quem constar a fatura;
 - Contrato de locação do imóvel em nome do interessado;
 - Correspondência ou documento expedido por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal, com data de emissão de no máximo 90 dias;
 - Correspondência de instituição bancária, ou ainda de administradora de cartão de crédito, cuja identificação (nome e endereço do titular) esteja impressa no próprio envelope (devidamente carimbado pelos Correios), com data de expedição de no máximo 90 dias;
 - Imposto de Renda do último exercício ou recibo da declaração referente ao exercício em curso;
 - Pessoas residentes em área rural poderão apresentar contrato de locação ou arrendamento da terra, nota fiscal do produtor rural fornecida pela Exatonia Municipal.
- §5º - Serão aceitos documentos em nome do pai, filho, cônjuge,

tutor, curador ou guardião legal do interessado, com a devida comprovação do parentesco, através de documento de identidade reconhecido pela legislação federal, certidão de nascimento, certidão de casamento, termo de tutela, curatela ou guarda legal.

§6º - Sem prejuízo da sanção penal, os responsáveis pelos beneficiários que gozarem ilicitamente do auxílio serão obrigados a efetuar o ressarcimento integral das importâncias recebidas indevidamente, corrigidas na forma disposta na legislação municipal aplicável, a ser apurada mediante processo administrativo.

Art. 4º - Para cada fretamento deverá ser indicado um aluno responsável, que mensalmente receberá os valores em nome de todos os colegas. Este manterá uma planilha mensal, atualizada com o nome de todos os alunos que utilizam o transporte escolar.

Art. 5º - A Planilha Mensal de que trata os Arts. 3º e 4º deverá indicar os alunos beneficiários, a pessoa física ou jurídica contratada para este fim, a instituição de ensino, o custo mensal total do transporte por aluno, o valor a ser recebido do Município, o mês de referência e deve estar assinada por todos os alunos beneficiários, pelo Secretário Municipal de Educação e pelo Servidor Municipal responsável pelo recebimento e controle das planilhas, ficando estes responsáveis pela veracidade das informações. Tal Planilha deverá ser entregue mensalmente na Prefeitura até o dia 28 de cada mês de referência do auxílio, ou próximo dia útil, quando o dia 28 for sábado, domingo ou feriado, juntamente com a nota fiscal que expresse o valor total do fretamento, ou seja, o 100% do valor pago pelo transporte, a fim de que seja possível comprovar os valores constantes na planilha.

Art. 6º - Os valores do auxílio de que trata o presente Decreto serão pagos pelo Município até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência na planilha mensal.

Art. 7º - Para cobertura das despesas decorrentes deste Decreto, serão utilizadas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de fevereiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 10 de Abril de 2017 Segunda- Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 04:

01- Escola Básica Municipal Aristides Ribeiro de Medeiros; (vaga excedente)40h-matutino e vespertino.

02-Escola Básica Municipal Octávio Antunes de Souza; (vaga excedente) 40h-matutino e vespertino.

03-CEI José Diomar Rodrigues Padilha; (Licença INSS titular) 40h-matutino e vespertino.

04- Terminal Rodoviário Pedro Mattos Substituição Férias 30 dias. 40h-matutino e vespertino.

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo;

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro
Secretário Municipal da Administração
Vice Prefeito Municipal

ATA PP 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM Data: 07/04/2017 Processo: 10/2017

Edital de Pregão Presencial Nº 7

Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

ATA Nº 3 - 2017

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS PRESENTES FORAM HABILITADAS. OS REPRESENTANTES QUESTIONARAM O DESCRITIVO DE VÁRIOS ITENS QUE, OU NÃO CONSTAVAM NA RELAÇÃO DPEP/DVEN DA CELESC OU APRESENTAM ERROS, NÃO EXISTINDO PRODUTO NO MERCADO COM TODAS AS CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS. POR ESTA RAZÃO SUSPENDEU-SE A SESSÃO PARA DISCUSSÃO DOS ITENS. FOI CHAMADO O SR. LUIZ FELIPE SOUZA SILVA, ELETRECISTA DA PREFEITURA E MARCO ANTONIO OLIVEIRA DE LIZ, ASSESSOR DA SECRETARIA DE OBRAS E, EM CONJUNTO COM OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS FORAM FEITAS AS CORREÇÕES NECESSÁRIAS. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO POR CONSEQUÊNCIA DOS ERROS ENCONTRADOS, CANCELOU O CERTAME, POIS FICOU DEMONSTRADA A INVIABILIDADE DA DISPUTA. O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO PARA CORREÇÃO DOS DESCRITIVOS E AGENDAMENTO DE NOVA DATA PARA ABERTURA DO MESMO. FORAM DEVOLVIDAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO AOS RESPECTIVOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes. São Joaquim, 10 de março de 2017

ADRIANA BAESSO - Pregoeiro

ADRIANA BAESSO - PRESIDENTE

FERNANDO ZANETE - SECRETARIO

AMARILDO NUNES DA SILVEIRA - MEMBRO

ANDRÉ MORAIS DA ROSA - MEMBRO

BENTA DE FATIMA FURTADO - MEMBRO

DANIELE HUGEN RODRIGUES - SUPLENTE

JULIO RENI PEREIRA - SUPLENTE

DECRETO Nº 135/2017

DECRET O Nº 135/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que

lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(62)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0210 – Aplicações Diretas 40.662,67
(61)3.3.90.00.00.00.0000.2.010-0210 – Aplicações Diretas 110.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 150.662,67

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da Fonte de Recursos Próprios verificado em 31/12/2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 136/2017

DECRET O Nº 136/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(56)3.3.90.00.00.00.00.2.037-0651 – Aplicações Diretas 125.000,00
(57)3.3.90.00.00.00.0000.2.038-0651 – Aplicações Diretas 25.000,00
(55)3.3.90.00.00.00.0000.2.039-0651 – Aplicações Diretas 350.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 500.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da Fonte de Recursos Próprios verificado em 31/12/2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 137/2017

DECRET O Nº 137/2017

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À FUNCIONÁRIA ANA LUCIA BORGES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - ANA LUCIA BORGES, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 070/2013, de 08/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 243/2017

PORTARIANº 243/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por falecimento a senhora RITA DE CASSIA VIEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF) – Equipe Novos Tempos, na Secretaria Municipal da Saúde, Bairro Pradinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 300/2007, de 01/10/2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2017

PORTARIANº 244/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de sua Irmã, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária: - AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 05/04/2017 até o dia 09/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

São José

PREFEITURA

CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE – CATI EDITAL DE SORTEIO Nº 001, 17 DE MARÇO DE 2017 RESULTADO DO SORTEIO (05/04/2017)

CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE - CATI

EDITAL DE SORTEIO Nº 001, 17 de Março de 2017

RESULTADO DO SORTEIO (05/04/2017)

DANÇA

SEGUNDA E QUARTA - 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Avani Olinda de Oliveira Raulino	016.374.929-95
2	Bernadete Coelho	852.419.029-20
3	Celestrina Estevão Balbino	454.522.459-87
4	Cidalia Santiago	542.908.809-91
5	Elizabete Barbosa da Silva Lino	388.139.804-00
6	Justina Maria Marcelino Raulino	006.958.339-01
7	Leninha da Silva do Nascimento	432.783.109-34
8	Maria Aparecida Nunes	823.975.898-34
9	Maria de Lourdes Guse	200.332.309-00
10	Maria Farias	888.998.889-49
11	Nair Maria Fernandes	573.573.319-20
12	Neusa Maria das Cunha Castagnari	001.573.899-01
13	Orildes Veronica Cossa	923.771.499-87
14	Osmarina Delza	509.767.539-87
15	Terezinha Fernandes de Ornel	363.061.770-00

DANÇA

SEGUNDA E QUARTA - 9h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Alaide Pereira Machado	769.098.759-15
2	Danilo Batista Pens	000.114.848-09
3	Eny Terezinha Kremer	910.064.499-49
4	Gertrudes Vileda Walter	981.209.309-59
5	Ines das Graças Siqueira	909.153.489-34
6	João Salésio da Silveira	417.001.809-59

7	Maria Aparecida Soares Ferreira	420.713.641-04
8	Maria da Luz dos Santos	671.659.239-34
9	Maria das Neves Pamplona	020.375.399-24
10	Maria de Fátima dos Santos Moreira	812.468.549-53
11	Marilene Gonçalves	367.459.529-04
12	Marli maria da Silva	664.448.109-49
13	Nélio Manoel da Silveira	342.162.009-15
14	Nilda Lopes Brandalise	590.010.549-00
15	Pedro Ferreira	420.713.991-53
16	Sebastiana Ilda Aniceto	398.194.939-00

DANÇA

SEGUNDA E QUARTA - 10h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Adelaide Maria Nascimento	443.283.549-49
2	Ana Maria Waltrick da Silva	707.685.449-04
3	Janete Maria Mendes	035.481.029-48
4	Luci Gonzaga	070.719.819-49
5	Nair Polidoro	038.121.519-95

DANÇA

TERÇA E QUINTA 13h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Avanda Zunino	594.390.849-87
2	Beatriz Carmen Bressan	376.070.579-00
3	Francisca Terezinha Cunha Silva	645.970.329-91
4	Ida Terezinha Souza Bruggemann	787.686.679-49
5	Ivo Plinio Colin	146.579.539-15
6	Jacinto José de Melo	122.709.209-10
7	Jose dos Santos	398.872.439-49
8	José Hugo Passinho Filho	289.437.409-72
9	Manoel Joao dos Anjos	245.560.299-04
10	Maria de Lourdes Ditadi Tolotti	974.632.560-49

11	Maria de Lourdes Raimundo	868.522.569-87
12	Maria do Carmo Lopes Sal Prazeres Ri	430.535.727-53
13	Maria Dutra	221.333.729-20
14	Montpoliciano Ramos Filho	145.547.639-00
15	Nair Braulina da Silva	607.302.269-72
16	Osni Manoel Menegildo	446.715.049-87
17	Roseli Marçal	305.905.319-72
18	Rosemary Coutinho de Azevedo Philip	292.961.379-34
19	Sonia Gomes Tuerlinckx	818.208.010-04
20	Sueli Silva Rodrigues	898.481.019-34
21	Tereza Gracelina de Souza	559.279.559-91
22	Terezinha Ondina Krueger	912.364.799-04
23	Vanilda Maria do Amaral	029.837.189-80

DANÇA

TERÇA E QUINTA 14h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Amelia Augusto Ventura	003.976.429-03
2	Angélica Domingo da Silva	070.723.929-04
3	Antonio Jose de Souza	455.065.749-91
4	Bernadete Gurotides Andrade	714.529.589-04
5	Edite Cubas Wzorek	791.766.589-53
6	Erondina Aparecida Prestes	195.995.109-25
7	Evaldino Ponciano dos Santos	563.495.218-20
8	Evelina Schwartzman de Prieto	256.693.868-76
9	Ivanilde Alfien	770.615.869-15
10	Ivoni de Lima Goulart	776.630.049-49
11	João dos Santos Pereira	220.581.689-68
12	José Rodolfo Fernandes	227.107.369-34
13	Maria da Gloria de Lima Carvalho	671.060.484-53
14	Maria da Glória Scheidt	167.639.719-15
15	Maria Joana Agostinho	910.475.879-04
16	Maria Salete da Silva	224.413.019-34
17	Maria Salete Machado	343.165.319-72
18	Maria Teresinha Farias	027.690.379-06
19	Mouriza de Albuquerque Porto	707.308.307-72
20	Nilo Alfien	251.971.939-72

21	Teresinha Moraes Silva Sobral	216.595.673-00
22	Teresinha Volpato	155.427.779-53
23	Vilma Anhaia	004.820.249-50
24	Vinicius Jose Apolinario	028.900.389-04
25	Zeladia Friztns	588.022.829-00
26	Zenir Mates de Medeiros	164.157.249-91

DANÇA

TERÇA E QUINTA 15h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Antonieta Rodrigues Dutra	398.785.899-00
2	Beatriz Righetto	029.324.319-00
3	Catarina Domingues	450.861.259-87
4	Cleia Cunha Lourenço	501.907.769-00
5	Graciliano Hercilio de Souza	344.444.679-91
6	Ivanir Gasparini	035.457.329-24
7	João Mario Philippi	019.883.449-72
8	João Nilton Camilo da Silva	077.786.940-34
9	Joaquina Machado Pais	249.708.830-68
10	José Francisco de Souza	179.599.699-49
11	Josélia Silveira Lino	447.145.219-34
12	Leni Terezinha Goitacaz Pimentel	670.537.189-72
13	Leony Jandira Vieira	853.830.079-20
14	Lourdes Vieira	008.190.249-29
15	Maria Edith Bridon da Silva	290.552.379-49
16	Marli Maria Dazzi	463.442.170-49
17	Moacir da Silveira Ilha	169.790.280-49
18	Nair Gracelina de Saga	559.279.809-10
19	Neli Marta Schetz Souza	860.648.359-15
20	Olinda Hilda dos Santos	245.221.719-00
21	Romelia Romagna Amante	009.156.859-57
22	Valci Santiago Rodrigues	541.411.417-04
23	Valdo Geraldo Amante	122.873.779-72
24	Vanderlei Coelho	240.471.637-91
25	Zilma Luz Raposo	910.779.409-63

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA - 07h45min

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 9h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Ana Melo de Souza	454.209.719-68
2	Marte Maria da Silva Schmitz	845.724.859-68
3	João Vergílio da Silva	342.621.999-19
4	Valdete Hilda Pacheco	671.893.009-10
5	Ivone da Silva	377.920.249-20
6	Maria Salete Alves Padilha	606.429.969-34
7	Arleide Luiz Neunzig	863.670.489-87
8	Rosa Maria Cardoso	009.136.739-51
9	Erondina Severino	155.111.209-44
10	Maria Minatti	432.635.269-87
11	Leardina Rosalina Albino do Nascimen	155.222.619-00
12	Hercília Macedo	455.524.609-87
13	Zenir Terezinha de Souza Eli	671.783.599-00
14	Maria Benta Dal Toe de Souza	935.836.999-04
15	Julio Edgar Bonckewitz	029.895.659-49
16	Albertina Locks Kunz	039.614.639-21
17	Tadeu João Schlickmann	179.064.669-34
18	Avani Camila Farias	017.973.629-92
19	João Vicente	145.647.269-00
20	Valdemar Dutra Fenilli	070.950.749-68
21	Gema Delai	032.099.349-32
22	Maria Wilda Dahas	518.013.612-15
23	Ana Zaira Volpato	401.010.709-00
24	Sonia Regina da Silva Silveira	708.657.529-15
25	Maria Izabel Machado Vicente	102.100.089-20
26	Laura de Paulo Pereira	850.099.549-15
27	Alzira Reinoso Ferreira	776.414.009-06
28	Benta Alves Schlickmann	867.202.799-04
29	Ronlane Alves do Amaral	399.278.909-82
30	Ivo Manoel do Nascimento	070.673.489-00

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA - 07h45min

LISTA DE ESPERA

31	Maria de Fátima Martins Bonckewitz	823.901.269-87
32	Valdete Silveira Faria	039.464.819-65

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Maria da Graça Coelho	343.871.969-04
2	Lucia Terezinha Ventura	252.308.599-20
3	Lindomar do Carmo Flores	455.415.079-87
4	Cecília dos Anjos Schnaiter	622.752.329-15
5	Rosa Vieira	521.017.209-06
6	Maria do Carmo Alano Marciano	343.145.129-20
7	Celina Maria Grah	604.999.159-68
8	Laurici Maria de Melo da Silva	179.540.969-04
9	Helenita Clotilde de Campos	578.497.909-44
10	Maria de Lourdes Silveira	671.685.909-87
11	Eugenia Lucena Soares dos Santos	167.570.138-51
12	Ivandina Natalina Marques	026.800.559-18
13	Alcides Paulino Gonzaga	417.753.849-34
14	Sueli Zuleica de Oliveira	259.743.190-87
15	Silvio Flores	164.713.699-72
16	Salete Figueiredo de Oliveira	252.318.209-20
17	Marli Terezinha de Oliveira	381.601.889-00
18	Kelcia Brellunger Esmeraldino	607.232.899-72
19	Eugenio Manoel da Silveira	417.612.519-53
20	Neusa Cecilia de Andrade	245.260.539-53
21	Maria de Lourdes Silva	721.666.819-72
22	Hermelita Alice dos Santos	910.076.829-49
23	Marta Weber	033.211.448-16
24	Terezinha Dalva de Bittencourt	224.671.659-49
25	Derciza Joana dos Santos	030.913.448-00
26	Lucilia Yone de Andrade	606.590.508-97
27	Ivanor dos Santos	003.886.299-91
28	Vilma Pacheco Ferreira	455.491.769-04
29	Brasil Bradamente Pereira	091.135.330-53
30	Terezinha Sueli Tondin Munari	152.812.210-00

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 9h

LISTA DE ESPERA

31	Jose Carlos Machado	252.260.889-49
32	Aidil Alves da Silva	396.534.470-68
33	Maria Clara Silva	725.145.079-87
34	Ana Maria Rosa	533.224.609-91
35	Lealcy Benta Goulart	489.371.509-72
36	Teresinha Rodrigues	833.104.369-34
37	Senhorinha de Abreu Schlichting	907.909.289-49
38	Maria Abertina Junckes Petry	540.519.329-15
39	Ilda Ventura da Luz	547.773.059-53
40	Maria Otilia Gonzaga	671.779.139-04
41	Sávio Cezar da Cunha	008.948.009-06
42	Maria de Lourdes Abreu	661.745.389-15
43	Antonio Steinhausen de Freitas	030.158.319-68
44	Olivia Bonamente Salm	417.639.809-44
45	Zelma Guollo Redivo	041.071.199-39

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 10h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Adelaide Souza Marquez	815.042.259-53
2	Ana Rosa da Silva Melo	909.153.649-72
3	Arnita Maria Brich	417.219.779-53
4	Ivanir Citadin	047.486.389-15
5	João Batista Marquez	342.162.279-53
6	José Vinicius Vieira Rodrigues	012.972.950-72
7	Laura Basilicia Mendes	342.987.119-00
8	Manoel ANtero de Matos	029.754.839-53
9	Maria Alzira de Alencar	418.800.647-15
10	Maria da Graça Silva Candemil	799.121.179-29
11	Maria de Lourdes Olival Mansanari	855.865.448-49
12	Maria de Lourdes Rabelo Schulter	455.249.989-00
13	Norma Kretzer	342.387.199-72
14	Olga Nagel	817.452.229-87
15	Ralf Nagel	180.606.849-49
16	Zilma Rosa de Souza	481.257.769-15

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 13h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Adair Golo Pires	764.156.609-00
2	Bernadete Machado Fernandes	744.243.949-72
3	Cirlene de Ávila Silva	647.072.379-91
4	Dilce Maria dos Santos	415.224.789-49
5	Elpídio Arcanjo da Silva	179.624.209-87
6	Ivonete Alves	029.760.489-91
7	Manoel Nelson Flor	179.221.519-34
8	Maria Candida Pereira	727.930.409-59
9	Maria Faustina da Silveira	777.586.179-72
10	Maria Marcolina da Rosa	050.253.669-71
11	Milton Coelho Pires	018.205.249-49
12	Paulo Sergio Castro	076.255.291-34
13	Rozilda Maria dos Santos	685.627.649-49
14	Ruth Karla Winckler	869.263.819-68
15	Suzete Marlene Schulze	246.265.119-53
16	Tania Dotela Madalena	415.220.529-68
17	Terezinha Cunha da Silva	712.740.149-72
18	Vilda Monguilhott	047.512.999-72
19	Walter Augusto Correa Bastos	165.564.539-00

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 15h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Abel Nilo Pitz	379.080.819-91
2	Agenor Correa Medeiros	086.536.740-04
3	Ana Maria Pacheco da Silva	180.805.459-87
4	Dulcelina Rosa	303.504.419-87
5	Edina Silva Muller	216.482.049-53
6	Francisca Abreu Barbosa	685.629.429-87
7	Gercino Brusque	215.921.109-59
8	Isabel da Silva	025.549.079-86
9	Ivo Hugo Pomarico	101.609.227-04
10	Joaquina Vieira	507.377.089-72
11	Leide Maria da Rosa	452.457.979-68
12	Maria Catarina de Castro	441.948.629-53

13	Maria da Gloria Feijó dos Passos	298.533.709-72
14	Maria do Carmo Lima	178.842.929-04
15	Maria Domingos da Silva	471.603.579-49
16	Maria Edenir Crocetta Brusque	712.106.879-68
17	Maria Madalena Martins	025.309.119-59
18	Matilde Mohr	559.993.449-72
19	Neusa Schütz de Oliveira	539.921.729-53
20	Norma Amorim da Silva	771.052.819-87
21	Pedro Agostinho da Silva	184.600.118-87
22	Rute Maria da Cunha Laurindo	854.069.379-87
23	Teresinha Filomena da Silva	441.947.659-15
24	Zulma Maria Macedo	753.691.179-34

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUINTA 16h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Ari Celso Bittencourt	342.997.779-72
2	Maria Dirksen Michels	909.104.789-53
3	Nilva Muraro	332.057.440-04
4	Rosalina Fidelis Zancanaro	656.259.869-91
5	Vilmar Machado de Souza	642.920.708-06

GINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 7h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Abilio Antonio dos Santos	343.951.729-20
2	Beatriz Salvador Ferreira	763.392.549-34
3	Cecília Maria Dutra	932.297.399-49
4	Celso Seidler	251.971.699-15
5	Dejanira Ferreira	399.331.059-49
6	Eli Selma Brito	812.257.929-91
7	Erotildes Jovina Torquato	342.115.009-53
8	Francisco Maurino Kammers	343.873.159-20
9	Ivone Werlich Bruch	016.185.579-20
10	Joao Alberto Bicca Cardoso	278.378.660-53
11	Lessy Probst Jasper	579.287.039-04
12	Maria Alcinea Ferreira de Matos	019.827.309-60

13	Maria Dalva Coelho	591.878.409-87
14	Maria das Graças Lopes	429.615.809-00
15	Maria Kuhn	154.881.529-20
16	Maria Sebastiana de Souza	342.384.179-68
17	Maria Terezinha de Jesus Oliveira	298.402.019-72
18	Nelsi Amalia Hoffmann	563.965.208-00
19	Neusa Maria Lira Simas	245.948.909-97
20	Ondina Ferreira Domingues	318.103.529-91
21	Reinaldo Duarte Porto	008.019.849-04
22	Rosalina Rodrigues dos Santos	621.477.818-00
23	Sergio Eli Crespi	287.698.489-04
24	Terezinha Elenny Braz Adami	023.401.309-56
25	Terezinha Goulart da Silva	887.553.129-34
26	Terezinha Varella da Silva	455.029.514-87
27	Valdir Cordeiro	047.481.079-87
28	Zuleide Jung da Silva	416.478.589-68

GINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 09h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Alvina Maria Hamm	679.394.739-72
2	Ivanir Martins Moreira	216.045.259-91
3	Leonida Lohn Zimmermann	808.482.149-00
4	Daura Terezinha do Nascimento Borges	375.474.109-87
5	Terezinha Silva da Rosa	800.419.499-00
6	Margarida Geralda Coelho	378.136.929-34
7	Maria Odélia Coelho Zimmermann	035.434.549-43
8	Aurea Talgina da Silva	096.499.059-87
9	Roberto Santos Barbosa	068.231.907-44
10	Zenaide Traldi Martins	245.423.859-49
11	Marlene Ana Pereira	555.991.179-87
12	Maria Aparecida Teixeira	028.425.619-91
13	Gil Antenor de Melo	155.259.709-10
14	Maria Rodrigues Correia	646.939.619-49
15	Ana Ester Pereira	300.077.209-04
16	Marly Prado da Silva	305.583.289-20
17	Marilene Sobczyk Mendes	764.064.319-87

18	Nilza Ana de SOuza	984.053.819-53
19	Idevalda Steil	415.409.649-49
20	Leoni dos Santos	224.659.369-72
21	Ines Schuch Vilvert	096.430.449-04
22	Izabela Kuhnen Kuhlkamp	863.673.909-87
23	Neusa Maria da Silva	288.679.049-49
24	José Amaro da Silva	304.120.487-87
25	Analita Heinz Schütz	444.731.419-34
26	Pedro Santana Filho	096.871.659-87
27	Santelina Vieira Virgilio	685.676.189-91
28	Eleni Goretti Schmitt Schmitz	028.173.139-09
29	Elenita Laurita de Souza	252.215.159-20
30	Dalva Speck Thiesen	584.943.759-20

GINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 09h

LISTA DE ESPERA

31	Alvacir de Souza Hoffmann	227.503.469-91
32	Renata Maria Kotz Welter	717.828.189-87
33	Dolores Maria Letti	550.407.809-15
34	Alaíde Ermelinda Vilvert	016.643.759-02
35	Veneranda Chaves	767.757.399-15
36	Seloni Lurdes de Azevedo	632.259.130-49
37	Holy João Silva	912.170.089-34
38	Zilma Oliveira da Silva	796.240.499-04
39	Sueli Marlene Nascimento	630.731.299-87
40	Maria das Graças Conceição Barbosa	027.730.179-35
41	Maria de Lourdes Dalbosco Rosendo	549.601.260-00
42	Nilda Alvarenga de Freitas	366.769.187-49
43	Maria Antonio Medeiros	555.989.439-72
44	Doraci Ferreira Souza	021.037.069-60
45	Rogério Zimmermann	083.139.629-68

GINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 10h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Alair Isabel Farias Pires	289.917.709-59
2	Almir Romão Sarmiento Amaro	172.665.640-34

3	Antonio Carlos Favaro	144.772.460-72
4	Arlindo Aloes	067.135.999-15
5	Casemiro de Aguiar	216.141.560-34
6	Edi Terezinha Cenatti	910.095.459-49
7	Elzi Candida Martins	004.820.029-80
8	Irma Vieira Silva	485.006.589-91
9	Italina Gessy Silva	003.710.889-17
10	Joana Rodrigues Martins	657.859.679-87
11	Mailde Izaura de Farias	813.264.249-04
12	Maria da Glória Souza Henrique	399.072.289-15
13	Maria da Graça Fonseca Toledo	317.451.649-87
14	Maria Ines Rodrigues Alves	029.246.979-99
15	Maria Laureci Senhorinho	223.348.749-49
16	Maria Lucia Livramento	290.092.869-91
17	Maria Mendes da Luz	342.697.469-04
18	Marlene Rodrigues	004.620.409-17
19	Oswaldo Affonso da Luz	179.216.609-59
20	Santilha Justenseibt	335.305.729-34
21	Teresa Maria Knoll	947.490.359-04
22	Terezinha de Jesus de Freitas	152.935.489-72
23	Zaida Teresinha Velasque de David	179.401.330-04

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 13h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Amabilia Schuinguel	179.209.909-63
2	Ana Terezinha da Silva Moreira	075.584.688-50
3	Dilma Souza Schmidt	859.839.009-78
4	Eva Ana Felipe	711.644.219-72
5	Florentina Maria Fernandes	529.516.269-91
6	Judite Maria de Souza	006.723.509-39
7	Juraci Varela Petry	433.082.959-20
8	Luzia Felipe	299.996.779-91
9	Maria Izabel de Azevedo Blasetti	376.851.129-49
10	Maria Nila da Luz	016.238.929-96
11	Maria Rute dos Santos	871.544.809-63
12	Normélia Vilperte Costa	415.353.599-00

13	Odília Quintino Feller	588.575.409-87
14	Olavia Jovina Torquato Graciosa	573.279.399-20
15	Pedro Marcos Francisco	415.228.429-34

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 14h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Miriana Albertina Soria	465.161.747-68
2	Jose Joaquim Martins	178.470.799-68
3	Neri Carlos Vieira	313.506.079-91
4	Maria Melo de Souza	416.065.589-00
5	Iolanda Maria Prudencio	665.866.157-04
6	Clair de Bona	289.965.009-25
7	Rony Maria Vendrusculo da Rocha	585.636.360-49
8	Ivonilda de Oliveira Lopes	932.272.139-15
9	Alcionê Hipólito da Silva	018.151.649-72
10	Solange Teresinha de Oliveira	004.048.519-67
11	Lorena Maria Barba	020.756.879-00
12	Nilda Hermenegildo Bonassa	017.521.769-60
13	Dalci Maria da Silva	671.783.329-72
14	Maria Teresa da Cruz	221.361.269-20
15	Braulio Sória Filho	171.761.079-04
16	Eracledes Madalena de Lins Ribeiro	888.864.509-82
17	Mara Scherer	172.901.390-20
18	Maria dos Passos Marques	833.095.789-68
19	Solita de Souza da Silva	084.827.789-49
20	Neusa Soares Martins	145.598.119-20
21	Primasia da Silva	833.621.699-53
22	Gilza Maria Ribeiro	590.671.289-53
23	Marta Amália Lopes	254.684.999-91
24	Vera Borges	245.378.109-04
25	Altiva de Melo	868.243.769-49
26	Zelinda Lorenzetti	049.238.399-53
27	Eloa Ferreira	047.240.239-02
28	Marlene SOuza de Melo	454.563.309-97
29	Juvenita Alves da Silva	256.680.724-87
30	Maria Porto da Silva	909.748.599-15

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 14h30min

LISTA DE ESPERA

31	Iraci Maria da Silva	452.467.779-87
32	Maria Jeni Godoi Cruz	376.426.699-68
33	Maria de Lourdes Souza Vieira	671.785.539-87
34	Noemia D'Avila Franco	403.225.488-53
35	Mônica Salette Vieira	671.672.179-72
36	Terezinha de Jesus Ramos	342.319.439-15
37	Hilda de Melo Brito	006.560.879-86
38	Maria Adair dos Santos	849.149.209-72
39	Aldo Brito Filho	083.127.459-04
40	Maria das Neves Cruz	021.783.769-75
41	Ana de Souza	907.572.119-68
42	Vera Lúcia dos Santos Ramos	107.961.427-34
43	Leia Niedersberg	534.821.820-00
44	Marly Rosa Socal	743.207.009-10
45	Davi José de Souza	564.943.438-72

GINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 15h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Ana Margarete Machado	343.178.809-20
2	Ana Maria da Silva	932.219.599-15
3	Dilma Costa do Amaral	590.010.899-68
4	Helviza Maria Silva de Aquino	416.052.179-72
5	Irene Bueno dos Reis	028.981.169-47
6	Jesus Antonio da Silva	158.669.046-91
7	João Carlos Porfírio	492.455.627-00
8	José João de Rezende	142.018.608-68
9	Jovito Lemos	030.480.479-72
10	Julieta Matos Silva	039.581.929-63
11	Luiz Antonio Bueno dos Reis	250.853.109-00
12	Madalena de Farias	003.898.849-60
13	Manoel Domingos do Nascimento	246.212.779-87
14	Maria de Lourdes Hoffmann Kretzer	625.434.749-00
15	Maria Ernestina Bittencourt	649.680.909-78

16	Maria Rosa Stahelin	046.056.049-28
17	Maria Terezinha Cardoso	789.396.579-68
18	Maurilha Astrogilda Fortkamp	868.211.489-53
19	Militão João da Silva	112.993.719-49
20	Nilson Eneas Cardoso	008.370.089-72
21	Olga Terezinha Correia	223.685.909-00
22	Onilda Seemann Cardoso	005.579.749-09
23	Rosilane Sell Rossi	649.692.319-15
24	Suely Maya Rezende	144.595.578-43
25	Walter Fortkamp	048.430.969-20

HIDROGINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Sonia Maria da Silva	155.194.579-72
2	Maria Conceição Silva	378.473.509-63
3	Arcênio Manoel Kirchner	300.068.569-34
4	Saete Ernestina Bach Pereira	511.366.359-04
5	Maria Docelina de Souza	341.954.169-49
6	Iraci Demeda Spanhol	494.989.249-53
7	João Trevizan	224.114.109-72
8	Marli Maria dos Santos	732.458.369-53
9	Maria Ana Raimundo	753.082.829-00
10	Amancio Joaquim de Souza	057.052.669-87
11	Nezio Braulio Felipe	344.063.289-04
12	Maria Odilia Ramos	415.180.049-20
13	Anaida de Souza	932.504.959-72
14	Ieda Terezinha de Souza	055.258.509-23
15	Maria da Graça Siqueira	561.294.409-87
16	Maria Helena Francisco Hoffmann	290.202.719-20
17	Antonio Alfredo Torquato	096.380.409-04
18	João Agostinho Martins	399.274.409-44
19	Santelina Maria de Freitas Matos	486.304.380-53
20	Marilene Navrocki Rocker	613.587.389-04
21	Nezia Ramos Pereira	047.292.739-66
22	Namir Barbosa Cunha	045.072.659-24
23	Alesia Theresinha Pfleger	014.349.479-12

24	Ademar dos Santos	004.024.729-50
25	Anilde Zimmermann	853.832.879-49

HIDROGINÁSTICA
SEGUNDA E QUARTA 8h

LISTA DE ESPERA

26	Odetina Pereira Santos	466.442.616-04
27	Onelio Seemann	021.114.119-49
28	Helena Sonaglio	899.141.479-68
29	Benta Lohn da Silveira	887.555.849-34
30	Maria das Dôres Eger	649.686.189-72
31	Ivone dos Santos	596.575.029-34
32	Ladja Ana Sell	221.399.409-97
33	Enio Leopoldo Kretzer	298.607.769-20
34	Laureci Roberta Martins	584.768.069-49
35	Margarete Nunes	344.085.509-06
36	Donzilia Cipriano da Cunha	593.598.209-97
37	Ana Mata Moreira	777.206.369-53
38	Fernandina Duarte	455.033.549-15

HIDROGINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 9h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Almir Esperidião Amorim	967.213.629-53
2	Enilva Maria Machado Coelho	217.373.399-00
3	Judith Guesser Kuhn	732.825.709-10
4	Saete Cipriano da Silva	290.729.059-20
5	Berta Lohn Coelho	641.584.899-20
6	Alcelina Bastos Espindola	299.071.839-53
7	Sebastião Pereira	070.904.129-20
8	Vanda Buttchewicz	288.443.519-00
9	Neuza Maria Oliveira Silva	316.388.997-20
10	Maria Duarte da Silva	018.329.159-05
11	Bernadete Hinkel Beppler	004.023.269-70
12	Maria de Abreu Schneider	003.499.579-08
13	José Ari Fraga	429.497.939-91
14	Ana Maria de Souza	817.406.119-34
15	Valdir Sangaletti	149.109.939-91

16	Teresinha Carlos Anacleto de Sousa	912.386.099-53
17	Luci Goulart	433.301.859-53
18	Eracilda de Souza	642.197.559-34
19	Maria Helena Rodrigues de Bairros	589.757.309-30
20	Celi Luzia Veríssimo	591.871.589-49
21	Catarina da Silva Coelho	606.410.889-49
22	Ayrton Belarmino de Souza	134.803.597-87
23	Nair Hammes	381.642.999-87
24	Terezinha Maria Adão	018.374.769-00
25	Nildo Beppler	070.349.469-49

HIDROGINÁSTICA
SEGUNDA E QUARTA 9h15min

LISTA DE ESPERA

26	Alzira Malvina de Melo	031.402.059-45
27	Filomena Infância de Souza	860.516.369-00
28	Elvira Bourdot	004.583.409-10
29	Maria de Lourdes Bunn Coelho	452.469.559-15
30	Juraci Pereira dos Santos	671.943.899-91
31	Lidia Silva Souza	376.425.619-20
32	Lucia Maria de Carvalho	547.091.059-87
33	Moisés Coelho	155.473.619-68
34	Lourenir Manoel Rosa	070.643.579-68
35	Maria Goreti Gonzaga da Silva	564.000.477-00
36	Antonia Andrade	454.871.709-91
37	Dalva Maria Righetto Moreira	992.373.427-72
38	Tereza da Silva Fontana	330.440.230-68

HIDROGINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 10h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Altair Lucia Conceição	480.562.519-87
2	Balduino Münsfelt	080.489.329-20
3	Celio Rodolfo Müller	081.144.399-04
4	Gecy Terezinha Albuquerque Vieira	480.566.690-00
5	Geni Salete Quintão da Silva	673.911.840-04
6	Irma Ayala Jesus	290.751.499-72
7	Ivo Beppler	198.508.919-04

8	Ivoneete Souza Soares	009.388.547-47
9	Jandira Gonçalves Cabral	046.525.209-56
10	João Galdino Fernandes	500.965.249-87
11	Leoni Alves Marinho	317.819.349-91
12	Leontina Angélica Sant'ana	378.115.339-87
13	Manoel Jose de Araujo	155.056.189-87
14	Maria Angelica Carvalho Godinho	258.697.289-91
15	Maria Ligia Ricardo Peretto	398.996.249-34
16	Marli Terezinha Hartkopf Muller	021.616.319-69
17	Rosa de Andrade Martins	664.566.229-72
18	Rute Pires Peçanha	048.596.569-03
19	Salvelina da Silva	217.244.749-87
20	Valdete Macedo Correa	032.144.989-40
21	Venilda Terezinha Fransosi Mozena	593.838.959-34
22	Zaida Helena Quint Madsen	817.192.489-15

HIDROGINÁSTICA

SEGUNDA E QUARTA 13h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Anita Diel	656.461.509-49
2	Nilda Vieira	554.368.119-49
3	Maria Daura de Oliveira Woytuski	399.020.729-68
4	Ioná Adriano da Silva	026.259.679-27
5	Florência Vieira Roz	736.886.909-82
6	Lourenço de Souza	056.273.039-72
7	Olávio Pedro da Cunha	018.743.739-49
8	Maria dos Santos Monteiro	344.423.599-20
9	Laércio Alves	077.733.239-68
10	Maria Verônica de Medeiros Porto	303.340.128-53
11	Maria Francisca Vieira	767.367.529-68
12	Adolasir do Desterro Scremin	484.958.839-93
13	Noeli Catarina Pellegrini	295.696.059-87
14	Maria de Araujo Feitosa	092.947.288.89
15	Valmira Maria de Freitas	446.527.399-15
16	Maria Salete Felisbino Petri	606.178.539-91
17	Rosa Tomachinski Alves	775.473.659-49
18	Izabel do Nascimento	181.449.421-91

19	Eli Regina	343.196.209-25
20	Doracy de Moraes Cruz	290.271.799-72
21	Creusa Vicente Fernandes	520.427.409-00
22	Olga Gorges Petri	907.609.059-91
23	Ilorino Henrique Pinheiro	078.618.748-04
24	Marcia Regina Maria	200.320.139-49
25	Edite de Oliveira Santos	492.425.710-91

HIDROGINÁSTICA SEGUNDA E QUARTA 13h30min

LISTA DE ESPERA

26	Edna Secondo	129.944.708-29
27	João Artur Mariano	070.668.729-91
28	Adalberto Rampi	252.262829-15
29	Helma Cavalheiro	836.011.989-91
30	Vilma Maria Truppel Kamers	586.258.799-34
31	Maria Aurelia Costa	494.356.989-72
32	Gilda Langner de Lima	195.982.899-15
33	Justina Vichroski Czarnobay	760.987.379-91
34	Maria Odete de Campos Furtado	021.568.319-63
35	Teresinha de Melo Mariano	550.813.129-91
36	Marlene Galvão da Silva	642.194.299-72
37	Eni Julieta Rocha Alves	888.212.349-91
38	Maria da Graça Martins	501.074.709-00

HIDROGINÁSTICA SEGUNDA E QUARTA 14h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Altiva Roberta da Silva	511.882.109-63
2	Bernadete Bento Langen	732.622.859-00
3	Alvina Bürgin	304.790.709-97
4	Suemi dos Santos Rodrigues	757.937.849-34
5	Marta Tomasi Dalazen	704.895.479-87
6	Nair da Silva Nunes	007.800.380-61
7	Maurina Terezinha Vieira Maximiano	022.403.619-05
8	Eva Alicia Riano	655.700.149-34
9	Valdemar Pereira da Silva	153.083.249-72
10	Maria Mendes da Silva	455.123.709-44

11	Ivone Gomes Richter	830.416.489-20
12	Zelair Martins Oliveira	034.980.979-89
13	Sueli Solange Amandio	909.041.339-15
14	Dauri Augusto da Silva	221.087.699-00
15	Nilza Candida Dutra	613.042.049-87
16	João Carlos da Rosa Nunes	188.112.720-68
17	Lorena dos Prazeres Guedes	028.314.519-65
18	Dilma Freccia	775.020.949-20
19	Maria das Neves de Faria	520.867.809-82
20	Elia Maria Ponciano	432.583.109-63
21	Waldemar Anacleto Gamarra da Silveira	074.892.930-49
22	Maria Madalena Duarte	344.776.329-91
23	Werna Hilda Mayer	603.474.739-20
24	Rosinha dos Passos Rosa	015.818.229-44
25	Corilda Cecília Beal de Leão	491.631.160-49

HIDROGINÁSTICA SEGUNDA E QUARTA 14h45min

LISTA DE ESPERA

26	Waldelina Marcelino Loureiro	450.857.739-34
27	Laureci Maria Machado	908.845.409-44
28	Sebastião Luiz Rossetto	177.113.559-04
29	Candido Rosa Nunes	257.786.849-91
30	Luiz Souto Nunes	012.112.340-53
31	Maria Zelia Teixeira Guimarães	942.046.329-04
32	Abelardo Arcelino Martins	216.161.089-91
33	Jose Resende da Costa	147.820.659-49
34	Nilve Maria Viali de Andrade	460.946.879-49
35	Maria Madalena Andrade Antunes	037.892.679-96
36	Estefani Medeiros Kuhn	774.036.659-53
37	Jadir Domiciano Fiera	590.659.829-49
38	Jacira Vieira Domiciano	591.182.709-30

HIDROGINÁSTICA SEGUNDA E QUARTA 16h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Aristides Pedro Garcia	029.989.639-00
2	Carlos Jubiaba Sobral Brandão	100.190.063-49

3	Carlos Montecinos Moleros	019.192.299-49
4	Catarina Maria de Ávila	466.392.769-68
5	Celma de Lima Dakmer	451.396.600-91
6	Custódia Vieira Rodrigues	433.402.539-00
7	Edevaldo Silva Raupp	082.540.449-53
8	Eli Orelo Felipe	690.077.059-20
9	Fátima dos Santos Claudino	003.880.669-03
10	Ilse Maria Rohden	385.819.579-00
11	José Boaventura dos Santos	446.625.729-91
12	Ladir Orelo Garcia	496.025.609-59
13	Lia Miriam Fernandes Lacerda	285.693.189-87
14	Maria Augusto Soares	310.346.409-68
15	Maria Bernadete Porto	290.121.209-34
16	Maria Lúcia Koerich Jonck	399.317.309-00
17	Maria Salette Cardozo	376.507.189-72
18	Maria Verônica dos Santos	657.754.499-91
19	Odete Mafra de Moura	713.700.489-04
20	Osmarina Maria Silva	665.044.659-91
21	Rosa Freitas da Silva	816.211.409-20
22	Sebastião Ivone Cordova	145.490.009-10
23	Zenaide Assing dos Santos	895.554.069-87

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Cristina Maria da Silva	377.636.369-04
2	Vilda Helita Gonzaga	088.973.899-53
3	Maria Julita Justen Perardt	641.614.479-49
4	Maura Anacleto Leandro	774.088.969-53
5	Maria das Graças Gonçalves	910.430.779-87
6	Janilda Luzia da Silva Dalsenter	322.553.069-72
7	Joel José dos Passos	288.680.059-72
8	Maria Aguida Bento	540.959.729-04
9	Rosemary Batista Fernandes Lima	551.528.729-00
10	Cristina Sutil Rodrigues	378.772.679-91
11	Geni Aparecida de Souza	800.636.169-04
12	Cleonir Oliveira da Luz	691.357.469-04

13	Maria Lucia Correa	416.907.379-72
14	Maria Helena Nunes do Herval	027.923.859-28
15	Lucia Maria Ramos	495.997.639-04
16	Elba Leite de Barros	345.519.999-20
17	Antonia Maria de Moraes	784.183.723-20
18	Nelson Dario Campos	029.761.619-68
19	Maria Dorcelina Machado	432.405.009-06
20	Olinda Nazaré Machado	017.040.709-88
21	Zilda Araides da Silva	250.721.706-59
22	Lauri Silva do Herval	018.230.949-53
23	Maria Martins Bento	775.012.929-49
24	Ladir Izabel de Souza	341.906.519-15
25	Maria Alaide Cordeiro	343.891.649-53

HIDROGINÁSTICA
TERÇA E QUINTA 8h

LISTA DE ESPERA

26	Tereza Oliveira Nascimento	461.130.379-91
27	Nezita Cordeiro Matiola	178.853.709-25
28	Maria da Penha Souza MIna	003.376.859-59
29	Maria de Lourdes Souza	887.610.029-68
30	Valdeci Teixeira	548.990.609-04
31	Edite Maria da Silva	901.623.579-49
32	Nalvandi Paulina Costa de Farias	342.714.659-68
33	Jandira Teixeira	555.975.759-20
34	Olandina Wisbecki	854.068.499-53
35	Maria de Lourdes Souza Bezerra	520.661.349-53
36	Jair Moura Ramos	290.170.689-49
37	Wilma Pasin Remor	290.713.050-15
38	Elsa Maria Fortunato	026.997.769-47

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 9h15min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Maria da Graça Rosa	223.825.509-53
2	Ivanilde Marina Lopes Bunn	915.457.579-68
3	Vanilde Medeiros da Silva	907.617.159-91
4	Zenilda Dorvalina de Melo	516.729.799-00

5	Juleite Frasson Pian	861.763.589-49
6	Silvio Marchi	082.221.509-87
7	Natalia Sperber Weiss	039.110.169-21
8	Lucimar Cabral Correia	018.064.709-18
9	Cecilia Maria Hames	792.604.469-53
10	Cecília Felipe de Medeiros	524.569.860-91
11	João Batista Mina	104.250.397-49
12	Bernardina Angela Silveira	096.429.519-91
13	Ines Maria Zeliotto	195.854.979-72
14	Aldenirton Leopoldo da Silveira	245.875.679-49
15	José Schmitt	546.833.609-00
16	Lenir Inez Ziani	383.782.720-87
17	Marlene Carvalho de Almeida	347.546.017-34
18	Celia da Silva Andrade	833.812.289-00
19	Marilza Aurora de Lima	415.173.349-34
20	Manoel João da Costa	155.197.409-68
21	Clara Terezinha Marchi	727.507.909-72
22	Sueli Vieira	141.985.769-04
23	Nely Rodrigues Veiga	374.927.130-53
24	Maria Martinha Souza	533.710.119-68
25	Cleonice Reis de Mello	215.651.390-20

HIDROGINÁSTICA
TERÇA E QUINTA 9h15min

LISTA DE ESPERA

26	Izabel Tarcilia Silveira	035.978.729-05
27	Marlene Joana dos Santos	224.418.599-00
28	Maria Peres Leandro	469.595.139-87
29	Martinha da Silva Martins	298.569.739-53
30	Zelita Rocha Machado	896.231.939-04
31	Carmelina de Sousa	538.379.089-68
32	Madalena Maria Costa	739.802.859-87
33	Adelicia Maria Vieira Hoepers	343.634.089-87
34	Cilezia da Silva Leme	528.699.389-34
35	Luzia Feliciano Nienkötter	429.259.409-00
36	Maria de Fátima Tonelli Molinari	344.905.589-53
37	Vanderly Antonieta de Paula Marcos	019.364.789-35
38	Jailto Machado	155.452.379-68

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 10h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Saete João Diniz	500.858.919-91
2	Leauci Margareti Steinbach	252.172.679-68
3	Maria Ulda de Oliveira	781.624.089-91
4	Francisco de Assis Salassaria	263.197.560-04
5	Maria Jussara Pinto Silva	960.713.540-72
6	Vera Lucia de Andrada	573.307.789-15
7	Aurélia Catarina Trieweller	455.548.389-87
8	Vilmar Borba	592.470.539-00
9	Gentil Pereira de Pinho	201.119.836-49
10	Expedito Zagonel	078.070.660-91
11	Irene do Rocio de Moraes	223.299.519-49
12	Ana de Abreu Antonio	868.526.989-04
13	Maria Isabel de Sousa	613.446.809-68
14	Martila Novakoski	454.666.029-49
15	Terezinha Nery Sinnott	237.580.400-78
16	Waldemar Lemos Filho	145.601.279-72
17	Luiz Carlos de Souza Lopes	155.216.729-15
18	Zeli Pereira Lacerda Salasaria	888.765.439-53
19	Fernando dos Passos	145.317.719-15
20	Maria Candida Constante	777.593.549-91
21	Albertina Filibus Clasen	298.726.939-00
22	Conceição Ferreira da Silva	504.350.197-91
23	Nair Lourdes Garcia Rodrigues	887.752.829-87
24	Concelina Alzira Jordão	433.093.489-20
25	Sueli Stalfi Vieira	024.015.289-11

HIDROGINÁSTICA
TERÇA E QUINTA 10h30min

LISTA DE ESPERA

26	Elia de Melo Souza	582.858.819-20
27	Martimiana Carmina Pereira	507.185.849-53
28	Rita Antunes Espíndola	520.673.609-06
29	Itamar Luiz de Oliveira	223.374.749-68
30	Leoneti Schmitz	057.989.279-46
31	Ione Vieira de Araujo Soares	919.931.720-68

32	Maria Thereza Paes da Cruz	034.444.597-69
33	Ivanir Ferreira	533.816.299-72
34	Maria Sirlei Amaro da Silva	492.439.180-87
35	Daici Fonseca Furtado	747.059.540-68
36	Waldemiro Domingos de Souza	343.841.709-04
37	Adil Barbosa da Silva	515.387.098-72
38	Maria das Neves de Sena	031.008.598-55

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 13h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Maria Ines de Bittencourt	027.508.609-70
2	Nilton Dornelles Cardoso	253.467.099-91
3	Maria Catarina de Oliveira	818.098.599-72
4	Selesia Teixeira Gomes	912.022.569-53
5	Maria Carmina André	050.199.249-97
6	Antonio Gonçalves	088.903.820-15
7	Vera Lúcia de Souza Figueiredo	474.771.059-00
8	Lucia Juvita da Silveira	825.112.339-91
9	Rosilene Rosa Cardoso	306.054.409-30
10	Olga Seemann Weiss	041.562.609-92
11	Maria Cecilia Paoki	143.234.828-09
12	Maria de Lourdes Santana	223.826.079-04
13	Marieta Paetzold	018.092.469-97
14	Catharina Martins	068.908.609-18
15	Valéria Schlemper Schmidt	714.871.829-53
16	Maria Anita Siqueira Alcantara	154.182.369-04
17	Nivaldo Gomes	067.282.869-34
18	Maria Solange Laurinda Paulo	031.172.669-09
19	Raul do Nascimento	029.742.909-49
20	Durcelir de Araujo Passinho	215.799.469-68
21	Elizete Joana Vieira	841.319.269-20
22	Ademir Figueiredo	096.246.789-87
23	Norma Conceição Nascimento Ferreira	600.531.519-68
24	Alzerina Vicentina Klingelfus	888.936.429-72
25	Paulo de Oliveira	629.889.729-15

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 13h30min

LISTA DE ESPERA

26 Maria Clarice da Silva Gonçalves	237.639.220-91
-------------------------------------	----------------

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 14h45min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Elisabete Sant'ana	853.814.209-78
2	Helena Souza Leal	008.124.259-01
3	Eva Maria Rodrigues Loureiro	179.208.769-15
4	Ana Maria Guimarães	145.057.979-53
5	Elzi Silveira Goes	006.615.929-60
6	José Schmitt	987.708.379-53
7	Luzia Idalina de Castro	564.667.229-53
8	Ivone Gonçalves	466.184.909-44
9	Camila Machado	008.380.859-03
10	Rita de Cacia Claudino	932.283.509-59
11	Valda Maria Teixeira	378.027.399-34
12	Maria Buclieri Bueno	152.395.058-70
13	Leda Beatriz Casagrande	910.698.079-15
14	Maria José da Silva Lopes	455.263.979-04
15	Ivone Maria Fiorenzano da Silveira	342.642.809-15
16	Maria de Fátima Leal	027.673.519-69
17	Terezinha Pereira Machado	485.135.809-10
18	Marlene Damaceno	417.249.509-59
19	Celia Regina Anselmo	641.950.239-04
20	Lili Farias Dutra	548.005.529-15
21	Catarina de França Santos	511.943.099-68
22	Diva Westphal Gualo	608.884.669-00
23	Maria Elanir Candido	618.245.189-00
24	Eva Comelli	632.600.779-87
25	Zilda Quadros Araujo	625.444.629-49

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 14h45min

LISTA DE ESPERA

26	Edite Fernandes da Silva	376.701.409-25
27	Maria Teresa Felaco	744.050.809-25

28	Silvio Mangrich	433.301.009-82
29	Vanda Eugenia Teodósio Tavares	732.356.449-20
30	Eulalia Diniz Santos de Melo	012.626.679-41
31	Benilde Realina Maffezzoli	589.876.229-91
32	Cicilia Ada Amorim	443.795.609-53
33	Imidio Lopes Amorim	224.397.659-53
34	Maria de Lourdes Fernandes Mangrich	377.184.529-72
35	Sérgio Mário Antunes de Castro	203.608.517-20
36	Vera Lucia de Souza	020.571.979-13
37	Izete Antonia Rasveiller Amaral	432.594.569-53
38	Amália Maciel Rasveillev	484.996.929-15

HIDROGINÁSTICA

TERÇA E QUINTA 16h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Aurora Maria de Lima	098.804.409-10
2	Salvio Vicente Marques	009.747.810-53
3	Maria Madalena de Campos	289.624.949-49
4	Carmen dos Santos	375.306.239-15
5	Norma Julia Soria	511.355.237-20
6	Maria Ester Martins	005.825.429-36
7	Armezina Batista Gomes	914.169.578-04
8	Merce Dalla Rosa Piazzon	928.790.209-72
9	Maria Zita de Souza	656.469.249-87
10	Pedro Manoel Damásio	292.604.349-04
11	Nadia Rejane Elias Branco	294.820.380-53
12	Olindina Catarina Francener Schweitzer	714.795.549-87
13	José Helio da Silva	200.406.529-04
14	Eldina Terezinha Felipe Hass	032.390.759-89
15	Maria da Graça Lauriano	572.948.289-20
16	Erenita Silva Stanck	915.819.829-68
17	Filomena Schell	812.470.879-72
18	Ademar Hercílio Souza	341.984.159-00
19	Valciria Helena Espirito Santo Bittencourt	222.605.440-53
20	Dilma Lidia Martins	871.542.779-04
21	Maria Helena Damasio	611.987.739-87
22	Maria Valeria Leopoldino	221.496.869-53

23	Miguel Gonçalves Alho Filho	036.643.172-20
24	Maria Marli Bruner	291.095.409-97
25	Miranda Souza Mendes	589.860.149-04

HIDROGINÁSTICA
TERÇA E QUINTA 16h

LISTA DE ESPERA

26	Feliciano Venisuim da Silva	440.627.299-20
27	Maria Bonatto	077.449.780-72
28	Norma Amália	292.441.960-34
29	Geneci de Lima	806.949.690-87

PILATES

SEGUNDA E QUARTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Pompilio Vieira Coelho	147.397.630-87
2	Joseli João da Rosa	305.709.219-82
3	João Augusto do Nascimento	375.396.989-34
4	Maria Filomena Silva Arruda	712.143.729-53
5	Maria de Lourdes Schmitz	733.047.279-49
6	Helena Maria Porto	315.508.000-00

PILATES
SEGUNDA E QUARTA 8h

LISTA DE ESPERA

7	Talma Maria Fernandes	018.208.269-53
8	Marilene Leite Ricci	887.558.949-68
9	Helena Maria da Silva	481.254.409-25

PILATES

SEGUNDA E QUARTA 9h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Heliete Ramos Bunn	887.620.099-15
2	Maria Caron	824.848.309-63
3	Zilma Schlemper	983.828.539-00
4	Aderson José da Silva	047.566.579-65
5	Maria Betina dos Santos	651.293.009-63
6	Nair Rodrigues Nascimento	024.651.659-33

PILATES
SEGUNDA E QUARTA 9h

LISTA DE ESPERA

7	Carlos Soares Moreira	204.208.387-91
8	Teresa Hermes Leite	522.137.149-91
9	Teresinha de Souza Oliques	401.157.390-68

PILATES

SEGUNDA E QUARTA 10h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Ivani Zechini Bueno	020.712.319-53
2	Terezinha de Abreu dos Santos	868.001.839-20
3	Vilma Eloé Martins	563.122.379-15
4	Maria das Graças Nouals de Freitas	500.863.240-04
5	Silvia Weiss Raupp	867.204.499-15
6	Laura Margarida de Brito	229.957.730-00

PILATES

SEGUNDA E QUARTA 10h

LISTA DE ESPERA

7	Marlene Kamphorst	259.059.109-87
8	João Frandolige	061.273.988-00
9	Selma Antonieta de Brito	415.946.579-04

PILATES

SEGUNDA E QUARTA 11h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Apolonia Debrasi Machado	344.473.779-34
2	Maria Helena dos Santos	029.340.369-44
3	Osvaldo Alves de Souza	004.138.289-72

PILATES

TERÇA E QUINTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Hipolito Daniel Bento	155.611.949-68
2	Lourdes Amghebem	182.476.362-04
3	Maria Madalena da Silva	582.769.809-10

4	Osnilda da Silva Pinho	364.223.980-34
---	------------------------	----------------

PILATES

TERÇA E QUINTA 9h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Eriel Ivo Bahniuk	155.301.679-34
2	Eveni Francisca Prado Petry	263.976.170-68
3	Celso Luiz Mantucci	567.030.078-53
4	Benta Cardoso Anacleto	830.410.449-00
5	José Valdir Batista	077.566.319-00
6	Zelia Junckes	521.195.649-49

PILATES

TERÇA E QUINTA 9h

LISTA DE ESPERA

7	Joelice Gitti Martucci	860.411.188-34
8	Lucila Schmitz Alfen	015.587.999-58
9	Mauri Ribeiro de Souza	251.406.200-49

PILATES

TERÇA E QUINTA 10h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Zulma Clove Leuciano	867.220.509-04
2	Terezinha Silva Kretzer	630.803.629-34
3	Domingos Julio de Andrade	630.556.199-00
4	José Carlos Knoll	029.849.389-68
5	Ana Moreira da Silva	006.612.829-37
6	Dalva Ondina Martins	843.132.189-04

PILATES

TERÇA E QUINTA 10h

LISTA DE ESPERA

7	Eanina Jaci Machado	242.901.659-15
8	Edite Martins Vieira	888.415.709-97

PILATES

TERÇA E QUINTA 11h

NOME DOS CONTEMPLADOS CPF

NENHUM INSCRITO NA MODALIDADE

PILATES

TERÇA E QUINTA 13h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Bilmar Correa	015.610.669-82
2	Dirma Candido dos Anjos	951.976.729-00
3	Lindalva Martins da Silva	591.733.949-04
4	Maria Goreti Junckes da Cunha	289.257.859-00

PILATES

TERÇA E QUINTA 14h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Clovis Boaro	082.177.260-00
2	Luiza Machado Adriano	290.073.489-49
3	Salette Ribeiro Martins	433.128.379-87
4	Angela Siqueira Favaro	016.036.189-37
5	Sueli Maria dos Santos	846.200.729-15
6	Rosa Marcelino de Oliveira	638.712.709-20

PILATES

TERÇA E QUINTA 14h30min

LISTA DE ESPERA

7	Teresinha Moraes Demétrio	919.925.679-72
8	Abilio Peres	671.562.409-78
9	Egídio José Bunn	290.319.909-49

PILATES

TERÇA E QUINTA 15h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Loraci das Neves Pereira	639.278.960-04
2	Madalena Justin Vilvert	927.509.909-04
3	Maria da Conceição Inácio Soares	016.356.239-36
4	Catarina do Nascimento Vicente	018.315.239-57
5	Rosangela Maura Cabral	290.278.379-53
6	Isaias Kemper	077.827.219-20

PILATES

TERÇA E QUINTA 15h30min

LISTA DE ESPERA

7	Irineia Maria Luiza dos Reis	591.784.779-72
8	Maria Elizabete da Silveira	621.140.269-49
9	Laidés Pereira Rodrigues	182.198.109-04

JOGOS AQUÁTICOS

SEXTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	José Azze dos Santos	304.663.509-53

JOGOS AQUÁTICOS

SEXTA 9h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Nadir da Silva	398.774.509-68

APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE

TERÇA 8h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Isabel da Silva	025.549.079-86
2	Jose Carlos Machado	252.260.889-49
3	Salette João Diniz	500.858.919-91
4	Heliete Ramos Bunn	887.620.099-15
5	Joaquina Vieira	507.377.089-72
6	Ana de Abreu Antonio	868.526.989-04
7	Teresinha de Souza Olikes	401.157.390-68

8	Laudelina Rodrigues Kepper	895.189.420-72
9	Nildo Beppler	070.349.469-49
10	Julio Edgar Bonkewitz	029.895.659-49
11	Ivone de dos Santos	596.575.029-34
12	Catarina do Nascimento Vicente	018.315.239-57
13	Laura de Paulo Pereira	850.099.549-15
14	Maria Solange Laurinda Paulo	031.172.669-09
15	Ilda Ventura da Luz	547.773.059-53
16	Leninha da Silva do Nascimento	432.783.109-34
17	Ana Moreira da Silva	006.612.829-37
18	Mario Nicolau Gomes	155.067.709-87
19	Ivanir Ferreira	533.816.299-72
20	Benta Alves Schlickmann	867.202.799-04
21	Osni José dos Santos	290.189.359-72
22	Cecilia Maria Dutra	932.297.399-49
23	Maria de Fátima Martins Bonckewitz	823.901.269-87
24	Maria Porto da Silva	909.748.599-15
25	Maria do Carmo Alano Marciano	343.145.129-20
26	Saete Cipriano da Silva	290.729.059-20
27	Maria da Graça Coelho	343.871.969-04
28	Bernadete Hinkel Beppler	004.023.269-70
29	Edevaldo Silva Raupp	082.540.449-53
30	Ivone de Olinda Garcia	024.631.129-05

APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE
TERÇA 8h30min

LISTA DE ESPERA

31	Ana Maria Rosa	533.224.609-91
32	Maria Benta Dal Toe de Souza	935.836.999-04
33	Expedito Zagonel	078.070.660-91
34	Zilma Rosa de Souza	481.257.769-15
35	Edite Fernandes da Silva	376.701.409-25
36	Benta Lohn da Silveira	887.555.849-34
37	Edite Martins Vieira	888.415.709-97
38	Rosa Maria Cardoso	009.136.739-51
39	Lessy Probst Jasper	579.287.039-04
40	Erotildes Jovina Torquato	342.115.009-53
41	Lourenço de Souza	056.273.039-72

42	Enilva Maria Machado Coelho	217.373.399-00
43	Berta Lohn Coelho	641.584.899-20
44	Pompilio Vieira Coelho	147.397.630-87
45	Valdemar Dutra Fenilli	070.950.749-68

APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE

TERÇA 10h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Ivanor dos Santos	003.886.299-91
2	Alvacir de Souza Hoffmann	227.503.469-91
3	Alvina Bürgin	304.790.709-97
4	Maria Terezinha da Silva	932.689.479-72
5	Adalberto Rampi	252.262829-15
6	Isolete Cunha Campos	004.218.629-39
7	Bernadete Bento Langen	732.622.859-00
8	Marta Amália Lopes	254.684.999-91
9	Maura Anacleto Leandro	774.088.969-53
10	Jadir Domiciano Fiera	590.659.829-49
11	Jailto Machado	155.452.379-68
12	Maria de Araujo Feitosa	092.947.288.89
13	Ivanir Martins Moreira	216.045.259-91
14	Milton Coelho Pires	018.205.249-49
15	Cristina Maria da Silva	377.636.369-04
16	Adelina Alves Machado	764.159.709-25
17	Alcelina Bastos Espindola	299.071.839-53
18	Maria de Lourdes Guse	200.332.309-00
19	Eraclides Madalena de Lins Ribeiro	888.864.509-82
20	Cleonice Reis de Mello	215.651.390-20
21		
22	Maria Saete da Silva Flores	478.145.609-00
23	Ladir Orelo Garcia	496.025.609-59
24	Montpoliciano Ramos Filho	145.547.639-00
25	Jacira Vieira Domiciano	591.182.709-30
26	Carmelina de Sousa	538.379.089-68
27	Ivone de Alves	029.760.489-91
28	Marly Rosa Socal	743.207.009-10
29	Maria Aparecida Teixeira	028.425.619-91

30	Adair Golo Pires	764.156.609-00
----	------------------	----------------

APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE TERÇA 10h

LISTA DE ESPERA

31	Maria de Lourdes Rabelo Schalter	455.249.989-00
32	Ivone de Lima Goulart	776.630.049-49
33	Maria Bonatto	077.449.780-72
34	Maurina de Moraes Machado	417.766.319-00
35	Ladja Ana Sell	221.399.409-97
36	João Batista Marquez	342.162.279-53
37	Marlene SOuza de Melo	454.563.309-97
38	Ayrton Belarmino de Souza	134.803.597-87
39	Gil Antenor de Melo	155.259.709-10
40	Eriel Ivo Bahniuk	155.301.679-34
41	Eloa Ferreira	047.240.239-02
42	Cidalia Santiago	542.908.809-91
43	Angela Siqueira Favaro	016.036.189-37
44	Natalia Sperber Weiss	039.110.169-21
45	Maria da Gloria Feijó dos Passos	298.533.709-72

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 13h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Lucia Maria Ramos	495.997.639-04
2	Maria Teresa da Cruz	221.361.269-20
3	Zulma da Silva Rachadel	753.157.429-20
4	Jose Joaquim Martins	178.470.799-68
5	Alcionê Hipólito da Silva	018.151.649-72
6	Elisete Conceição da Silva Gonçalves	216.138.429-53
7	Marta Tomasi Dalazen	704.895.479-87
8	João Carlos da Rosa Nunes	188.112.720-68
9	Estefani Medeiros Kuhn	774.036.659-53
10	Gecy Terezinha Albuquerque Vieira	480.566.690-00

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 13h30min

LISTA DE ESPERA

11	Avani Olinda de Oliveira Raulino	016.374.929-95
----	----------------------------------	----------------

12	Maria Goreti Junckes da Cunha	289.257.859-00
13	Valdemar Pereira da Silva	153.083.249-72
14	Maria Helena Rodrigues de Bairros	589.757.309-30
15	Maria de Lourdes Raimundo	868.522.569-87

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 14h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Helena Souza Leal	008.124.259-01
2	Ilorino Henrique Pinheiro	078.618.748-04
3	Ioná Adriano da Silva	026.259.679-27
4	Debrantina Rosa Serratine	224.588.249-00
5	Rosilane Sell Rossi	649.692.319-15
6	Laurita Vedoratto Rauber	981.927.609-87
7	Janete Oliveira Brandão	099.903.485-53
8	Luzia Felipe	299.996.779-91
9	Maria Teresinha Farias	027.690.379-06
10	Milton Pereira Dachi	711.771.679-72

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 14h30min

LISTA DE ESPERA

11	Suely Maya Rezende	144.595.578-43
12	Helviza Maria Silva de Aquino	416.052.179-72
13	Iraci Demeda Spanhol	494.989.249-53
14	Maria de Fátima dos Santos Moreira	812.468.549-53
15	Ilse Maria Rohden	385.819.579-00

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 15h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Florência Vieira Roz	736.886.909-82
2	Maria Francisca Pelicari	432.816.059-15
3	Francisco de Assis Salassaria	263.197.560-04
4	Neusa Soares Martins	145.598.119-20
5	Florentina Maria Fernandes	529.516.269-91
6	Aldo Brito Filho	083.127.459-04

7	Maria de Lourdes Abreu	661.745.389-15
8	Zeli Pereira Lacerda Salasaria	888.765.439-53
9	Alba Lucia Dias Henrique	521.115.639-00
10	Lucimar Cabral Correia	018.064.709-18

INFORMÁTICA

SEGUNDA E QUARTA 15h30min

LISTA DE ESPERA

11	Nair Gracelina de Saga	559.279.809-10
12	Solange Teresinha de Oliveira	004.048.519-67
13	Hilda de Melo Brito	006.560.879-86
14	Adolfo Manoel do Amaral	047.480.349-04
15	Irene do Rocio de Moraes	223.299.519-49

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 13h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Gilberto de Souza	245.685.899-91
2	Leide Maria da Rosa	452.457.979-68
3	Olavio Pedro da Cunha	018.743.739-49
4	Neusa Beatriz Marques Meira	407.458.059-49
5	Maria Eloi Matos Figueredo	459.057.469-15
6	Zeladia Friztns	588.022.829-00
7	Nelson Augusto Lacerda	303.332.379-00
8	Erondina Aparecida Prestes	195.995.109-25
9	Zaida Teresinha Velasque de David	179.401.330-04
10	Maria do Carmo Lima	178.842.929-04

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 13h30min

LISTA DE ESPERA

11	Geni Salete Quintão da Silva	673.911.840-04
12	Maria Teresa Felaco	744.050.809-25
13	Marlene Damaceno	417.249.509-59
14	Maria de Lourdes Moreira	196.272.039-04
15	Maria Neci Barbosa Lemos	374.905.930-04

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 14h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Altair Lucia Conceição	480.562.519-87
2	Casemiro de Aguiar	216.141.560-34
3	Maria do Carmo Lpes Sal Prazeres Ribeiro	430.535.727-53
4	Cristina Sutil Rodrigues	378.772.679-91
5	Maria Marli Bruner	291.095.409-97
6	Domingos Joaquim Leal	224.009.749-34
7	Graciliano Hercilio de Souza	344.444.679-91
8	Miguel Gonçalves Alho Filho	036.643.172-20
9	Leony Jandira Vieira	853.830.079-20
10	Bilmar Correa	015.610.669-82

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 14h30min

LISTA DE ESPERA

11	Elizabete Dutra Leal	910.603.209-59
12	Elia Maria Ponciano	432.583.109-63
13	Gentil Pereira de Pinho	201.119.836-49
14	Zilda Barbosa de Andrade	380.329.539-49
15	Maria da Graça Lauriano	572.948.289-20

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 15h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Rosa Marcelino de Oliveira	638.712.709-20
2	Carlos Montecinos Moleros	019.192.299-49
3	Ivan Santos da Silva	045.837.447-49
4	Silvio Marchi	082.221.509-87
5	João Frandolige	061.273.988-00
6	Nilton Dornelles Cardoso	253.467.099-91
7	Avanda Zunino	594.390.849-87
8	Luiz Antonio Bueno dos Reis	250.853.109-00
9	Terezinha Cunha da Silva	712.740.149-72
10	José Nilton Hass	202.232.506-00

INFORMÁTICA

TERÇA E QUINTA 15h30min

LISTA DE ESPERA

11	Irene Bueno dos Reis	028.981.169-47
12	Walter Augusto Correa Bastos	165.564.539-00
13	José Hugo Passinho Filho	289.437.409-72
14	Luiz Carlos de Souza Lopes	155.216.729-15
15	João Carlos Porfírio	492.455.627-00

CANTO

SEGUNDA E QUARTA 14h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Adelaide Maria Nascimento	443.283.549-49
2	Eva Ana Felipe	711.644.219-72
3	Evelina Schwartzman de Prieto	256.693.868-76
4	Lia Miriam Fernandes Lacerda	285.693.189-87
5	Maria Ines de Bittencourt	027.508.609-70
6	Odília Quintino Feller	588.575.409-87
7	Edite Cubas Wzorek	791.766.589-53
8	Catarina Maria de Ávila	466.392.769-68
9	João Vergílio da Silva	342.621.999-19
10	Maria Ines Rodrigues Alves	029.246.979-99
11	Mouriza de Albuquerque Porto	707.308.307-72
12	Maria Salette Cardozo	376.507.189-72
13	Ana Maria da Silva	932.219.599-15
14	Eidi Carvalho Amaro	434.084.949-91
15	Maria Verônica dos Santos	657.754.499-91
16	Edina Silva Muller	216.482.049-53
17	Nair Braulina da Silva	607.302.269-72
18	Arlindo Aloes	067.135.999-15
19	Maria de Lourdes Hoffmann Kretzer	625.434.749-00
20	Ari Celso Bittencourt	342.997.779-72

CANTO

SEGUNDA E QUARTA 14h

LISTA DE ESPERA

21	Namir Barbosa Cunha	045.072.659-24
22	Cecília dos Anjos Schnaiter	622.752.329-15
23	Maria Jeni Godoi Cruz	376.426.699-68
24	Vilma Anhaia	004.820.249-50
25	Raul do Nascimento	029.742.909-49

26	Maria Helena dos Santos	029.340.369-44
27	Ieda Terezinha de Souza	055.258.509-23
28	Luzia Martins Schmitt	478.152.309-97
29	Celma de Lima Dakmer	451.396.600-91

CANTO

SEGUNDA E QUARTA 15h30min

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Adolasir do Desterro Scremin	484.958.839-93
2	Alair Isabel Farias Pires	289.917.709-59
3	Catarina de França Santos	511.943.099-68
4	Dalci Maria da Silva	671.783.329-72
5	Francisco Maurino Kammers	343.873.159-20
6	Guilhermina Maria Farias	611.677.209-97
7	Ines das Graças Siqueira	909.153.489-34
8	Ivonete Gonçalves	466.184.909-44
9	Izabel do Nascimento	181.449.421-91
10	Jandira Teixeira	555.975.759-20
11	Joana Rodrigues Martins	657.859.679-87
12	Mara Scherer	172.901.390-20
13	Maria Daura de Oliveira Woytuski	399.020.729-68
14	Maria Goreti dos Santos	417.256.549-20
15	Marly Prado da Silva	305.583.289-20
16	Mercia Peres Flores	069.975.188-85
17	Nilda Vieira	554.368.119-49
18	Sueli Maria Espindola Teixeira	200.418.709-30
19	Terezinha Silva Kretzer	630.803.629-34
20	Vinicius Jose Apolinario	028.900.389-04

CANTO

TERÇA E QUINTA 8h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Alaíde Ermelinda Vilvert	016.643.759-02
2	Ana Zaira Volpato	401.010.709-00
3	Carmen dos Santos	375.306.239-15
4	Conceição Ferreira da Silva	504.350.197-91
5	Eanina Jaci Machado	242.901.659-15

6	Eufrazia Cedrolina Amorim Buz	432.401.009-91
7	Fernando dos Passos	145.317.719-15
8	Ivo Beppler	198.508.919-04
9	João Augusto do Nascimento	375.396.989-34
10	João Nilton Camilo da Silva	077.786.940-34
11	Leauci Margareti Steinbach	252.172.679-68
12	Leontina Angélica Sant'ana	378.115.339-87
13	Nair Lourdes Garcia Rodrigues	887.752.829-87
14	Nair Portela Fontella	521.165.579-68
15	Nely Rodrigues Veiga	374.927.130-53
16	Rogério Zimmermann	083.139.629-68
17	Teresa Wachlevski Machado	780.687.979-04

CANTO

TERÇA E QUINTA 10h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Maria das Graças Lopes	429.615.809-00
2	Analita Heinz Schütz	444.731.419-34
3	Dolores Maria Letti	550.407.809-15
4	Janete Maria Mendes	035.481.029-48
5	Reinaldo Duarte Porto	008.019.849-04
6	Rosilene Rosa Cardoso	306.054.409-30
7	Maria Madalena Duarte	344.776.329-91
8	Leonida Lohn Zimermann	808.482.149-00
9	Dalva Speck Thiesen	584.943.759-20
10	Zilda Maria de Souza	715.874.709-34
11	Vanilda Maria do Amaral	029.837.189-80
12	Angélica Domingo da Silva	070.723.929-04
13	Ines Maria Zeliotto	195.854.979-72
14	Janilda Luzia da Silva Dalsenter	322.553.069-72
15	Sueli Marlene Nascimento	630.731.299-87
16	Ivone Werlich Bruch	016.185.579-20
17	Ilza Muller Llorente Gonzalez	184.001.590-04
18	Zelia Junckes	521.195.649-49
19	Odete Maria Soares	343.385.009-72
20	Clara Terezinha Marchi	727.507.909-72

CANTO

TERÇA E QUINTA 10h

LISTA DE ESPERA

21	Luiz Gonzaga Pereira	065.324.979-91
22	Maria das Graças Gonçalves	910.430.779-87

ITALIANO

QUINTA 14h

	NOME DOS CONTEMPLADOS	CPF
1	Nair da Silva Nunes	007.800.380-61
2	Maria Abertina Junckes Petry	540.519.329-15
3	Davanete Amado Silva George	385.316.408-06
4	Danilo Batista Pens	000.114.848-09
5	Lourdes Vieira	008.190.249-29
6	Maria Caron	824.848.309-63
7	Eulalia Diniz Santos de Melo	012.626.679-41
8	Zelinda Lorenzetti	049.238.399-53
9	Neusa Maria das Cunha Castagnari	001.573.899-01
10	Ana Maria Pacheco da Silva	180.805.459-87
11	José Hermínio Maria	018.105.029-34
12	Valcira Helena Espirito Santo Bittencourt	222.605.440-53
13	Arlita Cardoso da Silva	072.194.779-87
14	Maria Edith Bridon da Silva	290.552.379-49
15	Elizabete Barbosa da Silva Lino	388.139.804-00
16	Celia Ramos de Andrade	455.111.019-15
17	Ivanir Gasparini	035.457.329-24
18	Iracema Scorzato Chaves	476.834.330-49
19	Maria Odilia Ramos	415.180.049-20
20	Ivo Hugo Pomarico	101.609.227-04

ITALIANO

QUINTA 14h

LISTA DE ESPERA

21	Marli Maria Dazzi	463.442.170-49
22	Marcelina da Veiga Halfeld	201.714.989-68
23	Deborme Terezinha Mendes Bunn	952.239.409-20
24	Leci Salvelina Constante	509.737.389-87
25	Sergio Eli Crespi	287.698.489-04
26	Nilva Muraro	332.057.440-04

27	Sandra Leiz Nery Sennot	160.747.340-20
28	Nadia Rejane Elias Branco	294.820.380-53
29	Maria Sirlei Amaro da Silva	492.439.180-87
30	Apolonia Debrasi Machado	344.473.779-34

DECRETO Nº 7751/2017

DECRETO Nº 7751/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

146 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 4.200,00
 Total desta Atividade R\$ 4.200,00
 Total do Órgão R\$ 4.200,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 4.200,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

143 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 4.200,00
 Total desta Atividade R\$ 4.200,00
 Total do Órgão R\$ 4.200,00
 Total da Anulação R\$ 4.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças**DECRETO Nº 7762/2017**

DECRETO Nº 7762/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

971 – 4.4.90.52.00.00.0338 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos do MAC – FMS – MS R\$ 13.300,00
 Total desta Atividade R\$ 13.300,00
 Total do Órgão .. R\$ 13.300,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 13.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

943 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos do MAC – FMS – MS R\$ 13.300,00
 Total desta Atividade R\$ 13.300,00
 Total do Órgão .. R\$ 13.300,00
 Total da Anulação . R\$ 13.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7764/2017

DECRETO Nº 7764/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

40 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 15.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais, na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

43 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 15.000,00
Total da Anulação R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 003, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 003, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS – JARIA.

A Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, RESOLVE:

Art. 1º Nomear como membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais - JARIA, os abaixo nomeados, delegando-lhes os poderes inerentes ao cargo, nos termos do Decreto Municipal nº 22.344/2006:

I – Presidente – Diretora Operacional da FMADS – Agostinho Mignoni Júnior;

II – Técnico do quadro de servidores da FMADS – Marcos Vinícius Modolo Sebastiani;

III – Integrante com conhecimento Jurídico e legislação ambiental – Carina Bonassa Vieira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se

as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

São José, 05 de abril de 2017.

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 6214/2016

PORTARIA Nº 004, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 004, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA AUTORIDADE PARA JULGAMENTO EM PRIMEIRO GRAU DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS.

A Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, RESOLVE:

Art. 1º Designar como Autoridade responsável pelo julgamento em primeiro grau dos Autos de Infrações Ambientais o SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO deste órgão, delegando-lhes os poderes inerentes ao cargo, nos termos do Decreto Municipal nº 4054/2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 7715/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se

as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

São José, 05 de abril de 2017.

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 6214/2016

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 023/2016

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 023/2016 – Proc. Adm. 2543/2017. A Secretária de Educação, no uso de suas atribuições, vem informar ao Sr. Vinicius Goedert que o Contrato nº 023/2016 foi rescindido unilateralmente, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 2543/2017, tendo como base o Parecer Jurídico nº 071/2017 e fundamentado pelo Art. 78, inciso II e VIII e Art. 79, inciso I, ambos da Lei 8.666/93. São José, em 07 de abril de 2017.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2016 - Processo nº 717/2016 – Proc. Adm 26758/2016. Fornecedores: M J G - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA e TECNOLAR LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (CAFETEIRA, MINI GELADEIRA, ASPIRADOR, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO E SELF SERVICE) E DE CONSUMO (COPOS) DESTINADOS A EQUIPAR A COZINHA DA 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 19.023,00– dezenove mil, vinte e três reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2016 - Processo nº 719/2016 – Proc. Adm 26806/2016. Fornecedores: DRJ RADIO-COMUNICAÇÃO LTDA; NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA RW e PRIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE RÁDIO COMUNICAÇÃO DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS

MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 13.859,76 – treze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2016 - Processo nº 762/2016 – Proc. Adm. 27607/2016. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; ZITYS DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME; HAMILTON MACHADO ME; MAYCON WILL – ME; L.M. - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME; RSUL LTDA ME; ALLPER COMERCIAL EIRELI ME; PRIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME; N. T. LUIZE – EPP; A EDUCACIONAL PEDAGOGICOS E ACESSIBILIDADE EIRELI e BOING COM. ATACADISTA DE MAT. LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS, PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. (ITENS NÃO CONTEMPLADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 383/16 – PE Nº 100/16.. Valor Total: R\$ 369.469,57– trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 03/2017**

Ata do Pregão Presencial nº PP 03/2017

Reuniram-se no dia 31/03/2017, às 14:00, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria n.º 17/2017 e o Controlador Interno para realização do processo licitatório na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 03/2017 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ÁGUA, CAFÉ, LEITE E AÇÚCAR) PARA CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1260 - Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia
 1388 - GIZELE REGINA DA SILVA ME
 1340 - Elo comercio e serviços Ltda.
 1389 - COPAL ALIMENTOS LTDA
 170 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
 1262 - L & M comércio atacadista de produtos alimentícios Ltda. me

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Grupo de itens: 1 - ÁGUA MINERAL

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1340 - elo comercio e serviços Ltda	8.284,80	Menor preço	04/04/2017
Sim	1260 - Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia	9.420,00	13,70% maior	04/04/2017
Sim	170 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	10.138,80	22,38% maior	04/04/2017
Não	1389 - COPAL ALIMENTOS LTDA	12.540,00	51,36% maior	04/04/2017

Lances efetuados



Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	170 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	0,00	Declinou
1	1260 - Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia	8.284,00	5,25% maior
1	1340 - elo comercio e serviços Ltda	0,00	Declinou
Negociação	1260 - Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia	7.870,56	Menor preço

Foi vencedor do lote a empresa Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia, com o valor de R\$ 7.870,56 (sete mil e oitocentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos);

Grupo de itens: 2 - AÇUCAR, CAFÉ E LEITE

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1388 - GIZELE REGINA DA SILVA ME	29.162,50	Menor preço	04/04/2017
Sim	1389 - COPAL ALIMENTOS LTDA	29.892,80	2,50% maior	04/04/2017
Sim	170 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	30.449,50	4,41% maior	04/04/2017
Sim	1340 - elo comercio e serviços Ltda	30.472,40	4,49% maior	04/04/2017
Não	1262 - I & m comércio atacadista de produtos alimenticios Ltda me	33.742,80	15,71% maior	04/04/2017

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1340 - elo comercio e serviços Ltda	0,00	Declinou
1	170 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	0,00	Declinou
1	1389 - COPAL ALIMENTOS LTDA	29.160,00	Menor preço
1	1388 - GIZELE REGINA DA SILVA ME	0,00	Declinou

Foi vencedor do lote a empresa COPAL ALIMENTOS LTDA, com o valor de R\$ 29.160,00 (vinte e nove mil e cento e sessenta reais).

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes, o(s) mesmo(s) foi(foram) declarado(s) classificado(s) como primeiro (s) do(s) respectivo(s) item(ns), tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para a manifestação da intenção de recurso e, em seguida, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro de Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Ata do Pregão Presencial nº PP 03/2017

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
ROGINETE SCARAVONATTO Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia	
GUILHERME NUNES BOFF GIZELE REGINA DA SILVA ME	Pregoeiro KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
RENATA SOIANY AZI SCHAPPO elo comercio e serviços Ltda	GILMAR CORREA
ISMAEL ALEX VALÉRIO COPAL ALIMENTOS LTDA	BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO
RODRIGO MACHADO BARRETO BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO
JAIRO MELO JUNIOR I & m comércio atacadista de produtos alimenticios Ltda me	Controlador Interno JOÃO DAVID GARCIA

RESOLUÇÃO Nº. 485, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº. 485, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI E NOMEIA INTEGRANTES DA COMISSÃO ESPECIAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 2, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituída "COMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA", com a finalidade de discutir e buscar soluções para combater o

problema da violência no Município de São José, nos termos do Requerimento nº. 022/2017, aprovado na Sessão Ordinária do dia 22 de março de 2017 (doc. anexo).

Art. 2º - A Comissão Especial constituída nos termos do art. 61 e seus parágrafos do Regimento Interno da Câmara, será assim composta:

Vereadora SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS (PSDB) – Presidente da Comissão Especial por ser a primeira signatária do Requerimento nº. 022/2017;

Vereadora ALINI DA SILVA CASTRO (PMDB) – Representante do Poder Legislativo Municipal;

Vereadora GILMARA VIEIRA BASTOS (PSD) – Representante do Poder Legislativo Municipal.

RESOLUÇÃO Nº. 485, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

Parágrafo Único – A referida Comissão Especial terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 05 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL Nº 032/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 032/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, em conformidade com o Decreto Nº 5.985, de 21 de fevereiro de 2017, para comparecerem à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem a vaga temporária para atendimento de excepcional interesse público, a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LISETE CHRISTANI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.40/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº40/2017, Edital de Pregão Nº40/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 25/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.41/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº41/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº41/2017, Edital de Pregão Nº41/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO EM DIVERSOS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 27/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2017

PORTARIA Nº 244/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, conforme Lei nº 018/2007, de 16 de novembro de 2007, e, Lei nº 025/2010, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de gozo de licença prêmio – assiduidade, referente ao quinquênio de 03/04/2012 a 02/04/2017, para gozo no período de 10 de abril a 08 de junho de 2017, à servidora pública municipal:

- Dilaine Lazaretti.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 06 de abril de 2017 .

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

RESOLUÇÃO Nº 009/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 009/CMS/2017

"APROVA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – 2016 (RAG 2016)".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 003/2017, realizada no dia 07 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR, o Relatório Anual de Gestão – 2016 (RAG 2016), período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º - A aprovação do Relatório Anual de Gestão – 2016 (RAG 2016), fica condicionada a complementação de informações referente a Programação Anual de Saúde – PAS e os indicadores da Pactuação da Saúde, não informadas até a data de envio via Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 10 de Abril de 2017.
FRANCYELY CASAGRANDE,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 010/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 010/CMS/2017

"APROVA O PLANO OPERATIVO DE 2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, REFERENTE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI – PNAISARI, ESTABELECIDADA NOS TERMOS DA PORTARIA Nº. 1.082, DE 23 DE MAIO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 1.083 DE 23 DE MAIO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 003/2017, realizada no dia 07 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o Plano Operativo de 2017 do Município de São José do Cedro, referente a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI, estabelecida nos termos da Portaria nº. 1.082 de 23 de maio de 2014, do Ministério da Saúde, com incentivo financeiro de custeio instituído pela Portaria nº. 1.083 de 23 de maio de 2014, do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2017.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 10 de abril de 2017.
FRANCYELY CASAGRANDE,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 011/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 011/CMS/2017

"APROVA O DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – SIOPS, 1º BIMESTRE DE 2017".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 003/2017, realizada no dia 07 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, orçamentos fiscal e da seguridade social – SIOPS, referente ao 1º bimestre de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 10 de Abril de 2017.
FRANCYELY CASAGRANDE,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 - SRP - PR Nº 014/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/04/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017, OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 10 de Abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017 - SRP - PR Nº 0048/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/04/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA O ANO DE 2017 DO TIPO BUFFET LIVRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS BOMBEIROS DE SERVIÇO OPERACIONAL NA GUARNIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de Abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.2/2017 - ICSL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.2/2017.

Divulga a classificação preliminar do Processo Seletivo nº 002/2017, de 21 de março de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 89, de 24 de outubro de 2007, TORNA PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR do Processo Seletivo nº 002/2017, destinado a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2017, nos termos abaixo:

I. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR:

I.1. Fica divulgada a classificação preliminar obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 002/2017 - ICSL:

1. FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO:

1.1. MAESTRO DE CANTO E CORAL - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de atuação:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	GRAD.	CURSO TÉCNICO	GRAD. CURSANDO	ESPEC.	CAPACITAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL DE PONTOS
1º	02	Rafael Silvestre de Vargas	0	50	0	50	55	11	166

1.2. INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Alemã:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	GRAD.	CURSO TÉCNICO	GRAD. CURSANDO	ESPEC.	CAPACITAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL DE PONTOS
1º	01	Rute Tatiane Kuhn	0	0	0	03	0	0	03

II. DOS RECURSOS

II.1. O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação desta classificação, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

II.2. No requerimento de recurso deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do

recurso.

II.3. Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

II.4. Se dos exames de recursos resultar em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

II.5. Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo.

III. DA HOMOLOGAÇÃO

III.1. Após a análise de eventuais recursos, o Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço homologará o resultado final do Processo Seletivo.

III.2. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 007/2017 – Pregão Presencial Nº 005/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - CNPJ: 05.830.358/0001-65.

VALOR: R\$ 57.855,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 57.855,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2017.

VIGÊNCIA: 29/03/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

PORTARIA Nº 593, DE 05 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 593, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 05 de abril a 14 de dezembro de 2017, a Senhora CRESTINA BOLZAN LORENZI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no NAAE – Núcleo de Atendimento de Educação Especializada, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino na EBM Santa Maria Goretti.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 595, DE 05 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 595, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELIANE TEREZINHA TAPPARO LINHARES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1695/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 08 a 22 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 05 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 596, DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 596, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública

Municipal MARIA LURDES SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 03 a 17 de abril de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 597, DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 597, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art.1º Atribuir, a partir de 06 de abril, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), ao servidor público municipal LUIZ ANTONIO MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, por estar exercendo atividades diferenciadas na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 598, DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 598, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 10 de abril a 14 de dezembro de 2017, a Senhora KEITI GOMES SUZIN, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no Reforço Escolar, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino na EBM Santa Catarina.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 599, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 599, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.075, de 14 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor JOCEMAR TAVARES, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 599, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 599, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.075, de 14 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor JOCEMAR TAVARES, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 600, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 600, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.075, de 14 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor VILMAR FRESCHI, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 601, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 601, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.075, de 14 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor FERNANDO TIBES, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo

com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 602, DE 07 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 602, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 99/2009 de 03 de fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de maio de 2017, a Senhora ELISABETH REDIVO, para exercer o Cargo em Comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, Nível AGE-1, em conformidade com a lei Complementar Municipal nº 099, de 03 de fevereiro de 2009. Parágrafo único. Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 1 (AR-1).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 54/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a execução de pavimentação com pedras irregulares das ruas Marcos David Dalla Costa no bairro Agostini, com área de 1.124,72m² e rua Olavo Capoani no Bairro Salete com área 600m², conforme Proposta de Transferência nº 0000018643, Convênio com o Estado de SC, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório. Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de maio de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações

poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua

Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 07 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO 2/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2017

OBJETO: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a realização de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC com a finalidade de promover atendimentos especializados às pessoas com deficiência auditiva, conforme Plano de Trabalho, que devidamente foi aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde representadas pela comissão de avaliação e julgamento de propostas e planos de trabalho (portaria 039/2017), constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

VALOR: 216.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: IVETE LIBERA DAMIN GIACOMELLI
São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2017

TERMO DE COLABORAÇÃO 1/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2017

OBJETO: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a realização de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC com a finalidade de promover atendimentos especializados as pessoas com deficiência intelectual, conforme Plano de Trabalho, que foi devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde representadas pela comissão de avaliação e julgamento de propostas e planos de trabalho (portaria 039/2017), constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

VALOR: 90.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: IVANI MARIA COSTACURTA

São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2017

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06.2017 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 06/2017- MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objetos: Aquisição estimada e parcelada de Suplemento Alimentar em pó Semi-elementar e Hipoalergênico á base de proteína extensamente Hidrolisada de soro de leite em atendimento a Liminar Judicial ao Paciente João Antônio Martins, conforme especificações e quantitativos em anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA: 26/04/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h30min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br
MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. São Pedro de Alcântara, 07/04/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 07.2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 07/2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A eventual aquisição de Móveis, eletrônicos e Conjunto Escolares para as Escolas e Centros de Educação Infantil do Município de São Pedro de Alcântara, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 27/04/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br
MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 07/04/2017

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 057/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 057/2017

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e

domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DENISE EMERENCIANO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 887.601.039-49, residente e domiciliada a Rua Alfredo Hiachitzki, nº119 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AGENTE DE SAÚDE DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 10/04/2017, até a data do retorno da servidora titular Simone Moretti para o seu cargo de origem, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 06/10/2017, fica esta data sendo como término do contrato.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgamento, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DENISE EMERENCIANO

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO Nº 31/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 31/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9.2.056 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 20.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.01.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.01.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de abril de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 29/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 29/2017

NOMEIA ELIANE MARIA RIBEIRO E GISLENE HOFFMANN KOERICH COMO INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara-SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear como membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ELIANE MARIA RIBEIRO para substituir a conselheira FRANCISLEINE KUHN PAVANATI e GISLENE HOFMANN KOERICH para substituir a conselheira ARIANE HAMES.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de abril de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 167/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 167/2017

Dispõe sobre alteração de carga horária do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar nº. 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar a carga horária do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, de vinte para trinta horas semanais, a partir de 01/04/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de março de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 172/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 172/2017

Admite em Caráter Temporário DENISE EMERENCIANO para o cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de

Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DENISE EMERECIANO para o cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 057/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de abril de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 015/2017, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO OCUPANTE DO CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 015/2017, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO OCUPANTE DO CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, boliviano, casado, inscrito no CPF sob nº 744.945.891-87, residente e domiciliado a Rua das Orquideas, nº. 283 – Pedra Branca – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 015/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada a partir de 01/04/2017 a carga horária de 20(vinte) horas semanais para 30(trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº01/2017 - VALE ALIMENTAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R-217

www.camarspa@camara.sc.gov.br –

CONTRATO n.º 01.2017

Contrato que entre si celebram de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara, Sr. AMARILDO NAZARENO STAHELIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, com sede Rua Deodoro, 181, 4º Andar, Sala 402 Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-020, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.687.900/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 02/2017 – Modalidade: Pregão Presencial, homologado em 03/04/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666/1993, ao Edital licitatório e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1.1- o presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Cartões Vale Alimentação, incluindo serviço administrativo de gerenciamento, manutenção de sistema e demais requisitos para atender a Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, nos termos da Lei Municipal nº665 de 20 de Março de 2012, conforme especificações e quantitativos do Edital.

1.1.1.1 – O numero de servidores a serem beneficiados com o vale alimentação será de aproximadamente 05 (cinco) funcionários, podendo variar de acordo com o numero de nomeações ou exonerações.

1.1.1.2- Nos cartões, serão creditados, mensalmente e após informação dada pelo Setor de Recursos Humanos da CONTRATANTE de São Pedro de Alcântara, valores que podem variar de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

1.1.1.2.1 - O Setor de Recursos Humanos poderá informar valores maiores a serem creditados nos cartões, devido à retroatividade do direito dos servidores, referente ao período em que não foi pago o Vale Alimentação pela ausência de contrato de fornecimento de cartões.

1.1.1.3- O valor estimado até o final da vigência do contrato, será repassado pela Câmara de Vereadores à licitante vencedora para que gerencie e credite nos cartões dos Servidores, será de R\$ 10.906,50 (dez mil novecentos e cinquenta reais) sob a Taxa Administrativa apresentada na proposta de -0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento negativos)

1.1.1.3.1- Este valor poderá sofrer reajustes para mais ou para menos, dependendo do número de servidores que aderirem ou desistirem, do benefício concedido pelos cartões de Vale Alimentação, assim como pelo pagamento de benefícios retroativos aos servidores, de acordo com o Art. 65 §8º da Lei 8.666/93.

1.1.1.4- A CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato, para a entrega dos Cartões para os Servidores e para Credenciar os estabelecimentos comerciais situados neste Município e que passarão a receber o objeto desta licitação.

1.1.1.5 – A CONTRATADA deverá credenciar-se em no mínimo 03 (três) estabelecimentos comerciais do Município e no Mínimo 10 (dez) estabelecimentos comerciais na região da grande

Florianópolis, incluindo grandes redes de Supermercados.

1.1.1.6 – A CONTRATADA deverá manter a rede de credenciados em numero igual ou superior ao apresentado na proposta e contrato.

1.1.1.7 - A CONTRATADA declara possuir condições de executar e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.1.1.8 – A CONTRATADA deverá apresentar a Câmara de Vereadores no ato da entrega dos cartões um folder/ panfleto contendo a relação dos estabelecimentos credenciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação 02/2017, o termo de homologação, a documentação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço global deste contrato é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo licitatório nº 02/2017, ou seja, R\$ 11.000,00 (onze mil reais) que é o valor de repasse da CONTRATANTE para a CONTRATADA para posterior crédito aos servidores; sendo que R\$ 10.906,50 (dez mil novecentos e cinquenta reais), referente aos -0,85% à taxa de administração/serviço/fornecimento dos cartões objeto deste contrato.

3.1.1- Esses valores não podem sofrer reajuste de forma alguma.

3.2- O pagamento do serviço dar-se-á em até 10 (dez) dias após a entrega de cada pedido do objeto deste contrato, mediante apresentação da competente nota fiscal de compra.

3.3- A CONTRATADA e emitirá nota fiscal no valor declarado no item 3.1 supra, para apresentação e cobrança.

3.4- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a CONTRATANTE, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- A CONTRATADA obriga-se a entregar os cartões, objeto deste instrumento, após nominata apresentada pela CONTRATANTE, num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

5.2 - O termo final do contrato é o dia 31/12/2017, tendo seu início na data da assinatura podendo ser prorrogado conforme previsto pelo art. 57 da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da CONTRATANTE, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.0000 (2)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 02/2017.

7.3- Não poderá a CONTRATADA subcontratar o fornecimento do objeto deste contrato.

7.4- É obrigação da CONTRATADA, ainda, o gerenciamento e manutenção técnica dos cartões objeto deste instrumento, que serão nominados a cada servidor abrangido pela Legislação Municipal Vigente, conforme informações repassadas, com antecedência mínima de 02 dias, pelo Setor de Recursos Humanos da CONTRATANTE.

7.5- Obriga-se a CONTRATADA a prestar toda e qualquer assessoria no manuseio e utilização dos cartões objeto deste instrumento.

7.6- É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, após relação nominal fornecida pela CONTRATANTE, o gerenciamento do sistema de senhas, emissão de cartões e suas segundas vias (que somente poderão se dar por autorização expressa da CONTRATANTE) e transferência dos valores repassados pela CONTRATANTE para crédito aos servidores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Gestor do Contrato.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Gestor do Contrato, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à CONTRATANTE, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos

incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Gestor do Contrato em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Gestor do Contrato e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 02/2017.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de abril de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
AMARILDO NAZARENO STAHELIN
Presidente da Câmara

PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.687.900/0001-23

Testemunhas:

RESOLUÇÃO Nº02/2017

Resolução nº02/2017

“Estabelece os valores e condições das diárias a serem concedidas pela Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.”

A MESA DIRETORA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS RESOLVE:

Art. 1º - As diárias Concedidas pela Câmara Municipal de Vereadores são:

I- Completas, quando incluir a alimentação e a pernoite;

II- Incompleta, quando não inclui pernoite, com deslocamento superior à 4 (quatro) horas.

Parágrafo Único: Os Deslocamentos inferiores à 4 (quatro) horas, não darão direito ao recebimento da diária.

Art.2º – O Valor das diárias será:

I- Para o Presidente da Câmara.

a) Completa: R\$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais).

b) Incompleta: R\$127,00 (cento e vinte e sete reais).

II- Para os Vereadores:

a) Completa: R\$228,00 (duzentos e vinte e oito reais).

b) Incompleta: R\$114,00 (cento e quatorze reais).

III- Para os Servidores.

a) Completa: R\$190,00 (cento e noventa reais).

b) Incompleta: R\$95,00 (noventa e cinco reais).

Parágrafo Único: para os deslocamentos interestaduais e internacionais, será acrescido às diárias estabelecidas neste artigo os seguintes percentuais:

I- Para os Estados do Sul: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor da diária;

II- Para os demais Estados e Distrito Federal: acréscimo de 50% (cinquenta por cento) ao valor da diária;

III- Para as viagens internacionais: acréscimo de 150% (cento e cinquenta reais) ao valor da diária.

Art.3º - As despesas deverão ser comprovadas mediante a apresentação, pelo beneficiário, de notas, roteiro de viagem, passagens, certificados, atas e outros que comprove, a efetividade do valor dispendido, bem como o interesse público envolvido.

Parágrafo Único: O prazo para comprovação das despesas será de 30 (trinta) dias da concessão das diárias, sob pena de devolução do valor.

Art.4º - O Servidor e os Vereadores deverão, ao requerer a diária, apresentar justificativa, período e local. As diárias deverão ser aprovadas pelo Presidente da Câmara.

Art.5º - O valor da diária será reajustada juntamente com o Reajustamento Geral Anual concedido aos Servidores, adotando o mesmo percentual.

Art.6º - As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de março de 2017.

Francisleine Kuhn Pavanati 1º Secretária	Amarildo Nazareno Stähelin Presidente da Câmara de Vereadores	Charles da Cunha 2.º Secretário
--	--	------------------------------------

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2017-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2017-FMS

PROCESSO Nº. 23/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais utilizados para bomba de infusão contínua de insulina para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de abril de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 26 de abril de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 10 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCILENE PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 083.581.309-61, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 11 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 07 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLARINICE ULLMANN inscrita no CPF sob nº. 027.525.209-48, aprovada em 24º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 11 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 07 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CRISTINA HOLZINGER, inscrita no CPF sob nº. 712.555.089-49, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B – L. ESTR. ALEMÃO - ANOS INICIAIS E FINAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 11 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 07 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 4.078/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4.078/2017 de 31 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 14.870,00 (quatorze mil oitocentos e setenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.870,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diárias - Civil R\$ 5.870,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 9.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de março de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.079/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4.079/2017 de 31 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 118.388,01 (cento e dezoito mil trezentos e oitenta e oito reais e um centavo) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Obras e Instalacoes R\$ 118.388,01

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de março de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.082/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 4.082/2017, de 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 22495/2017, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Grasielle Santos de Oliveira Ribeiro;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual

Grasielle Santos de O. Ribeiro Professor B Professor C B-Inicial C-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.083/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 4.083/2017, de 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 22588/2017, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Claudia Thomazelli Dellagiustina Hang;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Claudia Thomazelli D. Hang	Professor A	Professor B	A-4-I	B-4-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.084/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 4.084/2017, de 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 22618/2017, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Claudia Aparecida Postai;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Claudia Aparecida Postai	Professor A	Professor B	A-3-I	B-3-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 27/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 27/2017 - PMS
Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CRISTIANO GOTTHILF ERN, inscrito no CPF sob o nº. 854.310.879-91, residente na Rua Otto Hackbarth nº. 358, no Município

de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
CRISTIANO GOTTHILF ERN	854.310.879-91	SDW0854310879910610140527	25 TOMATE CEREJA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica. Bandeja com 250 gramas.	500 bandeja 250 gramas	3,04	1.520,00
VALOR TOTAL R\$						1.520,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 28/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 28/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DALMIRO VISCAY, inscrito no CPF sob o nº. 803.395.300-49, residente na Estrada Geral Serra dos Alves s/nº. , no Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.420-000

Objeto: aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
DALMIRO VISCAY	803.395.300-49	SDW0803395300490307120951	11 CHÁ DESIDRATADO (ERVAS OU ERVAS E FRUTAS) - produto desidratado e embalado hermeticamente, com data de validade. Deverá apresentar odor característico, não deverá apresentar perfurações, nem fungos.	50 kg	295,67	14.783,50
VALOR TOTAL R\$						14.783,50

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 29/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 29/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 - PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENIO ELDO SCHEIDT, inscrito no CPF sob o nº. 384.331.099-87, residente na Rua 25 de Julho, nº. 449, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
ENIO ELDO SCHEIDT	384.331.099-87	SDW038433109987310317416	02 - ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	2.000 Unidade	2,03	4.060,00
			7- BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	1.000 Unidade	2,16	2.160,00
			15- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	150 Unidade	3,63	544,50
			18- PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	1.500 kg	2,15	3.225,00
			24- VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	300 kg	3,89	1.167,00
			VALOR TOTAL R\$			

Data da Assinatura: 07/04/2017 - Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 30/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 30/2017 - PMS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOÃO LUIS BRUMULLER, inscrito no CPF sob o nº. 928.655.269-68, residente na Tifa Silvado, no Município Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
JOÃO LUIS BRUMULLER	928.655.269-68	SDW09286555269682207140212	3- BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	6.300 KG	3,16	19.908,00
VALOR TOTAL R\$						19.908,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 31/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 31/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARGARETE BRAND inscrita no CPF sob o nº. 573.530.349-04, residente na Rua Otto Hackbarth s/nº, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
MARGARETE BRAND	573.530.349-04	SDW0947783029150203150859	9- CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	1.000 Maço	1,69	1.690,00
			14- COUVE FOLHA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	700 Maço	2,36	1.652,00
			15- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	150 Maço	3,63	544,50
			10- CENOURA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	1.200 kg	2,86	3.432,00
			VALOR TOTAL R\$			

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 32/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 32/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ROSILENE KIENELDT DOGE inscrita no CPF sob o nº. 891.895.669-04, residente na Rua Germano Jahn nº.570, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
ROSILENE KIENEL-DT DOGE	891.895.669-04	SDW0891895669042305160447	19 POLPA DE FRUTA CONCENTRADA DIVERSOS SABORES – produto congelado, para confecção de suco. Sem resíduos de impurezas, e sem sabor amargo. Embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 kg.	400 KG	20,92	8.368,00
			22 TANGERINA (VARIAS QUALIDADES) - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	2.000 KG	3,58	7.160,00
			26 DOCE DE FRUTAS (GELÉIA) - produto fresco, de boa qualidade, deve apresentar coloração e odor característicos. Sem mofo. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Embalagem com no mínimo 400 gramas tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	800 Unidade	4,83	3.864,00
			VALOR TOTAL R\$			19.392,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 33/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 33/2017 - PMS

Chamada Pública nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELMA DRAEGER, inscrita no CPF sob o nº. 824.371.819-20, residente na Rua 25 de Julho, nº. 57, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
SELMA DRAEGER.	824.371.819-20	SSDW0824371819202704161030	1- AIPIM DESCASCADO CONGELADO – tipo branco, grau normal de evolução no tamanho, cor própria, sem fermentos, não fibroso, descascado, lavado, congelado e embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 ou 5 kg.	2.500 kg	6,13	15.325,00
VALOR TOTAL R\$						15.325,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 34/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 34/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SIDINEI JAIR STREIT, inscrito no CPF sob o nº. 986.563.849-53, residente na Rua Gustavo Streit, nº. 1545, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
SIDINEI JAIR STREIT	986.563.849-53	SDW0986563849533103170918	19- POLPA DE FRUTA CONCENTRADA DIVERSOS SABORES – produto congelado, para confecção de suco. Sem resíduos de impurezas, e sem sabor amargo. Embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 kg.	956 KG	20,92	19.999,52
VALOR TOTAL R\$						19.999,52

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 35/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 35/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALDINO SIEVERS, inscrita no CPF sob nº 690.423.069-04, residente na Rua Duas Mamas, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
VALDINO SIEVERS	690.423.069-04	SDW0690423069040304170515	16- MILHO VERDE EM ESPIGA (DESCASCADO) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, grãos sem fermentos, firmes, sem manchas. Espiga intacta, sem parasitas.	19.415 Unidade	1,03	19.997,45
VALOR TOTAL R\$						19.997,45

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 36/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 36/2017 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 619.393.159-72, portador da carteira de identidade nº. 1.587.401-SS-P-SC, residente na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2643, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS	619.393.159-72	SDW0619393159722609120922	4- BANANA CATURRA SEM AGRO-TOXICOS - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	6.500 KG	3,06	19.890,00
VALOR TOTAL R\$						19.890,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 37/2017 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 37/2017 - PMS
 Chamada Publica nº. 03/2017 – PMS - Processo nº. 18/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WELYNTON DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 092.346.859-54, portador da carteira de identidade nº. 5.073.091-SSP-SC, residente na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2643, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
WELYNTON DOS SANTOS	092.346.859-54	SDW0092346859541504161104	5- BANANA PRATA SEM AGROTO- XICOS - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	6.000 KG	3,11	18.660,00
VALOR TOTAL R\$						18.660,00

Data da Assinatura: 07/04/2017 – Vigência: 31/12/2017
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO A EMPRESA WDX CONSTRUTORA EIRELI PELO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO Nº. 176/2015 – PMS**NOTIFICAÇÃO**

Processo de licitação nº. 87/2015 - PMS

Modalidade Concorrência nº. 02/2015 - PMS

Fica a empresa WDX CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.529/0001-08, estabelecida a Avenida Senador Salgado Filho, nº 5209, Bairro Uberaba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.580-000, NOTIFICADA do inadimplemento do Contrato nº. 176/2015 – PMS e seus aditivos, firmado com o Município de Schroeder, eis que tendo recebido a notificação para reinício de obra, publicada no diário oficial no dia 21/02/2017, a empresa ainda não recomeçou os trabalhos até a data de hoje.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 05 dias para retornar à obra.

Não retornando a obra no prazo estabelecido, fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas na cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 de abril de 2017.

Otoniel da Silva
Arquiteto Urbanista
CAU A60922-6

A
WDX CONSTRUTORA EIRELI
José Carlos Moreira
CPF nº 474.879.419-49

INEXIGIBILIDADE 01/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2017 - IL**Processo Nr.: 46/2017
Data: 07/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE -

Código: 10412

Endereço: R XV DE NOVENBRO,2.219 - SALA B

Cidade: POMERODE - SC

CNPJ: 07.453.253/0001-60

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e "SORRISO LINDO", através da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode, para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 6 de maio de 2017 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e Grupo "SORRISO LINDO" para o evento Baile do Trabalhador, a ser realizado dia 6 de maio de 2017 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold. As bandas ficarão responsáveis em montar toda a estrutura de sonorização, iluminação e ART necessária para realização do evento	UN	14.750,00	14.750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

"O município de Schroeder busca a realização de um evento festivo em comemoração ao dia do trabalhador ""6 de Maio de 2017"", neste caso um baile público com os Grupos Musicais: San Francisco e Sorriso Lindo. Esta iniciativa visa valorizar o trabalhador Schroedense, dando-lhe uma oportunidade de lazer e descontração. Conforme Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2017 - IL**

Processo Nr.: 46/2017
Data: 07/04/2017

Folha: 2/2

05/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 5 de Abril de 2017

Valor da Despesa: 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2017

EDITAL Nº 009/2017, DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e considerando o disposto no inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº 030/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público pelo presente Edital, a CONVOCAÇÃO para a PROVA PRÁTICA, dos candidatos inscritos para o cargo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, regendo-se pela regras transcritas abaixo:

Item 01 - A prova prática será realizada no dia 22 de abril de 2017, no Parque de Máquinas da Prefeitura, localizada na rua Prefeito Etelvino Pedro Tumelero, nº 108, bairro São João, Seara – SC., com início às 8h.

Item 02 - Todos os candidatos deverão estar presentes até às 7h45min no local acima citado. O candidato que não estiver no local e no horário supracitado perderá o direito de realizar a prova prática e será eliminado do Processo Seletivo.

Item 03 - Os candidatos deverão apresentar a CARTEIRA DE HABILITAÇÃO, original correspondente a exigência do cargo.

Item 04 – Prevalecerá a ordem alfabética dos candidatos para execução da prova prática.

Item 05 – Caso a prova não termine até às 12h, será efetuada uma pausa para o almoço e a mesma será retomada às 13h.

Item 06 – O candidato que terminar a prova poderá retirar-se do local, sem, contudo, voltar ao mesmo.

Item 07 – Se o avaliador perceber que o candidato não tem condições de operar a máquina poderá a seu critério interromper a prova e aplicar a pontuação correspondente (zero).

Item 08 - A Prova Prática consistirá na condução e operação de três máquinas, dentre as descritas na atribuição dos cargos constantes no edital do presente processo seletivo e a pontuação final do candidato será a média alcançada na condução das três máquinas. Nota máxima a ser alcançada pela operação por máquina é 2,0 (dois). A composição da nota dar-se-á pelas regras contidas no anexo II do presente edital de convocação.

Item 09 – A prova não é eliminatória por máquina, ou seja, o candidato não será eliminado, caso não consiga operar uma máquina, no entanto a composição da nota final será feita de acordo com o item 08.

Item 10 – Os recursos quanto ao resultado da Prova Prática, deverá ser interposto por meio do formulário eletrônico disponível no site da empresa CURSIVA www.cursivani.com.br na área do candidato.

Integram o presente edital: Anexo I – Candidatos Convocados e o Anexo II – Formulário da Avaliação da Prova Prática.

Seara/SC, 07 de abril de 2017
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 07 de abril de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Nº. Inscrição	Nome do candidato
128	Diogo Lorenzetti
219	Edemar Rowe
324	Edenilson Antônio Reimers
235	Edervan Thiago Toffoli
293	Lucimar Luis Alflen
02	Luiz Roque Fedrizzi
21	Marcio José Felipe
275	Neivo Versa
136	Nestor Jorge Rauber
132	Ricardo Adriano Barotto
14	Ronei Paulo Cardoso
04	Roni Fabio Klein
241	Sidinei Barrionuevo
212	Sidnei Zandoná

ANEXO II

DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Os candidatos realizarão a prova em até 03 máquinas entre as descritas nas atribuições do candidato presente no edital do processo seletivo nº 05/2017.

Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,0
Faltas Médias	0,5
Faltas Leves	0,25

b) As categorias de faltas previstas no item anterior constarão no formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.
- Não atendeu as ordens do avaliador.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 091/2017

DECRETO Nº 091/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta/SC, bem como, na Lei nº. 498/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido de lotação o Servidor Público Municipal MARCOS DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Motorista, tendo como carga horária 40 horas semanais, Nível 31, do Grupo 3 - SOP, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 07 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006-2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de passagens terrestres para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros destinados a atender as necessidades de pacientes que se encontram em tratamento médico-hospitalar fora do Município de Serra Alta, em Centros Especializados de Saúde.

Entrega dos Envelopes será: 08:30 horas do dia 26 de Abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26 de Abril de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 10 de Abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL 1.075/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.075, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogada a Lei Municipal nº 1.072/2017 e demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 07 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL 1.076/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.076, DE 07 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, apresenta a esta Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesas do Exercício anterior, não empenhadas, sendo:

Fornecedor	Valor R\$	Nota Fiscal nº	Data
CENTERMEDI Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	410,39	114.842	07/11/2016
LEMA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA	493,02	Não foi emitido Nota Fiscal	
DESPESA TOTAL	903,41		

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da presente Lei, serão consignadas na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogada às disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 07 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

PORT. 006/2017

PORTARIA Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REDISTRIBUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) de 20 de maio de 2003, e

Considerando a extinção do órgão de trabalho (horto público municipal) (viveiros), e

Considerando o artigo 28, § 1º, da Lei nº 1.414, de 20 de março de 2003 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) que trata da redistribuição de servidor público municipal.

RESOLVE:

Redistribuir para a Secretária Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, o Funcionário Público Municipal, efetivo, abaixo relacionado, com vencimentos de origem.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO

Gean Natal Pereira da Silva 1300 Viveirista

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORT. 090/2017

PORTARIA Nº 090 DE 04 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. JANICE CARDOSO TRAJANO, Servente/Merendeira, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

3606 2011 à 2016 03/04/2017 a 06/06/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Município de Sombrio - SC, 04 de abril de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL Nº.23/2016 – PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº.43/2016

A Comissão de Licitação do Município de Sul Brasil, Santa Catarina, torna público para conhecimento de interessados, o resultado da Licitação Pregão Presencial nº.23/2016, onde são vencedores:

Item 1 – (5 un) Botijões criogênicos, vencedora a empresa Fabio José Reckziegel ME, no valor total de R\$10.450,00;

Item 2 – (1 un) Plantadeira de Arrasto, vencedora a empresa Pippi Máquinas Agrícolas Santa Catarina Ltda, no valor total de R\$40.900,00;

Item 3 – (1 un) Distribuidor de Adubo Orgânica Líquido, vencedora a empresa Jean Pyer Vivan Eireli – EPP, no valor total de R\$16.685,00;

Item 4 – (1 un) Colhedora de Forragens (Ensiladeira), vencedora a empresa Millenium Com. de Máquinas Agrícolas e Repre Ltda, no valor total de R\$16.985,00;

Item 5 – (1 un) Carreta Basculante, vencedora a empresa Açomac Indústria e Comércio Ltda ME, no valor total de R\$14.084,00;

Perfazendo um total de R\$99.104,00 (noventa e nove mil, cento e quatro reais), foram julgadas vencedoras do processo em referência AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NOVOS PARA A PRATRULHA AGRÍCOLA MUNICIPAL, sob regime de MENOR PREÇO POR ITEM.

Sul Brasil(SC), 15 de setembro de 2016.

João Paulo Gubert
Pregoeiro

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 036

DECRETO Nº 036/17, 07 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 13 DE ABRIL DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

Considerando a realização de diversos eventos religiosos que acontecem neste período;

Considerando que outros órgãos da administração pública das demais esferas governamentais adotaram como ponto facultativo o dia 13 de abril;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 13 de abril de 2017, preservando as atividades educacionais no período matutino e os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 07 de abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO 023-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS, HIGIENE E LIMPEZA

Número da Ata: 001/2017

Licitante Vencedor: SCS COMERCIO LTDA – CNPJ: 13.995.853/0001-52

Valor da Ata: R\$ 24.030,54

Licitante Vencedor: COMERCIO DE ALIMENTOS DO MICO EIRELI ME – CNPJ: 18.967.517/0001-10

Valor da Ata: R\$ 8.734,00

Licitante Vencedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 05.919.156/0001-94

Valor da Ata: R\$ 6.165,20

Licitante Vencedor: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP – CNPJ: 16.738.785/0001-34

Valor da Ata: R\$ 334,40

Licitante Vencedor: A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME – CNPJ: 12.144.365/0001-79

Valor da Ata: R\$ 4.957,93

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do

Processo Licitatório nº. 023/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 017/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 07 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 026-2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para Supressão e Adição de Itens conforme Laudo de Medição, referente o contrato nº. 026/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para execução do projeto de construção do Salão Comunitário Linha Nova – Etapa I.

TIGRINHOS/SC, em 07 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 104/2017

PORTARIA Nº. 104/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. LILIAN SANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LILIAN SANTIN, contadora, Efetiva, Matrícula nº. 357/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro/2016 a Fevereiro/2017, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 11 à 30 de Abril de 2017, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE ABRIL DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 013/2017**

PORTARIA Nº 013/2017.

CONSTITUI COMISSÃO PARA JULGAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIGRINHOS

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, observando em especial o que determina a alínea "G" do inciso I, e alínea "D" do inciso III do artigo 23, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Licitações e Compras da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, destinada a efetuar análise, acompanhamento e julgamento dos processos licitatórios e de compras. Ficando assim constituída:

1. DELNIA LIEBERT
2. VOLMAR DE OLIVEIRA
3. CLARICE CAMPOS SCHAFFER

Art. 2º. Fica nomeada a servidora DELNIA LIEBERT como Presidente da Comissão de Licitações.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, 06 de abril de 2017.

Silvênio João Schneider

Presidente

PORTARIA Nº014/2017

PORTARIA 014/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA A SERVIDORA SRA. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida Licença Prêmio a pedido da Servidora Pública Sra. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, efetiva no cargo de Controle Interno, 20 (vinte) horas semanais, cadastrada na matrícula nº. 041/12, relativo ao período de Março de 2012/2017, sendo 60 (sessenta) dias convertido em Abono Pecuniário o percentual de 100%, de acordo com o Art. 104, § 3º da Lei Complementar 035/2015, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

"Art. 104 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 3º Em caso de excepcional necessidade de continuidade do serviço público desenvolvido pelo servidor municipal, que não possa ser substituído por outro servidor do quadro efetivo, poderá ser convertida a licença prêmio em abono pecuniário em percentual equivalente a 100% (cem por cento)".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 035/PMT/17 DO PP REGISTRO DE PREÇO Nº 026/PMT/17 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 035/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/PMT/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MARMITAS COM QUALIDADE, PARA ALIMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, QUE MORAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E TAMBÉM PRESTAM SERVIÇO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, PARA O ANO DE 2017.

Empresa Vencedora do Processo: MAGNUM CAMARGO foi vencedora do item: 01 no valor de R\$. 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C. VENCEDOR DOS LOTES: 41 E 43.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 003/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 003/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: ERON FAUSTINO & CIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELÉTRICA LEVE, PESADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C. VENCEDOR DO LOTE: 42.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 006/FME/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 PP Nº 027/PMT/17

EXTRATOS TERMO DE CONTRATO Nº 006/FME/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VENCEDOR DOS LOTES: 34, 44 E 45.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: COMPARTS EIRELI - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VENCEDOR DOS LOTES: 38, 39 E 40.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA

DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VENCEDOR DOS LOTES: 35, 36 E 37
TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 009/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMDR/17 DO PP Nº 002/FMDR/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 009/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA -EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO VETERINÁRIO NO SETOR DE CASTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 11.364,00 (ONZE MIL TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).

TIJUCAS/SC, 05 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 044/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 DO PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 044/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: MOTOS AMILTON - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – POLÍCIA MILITAR, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VENCEDOR DOS LOTES: 01, 11 E 48.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 045/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 DO PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 045/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: MOTOS AMILTON - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE

MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VENCEDOR DOS LOTES: 02, 03, 05, 06, 08, 09, 10, 16, 17, 18, 19, 24, 28, 29, 32 E 33.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 046/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 DO PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 046/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS – DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL – POLÍCIA MILITAR E, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VENCEDOR DOS LOTES: 04, 07, 13, 14, 15, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 31, 46 E 47.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 047/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 DO PP Nº 027/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 047/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: ERON FAUSTINO & CIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS - POLÍCIA MILITAR, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VENCEDOR DOS LOTES: 12, 20 E 30.

TIJUCAS/SC, 24 DE MARÇO DE 2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/SAMAE/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/SAMAE/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/SAMAE/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/SAMAE/2017

Objeto: Aquisição de Material de Construção para Uso do SAMAE
– Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 26 de abril de 2017, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

JORGE STEIL – PRESIDENTE DO SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/SAMAE/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/SAMAE/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/SAMAE/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/SAMAE/2017

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço Continuo de Locação de Caçamba com 4m³ para Retirada de Lixos Grosseiros do Sistema de Esgoto Sanitário e da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC, com Coleta, Transporte e Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos Sólidos, com Fornecimento de Equipamentos, Materiais e Mão-de-Obra, Devidamente Habilitados, de Acordo com as Especificações e Condições Constantes nos Anexos.

Tipo: Menor Preço por Lote;

Data de Abertura: 26 de abril de 2017, às 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

JORGE STEIL – PRESIDENTE DO SAMAE

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 6/2017

PORTARIA SAMAE N. 6/2017 03 de Abril de 2017.

Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições legais; Considerando os termos do Decreto Municipal n. 126 de 01 de novembro de 1995 nos seus Art. 77 e 78.

Considerando o parecer técnico 01/2017/CISAM-SUL-REG de 02 de fevereiro de 2017.

Considerando o DECRETO Nº. 100, DE 03 DE ABRIL DE 2017 QUE ALTERA ANEXO II DO DECRETO Nº 126/95 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro da Autarquia, com base nos dados apurados nas planilhas de custo no decorrer dos últimos 12 meses.

RESOLVE:

Art 1º - Adequar a Tabela de Tarifas e Serviços praticados pelo SAMAE, com um reajuste de 6,57%, (Sei virgula cinquenta e sete por cento) conforme especifica os anexos I, II, III, IV e V, para as contas vencíveis a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Timbé do Sul-SC, 03 de Abril de 2017.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

ANEXO I

SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA SAMAE N. 6/2017 03 de Abril de 2017.

LIGAÇÕES DE ÁGUA

ATÉ 25mm

Em vigor a partir de 03 de abril de 2017..

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	373,00	373,00
	2x 90,00	380,00
	3x129,00	387,00
	4 x 98,00	392,00
	5 x 80,00	400,00

OBS.:

1 . Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

LIGAÇÕES DE ESGOTO

ATÉ 100mm

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	"	"
02 pagtos	"	"
04 pagtos	"	"
05 pagtos	"	"
06 pagtos	"	"

Obs.:

1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

2. O PRIMEIRO PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA OCASIÃO DO PEDIDO DE LIGAÇÃO.

3 . Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

ANEXO II



SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC
ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N º 6/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

TARIFAS DE ÁGUA

Em vigor a partir de 03 de Abril de 2017.

FAIXA DE CONSUMO VALOR TARIFÁRIO CATEGORIA ESPECIAL

Residencial Social

Até 5 m³	R\$ 11,00 +	
6º m³	R\$ 11,00 + R\$ 1,00	
7º m³	R\$ 12,00 + R\$ 1,40	
8º m³	R\$ 13,40 + R\$ 1,90	
9º m³	R\$ 15,30 + R\$ 2,50	
10º m³	R\$ 17,80 + R\$ 3,20	
Acima De 10 m3	R\$ 21,00 + R\$ 3,20 p/m³ excedente de 10m³.	

CATEGORIA "A".

Residencial sem limitador de Consumo

Até 5 m³	R\$ 22,00 +	
6º m³	R\$ 22,00 + R\$ 1,00	
7º m³	R\$ 23,00 + R\$ 1,40	
8º m³	R\$ 24,40 + R\$ 1,90	
9º m³	R\$ 26,30 + R\$ 2,50	
10º m³	R\$ 28,80 + R\$ 3,20	
Acima De 10 m3	R\$ 32,00 + R\$ 3,20 p/m³ excedente de 10m³.	

CATEGORIA "B".

Comercial, Poderes Públicos e Industrial

Até 10m³	R\$ 32,00 +	
Acima De 10 m3	R\$ 32,00 + R\$ 3,20 p/m³ excedente de 10m³.	

OBSERVAÇÕES:

- 1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.
- 2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.
- 3 .Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 05 2017 PMT - LAJETUBOS, TERRABASE E FREEDOM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2017 – PMT/OBRAS

INTERESSADAS: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP; TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA ME e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

Às quinze horas, do sexto dia do mês de abril de dois mil e dezessete, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de Janeiro de 2017, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do Processo Licitatório nº 005/2017 – PMT/OBRAS.

Entregou tempestivamente o envelope de Habilitação a seguinte empresa: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e na sequência iniciou-se a sua abertura, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contido.

Da análise técnica, realizada pelo Engenheiro Sr. Felipe Ramos dos Santos. verificou-se que a citada empresa apresentou toda a documentação solicitada.

Nesse sentido, a Senhora Presidente solicitou o envio da documentação ao Setor de Contabilidade para análise contábil.

Analisada a documentação pendente entregue pela Empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA ME dentro do prazo estabelecido de 08 (oito) dias úteis e que atenderam as condições do edital restou a mesma CREDENCIADA para prestação de serviços de pavimentação de vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação asfáltica, não restando clara a informação sobre credenciamento através do tipo paver (tijolão em concreto).

Da análise contábil, realizada pela contadora responsável, Sra. Carla Moser, em relação ao item 4.2.4 (Qualificação econômico-financeira) verificou-se que a Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA atendeu aos requisitos do edital.

Assim sendo, restou CREDENCIADA a Empresa - FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA para prestação de serviços de pavimentação de vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação asfáltica.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 23 2017 PMT - MANUTENÇÃO PREDIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017 PMT

OBJETO: contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de alvenaria, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, pintura, eletricista e encanador destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 25 de abril de 2017. ABERTURA: dia 25 de abril de 2017 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ/SC, 07 de abril de 2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 38.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante, RODRIGO KERTISCHKA, CPF nº. 046.220.379-47, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 17/04/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO NO 4462, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO No 4462, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-456,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SALA DEPÓSITO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
471	Cadeira giratória	40,00
1480	Mesa para impressora	40,00
12686	Impressora hp 1220	2.220,00
13181	Impressora hp 3820	410,00
14639	Impressora hp 7150	338,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – EMPENHOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
28907	Apoio para pés	35,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE CHAPEUZINHO VERMELHO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
11080	Estante	43,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE CINDERELA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
2952, 2956,3021,3030	Cadeira de criança	6,00
3058,3059,3060	Mesa redonda infantil	10,00
13343	Fogão de mesa	330,25
PREFEITURA – BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
3477	Armário americano	25,00
3478,3479	Fogão a gás	40,00
5255	Cadeira giratória	40,00
5272	Compressor de ar odontológico	300,00
5278,5296	Mesa	90,00
8451	Estante	50,00
8605	Cadeira giratória	217,00
9570	Cadeira giratória	189,00
9587	Cadeira giratória	50,00
10221	Estufa autoclave	1.346,00
10997,11004,11066	Cadeira fixa	24,80
11626	Carteira	37,00
11897	Caixa acústica	800,00
12109 a 12112	Estante de Aço	52,16
12135	Cadeira giratória	80,00

12179	Aparelho de ar condicionado	635,00
12273	Cadeira diretor	140,00
12336	Cadeira giratória	80,00
12355	Ar condicionado	616,00
12359,12362	Ar condicionado	539,00
12612	Cadeira secretária	80,00
29222	Livro	490,00
21960	Microcomputador	985,00
22345	Impressora HP	892,00

SECRETARIA DE SAÚDE – BENS TRANSITÓRIOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
543	Impressora HP	400,00
1165,1288	Arquivo de aço	80,00
1171	Impressora HP	400,00
1180,8272	Ar condicionado	300,00
1405	Cadeira odontológica	2.500,00
1408	Biombo do chumbo	450,00
1409	Aparelho de raios-X	1.800,00
1410	Foto polimerizador	240,00
1528	Balcão de formica	80,00
1565,1802,1845,1881	Condicionador de ar	400,00
1713	Refletor odontológico	200,00
1717	Biombo	60,00
5278	Mesa para micro	90,00
5336	Balança pediátrica	110,00
8891	Maca	100,00
10182	Longarina	148,00
10221	Estufa autoclave	1.346,00
11286	Micro computador	1.986,41
12135	Cadeira giratória	80,00
12355	Ar condicionado	616,00
12376,12377	Arquivo	165,00
12759	Impressora HP	2.500,00
12866	Impressora HP	440,00
13103	Relógio ponto	744,25
14064	Mesa	128,00
14158 a 14166	Ar condicionado	595,00
14172	Balcão para cozinha	328,00
24651 a 24663	Escada 2 degraus	54,90
24672,24673 a 24680,24686 a 24688	Hamper	81,60
26737 a 26740	Cadeira em PVC	66,00
26836	Estabilizador	114,30
27007 e 27009	Esfigmomanômetro	39,00
27019	Estetoscópio	40,00
27026 e 27029	Oxímetro	215,00
27083 a 27087	Válvula redutora	161,40
27355	Display preservativo	160,00
27361 a 27370	Válvula redutora	162,91
27391 a 27397	Telefone	35,00
27406 e 27407	Telefone analógico	142,70
27474	Suporte para CPU	116,00
27540	Multímetro digital	23,00
27591 a 27602	Esfigmomanometro	294,74
27677,27678, 27681,27682,27684 a 27687, 27688	Esfigmomanometro	159,58
27849	Suporte para CPU	30,00
27914	Telefone sem fio	85,00
28432	Estabilizador	99,60
28436	Telefone	133,00
28462	Mesa para micro	90,00
25922	Seladora	160,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
----------	----------------------	----------------

739	Mesa para telefone	10,00
815	Mesa para maquina de escrever	5,00
9762,9763	Livro	36,00
13306	No break	341,00
20832	Livro comentários da lei	145,00
20833	Livro dispensa	115,00
22065,22066	Gaveteiro	220,00
22871	Cadeira fixa	74,00
25026	Cadeira giratória	190,00
25061	Mesa	235,00
26360	Placa de vídeo	235,00
26459	Switch	60,00
28860	Livro comentários da lei	220,00
27230	Teclado USB	16,30
27658	Chapas de EUCATEX	2.584,38
27690	Telefone fixo	34,90
29278	Cadeira giratória	170,00
29391	Placa mãe	273,86
16378	Livro pregão	73,00
16405	Livro VADE-MECUM	300,00

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1296	Cadeira	10,00
17718	Relógio ponto	1.600,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PATRIMONIO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
11100	Cafeteira	84,50
11436	Aparelho de som	220,00
11903	Cabeçote	325,00
12935	Calculadora	270,25
13000	Impressora	2.820,00
13163	CPU	2.995,00
13449,13699, 13701,13707, 13708,13709	Carteira escolar	25,71
13715,13738,	Cadeira	17,13
14125	Cadeira	75,00
14409	Ar condicionado	580,00
15958	Ar condicionado	595,00
16125	Conjunto de estante	149,00
17705	Micro computador	1.047,96
19413,19796	Cadeira giratória	120,00
19657	Fogão 4 bocas	595,00
21933	Bebedouro	249,00
21978	Livro do consumidor	340,00
22138	Multiprocessador	166,00
22998	Monitor	288,00
2321,2323,5255	Cadeira giratória	40,00
24271	Computador	869,00
2575	Escrivaninha	50,00
26010,26013,26019	Cadeirinha	104,90
29769	Ar condicionado	525,00
29867 a 29876	Teclado	33,80
29877 a 29886	Mouse	19,65

FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – POLICIA CIVIL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
27470 a 27479	Mouse	19,65
27480 a 27484	Teclado	33,80

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4461, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4461, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 572,87.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

25.04.028.845.0007.0013	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.04.028.845.0007.0013	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
25.04.028.845.0007.0013	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	572,87
	TOTAL ANULADO SAMAE	572,87

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 572,87 (quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.04.028.845.0007.0013	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.04.028.845.0007.0013	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
25.04.028.845.0007.0013	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	572,87
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	572,87

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4463, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4463, DE 20 DE MARÇO DE 2017

RECONHECE a execução, em caráter interino, das funções de Secretário da Fazenda e Administração e Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente de 03/11/16 à 12/11/16, e RATIFICA os atos praticados neste período.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e §1º e XXV, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e

Considerando o Memorando nº. 0153/2017 de 21/03/17, da lavra do Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, onde consta que "... foi encaminhado ao Departamento de Articulação Política o Memorando nº 0489/2016 solicitando os trâmites necessários para o gozo de 10 dias de férias do Secretário de Planejamento, Trânsito e meio Ambiente (Sr. Fabiano), pelo período

de 03/11/2016 à 12/11/2016. Informamos ainda que por determinação do Gabinete a Sra. Maria Angélica Faggiani (Secretária de Administração) representou o Sr. Fabiano por este período. O 1º Ofício de Registro de Imóveis de Timbó solicitou a apresentação de cópia autenticada do documento de representação que dá poderes para Maria Angélica Faggiani Mafra assinar em nome de Fabiano Martins Adriano. Sendo assim, ficamos no aguardo do documento acima mencionado para podermos responder o Registro de Imóveis.”

Considerando que anexo ao referido Memorando consta documento/exigências expedido pelo 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Timbó, onde solicita, para fins de prosseguimento dos trâmites afetos aos pedidos encaminhados pela municipalidade, que sejam fornecidos, dentre outros documentos “... b) cópia autenticada do documento de representação que dá poderes para Maria Angélica Faggiani Mafra assinar em nome de Fabiano M. Adriano.”

Considerando que Maria Angélica Faggiani no ano de 2016 exercia o cargo de Secretária da Fazenda e Administração (conforme Portaria nº. 04, de 02/02/13) e que diante de tal condição e de conformidade com o que estabelece o art. 11 da LC nº. 01/93 (abaixo), estava totalmente apta a executar as suas funções cumuladas as de Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;

“Art. 11 - A nomeação far-se-á: ... § 4º - O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade. (acrescentado pela LC nº 139, de 02/07/98)”

DECRETA:

Art. 1º Durante o período de 03/11/16 à 12/11/16 a Sra. Maria Angélica Faggiani executou interinamente o cargo de Secretária da Fazenda e Administração com o de Secretária de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Art. 2º Ficam ratificados os atos praticados durante este período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4465, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4465, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 55.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10200	Receitas de Impostos - Saúde	55.000,00
	TOTAL	55.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	55.000,00
	TOTAL	55.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 03-03.2017 - PANIFICADORA BOM DIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 03-03/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Panificadora Bom dia Ltda Epp.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de cucas anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul objetivando o "1º Festival de Cucas de Timbó", juntamente à programação da Páscoa no Parque 2017, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, utensílios e demais objetos necessários para a comercialização e venda de tíquetes.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2017.

PRAZO: 06/04/2017 até 09/04/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA Nº 215.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA Nº 215/2017 FCT – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 FCT

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Michel Martins de Souza 81182414249.

FINALIDADE: Contratação de empresa especializada para recuperação, criação, confecção, instalação e montagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais, utilizados como decoração de Páscoa durante o período de 16 de março a 17 de abril de 2017.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 22 2017 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2017

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

OBJETO: aquisição de blocos de vale-transporte para transporte coletivo destinado aos servidores, estagiários e contratados da Administração, para distribuição gratuita dos usuários do CRAS/CREAS do Fundo Municipal de Assistência Social, para o SAMAE Timbó, e para alunos da Rede Municipal de Ensino.

VALOR TOTAL: R\$ 145.620,00 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Exercício do ano de 2017.

Timbó, 06 de Abril de 2017
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 161, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 161, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Substitui membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1643, de 01/06/2015, alterada pela Portaria nº 2072, de 01/09/2016, para designar em substituição membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para mandato até maio de 2017, como segue:

"Art.1º...

.....

c) CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL:

Titular: Tarcísio Zermiani, em substituição ao Vilmar Melere

Suplente: Sido Gessner Junior, em substituição a Camila Mayara Gessner

.....

I) INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÂ

Titular: Arnaldo da Costa, em substituição ao Vitor José Keller

Suplente: Karina Reinicke Dalke, em substituição ao Arnaldo da Costa

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 165, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 165, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Designa servidora em substituição à Samara Cristiane Lazarini Kurth, para desempenhar a função de Secretária Administrativa junto a JARI, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1808, de 21/01/2011, designando a servidora HENGELL OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, em substituição à Samara C.Lazarini Kurth, para desempenhar a função de Secretária Administrativa junto a JARI, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 179, DE 14 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 179, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Substitui membros para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar – FUMREPOM.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 2029, de 01/07/2016, para designar em substituição membros para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar – FUMREPOM, , para mandato até agosto de 2017, como segue:

"Art.1º...

.....

IV - REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR – COMPANHIA DE TIMBÓ:

Titular: Robson Dias Savitraz-2º Tenente, em substituição ao Caroliana Maria Bachmann

Suplente: Cristofer Tiemann – 1º Tenente, em substituição a Pablo David Henden

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 160, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 160, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Giseli Slomp	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo-Saúde	01721647475 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 162, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 162, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Autoriza Servidora Pública Municipal lotada na Procuradoria Geral do Município, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Maria Carolina Schwarz Berri	Assessora Institucional da Procuradoria Geral do Município	01991855330 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 166, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 166, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Altera a carga horária de servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme demonstrativo abaixo, a contar de 06 de fevereiro do corrente:

NOME	DE	PARA
Meike Marly Schubert	20h/a	39h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 167, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 167, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Adriana Felipe Diogo Correa	Auxiliar Operacional I	Nº 44, de 09/01/2017	01/03/2017
Kelly Nathana Pacher	Educadora Infantil B-18	Nº 43, de 09/01/2017	01/03/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Azuir Stolf Junior	Motorista	Nº 40, de 02/01/2017	01/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 168, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 168, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Leonice Fátima dos Santos	Auxiliar de Recreação Infantil	Nº 1160, de 30/06/2014	01/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 151, DE 03 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 151, DE 03 DE MARÇO DE 2017

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Fundação Municipal de Esportes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, c/c art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998, para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório na Fundação Municipal de Esportes, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

NOME	CARGO
Márcio Elisio	Diretor Presidente
Larissa Karine Van Bommel Fronza	Assessora de Divisão
Julia de Freitas	Assessora de Divisão

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 152, DE 03 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 152, DE 03 DE MARÇO DE 2017

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Fundação Cultural de Timbó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, c/c art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998, para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório na Fundação Cultural de Timbó, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT	
NOME	CARGO
Jarbas Dallabrida	Diretor do Departamento de Cultura
Inês Klaumann	Chefe de Divisão
Eduardo Alexandre Kannenberg	Atendente Patrimônio Cultural

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 114, de 02/02/2009 e alterações.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 163, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 163, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Coloca Servidor Público Municipal do quadro efetivo do Município à disposição do SAMAE, a contar de 08 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 50, incisos II, X c/c art.70, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento no artigo 25, inciso VIII da Lei Complementar n. 01, 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

Considerando que a cedência parcial é um ato de colaboração entre os órgãos públicos permitindo que um servidor se afaste temporariamente para exercer atividades de apoio em outro órgão, com propósito cooperativo;

Considerando a necessidade mútua de cessão de servidores entre administração direta e indireta, para consecução de seus objetivos, face a ausência no quadro próprio de cada órgão, de profissionais com formação em áreas técnicas específicas;

Considerando o pedido formulado pelo SAMAE, que, ao bem do serviço público, requer cessão parcial de servidor do quadro profissional, com formação em Engenharia Civil, e habilitação junto ao CREA/SC, para auxílio no exercício e controle das atividades técnicas vinculadas à autarquia,

RESOLVE:

Art.1º Colocar à disposição parcial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE, a contar de 08 de março, o servidor abaixo identificado:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação de Origem	Jornada Semanal Dispen-sada a Secretaria
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR	ENGENHEIRO CIVIL	Secretaria de Planejamento	10 horas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2017, 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó

PORTARIA Nº 169, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 169, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, c/c art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998, para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços	
NOME	CARGO
Rafael Constante	Técnico em Agrimensura
Moacyr Cristofolini Junior	Engenheiro Civil
Jean Messias Rodrigues Vargas	Fiscal de Posturas

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 686, de 09/10/2013 e alterações.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 09/2017

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social

Projeto de Lei Ordinária Nº 09/17 – Autoriza o Município de Timbó a repassar recursos financeiros do FUNREPOM ao FUMPOM para aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó.

Autor do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator do Parecer: Vereador Fabrício Dalcastagné

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende repassar contribuição com recursos do FUNREPOM ao FUMPOM, para a aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó, no valor de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 07 de abril após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 07 de abril a Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II – DO MÉRITO.

Pretende-se o repasse de verba no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) destinado pelo FUNREBOMPOM ao FUMPOM (Estadual).

Em Ofício dirigido ao Poder Executivo pelo Comando da 2.ª Cia. de Polícia Militar de Timbó no qual solicitou-se a transferência de valores que se encontram no FUNREPOM para o FUMPOM Estadual, a fim de a Polícia Militar proceder com a aquisição de 04 (quatro) unidades de Kit Elite Z 2.0 do Dispositivo Elétrico Incapacitante Spark; 40 (quarenta) unidades de cartuchos de lançamento de dardos energizados; 01 (um) Data Kit Wifi; 100 (cem) cartuchos plásticos AM-403/P; 03 (três) unidades de carabina 5,56 IA2; 03 (três) coletes masculinos tamanho P; 12 (doze) coletes masculinos tamanho M e 05 (cinco) coletes masculinos tamanho G; 1.200 (mil e duzentas) munições CBC calibre 5,56 x 45 O COMUM SS109A.

A Administração Pública deve investir na segurança pública, principalmente no que tange ao processo de prevenção, uma vez que o Município está crescendo, e cada vez mais a população está se deparando com situações de insegurança e violência.

Diante dessa situação, e com a intenção de colaborar com a Polícia Militar de Santa Catarina a fim de melhorar as condições de operacionalidade dos policiais que atuam neste município, percebe-se a necessidade de aprovação do presente projeto de lei.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 09/2017. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2017

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch
Vice-presidente

Fabricio Dalcastagné
Relator

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 12/2017

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei Ordinária nº 12/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, autorizando, ainda, o fornecimento de merenda escolar. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente.

O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente a esta Comissão no dia 07 de abril corrente após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela legalidade e constitucionalidade do mesmo, cujo parecer foi publicado no dia 05 de abril na forma regimental.

No dia 07 de abril a presente Comissão teve como pauta a proposição em sua reunião e exarou seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A importância dos trabalhos da APAE de Timbó é de notório conhecimento propiciando condições dignas para pessoas com deficiências.

O objetivo principal da entidade é o atendimento às referidas pessoas, buscando integrá-los e socializá-los à comunidade, o que demanda muitos recursos, tendo em vista a necessidade de profissionais devidamente capacitados, materiais e mantimentos diversos.

A matéria é de indiscutível importância à entidade, seus alunos e à população do município.

É dever constitucional do Poder Público adotar posturas no sentido de garantir a inclusão social das pessoas já referidas.

Com o objetivo de auxiliar tal inclusão, o Município de Timbó tem concedido apoio financeiro e operacional à entidade supramencionada, para viabilizar sua manutenção.

A iniciativa é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública para com a inclusão social, possibilitando aos integrantes que convivem na instituição em destaque os cuidados especiais para sua subsistência, saúde e bem-estar.

Deste modo, é imperativo que esta Comissão se manifeste favoravelmente ao projeto.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2017

Guilherme Voigt Junior

Presidente

Fabrizio Dalcastagné
Relator

Adilson Mesch
Vice-Presidente

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 13/2017
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei Ordinária Nº 13/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 27 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente a esta Comissão no dia 07 de abril após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela sua legalidade e constitucionalidade, cujo parecer foi publicado no dia 05 de abril na forma regimental.

No dia 07 de abril a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, entidade de caráter filantrópico, há muito tempo presta seus relevantes trabalhos para a comunidade timboense, preponderantemente para as mulheres, realizando exames preventivos, distribuindo material ambulatorial e educativo, ministrando palestras preventivas, dentre outras ações.

Importante e fundamental primar pelo aperfeiçoamento e expansão dos trabalhos realizados por esta entidade, contribuindo para a manutenção de seu espaço físico e dos materiais utilizados para exames, já que todo trabalho é realizado por voluntárias da sociedade civil organizada.

Notório é o grande número de mulheres atendidas pela entidade e que tiveram a oportunidade de cura por fazerem os exames preventivos, proporcionados a tempo pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Vislumbrando ser de expressiva importância a atuação da entidade ora em apreço, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação da matéria.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Junior
Vereador Fabrizio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2017
Guilherme Voigt Junior
Presidente

Fabrizio Dalcastagné
Membro

Adilson Mesch
Relator

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 14/2017
Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social

Projeto de Lei Ordinária Nº 14/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Vereador Fabrizio Dalcastagné

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março, corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 07 de abril após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação se manifestar pela constitucionalidade e legalidade do mesmo, cujo parecer foi publicado no dia 05 de abril na forma regimental.

No dia 07 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

O Município de Timbó atua nas mais diversas áreas da educação, atendendo às necessidades dos ensinos infantil e fundamental. Estes são essenciais para o ensino médio, sendo peças que integram a educação básica nacional que tem como finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sendo assim, diante da análise das finalidades da educação básica nacional, de nada adianta atuar prioritariamente nos citados ensinos e não incentivar à formação acadêmica universitária, pois a finalidade daquela é o fornecimento de meios para o progresso em estudos posteriores.

O incentivo ao ensino superior diplomará estudantes em diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção no meio profissional e para a participação no desenvolvimento da comunidade timboense.

Por esta afirmação, entende-se ser de extrema importância a concessão do auxílio pretendido, uma vez que contribui para com o acesso dos timboenses ao ensino superior.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2017

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch
Vice-presidente

Fabricio Dalcastagné
Relator

Parecer da comissão de Orçamenmto, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 09/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 09/17 – Autoriza o Município de Timbó a repassar recursos financeiros do FUNREPOM ao FUMPOM para aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende repassar contribuição com recursos do FUNREPOM ao FUMPOM, para a aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó, no valor de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 06 de abril após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 06 de abril a Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue.
Este é o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

Pretende-se o repasse de verba no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) destinado pelo FUNREBOM ao FUMPOM (Estadual).

O repasse pretendido deve ter previsão orçamentária e possuir autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 15 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No caso concreto, verifica-se que os valores repassados correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2017, de acordo com o art. 2.º da proposição, respeitando-se, portanto, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, outrora referida.

Sendo assim, no âmbito da competência dessa Comissão, esse relator não encontra óbices à sua aprovação em Plenário.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 09/2017.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador John Adriano Schwartz
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente- Relator

John Adriano Schwartz	Adilson Mesch
Vice -Presidente	Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 12/2017 Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas

Projeto de Lei nº 12/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 06 de abril, após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela legalidade e constitucionalidade do mesmo.

No dia 06 de abril a presente Comissão teve como pauta a proposição em sua reunião e exarou seu parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisa-se o auxílio financeiro no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Também é objeto da presente proposição a autorização para o Prefeito Municipal fornecer merenda escolar à instituição em questão, durante o exercício de 2017, de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

As despesas em relação à execução do Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2017, tendo, conforme se demonstra previsão expressa para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal neste programa através da ação citada.

Da mesma forma, o mesmo atende aos preceitos legais da Lei Complementar Federal nº 101/00 e da Lei Federal n.º 4.320/64, pelo já exposto.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 12/2017.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

John Adriano Schwartz	Adilson Mesch
Vice-Presidente	Relator

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 13/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 13/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer. Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 27 de março corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 06 de abril após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela sua legalidade e constitucionalidade.

No dia 06 de abril a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

A proposição visa auxiliar financeiramente a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, com a quantia de R\$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos reais), destinada à manutenção de suas atividades no exercício de 2017.

As subvenções sociais se prestam a suplementar financeiramente entidades sem finalidades lucrativas de assistência social, médica ou educacional, que somente poderão receber recursos públicos quando suas atividades puderem ser enquadradas no conceito de assistência social, saúde ou educação.

As despesas em relação à execução do presente Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2017, do Fundo Municipal de Saúde, tendo previsão para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal.

Por fim, deve-se consignar que a entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição, conforme preceitua o §4.º, do artigo 1º, da proposição em análise.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 13/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

John Adriano Schwartz

Relator

Adilson Mesch

Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 14/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 14/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 06 de abril após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação se manifestar pela constitucionalidade e legalidade do mesmo.

No dia 06 de abril, esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

A proposição visa auxiliar financeiramente o Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI, com a quantia de R\$ 66.880,00 (Sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais), destinado ao custeio parcial de suas atividades.

As subvenções sociais se prestam a suplementar financeiramente entidades sem finalidades lucrativas de assistência social, médica ou educacional, que somente poderão receber recursos públicos quando suas atividades puderem ser enquadradas no conceito de assistência social, saúde ou educação.

As despesas em relação à execução do presente Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2017, da Secretaria da Articulação Política e Institucional, tendo previsão para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal.

Por fim, deve-se consignar que a entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição, conforme preceitua o §4.º do artigo 1º, do projeto em análise.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à tramitação da matéria. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador John Adriano Schwartz
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente-Relator

John Adriano Schwartz	Adilson Mesch
Vice-Presidente	Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2017

EXTRATO DE CONTRATO 26/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e assessoria na gestão de convênios junto ao Governo Federal, Estadual e outras fontes, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Treze Tílias, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, conforme especificações no Anexo I (especificações do objeto) e Anexo VI (Termo de Referência) do Edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 24/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105.

VALOR: O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 03/04/2017

TREZE TÍLIAS, 03/04/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2017

EXTRATO DE CONTRATO 26/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q na Rua Circular, no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preços nº 23/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais),

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 60 dias.

DATA ASSINATURA: 07/04/2017

TREZE TÍLIAS, 07/04/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2017

EXTRATO DE CONTRATO 28/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q nas ruas: João Luis Scholl e Luiz Grubber, no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preços nº 28/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00. VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 212.000,00 (Duzentos e doze mil reais).

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 60 dias.

DATA ASSINATURA: 07/04/2017

TREZE TÍLIAS, 07/04/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2017

EXTRATO DE CONTRATO 29/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição, instalação de móveis e demais equipamentos, para equipar a estrutura da nova creche no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do presente Edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 31/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregados recursos provenientes de financiamento junto ao Ministério da Educação, através do Plano de Ações Articuladas, processo nº 23400007336201408, através da seguinte dotação orçamentária vigente para o ano de 2016: 06.01.2201.44.90.00.00.00.00.00.0062

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 2.199,00.

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 30 dias.

DATA ASSINATURA: 07/04/2017

TREZE TÍLIAS, 07/04/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2017

EXTRATO DE CONTRATO 30/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição, instalação de móveis e demais equipamentos, para equipar a estrutura da nova creche no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do

LEI ORDINARIA 1924

LEI MUNICIPAL Nº 1924/2017

De 06 de abril de 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA FAZER FRENTE AO PAGAMENTO DA PREMIAÇÃO DO CONCURSO LEITEIRO A SER REALIZADO DURANTE A V EXPOTÍLIAS 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste município, no uso das atribuições legais facultadas pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesa no valor R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para fazer frente ao pagamento da premiação do tradicional Concurso Leiteiro que será levado a efeito durante a V EXPOTÍLIAS 2017, a ser realizada de 21 a 2 de abril de 2017, no Centro de Eventos de Treze Tílias – Rodovia SC 465 – Km 51.

Art. 2º. A premiação será distribuída em 04 categorias para os primeiros três colocados, em valores respectivos de R\$ 1.000,00 (mil reais), R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Agricultura e meio ambiente

01. Extensão Rural

Projeto/Atividade – 2048 – Realização da Feira Agropecuária e Expotílias

33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

06 de abril de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

ATA RP 03-2017

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 07/04/2017		Válido até: 07/04/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de forma parcelada de nitrogênio líquido, utilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Nitrogênio Líquido (6839)	L	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP (90)	Nitrovet	0	2,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 07/04/2017		Válido até: 07/04/2018			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de forma parcelada de nitrogênio líquido, utilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMBRIOSEMEM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA (45)	Air Liquid	0	2,7700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 07/04/2017		Válido até: 07/04/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de forma parcelada de nitrogênio líquido, utilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017
PROCESSO Nº 30/2017

- (45) - EMBRIOSEMEM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
- (90) - NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP

Treze Tílias, 7 de Abril de 2017.

Trombudo Central

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 08/2017

DATA: 07/04/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE AREA ESPORTIVA PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA E CULTURAL TAMOIO, A FIM DE EXPANDIR E IMPLEMENTAR ATIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS DESENVOLVIDAS NO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL

VALOR TOTAL: R\$ 9.603,00 (nove mil seiscientos e Três Reais)

CONTRATADA: Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Tamoio

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 18/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 18/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DESTINADO AOS SISTEMAS TRIBUTOS, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS E ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA DO ISS, PROTOCOLO WEB E RESPECTIVAS INTEGRAÇÕES ENTRE OS MESMOS. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 16:00h. do dia 24 de abril de 2017, na prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo Central, 07 de abril de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2017 COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 06/04/2017

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2017

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 06/04/2017

O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA PINTURA DA QUADRA DE ESPORTES, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, IDENTIFICADOS COMO ANEXO AO EDITAL.

Onde se lê: Entrega das propostas até as 9:30 do dia 24 de abril de 2017.

Leia –se Entrega das propostas até as 9:30 do dia 27 de abril de 2017.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 10 de abril de 2017.

SHEILA INÊS BIEGER
Pregoeira

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 12/2017

DECRETO Nº 012/17, de 05 de Abril de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1000.000,00 (cem mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

13.392.0039.2.015 – MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (072) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.00.0102 (010) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 (Recurso Próprio) por excesso de arrecadação no valor R\$ 100.000,00 e por conta da fonte 0102 por excesso de arrecadação do PAB no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 05 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 103/2017

PORTARIA Nº 103/17, de 03 de Abril de 2017.

DEMITE A PEDIDO MÉDICO ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Médico, admitida em caráter temporário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Sara Fernandes Silva Vieira	017.683.025-10	3762

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 104/2017

PORTARIA Nº 104/17, de 03 de Abril de 2017.

EXONERA A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/16 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Deonilda dos Santos	999.909.709-04	3911

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 105/2017

PORTARIA Nº 105/17, de 03 de Abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 03.04.2017 a 02.05.2017, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
3651	Tatiana Regina Ronsani Vito	01.03.2016 a 28.02.2017
3488	Daiane Monteiro Pascoal	01.12.2015 a 31.11.2016
1862	Valmir da Rosa	06.05.2015 a 05.05.2016
1869	Idaiane Castanha Valnier	07.05.2015 a 06.05.2016
1227	Maria Madalena Peterle Feltrin	01.04.2016 a 31.03.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 106/2017

PORTARIA Nº 106/17, de 03 de Abril de 2017.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. MARIBEL RIBEIRO, CPF nº 445.421.609-63, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Esportes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear o Sr. ANDERSON MONTEIRO DA SILVA, CPF nº 051.011.649-33, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão

do Esporte Estudantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Nomear a Sra. GISELE DA SILVA PEREIRA, CPF nº 008.014.699-61, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão da Unidade Central de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 107/2017

PORTARIA Nº 107/17, de 03 de Abril de 2017.

DEMITE A PEDIDO, NUTRICIONISTA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Nutricionista, admitida em caráter temporário, na rede municipal de ensino, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Chellen Teixeira Nagel	058.702.859-92	3775

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 108/2017

PORTARIA Nº 108/17, de 03 de Abril de 2017.

NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Gesiane Nunes da Silva que se encontra em Período Gestacional.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Joice Santos Damasio	099.210.009-77	C.E.I Profª M. das D. Cordeiro Angeloni

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 03 de Abril de 2017 e encerrará em 20 de Dezembro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 109/2017

PORTARIA Nº 109/17, de 03 de Abril de 2017.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Deonilda dos Santos por ter pedido exoneração.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Edenise Brina Walnier	052.666.499-17	E.E.B.M. Profª Laurita M. Bristot

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 03 de Abril de 2017 e encerrará em 15 de Dezembro de 2017.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Deonilda dos Santos por ter pedido exoneração.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Sidenei Schwartz	732.809.419-20	E.E.B.M. Profª Laurita M. Bristot

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 04 de Abril de 2017 e encerrará em 15 de Dezembro de 2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3437/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.437, De 07 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Interdisciplinar para analisar o Processo Licitatório N.º 26/2017, na modalidade Concorrência Pública para Concessão de uso de Bens Público n.º 26/2017 e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 449, de 02 de maio de 200 e o item 8.2 do Processo Licitatório n.º 26/2017, na Modalidade de Concorrência Pública para Concessão de Uso de Bens Público n.º 26/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para analisar as propostas técnicas do objeto constante no Processo Licitatório n.º 26/2017, na Modalidade de Concorrência Pública para Concessão de Uso de Bens Público n.º 26/2017, os seguintes membros:

I – Membros indicados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico –CMDE:

- Oli Soletti
- Leodacir Pianesola

II – Membros indicados pelo Poder Executivo Municipal:

- Edinho Fávero
- Alexandre Marcos Martinelli
- Pedro Antonio Trentin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina,
em 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014

DECRETO N. 3438/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.438, De 07 de Abril de 2017.

Dispõe sobre Remoção de Servidor Municipal por Interesse Público.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 35. do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica removido por interesse público, o Servidor CARLOS DALA RIVA, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, nível de vencimento 27, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3439/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.439, De 07 de Abril de 2017.

Dispõe sobre Remoção de Servidora Municipal por Interesse Público.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 35. do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público, a Servidora BEATRIS NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, nível de vencimento 16, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3440/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.440, De 07 de Abril de 2017.

Dispõe sobre Remoção de Servidora Municipal por Interesse Público.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 35. do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público, a Servidora ROSANE PILATTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, nível de vencimento 16, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3441/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.441, De 07 de abril de 2017.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de União do Oeste, para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e o acordo de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepciona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado

na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II - o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria Municipal de Administração publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I - poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II - será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III - poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

CAPÍTULO II**DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município

e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por Decreto, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente,

o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o Decreto Municipal N.º 3.370/2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 03 de fevereiro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3442/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.442, De 07 de abril de 2017.

“Dispõe sobre nomeação de servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias e acordos de cooperação firmados entre a Administração Pública Municipal e Entidades Privadas nos termos da Lei Federal N.º 13.09/2014 e dá outras providências”.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 13. Do Capítulo IV do Decreto Municipal N.º 3.441/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as servidoras: DIONE ANA COLLA, EVANDRA CASONATTO DAL BERTO E SUSANA SERGILIO DE CARVALHO, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias e acordos de cooperação firmados entre a Administração Pública Municipal e Entidades Privadas, nos termos da Lei Federal N.º 13.019/2014 e do Decreto Municipal N.º 3.441/2017.

Art. 2º A Comissão prestará serviços em caráter relevante, sem ônus para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE PARTE DO CONTRATO ADM. Nº 13/2017

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE PARTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC E A EMPRESA PROVIN E RAUBER LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, portador da Cédula de Identidade RG nº 763.172 e inscrito no CPF sob o nº 422.972.909-00, no uso de suas atribuições resolve, RESCINDIR UNILATERALMENTE PARTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017, celebrado com a empresa PROVIN E RAUBER LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.900.682/0001-91, com sede na Rua Pedro Rubini, 360, Cristal, Concórdia - SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, Sr. Gilberto Rauber, portador da Cédula de Identidade nº 3.153.645 e inscrita no CPF sob o nº 016.790.479-57.

CLÁUSULA PRIMEIRA DA RESCISÃO

1.1. Tendo em vista a inexecução de Cláusulas Contratuais, disposto nos itens 9.3 e 9.4 do Edital de Licitações nº 04/2017 e item 2.2 do contrato administrativo nº 13/2017, conforme documentos probatórios no termo de notificação anexo.

1.2. Fica rescindido unilateralmente, o item: 4 - TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA ADOLFO KONDER: Saída: às 6:20h Piccinin, vai até o Ivanir Ugolini, Neri Brustolin até Ivan Ugolini, Volta do Konde para o Rio azul, Valdemir Daniel, Toniazzo, Ivo Tonal, Provin, Besson, Jair Lovato, Nelvo Ozelame, Paulo Zatti, entrada da Concórdia, Ivanir Riboldi, Itamar Riboldi, Marins, João Freiburger. Piccinin, Ivo Ugolini, Pedro Lambari. Passa no Pedro (ferrero) até EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente. Retorno: às 11:10h CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Pedro (Ferrero), Pedro Lambari, Ivo Ugolini, Piccinin, João Freiburger, Marins, Itamar Riboldi, Ivanir Riboldi, entrada da Concórdia, Paulo Zatti, Nelvo Ozelame, Jair Lovato, Besson, Provin, Ivo Tonal, Toniazzo, Valdemir Daniel, Ivan Ugolini, Neri Brustolin, Ivanir Ugolini, Piccinin até EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti.

Retorno: às 17:10 CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Pedro (Ferrero), Pedro Lambari, Ivo Ugolini, Piccinin, João Freiburger, Marins, Itamar Riboldi, Ivanir Riboldi, entrada da Concórdia, Paulo Zatti, Nelvo Ozelame, Jair Lovato, Besson, Provin, Ivo Tonal, Toniazzo, Valdemir Daniel, Ivan Ugolini, Neri Brustolin, Ivanir Ugolini, Piccinin Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 98,500 Km, sendo total da km estimada para 200 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 40 alunos, do contrato administrativo nº 13/2017 a partir da

data de 10 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A rescisão encontra fundamento no item 7 do contrato administrativo nº 13/2017 e incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato administrativo nº 13/2017, permanecem inalteradas e válidas.

3.2. O município providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelo Prefeito Municipal e testemunhas.

União do Oeste, 07 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Testemunhas:

01.	02.
Nome: José Tessaro	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 460.292.909-59	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 26 2017 PMU PR 23 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de refeições para servidores públicos municipais. Entrega dos envelopes: até as 10h do dia 24/04/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h do dia 24/04/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Bida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 20, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 98, §4º, do Regimento Interno; c/c art. 2º, da Resolução nº 1, de 21 de março de 2017, tal como as indicações das Lideranças dos Partidos Políticos com representação na Casa Legislativa, promulga o seguinte:

ATO Nº 20, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS REFERENTES À COMERCIALIZAÇÃO E À DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CIP) NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica assim constituída a Comissão Especial instituída pela Resolução nº 1, de 21 de março de 2017, para acompanhamento de assuntos referentes à comercialização e à distribuição de energia elétrica e Contribuição de Iluminação Pública (CIP) no Município de Urussanga:

Vereador Jair Nandi/PSD – Presidente;

Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB – Vice-Presidente;

Vereador José Carlos José/PP – Secretário;

Vereador João Batista Bom/PDT – Suplente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 6 de abril de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaurussanga.sc.gov.br, em 6 de abril de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

ATO Nº 21, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno; e art. 16, inciso II e parágrafo único, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006, promulga o seguinte:

ATO Nº 21, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA EFETIVA LARISSA XAVIER TEIXEIRA, ASSISTENTE LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, EM RAZÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Art. 1º Fica concedido gratificação de 8% (oito por cento) ao vencimento da servidora efetiva Larissa Xavier Teixeira, Assistente Legislativo (PE-02) da Câmara Municipal de Urussanga, em razão de sua graduação como Especialista em "Direito Constitucional Aplicado com capacitação para o Ensino do Magistério Superior", pela Faculdade Damásio, em 17 de março de 2017.

Art. 2º Revoga-se o Ato nº 9, de 13 de abril de 2015.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 7 de abril de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaurussanga.sc.gov.br, em 7 de abril de 2017.

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

ATO Nº 22, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; e art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 22, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MARIA DO CARMO MEDEIROS, TÉCNICO EM CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Ficam concedidas férias à servidora Maria do Carmo Medeiros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade (PE-04) da Câmara Municipal de Urussanga, de 11 a 19 de abril de 2017 e de 5 a 14 de junho de 2017 referente a saldo do período aquisitivo de 2014 a 2015.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 7 de abril de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 7 de abril de 2017.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vidal Ramos

PREFEITURA

LEI Nº. 1950

LEI Nº. 1.950/2017, de 29 de Março de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, Senhor no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de 02 (dois) ônibus.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 29 de março de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria e nos locais de costume em 29 de março de 2017.

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/2017

OBJETO: RATEIO DE CUSTOS DO PROJETO "TRANSFORMANFO ESCOLAS", PROMOVISO PELA AMARP E INSTITUTO CELEBRUM.

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - AMARP

VIGÊNCIA: 05 de abril de 2017 até 05 de maio de 2017.

VALOR: R\$ 4.002,00 (quatro mil e dois reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 06 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 03 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 028/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARILDA BRUCH	AGENTE SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 027/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADA	CARGO
1. BIANCA LUIZA SOARES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0086/17

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0086/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA DE OLIVEIRA

CPF: 082.392.329-06

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 09 de junho de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0273/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0273/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIZELAINE MARIA DE ANDRADE

CPF: 023.497.069-31

VIGÊNCIA: de 09 de junho de 2016 até 23 de maio de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2017 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - FME

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

PROCESSO Nº 05/2017

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/2017

OBJETO: PAGAMENTO DE ANUIDADE NA MODALIDADE DE JUDÔ À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE JUDÔ, HABILITANDO O MUNICÍPIO DE VIDEIRA A PARTICIPAR DAS COMPETIÇÕES DURANTE O ANO DE 2017.

CONTRATADO: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE JUDÔ

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, "caput", e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 06 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 019/2017

Processo de Licitação 019/2017

Modalidade: Pregão 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 24 de abril de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 10 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 016/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: RADAMEZIO DE SOUZA 01689078952

CNPJ: 12.160.643/0001-81.

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR DE OFICINAS DE VIOLÃO.

PRAZO VIGÊNCIA 01/03/2017 a 30/11/2017

VALOR: R\$ 7.650,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta reais).

Vitor Meireles - SC, 01 de março de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal.

LEI Nº 0969

LEI N. 0969, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI N. 924/2015 QUE DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O § 4º, do art. 1º da Lei n. 924/2015 passa a vigorar com as seguintes disposições:

“Art. 1º...

§ 4º Escola Municipal Vitor Meireles, a escola situada no bairro Palmitos”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 07 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 112/2017

DECRETO Nº AM 112/2017

NOMEIA ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ALEXSANDRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, tecnóloga em empreendimento, inscrita no cpf/mf sob nº 777.183.649-68, portadora da Cédula de Identidade 2724539, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Administração e Planejamento Institucional, lotada no Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 06 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 111/2017

DECRETO Nº AM 111/2017

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PREGOEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 8.666 de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitação do Município de Xanxerê, composta pelos membros abaixo relacionados:

I - Daniel Strada;

II - Fernanda Cimadon;

III - Jucimar Bortoncello;

IV - Karla Hack dos Santos;

V - Nilse Bresan;

VI - Salete de Fátima Kosloski Lazzari.

§ 1º Exercerá a Presidência da Comissão o servidor Jucimar Bortoncello, que, por eventual impedimento, será substituído pela servidora Nilse Bresan.

§ 2º Fica designado como Secretário da Comissão o servidor Daniel Strada, que, por eventual impedimento, será substituído pela servidora Salete de Fátima Kosloski Lazzari.

§ 3º Os membros da comissão permanente de licitação deverão ser convocados para os certames licitatórios pelo seu presidente,

sempre em número mínimo de três membros, atendendo ao disposto na legislação vigente, podendo o Poder Executivo, sempre que entender necessário, mediante Decreto, nomear Comissões Especiais de Licitação, que tenham como objetivo otimizar os serviços.

§4º Esta comissão também responde integralmente pelas licitações desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam nomeados os Pregoeiros da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sendo eles: Jucimar Bortoncello, Daniel Strada e Salete de Fátima Kosloski Lazzari.

Art. 3º Os membros da comissão permanente de licitação, nomeada no art. 1º do presente decreto, poderão atuar também nos processos licitatórios – modalidade pregão presencial como equipe de apoio.

Parágrafo único - A autoridade competente poderá nomear no Processo Licitatório, para equipe de apoio, outras pessoas que exerçam cargos compatíveis com o objeto licitado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº AJG 050/2016 de 01.03.2016.

Xanxerê/SC, 06 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 113/2017

DECRETO Nº AJG 113/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, e Capítulo VI da Lei Orgânica do Município de Xanxerê, e da Lei Municipal nº AM 2992/07 de 10.09.2007, com alteração dada ao art. 2º, e ao inciso I, pela Lei Municipal nº BLB 3135/09 de 10.08.2009;

Considerando a necessidade de recompor o conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB;

DECRETA:

Art 1º Ficam nomeados os membros abaixo especificados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

a) Um representante do Poder Executivo Municipal
LUCIVÂNIA ROSA DALEASTE Titular

GIOVANA MARIA WEBER ZANDONÁ Suplente

b) Um representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal da Educação
ELISE ROSANE ENGERS TOFOLO Titular
JULYANA ZWICKER TONIAL Suplente

c) Um representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais
NATALINA MACHADO GASPARETTO Titular
MARGARETE KOSINSKI Suplente

d) Um representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais
NEUSA JOSÉ LUIZ Titular
IVANETE CANELLO Suplente

e) Um representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais
JEAN CARLOS FIORINI Titular
SALETE BRIZOLA DE JESUS Suplente

f) Dois representantes dos Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais
JULIO SIRINO Titular
NATALIA BRIZOLA BUENO Suplente

VALDECIR MIGUEL MOLETA Titular
ELIANE BARATZ BARBOSA Suplente

g) Dois representantes dos estudantes da educação básica pública
SABRINA ROCKEMBACH RISSI Titular
CAUANE PEREIRA DA SILVA Suplente

RODOLFO ISAAC CAMPERO Titular
FABIANA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA Suplente

h) Um representante do Conselho Municipal de Educação
DEBORA NADALETI Titular
DIONIS ALEX TOIGO Suplente

i) Um representante do Conselho Tutelar
MARLETE APARECIDA ALVES Titular
ROSELI NUNES DE OLIVEIRA Suplente

Art. 2º Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas funções no Conselho, com um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º As funções ou a participação dos membros do Conselho não serão objeto de remuneração de qualquer natureza, sendo o seu exercício considerado de relevante valor social a serviço da comunidade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de abril de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 079/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 079/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 78 (setenta e oito) dias a partir de 02.05.2017 a 18.07.2017 ao Servidor Público Municipal, o Sr. Olivir José Bertuzzo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 618.706 e CPF n.º 250.644.609-53, nomeado conforme Decreto n.º JB 204/1995 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000374/2017 datado de 07.02.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
25.07.2006 a 24.07.2009 = 18 dias
25.07.2009 a 24.07.2012 = 30 dias
25.07.2012 a 24.07.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Fevereiro de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 162/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 162/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 02.05.2017 a 31.05.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. ESMAELA MARCON TREVISAN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.469.048 e CPF n.º 000.169.639-46, nomeada conforme Decreto n.º AM 186/2007 no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001042/2017 datado de 04.04.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
03.03.2012 a 02.03.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 163/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 163/2017

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período 180(cento e oitenta dias) dias a partir de 03.04.2017 a 02.10.2017 a Servidora Pública Municipal a Sra. BIANCA APARECIDA BELTRÃO CORTELINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador (a) do CI nº 5.143.886-0 e CPF nº 058.764.049-93, nomeada conforme Decreto nº BLB 120/2010, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40(quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000991/2017 datado de 30.03.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 03.04.2017 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 166/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 166/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um

período de 07 (sete) dias a partir de 07.04.2017 a 13.04.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. PATRICIA MULLER, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 10.736.761-6 e CPF n.º 069.907.189-51, nomeada conforme Decreto n.º AJG 204/2013 no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001090/2017 datado de 06.04.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.05.2013 a 07.05.2016 – 7 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 06 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 164/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 164/2017

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 05.04.2017, o Servidor Público Municipal o Sr. VALDEMAR WISNIESKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 441.970-7 e CPF nº 006.929.209-43, nomeado conforme Decreto nº AM 190/2002, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços. Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 176.688.114-6 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AM 190/2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 05 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ E A EMPRESA: NOAR TURISMO LTDA – ME**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2017.

A Câmara Municipal de XANXERÊ - SC torna público CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ E A EMPRESA: NOAR TURISMO LTDA – ME.

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS DE TODAS AS COMPANHIAS DE TRANSPORTE AÉREO, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVAS, EMISSÃO, TRANSFERÊNCIA, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS EM VOOS REGULARES, CONFORME AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC.

A CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ, inscrita no CNPJ sob o nº 83.828.285/0001-80, com endereço na Rua RUI BARBOSA, 238, Centro, cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Adriano De Martini, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa - NOAR TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.780.623/0001-90 com sede na Rua Cunha Porã 136 D, Bairro Efapi, na Cidade de Chapecó - SC, neste ato representado por seu representante legal Senhor, MAURO ALVES PEREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 002/2017. Xanxerê - SC, 03 de Abril de 2017. Adriano De Martini, Presidente Câmara Municipal de Xanxerê.

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA 081/2017

PORTARIA Nº 081/2017

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DE NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 41 da Constituição Federal, combinado com o art. 22 do Estatuto do Servidor, concurso público 002/2010, e de acordo com a avaliação feita pela Comissão de Avaliação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada estável a servidora pública municipal Sra. JOVANE CENCI FORMAGINI, no cargo de Agente de Atividades Gerais, da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em estágio probatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 082/2017

PORTARIA Nº 082/2017

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA COORDENAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000,

Considerando a previsão expressa na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a Servidora Pública Municipal, Srta. KEILA RENATA OLKOWSKI, para coordenar o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Art. 2º A presente designação se dará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 083/2017

PORTARIA Nº 083/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 002/2016;

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora pública municipal senhora Marilene Ceriulli Rizzi;

Considerando o pedido de exoneração da Servidora Sra. Maritânia Marta Besler Eisenhardt, a qual substituíra a professora titular Marilene Ceriulli Rizzi;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. MARILENE PELISSON NAVA, para ocupar a função de Professor – 3º ano II - Ensino Fundamental - Período Vespertino, para prestar serviços inerentes à área da Educação, com carga de 20 horas/semanais, tendo como local de trabalho a (EEF Medianeira – Distrito de Linha Das Palmeiras - Xavantina), com efeitos a contar de 03 de abril de 2017, porquanto perdurar atestado médico apresentado pela servidora pública municipal senhora Marilene Ceriulli Rizzi.

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

1 TA A ATA RP 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 827.815.679-49 e a empresa EDEMAR PRADELLA ME, inscrita no CNPJ nº 11.839.279/0001-18, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. GRASIEL PRADELLA, portador do CPF nº 055.640.849-77, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM readequar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão abaixo citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Considerações: A solicitação encaminhada pelo Secretário de Obras e Infraestrutura, GIVANILDO ANTONIO DE BIASI, postulando o acréscimo de 25% das quantidades constantes na ata de registro de preço nº 01/2016, decorrente do processo licitatório nº037/2016, modalidade pregão presencial nº023/2016.

A justificativa pauta-se na necessidade das refeições visto que as quantidades licitadas foram insuficientes.

O art.651 da lei 8.666/93 autoriza o acréscimo de itens ao contrato, desde que respeitado o limite máximo de 25% do valor original.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Com base no § 1º do art.65 da Lei 8.666/93, fica acrescido 25% as quantidades da Ata de Registro de Preços nº 01/2016, mantendo-se os valores unitários originais, assegurando a aquisição de refeições para prosseguir as atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, nos termos abaixo:

Resolve: Ficam alteradas as quantidades inicialmente contratadas na ata de registro de preço, identificada no preâmbulo, passando a vigor a quantidade conforme tabela abaixo:

Item	Quant. Inicial	Quant. Aditivada	Quant. Total	Unid.	Especificação
01	1.500,00	375,00	1.875,00	UNID.	Almoços na forma de "marmitas" compostos, no mínimo, por: carne, saladas, feijão, arroz, pão, 1 (uma) variedade de massa (macarrão, lasanha) e outra variedade de comida, com peso médio de 1 quilograma e meio litro de refrigerante diverso. Para ser retirado em empresa localizada no Centro do Município a uma distância de no máximo 500 metros da sede Administrativa Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos Termos de Compromisso/Ata de Registro de Preços iniciais e demais alterações.

Xavantina/SC, em 07 de abril de 2017.

EDEMAR PRADELLA ME GRASIEL PRADELLA	ENOIR FAZOLO Prefeito
--	--------------------------

Testemunhas

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Fiscal

DECRETO 048/2017

DECRETO Nº 048/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a data de 14 de abril de 2017, onde é realizada a Sexta-Feira Santa, ou Sexta-Feira da Paixão de Cristo, é a Sexta-Feira antes do Domingo de Páscoa, data em que os cristãos lembram o julgamento, paixão, crucificação, morte e sepultura de Jesus Cristo, através de diversos ritos religiosos;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais, na data de 13 de abril de 2017, no período da tarde, em virtude da realização da Sexta-Feira Santa, no dia 14 de abril de 2017.

§ 1º Na Secretaria Municipal de Saúde fica estabelecido o regime de plantão/sobreaviso durante esta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Março de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 049/2017

DECRETO Nº 049/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRTA. KEILA RENATA OLKOWSKI OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE DIREÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. KEILA RENATA OLKOWSKI, ocupante de cargo comissionado de Assessor de Direção, retornando neste ato ao cargo efetivo de Telefonista, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 050/2017

DECRETO Nº 050/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRTA. KEILA RENATA OLKOWSKI OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE TELEFONISTA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. KEILA RENATA OLKOWSKI, ocupante de cargo efetivo de Telefonista, para exercer o cargo comissionado de Diretor, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração do Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 051/2017

DECRETO Nº 051/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. ZEOLCIR FOREST OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. ZEOLCIR FOREST, ocupante de cargo comissionado de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, retornando neste ato ao cargo efetivo de Auxiliar Agropecuário, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 052/2017

DECRETO Nº 052/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. GIVANILDO ANTONIO DE BIASI PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. GIVANILDO ANTONIO DE BIASI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2696884 e CPF 022.856.809-96, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 025/2017 - PONTO FACULTATIVO DIA 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 025/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO – DIA 13 DE ABRIL DE 2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 13/04/2017, em virtude do Feriado de Sexta-feira Santa no dia 14/04/2017.

§ Primeiro – A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter Plantão com um motorista para ambulância.

§ Segundo – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá seguir calendário letivo de 2017, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 07 de abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 07 de abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

A Diretoria da AMAVI, no exercício das atribuições estatutárias e atendendo deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28/03/2017, resolve:

Art. 1º Alterar a categoria profissional de Luciano Ricardo Kruger e Larissa Lenz Santos, de Técnico em Eletrotécnica para Engenheiro Civil e de Desenhista Projetista para Arquiteta e Urbanista respectivamente.

Art. 2º Os vencimentos serão de acordo com o quadro de empregos e salários da AMAVI, passando a vigorar a partir do dia 01 de abril de 2017.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

Humberto Pessatti
Presidente da AMAVI

Agostinho Senem
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 003/2017

RESOLUÇÃO Nº 003/2017

A Diretoria da AMAVI, no exercício das atribuições estatutárias e atendendo deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28/03/2017, considerando a solicitação formalizada pelo funcionário em 23/03/2017, resolve:

Art. 1º Alterar a jornada de trabalho do Arquiteto e Urbanista Guilherme Feijó Vieira, com redução da carga horária para 4 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Os vencimentos serão de acordo com o quadro de empregos e salários da AMAVI, com redução da remuneração proporcionalmente à redução da jornada de trabalho.

Art. 3º Esta Resolução passa a vigorar a partir do dia 01 de abril de 2017, cessando seus efeitos em 31/12/2017.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

Humberto Pessatti
Presidente da AMAVI

Agostinho Senem
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

RESOLUÇÃO DIR Nº 004/2017

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, no exercício de suas atribuições estatutárias e em atenção à deliberação da Assembleia Geral Ordinária do dia 28/03/2017, estabelece:

Art. 1º A tabela do Quadro de Empregos e Salários, Anexo I da Resolução Dir nº 007/2012 e suas alterações, passa a vigorar conforme tabela do Quadro de Empregos e Salários, Anexo I da presente Resolução, com efeitos a partir do dia 1º de abril do corrente ano.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

Humberto Pessatti
Presidente da AMAVI

Agostinho Senem
Secretário Executivo

ANEXO I

QUADRO DE EMPREGOS E SALÁRIOS

Função	Nº de vagas		Carga Horária (semanal)	R\$
	Vagas	Ocupadas		
Analista de Sistemas	-	01	35h	6.240,00
Arquitetos Urbanistas	-	05	35h	6.793,00
Assessor de Contabilidade Pública	-	01	21h	6.240,00
Assessor Jurídico	02	-	20h	7.461,00
Assessor de Imprensa	-	01	35h	5.243,00
Assessor de Turismo	-	01	35h	3.173,00
Assessor Educacional I	-	01	35h	5.243,00
Assessor Educacional II	-	01	35h	3.286,00
Assistente Social	-	01	30h	3.502,00

Auxiliar Administrativo I	-	01	20h	1.245,00
Auxiliar Administrativo II	-	01	37h30min	2.132,00
Auxiliar de Informática	-	01	35h	2.132,00
Contador	-	01	35h	5.243,00
Desenhista Projetista	01	-	35h	3.288,00
Desenhista	-	01	35h	1.445,00
Desenhista Página Internet	-	01	35h	3.374,00
Engenheiro Civil	-	04	35h	6.793,00
Engenheiro Sanitarista	-	01	35h	6.793,00
Psicólogo	-	01	35h	3.871,00
Secretário Administrativo	-	01	35h	5.243,00
Secretário Executivo	-	01	35h	10.144,00
Técnico Agrimensor	-	01	35h	5.243,00
Técnico Eletrotécnica	01	-	35h	4.012,00
Técnico em Sistemas	-	02	35h	3.353,00
Zeladora	-	01	40h	1.237,60

EGEM

EDITAL Nº 27.2017 - CHAMAMENTO_CURSO PPA_CHAPECÓ

EDITAL Nº 27/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

DO CURSO SOBRE COMO ELABORAR O PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 - 2021

1. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer condições aos participantes para a elaboração e acompanhamento do PPA.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Vice-prefeitos, Secretários Municipais, Contadores, Controladores Internos, Técnicos da Área Contábil e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Av. Getúlio Vargas, 571 Município Sede: Chapecó CEP: 89.812-000
Período das inscrições	Até 16 de maio de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	17 de maio de 2017
Período de realização	17 de maio de 2017
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	45

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia

constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bitencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h 13h30 às 17h30	<p>Teoria aplicada ao PPA</p> <p>1 – Novas Regras para a Elaboração do PPA 2018/2021</p> <p>2- O PPA no processo de planejamento</p> <p>3- Organização da administração para elaboração e acompanhamento do PPA.</p> <p>4 - . Novo e mentário da Receita - Portaria Interministerial STN/SOF no. 5/2015;</p> <p>5 - . Modelos de Projeto de Lei e anexos do PPA 2018/2021.</p> <p>6 - O processo na Câmara de Vereadores e elaboração do PPA da Câmara de Vereadores.</p> <p>7 - Práticas para elaboração do PPA</p>
-------------------------------	--

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

7. PALESTRANTE

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até

05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 28.2017 - CHAMAMENTO CURSO PPA_ SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL Nº 28/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE COMO ELABORAR O PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 - 2021

1. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer condições aos participantes para a elaboração e acompanhamento do PPA.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Vice-prefeitos, Secretários Municipais, Contadores, Controladores Internos, Técnicos da Área Contábil e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	AMEOSC Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 Município Sede: São Miguel do Oeste CEP: 89.900-000
Período das inscrições	Até 08 de maio de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	09 de maio de 2017
Período de realização	09 de maio de 2017
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	1- O PPA no processo de planejamento 2- Organização da administração para elaboração e acompanhamento do PPA. 3- Mudanças para o PPA 2018/2021.
13h30 às 17h30	4. Novo ementário da Receita - Portaria Interministerial STN/SOF no. 5/2015; 5- . Modelos de Projeto de Lei e anexos do PPA 2018/2021. 6- O processo na Câmara de Vereadores e elaboração do PPA da Câmara de Vereadores.

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

7. PALESTRANTE

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 29.2017 - CHAMAMENTO CURSO MROSC_ AMPLANORTE

EDITAL Nº 29/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – lei 13.019/2014

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019/2014 e suas alterações, quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e as Organizações da Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas para as transferências voluntárias.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC, diretores e presidentes das OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Rua Maria do Espírito Santo, 400 Município Sede: Mafra CEP: 89.300-000
Período das inscrições	Até 26 de abril de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	27 de abril de 2017
Período de realização	27 de abril de 2017
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bitencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.

2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.

3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 2. A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 3. Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 4. Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 5. Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 6. Prestação de contas: prazos, transparência e controle 7. Vedações e sanções aplicáveis 8. Cuidados especiais aos gestores públicos
13h30 às 17h30	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transparência e Controle 2. Plano de Trabalho 3. Chamamento Público 4. Providências Administrativas para Formalização do Terreno 5. Despesas 6. Liberação de Recursos 7. Monitoramento e Avaliação 8. Prestação de Contas

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

7. PALESTRANTES

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na

área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 30.2017- CHAMAMENTO CURSO SOBRE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO_ CONCÓRDIA

EDITAL Nº 30/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos municipais para o processo de atualização o Patrimônio público de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Controladores Internos, Secretários de Administração, Membros das comissões de patrimônio.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	AMAUC - Rua Marechal Deodoro, 772 - Edifício Mirage Office - 12º andar Município Sede: Concórdia CEP: 89.700-000
Período das inscrições	Até 10 de junho de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	11 de junho de 2017
Período de realização	11 de junho de 2017
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	Conceitos básicos
	Patrimônio público
	Normas
	Legislações
	Classificações
	Quanto ao domínio
	Quanto a natureza
	Quanto ao estado físico
	Quanto ao inventário: Consumo x Permanente
	Entrada de bens no acervo patrimonial, incorporação, movimentação e baixa
	Formação do patrimônio
	Inventário
	Incorporação
	Tombamento
	Baixa
	Movimentação
	Tipos de movimentação
	Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Patrimonial
	Créditos
	Reconhecimento
	Mensuração
	Reavaliação
	Depreciação
	Métodos de depreciação
	Amortização
	Exaustão
	Vida útil dos bens
	Valor residual

13h30 às 17h30	Implementação de Procedimentos de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Patrimonial (Aspectos Práticos em Nível Municipal)
	- Diagnóstico da realidade dos Municípios Catarinenses na gestão patrimonial
	- O que temos registrados nos sistemas de informação (cadastros de bens)?
	- A importância de uma boa padronização cadastral de bens, classificados por grupos, naturezas, tipos etc. e um bom cadastro de centros de custos
	- Por onde começar?
	- Definição de critérios no âmbito municipal para o Reconhecimento, Mensuração dos bens que compõem o Patrimônio Público
	- Data de corte: que data definir? Com que critérios?
	- Inventário e avaliação: definição de critérios
	- Conciliação: Inventário/avaliação e saldos das contas patrimoniais (ajustes contábeis)
	- Definição de critérios de Depreciação, Amortização e Exaustão
	- Métodos de Depreciação x Tabela de depreciação (como fazer)
	- Definição de critérios para determinar o valor residual
	- Definição de critérios de Reavaliação
	- Baixa de bens
	- Incorporação de bens imóveis
	- A manutenção do processo e o papel dos sistemas de informações
	Gestão do Patrimônio
	Procedimentos Contábeis e Patrimoniais
	Organização do setor de Patrimônio
	Instrumentos de controle
	Modelos de documentos
	Fiscalização e controle do patrimônio público

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

7. PALESTRANTES

Fernando Sedrez Silva

É mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2010), possui pós-graduação em nível de especialização em Auditoria Pública pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas - FEPESE (2004), pós-graduação em nível de especialização em Gestão Portuária pela Faculdade Sinergia Sistema de Ensino (2007), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (2002) e graduação em Administração pela Faculdade Sinergia Sistema de Ensino (2007). Atualmente é Secretário de Administração da Prefeitura de Navegantes e professor das disciplinas: Custos; Contabilidade Pública e Auditoria na Faculdade Avantis. Tem experiência na área de administração, com ênfase em administração pública, contabilidade pública e controladoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

Processo Licitatório nº 005/2017

Pregão Presencial nº 02/2017

Aos três dias do mês de março de 2017, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bitencourt, nº 1.885, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 032.985.859-98, resolve Registrar Preços das empresas abaixo nominadas, vencedoras do Pregão Presencial nº 02/2017, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e do Edital de Pregão Presencial nº 13/2016 e das demais normas aplicáveis.

A partir desta data, ficam registrados na ARIS, observada a ordem de classificação, os preços das empresas fornecedoras registradas a seguir relacionadas, objetivando o compromisso de fornecimento de material de expediente, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

Lote 1 – Empresa: Infotriz Comercial EIRELI CNPJ: 04.586.694/0001-41

LOTE 01					
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	VALOR MÁX. UNIT.	VALOR MÁX TOTAL
1	ALFINETE PARA MAPAS Nº 05 BRANCO. CAIXA COM 50 UNIDADES	20	CX	3,16	63,20
2	FITA ADESIVA PP 48MMX40M TRANSPARENTE PACOTE COM 4 UNIDADES	30	PCT	8,94	268,20
3	FITA ADESIVA PP 18MM X 50M TRANSPARENTE PACOTE COM 7 UNIDADES	30	PCT	13,38	401,40
4	ATILHO AMARELO (ELÁSTICO PARA DINHEIRO). EMBALAGEM COM 100GR	20	PCT	2,10	42,00
5	BLOCO AUTO ADESIVO 4 CORES C/100FLS, TAMANHO 38 X 50. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES.	50	PCT	11,19	559,50
6	BLOCO AUTO ADESIVO AMARELO C/100FLS TAMANHO 76 x 102 MM. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	50	UN	10,15	507,50
7	BLOCO AUTO ADESIVO AZUL C/100FLS TAMANHO 76 x 102 MM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	50	UN	10,25	512,50
8	BLOCO AUTO ADESIVO LARANJA C/100 FLS, TAMANHO 76 x 102 MM. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	50	UN	3,33	166,50
9	BLOCO AUTO ADESIVO ROSA C/100FLS, TAMANHO 76 x 102 MM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	50	UN	3,33	166,50
10	BLOCO AUTO ADESIVO VERDE C/100FLS, TAMANHO 76 x 102 MM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	50	UN	3,33	166,50
11	BOBINA DE PAPEL PARA RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO MODELO MADIS MD1704. TAMANHO 100 X 57. COR AMARELA	30	UN	11,84	355,20
12	BORRACHA BRANCA COM CAPA PARA LÁPIS E LAPISEIRA. CAIXA COM 24 UNIDADES.	20	CX	20,40	408,00

13	CAIXA ARQUIVO DESMONTÁVEL EM PLÁSTICO POLIONDA, COM ÁREAS DE PICOTE (PARTE DE VENTILAÇÃO) DE FÁCIL REMOÇÃO, COM PARTE DO LACRE E FECHAMENTO DA CAIXA DEMARCADOS, COM IMPRESSÃO DE ETIQUETA SEM BORRÕES, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 36,5X25X13,5. CAIXA COM 25 UNIDADES	25	CX	92,52	2.313,00
					5.930,00

1. Lote 2: Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 02				
14	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO ÚNICO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE HEXAGONAL NA COR AZUL, PONTA DE 1,00 MM, TAMPA NA COR DA TINTA. CAIXA COM 50 UNIDADES	20	CX	30,00	600,00
15	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO ÚNICO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE HEXAGONAL NA COR PRETA, PONTA DE 1,00 MM, TAMPA NA COR DA TINTA. CAIXA COM 50 UNIDADES	20	CX	30,00	600,00
16	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO ÚNICO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE HEXAGONAL NA COR VERMELHA, PONTA DE 1,00 MM, TAMPA NA COR DA TINTA. CAIXA COM 50 UNIDADES	10	CX	30,00	300,00
					1.500,00

Lote 3 – Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 03				
17	CLIPS N° 05 DOURADO PARA CONVITE. EMBALAGEM COM 300 UNIDADES	10	UN	12,00	120,00
18	CLIPS N° 05 PRATEADO PARA CONVITE. EMBALAGEM COM 300 UNIDADES	10	UN	12,00	120,00
19	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM TAMANHO 0 . CAIXA COM 500 G	10	CX	8,30	83,00
20	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM TAMANHO 1/0. CAIXA COM 500 G	10	CX	10,60	106,00
21	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM TAMANHO 2/0. CAIXA COM 500 G	10	CX	7,65	76,50

22	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM TAMANHO 6/0. CAIXA COM 500 G	10	CX	7,65	76,50
23	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM TAMANHO 8/0. CAIXA COM 500 G	10	CX	7,65	76,50
24	CLIPS PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. TAMANHO 3/0. CAIXA COM 500 G	10	CX	7,65	76,50
25	COLA EM BASTÃO FÓRMULA EXTRA FORTE DE GRANDE ADERÊNCIA PARA APLICAÇÃO EM DIVERSOS MATERIAIS, NÃO TÓXICA, MÍNIMO 40G/UM. CAIXA COM 12 UNIDADES	15	CX	115,00	1.725,00
26	CONJUNTO DE CAPA PARA ENCADERNAÇÃO . EMBALAGENS COM 50 UNIDADES	30	PCT	16,00	480,00
					2.940,00

Lote 4 – Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 04				
27	ENVELOPE DE PAPEL PARA CD, COM JANELA EM ACETATO TRANSPARENTE E ABA DE FECHAMENTO. COR: BRANCA. PACOTE COM 200 UNIDADES	8	UN	18,00	144,00
28	ESPIRAIS 17MM TRANSPARENTES. EMBALAGENS COM 50 UNIDADES.	20	PCT	21,80	436,00
29	ESPIRAIS 29MM TRANSPARENTES. EMBALAGENS COM 36 UNIDADES.	20	PCT	21,80	436,00
30	ESPIRAIS 50MM TRANSPARENTES. EMBALAGENS COM 12 UNIDADES.	20	PCT	21,80	436,00
31	ESPIRAIS 9 MM TRANSPARENTES. EMBALAGENS COM 100 UNIDADES.	20	PCT	11,35	227,00
32	ETIQUETAS PARA ENVELOPE, COMPATÍVEL PARA IMPRESSÃO JATO DE TINTA, LASER E COPIADORA, FORMATO 33,9 X 101,6 MM, 14 ETIQUETA FOLHAS POR, EMBALAGENS COM 100 FOLHAS.	30	CX	50,30	1.509,00

33	EXTRATOR DE GRAMPO EM AÇO INOXIDÁVEL DE LATA RESISTÊNCIA	30	UN	0,83	24,90
34	SACO PLASTICO TRANSPARENTE A4 COM 4 FUROS, PACOTE COM 50 UNIDADES	10	PCT	13,71	137,10
					3.350,00

Lote 5 – Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 05				
35	GRAFITE COM ESPESSURA DE 0.7 MM, GRADUAÇÃO 2B, 12 MINAS. CAIXA COM 12 UNIDADES.	100	CX	3,04	304,00
36	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE PARA GRAMPOS 23/8.	10	UN	140,20	1.402,00
37	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO PARA GRAMPOS 26X6. COR PRETA	10	UN	17,80	178,30
38	GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO PARA GRAMPOS 26X6. COR PRETA	40	UN	3,75	390,00
39	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO PARA 200 FOLHAS. COR BRANCA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	30	PCT	15,20	456,00
40	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, MODELO 23/8, GALVANIZADO, COM PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM. CAIXA COM 5.000 UNIDADES	20	CX	13,45	269,00
41	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, MODELO 26/6, GALVANIZADO, COM PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM. CAIXA COM 5.000 UNIDADES	30	CX	3,50	105,00
42	IMÃ MAGNÉTICO PARA MURAL. FORMATO REDONDO. EMBALAGEM COM 05 UNIDADES.	25	PCT	7,89	197,25
43	LAPISEIRA 0.9MM TÉCNICA, COM BORRACHA NA PARTE SUPERIOR ACIONAMENTO POR PRESSÃO. COR AMARELA	50	UN	19,90	995,00
44	LAPISEIRA 0.7MM TÉCNICA, COM BORRACHA NA PARTE SUPERIOR ACIONAMENTO POR PRESSÃO. COR AZUL	50	UN	9,50	475,00
45	GRAFITE COM ESPESSURA DE 0.9 MM, CAIXA COM 12 UNIDADES.	100	CX	3,70	370,00
46	LIMPADOR QUADRO BRANCO (LIQUIDO DE LIMPEZA). EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	15	UN	9,25	138,75
47	LIVRO ATAS SEM MARGEM C/200FLS	4	UN	20,80	83,20
48	LIVRO PROTOCOLO CORRESPONDÊNCIA 1/4 C/100FLS	4	UN	11,70	46,80
49	MARCADOR DE PÁGINA TRANSPARENTE COM ADESIVO TAMANHO 42 X 12. CORES SORTIDAS. EMBALAGEM COM 125 UNIDADES.	10	UN	8,50	85,00
50	MARCADOR PERMANENTE PONTA FINA, DIVERSAS CORES. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES.	10	PCT	21,00	210,00
51	MOLHADOR DE DEDOS, 12 G	50	UN	1,50	75,00
					5.780,00

2. Lote 6 – Aquinpel Suprimentos para Escritório EIRELI CNPJ: 00.147.109/0001-56

	LOTE 06				
52	PAPEL 120G 210X297 COUCHÊ C/BRILHO. EMBALAGEM COM 75 UNIDADES	10	UN	13,65	136,50
53	PAPEL SULFITE 75G ALCALINO 210 X 297 A4. CAIXA COM 10 X 500 FLS.	70	CX	187,20	13.104,00
54	TONER HPCE285AB Nº 85A PRETO PARA HP 1102W	10	UN	399,75	3.997,50
					17.238,00

Lote 7 – Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 07				
55	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO FINA AZUL	100	UN	1,70	170,00
56	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO TAMANHO 2CM AZUL	100	UN	2,45	245,00
57	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO TAMANHO 4CM AZUL	100	UN	3,20	320,00
58	PASTA SUSPENSIVA MARMORIZADA COR AZUL, PLASTIFICADA COMPLETA.	150	UN	2,60	390,00
59	PASTA SUSPENSIVA MARMORIZADA COR MARROM, PLASTIFICADA COMPLETA.	150	UN	2,60	390,00
60	PINCEL MARCA TEXTO, PARA GRIFAR E MARCAR, PONTA CHANFRADA, TINTA SUPERFLUORESCENTE NA COR AMARELA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	50	CX	16,90	845,00
61	PINCEL MARCA TEXTO, PARA GRIFAR E MARCAR, PONTA CHANFRADA, TINTA SUPERFLUORESCENTE NA COR AZUL. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	50	CX	19,70	985,00
62	PINCEL MARCA TEXTO, PARA GRIFAR E MARCAR, PONTA CHANFRADA, TINTA SUPERFLUORESCENTE NA COR LARANJA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	50	CX	19,70	985,00
63	PINCEL MARCA TEXTO, PARA GRIFAR E MARCAR, PONTA CHANFRADA, TINTA SUPERFLUORESCENTE NA COR ROSA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	50	CX	19,70	985,00
64	PINCEL MARCA TEXTO, PARA GRIFAR E MARCAR, PONTA CHANFRADA, TINTA SUPERFLUORESCENTE NA COR VERDE. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	50	CX	19,78	989,00
65	PRANCHETA ACRÍLICA CRISTAL PARA ANOTAÇÕES, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO, COM PEGADOR DE PAPÉIS.	30	UN	13,20	396,00
					6.700,00

Lote 8 – Infotriz Comercial EIRELI CNPJ: 04.586.694/0001-41

	LOTE 08				
66	QUADRO BRANCO 90X60, MOLDURA DE ALUMÍNIO	10	UN	129,00	1.290,00
67	QUADRO CORTIÇA 90X60, COM MOLDURA EM ALUMÍNIO. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	10	UN	46,50	465,00
68	RÉGUA EM ACRÍLICO CRISTAL, NÃO FLEXÍVEL, COM GRADUAÇÃO DE 15 CM	50	UN	7,50	375,00
69	RÉGUA EM ACRÍLICO CRISTAL, NÃO FLEXÍVEL, COM GRADUAÇÃO DE 30 CM	50	UN	13,00	650,00
70	TESOURA UNIVERSAL DE 17 CM, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM REBITE REFORÇADO NA COR PRETA	30	UN	6,80	204,00
71	TINTA PARA CARIMBO, 40 ML. COR PRETA	15	UN	5,80	87,00
72	VISOR E ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSIVA, COM FIXAÇÃO TIPO ENCAIXE. CAIXA COM 50 UNIDADES	50	UN	8,40	420,00
					3.491,00

Lote 9 – Infotriz Comercial Eireli CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 09				
73	ORGANIZADOR DE MESA ACRÍLICO (3 BANDEJAS), CRISTAL.	25	UN	44,50	1.112,50
74	MOUSE ÓPTICO SEM FIO PARA COMPUTADOR	20	UN	60,50	1.210,00
75	MOUSE PAD COM APOIO DE PUNHO PARA TECLADO EM GEL. COR PRETO	40	UN	24,70	988,00
76	TECLADO SEM FIO PARA COMPUTADOR	20	UN	240,00	4.800,00
					8.110,50

Lote 10 – Scheylla de Mendonça ME CNPJ: 15.049.999/0001-30

	LOTE 10				
77	CD-R. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	50	CX	70,00	3.500,00
78	CD-RW REGRAVÁVEL. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	50	CX	115,00	5.570,00
79	DISCOS DE DVD EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	50	CX	40,00	2.000,00
80	PILHA RECARREGÁVEL AA. 2300 MAH. EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES.	30	CX	25,00	750,00
81	PILHA RECARREGÁVEL AAA. 2300 MAH. EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES.	30	CX	25,00	750,00
82	CARREGADOR DE PILHA AA PARA 4 PILHAS	10	UN	50,00	500,00
83	CARREGADOR DE PILHA AAA PARA 4 PILHAS	10	UN	50,00	500,00
					13.750,00

Lote 11– Ricarl Distribuidora EIRELI CNPJ: 21.304.312/0001-69

	LOTE 11				
84	PERFURADOR DE PAPEL COM ALAVANCA E ESTRUTURA METÁLICA, PARA DOIS FUROS SIMULTÂNEOS COM CAPACIDADE PARA PERFURAR 60 FOLHAS DE UMA SÓ VEZ	10	UN	153,00	1.530,00
85	PERFURADORA PARA ENCADERNAÇÃO, PERFURAÇÃO REDONDA, COM EXTENSÃO DE PERFURAÇÃO DE 360 MM, 60 PUNÇÕES MESA TAMANHO 397 X 358 MM, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DE 20 FOLHAS.	1	UN	439,00	439,00
86	PORTA CANETA CRISTAL COM SETE ESPAÇOS	25	UN	5,41	135,25
87	PEN DRIVE DE 16 GB, USB 2.0	40	UN	23,49	939,60
					3.043,85

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 03 de março de 2017

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Ricarl Distribuidora EIRELI – ME

CNPJ: 21.304.312/0001-69

Aquinpel Suprimentos para Escritório EIRELI

CNPJ: 00.147.109/0001-56

Scheylla de Mendonça ME

CNPJ: 15.049.999/0001-30

Infotriz Comercial EIRELI

CNPJ: 04.586.694/0001-41

CIGA

Extrato de Contrato n. 171 - Prefeitura Municipal de Irati

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Irati

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Irati

CNPJ: 95.990.230/0001-51

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 18/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 172 - Prefeitura Municipal de Blumenau

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Blumenau

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Blumenau

CNPJ: 83.108.357/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 25/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 173 - Prefeitura Municipal de Timbó Grande

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Timbó Grande

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó Grande

CNPJ: 78.497.492/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.702,96 (sete mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 174 - Prefeitura Municipal de Araquari

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Araquari

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araquari

CNPJ: 83.102.228/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 14/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.355,00 (oito mil e trezentos e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 07/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017

Ato de Dispensa nº 05/2017

Processo administrativo nº 07/2017

Objeto: Aquisição de materiais de higiene/limpeza e alimentos, conforme tabelas de itens a seguir:

Materiais de Higiene e Limpeza

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, BRANCO, FOLHAS DUPLAS DE ALTA QUALIDADE. 100% CELULOSE FIBRA VIRGEM, MEDINDO NO MÍNIMO LARGURA DE 22,5CM E COMPRIMENTO DE 20,5 CM, EMBALADO EM FARDO OU CAIXA COM 2.000 ou 2.400 FOLHAS. APRESENTAR NA PROPOSTA FICHA TÉCNICA E LAUDO MICROBIOLÓGICO CONFORME PORTARIA MS Nº 1.480:90	CAIXA COM 2.000/2.400 FOLHAS	12 caixas com 2.000 folhas ou 10 caixas com 2.400 folhas
2	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, FRASCO CONTENDO 300ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA – AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR.	UNIDADE	10
3	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,5 %, CLASSE CORROSIVO CLASSE 8, NÚMERO RISCO 85, RISCO SAÚDE 3, CORROSIVIDADE 1, PESO MOLECULAR CLORO 74,50, DENSIDADE DE 1,2 A 1 G/L, COR AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TIPO COMUM. EMBALAGEM COM 1 LITRO, COM REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA.	UNIDADE	10

4	DETERGENTE NEUTRO E INCOLOR, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TENSOATIVO LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL, RENDIMENTO 1/250 LITROS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. EMBALAGEM COM 500 ML. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DA FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO). O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE FLUIDEZ, VISCOSIDADE E CONCENTRAÇÃO QUE GARANTA UM BOM RENDIMENTO. NECESSÁRIO REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA	UNIDADE	20
5	SABÃO LÍQUIDO, GALÃO COM 5 LITROS.	UNIDADE	1
6	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA/GERMICIDA, DESODORIZANTE, AROMA LAVANDA, COM PRESENÇA MÍNIMA DE 0,5% DE COMPONENTES ATIVOS E REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. MATERIAL ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENDO 5 LITROS. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DA FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO).	UNIDADE	4
7	DESODORIZADOR DE AR EM AEROSSOL. LATA COM 360 ML. AROMA SERÁ ESCOLHIDO NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	UNIDADE	5
8	LIMPADOR CONCENTRADO PORCELANATO 5 LITROS	UNIDADE	1
9	CORO HIPOCLORITO DE SÓDIO DE 10% A 12% LÍQUIDO COM REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EMBALAGEM COM 5 LITROS	UNIDADE	2

Alimentos

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
10	AÇÚCAR REFINADO, PACOTE DE 1 KG, VALIDADE MÍNIMA 2 ANOS.	UNIDADE	30
11	CAFÉ PURO EM PÓ FORTE TORRADO E MOIDO, EMBALAGEM DUPLA EM ALUMÍNIO E PAPEL CARTÃO, EMBALADO A VÁCUO, TIPO BEBIDA MOLE/EXPORTAÇÃO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. PACOTE DE 500G.	UNIDADE	50

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que restaram desertas as ofertas para os itens previstos na presente solicitação, quando o CIGA tentou adquiri-los mediante Processo Administrativo n.º 20/2016-Pregão Eletrônico n.º 05/2016, cuja sessão pública ocorreu em 09 de fevereiro de 2017, com exceção do cloro, cuja necessidade de aquisição foi informada neste momento. Sendo assim, é importante que sejam efetuados os orçamentos e que ocorram, com a maior brevidade possível, as aquisições junto aos fornecedores com as ofertas de menores preços. Além disso, não há em estoque alguns materiais de higiene/limpeza e de gêneros alimentícios, os quais são consumidos diariamente internamente pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, fazendo-se necessária a aquisição imediata de tais itens, a fim de atender a demanda do CIGA e reduzir a aquisição destes itens por meio de Adiantamentos aos empregados públicos do CIGA. Por fim, tais aquisições deverão ser realizadas por meio de Dispensa de Licitação e atentando aos aspectos legais necessários para a efetivação de aquisições nesta modalidade, tais como: pesquisa de preços e verificação da regularidade fiscal e trabalhista do(s) fornecedor (es).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADOS:

Fornecedor	CNPJ	Valor
Kuerten Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda.	02.093.733/0001-43	R\$ 704,26
Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda. EPP	07.589.610/0001-11	R\$ 55,25
Edio Hoffman ME (Limpel Produtos para Limpeza)	00.509.354/0001-66	R\$ 509,48
TOTAL		R\$ 1.268,99

Florianópolis, 07 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0005_2017 - ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA**

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Luiz Antônio Faedo, Nº 1612, Bairro Industrial, na cidade de Francisco Beltrão-PR, CEP: 85601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0005/2017-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0031/2017, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNID.	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	Marca/Modelo	Código Aprovação Atualização
2	0200-5547	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA 1ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 1011, 1012 (HASTE CURTA), 1012 (HASTE LONGA), 1013, 1014 (HASTE CURTA), 1014 (HASTE LONGA), 1015, 1016, 1016 (HASTE LONGA), 1022, 1024, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1045, 1046, 1047, 1062, 1063, 1066, 1090, 1092, 1190, 1190 (FINA), 1190 (EXTRA-FINA), 1302, 1332, 1342, 1343, ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5547)	KG SORENSEN	5547-1
				OPTION POUL SORENSEN	5547-2
3	0200-5548	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA 2ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 2082, 2135, 2135 (FINA), 2135 (EXTRA-FINA), 2200, 2200 (EXTRA-FINA) ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5548)	KG SORENSEN	5548-1
				OPTION POUL SORENSEN	5548-2
4	0200-5549	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA 3ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 3017 (EXTRA FINA), 3018 (HASTE LONGA), 3070, 3118, 3118 (FINA), 3118 (EXTRA-FINA), 3168, 3168 (FINA), 3168 (EXTRA-FINA), 3168 (GROSSA), 3195, 3195 (FINA), 3195 (EXTRA-FINA), 3200, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5549)	KG SORENSEN	5549-1
				OPTION POUL SORENSEN	5549-2
5	0200-1489	KIT	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITANIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA COM 11G E 1 BLOCO DE MISTURA. COM REGISTRO NA ANVISA. (CIM1489)	DENTSPLY HYDRO C	1489-1
8	0200-5628	POTE	CIMENTO TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE CAVIDADES DENTÁRIAS, DE ENDURECIMENTO QUÍMICO, À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO. PRODUTO UTILIZADO PARA APLICAÇÕES EM CURTO PRAZO (1 A 2 SEMANAS) E COMO SELADOR PARA TRABALHOS DE ENDODONTIA; COM COLORAÇÃO SEMELHANTE AO DENTE, RADIOPACO. APRESENTAÇÃO EM POTE COM NO MÍNIMO 20G. (CIM5628)	COLTOSOL	5628-1
9	0200-3578	KIT	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LIQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A2. (CIM3578)	FGM MAXXION R	3578-1

12	0200-5564	UNIDA-DE	RESINA COMPOSTA FLOW, FLUIDA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESISTÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2 GRAMAS. DISPONÍVEL NAS CORES A2, A3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5564)	FGM OPALLIS FLOW	5564-1
13	0200-5567	UNIDA-DE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA, TEGDMA E PEGDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO PARA AS CORES ESMALTE, CORPO E DENTINA E 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES ESMALTE: A1E, A2E, A3E, B1E, B2E. CORPO: A1B, A2B, A3B, 5B, A4B, A6B. DENTINA: A1D, A2D, A3D, A4D. TRANSLÚDIAS: CINZA, AZUL E AMARELO, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5567)	3M FILTEK Z350 XT	5567-1
14	0200-5573	UNIDA-DE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA COMPOSTA DE MICROGLASS, BIS-GMA, PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µM (MICRÔMETRO). SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B1, B2, B3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5573)	CHARISMA CLASSIC	5573-1
15	0200-5565	UNIDA-DE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B1, B2, B3, C2, D3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5565)	3M FILTEK Z250 XT	5565-1
16	0200-5566	UNIDA-DE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B2, B3, C2, C4, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5566)	3M Z100	5566-1

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE JÁ ESTÃO APROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca/Modelo	Código Aprovação Atualização
1	0200-1425	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADILATO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS. (CIM1425)	3M/SINGLE BOND	1425-1
6	0200-3475	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA. (CIM3475)	DENTSPLY/HI-DRO C	3475-1
10	0200-1545	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LIQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3. (CIM1545)	FGM/MAXXION R	1545-1
17	0200-2143	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5 (CIM2143)	FGM/OPALLIS	2143-1

Justificativa: As marcas e o modelos apresentados nos itens acima já constam como APROVADO no Cadastro de Bens Pré Qualificados do CIMCATARINA

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca/Modelo
7	0200-3568	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO : PÓ : VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO :KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO (CIM3568)	SSWHITE/VIDRION C
11	0200-1881	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO,APRESENTADO NA FORMA DE LÍQUIDO, FRASCO COM 8ML. (CIM1881)	SSWHITE/VIDRION R

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
7	NÃO APRESENTA EM SUA COMPOSIÇÃO ÁCIDO MALEICO E PIGMENTOS COMO SOLICITADO NAS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM.
11	A APRESENTAÇÃO DIVERGE DA SOLICITADA NAS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM, A FORMA APRESENTADA FOI: 1 FRASCO DE PÓ (10G) E 1 FRASCO DE LÍQUIDO (8ML)

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 06 de Abril de 2017.
Sandra Zonta
Presidente Comissão Especial
Resolução Nº 0012/2017

CIMVI

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº CIMVI-01/2017 - EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS PARA ESTÁGIO

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo de Seleção do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar Cadastro para Recrutamento, na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, de que trata o Edital nº CIMVI-01/2017, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS, na forma que segue:

Nome	DN	Titulação (item 3.1)		Curso
		Quantidade horas	Nota	
Andressa Loch	25/09/1997	1.899	10	Administração (Finanças)
Marcelo Dalpiaz	02/03/1998	40	4	Administração (Recursos Humanos)
Natane Hensen dos Santos Timm	22/03/1994	174	10	Direito
Elton Marcio Timm	08/10/1991	166	10	Direito
Shariene Tiana Volani	11/10/1989	75	7,5	Direito
Camila Tamara Tambosi Sardagna	16/08/1995	30	3	Direito
Carlos José Valério	02/07/1987	0	0	Direito
Marcos Nascimento de Liz	24/03/1985	0	0	Direito
Jonatan Michel Krieser	07/11/1995	411	10	Engenharia Ambiental
Milena Nasato	08/04/1994	149	10	Engenharia Ambiental
Douglas Hugo Jandthe	07/11/1990	0	0	Engenharia Ambiental
Edson Augusto Hasse	09/04/1997	0	0	Engenharia Ambiental

Aline Damásio	27/07/1996	30	3	Engenharia Florestal
Emanuel Fusinato	23/11/1993	43	4,3	Engenharia Sanitária

Informações relativas ao Processo de Seleção serão prestadas na sede do CIMVI ou pelo Fone (47) 3380-1345. A íntegra do Edital encontra-se a disposição na home page do CIMVI, in www.cimvi.sc.gov.br.

Timbó - SC, em 10 de Abril de 2017.

Fernando Tomaselli	Patricia Barbaresco	André Moro da Silva
Diretor Executivo	Agente Administrativo	Engenheiro Químico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO nº CIMVI-01/2017.

Considerando-se a classificação apresentada pela Comissão Especial para função de Estagiário(a), e o transcurso do prazo regular sem inovação recursal, Homologo o resultado final do Processo de Seleção de que trata o Edital nº CIMVI-01/2017, para todos os fins de direito.

Timbó - SC, 10 de Abril de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIMVI

CIS/AMARP

CONTRATO DE CONSORCIO PUBLICO 3ª ALTERAÇÃO

3ª Alteração do Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE -CISAMARP. Os entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, deliberaram por unanimidade, dar nova redação ao Contrato de Consórcio Público que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO,
DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP - é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, CNPJ Nº 11.023.771/0001-10, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. São subscritores do Protocolo de Intenções firmado em 11 de julho de 2008, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na elaboração e gestão da política de saúde: Iomerê, Macieira, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas e Santa Cecília.

Art. 2º Integram O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CISAMARP, conforme respectivas leis municipais ratificadoras:

I - O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 8.282.148/0001-69, com sede na AV.M. Costa Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto, representado por seu prefeito EUZÉBIO VIECELLI, portador do CPF nº 219.837.479-04;

II - O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.992.020/0001-00 com sede na Rua José Augusto Royer, 133, na cidade de Macieira, representado por seu prefeito EMERSON ZANELLA, portador do CPF nº 893.184.989-34;

III - O MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.074.294/0001-23, com sede na Rua do Comércio, 780, na cidade de Rio das Antas, representado por seu prefeito ALCIR JOSÉ BODANESE, portador do CPF nº 611.738.199-91;

IV - O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede na Rua João Rech, 500, na cidade de Iomerê, representado por seu prefeito LUCIANO PAGANINI, portador do CPF nº 868.603.135-00;

V - O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa L.C. Agostini, 20, na cidade de Ibiã, representado por seu prefeito CLOVIS JOSE BUSATTO, portador do CPF nº 497.720.319-49;

VI - O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.353/0001-24, com sede na Travessa das Flores, 58, na cidade de Salto Veloso, representado por seu prefeito CLAUDEMIR CESCO, portador do CPF nº 194.719.989-72;

VII - O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.353/0001-24, com sede na Rua Rio das Antas, 185, na cidade de Fraiburgo, representado por seu prefeito IVO BIAZZOLO, portador do CPF nº 296.656.049-53;

VIII - O MUNICÍPIO DE CALMON, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.949.806/0001-37, com sede na Av. Principal 89, na cidade de Calmon, representado por seu prefeito IVONE MAZUTTI DE GERONI, portador do CPF nº 408.321.470-87;

IX - O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.310/0001-88, com sede na Rua Artur Barth, 300, na cidade de Lebon Régis, representado por seu prefeito LUDOVINO LABAS, portador do CPF nº 568.368.309-25;

X - O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, 26, na cidade de Arroio Trinta, representado por seu prefeito ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF nº 518.040.009-06;

XI - O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Av. Santa Catarina, 26, na cidade de Caçador, representado por seu prefeito GILBERTO AMARO COMAZZETTO, portador do CPF nº 550.201.009-00;
XII - O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Rua Tereza Cristina, 344, na cidade de Matos Costa, representado por seu prefeito RAUL RIBAS NETO, portador do CPF nº 558.526.379-04;
XIII - O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Rua Manoel Roque, 188, na cidade de Videira, representado por seu prefeito LOURENÇO BECKER, portador do CPF nº 310.685.459-68.
XIV - O MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, representado por seu prefeito MOISÉS DIERSMANN, portador do CPF nº 024.651.199-07. (inclusão respaldada pelo deliberado em reunião da Assembléia Geral registrada na ata nº 01/2017 de 23/01/2017).

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO.

Art. 3º O CISAMARP terá sede e foro na Rua Manoel Roque, 89, no edifício sede da AMARP, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.
Art. 3º O CISAMARP terá sede e foro na Rua Manoel Roque, 99, no edifício sede da AMARP, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina. (alterado pela resolução nº 28/2014 de 08 de agosto de 2014).

Art. 4º A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CISAMARP terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

Art. 6º São finalidades do CISAMARP:

- I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;
- III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
- IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
- V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
- VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
- VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CISAMARP;
- VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
- IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
- X - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;
- XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
- XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
- XIII - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

Parágrafo Único. Para cumprir as suas finalidades o CISAMARP poderá:

- I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
- III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo;
- IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso X deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;
- V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados;
- VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

TÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 7º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, delegando ao consórcio a prestação de serviços previstas no artigo 6º e seus incisos, deste Contrato de Consórcio.

TÍTULO III DOS CONTRATOS DE PROGRAMA E DE RATEIO

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 8º Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte dos objetivos dispostos no artigo 6º deste Contrato de Consórcio, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

§1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º O Consórcio poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO II DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 9º Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

TÍTULO IV DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O Consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, do Protocolo de Intenções. Parágrafo único. O consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembléia Geral, as demais situações não previstas neste Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 11. O CISAMARP terá a seguinte estrutura básica:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados, e será comandada por uma Diretoria, assim constituída:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente;

IV - 1º Secretário;

V - 2º Secretário.

§ 1º A Diretoria será escolhida em Assembleia Geral, pela maioria absoluta de seus membros, para o mandato de um ano, podendo seus membros serem reeleitos por mais um período.

§ 2º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.

§ 3º Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 4º Os membros da Diretoria não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Contrato de Consórcio.

§ 5º Poderão concorrer à eleição para a Diretoria os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 6º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 7º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, entre a segunda quinzena de dezembro de cada ano e a segunda quinzena de janeiro do ano seguinte, para deliberação sobre o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, sobre o Plano de Metas e Orçamento para o exercício seguinte e ainda para a eleição da sua Diretoria e do

Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

Parágrafo único. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 14. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal.

Art. 15. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger a Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 6 (seis) meses de sua subscrição;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V - aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI - deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio, e respectivas cotas de serviços;

VII - aprovar:

a) o Orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;

c) o Plano de Metas;

d) o Relatório Anual de Atividades;

e) a prestação de contas da Diretoria Executiva, após a análise do Conselho Fiscal;

f) a realização de operações de crédito;

g) a celebração de convênios;

h) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;

i) a mudança da sede.

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado;

IX - ratificar a nomeação do Diretor Executivo do Consórcio pelo Presidente;

X - autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos previstos no anexo único deste protocolo de intenções;

XI - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

XII - contratar serviços de auditoria externa;

XIII - aprovar a extinção do consórcio;

XIV - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

XV - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual de remuneração dos empregados do CISAMARP; (incluído pela resolução 13/2013 de 10 de maio de 2013);

XVI - instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos no Brasil e Exterior, bem como regulamentar o regime de adiantamentos; (incluído pela resolução 13/2013 de 10 de maio de 2013);

XVI - alterar o quadro de pessoal do consórcio ou as atribuições dos empregos públicos; (incluído pela resolução 13/2013 de 10 de maio de 2013);

Art. 16. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e XIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "h", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 17. Compete ao Presidente do Consórcio:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia";

II - presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de minerva;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

VI - convocar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;

VII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do Consórcio;

VIII - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato de Consórcio ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

§ 1º As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CISAMARP, será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com o da Diretoria, assim distribuídos:

I - três membros efetivos e três suplentes, eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados;

II - dois membros efetivos e dois suplentes, indicados pelo Colegiado de Secretários de Saúde da região da AMARP.

§ 1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares de acordo com o previsto no artigo 13 e neste

artigo, eleito para o mandato de um ano.

§ 2º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 19. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do Consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 20. O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes convocará, obrigatoriamente, a Diretoria Executiva para as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CISAMARP e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Presidente do Consórcio.

Art. 22. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do Consórcio;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, após o parecer do Presidente do Consórcio;

III - elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;

IV - elaborar o Balanço e Relatório de Atividades Anual;

V - elaborar os Balancetes Mensais para ciência da Assembleia Geral e Conselho Fiscal;

VI - elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;

VII - dar publicidade anualmente do Balanço Anual do Consórcio;

VIII - movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

IX - autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Metas, mediante cotação prévia de preços e observando o artigo 25 deste Contrato de Consórcio;

X - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;

XII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal;

XIII - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com entidades e profissionais autônomos;

XIV - propor à Assembleia Geral a aquisição de Servidores Municipais, Estaduais e Federais para servir ao Consórcio.

XV - Expedir certidões, declarações, emitir recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CISAMARP. (incluído pela resolução 13/2013 de 10 de maio de 2013).

TÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 23. O Regime de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante concurso público.

§ 1º A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, será definida no Regimento Interno.

§ 2º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do estatuto do consórcio.

Art. 24. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 10 (dez) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência de gestão de serviços de saúde, com formação de nível superior, de livre admissão e demissão.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

§ 3º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

CAPÍTULO II

DAS CONTRATAÇÕES

Art. 25. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 26. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

TÍTULO VI

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 28. O patrimônio do CISAMARP será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos, por entidades públicas ou privadas.

Art. 29. Constituem recursos financeiros do CISAMARP:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 30. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

TÍTULO VII CAPÍTULO V DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 31. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 32. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CISAMARP os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

TÍTULO V DA RETIRADA, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

Art. 33. Cada sócio poderá se retirar, a qualquer momento do Consórcio, desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

Art. 34. Será excluído do Consórcio o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida ao Consórcio assumida em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 35. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por período superior a 30 (trinta) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 36. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37. A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do CISAMARP acontecerá na forma prevista no regimento interno, aprovado em assembléia geral, sendo a primeira eleição realizada no mês de janeiro do exercício seguinte a ratificação por lei a todos Municípios consorciados.

Art. 38 Funções administrativas do Consórcio poderão, provisoriamente, ser delegadas à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP por meio de resolução do Presidente do Consórcio, sem ônus financeiro para o Consórcio.

CAPITULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e prestação de contas.

§ 1º No mês de janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Presidente do Consórcio, para deliberação em Assembléia Geral, o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, e o Plano de Metas e Orçamento para o novo exercício.

§ 2º Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembléia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 40. A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

IV - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.

Art. 41. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

Art. 42. Os casos omissos ao presente Contrato de Consórcio Público serão resolvidos pela Assembléia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 43. As normas do presente Contrato de Consórcio Público entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 44. Fica estabelecido o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio CISAMARP.

Videira/ SC, 10 de maio de 2013.

"Subscrito pelos entes consorciados em 10 de maio de 2013".

EUZEBIO CALISTO VIECELI ALCIR JOSÉ BODANESE
PREFEITO DE PINHEIRO PRETO PREFEITO DE RIO DAS ANTAS

ALCIDIR FELCHILCHER GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO DE ARROIO TRINTA PREFEITO DE CAÇADOR

IVONE MAZUTTI DE GERONI IVO BIAZZOLO
PREFEITO DE CALMON PREFEITO DE FRAIBURGO

CLOVIS JOSÉ BUSATTO LUCIANO PAGANINI
PREFEITO DE IBIAM PREFEITO DE IOMERÊ

LUDOVINO LABAS RAUL RIBAS NETO
PREFEITO DE LEBON RÉGIS PREFEITO DE MATOS COSTA

EMERSON ZANELLA CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE MACIEIRA PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI
PREFEITO DE VIDEIRA

HUMBERTO DALPIZZOL
Advogado OAB Nº 15588

ANEXO I I - EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	01	3.500,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	02	2.500,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Técnico Administrativo	02	1.500,00	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	04	800,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	01	400,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental

Total Geral	10	
-------------	----	--

II - ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

DIRETOR EXECUTIVO

- Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral.
- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio, etc;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembleia;
- Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiros, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

GERENTE DE PROGRAMA

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Assessorar o Consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
 - Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio, na elaboração de estratégias e ações;
 - Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com solicitação superior.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Auxiliar o Gerente e o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
- Participar nos processos de licitação;
- Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
- Demais atividades administrativas do Consórcio.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Auxiliar na execução de atividades genéricas do consórcio, em especial a limpeza e conservação da sede do consórcio;
- Executar serviços de entrega de malotes e documentos;
- Demais serviços de apoio às atividades administrativas do consórcio.

CIS/AMMVI**ATA - AGO 01.02.2017**

Ata Assembleia Geral Ordinária Consórcio Intermunicipal De Saúde Do Médio Vale Do Itajaí – CISAMVI

No primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às dezessete horas, na sede do Centro de Eventos Rodeio 12, localizada na rua José Ostrowski Júnior, número cento e cinquenta, em Rodeio, com a presença dos prefeitos: Matias Kohler - Prefeito Presidente - Guabiruba; José Gerson Gonçalves - Prefeito Membro do Conselho Fiscal - Apiúna; Simoni Mercia Mesch Nones - Doutor Pedrinho; Lairton Possamai - Prefeito Membro - Ascurra; José Luiz Colombi - Botuverá; Kleber Edson Wan-Dall - Gaspar; Jean Michel Grundmann - Benedito Novo; Ércio Kriek - Pomerode; Marildo Domingos Felippi - Rio dos Cedros; Paulo Roberto Weiss - Rodeio; Jorge Augusto Krüger - Timbó; Aconteceu a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI. O Prefeito Presidente Mathias Kohler deu por aberta a reunião, agradeceu a presença de todos e seguiu com a ordem do dia. 1) Leitura e Aprovação da ATA Anterior (08/12/2016): Já encaminhada por e-mail e aprovada pelos prefeitos ainda em Dezembro de 2016. Foi levada ao conhecimento do novo conselho fiscal em 24/01/2017, em reunião com o Presidente, Vice-Presidente e Conselho Fiscal, a ATA também já está publicada no DOM/SC. 2) Exposição da atual situação do CISAMVI: O presidente passou a palavra para o Diretor Executivo que procedeu com uma breve apresentação sobre o CISAMVI, destacando para os novos prefeitos que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, é Instituição Pública, Intermunicipal, criada para gestão de serviços públicos ou de interesse público na área de saúde. Assim como a prestação de serviços especializados de referência e de maior complexidade e também a nível ambulatorial, para a população dos municípios consorciados. O consórcio deve sempre observar os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, e a administração pública como um todo. Assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, eficiente e eficaz, como também, serviços de assistência técnica e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados. Em 2016 o CISAMVI movimentou: 6,1 milhões em Medicamentos; 2,7 milhões em consultas e exames de baixa, média e alta complexidade; e 574 mil em manutenção da sua estrutura. Os recursos para a manutenção são obtidos por meio de Rateio entre os consorciados, sendo proporcional à utilização dos serviços e ao número de população. Os pagamentos de medicamentos, consultas e procedimentos são transferências feitas pelo município ao CISAMVI, e então ao prestador. A estrutura organizacional do CISAMVI é gerida pela Assembleia Geral, de Prefeitos, que elege um Presidente, um Vice-Presidente e um Conselho Fiscal, sendo hoje o Senhor Matias Kohler – Prefeito de Guabiruba, como Presidente; o Senhor Napoleão Bernardes – Prefeito Blumenau, como Vice-Presidente; o senhor José Gerson Gonçalves – Prefeito de Apiúna, como Membro do Conselho Fiscal, o senhor André Luiz Moser – Prefeito Indaial, Membro do Conselho Fiscal; a senhora Márcia Adriana Cansian, Secretária Municipal de Saúde de Botuverá, como membro do Conselho Fiscal; Enilson de Freitas Secretário Municipal de Saúde de Ascurra, como membro do Conselho Fiscal; Josiane Dalpiaz, Secretária Municipal de Saúde de Doutor Pedrinho, como membro do Conselho Fiscal. Administrativamente o CISAMVI é composto por um Diretor Executivo - Cleones Hostins, uma Assessora Jurídica - Maria de Fátima Martins (cedida pelo município de Ascurra, em convênio com AGIR), assessoria contábil e controle interno fornecidas pela AMMVI por Convênio, e dois auxiliares administrativos, em regime de emprego público - Marcos Rocha e Danielle Martins. Foi apresentado o plano de trabalho aprovado em 2016, para o ano de 2017, sendo ele: 1. Reestruturação dos Arquivos e dos Procedimentos do CISAMVI; 2.

Implantação do Sistema de Gerenciamento do Consórcio; 3. Assessoria técnica com apoio dos municípios – Farmacêutica, Enfermagem e Regulação. Visando assim qualificar melhor os termos de referência, e consequentemente a melhora na execução dos serviços prestados aos usuários. Ampliando as possibilidades de produção via SUS e respectivo faturamento; 4. Aumento do número Pregões e Credenciamentos ao longo do ano de 2017. Sendo: Pregões trimestrais para revisão do preço de medicamentos e a inclusão de itens; e Credenciamentos com revisão permanente de serviços prestados, sendo avaliado pela assessoria técnica (farmacêutico, enfermeiro, e técnico da regulação); 5. Promoção de capacitações para Gestores no início do mandato (orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e SUS); 6. Discussão sobre assessoramento jurídico nas questões afetas à Judicialização da Saúde; 7. Revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do CISAMVI; 8. Calendário Bimestral de assembleias entre prefeitos, consórcio e secretários de saúde, visando manter a comunicação em dia (a pedido dos prefeitos). Ainda sobre a atual situação do CISAMVI, foi reforçado que o Quadro de servidores está reduzido, com a não contratação de um novo gestor de serviços nem a reposição de um estagiário; Explicado sobre o trabalho extensivo no fim de ano para faturamento de guias de serviços prestados; Sobre a dificuldade de recuperação de informações perdidas, e que foi necessário realizar um Boletim de Ocorrência sobre o fato; Foi explanado sobre a abertura de Novos Credenciamentos: Consultas: Abertura prevista para Segunda-Feira (07/02/2017), aguardando a aprovação dos novos valores pelos secretários municipais na reunião de colegiado dia 02/02/2017; Exames e Procedimentos: Contratação emergencial do Azambuja. Finalização do rol de procedimentos, para início da coleta de orçamentos, e lançamento do Edital. Previsto para 13/02/2017 com valor tabela SUS. Medicamentos: Abertura de um Novo pregão em 08/02/2017; Trabalho no planejamento estratégico do CISAMVI sendo executado, com a programação do Evento para novos gestores em 14/02/2017, organizado pela AMMVI - Sala: Saúde e Assistência Social - Horário: 15h 30min até 17h - Tema: Judicialização da Saúde – Foco nas Atualizações - Facilitador: Clelio Jair Schulze - Currículo Resumido: Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Professor da Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina - ESMAFESC. Professor da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC. Professor da Escola da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina - Amatra. Professor da Escola do Ministério Público de Santa Catarina. Juiz Federal na 4ª Região, lotado na Subseção Judiciária de Brusque/SC. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2013/2014). 3) Atualização sobre a Sindicância 01/2017: Início dos trabalhos da Comissão em 08/02/2017 – Primeira Reunião, embora já tenha recebido o relatório final do Procedimento Administrativo, e o Julgamento do mesmo. Já foi disponibilizado uma sala e os arquivos necessários para os trabalhos da comissão. 4) Apresentação e Ratificação das Deliberações 01/2016 e 02/2016 – Pagamentos dos Prestadores do CISAMVI: Ambas envolvem a liberação de pagamentos dentro da legalidade, trata-se dos pagamentos que estavam paralisados durante o procedimento administrativo 01/2016. Foi trabalhado desta forma para evitar mais complicações com os prestadores de Serviços. Resta pendente para pagamento o montante de aproximadamente R\$90 mil reais. Serviços executados totalmente sem previsão contratual. 5) Aprovação da metodologia de cobrança dos Municípios dos Serviços Realizados em 2016: Apresentação da Planilha comparativa entre Recibos/Depósitos x Faturamento no Sistema, que hoje resulta em um saldo negativo para os municípios, sendo: Apiúna – R\$ 39.907,65; Ascurra – R\$ 12.195,16; Benedito Novo – R\$ 18.125,43; Blumenau – 6.450,00; Botuverá - 100.216,93; Brusque – R\$ 20.054,78; Doutor Pedrinho; 10.610,83; Gaspar – 96.710,53; Guabiruba – R\$ 37.653,69; Indaial – R\$ 49.951,20; Pomerode – R\$

87.794,00; Rio dos Cedros – R\$ 7.073,70; Rodeio – 12.162,38; Timbó – R\$ 3.913,88. Importante ressaltar que valores serão lançados como Créditos à receber de 2016. O presidente colocou o assunto em votação, e foi aprovado entre os prefeitos. O Diretor Executivo esclareceu que o CISAMVI aguardará até a sexta-feira, dia 03/02/2017 para encaminhar à contabilidade os valores, então caso algum valor seja divergente dos controles dos municípios, devem ser questionados até esta data. 6) Revisão Geral Anual dos Empregados do CISAMVI: O presidente esclarece que o Estatuto prevê automaticamente o reajuste pelo índice INPC, acumulado entre Janeiro e Dezembro do exercício anterior, que seria de 6,58% (seis virgula cinquenta e oito por cento). Colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O Diretor Executivo ressaltou que o orçamento previsto para 2017 suporta o reajuste da folha de pagamento, sem contemplar novas contratações. 7) Revisão do valor do Vale Alimentação dos Empregados do CISAMVI: Da mesma forma o presidente esclarece que o Estatuto prevê automaticamente o reajuste pelo índice INPC, acumulado entre Janeiro e Dezembro do exercício anterior, que seria de 6,58% (seis virgula cinquenta e oito por cento). Colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O Diretor Executivo ressaltou que o orçamento previsto para 2017 suporta o reajuste da folha de pagamento, sem contemplar novas contratações. 8) Assuntos Gerais: A) Disponibilização do Software do CIS-AMAVI: Após conversa com o CIS-AMAVI, verificamos que é possível a disponibilização do software utilizado no consórcio, pois foi totalmente desenvolvido pela AMAVI, e feito sob medida para o consórcio. Estamos aguardando o Agendamento de uma reunião entre os Presidentes dos Consórcios e os Secretários Executivos das Associações de Municípios (AMMVI e AMVAI), o Rafael fará o contato com o Secretário da AMAVI. B) Feriado de Carnaval (28/02 Terça-Feira): O presidente colocou em votação se haverá ou não ponto facultativo na segunda-feira (27/02) e terça-feira (28/02), por unanimidade ficou definido que ambos os dias seriam ponto facultativo. C) Contratação do Gestor de Serviços: O Diretor Executivo informou que está contratando para ocupar o Cargo de Gestor de Serviços a Enfermeira Monica Meneses, vinda do município de Gaspar, Monica é enfermeira pela Univali, especialista em Saúde da Família (UFSC), Gestão da Clínica nas Regiões de Saúde do SUS (IEP Sírío Libanês/MS), Auditoria em Sistemas de Saúde (Universidade São Camilo). Trabalhou de 1996 à 1998 na prefeitura de Pomerode como professora, de 1999 à 2002 na prefeitura de Pomerode como Técnica de enfermagem. De 2002 a 2007 como técnica de enfermagem e Enfermeira na prefeitura municipal de Blumenau. Em 2007, como auditora de enfermagem na Unimed (sede) e a partir de 01/02/2008 como enfermeira no município de Gaspar, na estratégia de saúde da família, coordenação de ESF e Vigilância Epidemiológica. A contratação foi ratificada por todos os prefeitos presentes. Sendo verdade o exposto, eu Cleones Hostins lavro esta ATA que será assinada enviada por email aos prefeitos para conferência e posterior assinatura.

Matias Kohler	Guabiruba	
José Gerson Gonçalves	Apiúna	
Simoni Mercia Mesch Nones	Doutor Pedrinho	
Lairton Possamai	Ascurra	
José Luiz Colombi	Botuverá	
Kleber Edson Wan-Dall	Gaspar	
Jean Michel Grundmann	Benedito Novo	
Ércio Kriek	Pomerode	
Marildo Domingos Felippi	Rio dos Cedros	

Paulo Roberto Weiss	Rodeio	
Jorge Augusto Krüger	Timbó	
Cleones Hostins	CISAMVI	
Maria de Fátima Martins	CISAMVI	

DELIBERAÇÃO 04.2017

DELIBERAÇÃO Nº 04/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE O CONHECIMENTO DO DOCUMENTO BASE DE ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO (NEPSHU) PELOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Reconhece o Documento Base de orientações para implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU), apresentado em Reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional – CIR do Médio Vale, em Setembro de 2013.

Art. 2º O documento mencionado acompanha esta Deliberação.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau / SC, 06 de Abril de 2016.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

DELIBERAÇÃO 04.2017 - ANEXO

COMISSÃO INTERGESTORA REGIONAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ

NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO

Documento Base de orientações para implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU)

Conceito

O Núcleo é um espaço de diálogo entre os diferentes atores sociais (trabalhadores, ensino, gestão, usuários) e os diversos níveis de atenção, setores e coletivos (comitês, comissões, câmaras técnicas, grupos de trabalho entre outros) das políticas de saúde e educação, instituído como uma instância colegiada com a finalidade de elaborar, planejar, apoiar e executar de modo articulado as propostas que envolvem ações de educação e humanização na saúde em âmbito municipal ou microrregional, ou seja, o núcleo deve ser compreendido como uma extensão da CIES do Médio Vale do Itajaí.

Justificativa

Há mais de duas décadas, o Brasil vem redefinindo a estrutura e o perfil do sistema de saúde. A consolidação do SUS tem exigido dos gestores de saúde, nas diferentes esferas de governo, a identificação e definição de estratégias para resolução dos problemas indicando a necessidade do fortalecimento das práticas de gestão e controle social nesse campo, bem como a mudança nos processos

de formação em saúde (PLANO ESTADUAL EPS/SC, 2012).

Neste contexto, as discussões a respeito de educação continuada e permanente em saúde acentuaram-se a partir do ideário da Reforma Sanitária e, com a regulamentação do SUS, por meio das Leis 8.080/90 e 8.142/90 (BRASIL, 1990a, 1990b). A Lei 8.080/90 propõe que cabe a área da saúde “ordenar a formação de recursos humanos”, atendendo as prerrogativas do artigo 200, inciso III da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Com vistas a atender o exposto anteriormente, em 2004 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que atualmente é orientada pela Portaria GM/MS n. 1.996/07, a qual estabelece as diretrizes para a sua implantação e implementação.

A Educação Permanente em Saúde (EPS), atendendo a Portaria nº 1.996/2007, em âmbito regional foi organizada por instâncias representativas e de trabalho denominadas Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) seguindo, no Estado de Santa Catarina, as orientações constituídas pelos antigos Pólos de Educação Permanente em Saúde e Colegiados de Secretários Municipais de Saúde.

As CIES configuram-se a partir desse cenário, como uma “nova versão” dos Pólos Regionais de Educação Permanente em Saúde, atendendo o artigo 2º, da Portaria 1.996/2007, o qual estabelece que a condução regional da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde ocorre por meio da Comissão Intergestora Regional (CIR)*, com a participação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES).

Na região do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) a organização de ações relacionadas a EPS iniciou em 1998, com a formação do Núcleo da Região dos Vales (NURV - 1998/2003), o qual iniciou a qualificação a nível regional dos trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família, seguindo as diretrizes do SUS, desenvolvendo projetos focados no “Introdutório da saúde da família/equipe mínima” e oficinas de organização interna do Núcleo.

A partir da criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) em 2004 e com a instituição da Portaria 198/2004 é criado o Pólo de Educação Permanente em Saúde para o SUS da região da AMMVI, com a participação da Universidade, Secretarias de Saúde, Escolas Técnicas de Saúde, SENAC, entre outros.

Atendendo as prerrogativas do Pacto pela Saúde, a partir de 2006 as regiões de saúde compuseram seus Colegiados de Gestão Regional de Saúde (CGR), os quais com a promulgação do Decreto 7.508/11 passaram a se chamar Comissões Intergestores Regionais (CIR). Em 2008 a CIES do Médio Vale do Itajaí, foi instituída e apresentou alterações no processo de organização e representação dos profissionais de saúde, gestores de saúde, Instituições de Ensino, sendo no mesmo período constituído a Colegiado de Gestão Regional de Saúde - AMMVI.

Podem participar das reuniões da CIES representantes dos trabalhadores da saúde dos 14 municípios que compõem a AMMVI, gerências regionais de saúde (GERSAS), ensino profissional e superior, comitês regionais, membros da CIR, representantes dos usuários ou movimentos sociais, secretaria de educação, hospitais, entre outros.

Nos últimos anos vários encontros foram realizados na região para apresentação, discussão e planejamento da Educação Permanente em Saúde. Várias questões foram levantadas nesses espaços de debates e situações como a dificuldade no entendimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), dificuldades na participação dos gestores, trabalhadores, usuários e ensino; predominância da cultura da educação continuada e tradicional; concepção de EPS pouco incorporada às metodologias de formação, fragilidades na articulação intramunicipal da PNEPS, (PAREPS 2009, 2010).

Em 2012, no decorrer da avaliação e revisão do PAREPS novamente apontou-se como uma das situações problema, que “as ações de Educação Permanente em Saúde ainda são incipientes na maioria dos municípios da região da CIES Médio Vale do Itajaí, fato

que fragiliza o desenvolvimento da PNEPS em âmbito regional” e propõe como uma das ações a criação de Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde na região da CIES Médio Vale do Itajaí, com representantes dos diferentes segmentos do quadrilátero (ensino, serviço, gestão e controle social) em âmbito dos municípios.

No mesmo período histórico de implantação da PNEPS, em 2003 a Política Nacional de Humanização de Atenção e da Gestão do SUS (PNH) inicia suas ações, após a experiência do Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH) que atuou de 2000 a 2002 na área hospitalar da saúde brasileira. Esta política pública pretende transversalizar a humanização com o intuito de fortalecer o Sistema Único de Saúde, promovendo a inclusão dos diferentes sujeitos envolvidos no processo.

A PNH “parte do SUS que dá certo” e tem documentos orientadores (cartilhas) que valorizam a experiência de dispositivos que favorecem a cogestão, troca de saberes e democratização das relações na atenção e gestão da saúde.

Em 2004 a região da AMMVI inicia as discussões relacionadas a PNH e a partir de uma oficina disparadora forma-se o Comitê Regional de Humanização que está em atividade até hoje.

Em 2006 o Ministério da Saúde promoveu uma Formação de Apoiadores da PNH em nível nacional para o qual a região contou com duas participantes, o que fortaleceu as ações de humanização. Nesta mesma época, o I Seminário Regional de Humanização em Blumenau, significou uma grande mobilização em favor desta política pública no Médio Vale do Itajaí.

Em 2009 o Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde apostou na qualificação de apoiadores institucionais da PNH, a partir da qual, foram qualificados 60 profissionais para as diversas regiões. A região do Médio Vale do Itajaí conta com mais quatro apoiadores.

A integração entre a Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Humanização foi potencializada pela representatividade tanto da CIES no Comitê HumanizaSUS e vice versa, quanto na inclusão da PNH como uma temática nos processos de formação realizados com o apoio da CIES, bem como pelo processo de discussão a respeito das similaridades das duas políticas.

A partir desse contexto histórico da PNEPS e da PNH na região Médio Vale do Itajaí considera-se importante a proposta de formação de Núcleos Municipais que agreguem e fortaleçam ambas as políticas em âmbito de municípios ou microrregiões, visto que seus princípios e objetivos são similares. Acredita-se que a aproximação dessas duas Políticas em âmbito regional promova nos municípios o fortalecimento do SUS, por meio das mudanças do processo de trabalho, visando um espaço de construção coletiva, na atenção e na gestão, superando a condição de somente promover cursos.

A PNEPS insere-se em uma necessária construção de relações e processos que vão do interior das equipes em atuação conjunta, implicando seus agentes, às práticas organizacionais, as instituições, os setores da saúde, às práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais, as políticas nas quais se inscrevem os atos de saúde (CECCIM, 2005).

A PNH traz, em seu escopo, a articulação de um conjunto de referenciais e instrumentos, operando com eles para disparar processos de mudança na realidade dos serviços, constituindo-se em um importante aspecto de convergência com os propósitos da PNEPS (Ferraz, et al, 2012). Isto porque se entende por “humanização a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores que norteiam essa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção de redes de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão” (BRASIL, 2008).

Considera-se que a aproximação dessas políticas proporciona o fortalecimento e expansão da articulação interna nos municípios, com as questões regionais relacionadas a EPS e humanização; possibilita a otimização de recursos financeiros destinados as ações de EPS em âmbito municipal e locoregional (Cofinanciamento da

ABS, Portaria 1.996/07 – CIES e Educação Profissional, Convênios), para evitar processos de formação/educação sobrepostos, verticalizados; e, coloca em análise os processos de trabalho e de gestão, afim de estender essas ações aos municípios que ainda não as possui.

Ainda a promoção do diálogo de forma intersetorial tem a finalidade de articular as demandas, arranjos e necessidades da Educação Permanente em Saúde e Humanização na atenção e gestão da saúde e com isso contribuir para o desenvolvimento em âmbito municipal e/ou microrregional dos compromissos firmados nos Pactos pela Vida e de Gestão relacionados a esses temas.

Dessa forma, avalia-se como positiva a recomendação da integração das diversas dimensões da educação permanente em saúde e da humanização no encontro com a regionalização, absorvendo as diretrizes do SUS, como a descentralização do sistema e a potencialização de capacidades em âmbito locorregional, de forma a viabilizar a construção contínua de tecnologias de gestão e organização da atenção que tenham possibilidade de utilizar o melhor das condições disponíveis em cada localidade e sua superação contínua (FERRAZ, et al, 2012).

Ainda, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), implementado em 2011, a EPS como é uma das dimensões na fase do seu desenvolvimento e a PNH como eixo transversal do programa.

Assim justifica-se a importância da constituição de Núcleos Municipais de EPS e Humanização (NEPSHU) a fim de mobilizar ações para promoção e qualificação dos serviços, que acarreta a ampliação do acesso, a melhoria dos indicadores de saúde, valorização do trabalho e do trabalhador e democratização da gestão.

Objetivos dos Núcleos Municipais e/ou Microrregionais de EPS e Humanização

- Ampliar a articulação interna nos municípios em relação às questões regionais e municipais sobre a EPS e Humanização;
- Otimizar os recursos financeiros destinados às ações de EPS;
- Estimular a corresponsabilização entre os trabalhadores, gestores, ensino e usuários na qualificação dos serviços;
- Aproximar e fortalecer as políticas de EPS e Humanização em âmbito locorregional;
- Organizar processos cogeridos de avaliação das ações em saúde.
- Fortalecer as Redes Integradas de Atenção à Saúde.
- Contribuir para o desenvolvimento em âmbito municipal e/ou microrregional dos compromissos firmados nos Pactos da Saúde, envolvendo a EPS e Humanização como estratégias;
- Articular as demandas, arranjos e necessidades da Educação Permanente em Saúde e Humanização em todos os níveis de atenção e gestão da saúde;
- Apoiar a gestão, no sentido da qualificação dos processos de trabalho, promovendo a indissociabilidade entre a atenção e a gestão;
- Promover a aproximação entre atenção e a gestão do trabalho em defesa do SUS.

Atribuições dos Núcleos Municipais e/ou Microrregionais de EPS e Humanização

- Articular as instâncias e as ações de EPS e Humanização em nível municipal e regional.
- analisar e construir coletivamente o perfil da força de trabalho no município, as necessidades de formação e gestão do trabalho, com valorização dos trabalhadores, gestores, usuários e ensino, considerando as diretrizes da PNEPS, PNH, Programa de Saúde na Escola (PSE), PRO-PET Saúde, PET Vigilâncias, Ensino Profissional, Superior e Pós-graduação, Telessaúde, PROVAB, entre outras ações estratégicas do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES).
- Elaborar uma agenda anual de EPS para os servidores da Secretaria Municipal da Saúde em todos os níveis de atenção e demais prestadores de serviços do SUS, usuários e ensino considerando: PNEPS, PNH, PSE, PRO-PET Saúde, PET Vigilâncias, Ensino Profissional, Superior e pós-graduações, Telessaúde, cursos, eventos,

PMAQ, entre outros.

- Identificar e dar visibilidade a ações de EPS que ocorrem na realidade dos serviços de saúde e comunidade.
- Promover a qualificação profissional inter e intrainstitucional fortalecendo as parcerias e cooperações técnicas existentes, projetando novos cenários de atuação profissional e discente, visando a integração ensino-serviço.
- Elaborar as propostas a partir das necessidades do serviço e do planejamento participativo, promovendo espaços de discussão e de qualificação profissional contribuindo para alcance das metas institucionais.
- Acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de educação na saúde e humanização implementadas no município e região de saúde.
- Apoiar os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde e Humanização, na proposição de intervenções, no planejamento e desenvolvimento de ações.
- Promover uma relação dialógica entre as Políticas Públicas.
- Fomentar a pesquisa em saúde e sua divulgação.
- Desenvolver ações de EPS e Humanização na perspectiva de compreensão do conceito ampliado do processo saúde-doença e a integralidade da atenção.
- Incentivar e articular a promoção de ações de educação popular e educação em saúde para os usuários do SUS.
- Apoiar as Equipes de Saúde em seus processos de trabalho assissencial no monitoramento e avaliação das ações de saúde.

Diretrizes para implantação dos Núcleos Municipais e/ou Microrregionais de EPS e Humanização

O Núcleo configura-se como um colegiado, e, não em setor ou cargo, organizado com a participação de profissionais da Saúde dos diferentes níveis de atenção, gestores, usuários do SUS, da Educação (docentes e discentes), da Assistência Social, entre outras pessoas com interesse e afinidade com a temática.

Deverá ser formalizado, por meio de Portaria Municipal, podendo ter caráter microrregional, estando diretamente vinculado ao secretário municipal de saúde, cumprindo sua atribuição de apoio à gestão dos diferentes níveis de atenção, com um caráter consultivo e propositivo.

A coordenação do núcleo deverá ser definida pela gestão colegiada interna.

O trabalhador que irá participar do Núcleo, necessita de carga horária específica dentro do seu processo de trabalho, prevista em portaria para desenvolver as atividades previstas, conforme necessidade do mesmo.

As estratégias do Núcleo devem seguir o Plano Municipal de Saúde, bem como, o Plano deve prever as ações de EPS e Humanização.

A(s) pessoa(s) do(s) município(s) designada(s) para representar os diferentes segmentos do quadrilátero como integrante da CIES do Médio Vale do Itajaí e do Comitê Regional de Humanização devem ser membros do Núcleo Municipal de EPS e Humanização.

A Secretaria Municipal de Saúde deve prever e prover recursos, em suas leis orçamentárias, para execução de ações de educação permanente em saúde, tanto em âmbito municipal como regional.

O Núcleo pode estruturar Grupos de Trabalhos e ou Comissões para desenvolver suas ações, bem como analisar quais ações serão realizadas de forma articulada com a CIES em âmbito de região.

O local dos encontros do Núcleo deve ser pactuado em cada município, como um espaço, que favoreça a integração dos membros e atenda as atribuições a serem desenvolvidas pelo mesmo.

Essas diretrizes devem ser revistas e atualizadas conforme alterações no cenário locorregional e/ou nas PNEPS e PNH. Os Núcleos municipais/microrregionais, podem fazer adaptações desde que não destoem das diretrizes básicas da presente proposição.

GT de Estruturação do NEPSHU

DELIBERAÇÃO 07.2017 - SISPACTO

DELIBERAÇÃO Nº 07/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA PACTUAÇÃO DOS INDICADORES (SISPACTO) PARA O ANO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as Pactuações dos Indicadores de Saúde (SISPACTO) dos municípios de:

I. Município Benedito Novo;

II. Doutor Pedrinho; e

III. Rio dos Cedros.

Art. 2º Todas as Pactuações apresentados foram previamente aprovadas pelos respectivos conselhos municipais de saúde.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau / SC, 06 de Abril de 2016.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

DELIBERAÇÃO 08.2017 - MEMBRO CIES

DELIBERAÇÃO Nº 08/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE MEMBRO PARA A CIES MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Indicar a Secretária Municipal de Saúde de Indaial Adriane Machado Ferrari para membro representante da CIR – Comissão Intergetores Regional do Médio Vale, para compor a Comissão Permanente de Integração de Ensino-Serviço – CIES Médio Vale do Itajaí.

Art. 2º Indicação aprovada na Reunião Ordinária do dia 06 de Abril de 2017.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau / SC, 06 de Abril de 2016.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

CPIMMOC**ATA Nº 16 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL DE 2017**

ATA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIO Nº 016 DE 04 DE ABRIL DE 2017

Às 9:00 horas do dia quatro do mês de abril de dois mil e dezessete, tendo como local o auditório da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, sito à rua Roberto Trompowsky, 68, 2º andar na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios integrantes do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado em Assembleia Geral Ordinária, convocada através do Edital de Convocação nº 03 de 24 de março de 2017. Presentes: Antônio José Bissani – Prefeito de Água Doce; Nilvo Dorini - Prefeito de Capinzal; Walter Kucher Junior - Prefeito de Erval Velho; Américo Lorini – Prefeito de Herval d Oeste; Dioclésio Ragnini – Prefeito de Joaçaba; Sérgio Luiz Calegari - Prefeito de Lacerdópolis; Moises Diersmann – Prefeito de Luzerna; Neri Luiz Miqueloto – Prefeito de Ouro; Nadir Baú da Silva - Prefeito de Tangará; Mauro Dresch - Prefeito de Treze Tílias e Melânia Apª. Roman Meneghini – Prefeita de Vargem Bonita. Verificado o quórum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Nadir Baú da Silva, Prefeito de Tangará e Presidente do CPIMMOC, saudou a todos e declarou aberta a assembleia. Ato contínuo convidou Marize Coletti, para secretariar a reunião e passou para a ordem do dia. 1 - o Assessor Jurídico do Consórcio CPIMMOC Sr Paulo Tavares fez uma explanação da legislação e um breve histórico das atividades do consórcio, logo em seguida o Gerente de Meio Ambiente Sr Elton Magrinelli também usou da palavra para expor os seus motivos sobre o funcionamento do Consórcio e das atividades. Após o uso da palavra pelos técnicos do Consórcio a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente a Sra. Marcia Denise Kandler Bittencourt presente da reunião fez as explanações sobre as suas recomendações após toda análise que a mesma havia feito sobre a constituição do consórcio e do andamento das atividades. Aberto a palavra para discussão dos presentes e dos motivos, os prefeitos presentes solicitaram que os demais presentes deixassem a sala para poderem deliberar sobre os rumos do consórcio. Após deliberação, a decisão dos prefeitos presentes foram as seguintes: 1 – Paralisar totalmente as

atividades do Consórcio CPIMMOC no que diz respeito aos serviços prestados. 2 – Efetuar rescisão de contratos de pessoal, locações, prestações de serviços e outros que houverem. 3 - Revogação do Termo de Cooperação Técnica entre a AMMOC e o Consórcio CPIMMOC, 4 - Permanência do CNPJ até deliberação em próxima assembleia e apresentação de levantamentos com as possibilidades do Consórcio. 5 - Encaminhar ofício para ser tramitado em assembleia da AMMOC do fim de todas as atividades do Consórcio CPIMMOC. 6 - Caso seja necessário o Consórcio poderá efetuar a contratação de profissional para efetuar o acompanhamento do processo de paralisação do consórcio. 7 – Autorizar o Presidente do Consórcio CPIMMOC a efetuar assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público para encerrar as atividades da área do meio ambiente, e encaminhamento dos procedimentos para a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) bem como as implicações daí decorrentes. Nada mais havendo a declarar foi encerrado a reunião e lavrado a presente a ata. Se dará a comprovação da presença no livro de assinaturas pagina 10.

Presidente: _____ Nadir Baú da Siva
BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM
BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM
BRANCO EM CO

CIGAMERIOS**EDITAL DE PREGÃO N. 003/2017 – FORMA ELETRÔNICA**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO N. 003/2017

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através do Pregoeira nomeada pela Resolução nº 001/2017, licitação na MODALIDADE PREGÃO, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E PARCELADAS AQUISIÇÕES MATERIAIS AMBULATORIAIS, LABORATORIAIS E CORRELATOS; MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES/ PRÉ-HOSPITALARES, pelos seguintes Municípios participantes:

Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 11/04/2017 até às 08h00min do dia 20/04/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 20/04/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 20/04/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC.

Pregoeira: Valquiria Astrigi

E-mail: cigaameros@ameros.org.br

Telefone/Fax: (49) 3664-0282 (horário de expediente)

Maravilha/SC, em 07 de abril de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

CIS/AMERIOS**EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2017 - 2ª PUBLICAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N. 02/2017

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2017

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã/SC, de acordo com a Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC-309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, no dia 25 de abril de 2017 (terça-feira), com início às 10 horas, no Auditório da AMERIOS, localizado na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, para alienação de bem móvel inservível de Consórcio CIS/AMERIOS, sendo:

LOTE 01: 01 VEICULO FIAT PALIO ECONOMY, ANO 2009 MODELO 2010, PLACAS MZG 1489, RENAVAM 183429940, 05 passageiros, cor branca, 4 portas, combustível flex, estado geral bom, pneus bons, estofamento ok, contendo pequenas avarias na lataria em decorrência do uso, veículo em pleno funcionamento e trabalhando, podendo haver falta de algumas peças, inclusive itens de segurança. O bem vai a leilão no estado e condições em que se encontra.

LANCE INICIAL: R\$ 9.500,00.

Para cadastro, fotos do veículo e retirada do Edital: www.donizetteleiloes.com.br

Para acessar as fotos do veículo e retirada do Edital: <http://www.amerios.org.br>

Para examinar visualmente o veículo: dias 24 e 25 de abril, das 08h às 10h na sede da AMERIOS.

Informações complementares: poderão ser obtidas através dos telefones (47) 9911-1606 (Leiloeiro), (47) 3063 0319 (Escritório), ou através do e-mail: contato@donizetteleiloes.com.br.

Maravilha - SC, 23 de março de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIS-AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã/SC